



GEOGRAFIAS DA ESPERANÇA

REVISITAR O BRASIL, DIALOGAR COM O MUNDO

ORGANIZADORES

ADÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA

RICARDO ASSIS GONÇALVES

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA MARQUES

WILLIAN SIMÕES

CEZAR BARROS





**EDITORA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS**

Presidente

Antonio Cruvinel Borges Neto (Reitor)

Vice-Presidente

Claudio Roberto Stacheira (Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação)

Coordenadora Geral

Elisabete Tomomi Kowata

Assessor

Patrick Di Almeida Vieira Zechin

Analista de Gestão Governamental – Biblioteconomia

Andressa de Oliveira Sussai

Preparação de Originais

Patrick Di Almeida Vieira Zechin

Revisão Técnica

Patrick Di Almeida Vieira Zechin

Revisão Ortográfica e Gramatical

Paulo Maretti (Apoena Editorial)

Capa, Projeto Gráfico e Editoração

Adriana da Costa Almeida (Apoena Editorial)

Conselho Editorial

Adolfo José de Souza Andre (UEG-IAEL)

Daniel Blamires (UEG-IACSB)

Juliano Rodrigues da Silva (UEG-IACT)

Maisa Borges Costa (UEG-IACT)

Raphaela Christina Costa Gomes (UEG-IACAS)

Renata Carvalho dos Santos (UEG-IACSB)

Roseli Vieira Pires (UEG-IACSA)

Sebastião Avelino Neto (UEG-IACAS)

Sônia Bessa da Costa Nicácio Silva (UEG-IAEL)

Thiago Henrique Costa Silva (UEG-IACSA)

Adão Francisco de Oliveira
Ricardo Assis Gonçalves
Ana Carolina de Oliveira Marques
Willian Simões
Cezar Barros
(org.)

GEOGRAFIAS DA ESPERANÇA

**REVISITAR O BRASIL,
DIALOGAR COM O MUNDO**



ANÁPOLIS | 2024

© 2024 – Editora UEG

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Catálogo na Fonte

Comissão Técnica do Sistema Integrado de Bibliotecas Regionais (SIBRE),
Universidade Estadual de Goiás

G345 Geografias da esperança: Revisitar o Brasil, dialogar com o mundo / Organizado por: Adão Francisco de Oliveira, Ricardo Júnior de Assis Gonçalves, Ana Carolina de Oliveira Marques, Willian Simões e Cezar Barros. – 1. ed. – Anápolis, GO : Editora UEG, 2024.
620 p. ; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-88502-79-2 (impresso)

ISBN 978-65-88502-78-5 (e-book)

1. Geografia brasileira contemporânea. 2. Análise geográfica. 3. Produção científica – Geografia.
4. Geodiversidade. 4. Educação geográfica. II. Oliveira, Adão Francisco. II. Gonçalves, Ricardo Júnior
de Assis. III. Marques, Ana Carolina de Oliveira IV. Simões, Willian. V. Barros, Cezar. VI. Título.

CDU 911(81)

Elaborado por Andressa de Oliveira Sussai – CRB 1 / 3032

Esta obra é em formato de e-Book / Impresso e foi produzida com recursos da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). A exatidão das referências, a revisão gramatical e as ideias expressas e/ou defendidas nos textos são de inteira responsabilidade dos autores e das autoras.

EDITORA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

BR-153 – Quadra Área – CEP: 75.132-903 Fone: (62) 3328-4866 – Anápolis – GO

www.editora.ueg.br / e-mail: editora@ueg.br

SUMÁRIO

Apresentação – Geografias da esperança.....	9
<i>Adão Francisco de Oliveira</i>	
<i>Ricardo Assis Gonçalves</i>	
<i>Ana Carolina de Oliveira Marques</i>	
<i>Willian Simões</i>	
<i>Cezar Barros</i>	

GEOGRAFIAS DO TEMPO PRESENTE: TENSÕES E POSSIBILIDADES

1	Desfragmentando a análise geográfica: a perspectiva Ambiente-Território-Lugar (A-T-L).....	17
<i>Marcelo Lopes de Souza</i>		
2	Terra, trabalho e emancipação social.....	39
<i>Eguimar Felício Chaveiro</i>		
3	Cartografias para geografias.....	55
<i>Gisele Girardi</i>		
4	A Geografia como um fazer: possibilidades da pesquisa implicada para os estudos geográficos.....	69
<i>Jamille da Silva Lima-Payayá</i>		
5	Economia de dados e digitalização do espaço: a Geografia em tempos de capitalismo digital.....	81
<i>Carolina Batista Israel</i>		
6	A Geografia e a geopolítica dos saberes nas sociedades.....	105
<i>Rubén Camilo Lois González</i>		

- 7 A paisagem como enigma a ser decifrado: notas para uma conceituação dialético-materialista 121
Guilherme Marini Perpetua
- 8 A diáspora africana, o Brasil atrasado & o feriado do 20 de novembro: como fica esta “nova” Geografia? 137
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

LEITURAS GEOGRÁFICAS DO BRASIL

- 9 A Geografia do desenvolvimento desigual-recombinado e o Brasil 173
Carlos Brandão
- 10 Migrações internacionais que atravessam o território brasileiro no século XXI 185
Denise Cristina Bomtempo
- 11 Revisitar, dialogar, esperançar: inovação, reforma urbana e direito à cidade 225
Regina Tunes

PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA

- 12 O meio como mediador para o desenvolvimento do pensamento geográfico 243
Lana de Souza Cavalcanti
- 13 Geografias da educação no Brasil: breve panorama e algumas reflexões 257
Enio Serra
- 14 Para pensar a formação dos professores de Geografia: na realidade do mundo atual e das políticas públicas nacionais. 267
Helena Copetti Callai
- 15 Bebês humanos não andam... Sozinhos: meio geográfico: aprendizagem e desenvolvimento 285
Jader Janer Moreira Lopes

16	O conceito de meio no processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento: aportes para a Geografia escolar	305
	<i>Ângela Massumi Katuta</i>	
17	Formação de professores de Geografia em disputa: análise da abordagem da pesquisa nas políticas educacionais	327
	<i>Sandra de Castro de Azevedo</i>	
18	Geografia da educação: mais um subcampo do ensino de Geografia?	341
	<i>Maria Adailza Martins de Albuquerque</i>	

ESCALAS DA GEOGRAFIA DOS CONFLITOS

19	Capitalismo e auge do extrativismo no século XX.	353
	<i>Aleida Azamar Alonso</i>	
20	A fome e a geopolítica dos sistemas agroalimentares	371
	<i>Eraldo da Silva Ramos Filho</i>	
21	A Amazônia contra “a máquina de comer o mundo”: conflitos socioterritoriais na Amazônia.	395
	<i>Patrícia Rocha Chaves</i>	
22	Conflitos socioterritoriais no Cerrado	421
	<i>Edson Batista da Silva</i>	
23	Economia solidária latino-americana: ancestralidade comunitária e resistência territorial	447
	<i>Maria Rosana da Costa Oliveira</i> <i>Claudio Ubiratan Gonçalves</i>	

REFLEXÕES EM GEOGRAFIA FÍSICA

24	(Inter)disciplinaridade na Geografia física	471
	<i>Bartolomeu Israel de Souza</i> <i>Rafael Albuquerque Xavier</i>	

25	Mudanças climáticas e os desafios da pesquisa em Geografia	485
	<i>Lindberg Nascimento Júnior</i>	
26	Erosão acelerada no contexto da vulnerabilidade ambiental: reflexões e práticas.	507
	<i>Melina Fushimi</i>	

ATRAVESSAMENTOS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL

27	A evolução dos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil	523
	<i>Adão Francisco de Oliveira</i>	
28	O XV Enanpege em números: um retrato da pós-graduação em Geografia no Brasil em 2023	541
	<i>Cezar Freitas Barros</i>	
29	Saúde mental e condições de pesquisa na pós-graduação: algumas considerações para o debate.	569
	<i>José Renato Ribeiro</i>	
30	Possibilidades e ausências das corporeidades nos encontros científicos: um panorama do XV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia.	585
	<i>Viviane Ferreira Batista Leitão</i>	
	<i>Marion Freitas Neves</i>	
	<i>Carolina Cavalcante</i>	
	<i>Laryssa dos Santos Matos</i>	
	<i>Luna Gripp Simões Alves</i>	
	<i>Cristiane Castro Gonçalves</i>	
	<i>Rosaline Cristina Figueiredo e Silva</i>	
	Sobre os(as) organizadores(as)	601
	Sobre os(as) autores(as)	605

Apresentação

GEOGRAFIAS DA ESPERANÇA

ADÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA
RICARDO ASSIS GONÇALVES
ANA CAROLINA DE OLIVEIRA MARQUES
WILLIAN SIMÕES
CEZAR BARROS

É praticamente consensual a ideia de que há um modo brasileiro de se fazer Geografia. Autoras e autores que investigam a produção do pensamento geográfico, as teorias, os métodos e as epistemologias geográficas são eloquentes ao defenderem que a Geografia feita no Brasil é uma das mais alvissareiras do mundo. Em consenso, dizem que há, de fato, esta identidade: a Geografia brasileira.

Muitos desses autores e autoras, alicerçados por teses, dissertações, pesquisas, grupos de estudos, colóquios e revistas, ou sustentados em múltiplos diálogos de saberes com outras regiões e países, defendem um conjunto de características arvoradas nos últimos quarenta anos da produção geográfica brasileira. Dizem eles que a Geografia brasileira se caracteriza por um profundo engajamento. O diálogo com os movimentos sociais, o comprometimento político em defesa de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses, assim como o ativismo ambiental estão no centro do pensar e do fazer geográficos no Brasil.

A Geografia brasileira também amadurece o entendimento de suas categorias, avança em temas como a mobilidade e o planejamento urbanos, a educação geográfica, implicações de grandes projetos extrativistas e de infraestruturas, conflitos e injustiças ambientais, aproximações com a Ecologia Política, economia de dados e capitalismo digital, políticas públicas, questão agrária,

cartografias existenciais de pessoas com deficiência e interpretações lítero-geográficas de obras literárias em prosa ou versos.

Ademais, a produção científica neste campo de saber em nível de pós-graduação se expandiu no país com novos programas de mestrado e de doutorado em todas as regiões. Esse fato alargou e tornou possível a realização de pesquisas que avultam a interpretação do Brasil profundo, por exemplo, dos territórios da Amazônia e do Cerrado, fronteiras da pilhagem de bens comuns naturais e da expropriação compulsória de comunidades locais.

O pulo da Geografia do eixo Rio-São Paulo para as demais regiões em nível de pós-graduação intensificou a multiplicidade de pesquisas, a formação de geógrafos, a diversidade de teorias e de abordagens metodológicas. O Brasil tornou-se palmilhado pelo olhar de novos geógrafos e geografas.

Sendo assim, observa-se que a diversidade ocorre também por uma espécie de divisão regional do trabalho geográfico. As geografias produzidas em diferentes regiões se situam a partir de seus temas, territórios, sujeitos e classes sociais. Lógico que, como qualquer outra atividade humana, a Geografia brasileira possui contradições. De seu bojo surgem conflitos ideológicos, metodológicos, políticos ou de outros matizes. Todavia, no presente livro, os textos apresentados retratam a diversidade, a pluralidade, as contradições, os conflitos e demais características da Geografia brasileira atual. Com isso, espera-se que as páginas deste livro sejam abertas com alegria, coragem e engajamento.

Nos anos de 2022 e 2023, no contexto da gestão da Anpege, assumimos o posicionamento crítico e engajado, encarnando uma das características centrais da Geografia brasileira. Em 2022, por exemplo, convidamos a comunidade geográfica brasileira a participar da tarefa de construção de um pensamento radical, propositivo e crítico frente ao projeto de destruição da democracia, das florestas, dos rios, dos territórios de povos tradicionais, das ciências, da saúde e das universidades públicas em ebulição naquele momento.

Foi um momento no qual a Geografia brasileira se posicionou em defesa de um projeto para o país capaz de reconhecer e respeitar a sociobiodiversidade, o direito e a soberania dos povos tradicionais; enfrentar a estrutura fundiária desigual e implementar a reforma agrária; retomar o combate à pobreza, à fome e ao analfabetismo (inclusive ao analfabetismo político); defender um país no qual trabalhadoras e trabalhadores possam exercer o trabalho decente e tenham direito à moradia digna; fortalecer a ciência, as universidades e o Sistema Único de Saúde (SUS); construir políticas públicas para reduzir a desigualdade no acesso ao saneamento básico.

Com efeito, continua aberta e acesa a possibilidade de construção de um projeto nacional contra o entreguismo do estado brasileiro, a dependência das remessas de *commodities*, os crimes de ódio e a violência que fere e mata ativistas de movimentos populares e ambientais. Frente à insistência das desigualdades sociais e regionais, ao racismo estrutural, à LGBTfobia, ao neofascismo, aos problemas ambientais graves e ao sequestro das águas e dos minérios, pensar um projeto nacional é tarefa da Geografia que propõe ao Brasil. Esse projeto passa, necessariamente, pela leitura do território. Não pode haver projeto nacional que não passe pela leitura territorial.

Sendo assim, acreditamos que é responsabilidade dos geógrafos e geógrafas construir uma leitura geográfica propositiva do Brasil, inclusive fazendo ponte com o pensamento social brasileiro. Almejamos que a multiplicidade de geografias que estão representadas neste livro, com participação de geógrafas e geógrafas de distintas regiões do país, a Geografia seja capaz de apresentar diferentes perspectivas de interpretação e proposição ao Brasil.

A Geografia, como demonstrado por Verdi (2018), possui a tradição de pensar radicalmente, mesmo sob repressão. Nos anos 1970, por exemplo, o conhecimento geográfico crítico foi produzido sob forte repressão e ameaça da ditadura militar. No entanto, nesta mesma década ocorreu um dos mais importantes encontros da AGB e da Geografia Crítica brasileira: o Encontro Nacional de Geógrafos realizado em Fortaleza (CE), no ano de 1978.

Horieste Gomes, importante referência do movimento de renovação crítica da Geografia brasileira, autor de livros como *Reflexões sobre teoria e crítica em geografia* e *A produção do espaço geográfico no capitalismo*, é um exemplo vivo dos geógrafos que resistiram à ditadura e lutaram em prol da democracia. Foi preso no início dos anos 1970 durante o governo do general Garrastazu Médici, submetido a interrogatórios, torturas e ao exílio forçado na Suécia.

Em *Cela 14: militância, prisão e liberdade*, Horieste Gomes examina suas experiências de formação e militância político-partidária, reflete sobre a prisão e o exílio e revela-se um lutador incansável em defesa dos direitos humanos. Suas palavras são inspiradoras:

Na essência do meu ser, fortaleceu uma melhor compreensão das múltiplas formas de luta – político-ideológica, jurídico-institucional, econômico-social, educacional-cultural, técnico-científica, humanista, existencial, ética, estética, ambiental – que necessitamos empreender para construir a Nação que almejamos. Trata-se de um Estado nacional à altura de resgatar e preservar a nossa verdadeira brasilidade em termos de Nação livre, soberana e autodeterminada. Um Estado identificado com as raízes étnicas e culturais do nosso povo. Um Estado que possua em sua infra e superestrutura político-institucional uma composição de autênticos políticos nacionais,

cidadãos honrados, competentes, identificados e compromissados com os ideais e aspirações maiores de nosso povo, traduzidos em valores existenciais, materiais e espirituais, que correspondam ao direito de ser e existir (Gomes, 2009, p. 27).

A reflexão de Horieste Gomes nos aponta uma esperança necessária, concreta e definitivamente assegurada na coragem e na luta em defesa da democracia e dos direitos humanos. Sendo assim, na condição de organizadores deste livro, acreditamos que é dever ético e político ter uma posição radical em defesa da liberdade de pensamento, do diálogo de saberes, da circulação de ideias, da bibliodiversidade e do direito de todas e todos de se expressarem não só na esfera da academia, mas do largo tecido social. Do mesmo modo, ao exporem a sua visão e a sua experiência sobre o mundo do trabalho, sobre a estrutura territorial, sobre a cultura e qualquer tema e assunto que requisitem uma interpretação lúcida para que não redundem em constatações opressoras muito próprias dos regimes autoritários.

Emergem destas reflexões o sentido e a proposição do título deste livro: *Geografias da esperança: revisitar o Brasil, dialogar com o mundo*, inicialmente, tema do XV Enanpege – Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia –, sediado na cidade de Palmas (TO) entre os dias 9 e 13 de outubro de 2023. A escolha desse tema para o Evento – e também para este livro – reafirma a importância da Geografia engajada na construção de uma sociedade democrática e justa; de uma ciência que interpreta o país e não dispensa o diálogo com o mundo.

A opção por destacar o título *Geografias da esperança* foi propositiva e consciente de sua importância política no momento em que foi elaborado. A esperança está imiscuída nas resistências e nos desafios postos nos horizontes que se iniciavam em 2023. Afinal, nos anos anteriores, muitos de nós perderam amigos, vizinhos, familiares e colegas de trabalho no contexto da pandemia de Covid-19; atravessamos momentos de medo, luto e indignação frente ao negacionismo do governo brasileiro disseminado na sociedade através de *fake news*. Contudo, geógrafas e geógrafos, ativistas populares, professoras e professores lutaram e acreditaram que a manhã iria chegar, tal como Thiago de Mello publicou em *Madrugada Camponesa*: “Faz escuro, mas eu canto / Porque a manhã vai chegar”. Quando adentramos o ano de 2023, tivemos a convicção de que a nova manhã havia chegado e com ela o sonho de mulheres e homens saírem dos arrabaldes da injustiça para protagonizarem com esperança a construção de um novo projeto para o Brasil.

O professor Adão Francisco de Oliveira, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege) na Gestão

2022-2023, sintetizou elementos que perpassam o propósito da construção de *Geografias da esperança* ao dizer:

Encerramos um ciclo muito triste e perverso da história do país. Vimos o absurdo acontecer: banalizou-se a maldade, realizada como política pública na forma de violência deliberada (contra indígenas, camponeses, lideranças sindicais); de agressão à Floresta Amazônica; de ódio contra as diferenças e os diferentes; de supressão dos direitos (trabalhistas, sociais, humanos); de negação da ciência; de perseguição a professoras e professores; de pauperização das bases sociais. Foram 6 anos de um longo pesadelo, iniciado com o golpe de 2016 e agravado com o governo *fake news* dos últimos 4 anos. Nesse período o governo brasileiro precarizou o trabalho; fomentou o feminicídio; rejeitou os planos de vacinação e o país perdeu quase 700 mil pessoas para a Covid-19 e viu doenças erradicadas voltarem. Sofremos. Houve momentos de desespero e desesperança. Mas superamos essa triste história. Com a conhecida resiliência brasileira e com a resistência dos movimentos sociais, dos partidos de centro-esquerda, das pessoas que não desistem nunca deste país de plenas possibilidades, nos reorganizamos, encaramos a eleição mais tensa da história da República e contra todo um esquema gigante de compra de votos, vencemos o pleito, elegemos Lula presidente, mudamos o rumo da história. Encerramos o ano de 2022 reinventando o Brasil, redesenhando-o com os traços da sua diversidade, pintando-o com cores hodiernas, democráticas, civilizatórias, republicanas, cívicas. 2023 chegará com a esperança que nos permite sonhar de novo com um mundo melhor. Isso não significa que não precisaremos mais lutar. A luta precisa ser travada todos os dias, sempre. Para que o Brasil sustente as cores e formas que desenhemos no último processo eleitoral, é preciso da atenção de todos nós na formulação das políticas públicas, no seu monitoramento, na pressão dos movimentos sociais, na organização dos movimentos de base. O Brasil do futuro, da esperança, é também o Brasil da luta e da vigília. (Oliveira, 2023, p. 1).

As palavras do professor Adão Francisco de Oliveira nos situam na luta, na resistência e na esperança que arvoraram no Brasil e continuarão vigorosas frente aos desafios cotidianos e inescapáveis de nossas ações de professores(as) e pesquisadores(as). A Geografia continuará não se silenciando diante de todas as tentativas de golpismo, facetas do fascismo e ataques à democracia no Brasil e no mundo. O obscurantismo e as tentativas de afrontar a ciência não encontrarão terreno fértil na comunidade geográfica brasileira. Assim, a assunção da postura crítica é o signo que pede passagem aos capítulos deste livro, distribuídos em seis eixos temáticos: 1) Geografias do tempo presente: tensões e possibilidades; 2) Leituras geográficas do Brasil; 3) Perspectivas da educação geográfica; 4) Escalas da geografia dos conflitos; 5) Reflexões em Geografia Física; 6) Atravessamentos da Pós-Graduação em Geografia no Brasil.

Finalmente, a Geografia que fazemos e sonhamos continuará sendo parte do triunfo da mudança. Essa ciência produz um saber crítico e fundamental

para a construção de um país justo, solidário e democrático. Um saber que enfrenta com coragem os desafios, contradições e conflitos que urdem a formação social brasileira. Sendo assim, estamos certos de que os versos escritos por Milton Nascimento e Fernando Brant, da letra da música *O que foi de vera*, podem ser cantados por todas e todos: “*Outros outubros virão / Outras manhãs, plenas de sol e de luz*”. De outubro a outubro, segue o movimento...

REFERÊNCIAS

GOMES, Horieste. **Cela 14**: militância, prisão e liberdade. Goiânia: Edição do Autor, 2009.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **2023: tempo de esperança**. 2023. Disponível em: <https://www.blogdohp.com/noticia/93176/um-ciclo-triste-e-perverso>. Acesso em: 20 de jun. 2024.

VERDI, Elisa Favaro. Pensar radicalmente sob a repressão: a geografia crítica brasileira no contexto da ditadura civil-militar. **Geosp – Espaço e Tempo**, v.22, n.3, p.539-558, 2018.



**GEOGRAFIAS DO
TEMPO PRESENTE**
TENSÕES E POSSIBILIDADES

DESFAGMENTANDO A ANÁLISE GEOGRÁFICA

A perspectiva Ambiente-Território-Lugar (A-T-L)

MARCELO LOPES DE SOUZA

INTRODUÇÃO: OTIMIZANDO O USO DA “CAIXA DE FERRAMENTAS”

Na linguagem da informática, conforme nos informam os léxicos especializados, “fragmentação” é um termo que designa um processo de particionamento da memória do computador, acarretando desperdício de espaço disponível. A “desfragmentação” é uma medida corretiva que consiste em um processo de eliminação da fragmentação dos dados de determinado sistema de arquivos; ela é feita mediante o reordenamento do espaço de armazenamento. Para as finalidades do presente texto, isso é uma analogia útil. Muito embora estejamos a tratar de questões epistemológicas e metodológicas da Geografia, e não de problemas de informática, a essência é a mesma: reordenar os arquivos, evitando a fragmentação e o desperdício de memória. A alusão à *memória*, aliás, é especialmente oportuna, pois também na Geografia, recuperar e revalorizar a memória epistemológica do campo de estudos é uma condição *sine qua non* para contextualizarmos o esforço de costuramento (teórico-conceitual-)metodológico que se propõe neste ensaio.

Muitos geógrafos têm, há décadas, cometido a grave falta de privilegiar este ou aquele conceito à sua disposição em seu vasto acervo de conceitos. Como resultado, o rico acervo acaba ficando subaproveitado. No fundo, isso é muito mais um sintoma que uma causa de toda uma problemática de dispersão e desconexão interna. Seja lá como for, além de darem menos atenção do que se deveria ao *contexto teórico-metodológico* à luz do qual os conceitos realmente ganham

sentido (sem isso, os conceitos não passam de pedacinhos de explicação, mais ou menos isolados), muitos geógrafos terminam fazendo um uso insatisfatório das “ferramentas” que possuem em sua “caixa de ferramentas” – cada “ferramenta” com a sua especificidade, não sendo necessariamente melhor que qualquer outra. Ora, privilegiar esse ou aquele conceito (e negligenciar o debate propriamente teórico, que não se confunde com a memorização de conteúdos conceituais isolados, com a reflexão teórica funcionando como “segundo plano” pouco explorado e aprofundado) é uma das decorrências de um processo já bastante avançado de fragmentação da pesquisa geográfica.

Enganar-se-ia quem pensasse, a esta altura, que se trata, tão somente, da famigerada oposição “Geografia Física” *versus* “Geografia Humana”. É fácil verificar que, internamente à própria Geografia Física, tendências centrífugas, decorrentes da sedução da hiperespecialização (vale dizer, do investimento exclusivo na verticalização do conhecimento, em detrimento da horizontalização, que permite a visão de conjunto e a capacidade de integrar e contextualizar), começaram a ser percebidas ainda em meados do século XX. Não foi outra a razão pela qual o geógrafo alemão Carl Troll propôs, já na virada dos anos 1930 para a década seguinte, uma “Ecologia da Paisagem” (tradução imperfeita da expressão *Landschaftsökologie*), também chamada por ele de “Geoecologia” (*Geoökologie*); e foi a permanência do desafio que levou, uma geração depois, o geógrafo francês Jean Tricart a atualizar a mesma preocupação e lançar a ideia de uma “Ecogeografia” (*éco-géographie*). Contemporâneo de Tricart, Georges Bertrand fez algo similar, parcialmente inspirado em contribuições russo-soviéticas, ao apresentar a abordagem denominada *Géossystème-Territoire-Paysage* (GTP).¹ Nos três casos, a tarefa que aqueles personagens se propuseram foi a mesma: em face de uma percebida tendência de fragmentação da Geografia Física (ainda embrionária na época do visionário Troll, e já bastante patente quando Tricart e Bertrand publicaram seus escritos seminais), buscar formas de se reconstituir a integridade do tecido desse macrorramo da disciplina. Esses antídotos não deixaram de surtir algum efeito, pois muitos geógrafos físicos têm se mostrado sensíveis ao apelo por integrações, mesmo que as contribuições pioneiras de Troll, Tricart e Bertrand nem sempre sejam devidamente mencionadas. De todo modo, infelizmente, isso não tem impedido que um número grande e talvez crescente de geógrafos se venha identificando primeiramente como geomorfólogos, climatólogos etc., advogando por uma completa autonomia epistemológica e até institucional de seus campos mais específicos (sobretudo no caso da Geomorfologia) em relação à

1 Consulte-se, p. ex., Troll, 1966a, 1966b e 1966c; Tricart e Kilian, 1979; Tricart, 1994; Bertrand, 1968; e Beroutchachvili e Bertrand, 1978.

Geografia. Alguns chegam até mesmo a duvidar de que ainda faça muito sentido se apostar na ideia de uma “Geografia Física” coerente e integrada.

A Geografia Humana, de sua parte, tampouco tem se mantido imune a tendências centrífugas, conquanto as tendências dispersivas se manifestem, ali, de maneira distinta. Não existe, na Geografia Humana, nenhum paralelo forte e direto com o que vem ocorrendo com a Geografia Física, haja vista que a Geografia Urbana, a Geografia Rural etc. não têm dado origem a nenhum clamor por autonomia epistemológica. Mas há, não obstante, um enfraquecimento dos diálogos internos em favor de interlocuções externas. Isso se dá em virtude, também nesse caso, de uma sedução pela especialização excessiva; mais ainda, de um interesse muitas vezes bastante reduzido por diálogo com outros geógrafos. Com isso, por exemplo, não são poucos os geógrafos econômicos que dialogam muito mais com economistas que com seus colegas de profissão que tenham especialidade diversa (geógrafos políticos, culturais etc.). Situação semelhante se dá com geógrafos políticos em face da Ciência Política, geógrafos culturais em face da Antropologia, geógrafos históricos em face da História...

Em meio a tudo isso, vemos multiplicarem-se os chamados “diálogos de surdos” (ou seja, os mesmos termos técnicos possuindo conteúdos distintos, como ocorre com “paisagem”), as superposições e duplicações de esforços (iniciativas interessantes que caminham paralelamente e nunca se encontram) e o descuido para com temas e problemas que, por sua própria natureza, demandam um tratamento integrador. Este último caso corresponde aos *objetos de conhecimento híbridos*, assunto que será abordado com algum detalhe na segunda seção deste trabalho.

Uma boa estratégia metodológica (e uma boa teoria) não existe sem estar assentada sobre sólidos fundamentos de convicções epistemológicas. A partir do momento em que a maioria dos praticantes do campo profissional conhecido como “Geografia” abre mão de prestigiar a condição “epistemologicamente bipolarizada” desse campo – ou seja, a sua vinculação visceral e simultânea a dois polos epistemológicos, o das ciências da natureza e os das ciências da sociedade –, preferindo, em vez disso, buscar uma “purificação” epistemológica que reposicione e ressignifique a fonte de sua identidade acadêmica como “ciência social” (no caso da Geografia Humana) ou, na direção oposta, como “ciência natural” (no caso de muitos geomorfólogos e outros tantos colegas da Geografia Física), a possibilidade de valorizar as articulações e transversalidades epistêmicas fica seriamente comprometida. Os conceitos tenderão a ser construídos de maneira afunilada e empregados de modo largamente descontextualizado; concomitantemente, os enfoques teóricos tenderão a se ensimesmar, ignorando iniciativas e contribuições potencialmente úteis que

porventura surgirem em áreas vistas como “externas”, ainda que praticadas por geógrafos. Evidentemente, a mesma crítica e a mesma advertência igualmente se aplicam aos métodos e técnicas de pesquisa.

A partir do instante em que nos recusamos a aceitar a fragmentação da análise geográfica, enxergando a necessidade e até uma certa urgência em enviar esforços para a construção de cooperações e sinergias, temos, também, que aceitar que contribuições parcelares precisam ser submetidas a uma reavaliação à luz de uma concepção de totalidade estrutural. Isso equivale a dizer o seguinte: não se trata de, meramente, recosturar membros decepados, sem a necessária sofisticação teórica e epistemológica, de um corpo que sofreu mutilação. O resultado seria nada mais que um monstro incoerente, um Frankenstein epistemológico.

É saudável reconhecer que a Geografia clássica, que se arrogava o privilégio de ser uma “ciência de síntese” e uma “ciência-ponte” entre a pesquisa natural e a social, sofreu críticas que, em si mesmas, foram merecidas: notadamente ao empirismo e ao funcionalismo. Não é o caso, por conseguinte, de voltar ao passado – o que, além de impossível, não seria desejável. O problema é que, como ensinou Paracelso, “a dose faz o veneno”; com efeito, muitas vezes, a diferença entre remédio e veneno está na quantidade utilizada, não na substância ingerida. Exageros e falácias tiveram, da década de 1970 em diante, livre curso, a começar pela tacanhez de valorizar apenas as “mediações históricas da natureza”, descurando ou banalizando as “mediações naturais da sociedade” (lembrando, com essas expressões, do título de um capítulo seminal do notável livro de Alfred Schmidt [2016]).

A *Geografia Ambiental*, projeto em torno do qual gravita este texto (e a proposta teórico-metodológica que ele traz), não sofre de nenhuma nostalgia por um passado disciplinar supostamente idílico; ao mesmo tempo, ressalta-se o fato de que certas leituras falaciosas levaram a que se jogasse fora o bebê com a água do banho, nas décadas de 1970 e 1980. Em vez de redimensionarem e reformarem a maneira de lidar com as dimensões geobiofísica e sócio-espacial da realidade, muitos geógrafos optaram por cortar certos laços internos. Os efeitos negativos disso têm incluído, com destaque, a imensa dificuldade de uma parcela majoritária da profissão em valorizar e construir objetos de conhecimento híbridos, do que decorre sua imensa dificuldade em contribuir como protagonistas com debates em torno de pautas importantes de agendas públicas e de luta social – do licenciamento ambiental aos agrotóxicos, passando pela injustiça ambiental e pela formação de “zonas de sacrifício” urbano-ambientais, pelo neoextrativismo, pelos vários aspectos envolvidos na criação de áreas ambientalmente protegidas, e assim sucessivamente. A abordagem

Ambiente-Território-Lugar, tema deste artigo, pretende ser um subsídio à operacionalização de pesquisas e estudos imbuídos da convicção de que garantir um lugar para os objetos de pesquisa híbridos é, para os geógrafos, de grande relevância profissional, assim como uma forma de alavancar a sua habilidade de colaborar, por meio de suas agendas de pesquisa, com algumas das lutas prioritárias do mundo atual.

TRÊS CONCEITOS ESSENCIAIS – E MUTUAMENTE COMPLEMENTARES

Ambiente, território e lugar são três dos mais importantes conceitos à disposição dos geógrafos. Todavia, eles têm sido desigualmente prestigiados; além disso, não têm sido articulados entre si com a devida intensidade.

O conceito de território tem sido, especialmente desde os anos 1990, crescentemente acionado e discutido, ao passo que o conceito de lugar não tem recebido o destaque que lhe cabe. Não que a dimensão simbólica, afetiva e das identidades sócio-espaciais não seja valorizada; o que ocorre é que, em alguns casos, se tem enfiado o conteúdo próprio do conceito de lugar dentro do conceito de território. Em consequência, este último se vê inflacionado e sobrecarregado, ao mesmo tempo que tem a sua especificidade diluída, o que pode levar a confusões (vide, sobre isso, Souza, 2013, p. 77 ss.).

O tratamento algo descuidado em relação ao conceito de lugar (muitas vezes associado, de forma estreita, exclusivamente à chamada “Geografia Humanística” de Yi-Fu Tuan e Edward Relph) não se compara, todavia, à negligência de que tem sido vítima o conceito de ambiente, sistematicamente esquecido ou, no mínimo, subestimado. Isso tem ocorrido, basicamente, por ser ele, muitas vezes, equivocadamente tomado como sinônimo de “meio ambiente”, o que equivale a reduzir o seu alcance à natureza não humana, à “natureza primeira” – isto é, a uma “natureza natural”, ao domínio dos processos geobiofísicos, sem consideração direta ou forte da sociedade e dos processos sócio-espaciais.

Sobrecarregar qualquer um desses conceitos – ou qualquer ferramenta conceitual que seja – não é somente algo desnecessário: é metodologicamente nocivo. Se exigirmos demais de um único conceito, ao mesmo tempo deixando de utilizar ou subutilizando os demais, agiremos como se só dispuséssemos de uma única ferramenta para todo e qualquer trabalho de marcenaria – por exemplo, improvisando o uso do cabo de um serrote para pregar pregos, esquecendo de que a finalidade precípua daquela ferramenta é serrar madeira (e, pior ainda, esquecendo de que dispomos de um martelo ao nosso alcance!). É preciso ter clareza sobre o fato de que a circunstância de cada conceito possuir

peculiaridades e um alcance determinado não aponta para nenhum defeito: todos os nossos conceitos são, em alguma medida, específicos e limitados, e é a sua combinação inteligente, nos marcos de teorias robustas e métodos apropriados, que promete coroar de êxito os nossos esforços para tornar um pouco mais inteligível o mundo à nossa volta.

Pragmaticamente, como poderíamos resumir a quintessência do conteúdo de cada um dos nossos conceitos-chave? Já que existe uma volumosa literatura sobre “ambiente”, “território” e “lugar”, seria tolice pretender, aqui, acrescentar algo de original, ou mesmo oferecer uma súpula densa das discussões das últimas, digamos, quatro ou cinco décadas. É válido e necessário, ainda assim, fornecer uma espécie de “síntese didática” – seguramente nada mais que uma magra introdução ao assunto, mas útil do ponto de vista da presente argumentação.

Examinemos, para começar, cada conceito de *per se*. *Ambiente* diz respeito ao conjunto das interações materiais envolvidas na “natureza primeira” (processos, dinâmicas e ciclos geobiofísicos) e em sua transformação em “natureza segunda” por meio das relações sociais e da produção social do espaço; mais especificamente, podemos dizer que ele se refere ao *metabolismo ecológico-social*. O *território*, por sua vez, abrange o espaço definido e delimitado por relações de poder, ou, mais precisamente, a projeção espacial das relações de poder.² Por último, o *lugar* nos remete ao simbolismo e aos laços afetivos dos seres humanos entre si e com objetos geográficos (construções, montanhas, rios...), sob a mediação de uma porção do espaço terrestre; em outras palavras, estamos perante vínculos emocionais entre pessoas e também das pessoas com outras coisas, tendo por referência espaços e se projetando sobre espaços, daí resultando o que denominamos *identidades sócio-espaciais*.

Perceber diferenças de conteúdo e alcance entre esses três conceitos não implica, por outro lado, que eles não devem ser vistos como inarredavelmente complementares. Pelo contrário! É possível resumir as relações entre eles da seguinte maneira:

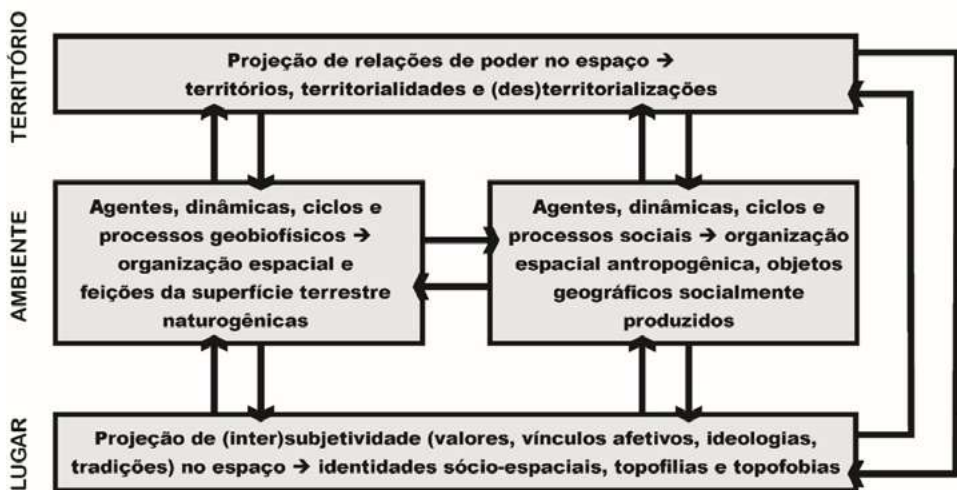
- a) A materialidade do ambiente, notadamente enquanto “natureza segunda”, é modelada pelo poder e pelo simbolismo.

2 Lembrando que as relações de poder não precisam ser heterônomas, isto é, caracterizadas por dominação e opressão, podendo ser também autônomas, porquanto baseadas em simetria e horizontalidade durante os processos decisórios. Poder, em última análise, significa a capacidade de influenciar os outros, e isso pode ser alcançado por meios radicalmente democráticos, embora isso seja algo bem menos comum do que gostaríamos.

- a) Os territórios se acham impregnados de simbolismo e como que se “decalcam” sobre os ambientes, a eles se superpondo e tomando-os como referências materiais.
- a) Os lugares são, sempre, atravessados pelo poder, e só existem em referência a ambientes concretos.

Os vínculos entre *ambiente*, *território* e *lugar* podem ser condensados, acrescentando alguns detalhes em comparação com o que fiz no resumo acima, mas sem sacrificar a virtude da concisão, em um modelo gráfico. A Figura 1 nos traz um tal modelo em que os conteúdos fundamentais de cada um dos conceitos em tela e a quintessência de suas interconexões se acham didaticamente representados.

Figura 1 – Ambiente, território e lugar: inter-relações entre os conceitos



Fonte: Elaborado pelo autor.

Aprender com densidade a realidade que os conceitos de ambiente, território e lugar buscam captar, fazendo justiça a ela e às múltiplas conexões entre essas facetas, não é tarefa trivial. A despeito da necessidade de distinções, os limites são fluidos. Os limites entre o “natural” e o “social”, no contexto do ambiente, sempre foram escorregadios, algo do qual nos damos conta quando nos recordamos de que, desde tempos imemoriais, sempre intervimos em nossos próprios corpos (através de tatuagens, escarificações, botoques etc.), além de cada cultura imaginar e “recriar” o mundo à sua maneira. Materialmente, no entanto,

os limites vêm sendo redefinidos e deslocados com velocidade impressionante nos últimos dois séculos e, acima de tudo, nas últimas décadas, na esteira da poluição planetária, do aquecimento global e de tecnologias como a engenharia genética e a inteligência artificial. Aliás, as próprias fronteiras entre espaço e relações sociais, a propósito de territórios e lugares, são impossíveis de serem traçadas com clareza cartesiana. Os territórios não são, rigorosamente falando, espaços materiais, mas sim projeções de poder sobre o espaço – vale dizer, relações sociais espacialmente referenciadas. E o mesmo pode ser dito acerca dos lugares, bastando substituímos “projeções de poder” por “projeções de imagens e sentimentos de lugar (topofilias e topofobias)”.

OS OBJETOS DE CONHECIMENTO HÍBRIDOS

Os objetos de conhecimento híbridos se referem a objetos epistêmicos que não são nem puramente naturais ou naturogênicos (isto é, cuja origem independe dos seres humanos, total ou basicamente) nem puramente sociais ou antropogênicos (ou seja, criados pela sociedade). O que está em jogo, quanto a essa questão, é se o modo como desenhamos os problemas de pesquisa e o escopo de nossas investigações empíricas (os nossos objetos de conhecimento, portanto) está à altura de uma época histórica em que o mundo se vê cada vez mais povoado por entidades (os objetos reais) que são, em si mesmas, um misto de dois estratos de realidade, o naturogênico e o antropogênico: da acidificação dos oceanos e da chuva ácida a eventos climáticos extremos como furacões, passando pelos produtos da engenharia genética, pelas próteses de partes do corpo humano, pelas ligas metálicas crescentemente sofisticadas, e por aí vai. Os objetos de conhecimento híbridos, por isso, repelem tentativas de deciframento que se baseiem exclusivamente em epistemologias, teorias, conceitos e métodos das ciências da natureza ou da sociedade. Eles exigem, pelo contrário, uma combinação e uma solidariedade de abordagens e recursos analíticos derivados de ambos os macrocampos do conhecimento científico.

Concepções dualistas do mundo pressupõem fronteiras nítidas entre a “natureza” e a “sociedade”. Tal dualismo, associado a ideologias e filosofias que vão do substrato religioso judaico-cristão ao Iluminismo e ao “modernismo”, tem sido rejeitado com veemência por autores influenciados pelo chamado “pós-modernismo”, o que inclui até mesmo alguns neomarxistas e neoanarquistas. Supostamente, essa rejeição do dualismo faria maior justiça à complexidade do mundo; entretanto, ela pode terminar por sabotar, de uma maneira sutil e insidiosa, a possibilidade de uma concepção da realidade que faça plena justiça à complexidade desta. Como assim? Vejamos.

Muitos críticos do pensamento de tipo dualista têm acreditado (e nos feito crer) que *qualquer* distinção, *qualquer* diferenciação entre duas entidades (sejam elas forças, dinâmicas ou facetas da realidade) já é uma dicotomia e uma simplificação inaceitável e empobrecedora. Com essa postura, a própria compreensão do que possa ser uma *dialética* que não seja racionalista fica de antemão comprometida, e somos empurrados para uma confusão baseada em uma falácia: qualquer bipolarização ou dualidade já se confunde com um pensamento dualista, sendo, por isso mesmo, execrada. É isso que vemos em muitas críticas da mentalidade cartesiana que pretende estabelecer uma nítida fronteira entre “sociedade” e “natureza”: a solução, para uns tantos observadores, residiria em *abominar e eliminar as distinções*. E ponto final. Só que isso está longe de ser uma solução.

Como resultado de uma rejeição do dualismo que traz, contrabandeada e disfarçada, uma rejeição da própria dialética, não têm sido poucos os intelectuais e estudiosos que acreditam, por conseguinte, que superar o dualismo que contrapõe, simplisticamente, a “natureza” à “sociedade” exige que renunciemos por completo a qualquer diferenciação – ao ponto de que, em certos casos, até mesmo o mero emprego dessas duas palavras passa a ser encarado com suspeição. Lamentavelmente para nós, esses críticos, tirando certas alusões vagas e de restrito valor operacional à cultura de sociedades pré-capitalistas ou tribais, tipicamente não sabem muito bem o que pôr no lugar. Esclareça-se: por que “restrito valor operacional”? Porque aquelas culturas, por mais que possam servir, sob alguns pontos de vista, como fontes de inspiração ou manancial de lições para nós, não constituem modelos que possam simplesmente ser transpostos para o mundo contemporâneo, já que os contextos materiais, institucionais e culturais são absolutamente diversos. Vivemos em um mundo com oito bilhões de habitantes, fortemente ocidentalizado na sua maior parte e predominantemente submetido à lógica do modo de produção capitalista. Se não conseguirmos divisar no horizonte formas de resistência política, material e cultural que incorporem e lidem com as necessidades das enormes massas humanas que se apinham nas grandes cidades e já foram há muito tempo desterritorializadas e expulsas do campo e das florestas, dificilmente os discursos socialmente críticos e anticapitalistas terão apelo junto à maior parte da humanidade. Conversaremos dentro de “bolhas” acadêmicas simpáticas às populações ditas “tradicionais”, mas os trabalhadores urbanos pobres nos serão estranhos – e nós seremos estranhos a eles.

Falar em “híbridos”, no âmbito da Filosofia e da pesquisa social, nos remete, já há três decênios, inevitavelmente ao nome de Bruno Latour (Latour, 1994). A Latour devemos ele ter contribuído, como poucos, para chamar a

atenção para as limitações das tentativas de “purificação epistemológica” baseadas em separações cartesianas entre “natureza” e “sociedade”. Ao mesmo tempo, porém, as suas contribuições – que têm alimentado correntes da moda como a “*Action-Network Theory*”, a abordagem da *assemblage thinking* e, ainda que de maneira não isenta de tensões e fricções, versões do social-construcionismo – trouxeram consigo alguns elementos desconcertantes, porquanto real ou potencialmente conservadores (sem contar que essas contribuições condenaram a um parcial ostracismo certos esforços anteriores, intelectual e politicamente muito mais profícuos no tocante à crítica do cartesianismo e do positivismo, como os de Cornelius Castoriadis e Edgar Morin³).

Um desses elementos conservadores (ao menos potencialmente) é que aquilo que Latour entende por “híbridos” se apoia em um *elogio da indistinção*, devido à evidente dificuldade de dialetizar radicalmente os vínculos entre “natureza” e “sociedade” – daí parecendo não restar alternativa a não ser declarar qualquer diferenciação como suspeita do crime de “modernismo”. Infelizmente, substituir o odiado par terminológico “sociedade”/“natureza” por algum constructo novo (como a “socionatureza” ou o particularmente hermético “*oikeios*”⁴) não resolve os nossos problemas – tanto é que é fácil constatar que os autores que assim procedem também não conseguem, o tempo todo e coerentemente, abdicar do emprego daquelas duas palavrinhas –, e ainda acrescenta algumas complicações. Para ficar em um único exemplo, a meu ver eloquente: se abrimos mão completamente de diferenciar o que é naturogênico do que é antropogênico, como poderemos argumentar com os negacionistas climáticos que teimam em afirmar que o aquecimento global não é causado por emissões antropogênicas de CO₂, mas sim por causas naturais?...

Outro aspecto conservador das ideias de Latour, notadamente do Latour tardio, é a preocupação com a problemática ambiental contemporânea em um estilo que se aproxima, perigosamente, do (eco)fascismo. Não contente em afirmar que “a ecologia é a nova luta de classes” (Latour, 2021), Latour ainda elegeu, como um interlocutor privilegiado, Carl Schmitt – o notório jurista alemão que se empenhou em legitimar o regime do Terceiro Reich –, sem que os motivos de tão controversa escolha ficassem muito claros ou fossem tornados persuasivos (como facilmente se entrevê em Latour, 2016). Tais credenciais, se não desqualificam de imediato, na melhor das hipóteses prejudicam

3 Ver, de Castoriadis, p. ex.: Castoriadis, 1975, 1986 e 1999. De Morin, consulte-se o seu monumental *O método* (Morin, 2008).

4 Vide, no caso da “*socionature*”, p. ex., Swyngedouw (1999). Quanto ao *oikeios*, ele é da lavra de Jason Moore (ver, p. ex., Moore, 2015).

bastante, de um ponto de vista emancipatório, o projeto intelectual latouriano, não descolável de sua substância político-ideológica.

Da minha parte, por falar em projeto intelectual, tenho advogado há um bom tempo uma *Geografia Ambiental* na qualidade de moldura epistemológica em cujo interior pode florescer o que está sendo chamado, aqui, de perspectiva ou abordagem A-T-L. A Geografia Ambiental, ao menos como tem sido proposta pelo autor destas linhas, não deveria ser entendida como um “terceiro macrorramo” da Geografia (ao lado de Geografia Humana e Geografia Física), mas sim como um *enfoque*: um ponto de convergência ou espaço epistêmico de encontro da pesquisa natural e da pesquisa social em Geografia. Para além das considerações filosóficas, a vantagem de não ser defendida como um novo ramo (“novo” relativamente, pois suas raízes são muito antigas) é evitar que geógrafos que se dedicam à pesquisa urbana, agrária, geomorfológica, climatológica etc. pensem que uma dedicação aos estudos ambientais conflitaria com seus interesses de origem ou primordiais. O que importa, em matéria de Geografia Ambiental, é muito mais *para onde se quer ir* do que *de onde se vem*, ainda que isso não seja irrelevante (já que influenciará a natureza das contribuições específicas). Para a Geografia Ambiental podem confluir os mais variados esforços e *expertises*, sem prejuízo algum para identidades previamente construídas.

Pois bem: a Geografia Ambiental representa uma *superação dialética* em cujo âmbito continua fazendo sentido falar de “sociedade” e “natureza”. Uma das razões para isso é, justamente, de ordem metodológica, aspecto frequentemente descuidado por intelectuais sem grande compromisso com as necessidades da pesquisa empírica: os métodos e as técnicas de pesquisa a serem empregados não podem ou devem ser os mesmos para elucidar os processos geobiofísicos e sócio-espaciais da realidade.⁵ Algum nível de distinção entre “sociedade” e “natureza”, portanto, permanece válido, por mais que seja imprescindível afirmar o caráter *essencialmente relativo e dinâmico* dessa distinção.

Uma vez que tenhamos em mente que para nós, seres humanos, tudo o que existe e se manifesta aos nossos sentidos é por nós concebido e interpretado de maneira histórica, geográfica e culturalmente situada, teremos forçosamente que admitir que, em certo sentido, *tudo é sociedade*. Concomitantemente, se não esquecermos que nada somos além de poeirinha cósmica (habitantes de um planetinha azul que orbita ao redor de uma estrela amarela de tamanho mediano, em um sistema solar localizado na periferia de uma galáxia pouco significativa, situada em um universo ainda cheio de mistérios), e que não passamos de primatas (ainda que com características únicas) e, por conseguinte,

5 Consulte-se, para detalhes sobre a Geografia Ambiental enquanto superação dialética, Souza (2021).

de animais e agregados de células, de moléculas e de átomos, somos obrigados a reconhecer que, em certo sentido, *tudo é natureza*.

Mais ou menos recentemente, um número nada desprezível de geógrafos, menos ou mais influenciados por filósofos e cientistas sociais “pós-modernos”, tem demonstrado um renovado interesse pela “natureza”. Essa abertura é indubitavelmente algo a ser intrinsecamente saudado, uma vez que carrega um potencial para estimular o investimento em objetos de conhecimento híbridos. Inspirados em Latour e outros autores de cepa aparentada, esses geógrafos têm, de maneira unilateral, antes buscado “aprender com Latour” que cogitado o caminho inverso: não teriam determinados pensadores e intelectuais (Latour incluído) quicá se beneficiado, se por acaso tivessem travado um contato menos superficial e não preconceituoso (como amiúde tem ocorrido) com a Geografia e sua história? Em um plano epistemológico e teórico-conceitual que se mostre afeito às questões metodológicas e compatível com as necessidades da investigação empírica, constatamos que o “elogio da indiferenciação” revela sérias limitações e nos prepara armadilhas.

Os autores, geógrafos e não geógrafos, que propõem que amaldiçoemos o par terminológico “sociedade” e “natureza”, tido por incorrigivelmente dicotômico e insuportavelmente anacrônico e ocidental, e que, por fim, substituamos esse odioso par por alguma outra coisa (como a “socionatureza”), renunciando a toda e qualquer distinção (como se essa renúncia fosse condição *sine qua non* para nos livrarmos do positivismo e darmos valor à percepção de natureza e sociedade “como uma coisa só”), não compreendem algo elementar. Não compreendem que, na realidade “lá fora” (ou também “aqui mesmo”: nossos corpos são naturais e culturais/sociais!), tudo está “junto e misturado”, sem que isso, por outro lado, interdite toda e qualquer distinção – principalmente na hora de selecionar e empregar métodos e técnicas de pesquisa. Ou aceitamos que precisamos utilizar métodos e técnicas diferentes, já que a própria relação Sujeito/Objeto (emocionalmente, no tocante a valorações, em matéria de acesso a dados etc.) não é a mesma quando estudamos estrelas distantes, rochas, formigueiros e sociedades humanas, ou acreditamos, pelo contrário, que o mesmo conjunto de métodos e técnicas pode servir para tornar inteligível uma realidade complexa e heterogênea que, inadvertidamente, será tomada por nós como epistemológica e metodologicamente uniforme. Quem assim proceder, nada mais estará a fazer, em última instância, que aquilo que sempre se condenou no positivismo, em suas diversas versões: *pasteurizar a realidade*.

APRESENTANDO A PERSPECTIVA AMBIENTE-TERRITÓRIO-LUGAR (A-T-L)

A expressão “ambiente-território-lugar” não é propriamente uma palavra composta, como guarda-chuva ou couve-flor, uma vez que os termos originais guardam, cada um deles, seu significado particular. A justaposição de vocábulos (termos técnicos), no caso, pode ser entendida, de maneira frouxa, como um “conceito composto”, e sobretudo enquanto um “conceito-lembrete”, por nos lembrar da visceral interconexão entre os conteúdos abrangidos pelos três conceitos originais. Sem embargo, ler “ambiente-território-lugar” como um verdadeiro conceito não é uma interpretação lá muito rigorosa, pois não se pretende, com essa expressão, trazer um conteúdo novo. A título de “conceito-lembrete”, “ambiente-território-lugar” não vem para substituir aqueles conceitos individuais, mas, modestamente, para nos recordar sobre a imprescindibilidade de não negligenciar as conexões entre os três conceitos básicos, as quais geram uma sinergia que nos deve ser muito cara.

Em última análise, “ambiente-território-lugar” consiste, rigorosamente falando, em uma expressão que designa, sinteticamente, um *instrumento metodológico* – em suma, uma *perspectiva* ou *abordagem*. Essa perspectiva nos remete ao esforço de cultivar a articulação dos três conceitos citados em nome de uma análise densa, não fragmentadora. É por isso que, tratada na qualidade de abordagem específica, estamos diante de um substantivo próprio, razão pela qual é recomendável grafar cada palavra com inicial maiúscula.

Alguém poderia, sem embargo, objetar que poderíamos optar por nos referir, muito simplesmente, ao *espaço geográfico*, contornando o incômodo de acrescentar mais uma expressão ao emaranhado de termos técnicos já existentes. A objeção é legítima, pois “espaço geográfico” é, para os geógrafos, uma categoria holística por excelência. Em assim sendo, ela já não daria conta de nossa necessidade de articulação de dimensões? Não exatamente, e por quatro razões, que vale a pena detalhar:

- a) No caso do espaço geográfico em geral, ou até mesmo do espaço especificamente social (a “natureza segunda” dos campos de cultivo, cidades, parques industriais etc.), não há como escapar de uma querela antiga, se se quiser obter alguma profundidade: englobaria ou não o espaço os próprios seres humanos? Me inclino a afirmar que *não*, já que, do contrário, sobrecarregaríamos em demasia a ideia de “espaço”, que passaria a ser sinônimo de “realidade total”. Não obstante, o raciocínio tem de ser dialético, não linear, pois topamos com várias sutilezas atravessando o nosso caminho: afinal de contas, por exemplo, os

vínculos entre o espaço e as relações sociais dão margem a complexas superposições, como acontece com os conceitos de *território* e *lugar* (que não são, conforme já vimos, diretamente porções do substrato espacial material, mas sim projeções de relações sociais sobre o espaço). Definitivamente, esse é um dos terrenos nos quais a Lógica clássica, com seu formalismo rígido e sua ojeriza pelas ambiguidades, mais atrapalha que facilita nossos movimentos.

- b) “Didaticamente”, o encadeamento *ambiente-território-lugar* tem a vantagem de propiciar, de imediato, o destaque explícito das três dimensões-chave (e dos três conceitos) que desejamos realçar.
- c) Queiramos ou não, “espaço geográfico” é uma expressão que, especialmente para muitos não geógrafos, evoca, em primeiro lugar (quando não exclusivamente), o “espaço físico” ou “natural”, ou seja, as feições naturogênicas (ou, em alguns casos, que passam por naturogênicas, mesmo quando já modificadas): formas de relevo, cursos d’água, florestas, e assim sucessivamente. É como se o “espaço geográfico” equivalesse àquilo que Carl Sauer e outros tantos geógrafos clássicos denominavam “paisagem natural” (*natural landscape*), antes de uma intervenção paisagisticamente visível da cultura. Ocioso dizer o quanto uma tal leitura é tremendamente restritiva.
- d) Por fim, “espaço geográfico” é uma expressão que pode soar, para não geógrafos, mormente para cientistas da sociedade (não creio que geólogos, meteorologistas e oceanógrafos se importassem), demasiado corporativista.

Talvez nenhuma dessas quatro objeções e ressalvas seja, individualmente, forte o bastante para persuadir os colegas de profissão de que “espaço geográfico” não preenche com perfeição e completamente a lacuna que *ambiente-território-lugar* pretende preencher; todavia, considerados em conjunto, acredito que os quatro argumentos constituem uma boa série de motivos para apostar na denominação proposta, principalmente na versão com iniciais maiúsculas, que diz respeito a uma forma de abordagem. É óbvio que o espaço geográfico, na qualidade de conceito-matriz, pode ser desdobrado em uma miríade de outros conceitos, dos mais gerais (como “substrato espacial material”, “redes geográficas”, “domínio morfoclimático”, “região”, “bairro” e outros tantos) aos mais especializados e particulares (“localidades centrais”, “gentrificação”, “zonas de sacrifício urbano-ambientais” etc.). Com a referência a uma perspectiva denominada “Ambiente-Território-Lugar” (A-T-L) não se almeja, que

fique bem claro, substituir ou secundarizar qualquer conceito espacial que seja, pois cada um deles, visto como ferramenta de trabalho, potencialmente tem sua utilidade. A abordagem A-T-L simplesmente ressalta, começando pelo próprio nome, três conceitos de nível geral imprescindíveis à operacionalização do estudo de objetos de conhecimento híbridos. Se nos dedicarmos à pesquisa de paleoambientes de milhões de anos atrás (por exemplo, do Cretáceo), “lugar” e “território” nos serão inúteis (a não ser que quiséssemos especular em torno da territorialidade de espécimes da megafauna arcaica); de sua parte, se estivermos interessados em estudar a lógica da alteração de distritos eleitorais ou a dinâmica da manipulação de identidades regionais e regionalismos por elites econômicas e políticas, provavelmente o metabolismo ecológico-social, que é central ao conceito de “ambiente”, não desempenhará nenhum papel digno de nota em nossas análises. Para aquilo que constitui o foco da atenção da Geografia Ambiental, em contrapartida, a relevância da articulação densa daqueles três conceitos-chave tem de ser ponto pacífico.

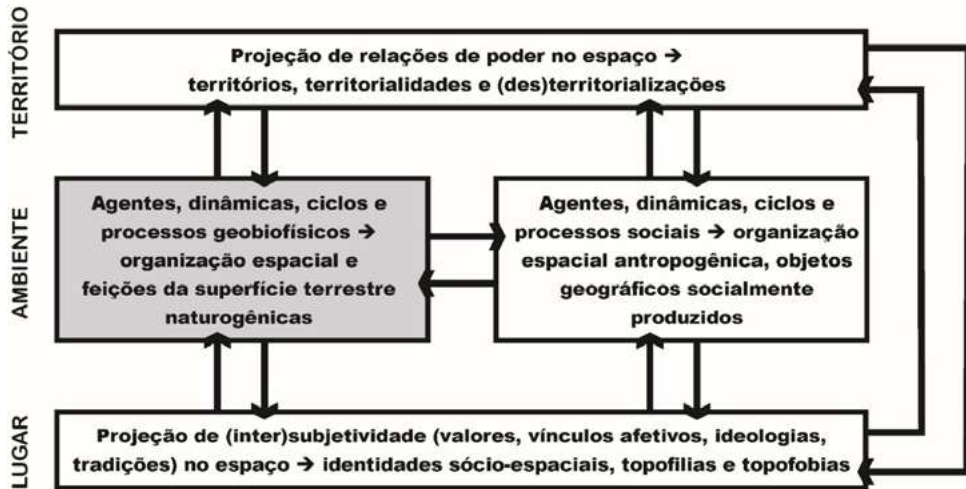
Vale a pena, agora, para evitar qualquer mal-entendido, antecipar uma possível comparação e traçar um paralelo que dificilmente ocorrerá aos colegas dedicados à pesquisa sócio-espacial, mas que muito provavelmente não passará despercebido a geógrafos físicos. Trata-se da aparente semelhança da perspectiva A-T-L com a abordagem “GPT” (Geossistema-Paisagem-Território), apresentada e discutida, ao longo da segunda metade do século passado, principalmente por Georges Bertrand (Bertrand, 1968; Beroutchachvili; Bertrand, 1978). Na realidade, temos, aí, uma situação de semelhança de nome, mas não de conteúdo – este, a rigor, evidencia uma significativa distância.

Em primeiro lugar, é preciso levar em conta que o enfoque de Bertrand visava, acima de tudo e declaradamente, contribuir para uma “Geografia Física global” (*géographie physique globale*), isto é, para uma Geografia Física não fragmentada, a contrabalançar e compensar as inevitáveis especializações (geomorfológicas, climatológicas etc.). Não era, penso, ambição de Bertrand ir muito além desses limites, por mais que a sua conceituação de geossistema tentasse bravamente incorporar também a sociedade. E é neste ponto, precisamente, que principiam as divergências *teórico-conceituais* entre A-T-L e GPT. “Geossistema”, por exemplo, é um conceito cuja fertilidade para a pesquisa ecogeográfica não pretendo questionar e muito menos negar, mas que nunca conseguiu agasalhar convincentemente a dimensão sócio-espacial – seguramente porque as relações sociais não são adequadamente tratadas, em larga medida, com o auxílio da noção de “sistema”, muito embora alguns aspectos (notadamente os de natureza econômica e político-institucional) possam ser razoavelmente descritos, em uma primeira aproximação, mediante uma

formalização de tipo “sistêmico”. É sintomático que o próprio Bertrand (cf. Bertrand, 1968, p. 250) e, no Brasil, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (Monteiro, 1996, p. 79 ss.; 2001, p. 60, 97) tenham reconhecido, mesmo que de modo tímido e insuficiente, a incorporação da sociedade pelo “geossistema”, especialmente do mundo urbano e sua enorme complexidade, como um grande desafio; não é por acaso que, no plano da Filosofia da Ciência, a ideia de “sistema” tenha sido o pivô de acaloradas polêmicas entre estudiosos da sociedade, como aquela que opôs Jürgen Habermas a Niklas Luhmann entre fins da década de 1960 e início da década seguinte. Ademais, cabe mencionar, ainda que brevemente, que “território”, para Bertrand, não possui a especificidade de conceito político-espacial que lhe é própria (tal como pesquisadores e ativistas de vários matizes tenderiam, hoje em dia, quase unanimemente a reconhecer). Por fim, quanto à “paisagem”, o termo reveste uma construção conceitual que, para parte da Geografia Física, se reveste de um significado muito mais amplo que o sentido de “face visível do espaço”, que é aquele privilegiado pela Geografia Cultural e pela pesquisa sócio-espacial em geral (conquanto existam, também aí, arestas e controvérsias).

Se revisitarmos o modelo gráfico da **Figura 1**, podemos localizar a abrangência legítima da abordagem GPT como correspondendo a uma parcela do conteúdo abarcado pelo conceito de ambiente. Na **Figura 2**, essa parcela, que é aquela que diz respeito a agentes, dinâmicas, ciclos e processos geobiofísicos, se acha realçada em um tom de cinza, ao passo que os demais fatores e elementos não foram destacados. É crucial notar que o fato de aqueles agentes, dinâmicas, ciclos e processos geobiofísicos ocuparem somente uma parte do esquema (possuindo um alcance que compreende uma parte do que é abarcado pelo conceito de ambiente) nada tem a ver com uma hierarquia metodológica, posto que esse estrato geobiofísico da realidade, além de ter sua própria e gigantesca complexidade – ele engloba tanto a esfera física e química do inanimado quanto a esfera biológica do vivente –, não se acha metodologicamente “subordinado” à pesquisa sócio-espacial. (Para nós, seres humanos, os valores presentes no imaginário, as ideologias, os interesses materiais e as relações de poder sempre definirão para onde caminhará a pesquisa geobiofísica, qual seu grau de liberdade e que usos serão feitos de seus resultados – mas isso é outra história.) Resumindo, o que defendo é, tão somente, que a perspectiva A-T-L possui uma nítida vocação para colaborar com os estudos de Geografia Ambiental, cujo estrato estritamente geobiofísico sem dúvida alguma pode, para quem assim desejar, ser esquadrinhado e representado recorrendo-se à abordagem GPT (com a qual, diga-se de passagem, nem todos os geógrafos físicos se mostraram entusiasmados, por motivos variados). Nem mais, nem menos.

Figura 2 – A dimensão geobiofísica do ambiente, ressaltada nos marcos da perspectiva A-T-L



Fonte: Elaborado pelo autor.

Poderíamos, se quiséssemos, estabelecer outros paralelos, para além da abordagem GPT. Um deles, talvez o principal, seria com a própria pesquisa sócio-espacial, tal como usualmente conduzida por muitos geógrafos humanos das últimas décadas. Ao descartarem de seu rol de preocupações exatamente aquilo que a **Figura 2** traz em destaque – agentes, dinâmicas, ciclos e processos geobiofísicos –, é como se eles privassem o modelo daquele componente que nos faculta lidar com o metabolismo ecológico-social e, por via de consequência, pôr em relevo o conceito de ambiente. Sob o ângulo da Geografia Ambiental, se essa “peça” for retirada, todo o edifício cai, e não seremos mais capazes de construir objetos de conhecimento híbridos. Poderemos, no melhor dos cenários, refletir e elucubrar de forma instigante sobre as concepções de “natureza” para as diferentes culturas e os usos e abusos da ideia de “natureza” em nossa própria cultura; porém, para tanto, mobilizaremos apenas os instrumentos conceituais, teóricos e metodológicos da pesquisa social, algo de que a Geografia Cultural, a Antropologia e a Sociologia Ambiental, por dever de ofício, podem cuidar com proficiência. Não combinaremos dados e informações, muito menos conceitos, teorias e métodos das pesquisas ecogeográficas e sociogeográficas, que é o apanágio desse espaço epistêmico de encontro denominado Geografia Ambiental.

CONCLUSÃO: POTENCIALIDADES E DIFICULDADES DA PERSPECTIVA A-T-L

Enquanto o positivismo, em suas mais variadas versões – do quantitativismo neopositivista à “consiliência” propagandeada pelo biólogo Edward Wilson – sobrevalorizava e sobrevaloriza as ciências da natureza, tomadas como modelo para as ciências da sociedade e tidas como suprassumo inquestionável do conhecimento humano (o físico Stephen Hawking certamente não foi o primeiro nem o único a achar que a Filosofia ter-se-ia tornado inútil e anacrônica), determinados pensadores e, seguindo fielmente seus passos, um apreciável número de geógrafos parecem empenhados em fazer o exato oposto: se não (sempre) explicitamente, *na prática* subestimam e subvalorizam a pesquisa natural. Um marxismo “pós-modernizado” e os adeptos da modalidade *strong* de social-construcionismo até parecem interessar-se pela “natureza”, devotando-se à reflexão sobre seu(s) significado(s) e dedicando-lhe livros inteiros. Esse é um estranho interesse, contudo, pois ele não se estende muito aos *métodos* da pesquisa natural, que são ou desconsiderados por completo ou, então, olhados quase de cima para baixo, com um certo ar de desdém e uma curiosidade, por assim dizer, “antropológica”. Quanto aos resultados científicos, esses são, frequentemente, encarados com extrema suspeição, volta e meia também com algumas pitadas de misto de horror e desprezo.

Testemunhamos e vivenciamos tempos confusos e tensos, com a multiplicação de bolhas interpretativas e consensos frágeis e efêmeros. Tudo se tornou mais volátil, cada vez mais facilmente “desmanchando-se no ar”, para lembrar da conhecida passagem do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels. As contradições da modernidade e das tecnologias da civilização (pós-)industrial – ou, para dizê-lo de outro modo, mais preciso: do capitalismo e de suas forças produtivas –, que suscitaram já em Horkheimer e Adorno um forte mas justificado pessimismo quanto à “dialética do Iluminismo”,⁶ passaram a dar margem a um ultrapessimismo civilizatório. As manifestações desse ultrapessimismo são ora franca e agressivamente socialmente regressivas e nostálgicas (do “primitivismo” do célebre terrorista Unabomber ao neomalthusianismo ecofascista que grassa em parcela da extrema direita atual), ora intelectualmente sofisticadas, revelando-se céticas e até mesmo hostis à hipótese de que a genericamente denominada “cultura ocidental” (dos gregos antigos à Medicina contemporânea) possa oferecer respostas adequadas às nossas aflições e ansiedades.

É em meio a uma tal ambiência ideológico-cultural que, de tão obcecados em evitar o dualismo – dualismo, pelo visto, é um fantasma quase

6 Cf. Horkheimer e Adorno, 2006.

onipresente –, uns tantos autores têm apelado para charmosas (e amiúde heréticas) tentativas de desconjurar o pensamento *dualista* que, no frigidar dos ovos, fecham as portas ao pensamento *dialético*. Passam ao largo da *unidade na diversidade*, sem a qual o enigma permanece irresoluto. Na realidade, a dialética, associada de forma até exagerada a Marx, uma vez que ela transcende o seu pensamento, sempre despertou sentimentos de aversão em analistas de figurino antimarxista, ainda que essa aversão seja camuflada ou se manifeste de maneira elegante e refinada. É o que acontece com Bruno Latour e uma legião de “pós-modernos”, de Jean-François Lyotard a Jean Baudrillard, passando por Michel Foucault e tantos e tantos mais. O fascinante é o quanto geógrafos e outros pesquisadores com origem no próprio marxismo se deixaram encantar pela falsa promessa de superação do dualismo contida no “elogio da indistinção”. O mesmo, aliás, se aplica a muitos neomarxistas de hoje em dia, conquanto eles não sejam, em geral, tão conhecidos.

A *environmental geography* que autores anglo-saxônicos como Noel Castree tão sistematicamente têm apresentado e representado⁷ possui indistigável parentesco com a linhagem que investe no “elogio da indistinção” e, a reboque disso, gera neologismos como “*socionature*” e “*oikeios*”, produzidos em abundância por nomes que corporificam o encontro do (neo)marxismo (Neil Smith, Erik Swyngedouw, Jason Moore e toda uma legião de estrelas acadêmicas) com um “pós-modernismo” do qual não estão ausentes certos traços conservadores, a despeito de alguns *insights* válidos ou mesmo brilhantes (de Bruno Latour a Donna Haraway). Além do mais, a *environmental geography* defendida por Castree e outros é menos um *middle ground* ou “campo intermediário” (ideia, de toda sorte, problematizável: vide Souza, 2021, p. 30), capaz de ser perfeitamente hospitaleira também com os praticantes da pesquisa em Geografia Física, que um discurso de teoria social sobre a “natureza”.⁸

A Geografia Ambiental na qual se aninha a perspectiva A-T-L pretende ser um espaço de encontro entre ecogeógrafos e sociogeógrafos; encontro e, obviamente, diálogo. “Diálogo”, na sua expressão mais genuína e livre de

7 Consulte-se, p. ex., Castree, 2005; Castree *et al.*, 2009.

8 São abundantes, entre os geógrafos culturais e os *environmental geographers* anglófonos contemporâneos, os exemplos de interesse pelos *usos sociais e históricos da ideia de natureza* desconectado de qualquer envolvimento com pesquisas empíricas em Geomorfologia, Climatologia, Pedologia, Hidrogeografia, Ecotoxicologia/Toxicologia Ambiental etc. (ou de qualquer cooperação sistêmica com colegas dessas áreas). Nada tenho contra esse tipo de preocupação intelectual, que eu mesmo, diga-se de passagem, tenho compartilhado intensamente há muitos anos. A questão é que não se pode despertar a simpatia e conseguir a adesão de geomorfólogos, climatólogos, pedólogos etc. apenas com base nisso – e, sem essa adesão, não se pode dizer que exista uma Geografia Ambiental como espaço de interface ou transversalidade epistêmica.

coerção, pressupõe ausência de hierarquias apriorísticas e sentimentos de superioridade. Cabe invocar, nas pegadas de Edgar Morin (na “Introdução Geral” do primeiro tomo de *O método*) o “espírito do vale”: ele recebe, generosamente, todas as águas.

Se é de diálogo que se trata, cumpre, então, perguntar: o que os colegas ecogeógrafos pensam da perspectiva A-T-L, que vem sendo proposta por um sociogeógrafo? Quando escrevi, páginas atrás, que, sob o ângulo da Geografia Ambiental, o que realmente importa é *para onde se quer ir*, e não tanto *de onde se vem*, isso é uma meia-verdade. A origem e a biografia profissional nos marcam, influenciam nossas preferências e condicionam, queiramos ou não, o nosso campo de visão. Como alguém que sempre cultivou simpatia e interesse pelas ciências da natureza (meu interesse pela ciência foi despertado, na adolescência, pela Astronomia e pela Física, e até hoje sou um ávido consumidor de obras de divulgação científica nos vários campos das ciências naturais), quero crer que meu olhar não se ache demasiadamente enviesado por minha familiaridade muitíssimo maior com os conteúdos e procedimentos de investigação da pesquisa sócio-espacial. Por uma questão de justiça e transparência, contudo, será preciso saber o que os colegas da Geografia Física que se debruçarem sobre o projeto de uma Geografia Ambiental pensarão sobre isso. No fundo, por mais que, dos três conceitos-chave da perspectiva A-T-L, “dois conceitos e meio” sejam diretamente ligados à pesquisa sócio-espacial, o conceito-ponte por excelência, *ambiente*, é muito equitativamente patrimônio comum. Ainda assim, já que estamos novamente a falar em “ponte”, a Geografia Ambiental é uma “ponte” edificada conjuntamente, para cuja construção todos haverão de trazer seus conhecimentos, suas habilidades e seus justos receios e demandas. O núcleo de importância e potencialidade da abordagem A-T-L reside em facilitar a operacionalização da construção de objetos de conhecimentos híbridos. Sua dificuldade consiste em nos obrigar a sair das zonas de conforto – o que inclui ouvir, respeitosa e empaticamente, os receios e as necessidades de todos os pesquisadores envolvidos, com suas experiências únicas e enriquecedoras.

REFERÊNCIAS

BERTRAND, Georges. Paysage et géographie physique globale: esquisse méthodologique.

Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest, v. 39, n. 3, p. 249-272, 1968.

BEROUTCHACHVILI, Nicolas; BERTRAND, Georges. Le géosystème ou “système territorial naturel”. *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, v. 49, n. 2, p. 167-180, 1978.

CASTORIADIS, Cornelius. *L’institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975.

(A primeira edição brasileira de *A instituição imaginária da sociedade* foi publicada pela editora Paz e Terra, do Rio de Janeiro, em 1982.)

- CASTORIADIS, Cornelius. La logique des magmas et la question de l'autonomie. *In: Domaines de l'homme: Les carrefours du labyrinthe II*. Paris: Seuil, 1986 [1983]. (A primeira edição brasileira de *As encruzilhadas do labirinto II: Os domínios do homem* foi publicada pela editora Paz e Terra, do Rio de Janeiro, em 1987.)
- CASTORIADIS, Cornelius. Mode d'être et problèmes de connaissance du social-historique. *In: Figures du pensable: Les carrefours du labyrinthe VI*. Paris: Seuil, 1999 [1991].
- CASTREE, Noel. *Nature*. Abingdon: Routledge, 2005.
- CASTREE, Noel *et al.* (org.). *A Companion to Environmental Geography*. Malden (MA): Wiley-Blackwell, 2009.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialektik der Aufklärung: Philosophische Fragmente*. Frankfurt (Meno): Fischer, 2006 [1944-1947]. (Uma edição brasileira foi publicada pela editora Zahar, do Rio de Janeiro, em 1985, sob o título *Dialética do Esclarecimento*.)
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de Antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994 [1991].
- LATOUR, Bruno. Bruno Latour Encounters International Relations: An Interview. [Entrevista conduzida por Mark B. Salter e William Walters]. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 44, n. 3, p. 1-23, 2016.
- LATOUR, Bruno. "Bruno Latour: 'L'écologie, c'est la nouvelle lutte des classes'". *Le Monde*, 10/12/2021 (entrevista conduzida por Nicolas Truong).
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo (1996): Os geossistemas como elemento de integração na síntese geográfica e fator de promoção interdisciplinar na compreensão do ambiente. *Revista de Ciências Humanas*, v. 14, n.19, p. 67-101, 1996.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Geossistema**: a história de uma procura. São Paulo: Contexto, 2001.
- MOORE, Jason. **Capitalism in the Web of life: Ecology and the Accumulation of Capital**. Londres e Nova Iorque: Verso, 2015.
- MORIN, Edgar. **La méthode**. Paris: Seuil, 2008 [1977-2004]. (Edição em dois volumes que reúnem os seis tomos originais, publicados entre 1977 e 2004; em nosso idioma, os tomos foram traduzidos e publicados, em Portugal, pela Publicações Europa-América, e mais tarde, no Brasil, pela Sulina).
- SCHMIDT, Alfred. **Der Begriff der Natur in der Lehre von Marx**. 5. ed. Hamburgo: CEP Europäische Verlagsanstalt, 2016 [1962].
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O enfoque da Geografia Ambiental como *Aufhebung*: rejeitando o dualismo, abraçando a dialética. *Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política*, v. 3, n.1, p. 9-82, 2021.
- SWYNGEDOUW, Erik. Modernity and Hybridity: Nature, Regeneracionismo, and the Production of the Spanish Waterscape, 1890-1930. *Annals of the Association of American Geographers*, 89(3), p. 443-465, 1999.
- TRICART, Jean. **Écogéographie des espaces ruraux**. Paris: Nathan, 1994.

TRICART, Jean; KILIAN, Jean. **L'éco-géographie et l'aménagement du milieu naturel**. Paris: François Maspéro, 1979 (Collection Hérodote).

TROLL, Carl. Luftbildplan und ökologische Bodenforschung: Ihr zweckmässiger Einsatz für die wissenschaftliche Erforschung und praktische Erschliessung wenig bekannter Länder. In: **Luftbildforschung und landeskundliche Forschung**. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1966a [1939].

TROLL, Carl. Die geographische Landschaft und ihre Erforschung. In: **Ökologische Landschaftsforschung und vergleichende Hochgebirgsforschung**. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1966b [1950].

TROLL, Carl. Landschaftsökologie als geographisch- synoptische Naturbetrachtung. In: **Ökologische Landschaftsforschung und vergleichende Hochgebirgsforschung**. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1966c [1963].

TERRA, TRABALHO E EMANCIPAÇÃO SOCIAL

EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO

Nós, brasileiros que vivemos neste tempo, mergulhados em interrogações e perplexos com a conjuntura política e ideológica ameaçadoras, inclusive, com marcas fascistas, somos instigados a perguntar: por que grande parte de brasileiros tem atualizado os signos atávicos que constituíram o País?

Sabemos que o Brasil, mesmo identificado como o gigante peculiar da América Latina, ou o gigante dos trópicos, não baila fora das forças que comandam o mundo. Vejamos que o retorno triunfal da teocracia com o crescimento do islamismo e de segmentos cristãos conservadores em várias partes do mundo; a ameaça da extrema-direita em países da Europa, nos Estados Unidos da América e também na América Latina; o modelo de expansão econômica na forma de onda devastadora; a imperiosa força econômica das big techs e do capitalismo de plataforma e de dados são marcas das sociedades mundializadas; do quadro estrutural desse momento do mundo. O Brasil está imerso nesta situação histórica; nessa situação é que as lutas no Brasil se fundam – e se fecundam.

Face a isso, este tema – “Trabalho, Terra e Emancipação Social” –, apesar de ser do fundamento das humanidades, compõe a pauta de urgência do mundo contemporâneo; requisita uma atenção especial dos geógrafos, incluindo o dimensionamento do território como categoria para se pensar os três itens: trabalho, terra e emancipação social. Ademais, faz lembrar dois grandes seres humanos, cientistas, educadores, militantes que estiveram presentes em

reflexões de temas semelhantes: Carlos Rodrigues Brandão e Carlos Walter Porto-Gonçalves. Ambos nos deixaram com a sua presença, mas nos legam, mesmo ausentes, o comprometimento da reflexão desses temas, pois eles indicam o comprometimento com a vida.

A título de elucidação, devo dizer que o livro do Brandão – *No Rancho Fundo. Espaços e tempos no mundo rural* (2009) – é um exercício de beleza, vida, intensidade, olhar sensível e crítico. Nele, o antropólogo acerta os ponteiros com a geografia: fazer aglutinar a dimensão econômica à cultura e à vida da gente simples. Enquanto que o livro *Paixão da Terra – ensaios críticos de ecologia e geografia* (1984), de Porto-Gonçalves, é uma celebração de inteligência, criatividade, espírito coletivo da geografia brasileira desenvolvida no final da década de 1970/começo 1980.

Pois bem! O tema em questão reaviva uma das principais características da geografia brasileira: o comprometimento com as lutas coletivas e sociais. Por isso, é um tema que não pode se reduzir à dimensão intelectual, pois é aprendido e ensinado nas lutas. Daí que necessita do diálogo com grupos e movimentos sociais que, em toda a história do País, constituíram uma vasta experiência de resistência e de enfrentamento dos poderes dominantes e opressores. Dessa feita, povos indígenas, camponeses, quilombolas, mulheres, ativistas culturais e ambientais não apenas podem narrar experiências de lutas emancipatórias, mas demonstrar as cicatrizes do autoritarismo brasileiro.

Embora a reflexão do tema – Trabalho, Terra e Emancipação Social – exija um arco de diálogo, não pode dispensar a reflexão teórica, sem a qual o seu tratamento pode se estreitar nos *slogans* fáceis e na solução aparentemente simples. Em decorrência disso, trataremos, neste trabalho, de pensá-lo conforme os conflitos, as tensões, as contradições e as possibilidades de uma sociedade mundializada. Essa sociedade cujas características são a instabilidade, a complexidade, a dinâmica em alta voltagem implicando nos quadros/contextos sociais com rapidez.

O PONTO DE PARTIDA

Proponho, em termos de abordagem, o seguinte caminho: o ponto de partida do trabalho não é o próprio trabalho, ou o que o trabalho faz, o modo como se situa, a sua morfologia, as suas mudanças, os seus conteúdos e as suas substâncias. O ponto de partida é a vida, aqui incorporamos a reflexão da terra e das lutas de emancipação. Há de saber: o trabalho dimensiona o modo como vivemos socialmente (um marcador histórico); o modo como a vida se dissipa e se constitui nos lugares (um marcador espacial). Dimensiona ainda a

diferença/as contradições de vida entre sujeitos das diferentes classes sociais; gêneros; etnias; a relação entre classe e raça-etnia. Inclui a imposição, a recusa, a admissão ou os enfrentamentos (é um marcador político).

Além disso, diz respeito também ao prazer ou ao sofrimento, como são as pesquisas e os estudos de Christophe Dejours, no campo da psicopatologia do trabalho; refere-se à ergonomia, conforme as valiosas pesquisas de Bonfatti, Ferreira e Vasconcellos (2017), demonstrando a sua implicação na dinâmica do corpo; diz respeito ainda ao gasto de energia; ao horário de dormir e ao sono; ao humor; aos saberes (um marcador da subjetividade). Está imbuído na saúde/doença, conforme explicita o campo/question da Saúde do Trabalhador.

Por esse modo, um elemento importante da reflexão que se faz a partir de uma consideração histórico-geográfica é a necessidade de ultrapassar o delineamento teórico da fábrica moderna. Embora há de se reconhecer que a sua estrutura social, especialmente caracterizada pela lógica do monopólio; da desigualdade social; da segregação socioespacial; da fome e da opressão, permanece. Mesmo permanecendo, não se deve desconsiderar as profundas mudanças de lá para cá. De maneira que a seta da reflexão se baseia nisso: há surpreendentes permanências e implacáveis alterações no conteúdo das classes; no modelo de acumulação; na forma de relacionar com a natureza; na subjetividade e nos sujeitos de luta.

Nesse quesito, vale apontar o monopólio exercido pelos impérios agroalimentares, causando o matricídio; o monopólio das *big techs*, desenvolvendo diversas patologias; a colonização da terra mediante satélites e sondas; a predação ontológica, conforme referendou Rolnik (2018); a destruição material do viver e a disseminação de vivências empobrecidas, de acordo com a elaboração de Arroyo (2012); a erosão genética e a erosão de saberes (Aubertin, 2005). Isso leva Souza (2019), em contraponto à ideia de direito à cidade, a defender o direito ao planeta.

Esse ponto, vale repetir, parece ser essencial: mantém-se o processo de alienação; a divisão internacional do trabalho; a lógica do monopólio; a apropriação privada das terras; a manutenção dos latifúndios; a pobreza; a desigualdade social; a fome; o desemprego estrutural, mas mediante profundas mudanças que exigem uma atualização teórica. Essas mudanças vertiginosas redimensionam o trabalho, que, conforme Bucci (2022), é transformado em entretenimento mediante a sua extração.

Além disso, o trabalho informal, a inteligência artificial e a apropriação de dados e outros meios refazem as ações cognitivas, implicando na forma de percepção; no trabalho do cérebro, como na concentração; na explosão da

memória; no rapto da atenção e na constituição de pessoas insones, adoecidas, com dificuldades de manterem o mínimo de equilíbrio emocional.

Sobre isso, Bucci (2022, p.39) diz que:

Em termos sucintos, a “economia da atenção” consiste em mercadejar com o olhar, com os ouvidos, o foco de interesse e a curiosidade um tanto aleatória dos consumidores. O esquema é elementar: primeiro, o negociante atrai a atenção alheia. Ato contínuo, sai para vendê-la – mas, detalhe crucial, sai a vendê-la com zilhões de dados individualizados sobre cada um e cada uma que, no meio da massa, deposita o seu olhar ansioso sobre as telas eletrônicas e entrega os seus ávidos ouvidos aos headphones cada vez mais imperceptíveis. Os conglomerados da era digital elevaram o velho negócio do database marketing à enésima potência, com informações ultraprecisas sobre cada pessoa, e desenvolvem técnicas neuronais para magnetizar os sentidos dos ditos usuários. O negócio deles é o extrativismo do olhar e dos dados pessoais.

O quadro revelado por Bucci comprova e evidencia a existência de grandes mudanças mantendo a mesma estrutura de exploração e alienação do trabalho, própria da sociedade capitalista. De início, o quadro indica que as lutas emancipatórias possuem desafios novos. Mas a interrogação essencial é essa: quem deve ser responsável pela emancipação dos trabalhadores? Outra pergunta se coloca: como a luta, ou as várias lutas dos trabalhadores e trabalhadoras neste período podem ter um grau mínimo de unidade, de convergência e de êxito nessa sociedade que envolve os desejos dos sujeitos na gama da acumulação?

Além dessas interrogações, algo se coloca como premissa: o reconhecimento que o Estado burguês, enfiado nas contradições das sociedades mundializadas, geralmente frágil diante de relações econômicas globais, aliado ao sistema jurídico dominante e às organizações policiais, tenta, mediante o discurso da eficiência da política pública, refrear as lutas. Além do refreio, cumpre um papel ideológico comungado com ações de gurus, terapeutas esotéricos, defensores do empreendedorismo, coaches, padres – e outros agentes –, que assumem lideranças capazes de manietarem massas humanas, retirando-lhes a leitura da história mediante um descolamento da realidade.

Inibir a leitura histórica dos problemas humanos esmaece a organização das lutas. Inibe igualmente a disseminação da utopia revolucionária em nome da adesão ao sagrado. Abre espaço para que narrativas de extrema-direita sejam justificadas a partir dos signos sagrados. De maneira sub-reptícia, motiva a legitimação ideológica do retorno da teocracia. Ao fundir política e religião, fé e estratégia de controle do Estado, desloca a interpretação da realidade para o campo da paixão cega, ou da emoção dualista.

Fragmentados, atormentados pelo terror do desemprego estrutural, lançados na instabilidade do trabalho informal, feitos consumidor de informações e imagens ao modo da economia da extração do olhar, os trabalhadores e trabalhadoras, desse período, além de serem alijados do emprego fixo, dos direitos previdenciários, da segurança social, são chamados a saírem dos sindicatos, ou à descrença em sua capacidade de agir em seu nome. O próprio ato de pensar é recusado de várias formas. Chul-Han (2023, p. 2) explica que:

Os macrodados tornam supérfluo o pensamento porque se tudo é quantificável, tudo é igual... Estamos em pleno dataísmo: o homem não é mais soberano de si mesmo, mas resultado de uma operação algorítmica que o domina sem que ele perceba; vemos isso na China com a concessão de vistos segundo os dados geridos pelo Estado ou na técnica do reconhecimento facial. A revolta implicaria em deixar de compartilhar dados ou sair das redes sociais? “Não podemos nos recusar a fornecê-los: uma serra também pode cortar cabeças... É preciso ajustar o sistema: o ebook foi feito para que eu o leia, não para que eu seja lido através de algoritmos... Ou será que o algoritmo agora fará o homem? Nos Estados Unidos, vimos a influência do Facebook nas eleições. Precisamos de uma carta digital que recupere a dignidade humana e pensar em uma renda básica para as profissões que serão devoradas pelas novas tecnologias.

O mecanismo denominado pelo filósofo de “dataísmo”, ao convidar trabalhadores/trabalhadoras ao vício virtual, os convida também a fecharem a cara para os movimentos sociais, ou aos partidos políticos e a outras formas de organização de lutas, que almejam outro tipo de realidade e outra estrutura social. Comumente, os trabalhadores e trabalhadoras se veem desprovidos das condições para se situarem no mundo concreto. Por isso, a motivação ideológica às desistências da luta e ao reconhecimento de seu lugar no mundo se efetiva como estratégia eficiente para que haja a manutenção da exploração. Nem mesmo a existência de cerca de 1 (hum) bilhão de pessoas com fome no mundo; a onda devastadora de florestas, solos e água; a contaminação dos alimentos e do ar; o aumento da violência social, urbana e de gênero; o adoecimento e a vulnerabilidade emocional; a visível segregação socioespacial são capazes de alimentar as lutas.

Diante desse quadro, a primeira questão que se coloca é o conflito ideológico, que, alimentado pela chamada “guerras de narrativa” e sustentado pela trama de inserção de não apenas trabalhadores e trabalhadoras adultos, mas crianças, adolescentes e jovens, à profusão de imagens e informações ao modo da economia da atenção, sustenta, diariamente, o capitalismo de plataforma e de dados.

O enfrentamento ideológico depende de algo que parece simples: basta que o trabalhador e a trabalhadora reconheçam a sua identidade de trabalhadores, mediante a qual podem se situar no mundo concreto. O reconhecimento de sua identidade de trabalhador/trabalhadora é a condição para o

reconhecimento de sua identidade no mundo que, hoje, ganha adesão de outras categorias, como o corpo, a etnia, a raça, o gênero.

Outra trama ideológica dominante atual é a proclamação da ideia de que o trabalho não é mais o portador da emancipação. Dessa ideia advém outra com o mesmo dispositivo ideológico: além do trabalho não portar o germe da emancipação, a classe social deixa de ser uma referência de luta. Silenciar sobre os fundamentos da alienação; da opressão; da dominação e da subjugação, sequestrando a atenção e a emoção dos trabalhadores/trabalhadoras em nome do entretenimento mercantilizado ou da crença metafísica, além de obstruir a organização das lutas, faz dos trabalhadores/trabalhadoras reprodutores da violência

Posto assim, muitas narrativas, discursos e meios que exercem fascínios ideologizantes justificam a informalidade, o consumo dirigido, a desindustrialização, o rentismo mediante a financeirização da vida e da natureza, como espécies de características invioláveis do capitalismo atual. Esses discursos e essas narrativas cumprem um papel político: retirar o trabalho da condição de fator essencial das lutas emancipatórias.

Não há dúvida de que um conjunto de identidades marcadas pelo gênero, raça, etnia, orientação sexual; organizações juvenis e várias outras, envolvendo a literatura, as histórias de vida, os testemunhos, novas formas de luta e de comunicação, revelam situações atávicas do País, como o racismo estrutural; a injustiça espacial; a violência de gênero; o sofrimento ambiental. Essa revelação abre a consciência para não distanciar as lutas da vida; exige sensibilidades com os que sofrem; elucida as opressões sutis e diárias, enfim, faz alargar e adensar a consciência emancipadora. Recoloca também a escala da opressão, exigindo diferentes posturas nos gestos, nos modos de falar, nas maneiras de ver e desejar.

Do esquema rico e complexo dessas lutas pode desdobrar uma questão central: como aglutinar classe social, como fundamento da relação capital-trabalho, incorporando marcadores sociais, culturais e simbólicos, que conformam, o tempo todo, a vida dos trabalhadores e trabalhadoras?

Nessa ótica, não basta admitir que o trabalhador/trabalhadora não possui pátria, como foi o lema legendário dos revolucionários do século XIX. É necessário, além disso, reconhecer, em grau de profundidade, o extrato diário de seu sofrimento e de suas condições de vida, passando pela sexualidade, pela corporeidade, pelos gostos, pelos traumas, pela memória.

Sair do atomismo político das identidades e não abandonar a classe, e não transformar a classe num essencialismo abstrato aglutinando as

identidades e todos os marcadores sociais e simbólicos se mostram efetivo e desafiador ao projeto emancipatório atual. Tudo isso contextualizado no centro do liberalismo pontiagudo, envolvente e dissimulado, irmanado ao apelo religioso e, inclusive, à teocracia. Parece ser necessário refletir também o que é mais factível aos interesses hegemônicos: a transferência da causa econômica e social à causa moral, responsabilizando os trabalhadores/trabalhadoras pelo controle da sua formação; do emprego e de sua vida.

Culpar o trabalhador/trabalhadora pelo fracasso, impingir-lhe a culpa moral e lhe fazer vulnerável são maneiras de lhe fechar os olhos ao mundo concreto. Mais que isso: são formas de transferir à dimensão pessoal o que essencialmente é uma contradição social. O filósofo Byung Chul-Han (2023, p. 1) avalia o processo dizendo que:

Hoje a pessoa explora a si mesma achando que está se realizando; é a lógica traiçoeira do neoliberalismo que culmina na síndrome de Burnout. E a consequência: não há mais contra quem direcionar a revolução, a repressão não vem mais dos outros.” É “a alienação de si mesmo”, que no físico se traduz em anorexias ou em compulsão alimentar ou no consumo exagerado de produtos ou entretenimento.

O mecanismo de adoecimento e de autoexploração faz par com o aumento de feminicídios, racismos, preconceitos religiosos, homofobias, xenofobias. Deve-se acrescentar que um cartel enorme de atitudes covardes se estende em números, em situações pavorosas, em tipos cruéis, estampando o aspecto deletério do modelo vigente. A violência, em suas múltiplas formas, torna-se um sintoma social.

Apesar disso, como foi aludido anteriormente, cresce a quantidade de milionários, bilionários e trilionários no mundo, atestando a grandeza dos monopólios, dos conglomerados e do arco de dominação econômica que se traveste em dominação política. E aumenta a desigualdade entre países e classes sociais. Crescem igualmente a miséria e a fome, na mesma proporção que ocorre a erosão genética de espécies da fauna e da flora. As cidades, especialmente as metrópoles do mundo capitalista pobre, veem o seu trânsito se transformar numa oficina diária de morte mediante acidentes de automóveis. O número de acidentes de trabalho é assustador, do mesmo modo que aumenta a privatização de praias, flores, ventos e luz.

Tudo isso revela a trama envergada para que o trabalhador desista de sua condição de sujeito da sua própria emancipação em nome do sucesso individual, seja por critérios milagrosos, do empreendedorismo ou por meios violentos. Os trabalhadores/trabalhadoras também são compelidos a um regime de neura competitiva e de medo da perda dos empregos. O controle, a

vigilância, o clima competitivo com o próprio trabalhador/trabalhadora se instalam como forma de enlouquecimento e de desespero.

Entretanto, além do álcool ou de outros dispositivos que fomentam o delírio mental, esquemas que salvam o pensamento da culpa e do medo são disseminados, gerando desmotivação de trabalhadores/trabalhadoras no sentido de refletirem os seus problemas. A estratégia de premiação, de enunciação do maior vendedor da semana, organização de reuniões em clubes de entretenimento, contratação de coachs, fotos expostas nas paredes das empresas são recursos que amenizam o desespero e na lâmina silenciosa culpam o trabalhador/trabalhadora por falta de esforço, por ter pouca qualificação.

O mecanismo de culpabilização, própria da ideologia liberal, se faz em táticas das empresas. Na raia ideológica, o que se estabelece é o afastamento do trabalho como essência da emancipação. Dois aspectos se avolumam mediante essa trama: a continuidade do regime de exploração e a tentativa de desviar o trabalho como operador de vida. Porém, as contradições se mostram e se evidenciam: quanto mais monopólio há, mais aumentam a desigualdade social e a pobreza. Na mesma proporção, aumenta o índice de desempregados; de usuários de drogas ilícitas; de moradores de rua; de violência social, urbana, de gênero e de raça.

Para isso não há atenuantes, mesmo porque o comércio do medo, a indústria da segurança e o crescimento de milícias fazem uso financeiro da miséria e da violência. Ademais, quanto mais contradições e conflitos se mostram nas ruas, no campo e na emoção dos trabalhadores/trabalhadoras, mais as empresas tentam gerar climas amenos e afetivos. Isso se junta à culpabilização moral pelo insucesso.

Gerar formas de obrigar o trabalhador/trabalhadora a destituir a fronteira entre a sua vida privada e o trabalho; fomentar meios de transformar o tempo livre em consumo de imagens e informações; e inculcar a necessidade da autoexploração demonstram que o trabalho precisa ser reconhecido como categoria emancipatória, pois ele é o alvo de qualquer forma de exploração econômica.

NOVOS DISPOSITIVOS DAS LUTAS EMANCIPATÓRIAS

O quadro político contemporâneo, especificamente o campo progressista-popular, diverso, às vezes, conflituoso e contrastante em vários aspectos, inclui decisivamente as lutas de gênero, de raça, de etnia, ambientais e outros tipos que enfrentam formas diferenciadas de opressão. Isso cobra sensibilidade para enxergar formas sutis de exploração, da mesma maneira

que atenção ao uso de esquemas que dissimulam a violência mediante formas de falar e se posicionar.

A consideração que se vive numa sociedade de teia social complexa que outorga componentes do corpo, da cultura, da esfera simbólica e, inclusive, da natureza, nas batalhas diárias, nas pautas de luta, nas agendas epistemológicas, ajuíza que as mudanças sociais, nessa sociedade, contra as suas formas de dominação, requerem alterações nas formas de luta – e na leitura dos sentidos das lutas.

As lutas contra preconceitos, cancelamento burocrático, *bullying*, *ciberbullying*, violência simbólica, trabalho escravo, silenciamento, apagamento de memórias, subalternização, racismo, injustiça ambiental e tantas outras formas, sem dúvida, alteram a gramática política. Requisitam também ultrapassar os slogans, os clichês, as formas simples e simplificadoras de ler a origem dos problemas. O próprio sujeito de luta é complexo, instável, às vezes, adoecido e perplexo.

Sendo assim, marcadores como gênero; raça; etnia; orientação sexual – pontos que ganham vulto nas narrativas anticoloniais – redimensionam a atenção com o teor das lutas. Um desses redimensionamentos é a ideia empreendida com força esclarecedora de que a luta política é uma luta epistêmica. Nesse aspecto, a crítica ao epistemicídio, ao memoricídio; ao terricídio e à cultura científica sugere interrogar as fontes e as referências que municiam as lutas e a leitura da realidade.

Além de recolocar a crítica e redimensionar as lutas, surgem novos desafios epistêmicos. Esses desafios escalam a necessidade de quebrar as fronteiras do saber; edificar formas de escrita que comunicam com os oprimidos; construir estatutos de saberes que não se engaiolam na empresa acadêmica burocrática. Do mesmo modo, roga-se por gerar meios criativos, imaginativos, ao mesmo tempo legitimando relatos de sofrimentos, de opressões e subordinações impostos às pessoas oriundas de famílias escravas, ou que desenvolvem a sua vida nas favelas, nas florestas, nas aldeias.

Nessa lança, autoras como Bell Hooks, Toni Morrison, Djamila Ribeiro; Conceição Evaristo; Carolina de Jesus; Giovane Reis, apenas para citar alguns e algumas, fundem denúncia, ficção, relatos, documentação e leitura de sofrimento; de humilhações; de resistência à covardia da escravidão. Aliás, nesse campo, a literatura tem sido prodigiosa. Os coletivos femininos e os movimentos negros, indígenas e camponeses abrem as cortinas para que vozes como de Ailton Krenak, Eliane Potiguara e Daniel Munduruku ganhem espaços,

arrastem ouvintes, empenhem outra forma de ver o Brasil. E de fazer e significar o que é o literário e para que serve a literatura.

Entretanto, nada é linear. Ao contrário: tudo se faz em constante tensão. Vejamos a eleição de Ailton Krenak à Academia Brasileira de Letras (ABL). Krenak, da aldeia ao salão nobre da literatura, embora ganhando espaço de poder, se vê obrigado a não ceder ao assédio canônico. Vejamos que Daniel Munduruku participou como ator de novela da Rede Globo de televisão. Essas tensões redimensionam a esfera política e também das lutas numa sociedade mundializada que dá prêmios narcísicos, assedia, coopta, monetiza, gera ídolos com rapidez. Daí que o grau complexo das decisões; da participação na vida civil; da vivência em meio às tensões e da instabilidade das relações e da política são desafios correntes, surpreendentes, abruptos. A literatura brasileira e mundial se imiscui nesse jogo tenso.

Não à toa, a explosão de estilos, de formas de escrita e de gêneros na cena contemporânea, como a escrevivência; a escrelitura; o artevismo; a autoetnografia; a autoficção, se junta ao testemunho e às narrativas vernaculares. O que jovens falam de seus desejos; os que pessoas idosas narram de sua memória; a voz destemida de mulheres de assentamentos; o grito unísono de povos indígenas contra a derrubada de florestas; os apelos de mães cujos filhos foram assassinados em embates com a polícia e narcotraficantes; os cantos entoados nas místicas em momentos de alegria depois da conquista de terra – e uma multiplicidade de vozes, maneiras de manifestar revoltas, dores, sofrimentos, reivindicações – circulam em livros, desafiam a palavra escrita, estendem-se a ela, procurando legitimidade, valoração estética e soluções políticas a esse mundo injusto.

Essa explosão de narrativa cunha a ficção com palavras engasgadas, deseja abrir a garganta para fazer eclodir os traumas históricos; promove uma estética comprometida com a vida; debela o esteticismo desviante originados de peças e estilos importados; impõe-se contra às concepções ornamentais da arte. E roga para que as metáforas tenham o sangue da vida. O hálito histórico. O drama inquieto da experiência humana.

AS ESCALAS DE AÇÃO E A MEDIAÇÃO BUROCRÁTICA

Justapor trabalho, terra e emancipação social, no contexto atual, nos faz interrogar as vivências entrelaçadas. É comum num mesmo lar da periferia proletária de uma metrópole brasileira deparar-se com pais de origem rural; a filha evangélica; o irmão soldado de direita; a neta filiada ao coletivo negro. Ao puxar a memória, pode-se, nesse mesmo lar, perceber que o pai é

trabalhador rural e a mãe, benzedeira. Isso demonstra a complexidade do tecido social; demonstra também o modo como as rápidas transformações sociais atingiram o estatuto ontológico dos sujeitos, que, de repente, tinham a vida ligada ao campo e passaram a ter a vida no espaço urbano.

A complexidade do tecido social, o abalo nas identidades – e nas identificações, a irrupção de dispositivos tecnológicos na sociabilidade; o ingresso em novos regimes de crença escrevem o repertório no qual classe social, gênero, situação espacial, raça, etnia são convocados pela interpretação que clama pela interseccionalidade. Em seu plano ocorrem as lutas, as tensões, as dificuldades de comunicação e as possibilidades de enriquecer a luta pela emancipação.

Ser sensível ao sofrimento; montar esquemas de resistência; conceber a memória como pleito político; desenvolver estéticas abertas e simples; edificar pedagogias de escuta; alimentar conteúdos escolares e políticos por meio de histórias de vida. Traçar cartografias existenciais, sociais e de sublevação, além da interseccionalidade, tal como fazem movimentos indígenas, implica em reconhecer que todas as lutas possuem uma dimensão territorial. Decorre disso que a emancipação supõe sempre o entendimento do território e a práxis territorialmente configurada.

Paradoxalmente, a gramática política atual, mesmo cobrando dispositivos qualitativos, é, muitas vezes, sevicada pela mediação burocrática. Essa acontece não apenas na prática política do Estado e de seus órgãos, mas no sistema jurídico, médico-hospitalar, na maioria dos partidos políticos, nos sindicatos e, especialmente, nas universidades. Em todas as interpelações burocráticas, o que se vê é a subordinação da luta pelo sentido ao *habitus* normativo.

A operacionalidade dos sistemas que englobam a escola, os hospitais, os partidos políticos, sob a mediação burocrática, gera um distanciamento entre a posição discursiva realizada nas instituições e os seus tratos reais e efetivos. Resulta disso um empobrecimento da subjetividade, mesmo daqueles que gritam pela revolução e falam em nome da crítica social e da emancipação.

A primeira e a maior consequência desse tipo de mediação é a escravidão da alegria dos sujeitos envolvidos. A promoção da tristeza se torna um signo contingente e indefensável das relações humanas das instituições, transferindo os conflitos que poderiam – e deveriam – ser de classes ou contra as opressões para o campo micrológico. Lógico que isso beneficia o prestígio narcísico de alguns; silencia a sua ambição e arquiteta o modelo político do grupelho.

A esfera política, no arco da mediação burocrática, ocorre nos bastidores. No caso das universidades, elementos como a leitura, a interpretação, a ação pedagógica, inclusive, os engajamentos autônomos são espremidos e condicionados ao fôlego possível de pequenas brechas ou nas frestas da coerção invisível. A cassação branca e o cancelamento subliminar, esteios da mediação burocrática, desenvolvem com êxito os sentidos: esterilizar a vontade de trabalhar, de lutar, de irmanar aos pares de classes.

Quase sempre o resultado não demora para surgir: a violência dissimulada e o adoecimento lento. Daí que a dimensão relacional das instituições burocráticas deve ser avaliada em se tratando da emancipação, pois ela sequestra a vitalidade política e criativa, engole a energia disruptiva, enfraquece a vida coletiva e, pior, alavanca as opressões sutis, geralmente com o desmantelamento ético das relações.

Diante do quadro, nem sempre bem lido e interpretado pelos sujeitos que dele participam, muitos caem no pessimismo utilitarista. A insígnia dessa direção é simples: “Já que nada muda, vamos nisso mesmo.” Ou: “Vamos deixar os livros e cair nos negócios departamentais.” A transferência, no caso da universidade, das lides pedagógicas e intelectuais para a articulação departamental ao modo dos grupelhos sangra o sentido do trabalho intelectual, desmotiva-o, renega-o. Nessa senda, estimula-se o comércio de discursos, o triste fado dos slogans e das análises dualistas, geralmente enformadas pelo estilo dos discursos prontos e agendados, com poucas interrogações e com pouco repertório argumentativo.

Cabe, nessa situação, atentar-se para a escala da ação. Ela é central em qualquer luta emancipatória. A ação do sujeito na situação de namoro, casamento; no trabalho; na rua, inclusive, na forma com que escuta o Outro, exerce a fala e se relaciona conta muito nas lutas. Mediante essas ações, regam-se as vontades, a saúde, o desejo de lutar juntos. Pode também haver, caso não se confie nos parceiros de luta, a desistência, a desmotivação, ou mesmo a rendição ao sistema burocrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas começam por entender que o sujeito de luta não pode esquecer a sua vida orgânica no ato de habitar, relacionar, circular, organizar o seu ponto de vista histórico. Nessa concepção, a terra é a base, pois ela é o apoio espacial e o suporte material, assim como a condição de toda a existência humana e de todos os seres vivos. Se a terra é suporte vivo, o trabalho, determinado histórico-espacialmente, é a energia. Quando a terra e o

trabalho são, socialmente, convertidos em alavancas da injustiça, cabem às lutas emancipatórias o papel de defender, no âmbito político, a vida, ela inteira. Conforme foi sublinhado, face à profunda mercantilização do solo, da vegetação, das ondas, do ar, da água, hoje se luta pelo direito ao planeta.

Tratamos também de argumentar que a premissa seminal para se discutir a emancipação hoje começa por entender que há profundas transformações no mundo do trabalho; na organização da produção; nas formas de conhecimento e no mapeamento da natureza, o que exige uma leitura crítica do processo emancipatório além da fábrica moderna dos séculos XVIII e XIX. Embora haja essas mudanças, há permanências estruturais que afirmam o atavismo da fome, dos monopólios de capitais, da desigualdade social, do privatismo dos bens comuns.

O denominado “triumfalismo economicista”, que obriga os países a investirem, ao modo da onda devastadora, no expansionismo econômico e do mercado, subordina os trabalhadores/trabalhadoras, adoece-os, segrega-os, devora a sua potência criadora e criativa. A vertiginosa rotação de capitais, própria desse tempo, e a imensa produção de bens e coisas não foram capazes de resolver problemas como a fome mundial, a segregação socioespacial, a violência.

Argumentamos também que há, em cena, de maneira rica, complexa e tensa, uma nova gramática das lutas emancipatórias. Isso retira de partidos, grupos ou correntes filosóficas e políticas qualquer tentativa de se ter o exclusivismo da crítica. Grupos libertários; feministas; marxistas; decoloniais; anti-coloniais; autonomistas; coletivos que juntam raça e gênero ou gênero e etnia; ativistas ambientais e culturais; gente que formula fundamentos da agroecologia, ou de cooperativas de moradia; coletivos e campos de pesquisa que defendem a Saúde do Trabalhador ou que protestam contra a alimentação intoxicada, e tantos outros segmentos, põem em marcha os novos marcadores da crítica e das lutas.

Esse fazer político, que é também epistêmico, se coloca contra os sistemas abstratos, escolásticos, sloganizados. Requisita, inclusive, da narrativa literária uma aproximação com a vida de quem sofre. Daí que a memória do sofrimento, os relatos de experiência de trabalho e a declamação da poesia que nasce nos becos ou da carne vilipendiada ganham atenção e legitimidade. A leitura geográfica, conforme defende Santos (2023), não pode ler o território e o poder hegemônico sem perceber as práticas espaciais dos diferentes lugares; as lutas das mulheres no dia a dia; a invenção de tecnologias sociais; a formulação de alternativas criativas na solução de problemas como o sequestro

de águas. Se faz necessário enxergar também as cooperações e as solidariedades sutis que as comunidades exercem contra as formas hegemônicas.

O momento atual é de admitir e defender a interseccionalidade, não como soma de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual, mas como dispositivo de reflexão e de libertação da opressão em diferentes escalas. Isso demanda outra posição epistemológica e política, assim como cobra um novo tirocínio da interpretação, da sensibilidade e dos gestos políticos respaldados de humanidade na forma de escuta; na atenção direcionada aos modos de falar e de se comportar no espaço.

A interseccionalidade reconhece o trabalho como fundamento da vida e razão de lutas contra a alienação, mas imprime diferentes marcadores em que o processo colonial fez uso – e continua fazendo. Assim, as lutas pela emancipação são desafiadas diariamente na relação com o outro e na organização do ponto de vista; juntam o horizonte temporal dos projetos revolucionários ao horizonte temporal curto formulado pelas práticas diárias.

As lutas contra o racismo estrutural, contra a homofobia, contra a injustiça ambiental, contra o preconceito linguístico recolocam a pedagogia política, exigindo mais do sujeito de luta que o mero discurso revolucionário. Abre-se uma ideia forte: se faz política com a fala, com os gestos, com o afeto, com o modo pelo qual acolhe, estabelece solidariedade, sente o sofrimento do parceiro de caminhada.

Entretanto, o debate ideológico atual não pode ser feito sem ler as características, a estrutura, as contradições e as tensões das sociedades capitalistas mundializadas. Essas sociedades fundam a sua dinâmica no mundo da extrema razão, alicerçadas pelo chamado capitalismo de dados a partir do controle dos algoritmos. Na teia invisível da extração do olhar, provocado pelas redes modulares que assediam o tempo quase total dos sujeitos, ocorrem a tirania da medida e o novo estatuto ideológico, por exemplo, na irradiação de figuras como o *intelectual influencer*.

Nesse rumo, crescem as vertentes da teocracia nas escolas, na sociabilidade das periferias proletárias; na economia informal, enfim, numa forma de relações que coloca a existência dura, empobrecida, endividada de trabalhadores/trabalhadoras, sob a hegemonia dos bancos na financeirização da vida. Descolar-se do mundo concreto ocorre, quase sempre, pela formação de redes de irmãos organizados em torno do evangelismo também financeiro.

Alertamos, por fim, que especialmente o campo crítico universitário e também outros grupos e coletivos de luta devem se preocupar com a

mediação burocrática que intercedem nos iguais. Com frequência, sob a mediação burocrática, os sujeitos, mesmo enfeixando discursos revolucionários, podem ser presas fáceis à competição, ao desespero por fama, ao sequestro da energia política e humana dos pares. Assim procedendo, tornam-se agentes que desanimam a luta, empobrecendo a subjetividade coletiva e as suas próprias. Resultam disso o seu adoecimento e a desistência de lutar.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.
- AUBERTIN, Catherine. La biodiversité une notion en quête de stabilité. In: AUBERTIN, Catherine (org.). **Représenter la nature: ONG et biodiversité**. Paris: IRD, 2005. P.99-122.
- BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e Morte por Agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim Dataluta**, v. 01, nº 01, p. 01-21, set. 2011.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **No rancho fundo. Espaços e tempos no mundo rural**. Uberlândia (MG): EDUFU, 2009.
- BUCCI, Eugênio. **A superindústria do imaginário: Como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível**. São Paulo: Autêntica Editora, 2022.
- BONFATTI, Renato; FERREIRA, Aldo Pacheco.; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel. Ergonomia, desenvolvimento e trabalho sustentável: um olhar para a Saúde do Trabalhador. **Revista brasileira de medicina do trabalho**. Rio de Janeiro, 2017.
- CHUL-HAN, Byung. Hoje o indivíduo se explora e acredita que isso é realização. In: El País. Acesso em: 14 nov. 2023. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/07/cultura/1517989873_086219.html
- MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Os Movimentos Sociais no Campo no Estado de São Paulo (1995/2001). **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 82, p. 7-42, 2005.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Paixão da Terra – ensaios críticos de ecologia e geografia**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1984.
- ROLNIK, Suely. **A esfera da insurreição – notas para uma vida não cafetinada**. Editora N-1; São Paulo: 2018.
- SANTOS, Rosselvelt José dos. **Comunidades Tradicionais, sociobiodiversidade e processos de vida no Cerrado**. In: Desenvolvimento territorial e sociobiodiversidade: perspectivas para o mundo do Cerrado. Org. CHAVEIRO, Eguimar F.; MARQUES, Ana Carolina de Oliveira.; OLIVEIRA, Adão Francisco.; SANTOS, Rosselvelt José dos Santos. Goiânia: Editora Kelps, 2023.
- SOUZA, Marcelo Lopes. **Ambientes e territórios**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro (RJ), 2019.

CAPA

SUMÁRIO

Capítulo 3

CARTOGRAFIAS PARA GEOGRAFIAS

GISELE GIRARDI

No âmbito da formação em Geografia em nível superior, graduação e pós-graduação, é sempre importante colocar sob escrutínio os conteúdos disciplinares, avaliando como dialogam com a produção geográfica contemporânea, ou seja, como os problemas do mundo estão tensionando e colocando em movimento o pensamento geográfico. Isto é particularmente importante na medida em que escolhas precisam ser feitas em razão do curto tempo de tratamento que os temas da Geografia têm nos currículos diante da desconcertante complexidade e profundidade que cada um destes mesmos temas tem nos âmbitos de atuação profissional, seja na docência, na pesquisa ou nas atividades técnicas.

A mesa-redonda “Cartografias, inteligência territorial e políticas espaciais”, que fez parte da programação do XV Enanpege¹ e da qual este texto deriva, contribui com o pensar dessas escolhas na medida em que apresenta, nos próprios termos que compuseram o seu título, problemáticas muito relevantes para a sociedade contemporânea de modo ampliado e para a Geografia de modo mais específico, uma vez que desafiam seus modos de pensamento e expressão.

1 O XV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia foi realizado em outubro de 2023 na Universidade Federal do Tocantins (Palmas-TO). A referida mesa redonda ocorreu no dia 10 de outubro de 2023 e contou, também, com a participação de Marta Eichemberger Ummus (Embrapa-TO) e Elaine Barbosa da Silva (UFG).

O termo “políticas espaciais”, que dos três é o mais abrangente, pode aludir a diferentes dimensões em que política e espaço se co-constituem e isto é um balizador das escolhas feitas no campo das práticas geográficas. De acordo com a geógrafa Doreen Massey, o modo como pensamos o espaço está diretamente relacionado às possibilidades da política como negociação da coexistência, que é pensar o futuro como abertura e não como fechamento ou predeterminação. Por essa razão, argumenta Massey (2008), o mapa pode compor uma armadilha para pensar a espacialidade, pois oferece uma imagem de sincronia, de conexões já estabelecidas, sintetizadas no termo “representação do espaço”. A questão é que operamos, primordialmente, no mapa com o espaço absoluto e a monoescalaridade e isso é entendido como o referencial de “representação do espaço”, o que cada vez menos dá conta de compreender e explicar as multidimensionalidades dos fenômenos geográficos contemporâneos. Precisão locacional ajuda em muito, mas não explica tudo e o mais importante é, justamente, não ser ela a balizadora primeira de um raciocínio geográfico que se confunde com pensamento espacial, como tem sido difundido no campo da cartografia escolar.

Pensar a espacialidade como abertura também se desdobra no entendimento e na prática da formulação e aplicação de políticas públicas como conjuntos de princípios, fundamentos e instrumentos normativos que definem, induzem, controlam e fiscalizam ações sociais em âmbitos temáticos com componentes espaciais, como meio ambiente, recursos hídricos, urbano, agrário e tantos outros. A Constituição Federal do Brasil, de 1988, havia induzido a implementação da participação social no desenho estrutural das políticas públicas, por meio de conselhos, comitês e outras instâncias da gestão social compartilhada. Em que pesem as assimetrias na participação, as problemáticas metodológicas, os artifícios de manipulação de agentes e o solapamento que essas instâncias viveram em um passado recente, abrir à participação social nas políticas públicas é um modo possível de negociação democrática da coexistência.

David Harvey, quando inter cruzou em sua matriz o espaço relativo ao *espaço concebido/representação do espaço* de Henry Levebre, identificou nesse inter cruzamento que “comparações entre molduras espaço-temporais diferentes” ou diferenças nas concepções de espaço (e, por conseguinte, de mapas) “podem iluminar os problemas da escolha política” (Harvey, 2015, p. 130). Isso aponta, novamente, para as políticas da espacialidade, ou seja, o modo como pensamos o espaço, como fundamento para os modos como, enquanto agentes sociais, desenvolvemos políticas públicas, o que é um balizador importante para tendências atuais de planejamento baseadas em tecnologias, as chamadas “inteligências”, que compõe outro termo do título da mesa.

A palavra “inteligência”, que se refere à capacidade de conhecer, aprender, raciocinar e resolver problemas, com as tecnologias de informação de comunicação passou a ser aplicada em outros campos. Especialmente notável é a inteligência artificial (IA), que se compõe de um conjunto de algoritmos que coletam e processam dados, integrando fontes diversas, interpretando essas informações na identificação de padrões, consistências e inconsistências e modificando suas rotinas mediante os resultados da análise, otimizando processos. Esta é, claro, uma síntese simplificada da IA, hoje bastante presente na vida social, afetando decisões (pessoais, coletivas e institucionais) tomadas a todo tempo. A IA, para funcionar, depende da integração de objetos em uma rede. Tecnicamente consideradas, esta integração é feita a partir do que tem sido denominado Internet das coisas. As coisas – objetos, aparelhos, dispositivos etc. – dotadas de sensores, *softwares*, microprocessadores, emitem dados para uma rede capaz de integrá-los. Os sistemas que promovem esta integração são chamados de “inteligentes”, tendo aplicações diversas, como escritórios inteligentes, fábricas inteligentes, casas inteligentes, cidades inteligentes e outros assim adjetivados.

Um dado interessante na bibliografia mais recente sobre este universo de inteligências é a diferença entre cidades inteligentes e territórios inteligentes. Quando se referem às cidades os sistemas de controle parecem caminhar para uma homogeneidade do urbano – tráfego, saneamento, serviços e outros –, enquanto que ao se referirem ao território parecem aludir a uma singularidade dada pelas especificidades geográficas (naturais e culturais) (Dallabrida, 2020), um patrimônio territorial que daria sentido à inteligência territorial (Martins *et al.*, 2021).

Nesse universo de questões, o mapa tem destaque. Quando se fala em “território inteligente”, todos os componentes anteriormente mencionados – coleta, integração, interpretação, otimização, controle, inovação etc. – são articulados com a variável espacial, para a qual o mapa daria visibilidade. Território inteligente implica, também, em governança com mapas.

O termo “inteligência territorial” não diz respeito, apenas, a uma capacidade cognitiva das pessoas que têm formação em Geografia, capacidade que colocaria essas pessoas como protagonistas privilegiados em processos de planejamento territorial. É também notável que há deslocamentos entre conceitos de território formulados na Geografia e os que têm sido encontrados em bibliografias sobre o tema das inteligências territoriais. E não há nenhum problema nessa diferença. Problema há em rechaçá-la *a priori*, em não dar azo ao afloramento do diverso que embasa a negociação da coexistência.

Esse panorama mosaicado até aqui apresentado de temáticas das políticas espaciais e da inteligência territorial teve como propósito criar campos de tensão para explorar o termo “cartografias”, que compôs título da mesa. A abordagem centra-se nas cartografias praticadas na e pela Geografia, denominada ora por geocartografia, ora por cartografia geográfica, área de conhecimento bastante complexa e, em certa medida, paradoxal que lida com um modo possível de expressão da espacialidade chamado mapa.

Se as políticas espaciais são o fundamento (epistêmico) e o horizonte (social) de práticas geográficas e se as tecnologias têm alterado os modos de coleta, tratamento, processamento e visibilização de dados e informações, uma atualização na cartografia geográfica (não só tecnológica) talvez seja necessária tanto para o engajamento como para o enfrentamento desse estado atual de coisas que se apresenta a nós. Tal é o singelo objetivo deste texto: apresentar alguns traços do debate contemporâneo da Geografia internacional sobre a cartografia, que possam colaborar com essa atualização.

CARTOGRAFIAS

Retoma-se aqui a reflexão iniciada no primeiro parágrafo da introdução deste texto, convertida em uma pergunta: por que precisaríamos nos preocupar com o conteúdo disciplinar de cartografia na formação em Geografia se ele já é tão tradicional, tão estável e tão essencial à Geografia, faltando apenas que seja atualizado tecnologicamente?

Espera-se que aquilo que foi apresentado na introdução deste texto em relação às políticas espaciais e inteligência territorial tenha, no mínimo, deixado em evidência que tradição, estabilidade e essencialismo não nos servem mais. O termo “cartografias”, no plural, no título da mesa anuncia justamente isto: existem variações em modos de fazer e variedades de quem pode fazer mapas. Se se toma a tradição e a estabilidade como parâmetros, não há pluralidade possível. E se precisamos nos abrir ao debate sobre as inteligências, também precisamos fazer isso sobre cartografias, quiçá processando mudanças no âmbito da formação em Geografia.

É inegável que mapas foram, são e serão necessidades linguísticas quando se trata de questões da espacialidade. Como já apresentado, a questão é que não há uma só espacialidade, como parece habitualmente tratar a cartografia (no singular). A relação entre o espaço e sua imagem, na Geografia, é muito mais do que representação: é expressão. O mapa é, então, uma possibilidade de expressão para a Geografia. Uma delas: não é a única, nem, necessariamente, a melhor. Somente uma delas.

Entendo ser possível distinguir dois campos de interesse da Geografia em relação aos mapas e os tenho denominado como “mapa como expressão de geografias” e “mapeamento como direito humano” (Girardi, 2023a). Cada um desses campos suscita questões específicas e também, frequentemente, remete um ao outro. *Mapa como expressão de geografias* implica analisar a cartografia no interior da dimensão acadêmica e formativa da Geografia, em todos os seus âmbitos – pesquisa, extensão, educação, atuação técnico-profissional –, e perguntar se o que se tem como possibilidade expressiva tem ajudado a avançar no conhecimento deste ou daquele aspecto do real com o qual se lida. Em suma, se está sendo possível comunicar os fenômenos com a linguagem cartográfica disponível e se a produção imagética tem tornado possível pensar os fenômenos de modo inovador, em suas espacialidades específicas.

Um grande gargalo já identificado nesta dimensão é a desatualização bibliográfica da cartografia geográfica brasileira. A crença na tradição, estabilidade e essência tem sido respondida, sutilmente, com o desaparecimento de cargas horárias, disciplinas e cadeiras docentes específicas de cartografia (leia-se ensino e pesquisa e extensão na área) nos cursos de Geografia de instituições de ensino superior no país. É como se a cartografia, como disciplina formativa da Geografia, se dedicasse à mera reprodução de um corpo estável de conhecimentos que subsidiariam outros, estes, sim, dinâmicos e atuais, como os sistemas de informação geográfica e o sensoriamento remoto. Um campo morto do ponto de vista teórico e metodológico. Isso tanto é causa como consequência da ausência de reflexão teórica que marca a cartografia geográfica brasileira diagnosticada por Fonseca (2020) e contrasta com a proliferação e intensificação recente do uso de mapas em diferentes esferas da vida social contemporânea, o que foi amplamente favorecido pela expansão do acesso geotecnológico (dispositivos de navegação, imageamento remoto popularizado – a exemplo do GoogleEarth –, aplicativos para *mashup* de mapas e outros). Nem as teorias contemporâneas, tampouco as práticas sociais com mapas como produtoras de espacialidades, têm sido incorporadas nas disciplinas de cartografia na formação em Geografia (Girardi, 2023b).

Em revisão de literatura recente,² buscou-se identificar principais linhas de debate que pudessem ajudar a compor novos temas e áreas para a educação

2 Projeto “Estado atual dos debates sobre cartografias e mapeamentos e os desafios ao entendimento da espacialidade frente a ubiquidade contemporânea de mapas” desenvolvido pela autora na modalidade Licença para capacitação no primeiro semestre de 2023, sob supervisão do Prof. Dr. Rafael de Castro Catão (Ufes). Foi feita uma seleção de revistas internacionais de Geografia conceituadas e nelas foram buscados artigos cujo tema central era a cartografia, no período de 2010-2023. As revistas analisadas foram: ACME: An International Journal for Critical Geographies, Annals of American Association Geographers, Dialogues in Human Geography, Environment

cartográfica na formação em nível superior em Geografia ou que pudessem, ao menos, dar visibilidade a campos possíveis de pesquisa em cartografia geográfica. Isso é particularmente importante para fomentar a pesquisa em nível de pós-graduação. No âmbito da produção de teses e dissertações em Geografia que aludem à cartografia como tema central, é recorrente que a referência bibliográfica seja a mesma das disciplinas de graduação ou do artifício de “tese sobre teses”, que também tem colaborado para o círculo vicioso de referências e ajuda pouco no avanço do debate.

O que se concluiu neste levantamento é que temas do debate contemporâneo internacional sobre a cartografia têm tido lugar na Geografia, não mais como mero subcampo autojustificado desta, mas como linguagem a produzir derivações no pensamento sobre o espaço, nas dimensões teórica, metodológica, epistemológica e técnica, um debate bastante rico e vivo que pode subsidiar mudanças na cartografia geográfica brasileira. Observou-se, também, a pertinência da atenção aos dois campos de interesse da Geografia anteriormente apontados (*mapa como expressão de geografias* e *mapeamento como direito humano*).

Dentro do campo *mapa como expressão de geografias*, dois temas se destacam no citado levantamento e revisão de literatura: *mapeamentos e epistemologia da Geografia* e *aspectos técnicos, culturais, históricos e de design de mapas*. Já no campo *mapeamento como direito humano* se destacam os temas *práticas críticas de mapeamento e contramapeamentos* e *geoweb e mapeamentos baseados em informação geográfica voluntária*.

Um breve panorama dos debates em cada um dos temas identificados com seleção de alguns autores e autoras é apresentado a seguir, sem pretensão de esgotamento, mas, antes, como convite à abertura da reflexão sobre as práticas cartográficas no interior da Geografia e suas implicações epistêmicas. É preciso alertar de que há muita porosidade entre estes temas e muitos trabalhos poderiam ser enquadrados em mais de um deles.

MAPEAMENTOS E EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA

É lugar-comum a afirmação de que a teoria geográfica não acompanhou as mudanças epistemológicas do campo da cartografia crítica que emergiu após os anos 1990 e que, no campo técnico da Geografia aplicada, a adesão aos sistemas de informação geográfica se fez com pouca reflexão teórica. Um

and Planning A: Economy and Space, Environment and Planning D: Society and Space, Scripta Nova, Geoforum, GeoJournal, Progress in Human Geography, Transaction of the Institute of British Geographers,

exemplo de desdobramento disso é visto claramente nas composições curriculares e institucionais da Geografia no Brasil, como já apontado. Em âmbito internacional, este campo apresenta traços mais promissores, com três temas fortes, que são a perspectiva pós-representacional, os movimentos de recartografia e reconsiderações do peso do mapa na definição de conceitos e categorias geográficas.

Kitchin (2014) contribuiu no acompanhamento dos avanços de áreas do conhecimento internas à Geografia ao resgatar 40 anos de reflexões teóricas sobre a cartografia que apareceram na revista *Progress in Human Geography* entre 1970 e 2010. Ele demonstrou que até a virada do milênio as abordagens oscilaram entre uma mais técnica e outra mais voltada à teoria crítica e, após, passou-se a se discutir menos a técnica e mais as implicações sociais dos mapeamentos, abordagem que se mantém até o presente. A perspectiva pós-representacional é explorada por Caquard (2014) e Rossetto (2017). Sinteticamente, esta perspectiva desloca o foco de um mapa acabado para um mapeamento sempre em processo, que se desdobra incessantemente por meio de práticas diversas em contextos relacionais. Um exemplo que ilumina os debates desse foco é centrado na análise do mapa nacional, talvez uma das expressões imagéticas mais caras à Geografia face às suas conexões originais intrínsecas com o Estado. Rossetto e Lo Presti (2022) argumentam pela necessidade de rever o mapa nacional especificamente como a imagem do poder nacional e analisar suas reconfigurações a partir de movimentos sociais contemporâneos distintos de mobilidade (como migrações transnacionais e refugiados) que desafiam e reinventam as ideias de nação e nacionalismo (e seus derivados como fronteira e soberania) como fixos e perenes e suas implicações para pensar o espaço contemporâneo em sua multiplicidade.

Os movimentos de recartografias se referem às novas produções de mapas sobre territórios, contudo tomando outros referenciais paisagísticos. Desde os estudos de John Brian Harley, a máxima *quem tem poder no mundo tem poder no mapa* vem sendo explorada e questionada. Esta é a razão pela qual inscrições de poder nas paisagens (tais como igrejas, monumentos, instituições) são (re)inscritas nos mapas topográficos como natureza do lugar (Harley, 2005). Oportunidades de refazer mapeamentos são desafiadoras para a prática de recartografia, como é demonstrado por Cattoor (2015) ao descrever experiências que buscaram remapear áreas considerando multiplicidade, heterogeneidade e hibridismo dos diferentes agentes do território. Nas experiências de reelaboração de mapas (cadastrais, regionais, urbanos), a ênfase é nos deslocamentos teóricos na Geografia que essas práticas suscitam.

Aspectos técnicos, culturais, históricos e de design de mapas

Os considerados elementos usuais de mapas como veículo de comunicação, como escala, legenda, projeção e outros, ainda são objeto de estudo e publicação em revistas internacionais de Geografia, indicando que há ainda desdobramentos da cartografia robinsoniana no campo disciplinar. Destacam-se os que apresentam revisões sobre aspectos dos mapas coropléticos (White; Slocum; McDermott, 2017; Armstrong; Xiao, 2018), os que apresentam proposições de melhorias de *design* para mapas específicos, tais como os de desastres e de doenças (Klockow-McClain; McPherson; Thomas, 2020; Kübler; Richter; Fabrikant, 2020) e os que discutem elementos de projeção, escala e generalização e suas implicações na leitura de mapas (Vich, Marquet; Miralles-Guasch, 2018; Montello; Battersby, 2022).

Para além dos elementos voltados aos aspectos comunicacionais dos mapas, surgem análises mais abrangentes com ênfases em campos artísticos, tais como literatura (Rossetto, 2014), cinema (Orueta, 2010; Lukinbeal, 2012) e exposições (Ferdinand, 2017; Bonastra, 2021) e em produtos de ou para grupos sociais específicos, como maoris (Roberts, 2012), populações nativas (Bersntein, 2016), comunidade de skatistas (Swords; Jeffries, 2015) e comunidade *queer* (De Laurentis IV, 2018; Swab; Giesecking, 2022). Aspectos históricos, como o modo pelo qual os mapas sobre origens humanas moldaram poderes raciais desde a Idade Média (Livingstone, 2010) ou como controvérsias na definição de fronteiras tiveram mapas como instrumentos (O’Kelly, 2012) compõem, também, temáticas de estudo. Este último conjunto de temas tem encontrado rebatimentos relevantes nos estudos geocartográficos brasileiros. No caso dos aspectos históricos com destaque para o grupo de pesquisadores articulados na RedeBrasilis³, e no caso das perspectivas culturais das imagens, destaca-se a rede Imagens, Geografias e Educação⁴.

Práticas críticas de mapeamento e contramapeamentos

Considerando o já expressivo período de circulação de ideias e procedimentos de mapeamentos participativos e colaborativos, tem se tornado possível formatar parâmetros analíticos e discutir resultados desses mapeamentos e suas implicações (Denwood; Huck; Lindley, 2022). Ao entusiasmo inicial da proliferação das práticas de mapeamento passa-se a questionar, por exemplo,

3 Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica (<https://redebrasilis.net>).

4 Rede Internacional de Pesquisa Imagens, Geografias e Educação (<https://www.geoimagens.net>).

o que significa fornecer visibilidade a grupos que não a desejam, pois essa visibilidade lhes coloca em risco de vida, ou como o fornecimento de dados que ocorre nesses mapeamentos pode redundar em estratégias de controle desta própria população (Martini, 2021; McElroy, 2022). Discute-se, também, positivamente a ampliação de atores nos mapeamentos, atentando para a importância da clareza nas regras e os riscos para a própria população quando há excessiva vinculação dos mapeamentos a um enfoque específico, o que pode acabar por fragilizar outras esferas da vida cotidiana.

Os artigos mais recentes têm se preocupado em analisar os processos envolvidos nos mapeamentos e traçar suas trajetórias históricas em conjunção com forças econômicas, sociais, políticas, étnico-raciais e de gênero (Kelly, 2021; Lucchesi, 2022. Galeana, 2022; Sletto; Novoa; Vasudevan, 2023) produzindo aportes teóricos importantes para o entendimento dos processos na produção da espacialidade contemporânea. Destacam-se os trabalhos inovadores de cartografias de resistência negra (Inwood; Alderman, 2020; Alderman; Inwood; Bottone, 2021), as codificações estéticas da pobreza em mapeamentos que instruem decisões de caráter social e jurídico (Ansari, 2022), o papel que os mapas e as práticas cartográficas desempenham nas políticas migratórias (Mekdjian, 2016; Casas-Cortéz *et al.*, 2017) e os contramapeamentos com perspectiva pedagógica nos cursos de educação superior (Gutiérrez-Ujaque; Jeyasingham, 2021).

No Brasil, a partir das experiências principalmente do PNCSA⁵, há um relativo crescimento desses estudos, de caráter interdisciplinar, muitas vezes envolvendo pessoas da comunidade geográfica (particularmente na execução dos mapas), mas ainda há pouca pesquisa em Geografia propriamente sobre os processos e efeitos duradouros destas iniciativas na transformação da comunidade e do território (Girardi, 2021).

Geoweb e mapeamentos baseados em informação geográfica voluntária

Com a popularização das plataformas de mapeamento *online*, comerciais ou de código aberto, houve um grande crescimento dos *mashups* de mapas e de iniciativas de agregação de informações às plataformas de mapeamento. A informação geográfica voluntária passou, assim, a se compor como um campo de interesse, uma vez que tanto indica ampliação de uma “cidadania baseada em mapas”, particularmente relevante em situações de crise como furacões,

5 Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (<http://novacartografiasocial.com.br>).

terremotos e pandemias (Gutierrez, 2019; Mooney; Juhász, 2020), como também pode afetar a credibilidade dos mapas (McConchie, 2015; Lin, 2018).

Particularmente, as plataformas de dados abertos, como a *OpenStreetMap*, têm possibilitado estudos sobre o perfil dos agentes de iniciativas de *crowd-mapping*. Tem sido possível analisar grande discrepância de gênero, apontando sub-representatividade feminina na edição desses mapas e suas consequências (Gardner *et al.*, 2020), assim como conflitos de natureza econômica e geopolítica (Young *et al.*, 2021; Schröder-Bergen *et al.*, 2022) envoltos em perspectivas decoloniais de mapeamentos desse tipo.

Importante pontuar que, a despeito do imenso potencial educativo que esses mapeamentos têm em relação ao entendimento dos espaços e territórios, e, por conseguinte, serem ferramentas interessantes para iniciativas de participação e compartilhamento social de gestão territorial, não são isentos nem imunes aos circuitos do capitalismo de plataforma. São, portanto, muito importantes as revisões de experiências, bem como a ampliação do entendimento de que isto é um elemento componente da produção do espaço, portanto eivado de contradições, conflitos e de possibilidades de mobilização e luta.

PALAVRAS FINAIS

O que se buscou nestas breves linhas foi retomar o tema da mesa-redonda “Cartografias, inteligência territorial e políticas espaciais”, situando o último dos termos (políticas espaciais) como contexto mais geral e o intermediário (inteligência territorial) como um imediato tecnológico que está a nos bater à porta (literalmente, às vezes: quantos de nós não vive sob câmeras de vigilância, controles eletrônicos e quotas para poder trabalhar ou morar?) e que produz novas necessidades para o olhar geográfico. E é em meio a isso que buscamos situar o debate contemporâneo, que se inicia, necessariamente, por assumir “cartografias” no plural.

Os campos de temáticas que foram apresentados, de modo muito breve, trazem um panorama bastante parcial, porque têm restrições de temporalidade (2010 a 2023), de fontes e de origens. Contudo, trazem uma diversidade que, espera-se, possa colaborar com a ampliação de pesquisas inovadoras, inventivas e criadoras sobre cartografias na Geografia, o que talvez seja a única possibilidade capaz de romper o traço conservador que hoje marca “a” cartografia na formação, na escola, no campo de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALDERMAN, Derek H; INWOOD, Joshua F. J.; BOTTONE, Ethan. The mapping behind the movement: On recovering the critical cartographies of the African American Freedom Struggle. **Geoforum**, v. 20, p. 67-78, 2021.
- ANSARI, Moniza Rizzini. Cartographies of poverty: Rethinking statistics, aesthetics and the law. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 40, nº 3, p. 567-585, 2022.
- ARMSTRONG, Marc; XIAO, Ningchuan. Retrospective deconstruction of statistical maps: a choropleth case study. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 108, nº 1, p. 179-203, 2018.
- BERNSTEIN, David. Negotiating nation: Native participation in the cartographic construction of the Trans-Mississippi West. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 48, nº 4, p. 626-647, 2016.
- BONASTRA, Quim. Esbozos para un atlas de geografía del arte. **Scripta Nova**, v. 25, nº 2, p. 211-241, 2021.
- CAQUARD, Sébastien. Cartography III: A post-representational perspective on cognitive cartography. **Progress in Human Geography**, v. 39, nº 2, p. 225-235, 2014.
- CASAS-CORTÉS, Maribel; COBARRUBIAS, Sebastian; HELLER, Charles; PEZZANI, Lorenzo. Clashing Cartographies, Migrating Maps: the politics of mobility at the external borders of E.U.rope. **ACME: An International Journal for Critical Geographies**, v. 16, n. 1, p. 1-33, 2017.
- CATTOOR, Bieke. Designerly mapping practices at the crossroads of cartography and urbanism: a processual account of three re-cartographies of southwest Flanders. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 47, nº 6, p. 1283-1297, 2015.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. Da cidade inteligente, ao território inovador, rumo à inteligência territorial: aproximações teóricas e prospecções sobre o tema. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, nº 53, p. 46-71, 2020.
- DE LAURENTIS IV, Vincent David. Gay maps, queer “reads”: exposing violence in the spatial representation of gay D.C. in Search of Queer Spatial Potentials. **ACME: An International Journal for Critical Geographies**, v. 17, nº 1, p. 109-143, 2018.
- DENWOOD, Timna; HUCK, Jonathan J.; LINDLEY, Sarah. Participatory mapping: a systematic review and open science framework for future research. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 112, nº 8, p. 2324-2343, 2022.
- FERDINAND, Simon. Drawing like a state: Maps, modernity and warfare in the art of Gert Jan Kocken. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 35, nº 2, p. 319-338, 2017.
- FONSECA, Fernanda Padovesi. Uma avaliação da cartografia geográfica brasileira: a ausência de reflexão teórica. In: LIRA, Larissa Alves de; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de; DUARTE, Rildo Borges (org.). **Geografias das ciências, dos saberes e da história da geografia**. São Paulo: Alameda, 2020. p. 69-96.
- GALEANA, Fernando. Vernacular legibility in counter-mapping: Assembling the geo-body of an indigenous socio-territorial movement in Honduras. **Geoforum**, v. 128, p. 158-167, 2022.

GARDNER, Z.; MOONEY, P.; DE SABBATA, S.; DOWTHWAITE, L. Quantifying gendered participation in OpenStreetMap: responding to theories of female (under) representation in crowdsourced mapping. **GeoJournal**, v. 85, p. 1603-1620, 2020.

GIRARDI, Gisele. Cartografias sociais em diferentes contextos de aprendizagem. **Geographia Meridionalis**, v. 6, nº 1, p. 66-84, 2021.

GIRARDI, Gisele. Para que a cartografia escolar mude sem ficar a mesma coisa. **História, Natureza e Espaço**, v. 12, nº 1 p. 1-20, 2023(a).

GIRARDI, Gisele. Por que ensinamos o que ensinamos como cartografia na geografia? Fragmentos de um guia para deslocamentos. In: OLIVEIRA, Aldo Gonçalves *et al.* (org.). **Geografias e educação**: singulares mãos docente. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023(b), p. 229-253.

GUTIÉRREZ-UJAQUE, Daniel; JEYASINGHAM, Dharman. El contra-mapeo en el grado de educación social: una práctica crítica y atmosférica para repensar el espacio urbano. **Scripta Nova**, v. 25, nº 4, p. 97-122, 2021.

GUTIERREZ, Miren. Maputopias: cartographies of communication, coordination and action: the cases of Ushahidi and InfoAmazonia. **GeoJournal**, v. 84, p. 101-120, 2019.

HARLEY, John Brian. Mapas, conocimiento y poder. In: HARLEY, John Brian. **La nueva naturaleza de los mapas**: ensayos sobre la historia de la cartografía. México: Fondo de Cultura Económica, 2005. p. 79-112.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **Revista Em Pauta**: Teoria Social & Realidade Contemporânea, v. 13, nº 35, p. 126-152, 2015.

INWOOD, Joshua F. J.; ALDERMAN, Derek H. “The care and feeding of power structures”: reconceptualizing geospatial intelligence through the countermapping efforts of the student nonviolent coordinating committee. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 110, nº 3, p. 705-723, 2020.

KELLY, Sarah H. Mapping hydropower conflicts: A legal geography of dispossession in Mapuche-Williche Territory, Chile. **Geoforum**, v. 127, p. 269-282, 2021.

KITCHIN, Rob. From mathematical to post-representational understandings of cartography: Forty years of mapping theory and praxis in Progress in Human Geography. **Progress in Human Geography**, p. 1-7, 2014.

KLOCKOW-MCCLAIN, Kimberly E.; McPHERSON, Renee A.; THOMAS, Rick P. Cartographic design for improved decision making: trade-offs in uncertainty visualization for tornado threats. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 110, nº 1, p. 314-333, 2020.

KÜBLER, Isabella; RICHTER, Kai-Florian; FABRIKANT, Sara Irina. Against all odds: multicriteria decision making with hazard prediction maps depicting uncertainty. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 110, nº 3, p. 661-683, 2020.

LIN, Wen. Volunteered Geographic Information constructions in a contested terrain: A case of OpenStreetMap in China. **Geoforum**, v. 89, p. 73-82, 2018.

LIVINGSTONE, David N. Cultural politics and the racial cartographics of human origins. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 35, nº 2, p. 204-221, 2010.

LUCCHESI, Annita Hetoevehotohke'e. Mapping violence against indigenous women and girls beyond colonizing data and mapping practices. **ACME: An International Journal for Critical Geographies**, v. 21, nº 4, p. 389-398, 2022.

LUKINBEAL, Christopher. "On Location" filming in San Diego county from 1985-2005: how a cinematic landscape is formed through incorporative tasks and represented through mapped inscriptions. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 102, nº 1, p. 171-190, 2012.

MARTINI, Natalia. Street homelessness, visibility and recognition navigating the dilemmas of mapping homeless spatialities **ACME: An International Journal for Critical Geographies**, v. 20, nº 5, p. 460-478, 2021.

MARTINS, Nayla Ingrid Ramos; MONTEIRO, Antonio Miguel Vieira; ALMEIDA, Renata Hermann de; ANAZAWA, Tathiane Mayumi. Agricultores como sujeitos da produção do território-patrimônio: ensaio metodológico em propriedades familiares na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte/SP. **Gestão & Tecnologia de Projetos**, v. 16, nº 3, p. 207-221, 2021.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

McCONCHIE, Alan. Hacker cartography: crowdsourced geography, OpenStreetMap, and the hacker political imaginary. **ACME: An International Journal for Critical Geographies**, v. 14, nº 3, p. 874-898, 2015.

McELROY, Erin. Digital cartographies of displacement: data as property and property as data. **ACME: An International Journal for Critical Geographies**, v. 21, nº 4, p. 357-371, 2022.

MEKDJIAN, Sarah. Les récits migratoires sont-ils encore possibles dans le domaine des refugee studies? analyse critique et expérimentation de cartographies créatives. **ACME: An International Journal for Critical Geographies**, v. 15, nº 1, p. 150-186, 2016.

MONTELLO, Daniel R.; BATTERSBY, Sarah E. Another look at the "Mercator Effect" on global-scale cognitive maps: not in areas but in directions. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 112, nº 2, p. 468-486, 2022.

MOONEY, Peter; JUHÁSZ, Levente. Mapping Covid-19: How web-based maps contribute to the infodemic. **Dialogues in Human Geography**, v. 10, nº 2, p. 265-270, 2020.

O'KELLY, Morton E. The role of geographic expertise in international border disputes: a study of the middle of Lake Erie through historical and cartographic perspectives. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 102, nº 1, p. 67-83, 2012.

ORUETA, Agustín Gámir. La cartografía en el cine: mapas y planos en las producciones cinematográficas occidentales. **Scripta Nova**, v. XIV, nº 334, 2010.

ROBERTS, Mere. Mind maps of the Maori. **GeoJournal**, v. 77, p. 741-751, 2012.

ROSSETTO, Tania. Semantic ruminations on 'post-representational cartography' **International Journal of Cartography**, v. 1, nº 1, p. 1-17, 2017.

ROSSETTO, Tania. Theorizing maps with literature. **Progress in Human Geography**, v. 38, nº 4, p. 513-530, 2014.

ROSSETTO, Tania; LO PRESTI, Laura. Reimagining the national map. **Dialogues in Human Geography**, v. 12, no 1, p. 5-27, 2022.

SCHRÖDER-BERGEN, Susanne; GLASZE, Georg; MICHEL, Boris; DAMMANN, Finn. De/colonizing OpenStreetMap? Local mappers, humanitarian and commercial actors and the changing modes of collaborative mapping. **GeoJournal**, v. 87, p. 5051-5066, 2022.

SILVA, Charlei Aparecido da; LEITE, Emerson Figueiredo (org.) **Cartografia & geotecnologias: conceitos e aplicações**. Porto Alegre: TotalBooks, 2023.

SLETTO, Bjørn; NOVOA, Magdalena; VASUDEVAN, Raksha. “History can’t be written without us in the center”: Colonial trauma, the cartographic body, and decolonizing methodologies in urban planning. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 41, nº 1, p. 148-169, 2023.

SWAB, Jack; GIESEKING, Jack Jen. Toward Queering the Map 2.0: A Conversation with Michael Brown, Larry Knopp and Bo Zhao. **ACME: An International Journal for Critical Geographies**, v. 21, n. 4, p. 416-435, 2022.

SWORDS, Jon; JEFFRIES, Michael. Tracing postrepresentational visions of the city: representing the unrepresentable Skateworlds of Tyneside. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 47, nº 6, p. 1313-1331, 2015.

VICH, Guillem; MARQUET, Oriol; MIRALLES-GUASCH, Carme. The scales of the metropolis: Exploring cognitive maps using a qualitative approach based on SoftGIS software. **Geoforum**, v. 88, p. 49-56. 2018.

WHITE, Travis M.; SLOCUM, Terry A.; McDERMOTT, Dave. Trends and issues in the use of quantitative color schemes in refereed journals. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 107, nº p. 829-848, 2017.

YOUNG, Jason C.; LYNCH, Renee; BOAKYE-ACHAMPONG, Stanley; JOWAISAS, Chris; SAM, Joel; NORLANDER, Bree. Volunteer geographic information in the Global South: barriers to local implementation of mapping projects across Africa. **GeoJournal**, v. 86, p. 2227-2243, 2021.

A GEOGRAFIA COMO UM FAZER

Possibilidades da pesquisa implicada para os estudos geográficos

JAMILLE DA SILVA LIMA-PAYAYÁ

QUE SERIA UMA PESQUISA IMPLICADA?

Quando fui convidada para participar da mesa-redonda que deu origem a este texto¹, a expressão que me chamou atenção imediatamente no título foi “pesquisa socialmente implicada”. Que seria uma pesquisa implicada?

A expressão compunha o subtítulo, enquanto o título remetia a questões do ser, do sentir, do pensar e do agir em Geografia. No conjunto, a proposição do tema da mesa nos provocava a refletir sobre questões referentes à ontologia e à epistemologia, mas também à prática e à ética.

Essa escolha pelo implicado em vez do aplicado, correntemente mobilizado para evocar pesquisas que tenham sentido social (de diferentes espectros ideológicos), permitiu uma dobra que nos aquiesce em refletir acerca dos desafios e das possibilidades da Geografia para além de seu estatuto como Ciência. Somos convocadas a ponderar as articulações, cada vez mais importantes, de campos que por vezes foram considerados separados, especialmente na esteira do pensamento Ocidental Moderno.

1 Mesa-redonda “Ser, sentir, pensar e agir em Geografia: desafios da pesquisa socialmente implicada”, realizada dia 10 de outubro de 2023, no XV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, na Universidade Federal do Tocantins (UFT), em Palmas (TO).

No meu caso, indígena *Payayá*, cujo território projeta-se a partir da Chapada Diamantina, na *Yapira* (Cabeceira do Rio), no município de Utinga (BA), tal problemática se articula com os desafios de praticar uma ciência que não reproduza alguns de seus vícios constitutivos que reificam a negação do Outro, manifesta pelo racismo, pelo preconceito e pelo contínuo processo de colonialidade (Porto-Gonçalves, 2001; Mignolo, 2005). Implica, portanto, buscar uma prática científica que reconheça a sua própria colonialidade, em direção à sua descolonização (Grosfoguel, 2006; Smith, 2018).

Mas implica mais, envolvendo também se perguntar pelas difíceis relações constituídas entre a epistemologia (e as epistemologias) e a ontologia (e as ontologias). Este próprio processo do singular ao plural, não é um mero recurso discursivo-linguístico: trata-se de deslocar da pretensão universalista que hierarquiza os conhecimentos (em sua geopolítica, como nos mostra Dussel, 2011) para uma horizontalidade que reconhece e acolhe a diversidade, como na pluriversidade apontada por Escobar (2014).

Essa postura emana da experiência ancestral, histórica e geográfica dos diferentes povos originários. Como nos ensina o mestre Krenak (2022), o “futuro é ancestral”, e nós, os povos indígenas, não representamos um ponto anterior a ser retomado, mas uma perspectiva criativa e crítica que tem apresentado possibilidades para uma sociedade em crise. Uma das bases de tal perspectiva é um sentido de “implicado” prático, que se faz, ao final, como ética.

Este texto é, portanto, uma convocação para um fazer geográfico implicado, e para isso retomo a relação da Ciência com os povos indígenas, objetivando discutir a radicalidade das proposições e contribuições metodológicas que têm aparecido nos últimos anos, as quais problematizam a epistemologia, a ontologia, o sentir e o agir. Como a Geografia pode responder às provocações oriundas destes minadouros epistêmicos e ontológicos dos povos da *Abya Yala*?

APLICADO OU IMPLICADO? CIÊNCIA E POVOS INDÍGENAS

A Antropologia parece ter sido pioneira, no contexto das Ciências Sociais e Humanas, a tematizar de maneira explícita a problemática de sua aplicação. Bruce Albert (2022) situa a discussão na própria constituição da disciplina, remetendo-se à busca de legitimação do trabalho antropológico no contexto da empresa colonial na Europa. O autor mostra como os governos coloniais, especialmente na Inglaterra, buscaram utilizar os estudos antropológicos universitários com o propósito de inventariar pesquisas que permitissem catalogar as culturas dos povos colonizados, chegando a haver, nas palavras do autor, uma “política de exploração etnográfica sobre os povos conquistados” (Albert,

2022, p. 183). Tal perspectiva também é registrada mais tarde na antropologia culturalista estadunidense, no processo de formulação de políticas nacionais para os povos indígenas, que demandavam levantamentos para registro dos povos e seus territórios, visando tanto sua assistência, quanto a construção de reservas indígenas. Em ambos os casos, a Antropologia, mesmo com contradições e controversas, serviu de instrumento ao Estado-nação na busca do controle e da subjugação dos povos indígenas.

Seja no contexto de dominação colonial, seja nas políticas indigenistas nacionais, “a antropologia aplicada [...] representou, para as minorias que são o objeto dela, um desvio do conhecimento etnográfico a serviço da tutela dos Estados-nação, que lhes impõe hegemonia” (Albert, 2022, p. 186).

Albert mostra como as perspectivas aplicadas da Antropologia estão associadas ao debate do desenvolvimento, passando por adaptações, ao longo do tempo, em relação à maneira como lidavam com o processo (violento) de conquista e de subjugação dos povos estudados. Aculturação, assimilação cultural, mudança cultural e outros termos clássicos do debate antropológico são desnudados pelo autor como sendo expressões que carregam o sentido de tutela, não se colocando a serviço de pensar (ou pesar) as implicações para os povos estudados.

O autor relata a contenda interna, especialmente na etnografia francesa, que se contrapôs a realizar estudos por encomenda (para o Estado ou outras organizações), primando por um objetivismo e autonomia intelectual. O debate se desdobra em torno da implicação do trabalho do antropólogo e sua dimensão ética, motivado, em parte, por articulações pelos direitos humanos dos povos originários, pela mobilização de organizações de diversas áreas de atuação, o que passa a ser conhecido, desde os anos 1980, como *anthropological advocacy*. Trata-se de um esforço de buscar outra maneira de articulação da atuação do antropólogo com os povos estudados, oferecendo assessoramento, pesquisa documental ou ações pedagógicas que visam, em vez de finalidades associadas às políticas de Estado, potencializar direitos e as próprias agendas políticas e culturais das comunidades.

Para isso, Albert afirma que foram fundamentais outros dois processos: a emergência dos povos indígenas como sujeitos políticos na cena pública dos Estados-nação e o aprofundamento do questionamento da objetividade científica, que separava pesquisador e cidadão. No primeiro caso, isso contribuiu de forma decisiva para que o saber antropológico fosse tensionado pelos povos indígenas em suas bases e objetivos. No segundo caso, houve a diluição da ideia de engajamento como algo para além da pesquisa, permitindo que as escolhas

éticas e políticas do pesquisador fossem mais profundamente incorporadas como parte do processo de investigação. Ao mesmo tempo, este mesmo processo foi ainda mais radicalmente deslocado do campo de um sujeito que representa o Estado ou uma ciência (no modelo aplicado) para um lugar no qual o próprio pesquisador e o saber etnográfico podem ser mobilizadores e mobilizados em favor de demandas sociais, o que seria uma pesquisa implicada.

A Antropologia Implicada, conclui o autor, é a expressão de uma profunda renovação da disciplina, na qual o encontro etnográfico é radicalmente repensado, envolvendo dimensões éticas nas quais o engajamento não é mera escolha individual, mas parte constituinte da própria investigação. Isso não significa, para o autor, o fim da Antropologia Aplicada, mas sua conversão em uma disciplina “infinitamente mais atraente e produtiva, de uma investigação antropológica fundamental investida intelectual e socialmente na situação histórica das sociedades que estuda, capaz de mobilizar as suas competências a favor da sua conquista de autodeterminação” (Albert, 2022, p. 206). Nesta Antropologia, os povos indígenas não são objetos, mas sujeitos entrecruzados na construção de alianças e embates com os pesquisadores e com os saberes antropológicos da Ciência.

O exemplo da Antropologia é especialmente emblemático para os propósitos deste texto, pois trata-se da Ciência Moderna que forjou para si os povos indígenas como seu objeto de conhecimento. O trabalho de Albert nos permite identificar elementos importantes do debate e que atravessam a história da relação dos povos indígenas com a Ciência: a tutela e os regimes de autoridade que estabelecem de maneira unilateral a relação universidade-comunidade. Nesse contexto, é imperativo redefinir as bases que orientam tal relação. Sermos alijados da possibilidade de enunciação do conhecimento que nos diz respeito, reduzidos a meros objetos do conhecimento, é ultrajante, e apenas recentemente a Antropologia (e outras ciências) passaram a admitir a necessidade de reelaborar os termos dessa relação.

Assim, qual o papel dos povos indígenas no conhecimento que é produzido “sobre” nós? Ao deixar de ser apenas objeto das pesquisas, passamos a ser pesquisadores?

Esse é um dos debates que a pesquisadora indígena Linda Tuhiwai Smith levanta em seu livro *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas* (Smith, 2018). Partindo de uma crítica ao imperialismo e ao colonialismo, mostra como tais projetos significam hierarquizar as formas de conhecimento e o papel que as instituições acadêmicas construídas nos países colonizados tiveram na institucionalização de uma maneira de pensar e de fazer pesquisa,

que contribui decisivamente para a colonialidade. “Pesquisa é um dos modos pelos quais o código subjacente ao imperialismo e ao colonialismo são ambos regulamentados e percebidos” (Smith, 2018, p. 19). Portanto, pensar a pesquisa a partir de outras bases é fundamental para o enfrentamento da colonialidade ou, nos termos utilizados pela autora, para a descolonização.

Dentre tantas contribuições trazidas por Smith, vou me ater à diferenciação que ela coloca referente a duas modalidades de pesquisa em que a agenda indígena tem sido realizada nos últimos anos: nas ações e nos projetos das comunidades, com base e em torno de reivindicações locais; nos espaços conquistados nas instituições pelos programas de estudo e pelos centros de pesquisas indígenas (Smith, 2018).

Na primeira modalidade, a autora destaca a importância das pesquisas realizadas pela própria comunidade que, em seus próprios termos, dialogam e incorporam das perspectivas acadêmicas aquilo que atende aos seus próprios objetivos. O questionamento da validade de tais iniciativas reflete o projeto colonial de institucionalização da pesquisa, estabelecendo os espaços privilegiados de elaboração da Ciência, com seus ritos, linguagem e processos. No entanto, a autora salienta que os povos indígenas realizam pesquisa, e por isso têm sido criados termos próprios, como a pesquisa *Kaupapa Maor*, da Nova Zelândia, que busca distinguir-se de uma “pesquisa colaborativa” justamente por sua autonomia e legitimidade, não dependendo da chancela (tutela) dos conhecimentos institucionalizados. Smith cita diferentes outras iniciativas de pesquisas que buscam dialogar com a Ciência e a Filosofia em outros termos, a partir de relações que poderíamos chamar de horizontalizadas. Estas são marcadas por um forte debate comunitário e uma construção coletiva que se volta para a educação de seus membros e para a construção de estratégias políticas de interação com o Estado ou agentes de outras instituições.

No caso das pesquisas que são desenvolvidas por indígenas dentro das universidades, Smith discute a formação do centro de pesquisa maori na Nova Zelândia (Universidade de Auckland), apontando as dificuldades relacionadas ao ambiente tóxico que a universidade pode conformar, para nós, indígenas, devido ao seu caráter altamente elitista e conservador. Com muito empenho, no entanto, o centro de investigação para formar pesquisadores maori foi criado e obteve muito sucesso, especialmente por permitir a construção de metodologias apropriadas para a pesquisa indígena. Segundo a autora, o debate *Insider-Outsider* alimenta em grande medida tais construções metodológicas, justamente pelo rompimento do distanciamento tradicional sujeito-objeto, característico da epistemologia ocidental e considerado basilar para a Antropologia clássica.

Assim como no exemplo da Antropologia Aplicada, a discussão que Smith levanta reforça o ponto central da passagem do aplicado ao implicado: a falência de uma dada compreensão da relação epistemológica moderna (de origem cartesiana e kantiana) que circunscreve em um sujeito (*Cogito* ou sujeito transcendental) a prerrogativa do conhecer. Quando realizamos nossos mestradados, doutorados e assumimos posições como professores e pesquisadores nas universidades, ou quando a própria comunidade se propõe a conduzir uma agenda de pesquisa, há uma quebra na estrutura de conhecimento naturalizado que nos relegou à posição de meros objetos. Em uma perspectiva de pesquisa implicada, o que está em jogo não é apenas, portanto, os resultados da investigação, mas a maneira como os envolvidos são concebidos e considerados como parte integrante daquele processo.

Essa passagem, amplamente debatida nas últimas décadas, é bem expressa pela etimologia das duas palavras que possuem a mesma origem, mas com sentidos distintos em diferentes línguas. No latim, por exemplo, *implicado* indica o sentido de envolvimento (Lewis, 1891). *Implicatus* remete, portanto, a uma relação de profundidade que resulta em entrelaçamento. É importante frisar que esse entrelaçamento não pode significar uma dissolução da situacionalidade dos envolvidos. *Implicatus* remete a uma relação de proximidade, sem, contudo, denotar fusão.

O termo *aplicado* (*Aplicatus*), com a mesma origem (*plicare*), possui um sufixo distinto, reforçando o sentido de uma relação sem o tipo de envolvimento associado ao *implicatus*. A relação, neste caso, constrói-se a partir de posições demarcadas e, muitas vezes, objetificadas.

Esta é uma posição que os povos indígenas têm assumido frente à Ciência: exigem implicação, horizontalidade. Um envolvimento que não é do campo da moral, mas que significa colocar em xeque as bases aplicadas (que mantêm a relação sujeito-objeto inalteradas), abrindo caminho para reconstruções epistêmicas e ontológicas com mútuas implicações.

CONTRIBUIÇÕES DA ABYA YALA: SENTIPENSAR E PENSAMENTO NÓSTRICO

A partir da *Abya Yala*, há muitas discussões associadas aos movimentos e às experiências dos povos indígenas (e outros grupos, como os camponeses, os quilombolas, os ribeirinhos, dentre outros) que têm, no mesmo movimento de emancipação política da tutela imposta, destacado suas próprias epistemologias e ontologias.

Ao invés de um longo inventário dessas possibilidades (algo que talvez ainda esteja por ser realizado), gostaria de lembrar duas potências que ajudam a projetar fissuras para uma Geografia implicada como um fazer: o *sentipensar* e a pluriversidade, reverberadas pelo colombiano Arturo Escobar em sua ontologia política, e o *hacer comunidad* do pensamento nóstrico Añnu, ecoado por José Ángel Quintero Weir, de Maracaibo, na Venezuela.

Escobar retoma o termo *sentipensar* do grande antropólogo colombiano, Orlando Fals Borda, que aprendeu em seus estudos a não separação que os povos originários expressam entre razão e emoção. *Sentipensar* seria pensar com o coração, “co-razonar” os territórios, a cultura e as artes do viver. O termo tem sido uma grande inspiração para diferentes autores e povos que também o associam ao Bem-Viver, como expressão de uma maneira de viver com a Terra e os outros em marcos que não se assemelham à elaboração moderno-ocidental.

Em seu livro *Sentipensar com la tierra*, de 2014, o autor reuniu reflexões em torno de uma ontologia política a partir do *sentipensar*, baseado nas experiências de diferentes grupos do continente: “*Sentipensar como ontología política qué tipo de mundos se enactúan a través de qué conjunto de prácticas, y con qué consecuencias para cuáles grupos particulares de humanos y no-humanos*” (Escobar, 2014, p. 14, destaques no original).

Essa ontologia política está calcada na diferença, ou seja, na pluriversidade de mundos, concebida de maneira radical: os povos, em sua diversidade cultural e epistêmica, apresentam suas próprias ontologias, dando origem a ontologias relacionais que expressam articulações inter-epistêmicas. Tais encontros (e desencontros) são atravessados pela política assentada na relação com a Terra, entre humanos e não-humanos, tensionando a base do projeto moderno-colonizador. O autor denomina de Estudos do pluriverso este esforço de desnaturalizar o universalismo eurocêntrico (no sentido da crítica dos estudos decoloniais), defendendo que tais estudos “*problematizan las ontologías dualistas modernas y se abren a las ontologías relacionales que, como la tierra misma, caracterizan los mundos de muchos pueblos con apego al lugar y al territorio*” (Escobar, 2014, p. 21).

Para o autor, as perspectivas apresentadas pelos povos da *Abya Yala* contrapõem-se ao desenvolvimento e aos discursos do progresso, apresentando-se como futurismo e alternativa para as crises civilizatórias moderno-ocidentais. Sua ontologia política visa aprender com essas experiências, buscando “*entender los múltiples proyectos basados en otros compromisos ontológicos y formas de mundificar la vida, y las muchas maneras como estas luchas*

debilitan el proyecto del mundo único y al mismo tiempo contribuyen a ampliar sus espacios de re-existencia” (Escobar, 2014, p. 21).

Esses conceitos, *sentipensar*, ontologia política, ontologia relacional e pluriversidade, contribuem para a quebra e o questionamento da hierarquia do conhecimento, estabelecendo uma horizontalidade e, até certo ponto, uma centralidade na diversidade e na diferença que emerge da relação de cada cultura com a Terra, por meio do território e do lugar. Por outro lado, o sentido relacional reforça o estar-com e o compartilhamento interno e externo que é tão caro ao *sentipensar* aos povos da *Abya Yala*.

Tais elementos estão, de alguma maneira, também presentes no pensamento nóstrico Añnu dos povos do lago de Maracaibo. Quintero (2020), estudioso da língua Añnu, resgata a ancestralidade deste *sentipensar* junto às águas e aos outros, reverberando sentidos territoriais da existência como r-existência de uma geografia vívida a partir do lugar de ver (*Eiare*) desses povos das águas. O pesquisador indígena se coloca, assim, em rota de colisão com o pensamento colonial, embebido da compreensão de um nós que não é fechamento, mas abertura: este é o direcionamento do pensamento nóstrico que assume uma posicionalidade comunitária e inter-relacional para além dela.

O nós é concebido de maneira ética e ontológica, voltando-se para a ideia central do “*hacer*”, como um fazer comunidade: “*Recuperar el nosotros, pasa, necesariamente, por el rescate de la memoria de nuestras territorialidades originarias, ya que a través de ellas se conforma espiritualmente el **Nosotros** como expresión de nuestra autonomía política más trascendental, como lo es **Hacer comunidad***” (Quintero, 2020, p. 14, destaques no original). Na língua Añnu, Quintero afirma que *W* – tem um sentido de primeira pessoa do plural, expressando o sentido de “*estar en o sobre una superficie. Pero también puede ejercer la función y designación verbal de la acción de ‘emerger’ o ‘brotar’ por sobre una superficie, en este caso, de – ma-: la tierra*” (Quintero, 2020, p. 19, destaques no original). Este emergir acontece, segundo o autor, desde o coração (como sentir), e é por isso que o pensamento nóstrico é um *sentipensar*.

O sentido ético, como prática, deriva de outro termo: *Weiña*, que reúne o nós (*W-*) com *ei*, que se refere à verbalização de qualquer substantivo, no caso, alento, como um energizar de vida, prover alento, alentar, além de *ña*, que significa casa como lar. Assim, Quintero (2020, p. 110, destaques no original) afirma que *Weiña* pode ser traduzido como **fazer comunidade**, que define o horizonte ético Añnu como “*necesidad de la comunidad humana de ejercer un hacer orientado a alentar, proveer aliento o energía de vida al hogar*”

familiar y social-comunitario al tiempo que se alienta al mundo como hogar de todos”.

Fazer comunidade é, portanto, uma ação nóstrica, que está assentada em um fazer próprio, que não separa epistemologia de ontologia, sendo desdobradas do horizonte ético. Este fazer circunscreve a identidade e a alteridade ao mesmo tempo, enquanto ação territorializada que é constitutiva no tempo. Não se trata de uma ação que alimenta as separações metafísicas modernas, mas que reverbera ontologias relacionais emergentes das próprias geografias de seu povo.

Notamos que há confluências importantes nessas contribuições da Abya Ayala que apontam para uma ciência implicada. Como reverberar tais desafios para a prática geográfica?

GEOGRAFIA E ÉTICA

Na Geografia, podemos situar a preocupação explícita com a aplicação, tal como na Antropologia, com a empresa colonial e, de maneira destacada pelo uso do termo “Geografia Aplicada”, no período do pós-Segunda Guerra Mundial. No Brasil, é notória a repercussão, por exemplo, dos estudos de planejamento regional, que depois se convertem em estudos de organização espacial e de planejamento e ordenamento territorial (anos 1950-1970). Há, nessas abordagens, relações mais ou menos discerníveis das diferentes tendências teórico-metodológicas da Geografia, exemplificando bem as mudanças nas perspectivas epistemológicas e no sentido do próprio conhecimento científico.

Uma publicação de 1960, assinada por Anna Carvalho e Milton Santos, do histórico Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, Universidade Federal da Bahia (UFBA), documenta bem uma das perspectivas no que se referia à aplicação em Geografia. Seguindo a linha de Jean Tricart (grande mentor deste laboratório da UFBA), Carvalho e Santos (1960) afirmam que a Geografia Aplicada não é uma outra Geografia, nem um ramo dela, mas o uso de seus conhecimentos para um bem maior da sociedade. Esse cuidado em não demarcar um subcampo ou subdivisão é um testemunho da época, mas também uma reafirmação da perspectiva integrada da Geografia como ciência da paisagem (entre as tradicionais partes física e humana).

Carvalho e Santos (1960, p. 18) apontam que, diante de uma paisagem a estudar, o geógrafo tem duas atitudes possíveis: “ou ele se inclina sobre ela, no afã de conhecer-lhe o mecanismo dos fatos e com o interesse de melhorá-la, para atribuir mais bem-estar à sua população; ou apenas analisa o

comportamento dos fenômenos, oferecendo, depois, a sua síntese”. Os autores explicitam, na sequência, que a diferença é apenas a de atitude, pois o método é o mesmo: o método geográfico.

Este texto expressa de maneira cândida um ponto de transição entre um debate marcado pela reafirmação do método e a busca de utilidade social do conhecimento geográfico, no qual o papel do pesquisador (sua atitude) começa a ser enunciado e ganhará cada vez mais relevância nos anos seguintes.

A Geografia feita no Brasil tem dialogado com as contribuições da *Abya Ayala*, embora de maneira pontual historicamente, tendo aumentado o interesse nos últimos anos (Mondardo, 2020; 2023). O trabalho de Carlos Walter Porto-Gonçalves certamente merece destaque por seu profundo relacionamento com os povos do continente, construindo uma Geografia implicada em diferentes aspectos, no compartilhamento e na horizontalidade. Suas geografias (sempre no plural) expressam e ecoam o pluriverso e a diversidade das territorialidades e formas de existência (Porto-Gonçalves, 2009; 2012).

Mais recentemente, tem crescido o debate da necessidade de assumir uma postura implicada na Geografia do Brasil. Seja na esteira dos estudos de(s) coloniais e de relação com os povos indígenas e quilombolas, seja nos estudos de gênero e de sexualidade, seja nos estudos culturais e humanistas. Por diferentes caminhos, tais iniciativas têm enfrentado a problemática de recolocar os limites da epistemologia e da ontologia ocidentais, buscando descentrar sua prerrogativa de produção de conhecimento em favor de posturas horizontalizadas e da revisão dos pressupostos referentes à relação sujeito-objeto.

No entanto, até que ponto o estatuto epistemológico e ontológico da Geografia tem sido problematizado nos diferentes estudos? Quão permeáveis à horizontalidade da ontologia relacional e de uma ciência como *sentipensar* a ciência geográfica tem se mostrado? Usando o exemplo de Smith (2018), se podemos reconhecer diferentes povos indígenas conduzindo suas agendas de pesquisa (com ou sem articulação com a universidade), talvez ainda nos falte, no Brasil, a construção de centros de pesquisa com pesquisadores indígenas que institucionalizem tais agendas na formação de novos pesquisadores que pensem metodologias próprias para estudo e formulação de nossos próprios problemas.

É interessante pensar que diante de tal proposição, questões como as que Carvalho e Santos (1960) levantaram poderiam ser reverberadas no sentido de questionar a legitimidade de metodologias próprias: “Não é o mesmo método geográfico?” Mas a trajetória de discussão que este texto ecoa anuncia esse obstáculo e a necessidade de sua superação, que implica no deslocamento das estruturas de legitimação e controle da Ciência da epistemologia e da

ontologia eurocêntrica para epistemologias e ontologias pluriversais, o que poderia ser pensado na sugestão de encarar a Geografia como um fazer, uma prática que se constrói em um horizonte ético.

Este é um desafio provocativo para construir pontes e romper a geopolítica hierárquica dos conhecimentos. Parte do movimento ao longo do século XX já realizado pela Antropologia e por outras ciências humanas e sociais (incluindo a Geografia) foi de tentar alçar os conhecimentos dos povos e culturas ao mesmo patamar do acadêmico. Conceber a Geografia como um fazer seria um movimento em outra direção: aterrar a Geografia, rompendo o desnível para considerá-la como um fazer coletivo, que não é apenas interno (da comunidade de profissionais), mas *nóstrico*. Para isso, o *sentipensar* dos povos da *Abya Yala* não poderia ser considerado como particularismo de culturas, mas ontologias políticas emergentes.

O papel do(a) geógrafo(a) nesse caso se altera, sendo implicado nos fenômenos de investigação, em um envolvimento ético que não separa o sentir do agir, nem o pensar do ser.

Para isso, as epistemologias e as ontologias dos povos da *Abya Yala* têm muito a oferecer à ciência geográfica.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Bruce. Antropologia aplicada ou “antropologia implicada”? Etnografia, minorias e desenvolvimento. *R@u*, v. 14, nº 2, p. 179-217, 2022.
- CARVALHO, Anna; SANTOS, Milton. **Geografia aplicada**. Salvador: Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, Universidade Federal da Bahia, 1960.
- DUSSEL, Enrique. **Filosofía de la liberación**. Mexico: FCE, 2011.
- ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar com la tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Universidad Autónoma Latinoamericana, 2014.
- GROSFUGUEL, Ramón. Descolonizando los universos epistémicos occidentales. **Tabula Rasa**, nº 4, p. 17-44, 2006.
- IMPLICATUS. In: LEWIS, Chaelton T. **Latin Dictionary**. New York, Harper & Brothers, 1891. p. 388.
- KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- MIGNOLO, Walter D. **La idea de América Latina**: la herida colonial y la opción de colonial. Barcelona: Gedisa Editorial, 2005.
- MONDARDO, Marcos. Descolonizando territórios na América Latina: esforços ontológicos e epistemológicos dos povos indígenas. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 6, nº 2, p. 1-19, 2020.

MONDARDO, Marcos. Geografias indígenas e territórios ancestrais. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 12, p. 145-176, 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Geo-Grafias**. Movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. México: Siglo XXI, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Entre América e Abya Yala: tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, nº 20, p. 25-30, jul./dez. 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala**. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Sociales. Universidad Nacional Autónoma de México, 2012.

QUINTERO, José A. **Hacer Comunidad**. Notas sobre territorio y territorialidad desde el *sentipensar* indígena en la cuenca del Lago de Maracaibo – Venezuela. México: Pomarrosa Montañas de Veracruz, 2020.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas. Tradução Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora da UFPR, 2018.

ECONOMIA DE DADOS E DIGITALIZAÇÃO DO ESPAÇO

A Geografia em tempos de capitalismo digital

CAROLINA BATISTA ISRAEL

Este texto se situa como um exercício genealógico que visa resgatar as conexões, continuidades e transformações dos processos que estabeleceram a produção e gestão de dados como dispositivo de poder constitutivo das sociedades ocidentais modernas, designado como biopolítica por Foucault (2004). Busca, nesse percurso, compreender como a evolução e transformação desses mecanismos, por meio da digitalização do espaço, se converte, hoje, num processo de expansão e totalização do que Milton Santos denominou meio técnico-científico-informacional.

Nas duas últimas décadas assistimos a uma intensificação do uso das tecnologias digitais para além da circulação de informação, dinheiro e regulação do trabalho, evoluindo para um amplo processo de digitalização do espaço que perpassa as dimensões física e imaterial da sociedade, mas também a vida e a natureza (biodados), os objetos (Internet das Coisas) e a Terra (geodados) (Ricaurte, 2019).

Em sua fase digital, a produção capitalista do espaço permanece como dimensão constitutiva de reprodução do sistema, embora, agora, constituindo novos arranjos sociotécnicos onde a captação e produção de informação ganha outra escala e torna-se central para o exercício do poder político e econômico, sob o regime do que Haraway (1997) nomeou como tecnobiopoder.

Tais postulados sobre as transformações produtivas sob o capitalismo digital são possíveis apenas a partir da observação de sua concretização no lugar. Desse modo, as reflexões aqui lançadas serão pautadas na investigação dos processos de digitalização do espaço paranaense, como expressão da territorialização do tecnobiopoder. A indissociabilidade entre técnica e informação na produção de valor e no governo da vida, como principal marca do capitalismo digital, será abordada a partir dos casos da digitalização da segurança pública da capital paranaense e da plataformização do ensino nesse estado.

Espera-se, assim, contribuir para a desconstrução de um regime de verdade que coloca os dados, seja em sua forma estatística, seja em sua remodelagem algorítmica, como uma realidade apriorística, situando essa produção de conhecimento no plano discursivo, como produtora de realidades. Numa obra recentemente traduzida para o português, *O manifesto das espécies companheiras*, Donna Haraway (2021 [2003]) argumenta que signo e carne são uma coisa só, enfatizando, com essa afirmação, a natureza recíproca e co-constitutiva do simbólico e da materialidade que se concretiza a partir de processos semiótico-materiais (Haraway, 1997). Desse modo, a compreensão de como o plano discursivo de dados produz realidade e afeta os distintos corpos-símbolos abre a possibilidade de reapropriação desses signos, com vistas ao reagenciamento das condições de existência e de outras tecnogeografias possíveis.

O PODER BIOPOLÍTICO E A GENEALOGIA DOS DADOS

Foucault (2004) se apresenta como uns dos autores fundamentais para a compreensão dos processos que erigiram o regime discursivo de dados como dispositivo de poder, sobretudo a partir da obra *Segurança, território, população*. Trata-se de um compilado de suas aulas ministradas no Colège de France, entre 1977 e 1978, publicadas em francês somente em 2004 e traduzidas para o português em 2008.

Ainda que o autor seja comumente evocado por suas contribuições para a análise dos dispositivos disciplinares, nessa obra reconhece que tais dispositivos são insuficientes para explicar uma das dimensões essenciais do capitalismo, qual seja, a necessidade do fluxo de pessoas e mercadorias como condição para a realização econômica. Assim, seriam os dispositivos de segurança a contraparte que permitiria gerir essa circulação. Uma vez que não seria mais possível um controle total, como na cidade e nos espaços disciplinares, a lógica da segurança passa a ser uma minimização dos riscos e uma maximização dos ganhos, abrindo espaço para a razão das estimativas. Aqui, o bom

planejamento espacial se pauta na consideração do imprevisível, ao qual se faz face através das séries de informações e da estatística.

O foco, durante o mercantilismo, se dirigia ao controle dos fluxos das moedas e mercadorias. A partir do século XVIII, à medida que as análises e as práticas econômicas deixaram de se restringir à circulação de mercadorias e moedas e incluíram a população como sujeito econômico (demográfico, produtivo, consumidor, proprietário), inaugura-se um novo domínio de saber: a economia política, cujo principal instrumento é a demografia estatística. Estado e estatística possuem a mesma etimologia e o mesmo berço histórico. Enquanto a sociedade disciplinar exerce seu poder sobre os corpos dos indivíduos, “a segurança se exerce sobre o conjunto da população” (Foucault, 2004, p.13), utilizando novas formas de apreensão e produção da realidade.

Ao sistema de categorização, classificação e governo da população por meio da demografia estatística, Foucault chama biopolítica. A biopolítica situa a população tanto como objeto de conhecimento quanto como alvo de governo, por intermédio de categorias demográficas e dados a partir dos quais as condições de sua reprodução podem ser controladas, por meio da intervenção na natalidade, mortalidade, na expectativa de vida, migração, trabalho. Ou seja, trata-se do manejo da composição da população como prática da Economia Política.

Mas esse governo da população não se dá pela ação direta sobre ela. Foucault afirma que o governo da população se dá de modo indireto pela produção do espaço, pelas condições espaciais que controlam a reprodução dos segmentos populacionais. O autor denomina “meio” a essas condições espaciais. Nas próprias palavras de Foucault (2004, p. 22), meio “é o que é necessário para explicar a ação à distância de um corpo sobre outro”¹.

“Enfim, o meio aparece como um campo de intervenção [...] [sobre] uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem” e que só podem ser conhecidos através de dados estatísticos (Foucault, 2004, p. 22).²

Enquanto *locus* de poder, a produção de dados estatísticos e demográficos se tornou foco de disputa tanto material quanto simbólica. A cientista política Melissa Nobles figura entre as pesquisadoras que contribuem para as análises do poder biopolítico e das formas de resistência. Analisando a história dos censos nos Estados Unidos e no Brasil, a autora demonstra como a criação da categoria cor e raça nos recenseamentos participou do processo de

1 Livre tradução.

2 *Ibid.*

subjetivação, transformando a racialidade numa dimensão cognitiva institucionalizada de apreensão e produção da realidade social (Nobles, 2002). Nesse contexto, e em específico sobre o Brasil, argumenta que o perfil racial dos brasileiros foi historicamente acionado pelos recenseamentos para apoiar o discurso de que a “miscigenação” estaria embranquecendo o país, com um duradouro e persistente impacto sobre a própria autoimagem da população negra e sobre suas condições de existência.

A partir de contestação dos métodos de recenseamento e da mobilização do movimento negro para que as pessoas se autodeclarassem negras, expressa pela campanha dos anos 1990 “Não deixe sua cor passar em branco. Responda com bom (c)senso”³, foi possível um (re)agenciamento das estatísticas com impacto sobre os censos subsequentes, de modo que as estatísticas atuais indicam que a população brasileira é majoritariamente negra (Nobles, 2002).

Outra demanda do Movimento Negro consistiu no apelo para que dados raciais fossem cruzados com indicadores socioeconômicos, como saúde e educação, com o intuito de dar visibilidade às desigualdades estruturais que se reproduzem pelo racismo, igualmente invisibilizadas pelo discurso da democracia racial. “Somente com a Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 é que o IBGE produziu dados que vinculavam a cor à renda, à saúde, à educação e à habitação” (Nobles, 2002, p. 64)⁴. A partir de então, os dados demográficos e estatísticos puderam ser acionados para indicar como as dimensões materiais e semióticas do racismo estrutural estão interligadas, afetando as condições de existência concreta e simbólica dos corpos racializados.

Os casos abordados indicam que, se as estatísticas demográficas se prestaram, como dispositivo de poder, a discursos e práticas hegemônicas, a possibilidade de serem disputadas e reagenciadas abre espaço para que participem de outras configurações sociotécnicas.

TECNOBIOPODER: TÉCNICA, INFORMAÇÃO E ESPAÇO COMO DISPOSITIVO DE PODER NO SÉCULO XXI

O século XXI trouxe consigo mudanças substanciais na forma como somos datificados e governados. Os instrumentos clássicos de estatística e recenseamento não deixaram de existir e de ser palco de disputas. A título de exemplo, o movimento LGBTQIA+ ainda reivindica a inserção de questões sobre

3 Material gráfico disponível em: <https://lae.princeton.edu/catalog/9d-d57841-0fab-4ed2-8fe8-17baf0c17c9a?locale=pt-BR#c=0&m=0&s=0&cv=2&xywh=-745%-2C0%2C3751%2C3390>. Acesso em: 26 jan. 2024.

4 Livre tradução.

gênero e sexualidade no censo para que sejam produzidos dados sobre como essa condição afeta sua existência enquanto segmento populacional específico, incluindo demandas de políticas públicas direcionadas⁵. Entretanto, é inegável que o processo de datificação da sociedade se complexificou ao longo da segunda metade do século XX, devido às transformações tecnoepistêmicas da época.

Logo após a segunda grande guerra, e como consequência dela, surge a cibernética. Seu principal marco pode ser considerado a publicação do livro *Cibernética ou controle e comunicação no animal e na máquina*, de Norbert Wiener, em 1948. Nessa obra, Wiener apresenta o que seriam os fundamentos de um campo interdisciplinar de conhecimento formado a partir do interesse comum na resolução de “problemas centrados na comunicação, no controle e na mecânica estatística, seja na máquina ou no tecido vivo” (Wiener, 2017 [1948], p. 36). Para o pensamento cibernético, o elemento de controle fundamental, seja na máquina ou no organismo vivo, seria a informação.

Os dispositivos cibernéticos, dotados da capacidade de autoajuste a partir de sensores que captam informação, também conhecida como *feedback* ou retroalimentação, rompem com as famílias de máquinas precedentes que eram inertes. O modo de existência dos objetos técnicos cibernéticos, dotados de teleologia (finalidade) e capazes de reajuste de comportamento a partir do processamento de informação de seu próprio desempenho, permitiria uma “análise comportamental uniforme e aplicável a ambos, máquinas e organismos vivos, independentemente da complexidade de comportamento” (Rosenblueth; Wiener; Bigelow, 1943, p. 4)⁶.

Segundo Yuk Hui (2020), o afloramento da informação como princípio que rege todas as coisas constituiria um esforço ocidental de superar as ontologias dualistas que marcaram o pensamento mecanicista moderno, tornando-se, entretanto, um novo pensamento totalizante que ignora a diversidade tecnoepistêmica das distintas culturas. Para Donna Haraway, o fim do dualismo trazido pelo advento da cibernética afetou a fronteira que separava o organismo vivo da máquina.

As máquinas do final do século XX tornaram completamente ambígua a diferença entre o natural e o artificial, entre a mente e o corpo, entre aquilo que se autocria e aquilo que é externamente criado, podendo-se dizer o mesmo de muitas outras distinções que se costumavam aplicar aos organismos e às máquinas. Nossas máquinas

5 O censo de 2022 foi alvo de disputa nessa pauta específica: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-06/preconceito-afeta-producao-de-dados-sobre-lgbti>. Acesso em: 25 jan. 2024.

6 Livre tradução.

são perturbadoramente vivas e nós mesmos assustadoramente inertes (Haraway, 2023 [1985], p. 89).

Ainda que esse elo entre o que chamamos hoje de sociedade da informação e a cibernética tenha se perdido entre muitas das nossas análises, Milton Santos (2006 [1996]) esteve atento para o impacto que a ontologia cibernética provocou na produção do espaço, de onde deriva seu conceito de meio técnico-científico-informacional, para retratar um tempo no qual a informação se tornou a base de funcionamento do espaço geográfico e a computação em rede o seu mais precioso objeto técnico, caracterizando esse nosso espaço-tempo como *era cibernética*.

Para Milton Santos (2006 [1996]), espaço e técnica são indissociáveis. Grande parte das contribuições do autor se destina a reflexões sobre a geografia das técnicas ou mesmo filosofias geográficas sobre a técnica. O próprio conceito de meio geográfico que Milton Santos constrói na obra *A natureza do espaço* se dá em diálogo com Gilbert Simondon, filósofo francês que escreveu *Do modo de existência dos objetos técnicos*, no final da década de 1950.

Para Simondon (2012 [1958]), o meio técnico e o meio geográfico seriam dois sistemas distintos que se fundiriam mediante o objeto técnico, formando, por sua vez, o meio técnico-geográfico, como um terceiro meio composto. É justamente em diálogo com esta reflexão que Milton Santos avança, argumentando que a fusão entre a técnica e o meio geográfico não produz um espaço composto, não produz uma soma de sistemas. O objeto técnico que se concretiza no espaço geográfico produz uma nova totalidade.

Para além de uma divagação epistemológica, essa afirmação abriga uma ontologia espacial importante, pois significa que ao produzir o meio geográfico, por meio da técnica, a humanidade produz a si mesma, em suas múltiplas dimensões: cultural, econômica, ambiental, política.

Para Yuk Hui (2020, p. 89), “a técnica é antropologicamente universal no processo de hominização”, ainda que paradoxalmente pluriversal em relação aos distintos agrupamentos humanos, seus sentidos integrando um conjunto mais amplo de convicções e arranjos sociotécnicos, designados cosmotécnica pelo autor. “De um ponto de vista cosmotécnico, a técnica é, em essência, motivada e limitada por especificidades geográficas e cosmológicas”, compondo uma tecnodiversidade (*ibidem*).

A modernidade seria um imperativo técnico que portaria consigo o apagamento das diversas cosmologias e a instauração de uma dada hegemonia epistêmica ocidental com pretensões universais (como escala de acontecimento,

como verdade científica e como tecnologia). Do mecanicismo dualista cartesiano à cibernética monista wieneriana, a cosmotécnica ocidental seria uma cosmopolítica que visa subjugar todas as outras (*ibidem*).

Entretanto, como viemos salientando, a codificação do mundo a partir da ontologia cibernética trouxe mudanças substanciais para a construção de novos regimes de verdade e formas de governo da população, da natureza e das coisas, num arranjo sociotécnico onde a máquina computacional tornou-se o dispositivo por primazia, constituindo o que Haraway (2023 [1985]) designou “Informática da dominação”.

Em 1985, Haraway havia assinalado que o ciborgue, o organismo cibernético, não é mais um sujeito (coletivo e individual) governado pela biopolítica foucaultiana. Na era cibernética, a biopolítica cede lugar à tecnobiopolítica, um momento no qual o governo da vida e das coisas é indissociável da tecnologia e da conversão do mundo em informação, a figura do ciborgue retratando um regime de poder (e resistência) baseado em dados computacionais, característica de uma era pós-industrial em que a literacia é a “união entre informática, biologia e economia – sobre o parentesco do *chip*, do gene, da semente, da bomba, da linhagem, do ecossistema e do banco de dados” (Haraway, 1997)⁷.

FORMAS DE GOVERNO NO REGIME DO TECNOBIOPODER: ASPECTOS DA GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA SOB O CAPITALISMO DIGITAL

Se olharmos ao nosso redor e realizarmos o exercício de dimensionar as áreas e atividades da sociedade que passam hoje por dispositivos computacionais em rede, certamente terminaríamos com uma extensa lista, que passaria pelo trabalho, educação, informação, entretenimento, serviços públicos, comércio eletrônico, relações pessoais, transporte, entre outros que passam por sensores que digitalizam as cidades e os corpos, constituindo o regime do tecnobiopoder.

Nos últimos 30 anos, desde a popularização da Internet nos anos 1990, houve um movimento centrípeto da sociedade (em sua dimensão material e imaterial) para dentro das redes digitais. Segundo a International Telecommunication Union (ITU), nos últimos 21 anos, o acesso à Internet passou de 6,5% para 63% da população mundial. Junto com o processo da expansão da conectividade veio a digitalização das nossas atividades e dos nossos corpos, com práticas de coleta massiva de dados, dando origem ao neologismo *dataveillance* (datavigilância), termo inglês para designar a vigilância de dados.

7 Livre tradução.

A todo regime de poder corresponde uma forma de governo. Hoje, o grau de datificação automatizada e contínua no qual a sociedade se encontra permite a incidência do governo, público e privado, na escala atomizada do indivíduo. De acordo com Cardon (2015), estaríamos passando, assim, de uma sociedade estatística para uma sociedade algorítmica. Enquanto a primeira pautava-se na amostragem, na generalização e em agrupamentos que resultavam em categorias gerais, na segunda a rastreabilidade algorítmica de cada indivíduo descarta generalizações, abarcando todo o universo e permitindo uma resposta individualizada e indissociável dos dispositivos de captação e produção de realidades.

Em uma de suas recentes obras, *Brutalisme*, Achille Mbembe (2020) aponta a *razão digital* como o fundamento de um novo regime de conhecimento extrativista do qual nada pode escapar. A sociedade, em sua integralidade (dimensão material e mental), é abstraída para dentro de processos de extração de dados, triagem, seleção e classificação, posteriormente recombinações e acionados pelo capital, criando um novo ordenamento da realidade e do poder.

As tecnologias digitais são a base instrumental desta nova razão governamental (estatal e mercadológica), denominada governamentalidade algorítmica por Antoinette Rouvroy e Thomas Berns (2013). A inflexão que o sistema de governo algorítmico apresenta consiste no deslocamento da centralidade do “sujeito mediano” concebido pelo sociólogo Adolph Quetelet no século XIX, como o sujeito estatístico a partir do qual todos os outros são comparados. O sujeito mediano da estatística demográfica é um sujeito público. E, a partir de sua publicidade, participa do processo de subjetivação sobre a qual se pode construir tensões e disputas para sua resignificação.

O ocultamento dos parâmetros de classificação social, por meio do automatismo algorítmico, confiscaria, assim, os processos de interiorização reflexiva e as possibilidades de resistência. Desse modo, os autores argumentam que a governamentalidade algorítmica reduziria drasticamente os processos de subjetivação.

A governamentalidade algorítmica não produz nenhuma subjetivação, ela contorna e evita sujeitos humanos reflexivos, ela se alimenta de dados infra-individuais insignificantes em si mesmos, para moldar modelos de comportamento ou perfis supraindividuais sem nunca convocar o sujeito, sem nunca chamá-lo a dar conta de si mesmo, sobre o que ele é ou o que poderia vir a ser (Rouvroy; Berns, 2013, p. 174)⁸.

Para Rouvroy e Berns (2010, 2013), ao descentralizar o sujeito estatístico mediano, o governo algorítmico simula operar sobre um sujeito estatístico

8 Livre tradução.

autorreferente, na medida em que este seria perfilado a partir de seus próprios dados, sem uma referência em médias. Entretanto, o que ocorre é um deslocamento das referências e mediações, que passam a ser situadas no interior desses mesmos sistemas algorítmicos, baseados em aprendizagem de máquina e alimentados com bancos de dados protegidos do escrutínio público, seja para conhecimento, seja para questionamento. Trata-se da privatização dos parâmetros estatísticos a partir dos quais a população é governada, que se pretende factual, a partir da crença na acurácia e neutralidade desses instrumentos, apelidada dataísmo pela professora José Van Dijck (2017).

Nesse contexto, estabelece-se, por primazia, uma intrínseca relação entre Estado e Mercado de Tecnologias, para o exercício de novas governamentalidades algorítmicas (Rouvroy; Berns, 2013) e comoditização da vida (Haraway, 1997), dentro da qual a digitalização do espaço cumpre papel fundamental para a produção semiótico-material no capitalismo digital.

A digitalização do espaço pressupõe a construção de um arranjo socio-técnico com dispositivos capazes de criação e processamento de dados empregados para o que vem se tornando de um lado um governo algorítmico da população e, de outro, o alimento da economia de dados. Essas duas dimensões complementares, governo algorítmico e economia de dados, são essenciais, pois é a partir de Parcerias Público-Privadas e de contração de empresas para gerir a coisa pública a via pela qual opera o capitalismo digital.

A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITALISMO DIGITAL NO ESPAÇO PARANAENSE

Se o processo de digitalização do espaço é condição para a realização do capitalismo digital, sua concretização no local converte-se num movimento de territorialização enquanto singularidade socioespacial do acontecer produtivo, numa tensão entre verticalidades e horizontalidades, hegemonias e resistências. A diferenciação socioterritorial é ao mesmo tempo ponto de partida e objetivo da produção capitalista do espaço, a especificidade territorial como virtude a ser desfrutada pelo capital e a criação de novos conteúdos de desigualdade como mecanismo de sua própria lógica de reprodução.

O objetivo da presente seção consiste em apresentar as formas de territorialização do capitalismo digital, a partir de análises de casos paranaenses, compreendendo-os como expressões de concretização e singularidade do tecnobiopoder que se realiza no lugar. No Paraná e em sua capital, Curitiba, saúde, educação, transporte, participação cidadã e segurança pública são algumas das áreas que vêm passando por uma intensa digitalização e datificação de sua gestão.

Muralha Digital: a digitalização da segurança pública

No âmbito da segurança, em 2021, a Prefeitura inaugurou o Centro de Controle Operacional “Muralha Digital”, distribuindo câmeras de reconhecimento facial e de placas de veículo pela cidade que permitem “a segurança em tempo real. A cidade passa a ser completamente controlada”, como afirmou o Prefeito⁹.

A ideia por trás da palavra “Muralha” remete ao cerco feudal de proteção das cidades medievais, indicando a indissociabilidade entre o espaço material e digital, sua produção constituindo as atuais formas de controle socioespacial em meio aos fluxos, como previsto por Deleuze (1997) no texto *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. A entrada e a saída da cidade são monitoradas, assim como pontos de circulação, como a rodoferroviária e as ruas da cidadania. Além desses pontos, as escolas públicas também receberam câmeras, às quais também somaram-se a região central da cidade e alguns cemitérios, para a preservação do patrimônio.

O projeto prevê a possibilidade de integração de câmeras particulares com o sistema da Prefeitura, como as do comércio e de condomínios, expandindo a cobertura e esfacelando a fronteira entre o público e o privado. Todos esses dispositivos de captação de imagens e informações se comunicam com uma sala de controle situada no Instituto de Cidades Inteligentes (ICI), a partir de onde a cidade é observada, por meio de um *Video Wall*. A Prefeitura realiza acordos com outras instâncias para operar o sistema de Reconhecimento Facial a partir de bases de dados, como a de infratores e procurados da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Os sistemas de Reconhecimento Facial operam por meio de Inteligências Artificiais discriminativas, ou seja, constituídas por algoritmos treinados para aprender a distinguir faces a partir de bancos de dados (aprendizagem de máquina), tratando um volume de informações inalcançável a seres humanos (Marques, 2023). Dependem, contudo, das instruções de aprendizagem e das informações para ampliar sua acurácia, oriundas de seres humanos.

Como possuem o gesto humano plasmado em suas estruturas, essas tecnologias são imbuídas de falhas e vieses. Buolamwini e Gebru (2018) indicam que as tecnologias de Reconhecimento Facial chegam a alcançar uma diferença de acurácia 34% superior em homens brancos, comparativamente a mulheres negras, salientando o aspecto discriminatório da tecnologia em sua manifestação interseccional de raça e gênero. Scheuerman, Paul e Brubaker (2019)

9 Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/centro-de-controle-operacional-da-muralha-digital-de-curitiba-comeca-a-funcionar/57562>. Acesso em: 09 nov. 2023.

apontam que, em seus testes, homens trans foram classificados como mulheres em 38% dos casos, somando-se à impossibilidade de que pessoas não binárias sejam respeitadas em sua identidade de gênero, uma vez que são descaracterizadas em 100% dos casos.

Desse modo, ressalta-se que os impactos gerados pela atual falibilidade técnica das IAs recai de modo distinto, mas não acidental, sobre corpos que vêm sendo geo-historicamente explorados pelo sistema capitalista em relações hierarquizadas de raça e gênero como insumos produtivos.

Essa discrepância na acurácia entre os distintos segmentos populacionais decorre do fato de que os programas de treinamento de máquina e os bancos de imagens são comumente constituídos e operados por homens brancos, de modo que seus parâmetros autorreferentes acabam se projetando no modo de ser das máquinas.

A opacidade da linguagem de programação que envolve os objetos digitais acaba ocultando o princípio de mediação que o código algorítmico exerce na relação entre as pessoas e com o meio, influenciando, cerceando e discriminando parcelas da população. A digitalização do espaço que permite o governo da cidade pelo governo dos corpos gera impacto principalmente nos corpos que o filósofo camaronês Achille Mbembe (2020) chama de corpos-fronteira, porque trazem em sua morfologia marcadores sociais das desigualdades, como raça, gênero e classe, tornando-os restritos em certos espaços e controlados por serem socialmente indesejados.

Os vieses de gênero e racial que permeiam as tecnologias de reconhecimento facial, associados à constatação de seu risco para os direitos humanos, com crescente vigilantismo e exposição à perseguição política, têm levado ao banimento dessa tecnologia em países como os Estados Unidos, onde 13 cidades proibiram o uso da tecnologia pelas forças policiais, em 2020¹⁰.

Em outubro de 2021, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs uma moratória do uso das tecnologias de reconhecimento biométrico, como o reconhecimento facial, dada a sua ameaça ao direito de privacidade e ao seu possível emprego em perfilamentos que levem à discriminação por raça, gênero, nacionalidade, sexualidade, entre outros, somada ao seu impacto sobre as liberdades políticas¹¹.

10 Disponível em: <https://innotechtoday.com/13-cities-where-police-are-banned-from-using-facial-recognition-tech/>. Acesso em: 09 nov. 2023.

11 Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/calls-for-input/calls-input/2021/right-privacy-digital-age-report-2021>. Acesso em: 09 nov. 2023.

Assim, enquanto determinadas tecnologias caem em desuso em países do Norte global, são apresentadas em países do Sul como a promessa para a solução de problemas que, sendo sociais, não podem ser solucionados de modo puramente tecnológico.

Escola Digital: a plataformização do ensino no Paraná

Já no âmbito do governo do Estado do Paraná, uma das principais investidas do neoliberalismo digital consiste na plataformização do ensino público, num processo tanto político quanto econômico. Político, pois instaura uma governamentalidade algorítmica que afeta a sociedade em múltiplas dimensões, das formas de aprendizagem às relações sociais, transformando o trabalho docente e os processos cognitivos, o governo de si e dos outros. E econômica, pois além de inflar e colocar em circulação toda a indústria de produção das tecnologias da informação, o próprio funcionamento desses instrumentos digitais constitui um mercado de extração e monetização de dados dos estudantes. Desse modo, a plataformização das atividades humanas constitui atualmente uma cadeia econômica robusta e completa. Uma das maiores em termos de geração de valor na contemporaneidade, acenando para os dados como um dos recursos mais valiosos do mundo, como a revista *The Economist* apontou em 2017¹².

A plataformização pode ser compreendida como um processo de reconfiguração da Internet, que se iniciou sobretudo após 2010. Até então, as redes digitais portavam uma espacialidade comunicativa simplificada, baseada na *web* e figurada nos *sites* e *blogs*. Com a emergência das plataformas, inaugurada por redes sociais como Orkut e Facebook, ocorre uma sobreposição de espaços virtuais privados em relação à *web*, configurados com algoritmos que produzem agenciamentos alheios ao conhecimento público. As relações e interações passam a ocorrer seguindo métricas e lógicas que privilegiam os interesses das plataformas, configurando, no limite, uma forma de privatização da Internet (Israel, 2020).

A plataformização que se iniciou com interações sociais e avançou para o mundo do trabalho também açambarca hoje os ambientes educacionais para dentro de suas estruturas algorítmicas, agenciando as relações educacionais para o mercado de dados. Assim como Instagram e Tik Tok produzem um agenciamento das relações sociais, assim como o trabalho uberizado produz um arranjo algorítmico das relações laborais, as relações educacionais são igualmente ordenadas por arranjos sociotécnicos que afetam as formas de aprender e a própria constituição e subjetividades contemporâneas, sob abrigo desses espaços digitais

12 Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2017/05/06/the-worlds-most-valuable-resource-is-no-longer-oil-but-data>. Acesso em: 09 nov. 2023.

privados. Como resultado, se desenha a conformação de um neotecnicismo no ensino, em sintonia com os princípios behavioristas da segunda metade do século XX, característico das correntes pedagógicas instrumentalistas.

Para Saviani (2010), tais correntes possuíam como principal traço o descentramento do professor e do aluno como sujeitos da aprendizagem, direcionando o foco pedagógico para as técnicas, os instrumentos e as metodologias de ensino, com vistas à sua otimização racional. O autor salienta que, a cada período histórico, as relações de ensino-aprendizagem assumem formas e conteúdos que refletem uma dada concepção de organização social, ao mesmo tempo que preparam as próximas gerações para a vida em sociedade, incluindo sua formação como força de trabalho.

Do ponto de vista pedagógico, o efeito das políticas educacionais tecnicistas se traduz num confisco da autonomia dos professores nos processos de ensino-aprendizagem, que deixa de ter a possibilidade de decidir os conteúdos a serem ministrados, a forma como serão aplicados e quais discussões podem se desencadear. Em sua versão digital, o neotecnicismo significa que parte das decisões pedagógicas é sugada para dentro dessas plataformas, num processo de privatização velada do ensino.

Dentre os principais elementos dos espaços plataformizados, os mecanismos de vigilância podem ser considerados como aqueles que constituem sua própria essência. O ensino plataformizado não se direciona apenas ao mercado de conteúdos e aos processos educacionais como mercadoria. Sua base de negócios se sustenta na vigilância algorítmica e na monetização de dados, alimentando o mercado de publicidade direcionada. Ou seja, a principal característica das plataformas educacionais se assenta na rastreabilidade das ações humanas em espaços digitais, com vistas à produção de futuros.

Os rastros digitais são oriundos das atividades realizadas na Internet, cada e qualquer ação sendo registrada. Quando esses rastros são lapidados e se transformam numa informação sobre comportamentos e preferências, permitindo a criação de perfis comportamentais, passam a ser considerados dados de fato (Romele; Severo, 2015). A capacidade de (re)configuração automatizada dos espaços algorítmicos para usufruir desses perfis e gerenciar comportamentos é a finalidade última do mercado de futuros que rege a economia de dados. No atual sistema extrativista de dados, denominado Capitalismo de Vigilância, por Zuboff,

os *habitat* dentro e fora do corpo humano estão saturados de dados e produzem oportunidades radicalmente distribuídas para observação, interpretação, comunicação, influência, predição e, em última instância, modificação da totalidade da ação (Zuboff, 2018, p. 44).

Nesse contexto, a plataformização do ensino se torna um lugar privilegiado para produção de futuros. Tanto no que diz respeito a futuros imediatos, como a insumos para o mercado de dados a partir dos usos das plataformas pelos alunos, quanto como a projeto de sociedade, dentro do qual a educação desempenha papel fundamental para delinear a cognição humana, em suas formas e conteúdos, incluindo o futuro do trabalho.

Para Zuboff, as transformações do mundo do trabalho derivam das formas atualizadas de produção de valor, onde o trabalho informatizado se instala como nova lógica produtiva. A automação computacional que substituiu a energia humana como geração de valor coloca-se como dispositivo que conduz novas formas de trabalho guiadas por informação maquínica, ao mesmo tempo que se coloca como dispositivo de captação das atividades laborais, tornando o trabalho transparente por meio de sua codificação informacional. “A automação não somente impõe informação (sob a forma de instruções programadas), mas também produz informação” (Zuboff, 2018, p. 44).

Na lógica do trabalho mediado por computador, o aprendizado constante e em tempo real coloca-se como nova ordem de produção de valor, a partir das atividades cognitivas humanas (*ibidem*). Ainda que a exploração do trabalho como energia corporal permaneça, as formas atualizadas de extração de valor laboral envolvem a expansão exponencial de atividades mediadas por informação. O relatório publicado pelo Banco Mundial em 2019, *A natureza Mutável do Trabalho*, é flagrante dessa perspectiva, ao assinalar que a emergência de uma forma mercado baseada em plataformas digitais prioriza, neste âmbito, o que denomina “habilidades cognitivas”¹³. Nesse cenário, o ensino plataformizado expressa os maiores anseios do neoliberalismo digital em termos de formação de força de trabalho.

No Brasil, o Estado do Paraná tem se colocado como protagonista no movimento de plataformização do ensino. Entre o período de 2021 e 2024, foram identificados contratos com oito plataformas diferentes, pelo portal da transparência do estado, alcançando um gasto aproximado de cento e cinquenta e cinco milhões de reais, conforme Tabela 1. Observa-se que a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (Seed-PR) procede à substituição do nome proprietário das plataformas, adotando um selo que remete ao

13 Relatório disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/pt/232751580940525237/pdf/Overview.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2023.

governamental, como um ocultamento do caráter privado desses dispositivos algorítmicos, conforme disponível em seu *site*¹⁴.

A presença do Google Classroom indica que o governo paranaense segue a tendência mundial de adoção de soluções advindas das chamadas *big techs* para a rede de ensino público. Entre as dimensões sensíveis que envolvem a presença de *big techs* no gerenciamento da coisa pública, situa-se a perda da soberania de dados, dimensão estratégica do poder estatal contemporâneo, tanto econômica quanto política.

Hoje, quando um aluno se matricula na rede pública paranaense, recebe um *login* para o Google Classroom, onde os professores deixam conteúdos e realizam atividades. Como um produto digital, os contratos configuram licenças para o uso do *software* como Serviço (em inglês, *Software as a Service – SaaS*), por um quantitativo e período limitados. No caso do Google Classroom, o último contrato refere-se a 6.156 licenças para o uso da plataforma, num período de quatro meses, pelo valor de cerca de dois milhões e meio de reais, como indica a Tabela 1¹⁵.

Além da Google como uma das grandes *big techs* por trás do ensino paranaense, encontra-se também a Microsoft com o aporte da interface Power BI, compreendida como uma solução de inteligência de negócios. A principal finalidade do recurso consiste no processamento de bases de dados, resultando em gráficos, tabelas e outras informações organizadas para o gerenciamento de pessoas e de recursos.

A solução Power BI, da Microsoft, permite que a professora ou professor realize o gerenciamento de todas as atividades realizadas em sala de aula, como um controle digital das atividades pedagógicas. Entretanto, a versão Power BI utilizada pela Secretaria de Educação possui uma interface mais complexa, permitindo um controle amplo e automatizado de informações sobre as atividades escolares, sobre a frequência dos alunos e dos professores, bem como sobre o uso e rendimento dos estudantes em relação a todas as plataformas educacionais. Esse controle é exercido em tempo real e em diversas escalas: da escala do aluno à escala da escola, passando pela escala municipal e estadual, numa completa digitalização socioespacial da educação paranaense.

14 Disponível em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/plataformas_educacionais. Acesso em: 09 nov. 2023.

15 Contrato disponível em: http://www.transparencia.download.pr.gov.br/exportacao/gms/contrato_convenio/contrato/2023/9/41506/termo_contrato_41506_169452.pdf?windowId=311. Acesso em: 09 nov. 2023.

Tabela 1 – Contratos com plataformas educacionais firmados pela Seed-PR (2021 -2024)

Contrato N°/ Ano	Nome governamental	Nome proprietário	País sede	Data Inicial	Data Final	Valor Contratado
757/2024	Sala Virtual Paraná	Google Classroom	EUA	13/02/2024	11/06/2024	R\$ 5.065.993,44
598/2024	Edutech	Alura	Brasil	04/02/2024	03/02/2025	R\$ 12.437.500
229/2024	Power BI – Microsoft	Power BI – Microsoft	EUA	24/01/2024	23/03/2024	R\$ 4.118.132,35
Acordo de Cooperação n.º 2023000442	Matemática Paraná	Khan Academy	EUA	29/01/2024	24 meses	Não se aplica
4900/2023	Sala Virtual Paraná	Google Classroom	EUA	27/09/2023	27/01/2024	R\$ 2.597.339,52
1271/2023	Sala Virtual Paraná	Google Classroom	EUA	07/04/2023	05/08/2023	R\$ 999.950,4
439/2023	Edutech	Alura	Brasil	03/02/2023	15/03/24	R\$ 10.414.527,91
380/2023	Inglês Professor	EnglishCentral	EUA	24/01/2023	23/01/25	R\$ 24.795.840
376/2023	Matemática Paraná	Matific	Austrália	24/01/2023	23/01/2025	R\$ 10.368.000
	Desafio Paraná	Quizizz	EUA	08/02/23	24 meses	R\$ 6.228.000
Acordo de Cooperação n.º 202200017	Matemática Paraná	Khan Academy	EUA	13/01/2023	12/2023	Não se aplica

Contrato Nº/ Ano	Nome governamental	Nome proprietário	País sede	Data Inicial	Data Final	Valor Contratado
5671/2022	Leia Paraná	Odilo	Espanha	21/11/2022	21/11/2024	R\$ 8.277.781,68
2733/2021	Matemática Paraná	Matific	Austrália	13/07/2021	12/07/2025	R\$ 14.976.000
2196/2021	Inglês Paraná	EF Education First	Suíça	28/06/2021	27/06/2025	R\$ 31.479.168
358/2022 (005/2022 interno)	Edutech	Alura	Brasil	07/02/22	03/02/23	R\$ 8.021.160
1687/2021	Edutech	Alura	Brasil	18/02/21	18/12/21	R\$ 4.155.000
210/2021 (007/2021 interno)	Power BI – Microsoft	Power BI – Microsoft	EUA	28/01/2021	27/01/2023	R\$ 1.143.340

Fonte: Portal da Transparência do Paraná. Consultado em junho/2024 Total R\$154.935.275,51.

De acordo com a Diretoria de Tecnologia e Inovação da Seed-PR (DTI), o manejo de tais informações permitiria à secretaria de educação agir de forma cirúrgica em termos de decisão e política pública¹⁶. Na prática, esses dispositivos têm sido empregados pela secretaria de educação para estipular metas para as escolas, cujo não cumprimento resulta na destituição da direção, interferindo no processo democrático interno a essas instituições.

Em outubro de 2023, o governo do estado paranaense conseguiu a aprovação da Lei Estadual nº 21.648, que, em seu artigo 26, estabelece como competência das direções escolares o atendimento “aos índices de qualidade de ensino, frequência e utilização das plataformas de ensino definidos pela Secretaria de Estado da Educação – SEED”. Complementarmente, o artigo 29 estabelece que “o não cumprimento das atribuições e competências impostas, comprovado mediante apuração, implicará no afastamento definitivo do diretor e/ou do diretor auxiliar”¹⁷. Observa-se, desse modo, a configuração de mecanismos jurídicos que tornam obrigatório o uso das plataformas educacionais, confiscando a autonomia dos docentes.

Dentre as plataformas utilizadas no ensino público paranaense, a plataforma estadunidense Quizizz ganha destaque, pois adentra como uma plataforma de uso diário pelos estudantes. Sob o nome governamental *Desafio Paraná*, os alunos devem acessar a plataforma diariamente para realizar a “lição de casa”, respondendo entre 10 e 12 questões que compõem, ao final do trimestre, 30% de sua nota em cada disciplina¹⁸, mecanismo que se soma às demais formas de pressão, tornando seu uso inevitável.

Uma análise das informações coletadas pela plataforma, a partir da ferramenta de escaneamento de *sites The Black Light*¹⁹, permitiu verificar a presença de mecanismos de extração de dados nessa EdTech, como também são chamadas as plataformas educacionais. De acordo com a ferramenta desenvolvida pela *The Markup*, a Quizizz contém oito rastreadores de anúncios (incluindo Alphabet e Facebook) e 10 *cookies* de terceiros (incluindo Microsoft),

16 Informações levantadas durante entrevista realizada em maio de 2023, junto à DTI (Seed-PR).

17 A Lei no 21.648 pode ser encontrada em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-21648-2023-parana-dispoe-sobre-a-designacao-de-diretores-das-instituicoes-de-ensino-da-rede-de-educacao-basica-do-estado-do-parana-por-meio-dos-processos-de-habilitacao-e-selecao>. Acesso em: 09 nov. 2023.

18 Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Audio/Alunos-e-professores-da-rede-estadual-ganham-plataforma-para-licao-de-casa>. Acesso em: 09 nov. 2023.

19 Desenvolvido pela organização The Markup, a ferramenta Blacklight permite inspecionar tecnologias de rastreamento presentes em sites. Disponível em: <https://themarkup.org/blacklight>. Acesso em: 09 nov. 2023.

ambos com função de perfilamento para a propaganda direcionada. Outro elemento presente na plataforma consiste no gravador de sessão, um *script* criado pela HotJar que permite igualmente o perfilamento de usuários em *sites*, baseado no registro de ações como: cliques, rolagem do *mouse*, tempo detido sobre uma imagem, com a possibilidade de gravação completa da sessão de navegação para sua posterior reprodução. A plataforma de tarefas diárias obrigatória aos estudantes conta, ainda, com a presença de rastreadores do Facebook e Google Analytics, este último com a capacidade de continuar rastreando o usuário, mesmo depois de deixar um determinado *site*.

Depreende-se, a partir desses levantamentos, que o ensino público plataformizado apresenta-se como um campo de expansão e extração para a economia digital, num casamento entre o setor público e o privado, no qual a vigilância algorítmica permite de um lado a monetização de comportamentos e, de outro, o controle social.

Os anseios de tecnocontrole do governo paranaense inclui atualmente a inserção do Reconhecimento Facial para o registro de frequência dos estudantes. Em relatório publicado em 2023 (Israel *et al.*, 2023), denunciemos o emprego dessa tecnologia pela Secretaria de Educação para realizar experiências de monitoramento automatizado de emoções dos estudantes.

A busca por conexões, eventos e instituições que conduziram a situação paranaense a essa dada configuração leva ao programa *Educação para o futuro*, fruto de um empréstimo condicionado do Banco Interamericano de Desenvolvimento ao governo paranaense. Aspectos como as transformações do mercado de trabalho e a necessidade de uma educação que desenvolva habilidades digitais demandadas por grandes empresas são indicados nos documentos que integram o projeto²⁰, bem como a necessidade da adoção de plataformas educacionais como parte da resposta.

A inserção do Paraná nas transformações laborais e educacionais derivadas da economia de dados revela tendências abrangentes de um capitalismo digital em franca expansão, ao mesmo tempo que nos permite decodificar como o contexto global se territorializa no local, suas características e agentes envolvidos, num arranjo sociotécnico que expressa o tecnobiopoder. Permite, sobretudo, observar como as elites locais se dobram às hegemônias externas, simultaneamente subjugando sua própria população à lógica do extrativismo de dados, fenômeno designado como Colonialismo Interno, por Rivera Cusicanqui (2021).

20 Documentos disponíveis em: <https://www.iadb.org/en/whats-our-impact/BR-L1551>. Acesso em: 09 nov. 2023.

CONSIDERAÇÕES PARA REIMAGINARMOS O FUTURO

Ao longo deste texto, argumentamos que os sentidos da digitalização do espaço que se presentificam, hoje, podem ser compreendidos como um processo de transformação e, ao mesmo tempo, aprofundamento das relações de poder que constituem a racionalidade moderna. A população como objeto de conhecimento se constituiu por meio da quantificação e classificação dos segmentos populacionais (dados demográficos) a partir dos quais passou a operar certa forma de governo (economia política de dados). Esse sistema de classificação e categorização da população possui uma origem espaço-temporal situada e partícipe da própria constituição da modernidade, empregada como dispositivo de governo por meio do que Foucault denominou biopolítica (Foucault, 2004).

De sua gênese aos dias atuais, observa-se um refinamento dos sistemas técnicos de governo e controle populacional (tanto públicos quanto privados), transitando por instrumentos de captura e processamento de dados (com censos mais robustos e Sistemas de Informação Geográfica), culminando hoje com a possibilidade de monitoramento e decisão em tempo real, por meio de dispositivos digitais em rede. Há um processo de intensificação e diversificação da produção de dados gerado pela multiplicação de mecanismos de captação que se inscreve numa relação contraditória de transformação e continuidade do que Foucault (2004) descreveu como biopolítica, fenômeno ao qual Haraway (1997) designou como tecnobiopolítica. Continuidade que se mantém pela razão calculante como razão de governo e transformação que se inscreve numa mudança de escala, alterando o governo pelas médias para um governo dos indivíduos, a partir de tecnologias algorítmicas.

No regime do tecnobiopoder, as tecnologias digitais são a base instrumental de uma nova *ratio* governamental (estatal e mercadológica), denominada governamentalidade algorítmica por Rovroy e Berns (2013). O computador, que era um acessório de uso exclusivo residencial e comum, torna-se um dispositivo móvel de uso individual e, cada vez mais, acoplado à estruturas urbanas. A produção de dados ganha um refinamento de escala e mobilidade, passando a captar dados individuais em movimento, ao mesmo tempo concorrendo e somando-se à razão do governo pelas médias (Cardon, 2015; Kitchin, 2014).

A onipresença de dispositivos computacionais nas formas de operar socialmente (governo, mercado, trabalho, entretenimento, relações sociais, ciências etc.), numa convergência entre onisciência e lucro, tem levado estudiosas(os) a postular sobre a atualidade, em termos como “informática da dominação” (Haraway, 1997), “capitalismo de plataforma” (Srnicek, 2016),

colonialismo de dados (Couldry; Mejias, 2019), capitalismo algorítmico (Mbembe, 2020), capitalismo de vigilância (Zuboff, 2018).

Se tais características posicionam as tecnologias digitais no plano da hegemonia, como um artefato social estes dispositivos oferecem margem para a incerteza e para a captação de sua transformação dentro das dinâmicas socioespaciais. Assim como Melissa Nobles resgata o protagonismo do movimento negro no reagenciamento de poder biopolítico derivado das atividades de recenseamento, será necessária a construção de uma tecnorresistência ao regime do tecnobiopoder.

Como Haraway (2023 [1985]) assinalou em seu *Manifesto Ciborgue*, o organismo cibernético, ainda que subjugado por meio de sua codificação informacional, é potencialmente um ser desobediente às programações que lhe são impostas. Em tempos de capitalismo digital, a reapropriação técnica, a transgressão informacional e a recodificação do mundo são todo um jogo de desobediências que abrem possibilidades para reimaginarmos o nosso futuro sociotécnico.

Nessa direção, a realização de pesquisas que contribuam para a compreensão dos agenciamentos derivados das tecnologias digitais se transforma numa prática tecnocientífica comprometida com a recodificação das relações de dominação no regime do tecnobiopoder. Com esse horizonte à vista, pesquisar pode se transformar no verbo esperar, à maneira de Paulo Freire. Colocar a esperança como verbo e como ação, direcionando a produção científica para o combate à expressão digital do capitalismo neoliberal.

REFERÊNCIAS

- BUOLAMWINI, Joy; GEBRU, Timnit. Gender Shades: Intersectional Accuracy Disparities in Commercial Gender Classification. **Proceedings of Machine Learning Research**, v. 81, p. 1-15, 2018.
- CARDON, Dominique. **A quoi rêvent les algorithmes**: nos vies à l'heure des Big Data. Paris: Seuil, 2015.
- COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **The Costs of Connection: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism**. 1. ed. Stanford: Stanford University Press, 2019.
- DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DIJCK, José Van. Confiamos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social. **MATRIZES**, v. 11, nº 1, p. 39, 2017. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v11i1p39-59.
- FOUCAULT, Michel. **Sécurité, territoire, population**: Cours au Collège de France, 1977-1978. Paris: Seuil, 2004.

HARAWAY, Donna. O manifesto ciborgue [1985]. In: HARAWAY, Donna. **A reinvenção da natureza**: símios, ciborgues e mulheres. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.

HARAWAY, Donna. **O manifesto das espécies companheiras**: cachorros, pessoas e alteridade significativa. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HARAWAY, Donna. **Modest_Witness@Second_Millennium. FemaleMan_Meets_OncoMouse**: Feminism and Technoscience. New York London: Routledge, 1997.

HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

ISRAEL, Carolina Batista; FIRMINO, Rodrigo; KRAMER, Henrique; MAIA, Camila; ABAD, Júlia. **Reconhecimento facial nas escolas públicas do Paraná**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2023. Disponível em: https://observacuritiba.ufpr.br/wp-content/uploads/2023/12/RF_PR_2023.pdf. Acesso em: 09 nov. 2023.

ISRAEL, Carolina. Os rastros geodigitais enquanto processo de totalização da espacialidade algorítmica: sobre as verticalidades da Internet e do ciberespaço no período pandêmico. In: ARROYO, Mónica; ANTAS JR., Ricardo Mendes; CONTEL, Fabio Betioli (org.). **Usos do território e pandemia**: dinâmicas e formas contemporâneas do meio técnico-científico informacional. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020, p. 63-93.

KITCHIN, Rob. The real-time city? Big data and smart urbanism. **GeoJournal**, v. 79, n° 1, p. 1-14, fev. 2014.

MARQUES, Ivan da Costa. Um breve relato sobre Inteligências Artificiais e os Estudos CTS. **CTS em Foco**, Dossiê Inteligência Artificial. [S. l.], v. 3, n° 2, p. 12-16, 2023.

MBEMBE, Achille. **Brutalisme**. Paris: La Découverte, 2020.

NOBLES, Melissa. Racial categorization and censuses. In: KERTZER, David I.; AREL, Dominique (org.). **Census and identity**: the politics of race, ethnicity, and language in national census: new perspectives on anthropological and social demography. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2002.

PARANÁ. Lei Ordinária nº 21.648, de 25 de setembro de 2023. Dispõe sobre a designação de diretores das instituições de ensino da rede de educação básica do Estado do Paraná por meio dos processos de habilitação e seleção. **Diário Oficial** nº 11509.

RICAURTE, Paola. Data Epistemologies, The Coloniality of Power, and Resistance. **Television & New Media**, [S. l.], v. 20, n° 4, p. 350-365, 2019. DOI: 10.1177/1527476419831640.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa**: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores. 1. ed. São Paulo: n-1 edições, 2021.

ROMELE, Alberto; SEVERO, Marta. Soft data: Essai d'une nouvelle définition des données pour études territoriales. In: ROMELE, Alberto; SEVERO, Marta (org.). **Traces numériques et territoires**. Paris: Presses des Mines, 2015.

ROSENBLUETH, Arturo; WIENER, Norbert; BIGELOW, Julian. Behavior, Purpose and Teleology. **Philosophy of Science**, v. 10, n° 1, p. 18-24, 1943. DOI: 10.1086/286788.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Gouvernamentalité algorithmique et perspectives d'émancipation: Le disparate comme condition d'individuation par la relation ? **Réseaux**, [S. l.], v. 177, n° 1, p. 163-196, 2013. DOI: 10.3917/res.177.0163.

ROUVROY, Antoinette. Le nouveau pouvoir statistique: Ou quand le contrôle s'exerce sur un réel normé, docile et sans événement car constitué de corps « numériques ». **Multitudes**, [S. l.], v. 40, n° 1, p. 88, 2010. DOI: 10.3917/mult.040.0088.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho didático e história da educação: enfoque histórico-pedagógico. *In*: BRITO, Silvia Helena Andrade de; CENTENO, Carla Villamaina; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (org.). **A Organização do Trabalho Didático na História da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2010.

SCHEUERMAN, Morgan Klaus; PAUL, Jacob M.; BRUBAKER, Jed R. How Computers See Gender: An Evaluation of Gender Classification in Commercial Facial Analysis Services. **Proceedings of the ACM on Human-Computer Interaction**, [S. l.], v. 3, nº 144, p. 1-33, 2019. DOI: 10.1145/3359246.

SIMONDON, Gilbert. **Du mode d'existence des objets techniques**. Paris: Editions Aubier, 2012.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. 1. ed. Cambridge: Polity Press, 2016.

WIENER, Norbert. **Cibernética ou controle de comunicação no animal e na máquina**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

ZUBOFF, Shoshana. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. *In*: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (org.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-68.

CAPA

SUMÁRIO

A GEOGRAFIA E A GEOPOLÍTICA DOS SABERES NAS SOCIEDADES

RUBÉN CAMILO LOIS GONZÁLEZ

As últimas décadas têm desafiado por completo as lógicas do conhecimento em escala internacional. Por um lado, assiste-se ao declínio das grandes teorias gerais de interpretação. Por outro, o historicismo como sistema explicativo e inquestionável de uma realidade sempre em progresso entrou em crise. Dessa forma, o domínio do tempo histórico (desde a longa duração até os processos conjunturais) perdeu capacidade explicativa do espaço e a territorialidade reforçou o seu poder de compreensão e explicação da realidade.

Autores franceses dos anos 1960 e 1970, como M. Foucault, G. Deleuze, H. Lefebvre ou G. Debord, sinalizaram esse câmbio (Debord, 1967; Foucault, 1969; Lefebvre, 1974; Deleuze; Guattari, 1980). Foi uma mudança mais tarde ratificada por pensadores contemporâneos como B. Latour ou D. Haraway (Latour, 1993; Haraway, 2019). Ademais, as contraposições clássicas do pensamento em Ciências Sociais e Humanas e, mais especificamente, em Geografia, foram superadas. A dialética pensamento teórico/analítico (neo)liberal, pensamento crítico/marxista alternativo foi amenizada frente à emergência das epistemologias feministas e decoloniais (Butler, 1999; Souza Santos; Menezes, 2010). Todo o debate não pode ficar fechado no Norte global. A maioria dos povos e das pessoas do mundo possui direito a defender as suas ideias, propostas acadêmicas e modelos interpretativos em pé de igualdade com os europeus e norte-americanos. Ademais, essas mudanças produziram um quadro

de forte expansão do sistema universitário e de pesquisa, e de novas demandas da sociedade e das instituições educativas e científicas focalizadas.

Dessa maneira, nestas páginas pretendo recolher as ideias que defendi na mesa-redonda do XV Enampege celebrada em Palmas (Tocantins) no mês de outubro de 2023, na qual fiquei feliz por ser convidado como palestrante. Ali, pude referir-me primeiro à relação que o desenvolvimento do conhecimento ocidental teve sempre com o trunfo do capitalismo. Depois falei da autêntica escala global dos saberes em um contexto de desenvolvimento desigual. Como consequência, o terceiro tema abordado foi o da completa hegemonia do Norte nas Ciências Experimentais e na tecnologia. Uma hegemonia que se estende até a atualidade. Porém, nas Ciências Sociais e Humanas dentro de um marco hegemônico podemos defender certa margem de manobra para criar conhecimento e construir novas ideias desde os países emergentes e o Sul. No caso concreto da Geografia, e isto foi o quarto argumento, a construção contemporânea da disciplina foi claramente eurocêntrica e masculina. Durante quase dois séculos, o nosso âmbito de saber procurou interpretar o mundo, desde uma lógica de otimização do sistema até uma alternativa apenas ocidental. Por último, o progressivo descobrimento das desigualdades e da segregação espacial em todas as Ciências Sociais e Humanas está a introduzir novos e ricos enfoques na nossa disciplina, uma disciplina que cumpre de-colonizar e feminizar.

CONHECIMENTO OCIDENTAL E TRIUNFO DO CAPITALISMO COMO FENÔMENOS RELACIONADOS

Sem lugar a dúvidas, a civilização europeia possui o mérito de ter conseguido estabelecer claramente a separação da razão científica das crenças religiosas desde os séculos XVII e XVIII. Isso permitiu desenvolver o utilitarismo, os métodos de pesquisa tradicionais, e lograr um inegável progresso no conhecimento do mundo. Um conhecimento que ajudou a explorar esse mesmo mundo, a dominá-lo progressivamente e a obter proveito material a partir dessa forma de atuação (Wallerstein, 1974). Durante o século XVIII, a razão europeia deu os seus melhores resultados através do Iluminismo e da Enciclopédia, que pretendiam mostrar o conhecimento do mundo para que se avançasse econômica, social e politicamente (Rudé, 1985). A razão facilitou o progresso tecnológico, o aumento da produtividade e as possibilidades de que os europeus saíssem do seu continente. Esses traços aparentemente positivos tiveram um problema: serviram para que a Europa tratasse de impor de qualquer forma os seus princípios ao resto do mundo. Ajudaram a justificar a supremacia das razões dos europeus frente a outras culturas e civilizações sempre catalogadas

como primitivas, irracionais ou atrasadas tecnicamente. A razão, um feito positivo, trouxe a colonização e a exploração de uns povos por outros.

Em Europa, sobretudo nos países do noroeste do continente, os séculos XVII e XVIII foram acompanhados por progressos econômicos e materiais indiscutíveis. O comércio internacional expandiu-se e com ele a formação de capital, que se completaria com a consolidação de uma classe burguesa. Os capitais de origem mercantil reinvestiram-se primeiro nas manufaturas e logo na indústria, também em processos de tecnificação e modernização agrária. As cidades foram crescendo e reforçando o seu papel de domínio nos mercados nacionais. As revoltas e revoluções ajudaram, primeiro na Inglaterra e no seu cume na França, a criar regimes não estamentais, mas sim dirigidos pelo poder do dinheiro, os interesses da burguesia e abertamente defensores da colonização do resto dos continentes (Hobsbawm, 1962; Brenner, 1993). A razão de Descartes, mais tarde de Kant ou de Hegel, ajudou a construir um mundo novo, uma sociedade capitalista melhor que o seu precedente feudal na Europa. Mas esse fato favorável para essa pequena parte do mundo, também para o Norte da América e ao final para o Japão, estabeleceu-se sobre a conquista, a pilhagem e a exploração sem contemplações de uma maioria de territórios asiáticos e africanos, que se somavam assim à América Central e do Sul, já dominada e colonizada pelos espanhóis e portugueses desde o século XVI.

Desde a sistematização de conhecimentos através da Enciclopédia e o nascimento das Ciências Humanas, ao que apelaram M. Foucault e a constituição dos primeiros laboratórios de análise metódica fundamentada nas ciências, que acompanharam a consolidação da universidade europeia moderna (Foucault, 1969; Lyotard, 1979), o conhecimento e a investigação passaram a cumprir um papel não menor nas sociedades do Norte. A química, a biologia, a medicina ou a física como saberes experimentais ajudavam decisivamente o progresso da indústria, uma indústria primeiro têxtil e siderúrgica, logo mecânica e química (Hobsbawm, 1962 e 1975). A economia servia de base para justificar o mercado, o domínio do capital e o crescimento contínuo da produção. A história, para criar um relato linear de progresso até o presente, e a Geografia era cúmplice ativa da carreira colonial (Ortega, 2000). A Era do Capital e do Imperialismo codificaram o trunfo da ciência mesmo através de prêmios como os instituídos pelo empresário sueco, inventor da dinamite, A. Nobel, que reconhecia os melhores médicos, químicos ou físicos do mundo a cada ano. O capital e a investigação ao seu serviço estavam unidos intimamente.

A importância do conhecimento, da pesquisa e do aparato de inovação para o sistema econômico dominante foi reconhecida até mesmo por K. Marx (Marx, 1867). Este importante economista e filósofo alemão referiu-se aos

circuitos de acumulação do capital para entender o funcionamento dos mecanismos de lucro. De fato, não teve problema em reconhecer um primeiro circuito vinculado à produção industrial de bens materiais, pois as mudanças econômicas do século XIX permitiam-lhe observá-lo de jeito direto. O segundo circuito implica desmaterialização e deriva do valor de câmbio do solo, dos terrenos, onde se pode urbanizar, construir ou obter benefícios da exploração agroflorestal (Lois, Piñeira e Vives, 2016). Os ganhos de capital dependem mais das expectativas de revalorização do território e dos prédios que da produtividade creditada deles. Por último, Marx vai referir-se a um terceiro circuito associado à pesquisa e à inovação, que será o receptor de abundante dinheiro interessado em melhorar os mecanismos de produção, a logística e a informação aplicadas ao negócio e aos desenhos e aforros no consumo de energia dos bens elaborados. De novo, o grande pensador alemão percebia claramente como a ciência, a pesquisa e o conhecimento acadêmico gerados no Ocidente eram uma componente fundamental do sistema capitalista global.

A ESCALA GLOBAL DOS SABERES E O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Desde o ponto de vista atual pode-se afirmar que o funcionamento e o progresso da ciência seguem pautas mundiais devido à realidade que nos domina; concretamente, o sistema capitalista é global. Isso pode comprovar-se em diferentes campos através de exemplos evidentes. O primeiro deriva-se do combate que a humanidade enfrentou contra uma pandemia mundial, como foi a Covid-19. Aqui, a indústria médica e farmacêutica envolveu-se numa carreira para descobrir o quanto antes uma vacina efetiva contra o vírus. Foi o Norte global, e nomeadamente os Estados Unidos, quem com multinacionais como Pfizer ou Moderna conseguiu os melhores resultados e mais rápidos, com certo apoio das pesquisas realizadas na Europa. Mas este cenário global que ratificava o domínio dos de sempre conseguiu em certa medida ser contestado por companhias chinesas, russas ou cubanas contra a pandemia. Esses múltiplos focos de inovação foram uma novidade em um mundo científico orientado à saúde, quase sempre monopolizado pelas potências do Norte global. No âmbito das tecnologias estamos a assistir também a uma carreira por conseguir carros elétricos eficientes. As companhias japonesas parecem ter tomado a dianteira em relação às europeias e norte-americanas, mas os chineses entraram nesse mercado global, se bem que carros indianos convencionais estão a oferecer melhor relação qualidade/preço que os seus rivais em um mercado cada vez mais aberto. Os progressos em economia ambiental concentram-se na Europa, ainda que a mobilização popular para a reciclagem é

muito superior no Sul. Em definitivo, a ciência normativa segue a estar polarizada nos países mais ricos, desenvolvidos e com melhores instituições de pesquisa, apesar de que os emergentes e as novas potências começam a questionar o seu clássico monopólio, em um mundo do conhecimento onde há muito tempo as fronteiras desapareceram em certo sentido. As novidades expandem-se de jeito quase imediato, mas o acesso aos novos avanços técnicos e progressos continuam sendo pagos através de um injusto e gravoso mercado global de patentes.

A esse respeito, as relações Norte-Sul sempre apresentam o mesmo eixo: no campo científico e tecnológico, as transferências de conhecimento e de inovações materiais, são extremadamente dificultosas, porque as grandes corporações multinacionais retêm os seus descobrimentos e os seus avanços, e se decidem difundi-los cobram grandes quantidades de dinheiro por elas. Isso tem beirado o escândalo, como no caso da indústria farmacêutica, em que progressos contra o Sida ou outras enfermidades infecciosas não foram comunicados de imediato, sempre com o objetivo de manter o lucro privado na venda de medicamentos ou na difusão de métodos de cura. Em outros casos, como na indústria da informática ou do automóvel, o secretismo empresarial desde as companhias europeias, norte-americanas ou do extremo oriente é a norma. Isso obrigou algumas potências, como a China, a favorecer a espionagem técnica e a cópia em grande escala, e com certa razão. Um novo colonialismo emergiu com o controle da inovação (Veltz, 1996; Méndez, 2015). Ao mesmo tempo, os países do Norte procuram lavar a sua imagem de falta de solidariedade e domínio, com a promoção da cooperação ao desenvolvimento que, sendo bem-intencionada, sempre entra em atividades econômicas mais simples e nas comunidades locais como um novo populismo que não coopera em um conjunto de setores econômicos fundamentais.

Como consequência de todo o sinalado, a geopolítica da tecnologia e das indústrias ponteiras assinala a devastadora posição de domínio das três regiões clássicas do Norte global (Estados Unidos, União Europeia, Reino Unido e Japão-Coreia). Porém, nos últimos anos os emergentes, muito em especial a China, começaram a questionar tal situação. A China está a desenvolver um aparato científico-tecnológico destacável, vinculado a algumas estruturas universitárias potentes (Arrighi, 2007). Isso ainda não acontece na Índia (muito dependente do Ocidente) ou na Rússia (muito condicionada pelo gasto militar), mas na medida em que outros grandes países como Brasil, Indonésia, Vietnã, África do Sul ou Irã seguem este exemplo, poderá ir-se desenhando um mundo da inovação um pouco mais democrático, no caminho da livre

circulação das novidades técnicas no contexto mundial, e, desde há tempos, financeiramente globalizado.

Enquanto isso não acontece, o mundo globalizado atual mostra um panorama já conhecido por todos: o do desenvolvimento desigual (Novak, 1957; Harvey, 2001). O Sul global, o que equivale a dizer a maioria da humanidade, segue a fornecer matérias-primas, energia e recursos de todo tipo aos países ricos. América Latina, África e boa parte da Ásia continuam sem poder aproveitar plenamente a sua riqueza. Se no passado essa acumulação por despossessão mostrava a sua face mais brutal (o roubo realizava-se mediante a existência de impérios coloniais, que trabalhavam para controlar e fazer pilhagem do território em benefício da metrópole), agora as formas da extração de riqueza são distintas. Deixam-se os países soberanos do Sul governar-se, ter estados viáveis, mesmo industrializar-se para transformar parte das suas riquezas. Mas o controle dos mercados globais e a superioridade que outorga a inovação, a capacidade de maximizar tecnologicamente, o aproveitamento dos materiais, dos bens, da logística empresarial e o desenho final dos produtos, traduzidas formas de organização, hegemonia completa na criação de patentes e controle das grandes companhias multinacionais da maioria dos setores seguem a manter as lógicas profundas de exploração e desigualdade. Mas nessas formas modernas, há muito mais aparato financeiro, muito mais ciência ao serviço dos avanços produtivos, algo como nunca ocorreu na história.

A HEGEMONIA DO NORTE NAS CIÊNCIAS EXPERIMENTAIS E NA TECNOLOGIA

Nos parágrafos anteriores, insistimos no recente papel cumprido pela ciência aplicada, na inovação e na manutenção do capitalismo atual marcado pelas desigualdades a nível mundial, tal e como o conhecemos. Agora é preciso voltar a falar de ciência, já que uma constatação universal, um axioma, é que as ciências não são iguais. Nesse sentido, a importância das ciências experimentais e das tecnologias no funcionamento do sistema produtivo resulta evidente. Já nos referimos aos progressos da medicina e da investigação farmacêutica, indiretamente a física, a química e as matemáticas, nas melhorias do funcionamento dos veículos a motor, nos desenhos mecânicos e na qualidade da metalúrgica. Desde o presente, há inumeráveis esperanças depositadas na nanotecnologia, na genômica e no desenvolvimento de novos materiais, entre outros muitos exemplos que poderíamos escolher. No âmbito original das Ciências Sociais produziu-se uma excisão significativa na economia entre aqueles que reivindicam a sua formalização matemática, para estudar acriticamente os mercados e avançar na organização das empresas, e os que

defendem o carácter social crítico dessa disciplina. Observa-se que os primeiros vão ganhando no reconto de Prêmio Nobel e de publicações de alto nível. A economia é concebida como uma técnica a serviço do capital, mas ainda permanecem muitas Ciências Sociais e Humanas que procuram manter o seu carácter original como formas de análise independentes e defensoras de alternativas ou reformas no sistema.

Desde o ponto de vista global, cumpre fazer uma primeira constatação: o domínio absoluto do Norte nos saberes científico-experimentais e biomédicos. A isso pode seguir-se tanto analisando os reconhecimentos de impacto mundial a pesquisadores destacados como repassando os *rankings* das universidades mais prestigiosas do mundo ou as origens dos cientistas que assinam os seus artigos nas revistas com maior impacto em citações. Com respeito a este último indicador, cumpre precisar que se começa a observar um câmbio moderado nas tendências dos últimos anos. Assim, registrou-se uma desconcentração dos países do Norte que encabeçavam os totais de publicações de prestígio em favor de novas potências emergentes, como China, Coreia do Sul, Taiwan, Espanha ou Brasil, com porcentagens modestas, contudo, em crescimento. Também as cidades e aglomerações às que se vinculavam um superior número de artigos de impacto editados como em Boston, Paris ou Londres perdem um tanto a sua hegemonia geral (Grossetti *et al.*, 2013; Maisonobe *et al.*, 2017). Detecta-se uma tendência à diversificação de pesquisas relevantes em novas universidades e centros de investigação, o que se complementa com um avanço dos textos elaborados em coautoria ou colaboração entre cientistas de diversas instituições, cidades e países (Maisonobe *et al.*, 2016). O domínio do Norte mantém-se, mas atemperado. Só políticas decididas de apoio à academia em distintas nações, como acontece agora em China, ajudaram a democratizar e ciência e, por suposto, a inovação nas próximas décadas.

Nesse sentido, devemos retornar ao argumento inicial desta seção: o fato de as disciplinas científicas não serem iguais. Se na física, na medicina ou nas engenharias o poder do Norte só será corrigido na média e na longa duração, este processo pode ser mais rápido nas Ciências Sociais e Humanas no seu conjunto. Assim, constata-se que a renovação da teoria crítica está chegando por três vias principais, que outorgam uma superior força às reflexões e teorias elaboradas no Sul global. Por um lado, o avanço dos estudos de-coloniais (ou os pós-coloniais, termo preferido em alguns países de expressão inglesa). Esse enfoque veio para revolucionar a compressão da história, a filosofia, a sociologia, a economia e a Geografia mundiais, e está a avançar em boa medida graças aos aportes de autores de América Latina, África ou Ásia meridional, ainda que uma boa parte deles trabalhe em universidades norte-americanas

ou europeias a tempo completo ou total (Grosfoguel, 2022). Por outro, as teorias feministas ganharam uma indubitável reputação na academia. Já não se trata só de um feminismo do Norte, senão que de comunidades originárias, desde outras culturas e religiões, e aproveitando o movimento *queer*, se avança nas novas argumentações. Por último, as pesquisas sociais críticas incrementaram a sua sensibilidade ecológica e humana subjetivista, o que abre caminhos não explorados pela ciência social crítica (Martínez Alier, 2005).

Em relação ao panorama comentado, há que se falar sobre quais políticas e ações cumpre desenvolver para que as ciências elaboradas do Sul façam progressos no contexto global de competência acrescentada. A primeira medida, mas ala das decisões de âmbito nacional e/ou federal, deve ser o decidido impulso às plataformas supraestatais que favoreçam a inovação e a pesquisa crítica. Nesse senso, a constituição do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Irã) como aliança de países emergentes contra o domínio do Norte deve empregar-se para combater o injusto mercado mundial de patentes para favorecer a cooperação entre as principais potências do Sul nos diferentes campos científico-tecnológicos. Uma colaboração de China, Brasil, África do Sul e Índia nos sectores da informática, da mecânica ou da indústria química, entre outros, deve ajudar a dispor de inovações próprias que evitem ou reduzam as dependências externas. No campo da teoria social crítica, exemplos como Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso) ou os congressos de Geografias Críticas vão no bom caminho. Logo, também é necessário que os países do Sul se impliquem ativamente nas organizações internacionais mais relevantes: a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Conselho Científico Internacional (ISC), por suposto, mas no campo da nossa disciplina na União Geográfica Internacional (UGI).

A GEOGRAFIA COMO DISCIPLINA GLOBAL E MASCULINA

Nesta segunda parte da nossa contribuição, concentramos as análises na Geografia. Os mesmos problemas que caracterizamos para o conjunto da ciência reproduzem-se no nosso campo disciplinar. Assim, um repasse pela Geografia contemporânea sempre começa na Alemanha, com Humboldt e Ritter, magníficos cientistas, abertos ao conhecimento do mundo, com contributos e sensibilidade inquestionáveis, mas eurocêtricos e masculinos. Na Escola Regional e Paisagística, com P. Vidal de la Blache e os seus discípulos, repete-se o mesmo. Nesse caso, houve o interesse porque a Geografia francesa “cobre o mundo”, estendem-se os seus métodos e temas a todos os continentes, convertem-se em norma (como produto de uma destacada potência colonial) (Robic, 2006;

Borzacchiolo, 2015; Antunes, 2023). Mais tarde, tanto a Geografia analítica e quantitativa como a radical, as duas de origem anglo-saxônica, mostraram as formas de entender o mundo desde Estados Unidos ou o Noroeste da Europa. Mesmo profissionais tão críticos e lúcidos como o E. Soja e o D. Harvey sempre gozaram de cômodas cadeiras em grandes universidades norte-americanas e deslocaram-se muitas vezes seguindo os desejos de companhias editoriais multinacionais para a venda dos seus livros.

Outro aspecto da hegemonia do Norte global na construção da Geografia consiste na dependência que mostram muitos autores, colegas nossos, em publicar em veículos de grande difusão. Para que os livros e artigos sejam conhecidos com um alcance mundial, cumpre escrever sobretudo em inglês, em francês ou por alguma editora em espanhol. Estes são os idiomas que contam com maior penetração internacional. Ainda que isto poderia ser considerado norma pela geolinguística do mundo atual, o autenticamente preocupante é que também essas línguas cheguem a aparecer quase monopolizadas por um número restrito de grandes editoras multinacionais, que no presente controlam o substancial da difusão científica mundial. Estamos a falar da Routledge, da Springer, da Elsevier, SAGE, Wiley and Sons, ou, em obras críticas, Verso. Um autêntico oligopólio de companhias norte-americanas e europeias populariza os progressos da ciência. Ademais, são elas, e não os organismos públicos, que criam os indicadores de indexação mais conhecidos. Tudo isso traduziu-se numa nova hegemonia das universidades do Norte na edição de textos autenticamente lidos, muitos deles críticos e de qualidade, mas controlados por essas grandes companhias. A administração chinesa detectou esse problema e animou a participação em revistas e coleções editoriais dessas companhias (de fato, estima-se que a participação de capital chinês na Elsevier é majoritária). Em outros países, como no Brasil, na Índia, no mundo árabe ou na Espanha funcionam redes regionais muito importantes de publicação autônoma, mas o seu alcance é mais modesto. Assim, Harvey, Crutzen ou Massey chegam com as suas boas ideias do Norte a influir-nos de forma permanente, enquanto Haersbaert, Carlos Walter ou Capel não são autenticamente conhecidos na maioria dos países.

De maneira complementar ao comentado, a Geografia foi marcadamente masculina nos seus referentes até os anos 1970, como denunciava o W. Zelinski. Desde então, os progressos de mulheres relevantes na análise territorial e espacial são inquestionáveis, se bem que ainda os membros da Comissão de Gender Geography da União Geográfica Internacional (UGI) devem manter um trabalho de recompilação do contributo feminino à nossa ciência, que se atualiza e difunde com vocação militante (Monk, 2006; Drooglever, 2019). Autoras

como A. Buttimer, D. Massey ou J. Monk já são populares e influentes, mas se olhamos a composição interna de muitos departamentos universitários e as diretivas das sociedades, a presença de mulheres fica em minoria, atenuada no Norte global e na América Latina, mas muito menor no resto do mundo.

Nesse panorama geral da Geografia contemporânea, cumpre assinalar que as últimas décadas introduziram alguma novidade. A principal: a consolidação de significativas escolas nacionais da disciplina na Índia, no Brasil, na América de fala espanhola e na África. Já não se trata, como antigamente, de um número restrito de departamentos de grandes metrópoles (Cidade do México, São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Cidade do Cabo, Cairo, Delhi etc.), bem conectados com grandes focos científicos de âmbito internacional (pensemos em Paris, Londres ou Los Angeles), por um número muito limitado de professores. Agora constrói-se ciência geográfica em um volume importante de universidades distribuídas ao longo dos países e, o mais importante, criaram-se espaços de reunião, debate e associação de caráter nacional ou continental. Os congressos da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), as reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege) são magníficos exemplos disso (Lois-González e Mitidiero, 2022), mas também os inumeráveis eventos organizados pela Geografia Índia, pelos sul-africanos, os mexicanos ou mesmo o Encontro de Geógrafos da América Latina (Egal). A nossa disciplina está a criar um discurso próprio desde a diversidade do Sul, moderando a sua dependência epistemológica com Europa e América do Norte, mas agora precisa que essas diferentes redes americanas, africanas e asiáticas façam maior esforço de coordenação entre elas. Estamos no tempo em que a cooperação Sul-Sul já se tornou necessidade. O Conselho Científico Internacional (ISC) está promovendo mecanismos de autonomia regional em todas as partes do mundo. Também cumpre que as internacionais da Geografia como a UGI ou, de jeito muito informal, o EGAL, se impliquem na construção de uma disciplina mais democrática e policêntrica, reforçando a multiplicidade das vozes científicas críticas que chegam do Sul global.

O CONHECIMENTO, A INTERPRETAÇÃO DO MUNDO E A OTIMIZAÇÃO DO SISTEMA

O apelo a um empoderamento da Geografia no Sul global não constitui só uma reivindicação ideológica, trata-se fundamentalmente da defesa de uma disciplina melhor, que mostra a diversidade do mundo e não pressupõe que conceitos, explicações nascidas no Norte, podem possuir uma validade global sem nenhuma adaptação a outros contextos e realidades. Se recorrermos a três termos ou expressões de amplo uso como exemplo, podemos formular sem

problemas a base da nossa argumentação. Por uma parte, nas últimas décadas estendeu-se muito a palavra *gentrificação*, urdida no contexto anglo-saxônico da nossa disciplina (Smith, 1996; Zoido *et al.*, 2013). O conceito implica o aburguesamento ou a elitização de áreas residenciais urbanas com atrativo, que no período anterior se caracterizavam pela crise. O exemplo dos bairros de Nova Iorque fora estudado e repetido até a saciedade, mas quando esse conceito se traduz em países com centros históricos notáveis como a Itália ou a Espanha, já cumpre fazer fortes adaptações dele. Assim, noutros contextos, pensemos em cidades brasileiras ou índias marcadas por fortíssimas desigualdades e pela fragmentação da estrutura urbana; os problemas de tradução incrementam-se exponencialmente. É certo que o mercado imobiliário está financeirizado, que os grupos de maior renda podem escolher onde viver e que isso contribui para elitizar algumas zonas, mas a gentrificação das capitais do Sul adota formas muito diferentes do Norte, e da aprendizagem destas experiências da América Latina, Ásia ou África a Geografia urbana pode renovar enormemente as suas ideias. Um segundo caso é a classificação do mundo por zonas climáticas, onde as estações são determinantes em definir a tipologia estabelecida (a clássica classificação de Köppen, por exemplo). Mas as quatro estações não são uma especificidade da zona temperada que só introduz confusão nas regiões intertropicais? Por último, reparar no conceito de desenvolvimento agrário, em que implica? Modernizar, fazer medrar o valor do produzido e reduzir mão de obra, ou procurar a boa vida dos camponeses, o respeito ambiental e a obtenção de preços justos no mercado. A importação acrítica de conceitos de desenvolvimento chegados do Norte tem provocado muitas crises e sofrimento no Sul global.

Em qualquer caso, e isso não é contraditório com tudo o que foi expresso até agora, as possibilidades de mobilidade tanto pré-doutoral como pós-doutoral cara às universidades do Norte, que governos como o Federal e os estaduais do Brasil favorecem, devem ser aproveitadas ao máximo. Elas não só significam conhecer em primeira mão a vida de outros países, implicam também um avanço substancial no domínio de novos idiomas ou formas de comunicação, e informar-se muito mais rapidamente sobre qual é o estado dos grandes debates científicos do momento. Passar umas semanas ou uns meses nas universidades da França, Estados Unidos, Reino Unido, Espanha ou Portugal, entre outros, implica experimentar diretamente o Norte Global, não para ser por ele assimilado. Ao contrário, conhecer bem o diferente serve para no futuro facilitar a entrada de novas ideias e interpretações do Sul no Norte, ao tempo que se descobrem os debates das liberdades, sociais e ambientais em voga na Europa e na América do Norte. Uma questão que não se deve esquecer consiste em que as estadias no Norte global tenham que ser compatíveis com outras

que regularmente se façam em países da América Latina, da África ou da Ásia (intercâmbios Sul-Sul).

Na ciência geográfica os grandes debates, paradigmas e questões gerais do conhecimento sempre chegaram do Norte. Foi assim com a Geografia regional francesa, com os quantitativos anglo-saxônicos ou com os radicais do Norte, em ambas as beiras do Atlântico. Esta história começou a mudar com as teorias pós-coloniais e agora de-coloniais. Neste momento, as interpretações de-coloniais estão bem assentadas na filosofia, na sociologia e na história, mas cumpre reforçá-las na Geografia. As experiências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Brasil e de todos os estúdios agrários que se faz, da análise sobre a pobreza e a fragmentação urbana ou dos condicionantes da violência nos resultados eleitorais de alguns estados são exemplos de temáticas que a Geografia brasileira pode aportar muito à escala internacional. Mas não só a influência dos estudos a partir das ciências humanas deve ser considerada. Destacam-se também as análises sobre a mudança climática a degradação da biodiversidade com foco na Amazônia e os riscos ambientais urbanos, como exemplos (Suertegaray, 2022; Mendonça, 2022) que são temas susceptíveis de enriquecer-se tanto ou mais desde São Paulo (SP), Belém (PA) ou Salvador (BA) do que elaborados em Barcelona, Paris ou Osaka. A entrada das geografias do Sul no grande debate global da nossa disciplina é um dos principais desafios a assumir nos próximos anos.

Finalmente, apesar dos enormes contributos que as geografias e o pensamento crítico europeu ou norte-americano fizeram ao progresso das Ciências Humanas e Sociais, sempre se repete o mesmo erro: considerar que desde o Norte se pode explicar convincentemente toda a realidade mundial. Isto aconteceu desde os anos 1970 com a nova esquerda e o denominado marxismo ocidental, que mantinham fortes críticas ao sistema capitalista, enquanto defendiam as liberdades e a forma convencional da democracia (Anderson, 2016; Losurdo, 2017). Esta formulação correta para a Europa ocidental e central é difícil de trasladar a nações bloqueadas como Cuba (ainda com erros dos seus governantes), El Salvador ou Palestina, por citar três exemplos. De fato, as excelentes ideias do mundo rico e estável continuam a ser de difícil aplicação em contextos de violência econômica, genocida ou gerada por grupos criminais. Mas, recentemente, o surgimento de conceitos como o de decrescimento assemelha-se um pouco descontextualizado de territórios onde uma parte da população ainda passa fome (D'Alisa, Demaria e Kallis, 2015). Assim, poderíamos seguir com exemplos da nova disciplina ambiental ou de novos sistemas de economia circular, muito interessantes, mas difíceis de trasladar à maioria de países do Sul.

CONCLUSÕES

Depois de quase quinhentos anos de modernidade e contemporaneidade onde Europa primeiro e o Norte global depois dominaram o mundo, não só militar e economicamente, senão também com um quase monopólio da atividade científica e da produção do conhecimento, algo começa a mover-se nas últimas décadas. Por uma parte, os discursos alternativos críticos, sobretudo o pós-colonial e agora o de-colonial. Mas também a progressiva afirmação das nações emergentes expressadas através das alianças continentais e do Brics. Todo este movimento deve transferir-se à ciência e à investigação, onde os centros de pesquisa e as universidades do Sul global tenham que desenvolver estratégias de difusão efetiva e cada vez mais ampla do conhecimento inovador que produzem. Nesse sentido, as Ciências Sociais e Humanas, menos necessitadas de grandes equipamentos e complexas infraestruturas, podem avançar para diante e mostrar o caminho às Ciências Experimentais e à Tecnologia, sempre muito fechadas ao redor de grandes países dominantes.

Produzir Geografia e pensamento crítico desde o Sul significa colocar em primeiro plano o grande tema que caracteriza a nossa realidade atual: a persistência das desigualdades. As desigualdades são econômicas e de classe, mas para os analistas do território também são espaciais e implicam processos de segregação. A Geografia deve comprometer-se com o estudo das desigualdades no acesso à terra, com a compreensão da segregação urbana e com o desenho de políticas de minoração dos contrastes de desenvolvimento regional. Cumpre impedir a acumulação por despossessão e evitar os impactos ambientais irreversíveis em distintos lugares. Só assim a Geografia reforçará a sua centralidade numa Ciências Sociais e Humanas que devem estar comprometidas para construir um futuro melhor.

Em todo caso, o planeta Terra topa-se numa situação complicada no presente pelos problemas ambientais gerais que o modelo de desenvolvimento capitalista gerou. O Antropoceno (ou capitaloceno, como gostam alguns autores) já implica que os seres humanos e as sociedades são o principal agente modificador do território, do relevo, o clima e a diversidade biológica. Portanto, os avanços a uma ciência cada vez mais democrática e que ouve crescentemente as vozes do Sul deverão combinar-se com medidas de controle da poluição, de redução do consumo de combustíveis sólidos, de contenção das atividades que destroem a biodiversidade ou de freio à exportação selvagem de certos recursos, entre outras ações. O câmbio global, também conhecido como mudança climática, constitui uma ameaça para todos. Enquanto a criação de conhecimento de-colonizado fizer progressões, tanto mais deverá insistir em outro modelo de

crescimento diferente do capitalismo clássico iniciado no Norte e com um balanço de destruição da natureza que pode começar a ser irreversível.

Como tratei de insistir em todas estas páginas, o grande combate consiste em construir um novo mundo, onde a ciência, a inovação e o conhecimento tenham cada vez um maior peso. Um papel crescente que implica maior equilíbrio entre o Norte e o Sul globais na hora de desenvolver novas ideias, patentes e processos de produção. Nesse contexto, a análise espacial e territorial deve manter um papel central nas disciplinas científicas, não só porque permite estudar os desequilíbrios geográficos de qualquer índole, senão porque também avalia constantemente as relações natureza-sociedade e mantém um discurso crítico muito necessário para os enormes desafios que enfrenta o mundo atual.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Los orígenes de la posmodernidad**. Madrid: Akal, 2016.
- ANTUNES, Charles da França. **A Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB: origem e transformações**. Rio de Janeiro: Consequência, 2023.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty-first century**. Londres; Nova Iorque: Verso, 2007.
- BORZACCHIELO, José. **French-Brazilian Geography: the influence of French Geography in Brazil**. Cham (Suíça): Springer, 2015.
- BRENNER, Robert. **Merchants and revolution: commercial change, political conflict, and London's overseas traders, 1550-1653**. Princeton, Princeton University Press, 1993.
- BUTLER, Judith. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. Nueva York: Routledge, 1999.
- D'ALISA, Giacomo; DEMARIA, Federico. KALLIS, Giorgos. (coord.). **Décroissance: vocabulaire pour une nouvelle ère**. Neuvy-en-Champagne: Le Passage Clanestine, 2015.
- DEBORD, Guy. **La société du spectacle**. Paris: Buchet-Castel, 1967.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mille plateaux: capitalismo et schizophrénie 2**. Paris: Minuit, 1980.
- DROOGLEVER, Joos. Women geographers and the International Geographical Union. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles** 81 (2819),1-16, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **L'archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969.
- GROSGOUEL, Ramón. **De la sociología de la descolonización al nuevo anticolonialismo**. Madrid: Akal, 2022.
- GROSSETTI, Michel *et al.* Cities and the geographical deconcentration of scientific activity: a multilevel analysis of publications (1987-2007). **Urban Studies**, Published online 20 November 2013. <https://doi.org/10.1177/0042098013506047>.

HARAWAY, Donna. Las promesas de los monstruos: ensayos sobre ciencia, naturaleza y otros inadaptables. Barcelona: Holobionte, 2019.

HARVEY, David. **Espacios del Capital**: hacia una teoría crítica de la Geografía. Madrid: Akal, 2001.

HOBSBAWM, Eric. **The Age of Revolution**: Europe 1789-1848. Nueva York: Vintage Books, 1962.

HOBSBAWM, Eric. **The Age of Capital (1848-1975)**. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1975.

LATOUR, Bruno. **Petites leçons de sociologie des sciences**. Paris: La Découverte, 1993.

LEFEVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LOIS-GONZÁLEZ, Rubén Camilo; PIÑEIRA, Maria José Piñeira; VIVES, Sònia. El proceso urbanizador en España (1990-2014): una interpretación desde la geografía y la teoría de los circuitos de capital. **Scripta Nova**, v. XX, nº 539. 1º Jul. 2016.

LOIS-GONZÁLEZ, Rubén; MITIDIERO, Marco Antonio (ed.). **Brazilian Geography**: in theory and in the streets. Cham (Suíça): Springer, 2022.

LOSURDO, Domenico. **Il marxismo occidentale**: come nacque, come morì, come può rinascere. Baris: Laterza, 2017.

LYOTARD, Jean-François. **La condition postmoderne**: rapport sur le savoir. Paris: Minuit, 1979.

MAISONOBE, Marion. *et al.* L'évolution mondiale des réseaux de collaborations scientifiques entre villes: des échelles multiples. **Revue Française de Sociologie**, 3, v. 57, 417-441, 2016.

MAISONOBE, Marion. *et al.* The global geography of scientific visibility: a deconcentration process (1999-2011). **Scientometrics**, 113, 479-493, 2017.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **El ecologismo de los pobres**: conflictos ambientales y lenguajes de valoración. Barcelona: Icaria, 2005.

MARX, Karl. **Das Kapital. Kritik der Politischen Oekonomie**. Hamburgo: Otto Meisner, 1867.

MÉNDEZ, Ricardo. De la globalización capitalista al desarrollo territorial: por una Geografía económica socialmente relevante. Conferencia con motivo de la entrega del Premio Internacional de Geocrítica. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, número extra 19, 522, 2015.

MENDONÇA, Francisco. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro and the contribution of Brazilian Geographical Climatology. *In*: LOIS-GONZÁLEZ, Rubén Camilo; MITIDIERO, Marco Antonio (ed.). **Brazilian Geography**: in theory and in the streets. Cham (Suíça): Springer, 2022. p. 199-215.

MONK, Janice. Changing expectations and institutions: American women geographers in the 1970s. **Geographical Review**, 96 (2):259-77, 2006.

NOVAK, George. **La ley del desarrollo desigual y combinado**. Buenos Aires: Pluma, 1957.

ORTEGA, José. Los horizontes de la geografía: teoría de la geografía. Barcelona: Ariel, 2000.

ROBIC, Marie-Claire. (coord.). **Couvrir le Monde**. Un grand XXème siècle de Géographie française. Paris: ADFP, 2000.

- RUDÉ, George. **Europe in the 18th Century: Aristocracy and the Bourgeois Challenge**. Boston: Harvard University Press, 1985.
- SMITH, Neil. **The new urban frontier: gentrification and the revanchist city**. Londres; Nova Iorque: Routledge, 1996.
- SOUZA SANTOS, Boaventura de; MENEZES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Physical Geography and the study of environmental problems: the Brazilian contribution. *In*: LOIS-GONZÁLEZ, Rubén Camilo; MITIDIERO, Marco Antonio (ed.). **Brazilian Geography: in theory and in the streets**. Cham (Suíça): Springer, 2022., p. 81-97.
- VELTZ, Pierre. **Mondialisation, viles et territoires: l'économie d'archipel**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system: capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century**. Nueva York; Londres: Academic Press, 1974. v. 1.
- ZOIDO, Florencio. *et al.* **Diccionario de urbanismo, geografía urbana y ordenación del territorio**. Madrid: Cátedra, 2013.

A PAISAGEM COMO ENIGMA A SER DECIFRADO

Notas para uma conceituação dialético-materialista

GUILHERME MARINI PERPETUA

A linguagem, forma distintiva e propriamente humana de comunicação, figura entre os fenômenos sociais mais complexos e instigantes. De forma geral, é possível distinguir entre uma linguagem simbólica e outra, conceitual. A primeira, essencialmente polissêmica e mais ligada às emoções e afetos, opera por analogias e metáforas e realiza-se principalmente por meio da imaginação, predominando nos domínios das artes e da religião; a segunda – objeto direto de nosso interesse neste capítulo – aspira à monosemia e, intimamente relacionada à racionalidade e à argumentação, esforça-se por dar às palavras um sentido direto e não figurado ou figurativo, sendo típica das ciências e da filosofia (Chauí, 2000).

No sentido mais amplo possível, um conceito pode ser entendido como todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis (Abbagnano, 2007). Conceitos não devem ser confundidos com nomes, já que um mesmo nome pode identificar diferentes objetos; também não podem ser entendidos como meras palavras, conquanto palavras invariavelmente sejam usadas para designá-los e identificá-los. No domínio das ciências, argumenta Souza (2013), os conceitos comparecem como unidades explicativas fundamentais, as menores e essenciais partes de toda e qualquer teoria científica.

O processo de construção do discurso científico opera por meio da conceituação. No transcurso do desenvolvimento de cada disciplina, em

particular, conceitos específicos culminam por assumir proeminência, formando um sistema conceitual de base (Althusser, 2013). Tais “conceitos-chave”, explica Corrêa (2000), são aqueles capazes de sintetizar a sua objetivação, ou seja, o ângulo específico a partir do qual a realidade é analisada por tal ou qual disciplina. Eis o caso do conceito de paisagem, que, embora compareça amiúde nas análises provenientes de diversos campos do conhecimento científico e mesmo para além dele, confunde-se com a própria gênese da Geografia e encontra nela *locus* privilegiado para o seu desenvolvimento epistemológico.

Todo conceito articula-se a um sistema de conceitos no seio de uma teoria, a qual, por sua vez, produz-se por intermédio de um método específico. Embora nem sempre sejam enunciados explicitamente, toda ciência caracteriza-se pela utilização de métodos, aqui entendidos como caminhos ordenados que o pensamento segue por meio de um conjunto de regras e procedimentos racionais, o qual permite interpretar com maior coerência e correção possíveis o objeto escolhido (Oliveira, 1998; Chauí, 2000; Marconi; Lakatos, 2001).

Por conseguinte, embora a palavra “paisagem” tenha sido frequentemente evocada ao longo da história do pensamento geográfico e continue comparando às análises atuais, suas significações conceituais são múltiplas, dadas as diversas opções teóricas e de método, em diferentes autores e contextos históricos e geográficos. Poderá haver, portanto, tantos conceitos de paisagem quanto autores a defini-los e, ainda que se considere um único autor, diferentes conceituações podem comparecer ao longo de sua trajetória.

No Brasil, como concluíram Neves e Salinas (2017) após extenso estudo bibliométrico dos principais periódicos da área de Geografia¹, a adoção da paisagem como objeto ou categoria central nas pesquisas e discussões tem sido predominante na área da chamada Geografia Física, com destaque para os estudos ambientais. Disso se depreende a existência de certa *negligência conceitual* em relação à paisagem por parte da Geografia Humana² e, particularmente, daquela de extração marxista historicamente conhecida no Brasil como

-
- 1 No estudo em questão, os autores consideraram cerca de 1.000 artigos publicados entre 2006 e 2016, em 23 periódicos da área de Geografia enquadrados nos extratos A1, A2 e B1 da avaliação Qualis Capes 2015, nos quais a palavra “paisagem” foi utilizada. Dos artigos em questão, 420 utilizavam a paisagem como objeto ou categoria principal, sendo que 325 configuravam pesquisas práticas e, desses, 305 enquadram-se na área de Geografia Física, marcadamente nos estudos ambientais.
 - 2 Sem desconsiderar o extenso e acalorado debate acerca da unidade da Geografia enquanto ciência e do problema da dicotomização do conhecimento geográfico, neste texto assumimos que tal divisão existe e persiste na prática, o que se reflete na classificação de áreas do conhecimento adotada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a qual norteia a estruturação e avaliação dos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil.

Geografia Crítica. Por outro lado, como observa Souza (2009), aconteceu exatamente o oposto ao conceito de território, cuja (quase) onipresença na produção da Geografia brasileira das últimas décadas soa como uma coqueluche, com várias das características de um modismo.

Diante disso, a questão norteadora central do presente capítulo pode ser formulada nos seguintes termos: desde o prisma da Geografia, como pensar a paisagem a partir dos princípios do método materialista e dialético? Ou, dito de outro modo: qual seria o potencial analítico de um conceito dialético-materialista de paisagem? Em face dos pressupostos estabelecidos nesta introdução, este capítulo pretende indicar elementos os quais julgamos fundamentais para preencher a lacuna apontada e construir um conceito de paisagem como enigma a ser decifrado com o expediente desse método.

O texto está estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira busca problematizar o conceito de paisagem, situando-o no interior da epistemologia da Geografia e apresentando um entendimento próprio acerca dele. A segunda dedica-se a apresentar e caracterizar sinteticamente o método materialista dialético. A terceira e última procura efetivamente apresentar possibilidades de pensar a paisagem como um enigma a ser decifrado com o auxílio do materialismo dialético.

O CONCEITO DE PAISAGEM E SUAS SIGNIFICAÇÕES

Como ocorre a outros conceitos caros à Geografia e demais áreas da pesquisa socioespacial³, a palavra “paisagem” é carregada de polissemia e, por vezes, aparece esvaziada de qualquer conteúdo específico que permita distingui-la de outros termos relativos à dimensão espacial da realidade. Por outro lado, as diversas disciplinas científicas e o senso comum têm concepções próprias e distintas do que seja a paisagem (Maximiano, 2004).

De acordo com Maximiano (2004), no Ocidente, o primeiro termo a designar paisagem foi o alemão *landschaft*, surgido na Idade Média para indicar uma região de dimensões médias, em cujo território se desenvolvem pequenas unidades de ocupação humana. Já a sua origem na língua portuguesa teria derivado do francês *paysage*, por sua vez oriundo dos vocábulos latinos *pagus*

3 Baseados na proposição de Souza (2013), com este termo referimo-nos ao campo interdisciplinar que transcende a Geografia, englobando diversas áreas das ciências humanas e sociais (Sociologia, Economia, Arquitetura, Antropologia etc.) e a própria Filosofia. Ademais, compreende esforços de investigação em que as relações sociais e o espaço são articulados entre si e devidamente valorizados na construção dos objetos e das pesquisas.

(vila, país, região) e *aginis* (estado, situação, ação), remetendo, portanto, a uma forma de apropriação peculiar do espaço (Sandeville Junior, 2005).

Conforme Sandeville Junior (2005), no senso comum, paisagem seria a percepção visual à distância, por parte de um observador que se encontra fora do espaço observado. Mas, segundo o autor, é preciso notar que o uso da palavra guarda certa ambiguidade semântica entre a referência ao próprio terreno e a percepção acerca dele.

O desenvolvimento de um conceito científico de paisagem data dos primórdios da institucionalização da Geografia enquanto ciência, no século XVIII, a partir da obra de Alexander von Humboldt, que marca o início da compreensão de paisagem como resultante de um complexo de interações entre elementos naturais e humanos (Maximiano, 2004). Há, portanto, um imbricamento entre a história do conceito em questão e a história da própria ciência geográfica, cuja gênese, explica Suertegaray (2001), revela um paradoxo na medida em que esta assumiu para si a tarefa de compreender a relação entre ser humano e meio, sociedade e natureza, ao passo que as demais ciências foram todas individualizadas em naturais ou sociais e entendidas como detentoras de objetos de estudo próprios.

Tal constatação corrobora a afirmação de Vitte (2007), segundo a qual, enquanto categoria, a paisagem nos permite refletir, de um lado, sobre as bases de fundamentação do conhecimento geográfico como projeto da modernidade e, de outro, sobre o debate a respeito da complexidade da abordagem integrada entre natureza e cultura nas ciências sociais.

Mais tarde, no entanto, este intento integrador original seria igualmente comprometido pela emergência do positivismo⁴ e suas repercussões na conformação daquilo que Moreira (2009), adotando a nomenclatura proposta por Tatham (1959), chamou de “paradigma fragmentário da modernidade industrial”, em última análise responsável pela dicotomização da Geografia em física e humana, bem como pelas diversas clivagens internas em cada uma dessas grandes áreas.

4 O positivismo pode ser entendido como uma corrente e doutrina filosófica nascida no século XIX e herdeira tardia da revolução científica da modernidade, que teve por fundador o filósofo francês Auguste Comte (1798-1857), um dos “pais” da ciência sociológica. Uma de suas características centrais é a proposição da aplicação direta do método indutivo, já à época consagrado nas ciências naturais, também nas recém-surgidas ciências sociais. Do ponto de vista metódico, o positivismo baseia-se principalmente no empirismo, na busca por leis gerais, na suposição da exterioridade do sujeito (pesquisador, cientista) em relação ao objeto (sociedade) e, portanto, na objetividade e neutralidade do conhecimento produzido a partir dessa relação.

Ao longo da história do pensamento geográfico, o conceito de paisagem recebeu diferentes tratamentos teóricos por cada uma de suas escolas e correntes, as quais foram forjadas em contextos históricos e culturais específicos (Vitte, 2007). Schier (2003) ressalta igualmente a existência de certas tendências nacionais e abordagens filosóficas específicas no entendimento do conceito.

Com efeito, o entendimento do conceito de paisagem neste texto parte de uma compreensão epistemológica diametralmente oposta àquela advogada pelo positivismo, em primeiro lugar por conceber a Geografia não como detentora de um objeto próprio e exclusivo, mas como *uma* forma de ler e interpretar o mundo, um ponto de vista particular sobre a realidade centrado em sua dimensão espacial (Santos, 1996; Cavalcanti, 2013). A possibilidade de empreender essa leitura e interpretação apoia-se num repertório conceitual variado que, embora não lhe seja exclusivo, encontra nela seu campo epistemológico precípuo de discussão e desenvolvimento (Castro; Gomes; Corrêa, 2000).

A partir dessa compreensão, o espaço geográfico pode ser entendido como o conceito-mestre ou categoria-chave da Geografia, representando o maior nível de abstração da realidade (Corrêa, 2000; Suertegaray, 2001; Haesbaert, 2010), seguido pelos demais conceitos (região, território, lugar, ambiente, paisagem etc.), os quais expressam diferentes níveis de abstração e possibilidades de operacionalização analítica (Suertegaray, 2001).

No entanto, ressalva Haesbaert (2010), os conceitos estão imbricados e mergulhados na relação com outros conceitos frente aos quais cada um pode ser mais bem definido e adquirir consistência própria, compondo o que o autor chama de “constelações conceituais”. Assim, o que distingue um conceito do outro é, muitas vezes, apenas uma questão de foco, já que todos eles incidem sobre um mesmo universo – neste caso, a dimensão espacial da sociedade.

Posto isso, é possível afirmar que a paisagem constitui um *ângulo analítico* distinto, uma *manifestação* particular do espaço geográfico centrada em seu aspecto sensível, isto é, naquilo que pode ser percebido pelos sentidos humanos. Procuraremos desenvolver melhor essa tese.

A despeito das divergências contextuais e teóricas existentes, diversos autores (Suertegaray, 2001; Schier, 2003; Maximiano, 2004; Vitte, 2007; Souza, 2013) concordam em relação a dois pontos principais quando se trata do entendimento do que seja a paisagem para os geógrafos. O primeiro deles, já mencionado de passagem ao tratarmos da gênese da Geografia, diz respeito ao fato de que a paisagem conjuga dinâmicas e elementos bióticos e abióticos do meio físico-natural com dinâmicas e elementos propriamente humanos e sociais, os quais interagem reciprocamente uns com os outros.

O segundo tem a ver com a noção de que a paisagem constitui uma manifestação sensível e perceptível do espaço, tendo, pois, um conteúdo fortemente visual ou representacional. Obviamente, o sentido da visão possui primazia em relação aos demais sentidos, sendo entendido como o fator delimitador da paisagem, espaço abarcado pela visão do observador (Souza, 2013) ou definido pela própria possibilidade visual (Suertegaray, 2001). No entanto, acreditamos na possibilidade de expandir tal compreensão na medida em que é plenamente possível perceber o espaço geográfico também por meio do tato, da audição, do olfato e do paladar. Se quisermos checar a veracidade dessa afirmação, basta pensarmos, por exemplo, no caso da percepção espacial das pessoas cegas.

Em todo caso, nota-se que a paisagem percebida não revela instantaneamente seus significados profundos, atuando como uma porta de entrada para a complexidade do espaço geográfico. No dizer de Souza (2013, p. 46), “a paisagem é uma forma, uma aparência. O conteúdo ‘por trás’ da paisagem pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou ideologia, nos ‘sugere’”. Ainda segundo o mesmo autor, a paisagem revela ao encobrir e encobre ao revelar; em muitos casos, sua análise atenta pode revelar estratégias de invisibilização de agentes e práticas, tanto no espaço como em suas representações.

Por conseguinte, advogamos a potencialidade analítica de um conceito de paisagem fundamentado nos princípios do método materialista dialético para o escrutínio crítico do espaço geográfico, a fim de compreendermos a realidade em sua concretude.

O MÉTODO MATERIALISTA DIALÉTICO⁵

O advento do método materialista dialético se deu no século XIX, a partir das investigações de Karl Marx no campo da Economia política, constituindo a grande inovação subjacente à sua aguda dissecação crítica da sociedade burguesa, cuja forma mais acabada encontra-se n’*O capital* (Marx, [1867] 2013).

Procedendo uma monumental revisão crítica do pensamento proveniente de diferentes matrizes teórico-metodológicas e áreas do conhecimento, o pensador alemão chega à sua síntese original, da qual podemos identificar pelo menos quatro principais raízes: os economistas políticos ingleses, a dialética hegeliana, o materialismo sensualista e vulgar e o pensamento dos socialistas utópicos (Quaini, 1979; Paulo Netto, 2011).

5 O conteúdo deste subitem foi extraído de um dos capítulos do livro *Os labirintos da pesquisa em Ciências Humanas: contribuição teórico-prática para pesquisadores em formação*, de nossa autoria e ainda não publicado.

É verdade que Marx deixou poucos escritos sobre o seu método, o que abre precedentes para a suposição de que ele não chegou a desenvolvê-lo sistematicamente (Prado Junior, 1973). A passagem mais conhecida sobre o assunto encontra-se na introdução às *Contribuições à crítica da economia política* (Marx, [1859] 2008), cujas ideias centrais serão retomadas adiante.

Por ora, importa observar que essa suposta lacuna pode derivar do fato de que Marx não entendia o método como mero conjunto de regras formais adotado pelo pesquisador, tampouco como um conjunto de regras que o sujeito escolhe conforme a sua vontade. Para Marx, é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador (Paulo Netto, 2011). Daí ser possível aprendermos mais sobre o materialismo dialético por meio do estudo atento dos escritos de Marx sobre o capitalismo em textos dele ou de comentaristas de suas obras sobre seu método.

Como ocorre em todo o pensamento identificado como materialista, o pressuposto básico e fundamental é o de que não existe conhecimento sem um objeto que é, ao mesmo tempo, *anterior*, *exterior* e *existente* sem que necessariamente o sujeito do conhecimento exista (Lefebvre, 1991). No entanto, como explica Lefebvre (1991), no método em questão, sujeito e objeto, embora distintos, são indissociáveis, agem e reagem continuamente um sobre o outro. Com efeito, estão em uma perpétua interação dialética.

Nesse caso específico, não se trata apenas do materialismo em si, e sim de uma ontologia materialista, no interior da qual, salienta Lukács (1968), todo existente é encarado como objetivo e parte de um complexo concreto. Assim, tudo é fruto de um processo histórico e as categoriais não são vistas como meros enunciados, mas como formas moventes e movidas da própria matéria.

Em outras palavras, Marx enxergava as categorias econômicas apenas como expressões abstratas das relações reais (Thompson, 1981) e, por isso, seus enunciados são entendidos como afirmações concretas de um tipo de ser, o ser social (Lukács, 1979). No dizer de Paulo Netto (2011, p. 5), “a teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa”.

Desde o ponto de vista da teoria do conhecimento, como aclara Bazarian (1994), o materialismo dialético promoveu uma síntese entre o empirismo, o racionalismo ou inatismo e o intuicionismo. Em linhas gerais, pode-se resumir essa síntese da seguinte maneira: os sentidos captam a forma dos objetos, mas não sua essência (qualidade não visível), a qual somente pode ser extraída por meio da razão e da intuição.

Marx estava convencido de que, na vida cotidiana, os fenômenos frequentemente escondem a sua essência. Isto é, a forma ou aparência dos fenômenos não revela sua essência ou o processo de sua produção, pois no plano do *imediato*, que é aquele do processo acabado, o resultado faz desaparecer o processo de sua gênese (Lukács, 1979).

Há, portanto, uma distinção entre dois planos de análise, o da aparência ou imediato e o da essência ou mediato. A construção do conhecimento consiste na passagem do primeiro para o segundo ou, noutras palavras, o objetivo da investigação guiada pelo materialismo dialético é apreender a essência do objeto por meio de sua aparência (Paulo Netto, 2011). A esse respeito, afirma Lefebvre (1991, p. 112. Grifos nossos):

Penetrar no real é superar o imediato – o sensível – a fim de atingir *conhecimentos mediatos* através da inteligência e da razão [...]. Penetrar no real, portanto, é atingir pelo pensamento um conjunto cada vez mais amplo de relações, de detalhes, de elementos, de particularidades capturadas numa totalidade. Esse conjunto, essa totalidade, por outro lado, jamais podem coincidir com a totalidade do real, com o mundo.

Assim, conforme o autor, a construção do conhecimento pressupõe a dimensão empírica e sensível da realidade apenas como ponto de partida para atingir a totalidade, por intermédio do pensamento.

Ao contrário do que propõe o senso comum, adverte Prado Junior (1976), neste caminho de desvendamento do real, com a ajuda da percepção e da intuição, o pesquisador deverá partir do que é mais genérico e abstrato para atingir o concreto, agora representado mentalmente no plano do seu pensamento.

No dizer de Marx ([1859] 2008, p. 258-259, grifos nossos), “o concreto é concreto, porque é a *síntese de múltiplas determinações*, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida”.

A nosso juízo, a distinção entre os planos da aparência e da essência, do imediato e do mediato, que é o plano do concreto enquanto síntese de múltiplas determinações, está na base da possibilidade da construção de um conceito dialético-materialista de paisagem, cujos contornos procuraremos delinear no próximo item. Antes, contudo, é importante mencionarmos os princípios e leis gerais do método em questão.

É possível identificar três princípios fundamentais no método materialista dialético, os quais são, por essa razão, categorias fundantes da ontologia marxiana e devem orientar as análises daqueles(as) por ela municiados: a *contradição*, a *mediação* e a *totalidade* (Lukács, 1979; Paulo Netto, 2011).

O princípio da contradição é uma influência direta da dialética idealista hegeliana. Marx, no entanto, opera uma inversão total retirando-o do mundo das ideias e aplicando-o à própria matéria. É o real, em si, contraditório, pois opõe elementos que se afirmam e negam ao mesmo tempo – veja-se, por exemplo, a contradição estruturante da sociedade capitalista entre o capital e o trabalho: o capital nega o trabalho, mas não pode existir sem ele.

A contradição é o motor da transformação constante, do movimento incessante que caracteriza a história humana e pode ser apreendida pelo pensamento municiado pelo método. Desse modo, como assevera Lefebvre (1991, p. 174): “Se o real está em movimento, então que o nosso pensamento também se ponha em movimento e seja pensamento desse movimento. Se o real é contraditório, então que o pensamento seja pensamento consciente da contradição”.

O princípio da mediação se refere ao fato de que tudo o que existe, existe em relação, e só é possível compreender um elemento nas suas interações recíprocas com os demais, tendo em vista que as relações alteram cada um deles englobando-os numa totalidade (só posso entender “A” em relação a “B” e “B” em relação a “A”). Por isso, afirmou Prado Junior (1973), o essencial nesse método são as relações, a maneira como as feições da realidade exterior ao pensamento se dispõem e contrapõem entre si, no espaço e no tempo. Daí Harvey (2012, p. 14) afirmar que as categorias marxianas são categorias relacionais, sendo “impossível compreender a economia política marxista sem adotar uma perspectiva relacional”.

Diretamente relacionado ao princípio da mediação está o terceiro princípio mencionado, por meio do qual se supõe que todos os fenômenos e feições da realidade compõem uma totalidade e só podem ser corretamente apreendidos pelo pensamento considerando-se esse fato. Quando estudamos um objeto singular buscando sua concretude, portanto, devemos promover um movimento em direção ao que há nele de universal, para só então voltarmos novamente a ele, mas agora como particular. Assim, no caminho do abstrato ao concreto o método materialista dialético promove uma síntese entre o *singular*, o *universal* e o *particular* (Moreira, 2004), sendo que o universal só existe no singular, mas é o particular que realiza a mediação efetiva entre ambos (Lefebvre, 1991).

Com o propósito de diferenciar a lógica dialética, constitutiva desse método, da lógica formal presente em todos os outros, Lefebvre (1991, p. 237) afirma que o materialismo dialético “fornece leis que são supremamente objetivas, sendo ao mesmo tempo leis do real e leis do pensamento, isto é, leis de

todo movimento, tanto no real quanto no pensamento”⁶. O autor adverte que a lógica dialética não deve ser vista como negação da lógica formal, mas tão somente sua superação crítica, sendo esta última uma etapa prévia e necessária para alcançá-la.

UM CONCEITO DIALÉTICO-MATERIALISTA DE PAISAGEM E SUAS POTENCIALIDADES PARA A ANÁLISE CRÍTICA DO ESPAÇO

As primeiras intersecções da Geografia com o marxismo e, por conseguinte, com o materialismo dialético, deram-se ainda nos anos 1950, com os geógrafos da Geografia ativa na França e, duas décadas mais tarde, com a chamada Geografia radical nos EUA e a Geografia Crítica no Brasil (Moreira, 2004). Em seus albores, a Geografia de cariz marxista buscava romper, simultaneamente, tanto com a herança da Geografia tradicional, quanto com os elementos da chamada Geografia teórico-quantitativa, ambas profundamente marcadas pelo positivismo, empreendendo uma releitura da obra marxiana e de autores marxistas calcada na espacialidade até então negligenciada (Santos, 1978; Quaini, 1979; Corrêa, 2000).

Amparados pelo método marxiano, os geógrafos filiados ao marxismo passaram a pensar o espaço como produto social e, ao mesmo tempo, condicionante ativo da sociedade – no dizer de Milton Santos (1988), um “condicionante condicionado” da sociedade – e, conseqüentemente, integralmente prenhe das contradições inerentes ao modo capitalista de produção e à sociedade de classes por ele engendrada.

Passadas mais de quatro décadas desde o advento dessa renovação crítica, a Geografia apresenta-se hoje plural e diversa, sob a égide de um novo paradigma holista, o qual expressa uma gama variada de métodos e abordagens (Moreira, 2009). Sem desconsiderar as profícuas contribuições oriundas das demais vertentes, julgamos que o materialismo dialético segue indispensável, sobremodo no tocante à possibilidade de uma análise crítica, densa e aprofundada do espaço por meio do conceito de paisagem.

Conceber a paisagem como a manifestação sensível do espaço, como estamos propondo, significa antes de tudo entendê-la como o plano do imediato empírico dos fenômenos, sua aparência ou forma, isto é, apenas um ponto de partida necessário para a construção do conhecimento de sua concretude enquanto síntese de múltiplas determinações (Marx, 2008).

6 O autor elenca cinco leis universais e concretas da lógica dialética, quais sejam: 1) interação universal; 2) movimento universal; 3) unidade dos contrários; 4) transformação da quantidade em qualidade; e 5) desenvolvimento em espiral (Lefebvre, 1991).

Corroborando com tal entendimento, Santos recupera um excerto de Darby (1953 *apud* Santos, 1988, não paginado), no qual esse autor argumenta que “se o objetivo do geógrafo é a explicação da paisagem, está claro que ele não pode confiar somente no que vê. A cena visível não nos pode oferecer a soma total dos fatores que a afetam”.

Em um texto seminal publicado originalmente em 1978, no calor da renovação crítica da Geografia brasileira, Moreira (2007) aponta para a mesma direção, ressaltando a necessidade de buscar as essências nas aparências e advogando que a função precípua da disciplina é desvendar “máscaras sociais”, ou seja, desvelar as relações de classe que produzem os objetos e arranjos espaciais, através de uma análise dialética. Nessa análise, como em Santos (1978) e Lefebvre (2006), o espaço geográfico aparece como parte fundamental do processo contraditório de produção social e mecanismo de controle da sociedade, reproduzindo as relações de classe de uma formação econômica e social – ou, como propôs Santos (1977), de uma *formação socioespacial*.

Recuperando o princípio dialético-materialista da totalidade, Moreira (2007) elucida que os objetos ou arranjos de objetos que compõem o espaço geográfico não são entidades autônomas ou soltas, mas compõem a formação socioespacial de que são parte e que, portanto, seus significados só podem ser apreendidos no interior dessa mesma totalidade.

Isso significa buscar “enxergar” as múltiplas determinações invisíveis que produzem aquilo que podemos ver na paisagem, como um enigma a ser decifrado, conduzindo nosso pensamento, por meio de sucessivas aproximações, do plano do abstrato ao do concreto. Santos (1988, não paginado), uma vez mais insiste nesse ponto:

Levando em conta cada pedaço do espaço em particular, muitos fatores de sua evolução não são perceptíveis imediatamente, nem diretamente. O papel de explicação cabe, freqüentemente [*sic*], ao que não é imediatamente sensível, ou seja, aos fatores ‘invisíveis’. As formas modernas de acumulação do capital, as relações sociais cada vez mais complexas e mundializadas e tantas outras realidades que não se podem perceber sem um esforço de abstração, tudo isso exige do pesquisador a necessidade de buscar decifrar, e para isso encontrar instrumentos novos de análise para aplicá-los a uma realidade que, à primeira vista, e de fato, encobre uma parte considerável de suas determinações.

Nesses termos, a análise da paisagem pressupõe realizar a síntese dialética entre o *singular*, o *universal* e o *particular*, o que, para os geógrafos e demais praticantes da pesquisa socioespacial, significa empreender o jogo escalar

partindo do local em direção ao global e retornando novamente ao local, agora ressignificado pelas variáveis da totalidade (Moreira, 2004).

Tomemos alguns exemplos reais para aclarar esse pensamento. Quando avistamos uma grande fábrica, na paisagem de qualquer metrópole, o que vemos não é a fábrica concreta, mas apenas uma forma que esconde em si as determinações e processos de sua existência enquanto elemento social. Não vemos, por exemplo, a intensa divisão social, técnica e territorial do trabalho da qual se origina. Não vemos, igualmente, que enquanto meio de produção ela requer a existência de uma massa de trabalhadores despossuídos aos quais resta apenas vender sua força de trabalho ou, tampouco, o longo processo de formação do mercado concorrencial ou monopolista no qual ela se assenta. Todas essas determinações – e esse é o termo usado por Marx para designá-las –, cuja síntese chamamos de concreto, estão escondidas no plano imediato da paisagem.

O mesmo se pode afirmar em relação a uma área de monocultura de soja, milho, cana-de-açúcar ou eucalipto em meio à paisagem rural do interior. A vastidão de sua extensão homogênea, suas formas geometrizadas e a aparente modernidade técnica ocultam os vetores do processo de especialização regressiva deflagrada desde o início deste século, a partir da reprimarização da pauta exportadora e da reinserção dependente e subordinada da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, consubstanciada por determinações múltiplas e multiescalares, tais como a ocorrência do superciclo das *commodities* (escala global), a implantação do que Svampa (2013) denominou “consenso das *commodities*” na América Latina (escala regional) e do novo desenvolvimentismo como política econômica adotada no Brasil (escala nacional) (Perpetua; Thomaz Junior; Garvey, 2022). Isso sem mencionar a pluralidade de sujeitos e formas sociais outras (povos originários e tradicionais, camponeses etc.), os quais resistem a duras penas nos interstícios dessa recente expansão territorial avassaladora da produção de *commodities* agrícolas (Perpetua, 2020).

É preciso ter em conta, ainda, que a paisagem é sempre transição e movimento, apresentando-se como o resultado provisório de processos cujas temporalidades são essencialmente desiguais. Daí, Ab’Saber (2003) afirmar que a paisagem é sempre uma herança, na qual processos de constituição recente atuam sobre o resultado de processos mais antigos, um entendimento que encontra ressonância no conceito de rugosidade e na definição do espaço como acumulação desigual de tempos, ambos propostos por Santos (1996; 2004). Devemos levar esse fato em consideração, por exemplo, quando observamos a *skyline* de uma cidade, cuja gênese data das últimas décadas ou séculos,

construída sobre o relevo esculpido numa determinada formação geológica ao longo de milhões de anos.

Por fim, observa-se que a paisagem também pode revelar estratégias deliberadas de ocultação ou invisibilização de agentes e práticas, presentes tanto no espaço mesmo quanto nas suas representações (Souza, 2013). Pensemos, por exemplo, em intervenções do tipo “limpeza social” em áreas centrais degradadas das cidades ou mesmo em fotografias cujos ângulos seletivos privilegiam determinados aspectos enaltecendo a paisagem em detrimento de outros, considerados menos desejáveis.

Creemos que os elementos supracitados permitem vislumbrar o potencial do conceito de paisagem para uma análise crítica do espaço geográfico, do qual é, reiteramos uma vez mais, manifestação sensível e plano do imediato empírico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A depender da abordagem teórica e de método, muitos são os conceitos possíveis de paisagem, dentro e fora da Geografia. Lançando mão do método materialista e dialético e concebendo o espaço geográfico como um produto da sociedade que, por sua vez, com ela interage e a condiciona reciprocamente, neste capítulo propusemos compreender a paisagem como sua manifestação aparente e imediata, a qual, contraditoriamente, esconde sua essência como um enigma a ser decifrado.

Um dos desdobramentos lógicos importantes dessa conceituação é o reconhecimento da centralidade do trabalho de campo na pesquisa socioespacial em geral, e para os geógrafos, em particular, uma vez que em campo, caminhando, observando e sentindo a paisagem, pode-se ter contato empírico com o espaço por intermédio da sua manifestação sensível.

Toda paisagem apresenta-se como o resultado transitório da imbricação de um amplo e integrado feixe de processos, alguns dos quais mais inerentes ao meio físico-natural e outros à presença e intervenção humana nesse meio, cujas temporalidades não são coincidentes entre si.

No afã de deslindar a dimensão espacial da realidade, cabe ao investigador crítico a tarefa de pensar a paisagem em articulação a outros conceitos espaciais, tais como o território, a região, o lugar e o ambiente. Com o auxílio do método, ele deve buscar a concretude de cada objeto e arranjo espacial presentes na paisagem como síntese de múltiplas determinações, empreendendo o jogo escalar que constitui a maneira geográfica de realizar a síntese dialética entre o singular (local), o universal (global) e o particular (local

ressignificado), levando sempre em conta os princípios da contradição, mediação e totalidade.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALTHUSSER, Louis. Advertência aos leitores do livro I D'O capital. *In*: MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I – O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

BAZARIAN, Jacob. **O problema da verdade**. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1994.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Ap(re)nder a cidade: concepções de jovens escolares sobre a cidade e suas práticas espaciais*. (Texto não publicado disponibilizado por ocasião de um Seminário de Doutorado ministrado pela autora junto ao PP-GG/Unesp), 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: um conceito-chave da geografia**. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LUKÁCS, George. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. (Texto traduzido por Carlos Nelson Coutinho e não publicado, do manuscrito escrito em 1968 para uma palestra a qual o autor não pôde proferir.)

LUKÁCS, George. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: L.E.C.H., 1979.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, [1859] 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da Economia Política**, Livro I. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

MAXIMIANO, Liz Abad. Considerações sobre o conceito de paisagem. **RA'EGA**, Curitiba, nº 8, p. 83-91, 2004.

- MOREIRA, Ruy. Marxismo e Geografia (A Geograficidade e o diálogo das Ontologias). **GEographia**, Niterói, ano VI, nº 11, p. 21-37, 2004.
- MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.
- MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento Geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2009.
- NEVES, Carlos Eduardo; SALINAS, Eduardo. A paisagem na Geografia Física integrada: impressões iniciais sobre sua pesquisa no Brasil entre 2006 e 2016. **Revista do Departamento de Geografia**, USP, São Paulo, Vol. Esp. – XVII SBGFA/I CNGF – Eixo 6(2017), p. 124-137, 2017.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminhos de construção da pesquisa em Ciências Humanas. *In*: OLIVEIRA, Paulo de Salles. (org.). **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Editora da Unesp; Hucitec, 1998.
- PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PERPETUA, Guilherme Marini. Produção de commodities e pilhagem territorial no Brasil: os riscos para a sociobiodiversidade e a saúde coletiva e dos trabalhadores. **Revista OKARA: Geografia em Debate**, João Pessoa, v. 14, nº 1, p. 169-182, 2020.
- PERPETUA, Guilherme Marini; THOMAZ JUNIOR, Antonio; GARVEY, Brian. Reprimarização e expansão territorial das commodities agrícolas no Brasil: dinâmicas, fatores, escalas e implicações. **Revista da ANPEGE**. v. 18. nº 36, p. 817-844, 2022.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Teoria marxista do conhecimento e método materialista dialético**. Ed. Ridendo Castigat Mores (versão *e-book*). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/junior/1973/mes/90.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2022.
- QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SANDEVILLE JUNIOR, Euler. Paisagem. **Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, nº 20, p. 47-60, 2005.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 54, p. 81-100, 1977.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. *Terra Livre*, [S. l.], n. 5, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/67>. Acesso em: 22 maio. 2024.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 1996.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004.
- SVAMPA, Maristella. “Consensus de los commodities” y lenguajes de valoración em América Latina. **Nueva Sociedad**, nº 244, mar./abr. 2013.
- SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia. **RA’EGA**, Curitiba, nº 7, p. 79-85, 2003.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In*: SAQUET, Marco Aurelio; SPOSITO,

Eliseu Saverio (org.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova**, Barcelona, nº 93, p. 1-10, jul. 2001.

TATHAM, George. A geografia no século dezenove. **Boletim Geográfico**, Ano XVII, n. 150, p. 198-226, mai./ jun. 1959.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria:** ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VITTE, Antonio Carlos. O desenvolvimento do conceito de paisagem e sua inserção na Geografia Física. **Mercator**, Fortaleza, v. 6, nº 11, p. 71-78, 2007.

Capítulo 8

A DIÁSPORA AFRICANA, O BRASIL ATRASADO & O FERIADO DO 20 DE NOVEMBRO

Como fica esta “nova” Geografia?

RAFAEL SANZIO ARAÚJO DOS ANJOS

Foto – Interior de construção tradicional afro-ameríndia no Quilombo de Palmares que resisitu por 1 século no Brasil Colônia. Parque da Serra da Barriga – União dos Palmares – Alagoas



Fonte: Prof. Rafael Sanzio. Projeto GeoAfro/SieAfro. Salvador-BA, 2024.

A Geografia Política do processo de formação territorial da América Latina nos últimos cinco séculos tem sido configurada na sua estrutura social, demográfica e nos lugares segregados no território usado. A captura e configurações das espacialidades constituídas a partir da diáspora são reveladoras dos conflitos seculares no espaço latino-americano, marcadas por estratégias de embranquecimento e práticas facilitadoras de invisibilidades nas esturas oficiais e institucionais. O Brasil assume posição particular por se constituir atualmente na primeira nação demograficamente mais africana fora da África, fruto sobretudo das articulações de abrangência geográfica e refinamento na economia da escravidão com quatro séculos de prosperidade, mas com traumas e violências nos desdobramentos da contemporaneidade brasileira. Na geopolítica do racismo dominante nas nações estamos num momento histórico em que é pertinente “atravessarmos” as fronteiras nos estudos para entendermos os “vizinhos” e suas estratégias também “atrasadas”. Referente ao atraso do nosso país, Aracaty (2024) é direto e emblemático.

O Brasil é ainda um país muito atrasado. É atrasado econômica, social, política e culturalmente. É dramaticamente atrasado em termos educacionais, quando comparado com nações em estágio semelhante de desenvolvimento econômico. Atrasado, portanto, em toda a linha. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, é o maior parque industrial do hemisfério sul do planeta, e uma das dez maiores economias, com mais de vinte cidades ou regiões metropolitanas de um milhão ou mais de habitantes, e 85% da população economicamente ativa em centros urbanos. O Brasil tem a mais poderosa burguesia do mundo na semiperiferia. Tem também o mais poderoso proletariado. Mas a peculiaridade brasileira só se compreende se equacionarmos que mais da metade desta classe trabalhadora é negra, entre mestiços e pretos, indistinta e, implacavelmente, oprimidos (Aracaty, 2024, p. 1).

Nessa direção, a categoria geográfica do território continua sendo a grande instância reveladora das incongruências espaciais, principalmente as visibilidades e invisibilidades no espaço, ou seja, os aceitos pelo sistema dominante e os invisibilizados que têm correspondência aos que não devem ser representados na cartografia e na paisagem oficial. Nesse sentido, a espacialidade da exclusão e do conflito secular na nação brasileira é o que tratamos aqui e propomos outras representações, leituras e interpretações do espaço, onde a complexidade conflitante da África existente-resistente no país seja considerada devidamente. Lembramos que no conceito de território estão agregados os sentimentos de apropriação de uma porção do espaço, assim como quanto ao seu limite, a sua fronteira.

Entendemos que o território é o suporte da existência humana! Ele é na sua essência um fato espacial e social secularmente atrelado a uma dimensão política, permeado

de identidade, possível de categorização e de dimensionamento. Nesta direção, no território afro-brasileiro estão gravadas as referências culturais e simbólicas das matrizes da África na sua coletividade, ou seja, é o espaço multi-escalar (cadastral, urbano, municipal, regional e nacional) construído e materializado a partir das suas referências identitárias e de pertencimento territorial, onde a sua população tem um traço de origem étnica e social predominante (Anjos, 2020, p. 25).

Importante lembrar que no processo de leitura, interpretação e representação do território, os mapas são efetivamente ferramentas eficazes, possibilitando revelar as construções sociais e feições naturais do espaço e, por isso, mostram os fatos geográficos e os seus conflitos. Estes são imprescindíveis por constituírem uma ponte entre os níveis de observação da realidade e a simplificação, a redução e a explicação, além de fornecerem pistas para a tomada de decisões e soluções para a governança.

Nesse sentido, “a cartografia afro-brasileira é sobretudo uma ferramenta estratégica básica para a cidadania negada secularmente, uma vez que este instrumento de certa maneira ‘fala’ e torna ‘visível’ o ‘Brasil Africano’ que muitos e muitas não querem ‘ouvir’ e nem ‘ver’, mas é possível a sua construção e existência! Por isso a cartografia não é somente um desenho: ela produz documentos, ou seja, pode mostrar como a sociedade funciona, como andam a casa, a rua, o bairro, a cidade, o município, o estado, a nação, onde estão os excluídos e os incluídos no sistema” (Anjos, 2020, p. 26).

Tomamos como premissa que tratar a África Brasileira no contexto espacial, buscando reconhecer, valorizar e superar os racismos sistêmicos e institucional existentes é ter uma ação sobre um dos mecanismos fundamentais na manutenção da exclusão territorial e social secular na América Colonial e no Brasil Escravocrata, ainda dominantes. Neste *paper* buscamos auxiliar na ampliação dos conhecimentos e das informações sobre as referências espaciais das territorialidades de matriz oriundas da África, resistentes, sobreviventes e de resgate com um foco no Brasil Africano e ações institucionais em nível nacional. Este trabalho busca, de tal forma, trazer os elementos fundamentais para o entendimento das configurações multiescalares existentes e abordar o modelo perverso da governança “branca” recorrente, assim como sinalizações e perspectivas de gestão antirracistas junto aos territórios de matriz africana. Algumas referências sobre a geopolítica do modelo institucional da diáspora e da Geografia Africana na América e no Brasil são tratadas a seguir.

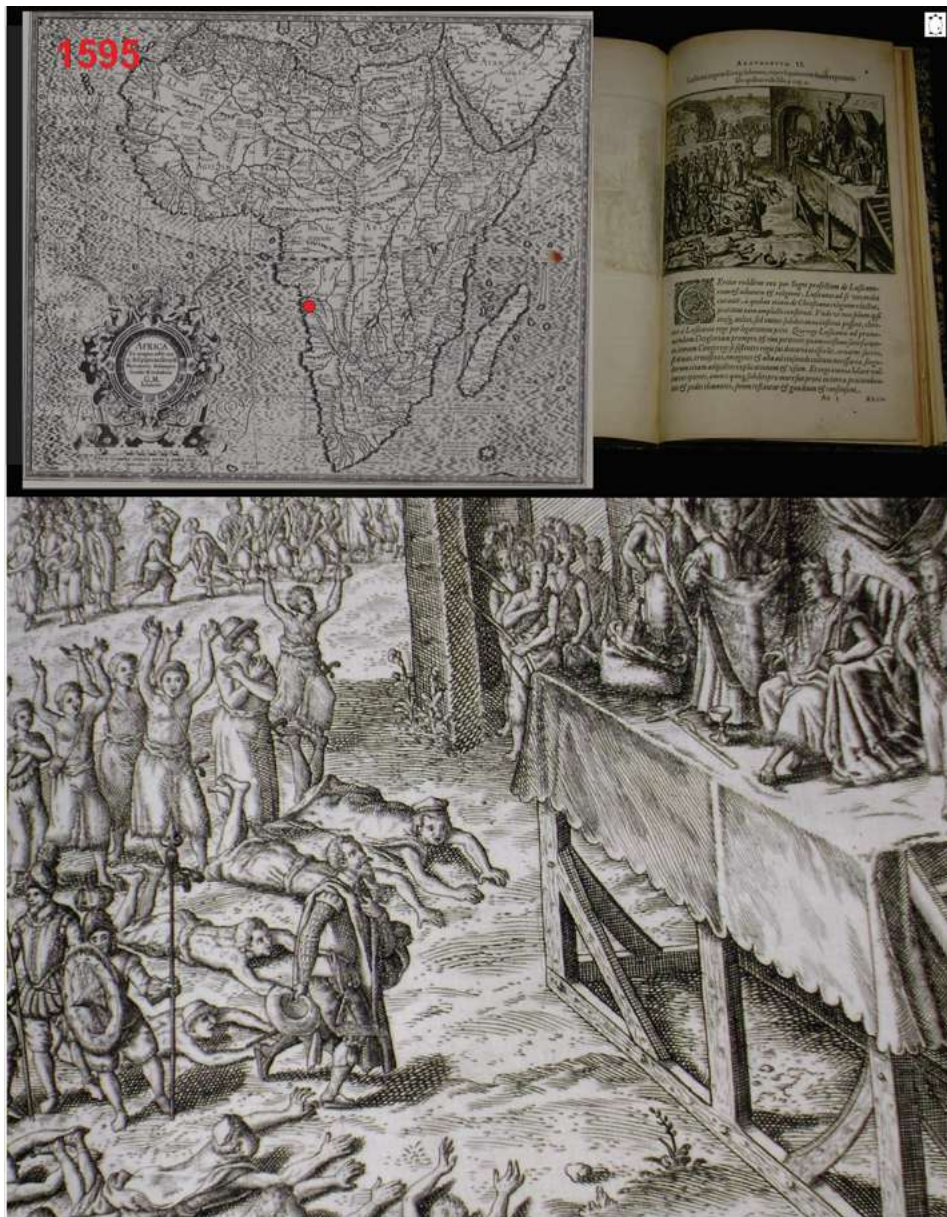
POR QUE A NAÇÃO CONTINUA COM DIFICULDADES PARA “VER” E “ENXERGAR” E DAR “LUGAR” AO BRASIL AFRICANO?

As “invasões territoriais” da Europa Moderna ocorridas no “Novo Mundo” durante os séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX são marcadamente estruturadas para outra configuração cartográfica e geográfica do globo, sobretudo pelas “apropriações” dos territórios desconhecidos oficialmente e incorporados às “novas” fronteiras constituídas e impostas e à evolução significativa das técnicas. O continente europeu, com seu território de dimensões reduzidas, pobreza mineral e uma população insuficiente para ocupar e produzir nas “novas terras descobertas” vai encontrar nessas mesmas terras os fatores de produção que lhe são escassos. Esse período vai coincidir com o início do Renascimento, no qual a atividade mercantil vai abrir caminho para a Revolução Industrial e para o Capitalismo. Esse período da história dos seres humanos vai ter uma caracterização básica de configurar uma nova fase nas relações entre eles e com a natureza.

A gravura de 1598 na representação da **Figura 1** mostra os navegadores portugueses chegando com reverência ao Reino do Congo, no qual o Rei é reverenciado pelos “estrangeiros”, num primeiro momento. Entretanto, esta aparente cordialidade se tornará a maior desestruturação territorial e das sociedades registradas nos últimos 1.000 anos na África Austral.

A dinâmica continental dos fluxos econômico-comerciais do século XV ao XIX caracterizaram o triângulo formado pela Europa, pela África e pela América, que tinham o Oceano Atlântico como grande espaço de ligação e por seus mares navegavam as mercadorias da Europa, do Oriente, das colônias e os “navios negreiros” que saíam da rede de portos europeus e da costa e contracosta do continente africano para o “mundo cheio de selvagerias”. Importante registrar que as notícias da riqueza do continente africano chegam à Europa Moderna de diversas formas, e uma delas é através do Atlas Catalão (1335), que mostra nas suas representações do norte da África o Rei do Mali, Mansa Muça, com uma pepita de ouro, fato que vai aguçar a cobiça e as ações que vão se processar nos diversos reinos da Península Ibérica visando a dominação, os seus enriquecimentos e as consolidações dos seus Estados.

Figura 1 – Gravura da chegada dos portugueses diante da chefaria (rei) no Reino do Congo, no livro de Johannes Theodor De Bry, Frankfurt, *Regnum Congo*, 1598 (1ª latim edition)



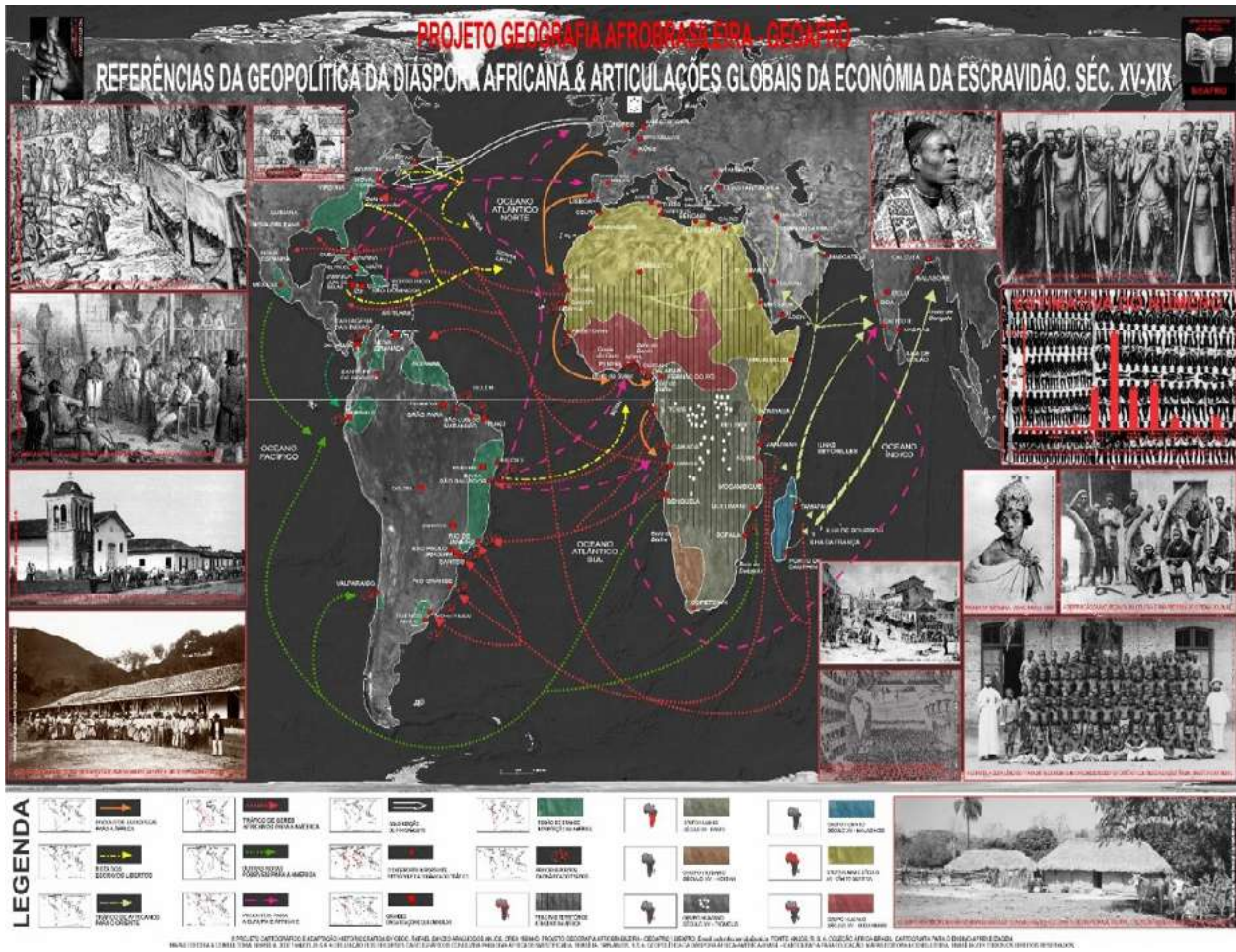
Fonte: Projeto Geografia Afrobrasileira – GEOAFRO, 2024.

A representação cartográfica da **Figura 2** mostra as dinâmicas da diáspora africana, sobretudo a configuração do triângulo de ligação continental, as grandes manchas de ocupação nas faixas litorâneas do Novo Mundo, os indicadores dos fluxos e das concentrações de povos africanos nas metrópoles coloniais, assim como o conjunto dos registros fotográficos nos aproxima das realidades e dos fatos ocorridos neste processo secular de dominação, subjugo, enriquecimento dos Estados europeus, formação de novos Estados na América, constituição das novas relações com a natureza e com os seres humanos inferiorizados, dentre outros componentes da complexidade desse período da história e da geografia global. Merecem atenção particular as transferências tecnológicas africanas que vão ser apropriadas e adaptadas para a Economia da Escravidão nas colônias, as resistências territoriais com a pulverização de quilombos e as sobrevivências culturais, como as religiões de matriz africana presentes de forma secular.

No processo de formação territorial da América esses fatos geográficos seculares revelam uma crescente consolidação da sociedade escravagista, mesmo com o desenvolvimento paralelo dos conflitos político-territoriais e as contradições socioeconômicas. Os trabalhos dos povos escravizados eram a força de criação, de valor e os estímulos para a constituição dos mecanismos para ampliar o ritmo de trabalho e a exploração da natureza. Estas são as premissas básicas do Escravismo Industrial instaurado pelo Brasil com eficácia e reprodução em outras colônias. Na América estruturada pelo Sistema Escravocrata pulverizada de contradições evidentes e crescentes, o quilombo significava a expressão espacial concreta e mais significativa dos conflitos junto ao sistema dominante e era uma reconstrução e elaboração de um tipo de organização territorial existente na África Bantu (Austral) que vai se consolidar no território.

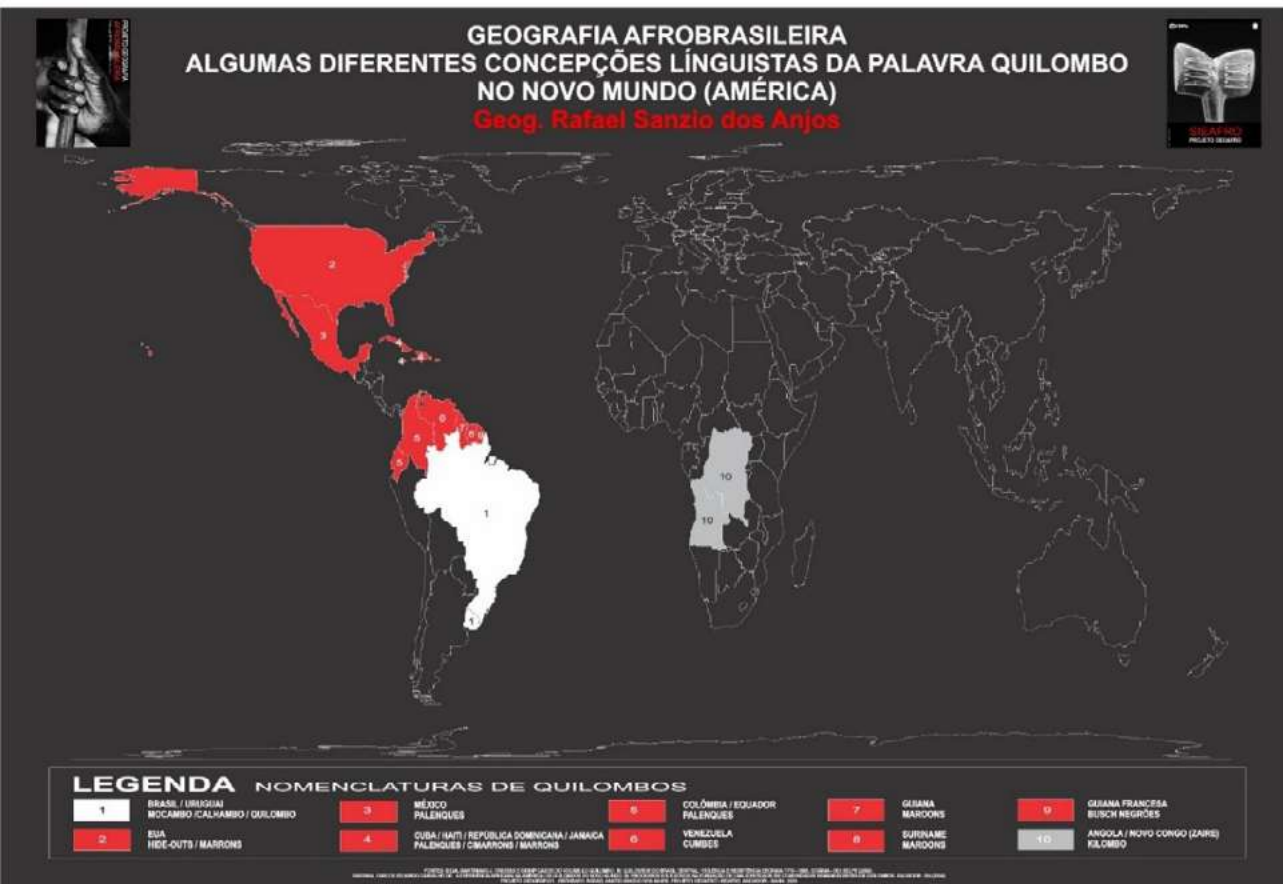
Estes sítios de origem africana eram um fato espacial de extensão continental na América e tinham o desejo coletivo de resistir à sociedade da opressão e da exclusão perversa. Vão surgir milhares desses sítios, de norte a sul do território americano. Na Colômbia, no Equador, no México e em Cuba são os *Palanques*; *Cumbes* na Venezuela; *Marrons* no Haiti, nas Ilhas do Caribe “Francês”, no Suriname, nos Estados Unidos e Jamaica; *Cimarrons* em diversas partes da América “Espanhola”; *Marrons* nas Guianas e *Bush Negrões* na Guiana “Francesa” (Anjos, 2010, p. 35).

Figura 2 – Referências da geopolítica da diáspora africana e articulações globais da economia da escravidão – séculos XV – XIX



Fonte: ANJOS, Rafael Sanzio A. Geopolítica da Diáspora África-América-Brasil. Séculos XV-XIX. Cartografia para Educação. Brasília DF. Mapas Editora & Consultoria. 2014. Atualização e Projeto Gráfico. ANJOS, Rafael Sanzio A. SieAfro – Projeto GeoAfro – CNPQ. Salvador-BA, 2014.

Figura 3 – Algumas diferentes concepções linguísticas da palavra quilombo no novo mundo (América)



Fonte: ANJOS, Rafael SanzioA. Quilombos: Geografia Africana – Cartografia Étnica – Territórios Tradicionais. Brasília DF. Mapas Editora & Consultoria, 2010.

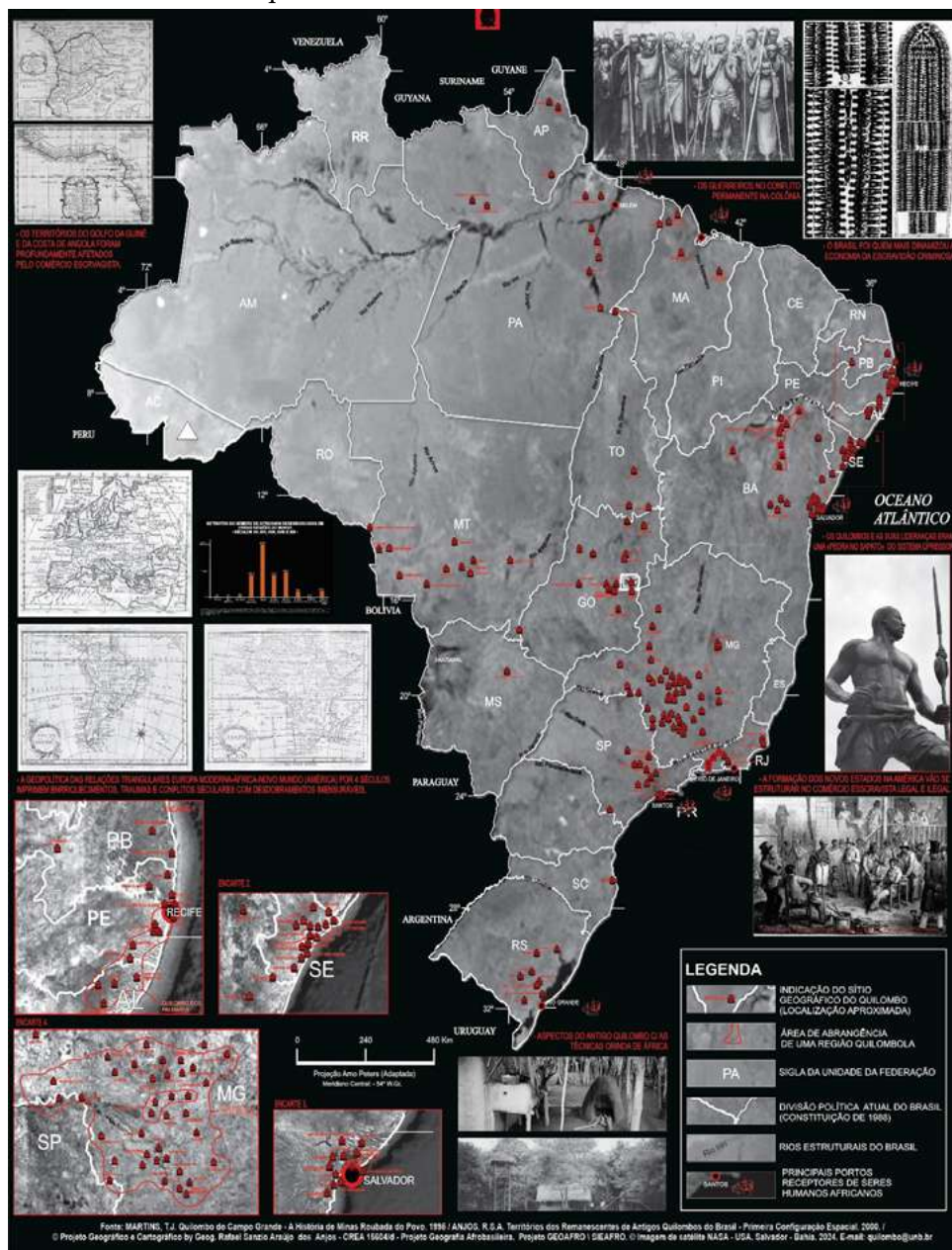
As cartografias, fotografias, gráfico e registros documentais da **Figura 4** reconstituem algumas referências do sistema escravocrata, destacando o espaço dos quilombos ancestrais, ou seja, os mais antigos territórios de resistência africana no Brasil Colonial. Nesse sentido, o quilombo africano e o quilombo americano apresentam semelhanças fundamentais. Esses sítios africanos no Novo Mundo eram um fato espacial de extensão continental e tinham um desejo coletivo de resistir à sociedade de opressão e exclusão. No Brasil Colonial esses territórios étnicos organizados, independentes e numerosos eram uma ameaça à estabilidade da classe senhorial e, justamente por isso, foram duramente reprimidos, estimulando a criação de capitães do mato e das expedições para destruição dos seus territórios.

Apesar de no Império do Brasil ocorrer em 1850, a primeira metade do século XIX caracterizou-se pelos vários tratados visando abolir o tráfico negreiro das ações de resistência colonial. Pelo quadro de ilegalidade e clandestinidade, os dados estatísticos dos movimentos demográficos são imprecisos e por pressões geopolíticas europeias esse é o período em que são desfeitas as ligações bilaterais entre os continentes africano e americano (Anjos, 2020, p. 35).

A primeira metade do século XIX é marcada pelos vários conflitos territoriais, sócias e tratados visando abolir o tráfico negreiro junto às resistências coloniais portuguesas e espanholas. O quadro de ilegalidade e clandestinidade com estatísticas imprecisas e as pressões geopolíticas europeias marcam esse período em que as ligações bilaterais são desfeitas entre o continente africano e o americano. Com processos distintos, sobretudo pela estruturação da Geografia da Estrutura Católica portuguesa e espanhola na América Latina Colonial, os dinamismos nas fronteiras das formações dos estados apresentam configurações distintas nesse século, sobretudo pelos diversos movimentos sociais libertários envolvendo populações africanas e de descendentes, povos originários e mestiços identificados com as questões da dominação escravocrata e seus conflitos.

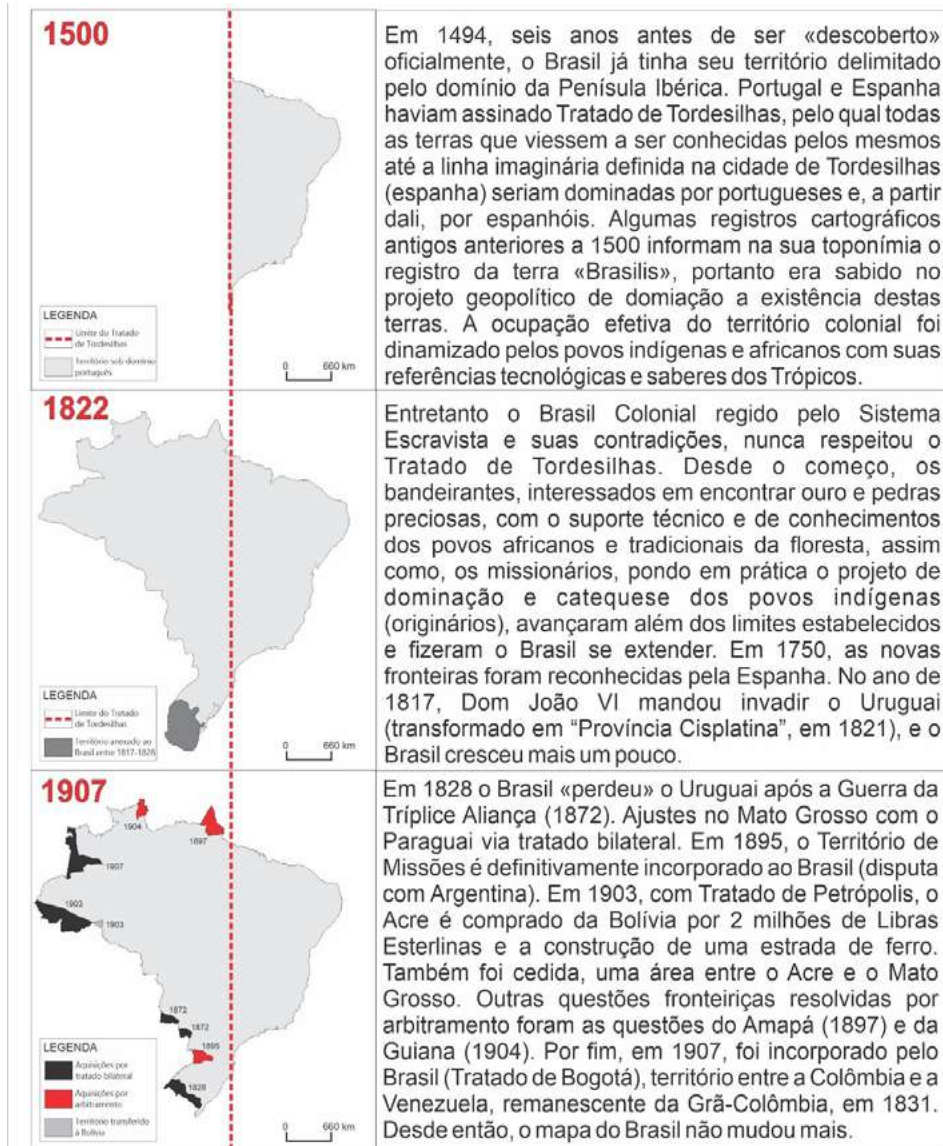
A **Figura 5** sintetiza a cartografia da dinâmica da formação das fronteiras político-administrativas do Brasil Colonial desde o marco inicial do Tratado de Tordesilhas em 1500. Todo o processo de expansão das fronteiras brasileiras tem a presença historiográfica (não registrada devidamente) dos povos africanos e descendentes e dos originários. Todo o processo de ocupação efetiva do território até a linha imaginária de Tordesilhas e além dela vai ser efetivado a partir dos conhecimentos, saberes e tecnologias dos distintos grupos étnicos da África e, de igual maneira, dos povos indígenas.

Figura 4 – Brasil colonial, o sistema escravista e os quilombos ancestrais – séculos XVI – XIX



Fonte: Elaboração: Geog. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. Projeto GeoAfro. Salvador-BA, 2024.

Figura 5 – Modelagem gráfica da dinâmica da formação das fronteiras político-administrativas do Brasil Colonial-Imperial-República. Séculos XIX-XXI



Fonte: Elaboração: Prof. Dr. Rafael Sanzio A. Anjos. Projeto GeoAfro / SieAfro Salvador – Bahia, 2024.

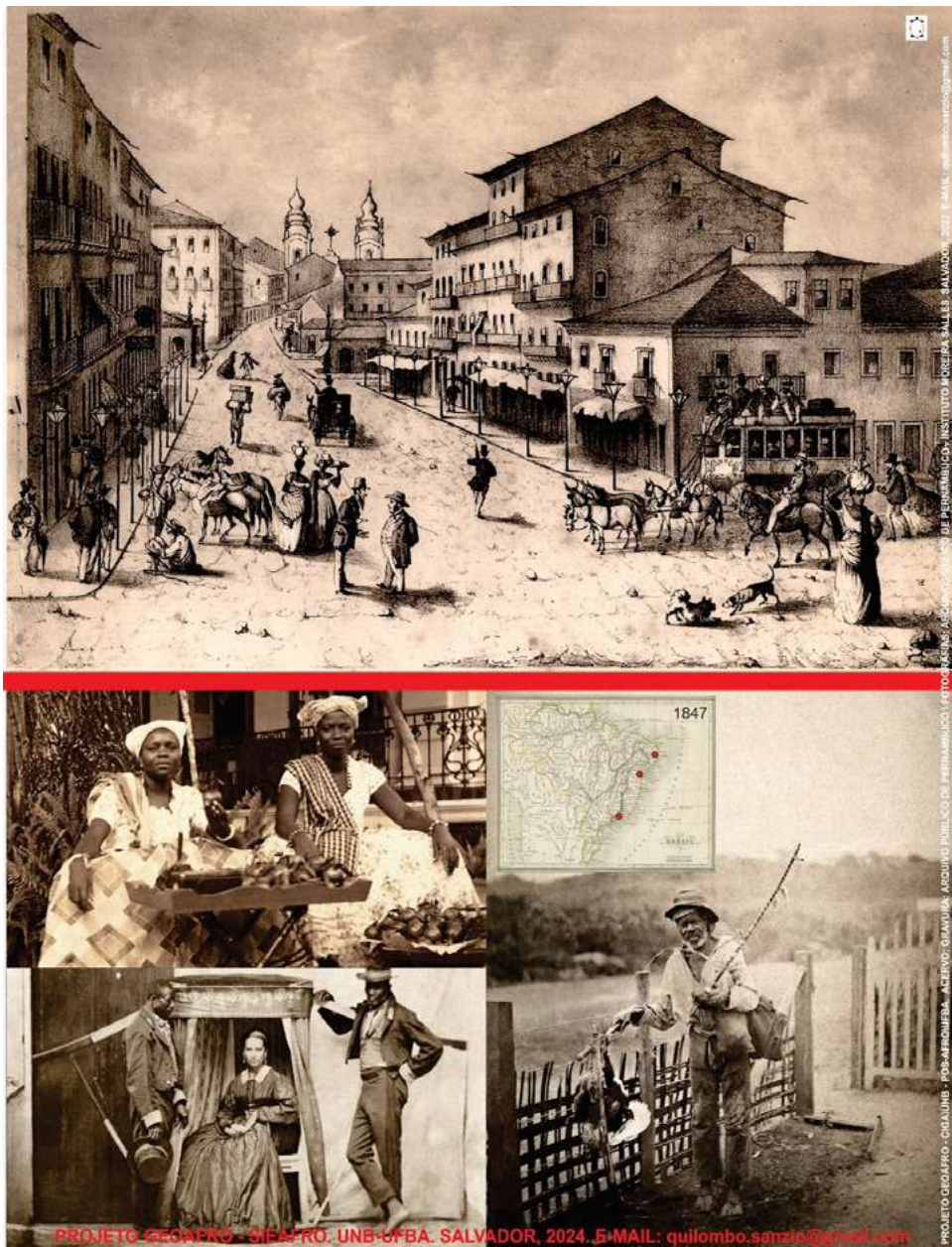
O Brasil, por mais de seis décadas, e os Estados Unidos, por quase um século, continuaram oficialmente escravistas depois das suas independências. O Estado brasileiro vai se desenvolver nesse contexto de fragilidade geopolítica, apostando na dominação e exploração violenta dos territórios e dos povos inferiorizados, institucionalizando a ineficiência nas ações governamentais, restringindo o acesso à educação, à cultura, à informação e à saúde.

O fim institucional da escravidão visou sobretudo a consolidação da Geografia Oficial das Desigualdades ao “engessar juridicamente” uma estrutura de privilégios seculares e constituir oficialidade na hipocrisia e invisibilidade do Brasil Escravocrata Criminoso (ver os registros das paisagens na **Figura 6**). O Brasil Imperial Escravocrata vivia na ilegalidade do tráfico, silenciada pelos grandes proprietários das fazendas com o aval do Estado-Nação em nascimento.

Dessa forma, as leis não eram aplicadas, consolidando uma cultura da “Lei pra Inglês Ver”. Nesse sentido, alguns marcos legais são estruturais para o entendimento e explicação do Brasil desigual que vai se cristalizar ao longo destes últimos 200 anos, expresso na marginalidade espacial nos territórios usados e praticados. São as seguintes:

- a) A Lei Feijó (1831), que proibia claramente o tráfico de seres humanos africanos, mas que ficou conhecida como “Lei pra Inglês Ver” pelo não cumprimento pelo Império. Política de Estado: negligência e invisibilidade das matrizes africanas e da escravidão. Principal dano existencial: insegurança e desconfiança na população afro do Brasil. Tempo: 193 anos, ou seja, quase dois séculos dessa “energia” de receio e seriedade com as demandas jurídico-legais afrobrasileiras na nação. Um exemplo emblemático são as dificuldades na implementação da Lei nº 10.639 (2003), que obriga o ensino nas escolas e no calendário escolar da história e da cultura negra no país.
- b) A Lei nº 001, de 1837, que institucionalizava que os africanos e seus descendentes não podiam estudar e proibia-os de frequentar escolas públicas. Política de Estado: impedir a educação e o não conhecimento do povo africano e seus descendentes. Principal dano existencial: impedimento de ascensão social (cidadania plena). Tempo: 187 anos e ainda na primeira metade do século XXI, as demandas para cotas na Graduação e Pós-Graduação, assim como as cotas em concursos públicos e para professores(as) nas universidades, ainda estão na ordem do dia.

Figura 6 – Paisagem geográfica do cotidiano nas metrópoles coloniais do Brasil Africano



Fonte: Elaboração. Geog. Rafael Sanzio dos Anjos. Projeto GeoAfro/SieAfro. Salvador-BA. 2024

c) A primeira Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), que

- tinha como premissa geopolítica inviabilizar a possibilidade de propriedade e compra-aquisição de terras para os povos africanos e seus descendentes. Política de Estado: formalização do não lugar e da inexistência territorial. Principal dano existencial: falta de “raiz” e pertencimento. Tempo: 169 anos, ou seja, as dificuldades institucionais no sentido largo para resolver questões de regularização fundiária de territórios quilombolas e de terreiros religiosos de matriz africana no Brasil é um fato incontestável de como esta Lei Imperial ainda é vigente.
- d) A Lei Saraiva Cotegipe (1885), que traz imposições para analfabetos não votarem e não terem lugar na política. Política de Estado: exclusão formalizada da política e na representação no governo das matrizes africanas. Principal dano existencial: inferiorização e não se ver representado(a). Tempo: 139 anos, ou seja, ao verificarmos as recentes disputas para assegurar candidaturas negras e conseguir o percentual dado por lei para elas, revelamos o quanto esta velha lei de mais de um século ainda é viva.
- e) A Lei do 13 de Maio (1888), que extingue o Sistema Escravista no Brasil (Lei nº 3353), tem apenas dois artigos: 1º Declara a extinção da escravidão no Brasil a partir daquela data; e 2º Revoga as disposições em contrário. Não é feita nenhuma menção de reparação/apoio/suporte aos africanos, africanas e descendentes pelos quase quatro séculos de sistema escravocrata oficial. Política de Estado: oficialização e normalização do racismo sistêmico no território, na estrutura social e em todas as outras instâncias do sistema dominante. Principal dano existencial: inexistência, não lugar, autonegação, conflito sistêmico com a realidade. Tempo: 136 anos, e nunca esteve tão evidente o racismo crescente na nação mais africana fora da África. Este paradoxo é o principal desafio da população afro-brasileira e do Estado com uma democracia ainda incompleta.
- f) A Lei da Vadiagem (1890), que institucionaliza a violência e sua naturalização, ou seja, a formalização do Estado Policial. Política de Estado: oficialização e naturalização do Estado de Polícia e estímulo para o extermínio da população negra jovem. Principal dano existencial: contexto de medo permanente da população de matriz africana no país. Tempo: 134 anos e, assustadoramente, as elevadas estatísticas das mortes de jovens negros e negras nas grandes cidades do país é um fato recorrente, ou seja, a lei de mais de um século continua em vigor.

- g) A “Política de Embranquecimento” desenhada a partir dos resultados do 1º Censo Demográfico (1872) e oficializada pelo Estado brasileiro no Congresso Internacional das Raças (Londres, 1911), no discurso do seu representante político, são referências jurídico-temporais que visavam promover a extinção do povo de matriz africana pela fome, deseducação, desterritorialidade e inexistência no sistema dominante. Política de Estado: pardarização e embranquecimento ideológico imposto na população de matrizes africana e indígena no país. Principal dano existencial: conflito identitário do ser humano. Tempo: 152 anos de descaracterização das identidades da população excluída sistematicamente do sistema dominante. Este se configura como o problema mais estrutural da identidade e do pertencimento nacional.
- h) Ainda como desdobramento dessa “Velha República Escravocrata”, temos em 1968 a chamada “Lei do Boi”, que institucionaliza cotas estudantis para os filhos dos fazendeiros do Brasil contemporâneo de mentalidade colonial. Política de Estado: o Brasil não é contra cotas, mas cotas para negros não. Principal dano existencial: continuar impedindo as possibilidades da população de matriz africana ascender no sistema com uma cidadania mais plena. Tempo: 56 anos, ou seja, os filhos e filhas de fazendeiros que entraram na universidade pública por cotas há meio século estão neste momento com uma faixa etária entre 70 e 80 anos, e muitos com assento oficial na estrutura política (deputado ou senador) da nação. Aí reside o medo fundamental das resistências com a expansão das cotas raciais para negros(as).

O Brasil “formal-oficial” tem 523 anos, dos quais 61,2% como Colônia (1501-1821), ou seja, anos, décadas e séculos marcados pelo Sistema Escravista Criminoso; 12,9% como Império (1822-1889) estruturado em uma Monarquia Escravocrata; 13,9% de República Oligárquica sustentada na herança da escravização das pessoas africanas e descendentes (1890-1963); 4,4% de Ditadura Militar baseada na repressão, invisibilidade e extermínio (1964-1985); e 7,6 % de República Democrática (1986-2024), ou seja, uma experiência de Estado recente de uma democracia inacabada e em processo de consolidação (Brasiliana Iconográfica, 2024).

Estas referências do geodireito mostram por que o Brasil vai se manter com um pensamento social dominante preconceituoso, pautado num conceito errôneo generalizado na nação continental até os dias atuais, materializado em ações discriminatórias em praticamente todos os segmentos da sociedade. Importante o reconhecimento da sobrevivência e manutenção desta geopolítica conservadora no Brasil, que deixou

o período escravocrata “zangado”, portanto resistente e contrário na sua maioria a deixar as regras dos privilégios institucionais e sociais do sistema político-econômico-social. Esta resistência não resolvida de cinco séculos ainda se configura de forma predominante na sociedade atual e no território multiescalar contemporâneo com um racismo estrutural e institucional, ou seja, uma crença comportamental de seres superiores (existentes, visíveis e oficiais) e inferiores (inexistentes, invisíveis e marginais) (Anjos, 2020, p. 39).

Algumas considerações referentes às políticas de Estado implementadas no Brasil visando invisibilizar as populações de matriz africana e as suas referências identitárias, culturais e territoriais como Política de Estado demográfica são tratadas na seção a seguir.

A “PARDARIZAÇÃO” COMO POLÍTICA DE ESTADO NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

Importante a lembrança de que a história oficial e a governança da maioria dos países da América Latina ainda continuam associando à população de matriz africana uma imagem de “escravizados”, aos quilombos sempre como algo do passado e aos territórios de matriz africana uma invisibilização permanente e preconceitos. A estratégia básica é “olhar” o espaço geográfico como se estes não fizessem parte da vida contemporânea das nações, implementando sistematicamente uma estratégia de “inexistência” social e territorial. No Brasil, o país mais acabadamente escravista do continente americano, este contexto é emblemático.

A Geografia Oficial, ou seja, a Geografia que o Estado brasileiro tem desenvolvido ao longo dos seus cinco séculos de existência formal no sistema global, vai se operacionalizar sobre esse contexto duradouro de dominação e exploração dos territórios e dos povos subjugados e inferiorizados, apostando portanto nas desigualdades, na ineficiência das ações governamentais, restringindo o acesso à educação e à saúde e exigindo obrigações dos segmentos menos favorecidos. Mesmo com essa Geopolítica Colonial de proteção da classe que detém o capital e os meios de produção, o Brasil era e continua extremamente frágil porque dependia e depende da força de trabalho dos povos africanos e tradicionais da floresta para se manter. É oportuno lembrar que fomos a Colônia que mais importou forçosamente seres humanos africanos de distintas matrizes étnicas e os últimos a sair do sistema escravista na América, resolvido institucionalmente com a assinatura da Lei Áurea (1888), devido a pressões internacionais e num contexto interno de tensão entre segmentos com interesses distintos da sociedade dominante e com desdobramentos traumáticos na sociedade e no território brasileiro nesses 133 anos “carregando” as referências do escravismo criminoso (Anjos, 2019, p. 80).

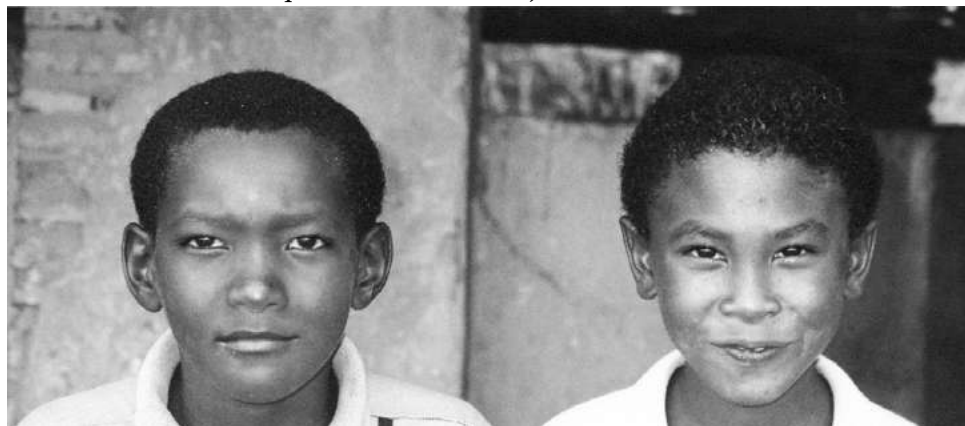
A demografia do Brasil Africano ainda continua sem uma resposta e representação adequada nestes dois séculos. Isso porque os critérios de aferição racial oficiais levam à subestimação do número real de cidadãos de matriz afro-brasileira que integram o país. No Censo realizado em 1872, a “cor da pele” definia lugares na sociedade colonial-imperial, nas quais grupo étnico e condição social estavam indissociavelmente ligados. Essa herança colonialista sofreu pequenos ajustes ao longo do século XX, mas se mantém da essência no século XXI. O organismo responsável pela contagem e caracterização étnica, social e econômica do país é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que continua agrupando os indivíduos em brancos, pretos, amarelos e pardos, considerando brancos, pretos ou amarelos os que assim se declaram e os “outros” ficam classificados como pardos. Recentemente, essa instituição inseriu o grupo dos “índigenas” e “quilombolas”, ou seja, o método de aferição “imperial” não sofreu mudanças estruturais e continua mantendo a perspectiva de uma política de “embranquecimento” na qual a população “parda” é a que mais cresce ao longo da série histórica dos dados, conforme está expresso no gráfico da **Figura 7**.

Estas referências do geodireito mostram por que devemos assumir que a população considerada como “parda” no histórico dos censos é de fato o contingente que tem graus diferenciados de ascendência africana e fica evidente que a população do Brasil com referência no continente africano não é minoria, e sim maioria. As estratégias em curso de ampliação da deseducação e consolidação das referências de “minorias étnicas e raciais” são componentes que visam consolidar o processo de embranquecimento do Brasil Escravocrata, desenhado pelas elites “brancas” e pelos “Brasis” Colonial, Imperial e Republicano (Velho e Novo) como política de Estado e não de Governo para a manutenção do Brasil desigual e racista (Anjos, 2018, p. 170).

A representação estatística mostra a evolução das populações preta e parda do Censo realizado em 1940 até o mais recente (2022) e algumas constatações são relevantes: “1. A timidez do crescimento da população preta, secularmente associada a um contingente escravizado e inferir revela como o racismo e a mentalidade colonial persistem na sociedade brasileira. 2. O crescimento espetacular dos pardos ao longo de todas as décadas computadas. É um fenômeno! Por que será!? Lembramos que associada ao “pardo” está a indefinição da sua identidade, do seu lugar na sociedade, da sua referência ancestral, em síntese, da sua territorialidade. Não podemos deixar de lado o que nos lembra o ditado popular: “De noite todos os gatos são pardos. São milhares de homens, mulheres, crianças e idosos que sentem internamente, que não existe, ainda, um lugar definido na estrutura social do país” (Anjos, 2018, p. 145)

Neste gráfico verifica-se o tímido aumento no crescimento da população declarada preta ao longo da série histórica, fato revelador do racismo sistêmico praticado na nação. Entretanto, nos anos 2010 e 2022 (último Censo IBGE), verificam-se aumentos na população que se autodeclara preta, contexto que sinaliza para os esforços realizados nos distintos níveis da educação por entidades representativas, movimentos organizados e políticas públicas pontuais nesses períodos, como a implementação da Lei nº 10.639 e políticas públicas assertivas. Em 2022, mais de 10% do país continental se autodeclararam pretos e a população parda que apresentava um gráfico de ascensão crescente se retraiu!

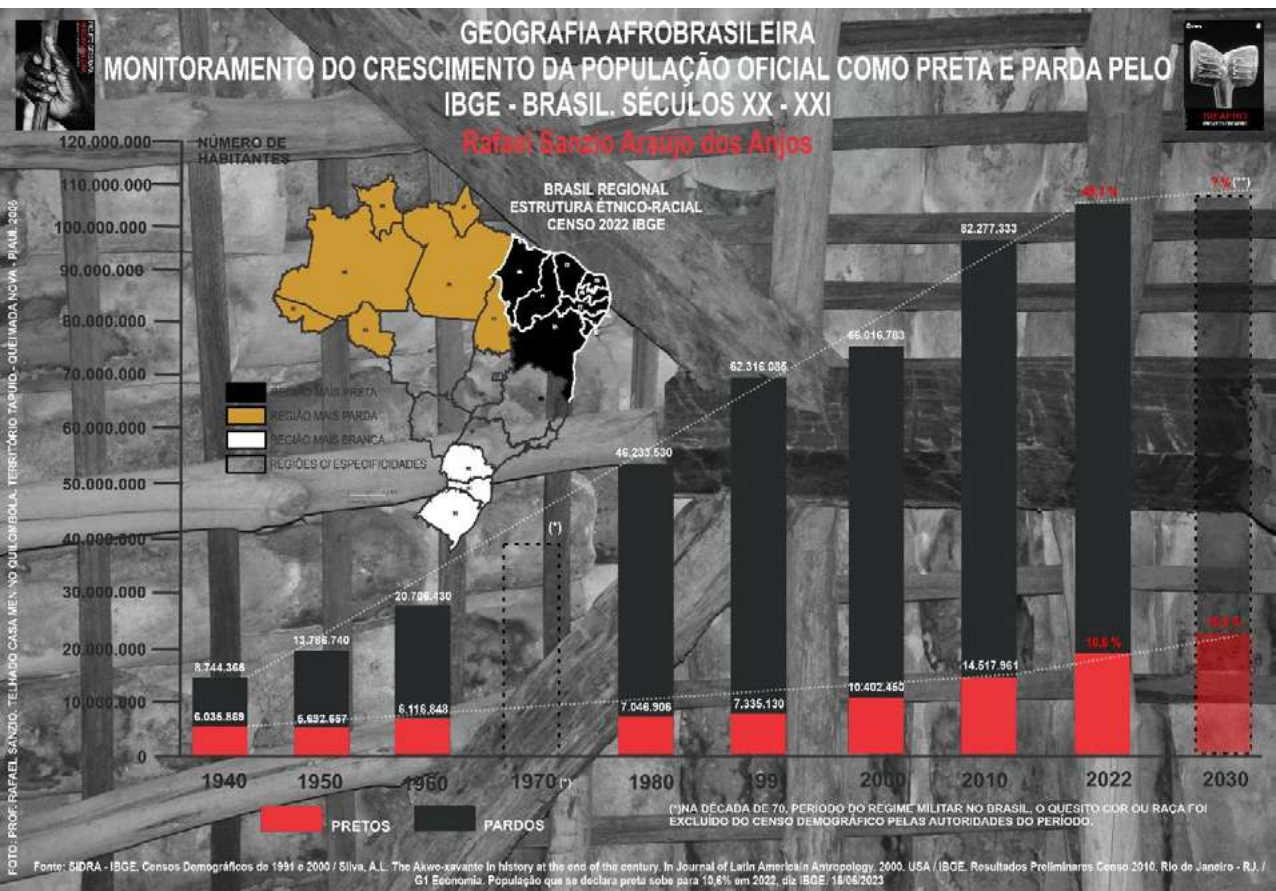
Foto 1 – Meninos quilombolas. Conceição dos Caetanos – Ceará (2006).



Fonte: ANJOS, Rafael Sanzio A. Quilombos: Geografia Africana – Cartografia Étnica – Territórios Tradicionais. Brasília-DF: Mapas Editora, 2010.

Na Figura 7, o mapa com a estrutura étnico-racial por regiões geográficas do IBGE mostra no país que a Região Nordeste é a que mais se autodeclara preta; a Região Norte a mais parda e a Região Sul a maior de população auto-declarada branca. Esses fatos estatísticos sinalizam a necessidade de estratégias assertivas do Brasil Africano para que no próximo Censo (2030) a população preta seja mais expressiva e o processo de embranquecimento em curso há 150 anos seja sustado e uma nova ordem étnico-racial possa se configurar no país.

Figura 7 – Monitoramento do crescimento da população oficial como preta e parda pelo IBGE– Brasil. Séculos XX – XXI



Fonte: ANJOS, Rafael Sanzio A. Mapeamento dos Terreiros do Distrito Federal 1ª Etapa – Cartografia Básica. Instituto Baobás, Brasília, 2018/Projeto GeoAfro UFBA/UnB, Salvador, 2023.

Esse processo geopolítico desenvolvido no Brasil vai se processar com gradientes diferentes, mas com estratégias muito parecidas nas nações da América Latina. A Figura 8, a seguir, mostra os censos demográficos realizados em seis países latino-americanos e algumas constatações básicas são bem evidentes:

- a) A forma de nominar as populações de matriz africana nos países é um primeiro indicador a ser verificado: Na Argentina é usada a expressão “afrodescendente”, que pode ser qualquer ser humano de ascendência africana em um espaço da diáspora africana (América, Europa e Ásia), ou seja, ele ou ela não tem um país de referência. Essa denominação também é usada na Costa Rica, assim como “negros” (que podem ser de qualquer país associado à diáspora). A Bolívia usa “afro-bolivianos”, assim como o Chile e o México, denominando “afro-chilenos” e “afro-mexicanos”. O Brasil, como o Haiti, usa a expressão “pretos” como uma associação explícita para uma cor de pele. Entretanto, o Haiti junta os “mestiços” e os “brancos”, e o Brasil separa “pardos” de “brancos”.
- b) Os números baixos nas estatísticas das populações de matriz africana nos países computados nestes exemplos não estão muito diferentes das outras nações do continente latino. Dessa forma, a constatação básica da política de “embranquecimento” em curso é um fato constatado nos registros.
- c) Além do método de aferição, existe o fato da periodicidade dos censos, na maioria com irregularidade, e esse componente é um fator fundamental para fragilidades e descontinuidades nas políticas públicas e privadas reparatórias.

As estratégias em curso de ampliação da deseducação e consolidação das referências de “minorias étnicas e raciais” são componentes que visam consolidar o processo de embranquecimento dos povos de matriz africana na América Latina, desenhado pelas elites “brancas” e dos países de mentalidade e prática colonial, imperial e republicana como política de Estado e não de Governo para a manutenção dos contextos estruturais desigualdade e racismo.

Mesmo com as resistências e sobrevivências, nos piores lugares da sociedade e do território, com algumas exceções, estão as populações afro-latino-americanas. Dessa maneira, ser descendente do continente africano nos países secularmente continua sendo um fator de risco, um desafio para manutenção da sobrevivência, um esforço para ter visibilidade no sistema dominante e, sobretudo, colocar uma energia adicional para ser/estar inserido no território. Nesse sentido, Vargas deixa claro que nós “negros vivenciamos a violência não

em razão do que fazemos, mas por causa de quem somos, ou, melhor, de quem não somos. A violência gratuita equivale a um estado de terror que é independente de leis, direitos e cidadania” (Vargas, 2017, p. 96). Algumas referências à espacialidade do processo de construção do 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra no Brasil são tratadas a seguir.

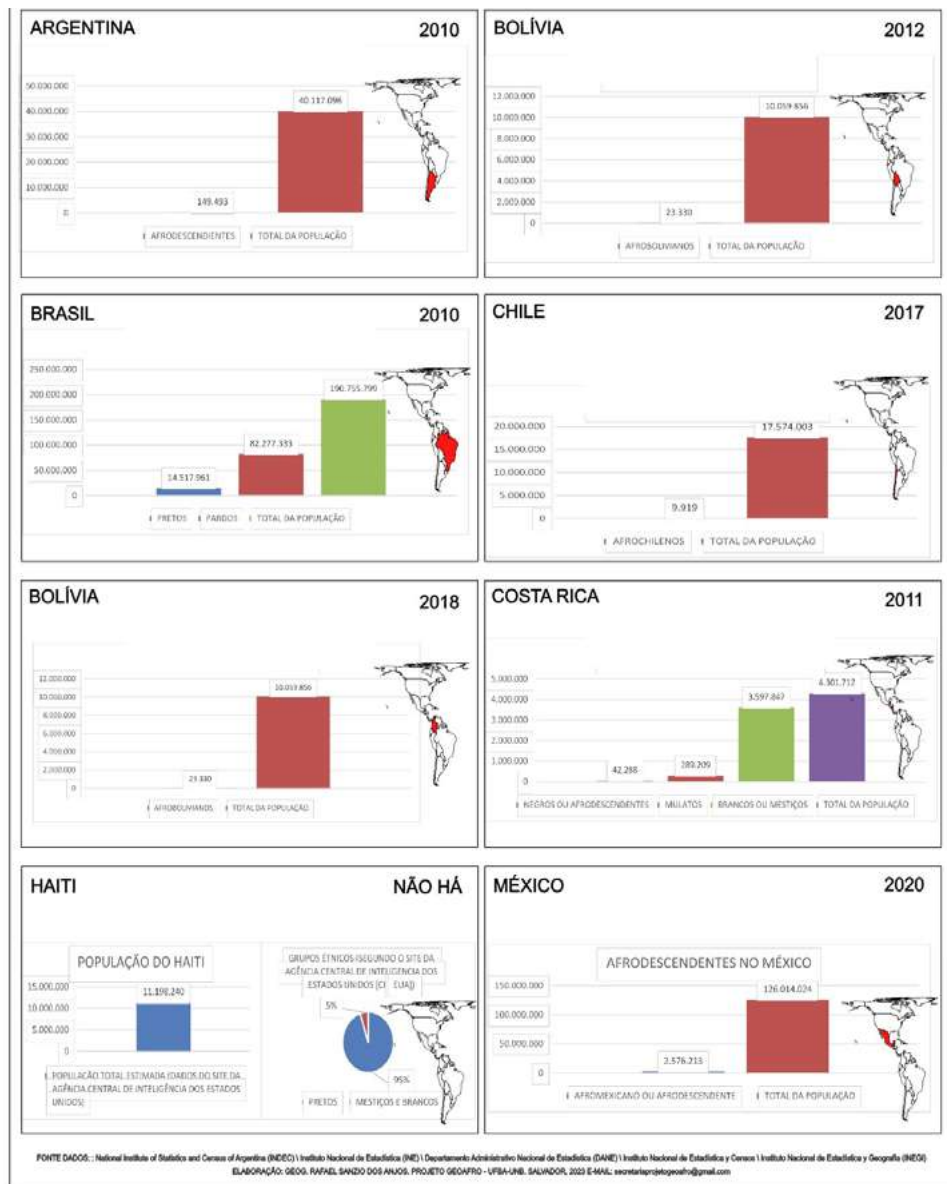
A ESPACIALIDADE DO 20 DE NOVEMBRO E O “FERIADO” NACIONAL: QUE “NOVA” CONFIGURAÇÃO GEOGRÁFICA É ESSA?

A forma descaracterizada e desqualificada como o Estado brasileiro tem conduzido a política cartográfica e geográfica no país para os seguimentos excluídos secularmente revela uma fragmentação institucional e das ações burocráticas, constituindo um modelo de governança que fortalece os conflitos operacionais e de atribuições, mas sobretudo causa um dano irreparável na gestão eficaz das políticas públicas no território. Vamos tomar um exemplo recente da materialização de racismo institucional territorializado no Estado ineficaz e segregador e sua expressão no processo de ordenamento do território nacional.

O Dia Nacional da Consciência Negra é uma conquista do Movimento Negro Unificado (MNU), estruturado na década dos anos 1970, e é comemorado na data de morte do herói Zumbi, último grande líder do Quilombo de Palmares ou Angolajanga (Pequena Angola), um “Estado Africano” paralelo no Brasil Colonial no século XVII na Província de Pernambuco. A República de Palmares, como era conhecida, tinha em 1670 uma população estimada em 20.000 habitantes, distribuídos em uma área de 27.000 km². Em 20 de novembro de 1695 morreu Zumbi dos Palmares. A celebração e institucionalização da data de 20 de novembro como Dia da Consciência Negra no Brasil é um processo no espaço e no tempo que registramos a seguir.

- a) 1971 – Porto Alegre (RS). O Grupo Palmares realizou um ato contra o preconceito racial e utilizou a figura de Zumbi como uma referência de resistência. O evento ocorreu no Clube Social Negro “Marcílio Dias”, fundado em 1949, em Porto Alegre.
- b) 1978 – Salvador (BA) e São Paulo (SP). O Movimento Negro Unificado contra Discriminação Racial (MNUCDR) nomeou e confirmou o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra e o 13 de maio como o Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo.
- c) 3. 1995 – Maceió (AL). O Governo do Estado instituiu o dia 20 de novembro como feriado estadual.

Figura 8 – Registros quantitativos demográficos da invisibilidade e pardarização (política de Estado) em alguns países da América Latina



Fonte: Elaboração: Geog. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. Projeto GeoAfro. Salvador-BA. 2023.

- d) 2002 – Rio de Janeiro (RJ) e Cuiabá (MT). Os Governos Estaduais instituíram feriado no dia 20 de novembro em suas unidades políticas (capital e todos os municípios).
- e) 2003 – Brasília (DF). O Governo Federal do Presidente Lula criou a Lei nº 10.639, que obrigava o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nos currículos e calendários escolares da nação.
- f) 2007 – Macapá (AP). O Governo do Estado instituiu o dia 20 de novembro como feriado estadual.
- g) 2010 – Manaus (AM). O Governo do Estado também instituiu o dia 20 de novembro como feriado estadual.
- h) 2011 – Brasília (DF). A data de 20 de novembro foi instituída oficialmente pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro, mas não instituiu um feriado nacional. A partir desse ano vários municípios vão decretar o feriado nas suas cidades, inclusive em algumas capitais, como Boa Vista (RR) e São Paulo (SP) em 2016.
- i) 2021 – Porto Alegre (RS). Completaram-se 10 anos, portanto meio século, do Grupo Palmares e do Ato contra o preconceito racial usando-se a figura de Zumbi dos Palmares.
- j) 2023 – Brasília (DF). O Governo paulista institui o feriado em todos os municípios e na capital e, em Brasília, no dia 22 de dezembro, foi sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada no *Diário Oficial da União* a Lei nº 14.759/23, que torna feriado nacional o dia 20 de novembro, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. A Lei teve origem em projeto do Senado (PL nº 3.268/21).

No ano de 2023, a Lei nº 12.519 completou 13 anos do Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra e a situação das respostas espaciais revelou o seguinte:

- a) Das 26 Unidades da Federação (UF), apenas cinco (06) fizeram a adesão ao feriado no dia 20 de novembro, ou seja, estados e total de municípios a partir de leis estaduais (Amazonas, Mato Grosso, Amapá, Rio de Janeiro, Alagoas e São Paulo).
- b) Nove UFs tiveram registros municipais que aderiram, entretanto é um feriado no município, de forma pontual. Esta ação fragmentária se revela de forma bastante distinta no território; por exemplo: em Santa Catarina, no Tocantins, na Paraíba e no Maranhão, apenas um

município aderiu ao feriado; em Roraira, a capital Boa Vista aderiu; no Paraná e no Espírito Santo, duas adesões; na Bahia, Goiás e Minas Gerais um pouco mais de adesões; As unidades políticas com seus municípios que não aderiram são as seguintes: Acre, Rondônia, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul e Distrito Federal;

- c) Esta cartografia afro-brasileira revela que em torno de 70% das unidades políticas do país estão ausentes da oficialização do Dia Nacional da Consciência Negra proposto por lei e a fragmentação espacial dos municípios revela o isolamento da temática na governança. Dos 5.570 municípios existentes no país, apenas 23% (1.290) aderiram, seja por leis estaduais e/ou municipais. Unidades Políticas secularmente escravocratas do Brasil e que se desenvolveram e enriqueceram com a Economia da Escravidão se mostram ausentes e omissas, esquecendo-se de que o “silêncio” fala!

As aprovações no final de 2023 da PL 3.268/21 no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, assim como o sancionamento da Lei Federal nº 14.759/23, traz um outro paradigma para a nação mais acabadamente escravocrata da América e a nação mais africana do mundo fora da África. As espacialidades e temporalidades da “construção” do Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra no Brasil representadas graficamente nos mapas a seguir (Figuras 9, 10 e 11) são reveladoras do tipo de governança racista que se processa em todos os níveis da gestão pública e privada, ou seja, nos níveis federal, estadual e municipal, que têm se constituído em entraves estruturais nas ações operacionais jurídicas, administrativas, econômicas, territoriais e sobretudo sociais para o “Brasil Africano”.

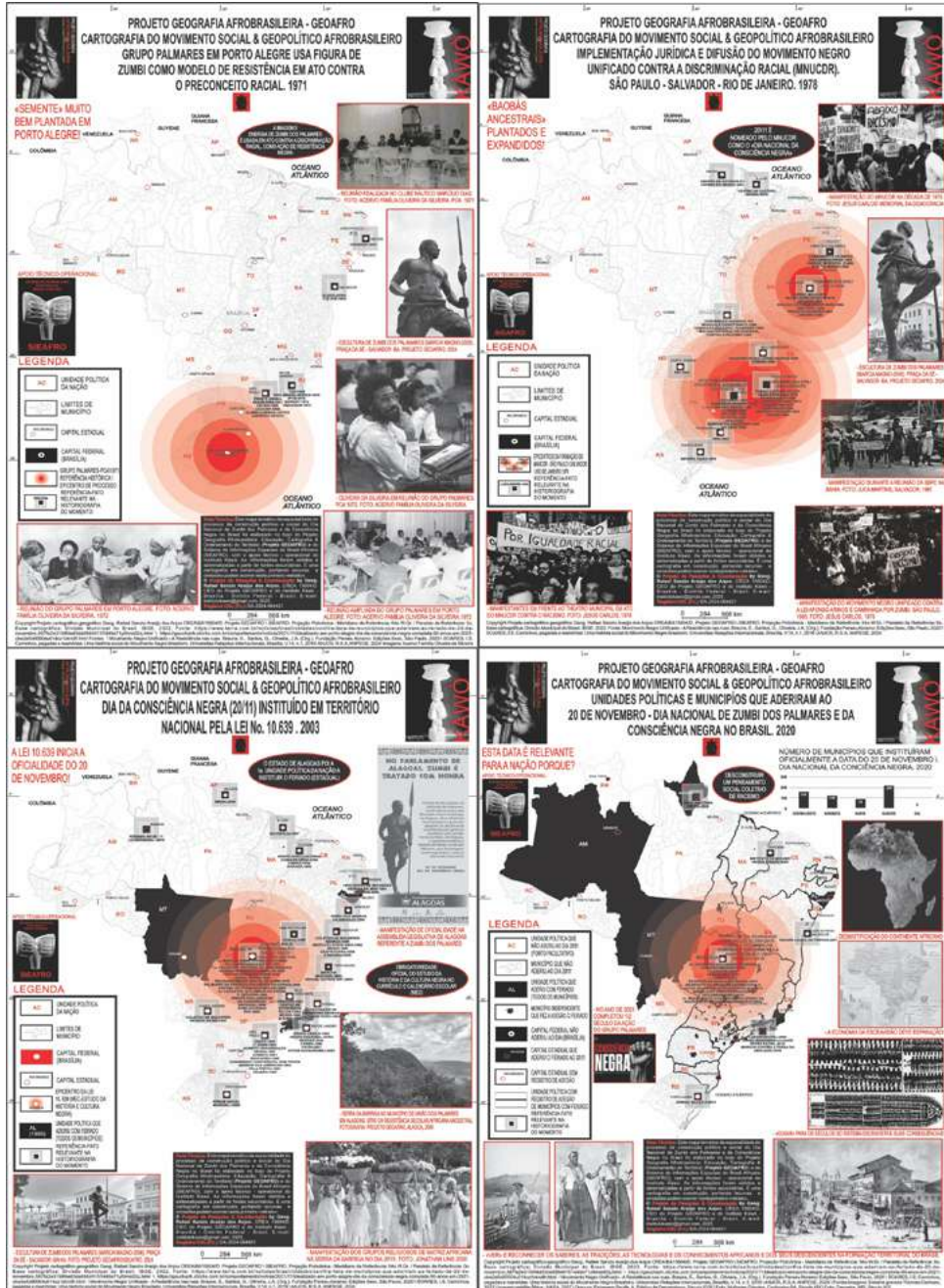
Algumas constatações geográficas são verificadas na Figura 9 com o monitoramento da espacialidade do processo de construção do 20 de novembro nos períodos de 1971, 1978, 2003 e 2020: os desdobramentos de um Ato do Grupo Palmares em Porto Alegre reverberaram em uma nação continental, inflamaram a Bahia e São Paulo em 1978 para formalizar o movimento existente em várias partes do país, levaram a temática ao mais alto Conselho de Educação do Ministério da Educação do país para a sanção da Lei 10.639 em 2003 pela Presidência da República, obrigando o ensino e o calendário escolar a contemplar conteúdos da história e da cultura de matriz africana no Brasil, e esse movimento fez desencadear um processo de adesão independente em municípios de várias unidades políticas do Brasil registrados na cartografia afro-brasileira.

A **Figura 10** traz a representação gráfica da nação em 2023, em que eventos relevantes se incorporam na expressão cartográfica com a inserção do Estado de São Paulo e de todos os seus 645 municípios, além de vários outros pulverizados pela nação já sinalizados anteriormente. A **Figura 11** mostra o ano atual, em que a Lei nº 14.759/23 deve ser implementada de fato, ou seja, os 5.570 municípios existentes no país deverão “parar” no dia 20 de novembro com as suas atividades e ações, assim como a cartografia de 2024 é impactante para uma transformação legal da nação em 53 anos (pouco mais de meio século), e esse fato espacial não somente é sinalizador para a nação mais africana fora da África, mas também envia recados para os nossos vizinhos na América Latina, América do Norte, Europa e Ásia e, sobretudo, sinalizando outra perspectiva de relação com o continente africano.

Sabemos que uma lei não muda a geografia nem a cartografia real de uma nação, mas traz alterações nos processos em curso (sociais, econômicos, políticos, organizacionais, institucionais, dentre outros). Nesse sentido, a institucionalização eficaz do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra passa sobretudo por uma necessidade de reconhecimento oficial em todos os segmentos da nossa estrutura social, administrativa e de governança.

Dessa forma, as referências de datas demarcadas no calendário oficial visando valorizar e resgatar as identidades, pertencimentos e existências de matrizes africanas no país são uma ferramenta estratégica para as preconizadas alterações no pensamento social dominante racista ainda constatado, uma vez que essa é uma “energia secular distorcida” ainda limitante na nação. Deveremos estar atentos e não admitir que o Brasil tenha em 2024 e nos anos vindouros uma “Lei pra Inglês Ver” (Lei Feijó – 1831) pelo não cumprimento das ações pertinentes pelo Estado para o 20 de Novembro, feriado nacional. Isso porque uma parte do sistema dominante “ganha” com os contextos de riscos, inseguranças, desinformações, não direito à fala nem à voz, assim como exclusão “normalizada” dos afro-brasileiros e afro-brasileiras, e esse fato institucional do feriado altera as perspectivas das relações na sociedade multifacetada, nas organizações em conflito, nos níveis das governanças com superposições e nos territórios incongruentes. Algumas conclusões e recomendações básicas são apontadas a seguir.

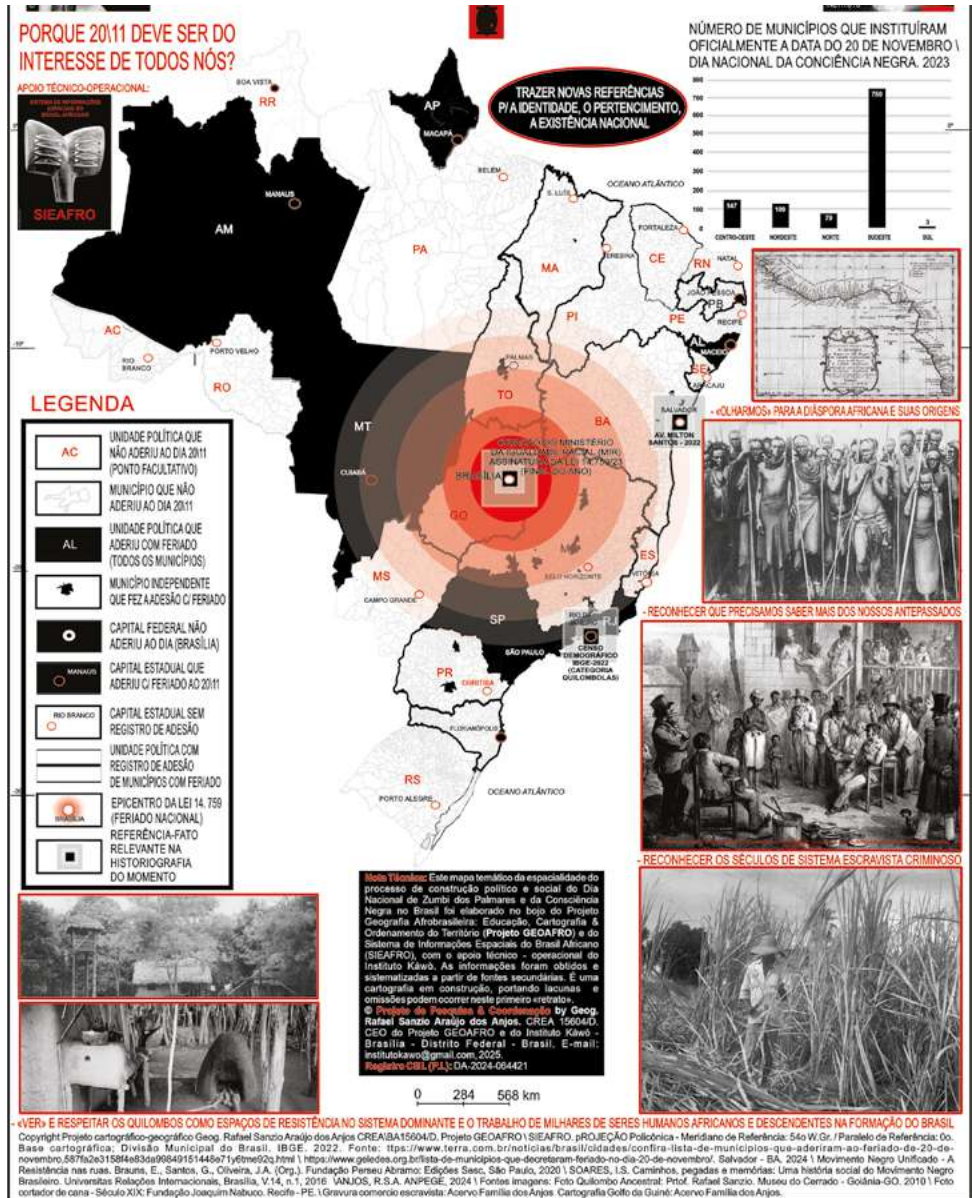
Figura 9 – Monitoramento da Espacialidade do Processo de Construção do 20 de Novembro – Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra no Brasil, 1971-1978-2000-2003.



Fonte: Elaboração: Geog. Rafael Sanzio A. dos Anjos. Projeto GeoAfro. Salvador (BA), 2024.

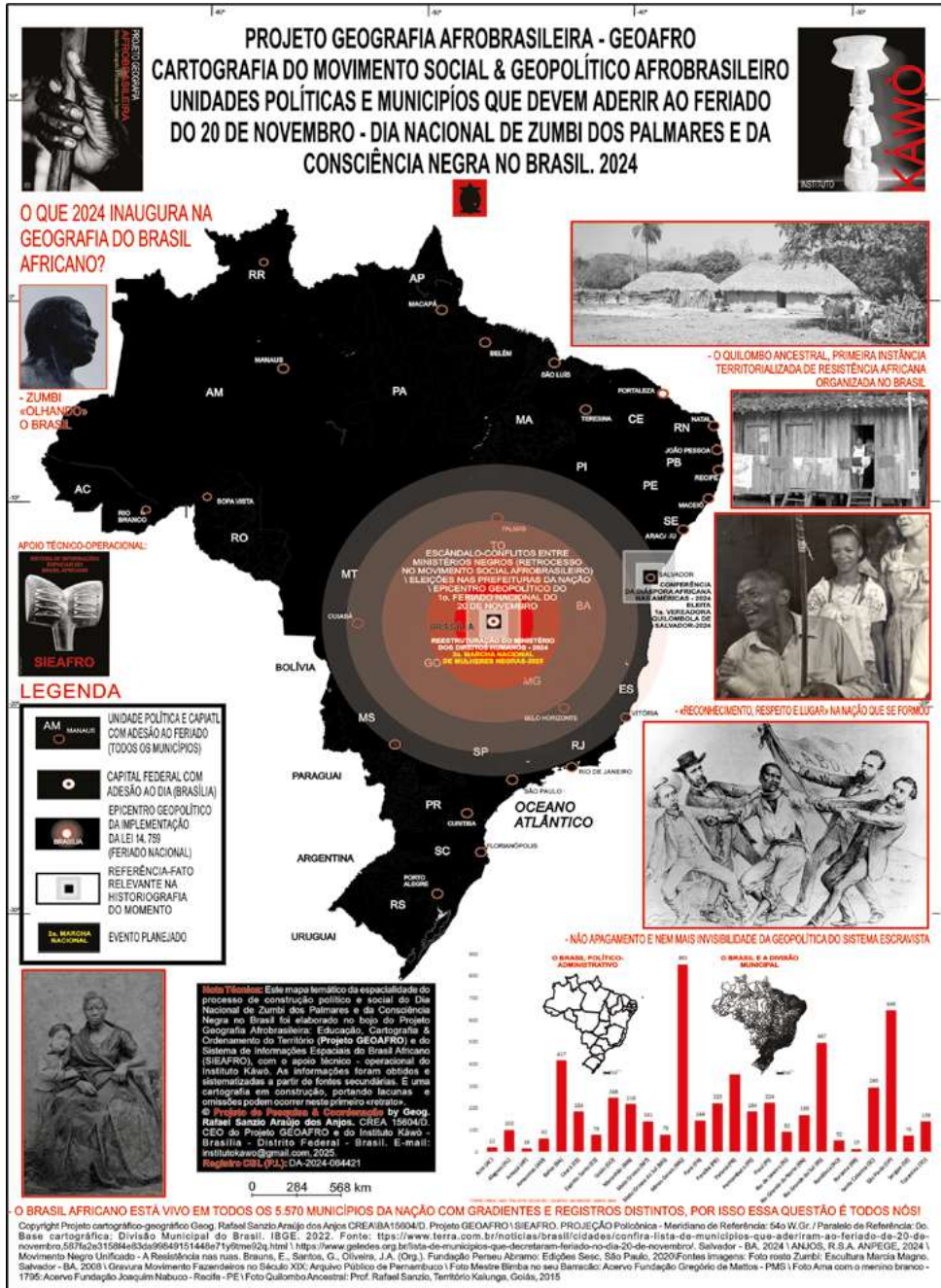
CAPA
SUMÁRIO

Figura 10 – Unidades políticas e municípios que aderiram ao 20 de novembro – Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra no Brasil. 2023



Fonte: Elaboração: Geog. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. Projeto GeoAfro. Salvador-BA. 2024.

Figura 11 – Unidades políticas e municípios que devem aderir ao feriado do 20 de novembro - Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra no



Fonte: Elaboração: Geog. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. Projeto GeoAfro. Salvador-BA, 2024.

ALGUMAS CONCLUSÕES E REFERÊNCIAS PARA UMA GOVERNANÇA INCLUSIVA

Tomando como premissa que as construções analíticas e as especulações não se esgotaram, concluimos e recomendamos o seguinte:

- a) O contexto de desinformação das populações na América Latina e no Brasil no que se refere à África continua sendo um entrave estrutural para uma perspectiva real de melhora nas democracias incompletas existentes nos seus países. A luta por um Estado Democrático é uma batalha pelo respeito à diversidade étnico-racial. Nesse sentido, não podemos perder de vista que entre os principais obstáculos para a inserção da população de matriz africana na nossa sociedade está a inferiorização desta no sistema escolar com danos imensuráveis para as sucessivas gerações, uma vez que estamos tratando com uma ordem jurídica institucionalizada há quase 200 anos no Brasil. Nesse sentido, coloca-se uma questão geopolítico-histórica básica, ainda sem resposta satisfatória: Qual o lugar geográfico oficial dos(as) afro-brasileiros(as) na nossa nação? Apesar da geopolítica do apagamento, os registros da existência resistente estão no povo, na cultura, na arte e no território usados e praticados; tratados de forma “oficiosa”, são reveladores da resistência secular.
- b) Constatamos que o Brasil Africano real continua invisível oficialmente há 136 anos (1888-2024), ou seja, a rejeição secular do Estado com o fim do Sistema Escravista é o fio condutor básico da frequente articulação para a naturalização-normalização da democracia precária e da manutenção dos privilégios. Os níveis de resiliência ao longo dos últimos cinco séculos de convívio com as referências escravocratas na sociedade e sobretudo no território são exíguos. A constatação básica é a forma rígida como o Brasil se mantém com essas premissas conservadoras e com ações resilientes pontuais reveladas neste início de milênio, mas retrocedidas em intervenções em governança posterior. A nação mais escravista e com maior contingente populacional de origem na África ainda não pediu perdão pelos quatro séculos de escravidão, ou seja, o Estado ressentido justifica a inexistência institucional dos racismos e preconceitos, mantendo a negação oficial secular e aprofundando o modelo das desigualdades. Esta é uma questão estrutural: Quando o Estado brasileiro vai pedir perdão pelos séculos de sistema escravista oficial e não oficial? E a Igreja, por que não fez ainda? Referente à aplicabilidade eficaz do primeiro ano do feriado nacional do dia 20 de novembro de 2024, é oportuna a governança

articular com os Ministérios Públicos e com um monitoramento junto a todos os municípios (pode ser gerenciado pelo Ibam, por exemplo) sobre as ações concernentes nesta data, ou seja, evitarmos a herança colonial da “Lei pra InglêsVer”!

- c) No que concerne aos desafios da Geografia Afro-brasileira ou Geografia Negra do país ou Geografia dos Afrodescendentes na Nação ou Afrogeografia do Brasil, a toponímia não é o mais relevante neste momento, mas o “foco”, ou seja, a Geografia “olhar” efetivamente, sem “máscaras” e de forma mais consequente sobre as práticas geográficas em curso no Estado político com as referências mais marcantes e resistentes na Diáspora Africana. O que ensina a maioria dos livros didáticos de Geografia na sua essência? Muitos apresentam “fachadas” de Geografia Crítica preconizando estar atendendo premissas da BNCC e da Lei nº 10.634, mas no seu conteúdo a constatação básica é de “racismos sendo ensinados”. Existem “luzes afros” sendo acendidas na Graduação, como na Pós-Graduação, mas a lacuna estrutural ainda está colocada na Geografia praticada. O Dia do Feriado Nacional do 20 de Novembro coloca a comunidade geográfica diante de uma “oportunidade” sistêmica que se não for devidamente apropriada, terá o risco de ser assimilada por “outras áreas”. A “encruzilhada” é um sítio geográfico de particular energia nas religiões de matriz africana no país que preconiza “abrir caminhos”. Nesse sentido, que a “encruzilhada geográfica” em que estamos neste momento nos permita contemplar, de forma sábia e ancestral, as “Geografias” do Brasil Africano real e multiescalar, ou seja, ela está na espacialidade da nossa casa, na estrutura da Universidade “Branca” e nos trabalhos, nas paisagens que verificamos diariamente, junto com a(as) pessoa(as) que trabalha(m) conosco e nas geografias urbana e regional que estão “invisibilizadas”.
- d) Continuamos assistindo a uma ditadura da informação para o “Brasil Invisível” secularmente não ser vista na sua plenitude. Este contexto de controle imperial de um seletivo grupo que acha que tem poderes ilimitados e é dono do país é mais uma expressão das nossas democracias incompletas. Tomamos como premissa que as informações por si só não significam conhecimento. Entretanto, “elas nos revelam que, com o auxílio da ciência e da tecnologia, temos condições de colaborar com o conhecimento geográfico na modificação das ações e das políticas pontuais e superficiais recorrentes na nação. Do ponto de vista instrumental, entendemos o mapa oficial como uma ferramenta

eficaz no auxílio para a resolução de conflitos e soluções territoriais. Nesse sentido, a geolocalização oficial como política pública, ou seja, a informação geográfica precisa e automatizada assegurada com segurança e responsabilização pelo setor decisório, como uma ferramenta de visibilidade e revelação da nação invisibilizada pelo racismo sistêmico e todo o seu mecanismo de Estado mantenedor das desigualdades, é uma “porta concreta” para subsidiar a adoção de medidas consequentes na alteração das situações emergenciais das populações e dos territórios da “África Brasileira”.

Foto – Grupo presente na Mesa 2: Geografias Negras e R-Existências Antirracistas. Anpege. Palmas (TO). Outubro 2023



Registro: Bruno Xavier Silveira.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Rafael Sanzio A. A geografia, a África e os negros brasileiros”. In: MUNANGA, Kabengele. (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1999. p. 169-182.
- ANJOS, Rafael Sanzio A; CYPRIANO, A. **Quilombolas**: tradições e cultura da resistência. São Paulo: Aori Comunicações; Petrobras, 2006. 240 p.
- ANJOS, Rafael Sanzio A. **Quilombos**: geografia africana, cartografia étnica, territórios tradicionais. Brasília: Mapas Editora, 2010. 100 p.
- ANJOS, Rafael Sanzio A. **Territorialidade Quilombola**: fotos & mapas / Quilombola territoriality: photos & maps. Brasília: Mapas Editora, 2011. 124 p.
- ANJOS, Rafael Sanzio A. Atlas Geográfico ÁFRICABRASIL. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 104 p. 2014a.
- ANJOS, Rafael Sanzio A. **O Brasil Africano**: algumas referências dos séculos XVI – XXI: cartografia para educação. Brasília: Mapas Editora, 2014b.
- ANJOS, Rafael Sanzio A. As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências. **Revista Geosp**, São Paulo, v. 19, nº 2, p. 374-390, 2015.
- ANJOS, Rafael Sanzio A. Diversidade étnica no Brasil invisível-visível: apropriações-usos dos territórios & conflitos socioespaciais. In: SUERTEGARAY, Dirce Maria A.; SILVA, Charlei A.; PIRES, Claudia Luísa Z.; PAULA, Cristiano Q. (org.). **Geografia e conjuntura brasileira**. Porto Alegre: Consequência Editora; Anpege, 2017. p. 275-309.
- ANJOS, Rafael Sanzio A. Geografia oficial, cartografias invisíveis, geotecnologias e educação geográfica. **Boletim Paulista de Geografia**. v. 99, São Paulo, 2018.
- ANJOS, Rafael Sanzio A. O Brasil africano invisível-visível e geografia secular perversa. **Revista Humanidades**, nº 63. ISSN: 0102.9479, Brasília: Editora UnB, p. 75-99, 2019.
- ANJOS, Rafael Sanzio A. Territórios invisíveis do Brasil Africano: cartografias & tensões socioespaciais nos terreiros religiosos. In: REGO, Nelson.; AZEVEDO, Ana Francisca.; Kozel, Salete. (org.). **Narrativas, Geografias e Cartografias**: para viver, é preciso espaço e tempo. Porto Alegre: Editora Compasso Lugar – Cultura; Editora IGEO – UFRGS, 2020a. p. 39-64.
- ANJOS, Rafael Sanzio A. A Geografia Afro-brasileira, o estado de mentalidade colonial e a governança racista. **Boletim Paulista de Geografia**. ISSN:2447-0945 nº 104, jul./dez. 2020b São Paulo, p. 23-60.
- ANJOS, Rafael Sanzio A. Minorias não precisam ser mapeadas, precisam de cidadania. In: UGEDA, Luiz; SEO, He Nem Kim.; SEO, H. N. K. (org.). **Geodireito mitos e fatos**. Instituto Geodireito, BsB, 2020, p.81-82.
- ANJOS, Rafael Sanzio A. Space references of secular structural: institutional racism official governance. **Periódico Geobaobás**, v. 5, nº 1, p. 1:100, 2021.
- ARACATY, Valerio. **A revolução negra. Outras Palavras** – Jornalismo de Profundidade e Pós-Capitalismo. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/a-revolucao-negra/>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- BRASILIANA ICONOGRÁFICA. **Linha do tempo Brasil**. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/explore/linha-do-tempo>. Acesso em: 11 nov. 2023.

FONSECA, Amanda; FRONER, Mariana. Dia da Consciência Negra é feriado em 6 estados brasileiros. **Nexo Jornal**. 2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2023/11/19/dia-da-consciencia-negra-e-feriado-em-6-estados-brasileiros>. Acesso em: 13 jun. 2024.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE; PNAD, 1996.

IBGE. **Estimativas da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2018.

PIKETTY, Thomas. Brasil tem maior concentração de renda do mundo entre o 1% mais rico. **El País**, Madrid, Espanha, 13 dez. 2017.

SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil hoje. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2000, Caderno Mais! Domingo, p. 14-15.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Yuri Luciano. **Geografia da consciência negra**: o território do 20 de Novembro no Brasil. 2023. 139 p. (Dissertação de Mestrado) – PPGGEA – UnB, Brasília, Distrito Federal, 2023.

TAVARES, Julio Cesar. **Diásporas africanas na América do Sul**: uma ponte sobre o Atlântico. Fundação Alexandre Gusmão, Brasília-DF, 2008.

VARGAS, João Costa. **Por uma mudança de paradigma**: Antinegritude e antagonismo estrutural. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v.48, n. 2, p. 83-105 \ dez., 2017



**LEITURAS
GEOGRÁFICAS
DO BRASIL**

A GEOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL- RECOMBINADO E O BRASIL

CARLOS BRANDÃO

“A história da modernidade capitalista foi uma história de ‘outros lugares’: a história de um centro que se serviu dos corpos e dos recursos naturais da periferia como combustível para sustentar a crença no progresso e no futuro, e *uma enorme franja periférica que enxergava suas próprias contradições pelo prisma do desenvolvimento desse centro avançado* – na expectativa de que o trabalho, as leis e a democracia nos retirariam da condição de dependência e atraso” (Gabriel Tupinambá, 2020).

“O espaço é a acumulação desigual de tempos” (Milton Santos, 1982).

No capitalismo, por sua própria natureza, o desenvolvimento se processa sob uma lógica desigual e combinada, no tempo e no espaço. Já há um longo e profícuo acúmulo de conhecimento científico na geografia quanto às reflexões sobre o complexo processo de desenvolvimento desigual. Entretanto, quanto aos processos de (re)combinação, hibridez, convivência e articulação das formas modernas/contemporâneas com as formas atrasadas/retrógradas, o acúmulo não é tão expressivo e evidente. Assim, o desafio em se avançar no conhecimento da combinação dessas formas díspares e coesionadas, sobretudo em formações sócio-histórico-geográficas específicas, buscando entender como elas se (re)formatam em cada ciclo estrutural-conjuntural histórico, deveria ser uma constante em nossos estudos teóricos e empíricos.

Importante ressaltar de onde se enunciam as provocações deste ensaio: da maior e mais contraditória e complexa porção contínua e franja

periférico-subdesenvolvida do planeta, a América Latina. Esse continente pode ser considerado a maior e mais contrastante parcela territorial, ou sítio, de desenvolvimento desigual (e combinado) da Terra. Lugar de poderes conservadores assimétricos, território dos extremos e paradoxos, lócus privilegiado de heterogeneidades estruturais, de discrepâncias e distanciamentos salientes entre desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e privações e precarizações, situações polares entre riqueza e pobreza, e de recombinações ativas e passivas entre formas retrógradas e contemporâneas. Terreno concreto de temporalidades e espacialidades diversas e de múltiplas contradições em processo. Ou seja, espaço privilegiado para se examinar a posicionalidade relacional periférica no contexto do capitalismo mundial.

Nesse contexto, é preciso aprimorar a nossa sensibilidade investigativa quanto aos processos híbridos e em recombinação (as dinâmicas de embate e convivência de forças, formas, formações e reformatações entre o retrógrado/atrasado e o contemporâneo/“moderno”), buscando apreender as condensações de contradições tanto na longa duração, quanto no tempo conjuntural, analisando as múltiplas articulações em entrelaçamento e realização concreta no espaço vivido, agitado e sempre vívido e ativo.

Para além da observação minuciosa das (macro)estruturas, em seu contraditório movimento de larga duração histórica, que seguem lógicas com maior inércia e permanência, seria desejável que fossem promovidos estudos mais concretos, situados e relacionais dos poderes menos abstratos e mais mundanos exercidos no dia a dia e no espaço. Isto é, que se abordasse a precipitação de conjunturas de condensação contraditórias, dotadas de temporalidades mais curtas, com suas lógicas mais ocasionais e circunstanciadas. Um ponto importante seria aperfeiçoar a distinção – ao mesmo tempo que integrando-os simultaneamente na análise – dos movimentos mais sistêmicos e orgânicos, com suas contradições e múltiplas determinações, dos movimentos mais moleculares e microsituados.

Neste capítulo, assumidamente provocativo, provisório e ensaístico, procuramos apontar algumas pistas para o exame de processos diferenciais e articulados-combinados de relações espaçotemporais que se dão em realidades muito distintas e mutantes, destacando, na medida do possível, o caso do Brasil. São dinâmicas socioespaciais muito complexas, que estão inscritas em espaços e em ritmos temporais específicos e situados. Para sua apreensão seria preciso encarar as situações presentes-concretas em toda as suas singularidades, procurando analisar as ações de atores, agentes e sujeitos sociais com poder assimétrico de agenciamento e encadeamento de decisões.

FORMAS, FORMAÇÕES E (RE)FORMATAÇÕES SOCIOESPACIAIS DESIGUAIS EM COMBINAÇÃO E SUBMETIDAS A DISTINTAS DINÂMICAS TEMPORAIS ESTRUTURAIS E CONJUNTURAIS

O estudo do(s) capitalismo(s) deve ser o estudo das formas (sociais), dentre as quais se destacam: forma-valor, forma-dinheiro, forma-trabalho, forma-capital, forma-Estado, dentre outras. O processo de desenvolvimento da atividade humana deve partir de suas formas sociais que, a partir de relações interpessoais particulares, se manifestam em estruturas sociais. O movimento histórico-geográfico concreto dessas estruturas conformam formações socioespaciais específicas que estão em constante transformação ao longo do tempo e dos espaços. Assim, o estudo das formas, das formações e das formações pode auxiliar no desvendamento da complexidade da dinâmica social. Esse processo se revela espacialmente de forma muito desigual.

Como apontado por Neil Smith o processo de produção do espaço no capitalismo é diferenciador-igualador. Engendra desigualdades, assimetrias e disparidades entre as distintas parcelas do espaço ao tempo em que promove uma homogeneização de relações capitalistas, tendendo à universalização mercantil e à forma-mercadoria. Há um processo contraditório de valorização e desvalorização de porções territoriais.

A lógica do desenvolvimento desigual deriva especificamente das tendências opostas, inerentes ao capital, para a diferenciação, mas também para a igualização dos níveis e condições da produção. O capital é continuamente investido no ambiente construído com o fito de se produzir mais-valia e a expansão da base do próprio capital. Mas, da mesma forma, o capital é continuamente retirado do ambiente construído de forma que ele possa se deslocar para outra parte e se beneficiar com taxas de lucro mais altas. A imobilização espacial do capital produtivo em sua forma material não é nem menos necessária do que a perpétua circulação do capital como valor. Assim, é possível ver o desenvolvimento desigual do capitalismo como a expressão geográfica da contradição mais fundamental entre o valor de uso e o valor de troca [...] Uma teoria do desenvolvimento desigual deve integrar o processo espacial e o social em vários níveis (Smith, 1988, p. 19).

A marcha histórico-geográfica do desenvolvimento desigual resulta em grande diversidade de processos regionalizados. Diferentes regimes regionais de valor¹ são engendrados e explorados. Segundo David Harvey (2018, p. 159), “a produção de regimes regionais de valor é uma característica crucial da geografia histórica do capitalismo”.

1 Eudes Leopoldo explorou de uma forma muito interessante este conceito proposto por David Harvey em Leopoldo (2021).

“Os aspectos imateriais, porém objetivos, capturados pelo espaço-tempo relacional, podem ser decisivos na configuração de regimes regionais de valor, ainda que as constelações hegemônicas de poder político-econômico estejam centralizadas em certos pontos nodais no interior de complexas redes e fluxos de bens materiais, informação, conhecimento e influência. Regimes regionais de valor podem ser arrançados e hierarquizados em diferentes escalas”, [...] ou seja, “regimes de valor regionais são configurações instáveis e oscilantes de influência e poder que existem e possuem manifestações poderosas, ainda que não tenham definição material clara” (Harvey, 2018, p. 168).

O conceito de desenvolvimento desigual e combinado, formulado originalmente por Leon Trotsky, apresenta muitas potencialidades de utilização situada e vem experimentando um crescimento em áreas tão diversas como da geografia, da economia, das relações internacionais etc. Segundo ele, “o desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado” (Trotsky, 1930, p. 33).

O espaço é apresentado como um repositório de temporalidades variadas, em que uma pluralidade de influências superpostas engendra processos de imbricação, coexistência e associação de formas constituídas em tempos históricos diferentes. Em diferentes países e regiões prevalece a desigualdade de ritmos de desenvolvimento, em um amálgama de elementos novos e velhos.

Contra uma concepção etapista-evolutiva, do transcorrer de fases de superação de ciclos, coloca-se ênfase nas simultaneidades, defasagens, conexões e nos processos coetâneos, sincrônicos e diacrônicos, de convivência do atrasado/retrógrado com o “moderno”/contemporâneo.

Muitas vezes, sob a influência e a pressão de forças, elementos e formas providas de um meio exterior diverso, se é empurrado, se anima e se realiza esforço por acelerar o desenvolvimento da diferenciação social, mesmo sob fundamentos mais primitivos (Trotsky, [1906], p. 23), “a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos”. Pode haver tensão e coação externas a determinado contexto e situação para se absorver, acelerar e saltar fases, sem transitar pelos ciclos intermediários.

Assim, nos vários espaços sociais estão presentes formas sociais, econômicas e espaciais com distintas temporalidades, em um compósito de elementos, com o processo histórico tanto podendo avançar, quanto retrogradar. A América Latina foi e continua sendo um lugar privilegiado para a reflexão desses processos complexos de desenvolvimento desigual e combinado.

Muito esforço teórico e analítico foi despendido para a interpretação profunda da natureza do processo de desenvolvimento-subdesenvolvimento desigual e combinado na América Latina, tratando-o como uma unidade contraditória, híbrida, sistêmica (dialética), em movimento. Ou seja, como uma unidade dialética, resultante de uma mesma e única dinâmica expansiva (a partir do capitalismo cêntrico e colonizador), que depois foi simultaneamente “unificada” e “ramificada” em distintas vias e trajetórias geográficas e históricas. Dinâmica expansiva potente e compulsiva que opera a reprodução global do sistema capitalista em seu conjunto e, ao mesmo tempo, que se processa e especifica ao longo do tempo e em diferentes espaços. Um mesmo processo histórico expansivo (centrífugo) teria configurado duas formações sociais, bifurcadas em duas entidades que coevoluíram (fruto de relações recíprocas) em processo variegado e divergente. Duas realidades muito diversas e heterogêneas, embora marcadas pela mesma dinâmica histórica. Em suma, o subdesenvolvimento seria a contraface, interface e outra face do processo de desenvolvimento.

A partir de uma muito peculiar perspectiva analítica, enunciada ousadamente desde a América Latina, que buscava uma visão sistêmica, compreensiva e historicamente determinada das relações assimétricas de poder na escala mundial, a interpretação histórico-estruturalista buscou apreender: o conjunto de vulnerabilidades sistêmicas no continente; um compósito de disparidades e iniquidades (sociais, econômicas e políticas) condicionadas; e uma dinâmica de reprodução, transformação e perenização, que vão aprofundando e complexificando, no curso do andamento histórico, o processo de subdesenvolvimento, vincando variadas espacialidades e temporalidades. Dessa forma se buscava examinar, minuciosamente, as particularidades da natureza, feições e variadas facetas do capitalismo periférico.

DECISÕES DESIGUAIS E ASSIMÉTRICAS PRODUTORAS E MODELADORAS DE ESPAÇO: APONTAMENTOS SOBRE O BRASIL

Propõe-se, em seguida, um esboço de abordagem crítica que procura mapear as ações e decisões de sujeitos, agentes e atores sociais, que, a partir do embate de forças e de suas lutas concretas e situadas, moldam o espaço e produzem um ambiente construído específico e dinâmico e usam um território de forma diversa e específica, ilustrando algumas dessas dinâmicas com o caso do Brasil.

Não resta dúvida de que cada território é moldado e atravessado, de maneira contestada, relacional, recombina e híbrida, por relações sociais e acaba *expressando e projetando* as dinâmicas sociais contraditórias constantes no exercício concreto das disputas societais em ação. Esses confrontos

utilizam mecanismos, dispositivos e narrativas marcadamente variadas e assimétricas ao longo do tempo e do espaço. Assim, o exame das dinâmicas de produção do espaço é sempre uma tentativa provisória de enquadramento dessas relações sociais.

Colocamos ênfase no movimento de agentes influentes (peculiares a uma sociedade cindida em classes), posto que eles se sobressaem pelo encadeamento de determinadas decisões com intencionalidades e *impositivas*, diferencialmente produtoras de espaço. Ressaltamos que o poder de comando dos sujeitos concretos, situados e envolvidos na construção social de determinado espaço é assimétrico e desigual. Há pautas e agendas impostas pelos poderes hegemônicos em seus exercícios de acumulação de riqueza e poder. Suas decisões díspares apresentam distintos encadeamentos, com diferenciadas consequências e ritmos (no tempo e no espaço). Mas também é possível identificar e mobilizar uma pluralidade de lutas por autonomia de decisões, pela anteposição de representações, pelos embates emancipatórios e pelo cultivo de rebeldias em diversos espaços regionais.

Trata-se do empenho em desvelar as estruturas, conjunturas, dinâmicas, atravessamentos, lógicas, relações, agenciamentos e processos geo-historicamente *postos* em determinado espaço social (em construção disputada e permanente).

Nesse sentido, cada uma das escalas espaciais deve ser tomada como mediação, lócus de contraposições persistentes e disputas vívidas entre: pautas hegemônicas (a partir de decisões locais ou extra-locais) – que são dotadas de poder assimétrico – em sua relação contraditória com as outras perspectivas, sentidos, representações, modos de existência, resistências e lutas por justiça. Assim, o prisma analítico espacial permite dar cognoscibilidade aos fenômenos sociais. Cada território é uma construção social, política, econômica e cultural por natureza conflitiva, prenhe de horizontalidades e temporalidades lentas.

Pensar as realidades empíricas nos diversos espaços sociais, suas especificidades e suas singularidades, exige um exame para além dos poderes hegemônicos que destacamos antes. Exige trazer para a análise outras lógicas, cadências e vozes: as contra-hegemonias, as *disputas*, os enraizamentos sociopolíticos e culturais, os vínculos históricos e geográficos de sociabilidade, dentre outras.

As tentativas de “definição de espaços e lugares para si próprios” (muitas vezes “dispersos”) esbarram em interesses poderosos (geralmente “unificados”). Mesmo assim, “as pessoas ainda lutam, ainda se esquivam, ainda se refugiam, ainda promovem tomadas simbólicas de espaço” (Thrift, 1996: 238). Tudo isso demonstra o mérito em se “examinar contextos particulares do dia a dia (...) [a

reprodução social que jazem] às margens (...) [são *loci*] em que pessoas “buscam a construção de espaços localizados de significado” (Thrift, 1996: 242).

No plano da vida individual e coletiva, projetos de vida e “sobrevivência substantiva” (Polanyi, 2012) buscam se afirmar e confrontam com outros projetos provindos dos centros de comando e de poder concentrado. Ainda assim, podem lograr engendrar possibilidades para a promoção de horizontalidades em relações socioespaciais que têm potencial para serem mais aglutinativas, contíguas e solidárias (Santos, 1996).

De qualquer forma, é bom lembrar que no capitalismo em transformação, e produzindo espaços de forma situada e dinâmica, não se pode negligenciar a pauta hegemônica de acumulação (de capitais e poderes), as intencionalidades da pluralidade das frações e subfrações (ramificadas no espaço regional). Elas agem para enquadrar/arranjar/dar coerência e comandar o jogo capitalista de acúmulo de riqueza e de poder, com a sofisticação de seus dispositivos calculativos situados (como no atual capitalismo de plataformas), visando extrair ou capturar rendas e excedentes sociais.

Entes poderosos procuram definir e controlar as agendas ou pautas de acumulação impostas aos territórios, tecendo certa lógica de regionalidades e inter-regionalidades, e geralmente reúnem capacidade concentrada para encaixar e sobrepor decisões que engendram ritmos temporais e lógicas de valorização, impondo uma coesão instrumental e uma coerência estruturada regional. Esse domínio se dá a partir de recorrentes rodadas de inversão de capital na criação de renovado ambiente construído. São rodadas de negócios privados (tanto lícitos quanto ilícitos) que se cristalizam em espaços plurais, diferenciando-os cada vez mais.

Profundas metamorfoses do capitalismo contemporâneo estão abalando as estruturas materiais, simbólicas e societárias, em um ambiente de baixo ou nenhum crescimento econômico, desemprego, exclusões, restrições e desafios às formas democráticas, regressão civilizatória, intolerâncias, violências e brutalidades. Um regime de expropriações (Döre, 2022) está entranhado e se reproduzindo e fortalecendo nas várias escalas espaciais. Ao mesmo tempo, a lógica da capitalização de qualquer fluxo de rendimentos a determinada taxa de juros (e câmbio) se torna o princípio orientador do cálculo avaliativo e da valorização dos vários capitais e invade todos os espaços. A extração de rendas (fundiárias, minerárias, monetárias, monopolistas etc.), com a capitalização de seus fluxos futuros de rendimentos esperados, se se tem a garantia dos direitos de propriedade privada e a riqueza patrimonial, consolida o movimento sistêmico de valorização do valor.

Nos países periféricos e subdesenvolvidos, tais processos transcorrem em espaços urbano-regionais de grande precariedade e em meio a avanços da expansão urbana sem urbanidade e sem o suporte de serviços urbanos adequados. As relações dinâmicas campo-cidade não engendram uma hinterlândia de apoio. Há dificuldades para a cidade estabelecer relações de maior interdependência com sua região de influência, com mercados que se retroalimentem dinamicamente. Segundo Milton Santos,

o tempo do atraso e a defasagem existentes nos países subdesenvolvidos opõem-se à propagação ‘instantânea’ dos elementos da economia em países centrais [...] Essa grande diversidade de situações concretiza-se no ‘fervilhamento urbano’. A urbanização se faz de maneira mais rápida, nascem pequenas cidades, redes tradicionais se desmantelam e novas regiões se elaboram. Este dinamismo urbano é uma das características dos países subdesenvolvidos, nada havendo em comum com a relativa estabilidade dos países industrializados (Santos, 1980, p. 101).

Chico de Oliveira, em 1972, no seu livro *Crítica à Razão Dualista*, apontava as deficiências da conceituação do subdesenvolvimento como uma formação cindida por polos estanques “atrasado” versus “moderno”. Para ele, o processo de subdesenvolvimento deveria ser visto como um produto da expansão mundial do capitalismo e “como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global”. Denunciava que seus teóricos do subdesenvolvimento negligenciaram “os aspectos internos das estruturas de dominação”.

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia (Oliveira, 2003, p. 32).

Essa hibridez e suas interações complexas e relações dialéticas entre as formas arcaicas e novas são dialéticas e requerem estudos apurados.

Essa combinação de desigualdades não é original; em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante. A originalidade consistiria talvez em dizer que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo.

Essa forma parece absolutamente necessária ao sistema em sua expressão concreta no Brasil (Oliveira, 2003, p. 39).

Roberto Schwarz, no prefácio ao mesmo livro, afirma a novidade dessa interpretação das especificidades do capitalismo no Brasil: “A peculiar persistência de formas [atrasadas] não eram vestígios do passado, mas partes funcionais do desenvolvimento moderno” (p. 18). “A responsabilidade pelo teor precário da vida popular era atribuída à dinâmica nova do capitalismo, ou seja, ao funcionamento contemporâneo da sociedade, e não à herança arcaica que arrastamos”, ou seja, é “essência e não praga estranha ao organismo” (Schwarz, 2003, p. 19).

Perseguir (também espacialmente) e averiguar os encadeamentos das decisões estratégicas das frações sociopolíticas que detêm o poder concentrado é um passo metodológico e analítico central na apreensão espacial da realidade. A reconstituição do sistema ou matriz decisional deve ser acompanhada, reconhecendo que não se trata de um painel ou aparelho inerte, simétrico e monolítico de ações, decisões e reações abstratas, mas de um aparato de poder concreto, disputado e dinâmico.

Concretiza-se no espaço a ação de forças hegemônicas com poder diferencial de comando, impondo intencionalidades das práticas e estratégias de agentes dominantes, que dispõem de poder de pagamento e de mando, em exercício de inculcar e modelar, através de prestígio, influência, autoridade e interferência de parcela decisiva do curso dos acontecimentos que produzem socialmente determinado espaço. Grandes conglomerados empresariais e outros agentes poderosos irradiam seus impulsos, se sobrepõem e reproduzem práticas e relações sociais díspares, com diversas modalidades de ação e recursos de poder material e simbólico. São agentes significativos, que acumulam e exercem grande capacidade de projeção, reverberação e imposição de seus interesses e estão munidos de capacidades assimétricas para estruturar e direcionar cadeias de ação e reação.

Um dos desdobramentos espaciais desta ação toma a forma do que Milton Santos denominou de verticalidades, quando se inscrevem regionalmente ações hierarquizadas em que ocorre a imposição ao território, com tendência a promover fragmentação (Santos, 1996) e o desalinhamento de articulações mais coletivas. Os espaços são subjugados em sua inserção externa à região. Através de um arco de alianças hegemônicas, pode ocorrer a instalação impositiva de racionalidades exógenas, extemporâneas e extraterritoriais.

Assim, nesse contexto, devem-se discutir o papel retrógrado e o poder das formas e lógicas arcaicas dos polimórficos capitais mercantis

(especulativas, usurárias, imobiliárias etc.) que, na maioria das vezes, são recombinações, reajustados, reconciliados e realinhados com os modos de funcionamento, as formas e as estratégias dos capitais mais “modernos” e fictícios-financeiros (geralmente ancorados em títulos da dívida pública). Uma função destacada nesse ambiente é desempenhada pela mídia corporativa que sanciona as narrativas em benefício do agronegócio, do mercado financeiro e da extração mineral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos apontar algumas questões que pudessem contribuir para a discussão da problemática imprescindível da geografia do desenvolvimento desigual e recombinações, sobretudo em países periféricos e subdesenvolvidos como o Brasil. Coloca-se a premissa em se buscar em nossas pesquisas uma melhor articulação das variadas dimensões da vida humana, realizando estudos mais situados e com posicionalidade espacial.

Buscando penetrar na peculiar teia da substancialidade da vida humana e não humana, nossas pesquisas deveriam buscar apreender a riqueza das atuações, intencionalidades, motivações e comportamentos no plano da vida cotidiana da casa, do lar, do bairro, da família, da reprodução da unidade escalar “mínima”, das ações transgressoras e subjetividades rebeldes. Identificar possibilidades de geração sociopolítica de potentes fissuras que podem ser constituídas nos microespaços de emancipação. Essas ações transgressoras se dão no espaço que Milton Santos (1987) chama de espaço “do cidadão”, onde o indivíduo, em um feixe de relações, pode impor seu próprio ritmo, em uma temporalidade mais lenta.

Nesse sentido, são requeridos estudos aprofundados das estratégias e agendas reprodutivas de relações sociais de cada um dos segmentos, classes e frações presentes na escala regional, a partir de análises mais relacionais-comparativas e regionalizadas. Poderíamos construir a oportunidade para um melhor entendimento das estruturas e das conjunturas do atraso, discutindo as (con)junções dinâmicas da verdadeira constelação cotidiana de violências, destituições, precarizações que fazem o desenvolvimento desigual e combinado histórico-geográfico do Brasil. Teríamos, assim, a possibilidade de entendê-lo em sua inserção contraditória em um contexto geopolítico, geoeconômico e geocultural, a partir de uma ótica em múltiplas escalas e, sobretudo, de mapeamento dos variados e potentes contrapontos às forças hegemônicas e as potencialidades de transformação social desde baixo...

Assim, fica a disputa por criar fissuras sociopolíticas e culturais e um utopismo concreto da afirmação de temporalidades mais lentas e espacialidades mais substantivas, democráticas e solidárias.

Como apontamos, lutas multidimensionais, transversais e multiescalares, outras lógicas e as utopias concretas das várias formas de reprodução da vida como, por exemplo, as potencialidades das lutas a partir da/na escala do corpo (negro, feminino...), as ações regionais pela atenção à vida plena e pela substancialidade da sobrevivência e da convivência comuns, dentre uma pluralidade de outros projetos vívidos e ativos, devem aperfeiçoar a capacidade de investigação científica e a ação política contra-hegemônicas.

Vivemos em uma quadra geo-histórica e conjuntural em que a minoria dos espaços nacionais, isto é, o capitalismo dos países centrais parece se aproximar cada vez mais das mazelas que fazem a realidade da maioria, ou seja, dos capitalismo dos países periféricos.

Nesse contexto – quem sabe? – de onde se pode melhor visualizar as contradições, os impasses e as potencialidades da posicionalidade periférica neste capitalismo já em sua terceira década do século XXI, talvez pudesse ser o lugar privilegiado e com potência para resistências, ousadias e experimentações políticas emancipatórias.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos A. Construção social de uma variedade de mercados: capitalização de rendas e capitalismo de plataforma. *Geosp*, São Paulo, v. 28, n.1, 2024
- CANETTI, Thiago. **A condição periférica**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.
- CANETTI, Thiago. **Brasil-catástrofe**: constelações da destruição que estamos vivendo. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DÖRRE, Klaus. **Teorema da expropriação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- FIORI, José Luis. **A guerra, a energia e o novo mapa do poder mundial**. Petrópolis: Vozes/Inep, 2023.
- HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LEOPOLDO, Eudes. A região e sua redescoberta pela geografia no século XXI. *In*: LEOPOLDO, Eudes *et al.* (org.). **Por uma nova geografia regional**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 63-78, 2021.
- MATTEI, Clara. **A ordem do capital**: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo. São Paulo: Boitempo, 2023.

- MITIDIERO Jr., Marco A. *et al.* (org.). **A geografia que fala ao Brasil**: XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia/Anpege. Marília: Lutas Anticapital, 2022.
- NUNES, Rodrigo. **Nem horizontal, nem vertical**: uma teoria da organização política. São Paulo: Ubu Editora, 2023.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PECK, Jamie. O desenvolvimento regional desigual. **E-metropolis**, nº 48, ano 13, 2022.
- PECK, Jamie. **Variegated economies**. New York: Oxford University Press, 2023.
- PECK, Jamie. Combination. *In*: TARIQ, Jazeel *et al.* (ed.). **Keywords in radical geography**: Antipode at 50. Oxford: Wiley, 2019. p. 50-55.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- SANTOS, Milton. **Urbanização desigual**: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SCHWARZ, Roberto. Prefácio com perguntas. *In*: OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo, Boitempo, 2003.
- THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. *In*: GREGORY, Derek, MARTIN, Ron; SMITH, Graham. **Geografia humana**: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.
- TROTSKY, Leon [1930]. **A história da Revolução Russa**. Brasília: Editora do Senado Federal, 2017. 3 v.
- TROTSKY, Leon [1906]. **Balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Monkey Books, 2000.
- TUPINAMBÁ, Gabriel. Orelha. *In*: CANETTIERI, Thiago. **A condição periférica**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS QUE ATRAVESSAM O TERRITÓRIO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI¹

DENISE CRISTINA BOMTEMPO

A migração é um tipo de mobilidade que articula as pessoas, no espaço e no tempo de maneira coexistente. Existem diversas causas para que as migrações ocorram, entre elas econômicas, políticas, sociais, culturais, ambientais etc. Do ponto de vista da escala geográfica, as migrações possuem diversas tipologias. Em relação à escala espacial, temos migrações internas e internacionais, bem como temporárias e permanentes, ao levarmos em consideração a escala temporal.

O Brasil é um país constituído por múltiplos movimentos migratórios e a Geografia enquanto ciência pode contribuir para explicações tanto da configuração como do conteúdo das dinâmicas migratórias que coexistem no território em cada período histórico. Para ler as migrações em curso no século XXI, trabalhamos na construção de um caminho interpretativo que prime pela definição de procedimentos analíticos, por intermédio da escolha de temas, abordagens, categorias, conceitos; e procedimentos operacionais, por meio da definição de variáveis, indicadores quantitativos e qualitativos, secundários ou primários, escolha de agentes a serem investigados e fontes de informações

1 O texto é produto de pesquisas realizadas no âmbito da pesquisa “Migração forçada na região Nordeste do Brasil: redes, circularidades e territorialidades”, que conta com financiamento do CNPq por meio do Edital Universal – Processo: 422880/2021-3. O conteúdo foi apresentado durante o XV Enanpege, na Mesa-Redonda 14 intitulada: “Dinâmicas migratórias: temas, abordagens e práticas para o século XXI”, de cujo debate tivemos imensa satisfação de participar.

empíricas. Vale a pena ressaltar que o elemento definidor dos procedimentos operacionais é a questão (ou as questões) de base da investigação.

Ainda, dada a configuração de uma economia mundo neoliberal, as desigualdades se manifestam nos territórios e condicionam expulsões, barramentos, aprisionamento e/ou constantes movimentos que necessitam de leituras que consideram elementos estruturais e conjunturais condicionantes dos fenômenos populacionais. Assim, a eleição das variáveis analíticas e operacionais do presente podem explicar fenômenos, processos e eventos desiguais que atravessam o espaço-tempo e que geram a coexistência de movimentos migratórios configurados por fatores causais diversos e materializados em múltiplas escalas espaciais. Formadas por pessoas que na escala da vida (majoritariamente cidades), constituem territórios e desenvolvem atividades à margem, as migrações do tempo presente necessitam ser problematizadas.

Diante do apresentado, para discutir sobre as migrações internacionais que atravessam o território brasileiro no período atual, este texto está organizado em três partes, mais esta introdução e considerações finais. Na primeira parte, a partir dos referenciais, discutimos a migração enquanto um fenômeno social e territorial configurado por fatores causais diversos que coexistem espacial e temporalmente. Em continuidade, na parte dois analisamos de que maneira a existência de políticas e agentes podem contribuir para a chegada e a permanência dos migrantes. Como desdobramento, na parte três do texto, verificamos como o desenvolvimento de atividades econômicas podem contribuir, com que territorialidades migrantes podem ser mapeados na escala da cidade, por meio de uma economia urbana da migração que é soerguida e que sustenta uma “economia da pobreza” em circuitos transnacionais.

A MIGRAÇÃO ENQUANTO UM FENÔMENO SOCIAL E TERRITORIAL

Ao considerar os direcionamentos, as migrações que se materializam nos territórios não respeitam os clássicos trajetos mapeados ao longo do século XX. No século XXI, as migrações, sobretudo das pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, social, cultural, política, ambiental e de gênero, apresenta uma configuração e um conteúdo que envolve os países do Sul-Sul Global. A migração caracterizada como Sul-Sul é forçada, as pessoas em situação de migração são originárias de países marcados pela exploração colonial e escravocrata e que representam os países mais desiguais na escala mundo¹.

1 Sobre o assunto, sugerimos consultar: <https://doi.org/10.1590/1679-395120200056>

Mormente, desse conjunto de países, o direcionamento dos fluxos abarca aqueles que compartilham relações cotidianas de fronteira, que possuem proximidades linguísticas, culturais, cooperações econômicas e políticas, dentre outras. Essas variáveis estruturais, associadas às variáveis conjunturais, sendo elas a formação de redes de cooperação organizadas pelos próprios sujeitos em movimento, facilitadas pelas redes técnicas materiais e imateriais de comunicação e informação, são importantes para construir um caminho de interpretação das migrações no século XXI.

Bomtempo (2020, p. 438) assevera que as migrações no período atual

apresentam características peculiares, dentre elas os próprios motivos que levam à decisão de migrar, que são: trabalho, união familiar, desastres ambientais, aposentadoria, estudos, perseguições (de gênero, política, religiosa, étnica), refúgio, conflitos e guerras, desenvolvimento de trabalho com alto grau de qualificação etc.

Nesse sentido, na visão de Haas *et al.* (2020), Mauss (2015) e Tarrius (2013), no período atual, dada a diversidade dos fluxos migratórios, o caminho epistemológico para os estudos que versam sobre a temática das migrações são interessantes de serem desenvolvidos por meio da utilização de metodologias que estejam pautadas na interdisciplinaridade².

Diante do apresentado, consideramos que falar, definir e explicar a configuração e o conteúdo das migrações no período atual é uma questão complexa, pois exige uma multiplicidade de abordagens teóricas e metodológicas. Sayad (1998, p. 46) afirma que a migração deve ser lida como um “fato social completo”, já que, enquanto uma palavra de duas ordens, a interpretação e a explicação da migração não devem separar os lugares de origem e de migração das pessoas em movimento, como fazem, por exemplo, os trabalhos que primam pela análise puramente estatística. Entretanto, com vistas ao entendimento da totalidade, é interessante uma explicação do fenômeno migratório que considere os sujeitos que o compõem, ou seja, o migrante, sendo ele ao mesmo tempo emigrante e imigrante envolvido em lugares e trajetórias contínuas e ininterruptas, mesmo que seja um deslocado do seu terreno de origem.

Para Tarrius (2000, p. 45), os estudos sobre as migrações necessitam de uma metodologia que se preocupe em entender as “trajetórias que articulam a história de vida, tal como a descreve cada interlocutor e os acontecimentos

2 Essa interdisciplinaridade nos estudos migratórios já foi defendida por Maximilian Sorre em várias de suas obras, dentre as quais podemos citar: SORRE, Max. *Les migrations des peuples: essai sur la mobilité géographique*. Paris, Flammarion, 1955. SORRE, Max. *Rencontres de la Géographie et de la Sociologie*. Petite Bibliothèque Sociologique Internationale, 1957.

gerais, exteriores às vontades individuais, mas contribuindo com a construção dos destinos” que não são mais definitivos, mas que apresentam circularidade, e assim se formam “territórios circulatórios”, que o autor apresenta como novos espaços de movimento que “englobam as redes definidas pela mobilidade cujo *status* deriva de seu saber-fazer de circulação” (Tarrius, 2000, p. 55). Essa noção reafirma que o movimento migratório está sempre investido de significado social.

Destarte, outra abordagem relevante para analisar as migrações no período atual é a de Mondardo (2012), que apresenta uma interpretação das migrações a partir do imaterial e da escala dos sujeitos, sem perder de vista as dimensões estruturais e conjunturais nas quais se encontram as pessoas em processos migratórios. Assim, de acordo com o autor supracitado:

não se pode, entretanto, negar as causas macroestruturais e as relações econômicas na mobilidade espacial da população; contudo, as causas econômicas não podem explicar satisfatoriamente em sua multidimensionalidade o processo migratório e as motivações dos sujeitos para migrar, pois não intervêm apenas decisões ‘racionais’ que apontam equilibrar riscos e benefícios (Mondardo, 2012, p.20).

Neste trabalho, as migrações são interpretadas por meio de um arcabouço teórico metodológico no qual se avalia que a configuração e o conteúdo dos fluxos migratórios coexistentes espacial e territorialmente são resultantes de dinâmicas e processos estruturais e conjunturais e pela ação de múltiplos agentes. Na escala da manifestação dos fluxos migratórios, elas são explicadas pelos migrantes, entendidas como elo dos territórios, já que carregam o território de origem e o território de migração em seus corpos e por meio das redes. Ao fazer essa afirmação, compreendemos que a migração é um fato social (Sayad, 1998) e territorial completo já que todas as relações são estabelecidas pelos sujeitos (que permanecem e que migram) no território por meio de redes.

Então, diante da diversidade e complexidade das migrações no século XXI, o caminho por que optamos é aquele que prima pelo uso de conceitos, variáveis analíticas e operacionais que consideram os sujeitos, seus trajetos e circularidades construídas por meio das inúmeras fronteiras (materiais e simbólicas) cruzadas (da casa, da comunidade, da cidade, dos países e das cidades no território de migração).

No território brasileiro, presenciamos um momento paradigmático no que concerne à migração, já que, por um lado, constata-se cada vez mais a fluidez da comunicação, da informação, das normas e do dinheiro; por outro lado, há um acirramento do controle, da vigilância, da normatização e do ordenamento do fluxo de entrada no território brasileiro. Trata-se de um processo de

monitoramento e seletividade que se diferencia conforme a origem territorial daqueles que querem entrar no Brasil.

Diante da financeirização do capital, da acentuação de políticas neoliberais, dos crescentes conflitos e das crises nos países do Sul Global, as pessoas em situação de risco são um crescente na escala mundo e, por isso, a migração se apresenta enquanto alternativa na busca pelo direito de existir.

De acordo Sassen (2016), presenciamos inúmeras manifestações de expulsões na escala mundo. Todavia, ainda de acordo com a autora, uma das formas mais extremas de expulsão é das “pessoas que vivem em pobreza abjeta no mundo inteiro”, incluem-se “pessoas deslocadas, armazenadas em campos formais e informais de refugiados, os grupos convertidos em minorias nos países ricos e que são amontoados em prisões” (Sassen, 2016, p.11) como criminosos por tentarem ultrapassar fronteiras para dar continuidade à trajetória. São fronteiras cada vez mais seletivas, em que as pessoas são barradas, presas, violentadas, separadas de seus grupos familiares, além de serem espaços de ações violentas atreladas às questões de xenofobia, aliciamento para o tráfico de drogas, tráfico de pessoas, órgãos e exploração sexual.

A migração provoca múltiplos impactos no território e na vida das pessoas envolvidas no processo migratório, com destaque para quem migra, quem permanece e quem recebe os sujeitos em situação de migração. O Brasil é um dos países que exercem função de centralidade na América do Sul, enquanto território de acolhida de migrantes forçados. Todavia, essa centralidade se construiu de maneira processual. Se fizermos uma periodização, verificamos que na primeira década do século XXI, de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur, 2022), foram registrados, nos anos de 2000, 2005 e 2010, apenas 330 casos de solicitação de pessoas que cruzaram a fronteira em situação de migração forçada. Essa situação foi completamente revertida a partir do ano de 2013, com o desastre ambiental e a crise social no Haiti. Após dois anos, houve um crescimento considerável nos números, quando foi possível notar um total de 16.000 pedidos de refúgio de haitianos para o Brasil (Jesus, 2020).

Atualmente, de acordo com o Acnur, em parceria com o Comitê Nacional para Refugiados (Conare) e a Polícia Federal do Brasil, observa-se que as solicitações de refúgio ao governo brasileiro chegaram a um número superior em relação à década passada, sendo registrados 80.000 mil pessoas de múltiplas nacionalidades em 2022, com destaque para pessoas originárias de Cuba, Haiti, Senegal, Angola, Síria, Índia, China e Venezuela. Configura-se assim um

movimento que articula espaços e pessoas do Sul Global, o que também se conhece como migração Sul-Sul (Baeninger, 2018).

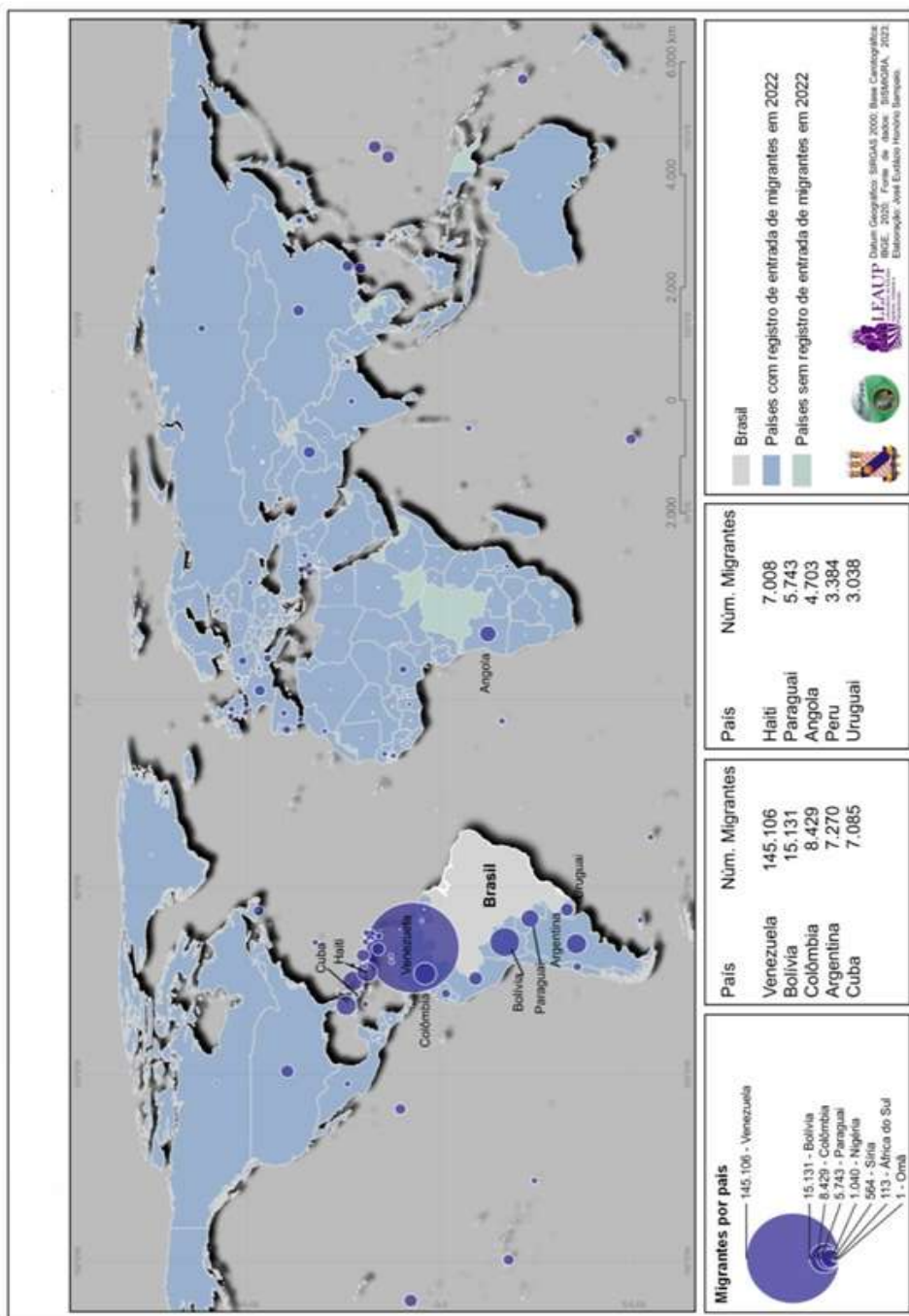
No Mapa 1, por meio do país de origem dos migrantes entrados no Brasil, verificamos que a migração internacional predominante é de fronteira. De acordo com o Sismigra (2022), no que concerne à origem dos migrantes entrados no Brasil, predominam pessoas originárias dos países da América Latina, sobretudo América do Sul, tais como Venezuela, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Argentina, Uruguai, Haiti e Cuba. Foram registradas pessoas originárias dos países africanos, com destaque para: Angola, Nigéria, Senegal, Guiné-Bissau, África do Sul, entre outros. No ano de 2022, a migração de pessoas dos países da América do Norte, do Oriente Médio, da Ásia e da Oceania também foi registrada no Brasil.

Em território brasileiro, os migrantes internacionais se fazem presentes em todos os estados, conforme pode ser verificado no Mapa 2, porém não de maneira homogênea ao considerar os anos de 2000, 2010 e 2022. Ao se levar em conta a regionalização proposta por Santos e Silveira (2001), no ano 2000 é possível verificar que os migrantes internacionais no território brasileiro se fazem presentes majoritariamente nos estados que compõem a “região Concentrada” (São Paulo e Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais).

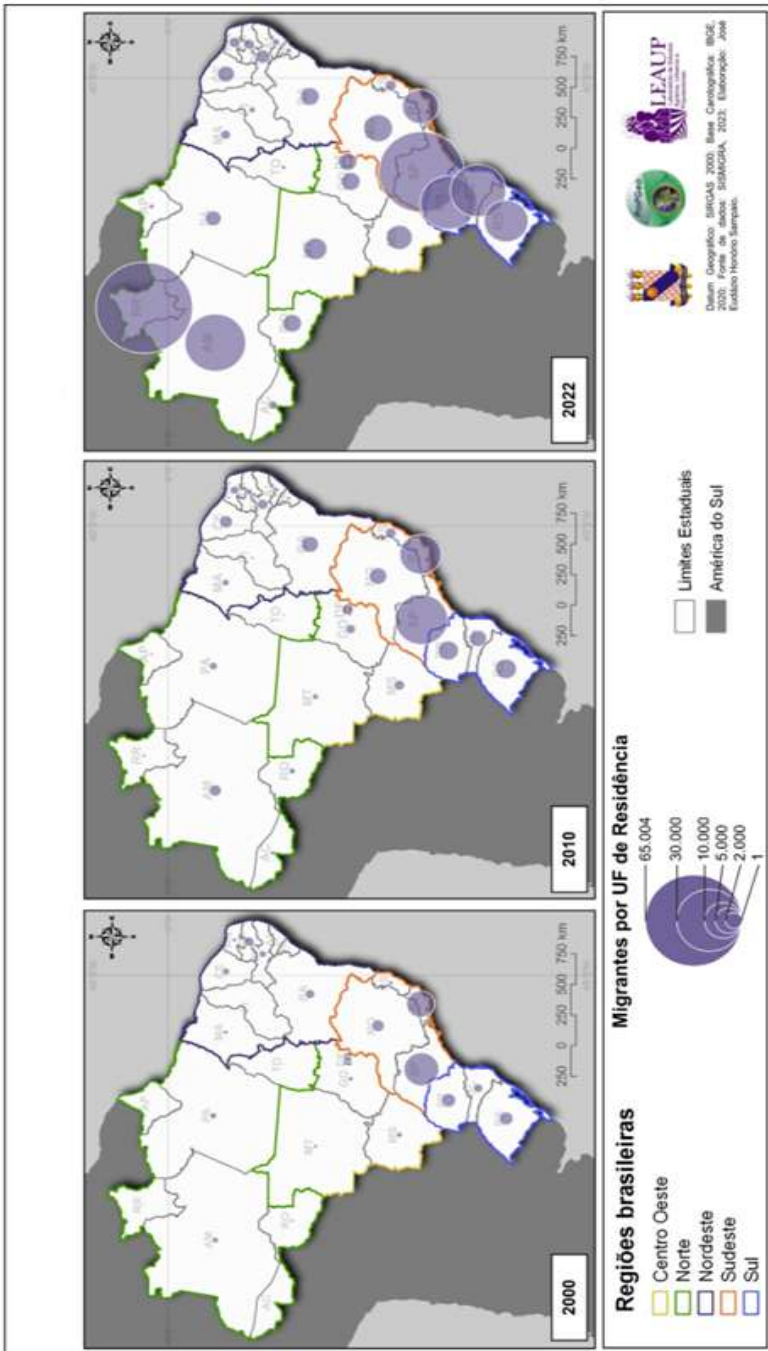
Por sua vez, no ano de 2010, o volume da migração internacional aumentou e a presença de migrantes foi reforçada nos estados que compõem a “região Concentrada”, mas também se nota uma presença maior nos estados da região Norte (Amazonas) e Nordeste (Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará). Em 2022, a configuração que começou a ser observada em 2010 ficou ainda mais evidente, sobretudo na região Norte do país (Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Pará e Acre) e na região Nordeste, em que é possível notar migrantes internacionais em todos os estados que compõem a região. Assim como os demais anos, os estados da “região Concentrada” apresentam maior volume de migrantes, com destaque para São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No que concerne à origem territorial dos migrantes internacionais que foram registrados no Brasil, no ano de 2000 predominavam pessoas originárias majoritariamente dos Estados Unidos, da China, da França, da Alemanha e da Argentina, caracterizando assim uma migração internacional cuja direção era dos países do Norte Global para o Sul e uma migração de fronteira ao considerar as pessoas originárias da Argentina, conforme Mapa 3. A configuração dos movimentos migratórios internacionais que atravessam o Brasil no ano de 2022 do ponto de vista da origem dos migrantes se altera em relação ao ano de 2000.

Mapa 1 – Origem dos migrantes com registro de entrada no Brasil por país de origem – 2022

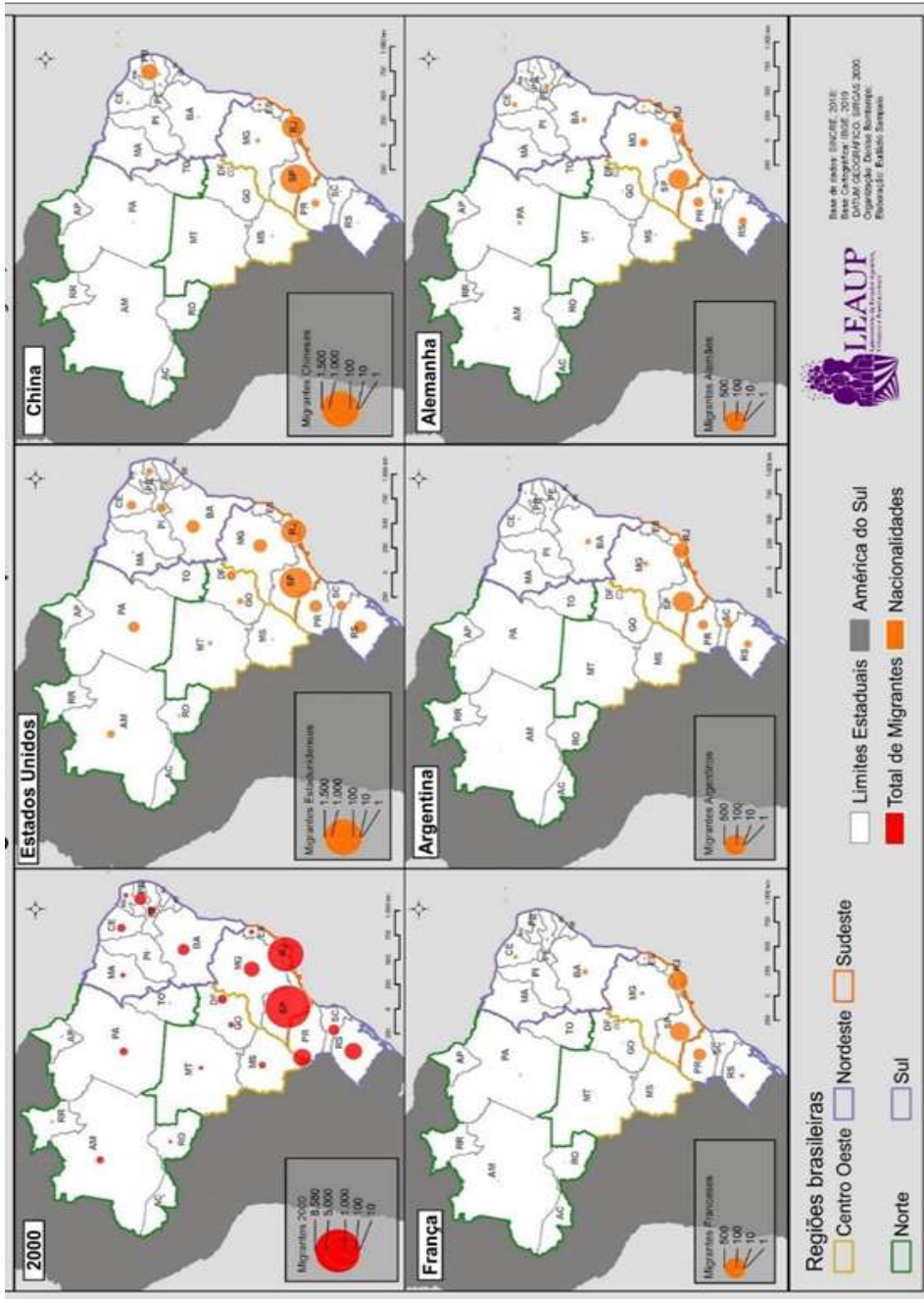


Mapa 2 – Residência dos migrantes no Brasil, por Unidade da Federação 2000-2010-2022



Fonte: Sismigra (2022). Elaborado por José Eudázio Sampaio.

Mapa 3 – Nacionalidade dos migrantes internacionais por Unidade da Federação – 2000



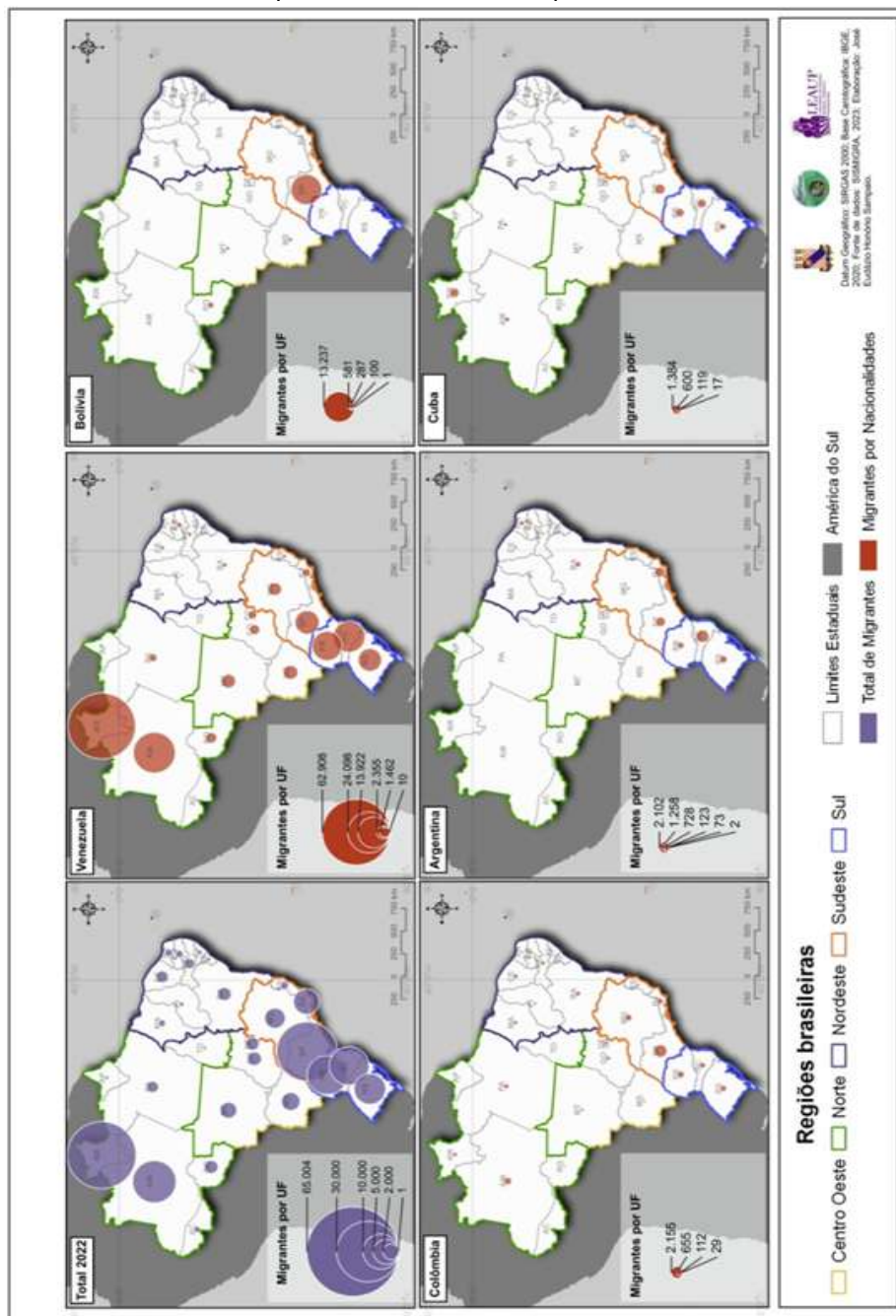
Passados 22 anos, nota-se a presença de pessoas originárias dos países do Sul Global e majoritariamente de países fronteiriços (Venezuela, Colômbia e Argentina) e países da América Latina (Cuba e Bolívia) em todos os estados brasileiros, conforme é possível verificar no Mapa 4.

A migração transfronteiriça que envolve o Brasil foi alvo de inúmeros trabalhos; entre eles, destacam-se: Haesbaert e Barbara (2001), que estudaram a migração de brasileiros para o Paraguai (iniciada em meados do século XX). Os autores viram como identidades podem ser construídas na migração a partir dos sujeitos “brasiguaios”. Buhler (2008), por sua vez, analisa a condição fronteiriça dos rizicultores entre Brasil e Uruguai por meio das territorialidades e estratégias de acesso aos recursos para desenvolvimento das atividades agrícolas.

Mondardo (2012) faz uma leitura de intensos conflitos e resistências transfronteiriças que envolvem povos indígenas, migrantes e empresários do agronegócio na fronteira Brasil-Paraguai. A partir do mesmo recorte territorial, Albuquerque (2005) analisa os conflitos interculturais na fronteira Brasil – Paraguai. Por sua vez, Chaves (2023), tendo como recorte empírico a fronteira Brasil-Bolívia, faz um importante trabalho sobre as trocas simbólicas transfronteiriças por meio da manifestação religiosa da “Virgem de Copacabana”, cultuada por migrantes bolivianos e brasileiros em condição transfronteiriça (Corumbá-Brasil – Puerto Quijarro-Bolívia).

Já Bomtempo e Oliveira (2023) ao fazer a leitura da migração forçada de venezuelanos para o Brasil, analisam os conflitos transfronteiriços demarcados territorialmente no recorte empírico que compreende Santa Helena de Uairén-Bolívar-Venezuela e Paracaraima-Roraima-Brasil. Os autores também problematizam a condição da fronteira a partir do movimento migratório de venezuelanos no território brasileiro, à medida que compreendem que, por intermédio desse movimento, tem-se o alargamento da condição transfronteiriça de migrantes venezuelanos que são registrados pela “Operação Acolhida” do governo federal (2017), que tem, entre outros objetivos, direcionar migrantes em condição forçada para diversos estados brasileiros. Tal operação é capitaneada pelo exército brasileiro e sustentada por agentes internos e externos. Os migrantes são acompanhados pelo exército da fronteira até as casas de acolhida, mormente sob gestão de grupos da sociedade civil (igrejas, associações etc.). Durante a estadia nas casas, tais migrantes continuam sendo monitorados pelos agentes que controlam a operação, como também por agentes de vigilância e gestão da fronteira supranacionais. Desse modo, trabalha-se com a perspectiva de que a configuração territorial da fronteira se alarga, na medida em que a normatização, a gestão e o controle dos migrantes que se inicia com o cruzamento, o registro e o direcionamento para vários estados do Brasil faz

Mapa 4 – Principais nacionalidades dos migrantes no Brasil, por Unidade da Federação – 2022



com que a condição transfronteiriça de vigilância seja multiescalar (do território zona ao território reticular à escala do corpo dos sujeitos migrantes) e multidimensional (envolvendo questões econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais).

A partir dos referenciais, ao se considerar a fronteira enquanto produção histórica, econômica, política, social, ambiental, cultural e espacial, faz-se mister a leitura dos movimentos migratórios internacionais no século XXI a partir de relações transfronteiriças em condição multiescalar e multidimensional e não puramente demarcadas num espaço métrico.

A migração enquanto um fenômeno marcado por relações sociais de conflitualidade e cooperação que envolve territórios de maneira multimensional e multiescalar não se manifesta empiricamente de forma homogênea. Existem territórios que são demarcados enquanto trânsito, circularidade e permanência e que podem sofrer alterações de sua tipologia de acordo com as causas que soerguem as migrações.

Considerar a origem territorial dos sujeitos, bem como os agentes envolvidos como prerrogativa para explicar a configuração e o conteúdo dos fluxos migratórios, é um caminho metodológico que permite entender a migração enquanto fato social e territorial completo a partir dos sujeitos em movimento. Desse modo, para dar continuidade, faz-se mister conhecer quais as razões para a centralidade do Brasil na recepção de migrantes internacionais no século XXI.

DINÂMICAS TERRITORIAIS E CENTRALIDADE DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL

No século XXI, de maneira geral, as migrações que apresentam maior volume do ponto de vista quantitativo são aquelas cujo perfil dos migrantes é marcado por vulnerabilidades múltiplas experienciadas no território de origem, bem como nos trajetos percorridos. As dinâmicas territoriais, a ação de múltiplos agentes, as políticas públicas, bem como a existência de redes técnicas, sociais, de solidariedade e cooperação elevam a coexistência de fluxos migratórios constituídos por diversos fatores causais. Desse modo, são diversos os territórios que apresentam centralidade no conjunto das migrações internacionais.

Diferentemente das migrações internacionais ocorridas até metade do século XX, cujo fator determinante dos movimentos era econômico, no século XXI esses fatores se ampliam e podem ser caracterizados enquanto estruturais, conjunturais e próprios de cada grupo migratório. Assim, dada a maior dispersão das atividades econômicas associadas a fatores que permitem a

continuidade da trajetória enquanto sujeitos sociais, países como o Brasil, no contexto do continente americano, juntamente com México e Argentina, ganharam centralidade na recepção de migrantes internacionais, tanto aqueles que migram em situação de vulnerabilidade quanto aqueles que migram com perfil de investidores (Bomtempo, 2020a) e que buscam ou já possuem qualificação profissional (Bomtempo e Sena, 2021).

A centralidade regional do Brasil nas migrações que atravessam a América Latina (Bomtempo, 2019) deve-se em grande medida à estabilidade econômica e política alcançada pelo Brasil no período de 2002 a 2016. Nesse período, houve a aprovação da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, reconhecida como “Lei de Migração”³. Associada ao projeto de modernização e tecnificação do território, a Lei de Migração, em que predominam ações de acolhimento em detrimento de punições, permitiu que além de dinâmicas econômicas e territoriais, dinâmicas populacionais advindas de migrações fossem cartografadas.

Enquanto resultado, no que concerne à dinâmica populacional, tivemos a coexistência de múltiplos fluxos migratórios do ponto de vista das direções, das causas, do volume, da escala e da temporalidade. Entre os fluxos internos, podem ser citados: migração inter-regional, intrarregional, temporária, campo-cidade, cidade-campo, urbano-regional, migração de retorno. Entre as migrações internacionais, predominam as transfronteiriças envolvendo países do Norte-Sul e Sul-Sul global.

Entre os migrantes, cuja origem territorial são países do Sul Global, verifica-se um volume considerável de solicitantes de refúgio (Bomtempo e Oliveira, 2023), sobretudo de países latino-americanos, asiáticos, africanos e do Oriente Médio. Vale ressaltar que, entre tais migrantes, é constatada a migração de povos originários, a exemplo dos indígenas venezuelanos da etnia Warao que cruzaram a fronteira Venezuela-Brasil em 2016. Na rede urbana brasileira, tais movimentos articulam grandes cidades, metrópoles, cidades médias, centros regionais e pequenas cidades de todas as regiões brasileiras, todavia o que se apresenta enquanto novo é a presença da migração internacional em cidades que desempenham diferentes funções na rede urbana, de maneira especial nas cidades das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Nessas cidades, é possível verificar a presença de múltiplas nacionalidades como também de diversos perfis migratórios, tais como refugiados, trabalhadores

3 Construída durante cinco anos (2013-2017) de maneira horizontal entre movimentos, associações, coletivos, instituições, governos, universidades, sociedade civil e grupos de migrantes de diversas nacionalidades residentes no país, mas aprovada com diversos vetos durante o governo golpista de Michel Temer (agosto 2016/dezembro 2018).

qualificados do ponto de vista técnico e sem qualificação técnico-acadêmica, estudantes, como também migrantes investidores. A migração de pessoas originárias dos países africanos contempla todos esses perfis migratórios.

ECONOMIA URBANA DA MIGRAÇÃO: OS AFRICANOS NAS CIDADES BRASILEIRAS

No século XXI, os migrantes africanos se fazem presentes no território brasileiro enquanto refugiados, trabalhadores qualificados e sem qualificação técnica, estudantes universitários e investidores (Bomtempo, 2019). De 2002 até 2007, a presença dos africanos é cartografada nos estados que fazem parte da região Concentrada (São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná). De 2012 em diante, verifica-se a presença de africanos em todas as regiões brasileiras (Sena; Bomtempo, 2018).

Entre os africanos, a partir das bases do Sismigra, é possível verificar o registro de pessoas migrantes originárias de todos os países do continente africano; todavia, é significativa a presença de migrantes de Guiné-Bissau, Nigéria, Angola, Cabo Verde, África do Sul, Moçambique e Senegal. Entre os africanos foi possível constatar a existência de todos os perfis de migrantes elencados (refugiados, trabalhadores qualificados e sem qualificação técnica, estudantes universitários e investidores).

Para fazer a leitura das atividades econômicas desenvolvidas pelos migrantes internacionais oriundos dos países africanos, utilizamos como um dos nossos referenciais o trabalho desenvolvido por Milton Santos sistematizado na obra *O espaço dividido* (2004⁴) e pesquisas desenvolvidas por Silveira (2015) e Montenegro (2012). Tais obras permitem ler a economia urbana de países que passaram por processos de exploração colonial associados também à escravidão e que possuem até os dias atuais uma estrutura econômica capitalista desigual e pautada na coexistência de atividades formais e não formais (crescente em períodos de crises estruturais e conjunturais). De acordo com Santos (2004, p. 37),

a existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. As diferenças criam circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços.

4 Primeira edição em português: SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido – Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

A economia urbana dos países “subdesenvolvidos”, de acordo com Santos (2004), forma dois circuitos da economia urbana (superior e inferior). Esses dois circuitos coexistem, são complementares e se articulam. Eles se manifestam na cidade e formam dois subsistemas (do sistema urbano), sendo

o circuito superior ou moderno e o circuito inferior. [...] o circuito superior é originário da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior (Santos, 2004, p. 22).

[...] o circuito inferior é formado por atividades de pequena dimensão e interessado principalmente as populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região (Santos, 2004, p. 22).

Ainda, de acordo com Santos (2004, p. 24), “o circuito inferior compreende as atividades de fabricação tradicionais, como o artesanato, assim como os transportes tradicionais e a prestação de serviços”, sendo que na economia dos países “subdesenvolvidos” é que é possível notar a existência do “circuito superior marginal” que acaba “permeado por atividades com predomínio de características do circuito superior, mas que apresentam características também do circuito inferior” (Santos, 2004, p. 42-43).

Ao analisar os dois circuitos, temos a possibilidade de entender a cidade por inteiro e, portanto, o processo de urbanização – nas suas generalidades, particularidades e singularidades. Na relação dela com o mundo e nas suas relações internas e com a região.

Diante dos trabalhos de Bomtempo (2019, 2020a), foi possível verificar que os migrantes internacionais desenvolvem tanto atividades que são vinculadas ao circuito superior, superior marginal, como também inferior da economia urbana. Aqueles que chegam por meio de uma migração forçada desenvolvem atividades para garantir a sobrevivência, sendo essas mormente vinculadas ao circuito inferior da economia urbana. Mas percebemos hoje que os movimentos migratórios coexistem e, com isso, temos grupos de migrantes que adentram o território nacional que se inserem numa parcela de migrantes com perfil de investimento e que dispõem de recursos adquiridos no território de origem.

Por intermédio dos migrantes internacionais presentes nas cidades brasileiras, percebemos maior diversidade de atividades desenvolvidas que precisam ser mapeadas, analisadas e se possível classificadas do ponto de vista econômico e espacial, no que concerne ao pertencimento aos circuitos superior, superior marginal ou inferior. Além disso, é interessante também averiguar se tais atividades podem contribuir para o surgimento de uma economia urbana capitaneada pela migração – “economia urbana da migração” (Bomtempo, 2020a).

Ao verificar o soerguimento de uma economia urbana da migração, faz-se mister identificar quais as demandas específicas desses migrantes, tanto para o desenvolvimento e continuidade das atividades, como também para se reproduzirem enquanto sujeitos sociais no território de migração, conforme apontam Bomtempo (2020a); Bomtempo e Sena (2021); Araújo e Bomtempo (2022).

Nas primeiras décadas do século XXI, a presença de empresas e migrantes com perfil de investimento no Brasil foi garantida, entre outros, pela revisão da Lei de Migração brasileira no período de 2003 a 2016 e aprovada com revisões que não faziam parte das discussões e acordos anteriormente firmados no ano de 2017 (investimento mínimo 2009-2015; investimento mínimo 2015 até os dias atuais: R\$ 500.000,00); criação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Bomtempo, 2020a).

A presença da população migrante com perfil de investimento advinda dos países do Norte e do Sul global garantiu o soerguimento de uma economia centralizada no capital e no trabalho migrante, que Bomtempo (2020) denominou de economia urbana da migração, no qual possui entre suas características: a) capital de investimento oriundo do próprio migrante ou adquirido em agências nacionais de financiamento no território de migração; b) emprego de mão de obra familiar, de pessoas do país de origem e de trabalhadores articulados ao território de migração; c) comercialização de produtos que remetem direta ou indiretamente ao país de origem; d) aquisição dos produtos para comercialização por meio de redes mormente estruturadas por agentes que possuem a mesma origem territorial dos migrantes; e) circuito de produção ou comercialização configurado por uma rede contínua, contígua e transescalar; f) presença de inovações que podem ser do ponto de vista da produção, da organização, da comercialização e das relações entre os sujeitos envolvidos nas atividades econômicas; g) utilização de redes sociais *online* para divulgação e venda dos produtos; h) participação de grupos, instituições e redes sociais que envolvem pessoas do mesmo território de origem com objetivo de debater questões vinculadas ao território de migração e também realizar, muitas vezes, cooperação de insumos, ideias e logísticas variadas; i) atividades que se inserem nos “circuitos superior, superior marginal e inferior da economia urbana”.

Neste texto, apresentamos três exemplos de atividades econômicas protagonizadas por migrantes nas cidades brasileiras, sobretudo na região Nordeste do Brasil. Os exemplos são: 3.1) atividades vinculadas ao circuito inferior da economia – comercialização de roupas e bijuterias; 3.2) atividades atreladas ao circuito superior marginal – produção de roupas; 3.3) atividades do circuito superior da economia urbana – investimentos transnacionais realizados pelos migrantes que comercializam roupas, adornos e artesanatos.

“Eu ando o dia inteiro com as Cangas no corpo”!

Diana⁵, mulher senegalesa, originária de Dakar, 39 anos. Falante da língua Uolofe, francês e português, de religião muçulmana e com escolaridade equivalente ao Ensino Médio, foi registrada pelas autoridades brasileiras como solicitante de refúgio no ano de 2017. Residente no bairro Centro, da cidade de Fortaleza, trabalha como vendedora ambulante de cangas com símbolos da cultura africana na Praia Beira Mar e na Praia do Futuro, em Fortaleza. Ela foi atendida pelos agentes da Pastoral do Migrante da mesma cidade onde residia e trabalhava em outubro de 2021. Seu objetivo era buscar apoio para regularização documental, aquisição de alimentos e móveis.

Nosso contato com Diana teve início em maio de 2022 quando da realização da celebração do Dia do Migrante, realizado pela Pastoral do Migrante e Universidade Estadual do Ceará. Entre as atividades, tivemos o lançamento do Programa de Extensão Universitária “Vidas Cruzadas: migração, saberes e práticas”, o qual coordenamos, e várias outras atividades vinculadas à manifestação cultural dos migrantes internacionais, a saber: música, poesia e feira de artesanato e gastronomia. Diana era uma das expositoras da “Feira dos Migrantes” e chamava muita atenção pela sua beleza, simpatia e abertura para o diálogo. Como comissão organizadora e pesquisadora, tive a preocupação de me apresentar para todas as pessoas participantes. O contato com Diana foi mais intenso do que os demais participantes porque naquele momento a língua francesa fez com que tivéssemos um encontro que gerou bastante empatia⁶.

Após a atividade, tentamos várias vezes conversas presenciais com Diana; entretanto, só conseguimos falar pelo *WhatsApp*. Em uma das conversas, ela relatou que a jornada de trabalho era intensa. “Eu trabalho todos os dias e ando muito! Passo o dia inteiro com as cangas no corpo” (Diana, por mensagem de áudio do *WhatsApp*). Diante da impossibilidade do encontro presencial, provocado pelas longas jornadas de trabalho, foram trocadas várias mensagens em francês no período de agosto de 2022 até setembro de 2023, quando Diana, depois de não ter conseguido o visto de refugiada no Brasil, decidiu continuar

5 Os nomes utilizados no texto são fictícios.

6 Em janeiro de 2022, havia retornado de uma experiência de pós-doutorado em Paris/França. Faço parte de uma geração de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros que enfrentaram a pandemia da Covid-19 fora do Brasil, assim como o governo de extrema direita do presidente (Jair Bolsonaro, 2018-2022) que não disponibilizou editais de financiamento para pesquisas acadêmicas de pós-doutorado realizados no exterior. Desse modo, nossa manutenção foi única e exclusivamente feita por salário pago pela Fundação Universidade do Estado do Ceará. Mesmo diante dessa adversidade e por acreditar na importância da pesquisa científica, o pós-doutoramento foi realizado no período de novembro de 2019 a janeiro de 2022.

sua trajetória nas caravanas de migrantes que se formam nos países da América Central com intuito de cruzar a fronteira para os Estados Unidos.

O percurso de Fortaleza até Poughkeepsie (cidade do estado de Nova York) e distante 1 hora e 45 minutos da cidade de Nova York, teve duração de nove meses. De acordo com mensagens trocadas com Diana, o percurso foi feito a pé e de carona em grupo com outros migrantes. A fronteira do México foi cruzada do lado Oeste e, com a ajuda de familiares residentes nos Estados Unidos, ela conseguiu encontrá-los. Todavia, em uma das últimas mensagens trocadas, Diana compartilhou uma foto que demonstrava ter um problema de saúde, e que na ocasião não podia se locomover para pedir ajuda, já que sentia muita dor, sem documentação e recursos para realizar um possível tratamento médico. Tentamos outras vezes comunicação pelo mesmo número, mas infelizmente perdemos o contato por meio do aplicativo em meados de outubro de 2023.

A economia urbana da migração sustentada por atividades do circuito inferior da economia urbana é majoritariamente atrelada ao comércio de produtos de baixo custo comercializados por vendedores ambulantes no Centro das cidades, nas praias com forte concentração de turistas e nas feiras livres. Esses migrantes comercializam acessórios de ornamentação (bijuterias e óculos de sol), água de coco, roupas e acessórios moda praia (cangas pintadas com elementos da cultura dos países africanos). São majoritariamente senegaleses, homens e mulheres jovens.

Foto 1 – Diana durante a Feira do Migrante em junho de 2022 na UECE



Foto: Bomtempo, junho 2022.

Foto 2 – Parte da perna de Diana após o percurso que durou 9 meses de Fortaleza-CE até Poughkeepsie (estado de Nova York/EUA)



Foto: Diana, outubro, 2022.

Esse perfil de migrante reside em áreas com ausência de infra-estrutura urbana no Centro da cidade, em bairros periféricos e municípios da Região Metropolitana. Eles compartilham (na sua maioria) a casa com pessoas da mesma origem territorial e utilizam o espaço de residência para armazenar os produtos comercializados.

No Brasil, realizam circularidade migratória que envolve cidades litorâneas que não fazem parte da região Nordeste do Brasil e retornam constantemente para o país de origem (tanto aqueles que possuem documentação regularizada de acordo com a legislação brasileira, como aqueles que não possuem – realizam constantes reentradas no Brasil para não ficarem com problemas do ponto de vista documental e assim correr riscos, como pode ser verificado no depoimento de um dos entrevistados:

Eu sou senegalês e cheguei no Brasil no dia 24 de dezembro de 2016. Eu vim para ganhar dinheiro. Eu assistia às novelas e gostei daqui. Os meus dois irmãos moram na Espanha. O Brasil não é como eu esperava [...] é bonito de natureza, mas eu achava que era mais bonito. Eu não tive dificuldade de começar a trabalhar aqui. Eu sempre queria trabalhar só. No Senegal eu trabalhava dirigindo caminhão, tipo vendia peixe em outras cidades. Aqui no Brasil eu tenho meus documentos organizados (CPF, permanência, tudo). Eu vim para o Brasil sozinho e agora vou para meu país e ficar lá quatro meses. Eu moro no Cumbuco (Icarai) e venho aqui para trabalhar (feira livre de São Bento – Cascavel/Região Metropolitana de Fortaleza, que se realiza semanalmente aos domingos. Cascavel fica distante 83 km do local de moradia). Eu trabalho de domingo a domingo. Eu vendo no Centro de Fortaleza, nas feiras e nos festejos do interior. Os produtos que eu vendo eu pego de um amigo que também é senegalês e mora em São Paulo. Eu viajo pra todo canto. Em janeiro vou para as praias do sul do Brasil. Quando fica fraco, perto de abril eu volto para cá. Em julho vou para o Senegal e fico quatro meses. Eu acho bom aqui. Faz três anos que estou aqui e tenho carro, já fiz muita coisa também lá no Senegal com o trabalho daqui. Se eu tivesse lá eu não conseguiria não, entendeu? Eu não saio muito não, entendeu? Eu trabalho para fazer minha vida, entendeu?” (Dio – nome fictício. Entrevista concedida na Feira de Cascavel, julho de 2019).

Desde a conversa realizada com Dio (julho, 2019), foi possível verificar na paisagem das feiras livres da Região Metropolitana de Fortaleza, no comércio ambulante do Centro da cidade e nos ambientes praianos (Beira Mar e Praia do Futuro) de Fortaleza, que tem aumentado o número de vendedores ambulantes, tanto brasileiros como de outras nacionalidades. Por meio do depoimento dos entrevistados, é possível verificar que a atividade informal tem se colocado como alternativa diante das instabilidades econômicas, políticas, sociais e sanitárias associadas ao perfil de extrema direita do governo

nacional (2018-2022) e às problemáticas decorrentes da falta de gestão federal da pandemia da Covid-19.

Entre os migrantes senegaleses, o crescimento das atividades vinculadas ao circuito inferior da economia urbana é sustentado por mercadorias *made in China* adquiridas por uma rede de fornecedores (também senegaleses) distribuídas para vendedores da mesma origem territorial. O contato para distribuição e venda é estabelecido por meio de redes sociais informacionais e a mercadoria é transportada por empresas terrestres e aéreas.

Essa rede técnica e social permite o desenvolvimento do comércio fomentado pelos senegaleses nas cidades e contribui para o surgimento e a permanência de uma economia urbana da migração vinculada ao circuito inferior da economia (Fotos 3 e 4), já que se trata de atividades desenvolvidas por migrantes de uma mesma origem territorial que armazenam, distribuem e vendem os produtos articulados por múltiplas escalas nas cidades de diferentes portes e funções na rede urbana brasileira.

“É roupa africana com tecido africano? Pode vender para mim?”

As atividades de produção e comercialização de confecções, protagonizadas pelos migrantes africanos, permitem identificar elementos de uma economia urbana da migração vinculada ao circuito superior marginal da economia urbana, conforme podemos constatar no depoimento de Joana. Nossa entrevistada, Joana, nascida em Guiné-Bissau, chegou ao Brasil em 2008 para estudar. Por ter sido selecionada a estudar na Universidade Pública brasileira, por intermédio de um convênio estabelecido entre governo federal do Brasil (Luiz Inácio Lula da Silva), Universidade Pública Brasileira e Universidades dos Países falantes de língua portuguesa na África, foi estabelecida uma série de intercâmbios, convênios, trocas de experiências e formação profissional de estudantes de origem africana (Sena; Bomtempo, 2018).

Ao chegar em Fortaleza, Joana residiu em vários bairros e todos eles distantes do local de estudo, portanto realizava múltiplos trajetos por transporte coletivo na cidade. Durante o período em que estudou na Universidade Pública, utilizava ornamentos e roupas provenientes do seu país de origem. De acordo com Joana “algumas pessoas achavam minha roupa diferente e um pouco estampada, mas muita gente gostou e começou a pedir para eu fazer. No início eu vendi as roupas costuradas que trouxe, mas depois comecei a costurar” (Joana, dezembro de 2021).

Foto 3 – Vendedores ambulantes na área central da cidade de Fortaleza-CE



Foto: Denise Cristina Bomtempo. Outubro 2019.

Foto 4 – Feiras na Região Metropolitana de Fortaleza
(Feira de São Bento, Cascavel-CE)



Foto: Denise Cristina Bomtempo. Julho 2019.

Diante do depoimento, é possível afirmar que a roupa produzida e comercializada pela migrante Joana foi um elemento de articulação e símbolo de integração da população migrante com a população local. Por morar num bairro da periferia consolidada (Antônio Bezerra) da cidade de Fortaleza (Mosaico 1), e tendo aumentado os pedidos de roupas feitas com tecidos de estampas africanas, Joana não encontrou dificuldade em contratar costureiras, já que, de acordo com Nobre (2018), Fortaleza exerce uma centralidade na indústria de confecções e a produção industrial é realizada de maneira fragmentada, mormente por costureiras que trabalham em suas casas e ganham por cada peça costurada.

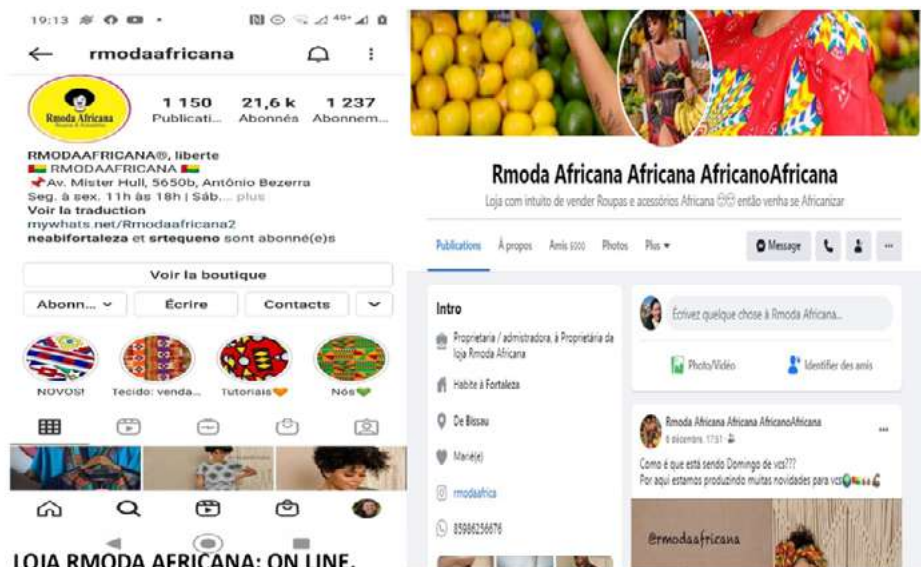
Mosaico de fotos 1 – Loja física



Fonte: Elaboração própria.

Desde que chegou em Fortaleza para estudar em 2008, Joana começou a comercializar algumas roupas africanas que ela tinha trazido na mala e, no ano de 2013, fez o cadastro como microinvestidora e criou uma empresa com marca própria. Para isso, fez um projeto de *design gráfico* e passou a empregar uma costureira que trabalha com carteira assinada. Desde 2018 passou a contratar profissionais prestadores de serviços, tais como: modelos, vendedoras, contadora e fotógrafo. Sempre que possível ela prefere contratar mulheres (africanas e brasileiras – Mosaico 3).

Mosaico de fotos 2 – Vendas online



LOJA RMODA AFRICANA: ON LINE.

Fonte: Elaboração própria.

Mosaico de fotos 3 – Contratação de profissionais (propaganda e marketing) e vendas em espaços de turismo



Fonte: Elaboração própria.

Joana, casada no Brasil com uma pessoa de sua mesma origem territorial e mãe de dois filhos, realiza múltiplas atividades. Ela é estilista de roupas e bijuterias, ajuda na costura, realiza vendas na loja física localizada também num bairro da periferia de Fortaleza (próximo do seu local de moradia), organiza vendas pelas redes sociais, envia as roupas vendidas por transportadora e participa de coletivos, a exemplo da Rede de Mulheres Africanas Investidoras e do Grupo da Feira dos Migrantes da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

No que se refere às vendas, Joana informou que depois que começou a divulgar seus produtos nas redes sociais e utilizar modelos para expor as peças, a procura pela roupa africana aumentou, tanto por africanos como por brasileiros residentes em muitas cidades do país (Mosaico 3). Entre os clientes se destacam os residentes na Bahia, em São Paulo e Brasília. Relatou também que vende para cidades dos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. As vendas são feitas a dinheiro e cartão de crédito na função crédito e débito e a partir de 2022 passou a usar pix.

Para a aquisição da matéria-prima principal – o tecido (chamado de ankara, capulana ou pano) –, Joana revelou que só consegue a mercadoria por intermédio dos integrantes da sua rede familiar. Ela tem um amigo senegalês que mora em Guiné-Bissau e compra os tecidos para ela.

Quando preciso de tecido, ligo para meu amigo e marcamos o dia e o horário para ele ir no mercado. Então, fazemos uma chamada de vídeo, ele me mostra as estampas, eu escolho e decidimos juntos a quantidade. Ele envia os tecidos por navio para o meu primo que mora em São Paulo. Ele retira os tecidos e envia de ônibus para mim aqui em Fortaleza (Joana, dezembro de 2021).

Diante do depoimento de Joana é possível verificar que a atividade por ela desempenhada envolve pessoas vinculadas à sua origem territorial como também pessoas com as quais ela passou a ter relações no território de migração. As pessoas e os territórios para realização das atividades são conectados por redes técnicas informacionais – seja para aquisição da matéria-prima, comercialização ou distribuição. Forma-se assim um circuito de comercialização circular, transnacional e transescalar que envolve meios de transportes diversos e pessoas em situação de migração com vínculos de afetividade, que por meio de redes técnicas materiais e imateriais contribuem para o desenvolvimento de atividades de uma economia urbana soerguida a partir da migração.

Durante a pandemia da Covid-19, Joana disse que trabalhou na confecção de máscaras. Nesse caso, as vendas *online* foram decisivas para a continuidade dos negócios e manutenção das pessoas que trabalham com ela, sobretudo da costureira. Depois que veio para o Brasil, não retornou mais para Guiné-Bissau.

Pretende permanecer no Brasil, dar continuidade e ampliar suas atividades no segmento de produção e comercialização de roupas e artigos étnicos.

“Se tiver um país que não tenha senegaleses nem chineses, o país não anda bem, então não adianta ficar. Mas se tiver os dois tudo funciona bem”!

Brignol e Costa (2018) afirmam que o marco temporal da migração senegalesa para o Brasil é o ano de 2010. Juntamente com os haitianos, os senegaleses passaram a ocupar postos de trabalho formal, sobretudo na indústria alimentícia e setores vinculados ao agronegócio em desenvolvimento no território brasileiro. As atividades não formalizadas estão vinculadas à venda de produtos étnicos e bijuterias e engloba uma parcela significativa de pessoas não documentadas.

Devido às questões internas (instabilidades políticas, econômicas, religiosas e ocupação do território), os senegaleses se colocaram em diáspora na escala mundo. No Brasil, o maior registro de senegaleses, como já destacado, ocorreu nas primeiras décadas do século XXI (Tedesco; Mello, 2015).

Para os senegaleses, a visibilidade do Brasil enquanto rota das migrações internacionais, por um lado, justifica-se pelas restrições impostas e acentuado custo de vida dos países europeus e Estados Unidos; por outro lado, podemos elencar três grandes fatores; são eles: a) a ampliação de empregos para migrantes em decorrência da Copa do Mundo de Futebol da Fifa em 2014; b) ações humanitárias realizadas nos países do próprio continente (a exemplo do Haiti); e c) debates vinculados aos direitos humanos por intermédio da proposição de uma nova Lei de Migração. Consoante Tedesco e Mello (2015), esses foram os elementos que permitiram que o Brasil entrasse no mapa das migrações internacionais dos senegaleses de maneira especial e de migrantes de várias outras nacionalidades.

A migração senegalesa possui especificidades atreladas à configuração, que se apresenta enquanto transnacional, transescalar e diaspórica. Do ponto de vista do conteúdo, possui forte vínculo com princípios religiosos. Enquanto resistência simbólica ao projeto de colonização francesa no país, os senegaleses se organizaram em confrarias, cuja base é a cooperação e a solidariedade pautada nos princípios religiosos do Islã com vistas a resistir à dominação territorial e cultural. Foi essa organização que garantiu que fosse criada uma estrutura de apoio

aos senegaleses que migraram na escala do país (de regiões remotas para as cidades do Senegal – Dakar e Touba⁷), como para outros países.

De acordo com Tedesco e Mello (2015), Brignol e Costa (2018) e Winters e Reiffen (2019), os sistemas informacionais permitem que os migrantes senegaleses na escala mundo permaneçam conectados de maneira transescalar – com senegaleses em situação de migração em vários países, com os mentores vinculados à confraria da qual fazem parte, como também aos integrantes da família sanguínea, já que a própria confraria é considerada uma grande família para os senegaleses.

Essa rede migratória que se forma a partir das confrarias é alimentada pelas redes técnicas e sociais, já que desde a decisão de migrar, a escolha do trajeto, o apoio na chegada, na resolução de burocracias, como documentação, local de moradia e inserção laboral, entre outros, é subsidiada por pessoas vinculadas a essa rede estruturada por dentro da confraria.

Essa condição traz mais uma especificidade à migração senegalesa, ou seja, o vínculo por meio da rede estabelecida pela confraria permite que o migrante senegalês tenha apoio do ponto de vista dos elementos simbólicos que compõem a dimensão humana; todavia, fica submisso a trabalhar para honrar os gastos da vida cotidiana, como também realizar remessas para a família sanguínea que permaneceu no Senegal e para alimentar os custos vinculados à confraria da qual faz parte. De acordo com Tedesco e Mello (2015), os mentores espirituais pregam que cada senegalês, mesmo tendo migrado, precisa manter a ligação material e espiritual com o país e isso se faz por meio de visitas e envio de remessas em dinheiro.

O terceiro exemplo que trazemos para discussão está vinculado à migração senegalesa no Brasil. Nosso entrevistado é Touti. Senegalês de Dakar, ele vive na cidade do Rio de Janeiro desde 2009. Ao levar em consideração o referencial de Santos (1979), a atividade desenvolvida por Touti está vinculada ao circuito superior da economia urbana e se apresenta como elemento importante para entender a economia urbana da migração que se forma de maneira transnacional e transescalar.

Touti tem uma empresa de Importação e Exportação que foi criada em 2012 e sua sede é na cidade de Niterói/RJ. Trata-se de uma empresa especializada na produção e comercialização de roupas africanas. Além de roupas, comercializam adornos e artesanatos. As vendas são realizadas por redes sociais,

7 Representa uma cidade sagrada para os senegaleses, sobretudo daqueles que possuem vínculo com a confraria Mouride.

lojas físicas instaladas em várias cidades do país (cujo responsável é um migrante senegalês “membro da família”), vendedores ambulantes (com bancas na área central das cidades), feiras culturais, exposições e vendas por atacado.

Touti⁸ veio para o Brasil para inserir o país no circuito de comercialização de roupas africanas em feiras de artesanato internacional.

Eu já fiz feiras em vários países. Em Portugal (2006), encontrei o promotor das Feiras Artesanais no Brasil e ele me convenceu a vir. Eu fiz duas feiras com ele em Curitiba e fui a Porto Alegre, mas após as feiras eu voltei para o Senegal. Dois anos depois eu voltei e fiz a mesma coisa. Da terceira vez eu vim e fiquei. Por quê? Quando eu cheguei no Brasil percebi que era um país tropical – de muitas cores e que por isso o que eu vendia agradava (Pesquisa Empírica. Recife, julho, 2023).

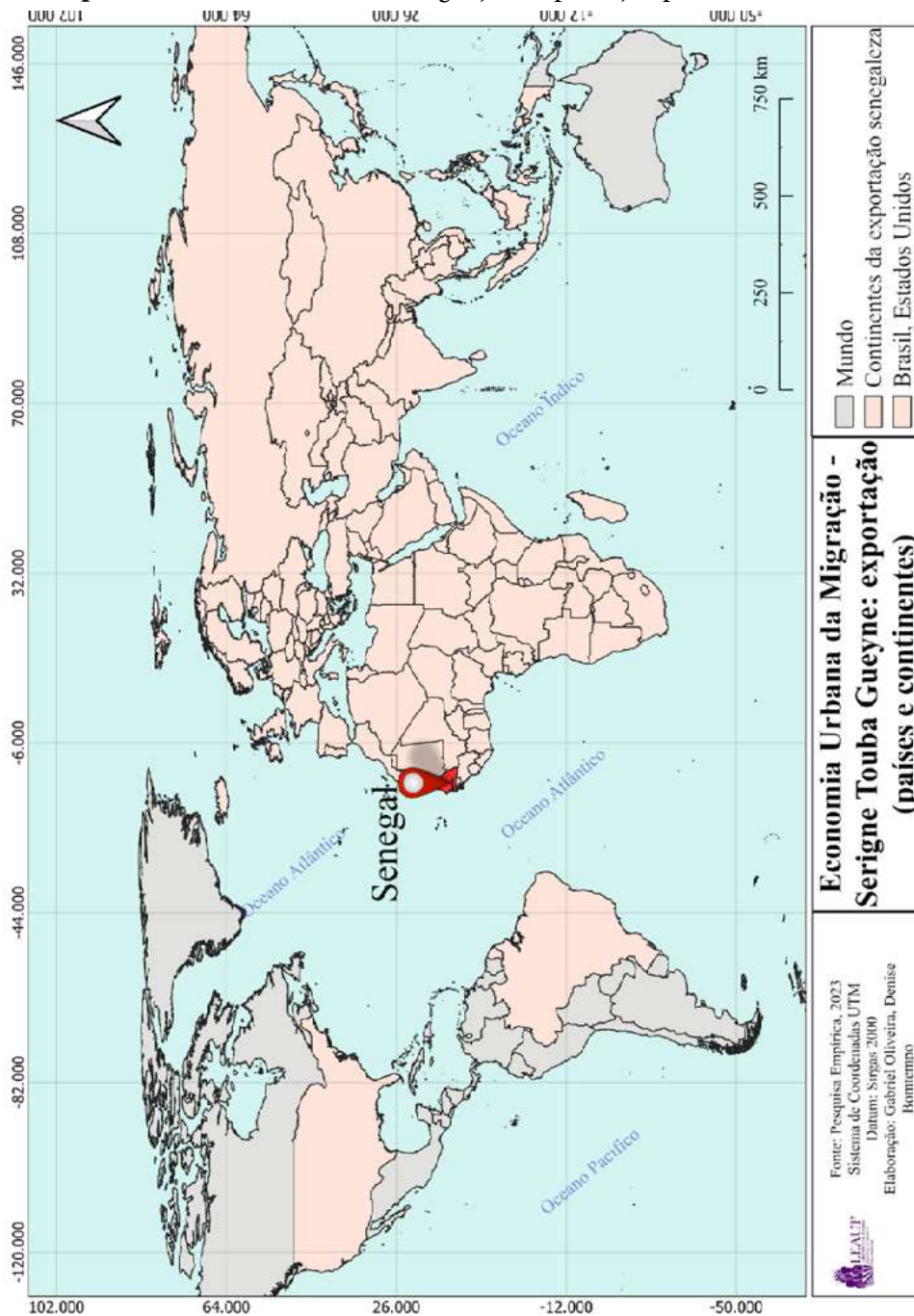
A produção de roupas é feita no Rio de Janeiro e no Senegal, sendo que a produção senegalesa é exportada para o Brasil, como também para diversos países (Mapa 5).

Os meus filhos mais velhos estão no Senegal. Eles fabricam e fazem exportação para muitos países. Vendem para os países da África, da Europa, da Ásia e para os Estados Unidos. Normalmente, vendemos nossos produtos para os senegaleses que estão em outros países. Na verdade, os senegaleses são como os chineses, estão por todo lugar. Se tiver um país que não tenha senegaleses e nem chineses, o país não anda bem, então não adianta ficar. Mas, se tiver os dois tudo funciona bem. Os mais jovens estão aqui comigo e fazem feira comigo porque são mais jovens. Na minha idade fazer feira é cansativo” (Pesquisa Empírica. Recife, julho, 2023).

Os pedidos dos vários países são registrados pelos filhos de Touti que são responsáveis pela produção no Senegal. De acordo com o depoimento, é possível verificar que a rede de conexão transnacional e transescalar de exportação e importação comandada pela família de Touti é sustentada pela rede migratória dos senegaleses em situação de migração em vários países (Mapa 5), já que “normalmente, vendemos nossos produtos para os senegaleses que estão em outros países”. Essa cooperação entre os senegaleses vinculados à Touti é característica de uma estrutura organizacional nos moldes de confraria (Tedesco e Mello, 2015; Diaz, 2017).

8 Tivemos dois encontros presenciais com Touti. O primeiro aconteceu em Recife-PE (julho, 2023) e o segundo em Fortaleza-CE (outubro 2023). Os dois encontros ocorreram durante a Feira Internacional de Artesanato em que as duas cidades fazem parte do circuito. Após o primeiro encontro presencial, trocamos várias mensagens pelo WhatsApp. Em Recife, em mensagens trocadas pelo aplicativo, os diálogos foram realizados em francês; já em Fortaleza, a maioria da conversa foi feita em português porque Touti não tinha vendedores para ajudar nas vendas, então vendia e conversava conosco ao mesmo tempo.

Mapa 5 – Economia urbana da migração: exportação países e continentes



Fonte: Elaborado por Gabriel Oliveira e Denise Bomtempo, com base em pesquisa empírica (2023).

No território brasileiro, as atividades desenvolvidas por Touti envolvem pessoas mormente da mesma origem territorial (Senegal). Elas participam em diversas etapas articuladas ao circuito de produção, comercialização e distribuição de roupas, adornos e artesanato africano.

São pessoas do Senegal que trabalham comigo. Com as pessoas do meu país eu não falo português, falo a minha língua “oulofe”. Não falamos nem mesmo o francês. Nós ficamos todos juntos. Existem mulheres e homens que trabalham e a minha família também (minha esposa e meus filhos) (Pesquisa Empírica. Fortaleza, outubro, 2023).

As feiras de artesanato que englobam um circuito nacional e internacional é onde Touti consegue divulgar o seu produto, do ponto de vista das relações econômicas, como também da cultura, já que os frequentadores são comerciantes, representantes de atacados, como consumidor final e público em geral. “*Sempre vendo na feira nacional. Já fui em Fortaleza, Curitiba, Salvador, Recife, João Pessoa, Porto Alegre, São Paulo, Vitória, Manaus, Cuiabá, Petrolina, Joinville, Blumenau e Rio de Janeiro* (Pesquisa Empírica. Recife, julho, 2023)”.

As atividades desenvolvidas por Touti são transescalares e envolvem cidades de diferentes portes e funções na rede urbana. No Senegal, a mercadoria é embarcada pelo porto de Dakar com destino para o porto de Santos-SP. No Brasil, cidades médias, grandes cidades e metrópoles são envolvidas em diversas atividades materializadas na paisagem cotidiana pelos migrantes senegaleses.

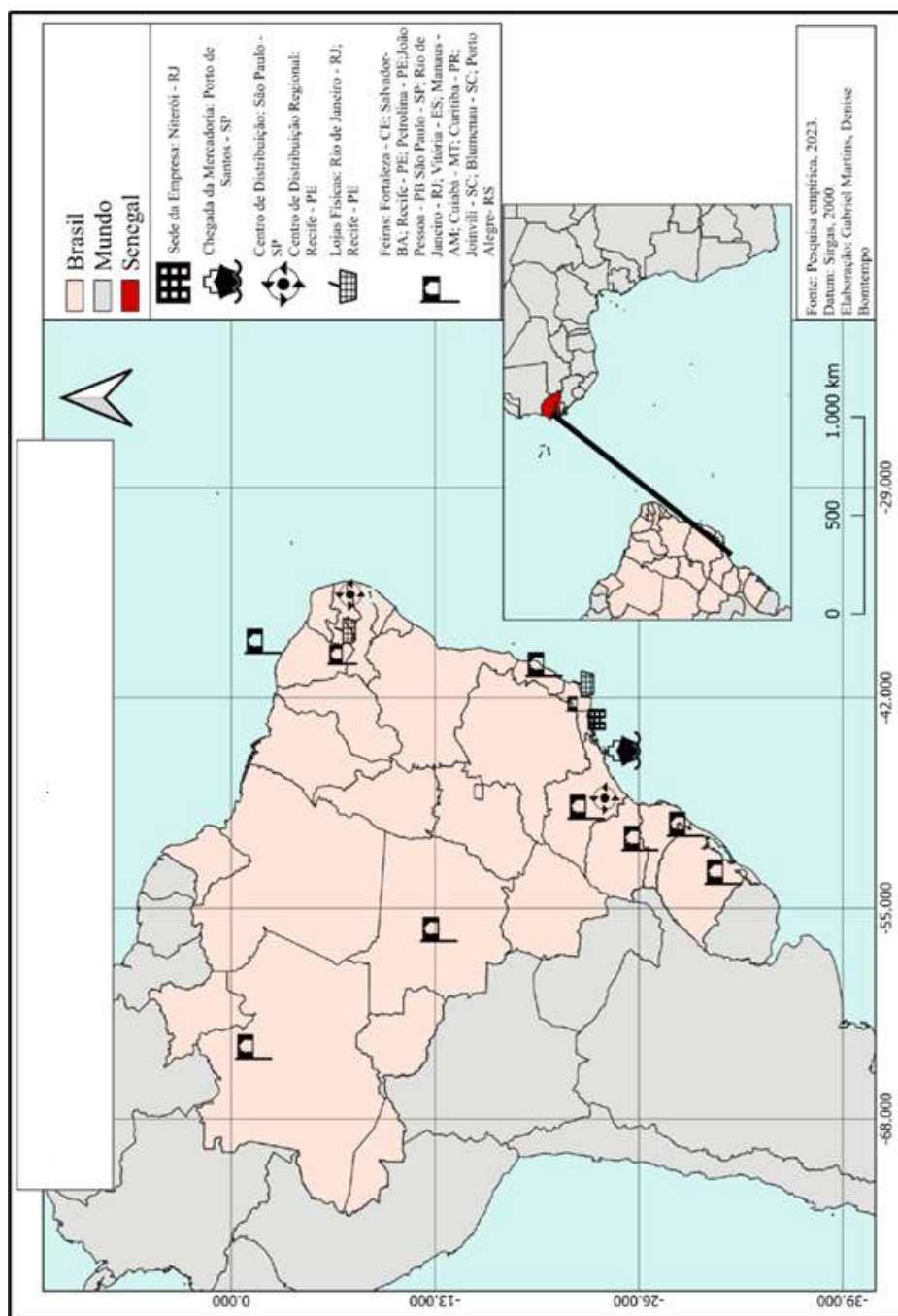
Do porto de Santos, a mercadoria é enviada por transportadora até a cidade de Niterói, sede da empresa de Touti. De Niterói-RJ, as pessoas da família responsáveis pelos centros de distribuição localizados em São Paulo-SP e Recife-PE enviam informações da quantidade e do tipo de produto que necessitam para atender a demanda das lojas, do que é vendido nas Feiras, do que é vendido pelos ambulantes, do que necessitam os atacadistas, além das lojas físicas instaladas em várias cidades do Brasil, entre elas: Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador, conforme pode ser verificado no Quadro 1, Mapa 6 e Mosaicos 4 e 5.

Quadro 1 – Economia urbana transnacional e transescalar dos senegaleses no Brasil

Origem da Mercadoria	Sede da Empresa	Chegada da Mercadoria	Distribuição	Lojas Físicas	Círculo de Feiras:
Senegal – Porto de Dakar	Niterói – RJ (2012)	Porto de Santos-SP	Centro de Distribuição: São Paulo Distribuição Regional: Recife	Rio de Janeiro Recife Salvador	Fortaleza, Salvador, Recife, Petrolina, João Pessoa, São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória, Manaus, Cuiabá, Curitiba, Porto Alegre, Joinville, Blumenau

Fonte: organizado por Denise Bomtempo, com base em Pesquisa Empírica, julho/outubro 2023.

Mapa 6 – Economia urbana da migração

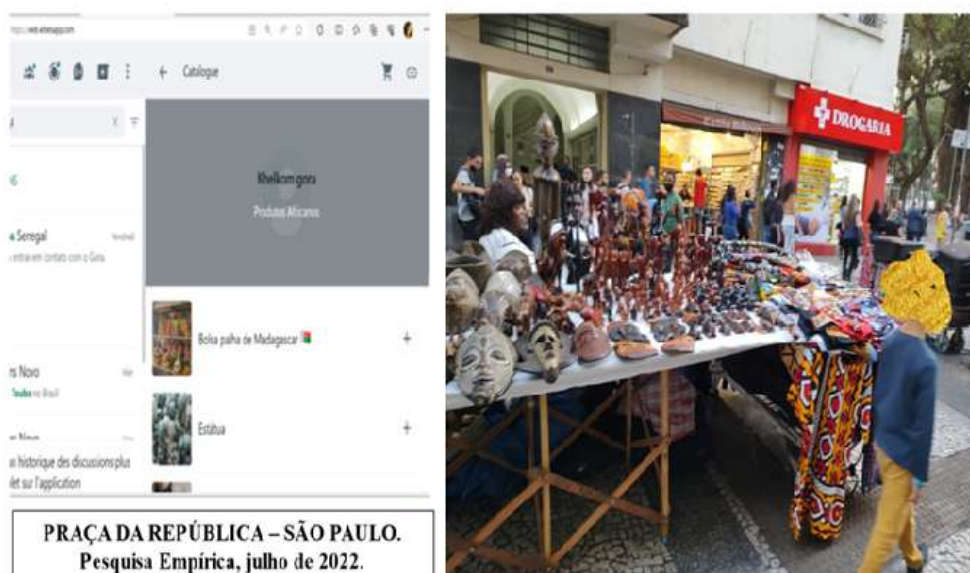


Fonte: elaborado por Gabriel Martins e Denise Bomtempo, com base em pesquisa empírica (2023).

No Mosaico 4, temos uma imagem de uma banca de vendedores ambulantes cuja origem territorial é o Senegal. A banca é montada na Praça da República, cidade de São Paulo, todos os dias da semana, exceto domingo. De acordo com o entrevistado, os produtos comercializados são originários do Senegal e chegam até São Paulo por meio de exportação. Além da banca, fazem venda pela internet (WhatsApp), como pode ser verificado também no Mosaico 3.

Mosaico de fotos 4 – Venda de artesanato, tecidos e adornos

“Em São Paulo tem feiras de senegaleses e sou em que faço a distribuição - são pessoas da minha família”.



PRAÇA DA REPÚBLICA – SÃO PAULO.
Pesquisa Empírica, julho de 2022.

Fonte: Denise Cristina Bomtempo. Julho 2022.

As vendas são feitas por homens e mulheres senegaleses que residem na cidade de São Paulo numa casa não tão distante do local onde trabalham. Segundo depoimento, todos que trabalham nas bancas (havia um total de cinco) moram na mesma casa.

Quando da conversa realizada com Touti, ele relatou que havia pessoas da família que vendiam para ele na cidade de São Paulo. Em novembro de 2023, tivemos a oportunidade de mais uma vez visitar as bancas e confirmar as informações recebidas. Na ocasião, fomos recebidos por Gora Gora, que possui uma loja física na Praça da República (Mosaico 5), como também uma loja pelo aplicativo WhatsApp, que vende para todo o Brasil; portanto, trata-se de uma distribuição nacional a partir de São Paulo.

Mosaico de fotos 5 – Fotos de uma loja física (bolsas) e uma loja virtual (tecidos), cujo dono é senegalês, instalada na Praça da República. Centro de São Paulo

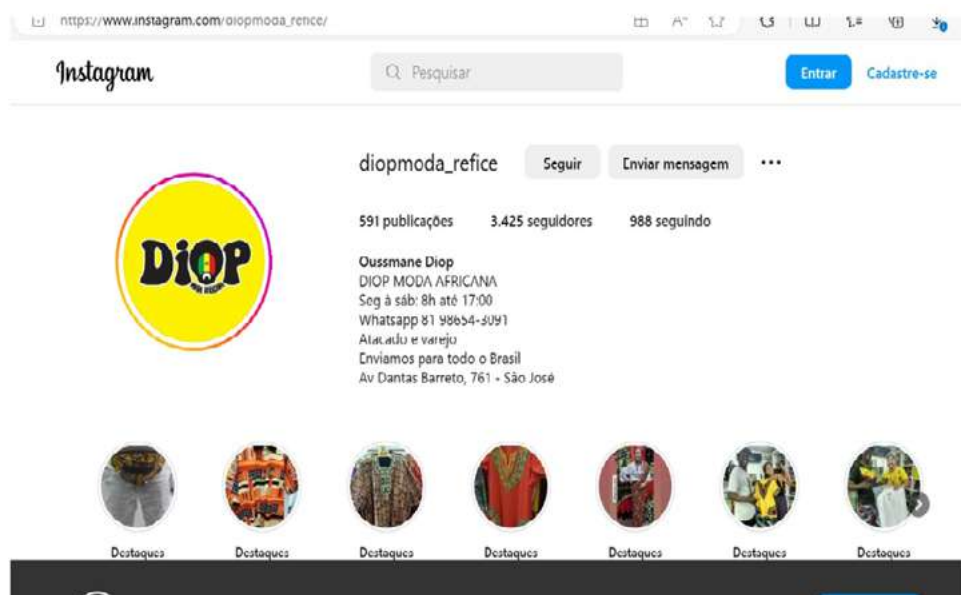


Fonte: Bomtempo, Denise Cristina. Julho, 2022.

Por sua vez, na **Figura 1** é possível verificar elementos de uma economia urbana da migração dos senegaleses no Brasil, sobretudo a partir da distribuição de produtos na escala regional (Região Nordeste). A loja física é instalada no bairro Centro da cidade de Recife e existe uma loja virtual no Instagram. Na loja virtual, as roupas são vendidas para todo o Brasil.

Durante a pesquisa empírica realizada em Recife, visitamos a loja física e conversamos com o proprietário pelo telefone – WhatsApp. Foi Touti que durante a feira em Recife, sugeriu que eu visitasse a loja de Indie. A loja era repleta de diversidade regional e resistências múltiplas; todavia, na ocasião, Indie participava de uma feira no Sul do Estado do Ceará (Expo-Crato), por isso não foi possível a conversa presencial. Vale a pena considerar que as mercadorias alimentam também os circuitos de feiras internacionais que são realizados em diversas cidades brasileiras. Touti e seus familiares viajam de avião e carregam as mercadorias em diversas malas. As pessoas da família residem em várias cidades do Brasil, com destaque para aquelas que possuem alguma função vinculada à produção, comercialização e distribuição das mercadorias comercializadas pelos senegaleses atrelados a Touti; são elas: Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

Figura 1 – Economia urbana da migração transescalar:
distribuição regional – Recife



Fonte: Elaboração própria.

Como podemos verificar no depoimento, a palavra “família” identifica o grupo de pessoas que possuem a mesma origem territorial, possuem os mesmos princípios religiosos, compartilham das mesmas doutrinas e não necessariamente possuem vínculo sanguíneo; mesmo assim, afirmam que fazem parte da mesma família.

O Touti é meu tio. Eu moro em São Paulo, mas a cada 6 meses vou para o Senegal. Meu nome de feira é Bite, mas sou Dione. Eu venho para o Brasil e participo de todo o circuito de feiras, depois eu vou para casa. Vou para o Senegal para produzir a mercadoria. Tem que organizar tudo. Trazemos em um *container* que chega pelo Porto de Santos em São Paulo. Daí vem um caminhão (que contratamos) e leva para a cidade de São Paulo, no depósito que nós administramos. Ele é meu primo. Somos todos da mesma família. Tem outros primos lá que tomam conta do depósito. Aqui no Brasil nós vendemos para tudo. Aqui no Brasil, tudo que chega de mercadoria do Senegal somos nós que fazemos. Vendemos por atacado, sustentamos outros atacados e vendemos no varejo. O depósito é em São Paulo. No Brasil vendemos no país inteiro, principalmente pelo instagram” (Pesquisa Empírica. Recife, julho, 2023. Bite, barraca Burkina Faso).

Durante a 23^a Fenearte, que ocorreu no Centro de Convenções em Recife de 5 a 16 de julho de 2023, foi possível verificar a centralidade⁹ das barracas africanas em relação aos demais países do pavilhão de artesanato internacional. De acordo com Touti, nas feiras internacionais, cujo público é bastante diverso (atacadistas, comerciantes e público em geral), a estratégia é ampliar os *stands* destinados à África. Para tanto, são registrados diversos países africanos, mas todos fazem parte da “família”, conforme pode ser verificado nos **Mosaicos 6 e 7**.

Mosaico de fotos 6 – Atividade vinculada à economia urbana da migração transnacional: circuitos de feiras de artesanato. Centro de Convenções de Recife-PE. Julho 2023



Fotos: Denise Cristina Bomtempo.

9 Dos 37 *stands* do pavilhão destinados ao Artesanato Internacional da Fenearte, 20% eram dos países africanos: Senegal (com dois *stands*), Tunísia, Egito, Burkina Faso, Angola, África do Sul e Gâmbia. Todos os *stands* pertenciam ao grupo de Touti.

Mosaico de fotos 7 – Atividade vinculada à economia urbana da migração transnacional: circuitos de Feiras de Artesanato. Centro de Eventos. Fortaleza-CE. Outubro 2023



Fotos: Denise Cristina Bomtempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fluxos migratórios que entrelaçam o Brasil no início do século XXI são internos e internacionais. Dos fluxos internacionais, predominam: estudantes, refugiados, migrantes com baixa ou sem qualificação profissional e qualificados, bem como investidores.

Os investimentos dos migrantes (grande, médio, pequeno e microinvestimentos) são feitos em cidades de diferentes portes e funções na rede urbana brasileira. Em relação à migração dos senegaleses, exemplo que trouxemos para este texto, as atividades (pequenos investimentos) estão majoritariamente nas grandes cidades e metrópoles das regiões Sudeste e Sul do Brasil. Elas conformam um circuito de produção e comercialização global – transnacional e transescalar, que se alinha a uma globalização formada pelos de baixo (Portes, 1999; Tarrius, 2002) ou mundialização dos pobres (Choplin; Pliez, 2015), sendo as empresas formadas pelas pessoas em situação de migração os exemplos mais concretos, que coexiste com a globalização das corporações transnacionais (Santos, 2003; Doron, 2022). Em síntese, a migração internacional materializada nas cidades brasileiras, cuja expressão são as atividades econômicas vinculadas ao circuito inferior, superior marginal e superior da economia urbana,

revela uma economia urbana da migração enquanto exemplo de uma “economia da pobreza” (Bomtempo, 2024).

Diante do apresentado, vale a pena ressaltar que o estudo das migrações internacionais que realizamos prima por não somente identificar os espaços de partida e chegada, mas também buscar entender as relações espaciais, temporais e sociais que envolvem os migrantes nos espaços em que eles atravessam, instalam, mudam, circulam, transitam, permanecem – transformam e criam suas territorialidades. Dessa forma, procuramos dar conta da configuração e do conteúdo social e territorial das migrações no século XXI.

Os migrantes, ao longo da trajetória de migração, diferentemente de períodos anteriores, inserem-se em atividades vinculadas ao mercado formal de trabalho, mas uma parcela considerável desenvolve atividades autônomas para garantir a manutenção das necessidades de reprodução social no território de migração. Essas atividades permitem que sejam construídas cooperações e territorialidades e uma economia urbana da migração que se insere tanto no circuito superior, superior marginal quanto no inferior da economia urbana.

Neste texto, priorizamos apresentar aspectos da economia urbana da migração dos africanos que desenvolvem atividades que compõem um circuito transnacional de produção e comercialização de mercadorias, mas que são materializadas nas cidades brasileiras. As atividades realizadas pelos migrantes investigados apresentam potencialidades por dinamizar uma escala local – manifestação do trabalho e da vida e a escala de relações – com o território de origem e com diversos sujeitos envolvidos nos circuitos que compõem a atividade desenvolvida.

Todavia, a construção de trajetórias via o trabalho de micro e pequeno investidor acontece não sem conflitos, sobretudo no que concerne à manutenção da atividade devido às instabilidades políticas e econômicas que iniciam no país de origem, cruzam a fronteira e, ao cruzar, incorporam e acumulam instabilidades atreladas à trajetória de migração, como por exemplo a organização de documentos necessários (tanto pessoais como para realização da atividade – autorizações, moradia, trabalho etc.). Diante das burocracias vinculadas à regularização, muitos migrantes desenvolvem suas atividades de maneira informal, permanecendo ainda mais vulneráveis, daí a necessidade de elaboração de diretrizes, leis e políticas que possam reconhecer a população migrante com potencialidades.

Em síntese, diante do trabalho realizado, sugerimos que seja necessária uma ampla discussão acadêmica que prime por explicar a configuração e o conteúdo das migrações no século XXI a partir das atividades realizadas pelos

migrantes. Além da reflexão teórica, pretendemos que as discussões realizadas possam subsidiar a construção de políticas públicas com vistas a fomentar a estruturação de uma economia urbana da migração popular, inclusiva, dinâmica e autônoma e não neocolonialista¹⁰.

Esta é parte da nossa contribuição para construção de uma Geografia atuante: na reflexão e na ação.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **Fronteras em movimento e identidades nacionais: a migração brasileira no Paraguai**. Tese de Doutorado. PPS/UFC, 2005.
- PORTES, Alejandro. La mondialisation par le bas . *In: Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 129, septembre 1999. Délits d'immigration. pp. 15-25. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1999_num_129_1_3300. Acesso em: 09 nov. 2023.
- ARAÚJO, Gabriel de S.; BOMTEMPO, Denise C. Redes migratórias dos italianos no Ceará. **Ateliê Geográfico**, v. 16, nº 3, p. 123-156, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/72694>. Acesso em: 09 nov. 2023.
- BAENINGER, Rosana. Migração Internacional e suas modalidades. *In: BAENINGER, Rosana. et al. (Orgs). Migrações Sul-Sul*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2018.
- BOMTEMPO, Denise Cristina. Migração internacional, economia urbana e territorialidades. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, p. 1-26, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/55885>. Acesso em: 09 nov. 2023.
- BOMTEMPO, Denise Cristina.; OLIVEIRA, Gabriel M. L. Refugiados latino-americanos na região Nordeste do Brasil. **Revista GeoNordeste**, v. 34, nº 2, 30 dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/19802>. Acesso em: 09 nov. 2023.
- BOMTEMPO, Denise Cristina.; SENA, Kananda B. P. Migração internacional de africanos para o Brasil e suas territorialidades no Estado do Ceará. **Geografafes**, UFES, v. 1, p. 205-228, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografafes/article/view/37140/24381>. Acesso em: 09 nov. 2023.
- BOMTEMPO, Denise Cristina. Migração, economia urbana e inovação. *In: GOMES, M. T. S.; TUNES, R. H.; GODINHO, F. de O. (org.). Geografia da inovação: território, redes e finanças*. Rio de Janeiro: Consequência, 1. ed., 2020a, v. 1, p. 1-25.
- BOMTEMPO, Denise Cristina. Teorias da Geografia da População. *In: SPOSITO, E. S.; CLAUDINO, G. dos S. (org.). Teorias na Geografia: avaliação crítica do pensamento geográfico*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020b, v. 1, p. 433-482.
- BOMTEMPO, Denise Cristina. Redes, economia urbana e territorialidade: as recentes migrações internacionais da Região Nordeste do Brasil. *In: BALBIM, Renato.; ARROYO, Mónica.; SANTIAGO, Cristine. (org.). Brasil popular, circuitos da economia urbana e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2024 (p. 225-259). 314 páginas. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/publicacoes/brasilia-2024>.

10 Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/lula-na-africa-amizade-ou-neocolonialismo/>.

ipea.gov.br/porta1/publicacao-item?id=bf5f1b80-08fc-4fb2-bb61-053ca9c7261d. Acesso em: 09 nov. 2023.

BOMTEMPO, Denise Cristina; SENA, K. B. P. Migração internacional de africanos para o Brasil e suas territorialidades no estado do Ceará. **GEOGRAFARES: Revista do Mestrado e do Departamento de Geografia, Centro de Ciências Humanas e Naturais (UFES)**, v. 1, p. 205-228, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/37140/24381>. Acesso em: 09 nov. 2023.

BRIGNOL, Liliane Dutra; COSTA, Nathália Drey. “Diáspora senegalesa e mediação tecnológica: entre tempos e lugares na observação do Magal de Touba”. **Contracampo online**, v. 37, nº 1, p. 09-29. [12-11-2018]. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17633/pdf>. Acesso em: 09 nov. 2023.

BUHLER, Eve Anne. A influência da territorialidade sobre as práticas dos agricultores: uma análise da mobilidade produtiva dos orizicultores do Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, p. 69-98, 2008.

CHAVES, Gesliane S. V. **La mamita de copacabana**: a celebração da Virgem boliviana na fronteira de Corumbá-BR e Puerto Quijarro-BO. 2023. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD, 2023.

CHOPLIN, Armelle.; PLIEZ, Olivier. The Inconspicuous spaces of globalization. **Journal of Urban Research [online]**, 12 | 2015, Online since 21 March 2016, connection, 2023. Disponível em: <http://journals.openedition.org/articulo/2905>. Acesso em: 09 nov. 2023.

DE HASS, Hein *et al.* **The age of migration**: international population movements in the modern world. 6. ed. London: Macmillan International; Red Globe Press, 2020.

DIAZ, Oriana Concha Diaz. A Muridiyya e a internet: dinâmicas online de transnacionalização de uma confraria islâmica senegalesa. In: **Revista Antropolítica**, n. 42, Niterói, 1. sem. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41892>. Acesso em: 09 nov. 2023.

DORON, Adrien. Structuration et recompositions post-révolution d’une route marchande mondialisée en Tunisie. **Mappemonde [online]**, 133 | 2022, Online since 21 April 2020, connection on 15 November 2023. URL: <http://journals.openedition.org/mappemonde/7445>; DOI: <https://doi.org/10.4000/mappemonde.7445>. Acesso em: 09 nov. 2023.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste Niterói: Eduff, 1997.

HAESBAERT, Rogério.; BÁRBARA, Marcelo J. S. Identidade e migração em áreas transfronteiriças. **GEOgraphia (UFF)** Niterói, v. 5, 2001, p. 45-65.

JESUS, Alex Dias. **Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul**. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2020.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

MISSAOUI, Lamia.; TARRIUS, Alain. Les cosmopolitismes migratoires lors des étapes partagées des transmigrants en France. In: TARRIUS, Alain.; MISSAOUI, Lamia.; QACHA, Fatima. **Transmigrants et nouveaux étrangers**. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2013. p. 71-118.

MONDARDO, Marcos L. **Territórios migrantes**: transterritorialização e identidade em Francisco Beltrão/PR. Dourados: Editora da UFGD, 2012.

MONTENEGRO, Regitz M. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização, 2012. **Revista Geográfica Venezolana**, Mérida, Venezuela, v. 53, nº 1, p. 147-164, 2012.

NOBRE, Lucas Cesar Q. **Reestruturação espacial e metrópole**: análise da dinâmica da indústria têxtil em Fortaleza – CE. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza: PROP GEO/UECE, 2018.

PORTES, Alejandro. La mondialisation par le bas, l'émergence des communautés transnationales. **Actes de la recherche en sciences sociales**, nº 1129, 1999, p. 15-25.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo: Record. 2001. 471 p.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. 1ª. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SENA, Kananda Beatriz P. de; BOMTEMPO, Denise C. Migração internacional e territorialidades: a presença dos africanos no Ceará no início do século XXI. **Brazilian Geographical Journal**, v. 9, p. 1-22, 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/50123>. Acesso em: 09 nov. 2023.

SILVEIRA, Maria L. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **Geosp-Espaço e Tempo**, v. 19, nº 2, 2015, p. 246-262, 2015.

SISTEMA Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRES), 2018. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/itemlist/category/51-sincres>. Acesso em: 09 nov. 2023.

SISTEMA de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), 2022. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/sismigra>. Acesso em: 09 nov. 2023.

TARRIUS, Alain. Leer, describir, interpretar: las circulaciones migratorias: conveniencia de la noción de “territorio circulatório”: Los nuevos hábitos de la identidad. **Relaciones. Estudios de Historia y Sociedad**, v. XXI, 2000.

TARRIUS, Alain. **La mondialisation par le bas**: les nouveaux nomades de l'économie souterraine. Paris: Balland, 2002. 220 p.

TARRIUS, Alain. Introduction et Trente années de déploiement d'un nouveau type de migrations (1980-2010). In: TARRIUS, A.; MISSAOUI, L.; QACHA, F. **Transmigrants et nouveaux étrangers**. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2013. p. 17 – 70.

TEDESCO, João Carlos; MELLO, Pedro. Imigração e transnacionalismo religioso: os senegaleses e a confraria Muride no centro-norte do Rio Grande do Sul. In: **Revista Nures**. Ano XI. nº 30, maio/ago. 2015.

WINTERS, Nanneke; REIFFEN, Franziska. Haciendo-lugar vía huellas y apegos: las personas migrantes africanas y sus experiencias de movilidad, inmovilidad e inserción local en América Latina. Introducción al dossier temático REMHU 56. **REMHU**, v. 27, nº. 56, p. 11-33, 2019.

REVISITAR, DIALOGAR, ESPERANÇAR

Inovação, reforma urbana e direito à cidade

REGINA TUNES

Sessenta anos da Reforma Urbana no Brasil ou da tentativa dela, já que foi duramente golpeada pela instalação de uma ditadura militar que permaneceu mais de duas décadas no poder e que subtraiu ainda mais as esperanças de um país com justiça social naquele momento. Seis décadas depois, em 2023, ingressamos em um novo ciclo em que nos parece que a esperança volta a nos rodear a partir de eleições democráticas e com a vitória de um presidente que pode recolocar o debate do desenvolvimento, da reforma urbana e do direito à cidade na ordem do dia no país.

A Reforma Urbana de 1963 foi um marco importante da luta pelo direito à cidade no Brasil que tem sido amplamente revisitada e que, de forma bem central, ocupou um lugar importante no debate realizado pela mesa-redonda intitulada de “**Reforma Urbana e o Direito à cidade: desafios da reconstrução da nação**”, realizada no XV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Enanpege). Esse texto pretendeu estabelecer um diálogo entre o título do XV Enanpege “**Geografias da Esperança: revisar o Brasil, dialogar com o mundo**” e a **ementa proposta para a mesa**.

“Desafios da reconstrução da nação”, este último aspecto do título da mesa, é central para este texto. Além disso, três verbos no título do evento chamam a atenção e dialogam diretamente com os objetivos do texto. Esperançar, derivado da Esperança como ação, não como espera, como nos ensinou Paulo Freire (1997). Revisitar e Dialogar. Verbos demandam ações. Ações precisam

ser pensadas, na perspectiva que trazemos para este texto, como transformadoras da realidade.

Além da Reforma Urbana, a mesa discutiu também o direito à cidade. Direito à cidade possui diversas interpretações e matrizes teóricas, e esse aspecto deve ter ficado bastante claro aos presentes no debate da mesa. Aqui essa expressão será analisada a partir da perspectiva de Henri Lefebvre (2001) com a acepção do direito que exprime o sentido de que as necessidades sociais são possíveis de serem satisfeitas numa sociedade urbana. Não como utopia, mas como um direito utopiano (Lefebvre, 2001), ou seja, a partir de um programa de pesquisa e de ação política. Portanto, um direito realizável que permita a reapropriação do espaço urbano e de sua vida cidadina e a restituição aos habitantes de uma participação na vida da cidade.

Assim, o debate que segue neste texto tem o objetivo de apontar caminhos em direção à seguinte questão central: como, de que forma, com quem e a partir de quais perspectivas teóricas e práticas podemos, como uma comunidade acadêmica, mobilizar um programa de pesquisa e de ação política a partir do urbano?

Para essa reflexão, de que maneira é possível pensar e agir em práticas transformadoras que possam contribuir para o resgate do sentido da Reforma Urbana e do direito à cidade que nos aproximou da análise das inovações, o que justifica o título dado a este texto?

Com tal propósito, o texto está estruturado em duas partes, para além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, intitulada de *Revisitar o conceito de Inovação para dialogar com a Reforma Urbana e com o Direito à Cidade*, apresentamos uma síntese conceitual sobre inovação, em especial as inovações sociais e em políticas públicas que são dimensões do processo mais amplo que podem se relacionar com práticas transformadoras. Em seguida, com o título *Revisitar práticas inovadoras em busca de Reforma Urbana e Direito à Cidade que nos permitam o Esperançar*, analisamos duas experiências de inovação social, uma histórica e outra atual, que têm a potencialidade de nos permitir refletir sobre a práxis transformadora a partir dos movimentos e do cotidiano da vida.

REVISITAR O CONCEITO DE INOVAÇÃO PARA DIALOGAR COM A REFORMA URBANA E COM O DIREITO À CIDADE

Inovação é um conceito bastante polissêmico e complexo que pode ser atribuído tanto a processos, produtos e práticas significativos de transformação das relações sociais como também a situações restritas às relações mercantis com objetivo centrado na reprodução do capital.

Temos feito alguns esforços anteriores¹ em direção a uma acepção de inovação que dê conta dessa profusão de sentidos, esforços válidos e com base no diálogo com um grupo bastante heterogêneo de pesquisadores e pesquisadoras que também se debruçam sobre essa temática. Desse conjunto de construções coletivas destacamos como uma síntese do conceito de inovação a perspectiva de que se trata de um “processo social de geração e implementação de práticas inovadoras no enfrentamento dos problemas e das condições de vida que afetam a sociedade” (Lencioni; Tunes, 2022, p. 434).

Chamamos a atenção para dois pontos, em especial, dessa proposição do conceito de inovação. O primeiro é o fato de que realizar ou pesquisar processos de inovação, por mais amplos e diversos que sejam, envolve necessariamente um olhar para as relações sociais. Inovar é um processo coletivo, por essência. A ideia de um inventor isolado trabalhando no seu laboratório em uma invenção que pode se transformar em uma inovação é algo do passado, restrito hoje ao mundo caricato do cinema e do desenho animado.

O segundo ponto de destaque, e que tem relação com a proposição deste texto, é que as inovações tendem a ser soluções para os problemas reais da sociedade. O que quisemos enfatizar com isso é que as inovações surgem, na maior parte das vezes, como respostas às questões conflituosas que envolvem a (re)produção das relações sociais em níveis e dimensões variados.

Isso significa considerar que diferentes sujeitos sociais demandam inovações, que elas possuem abrangência geográfica e grau de transformações variados, atendem a diferentes interesses sociais e são reveladoras de relações sociais díspares. Na tentativa de organizar uma topologia de inovações que dê conta dessa polissemia da natureza do processo de inovação, apresentamos o Quadro 1.

1 Destacamos, em especial, os seguintes textos: Tunes, 2019, 2020, 2021; Lencioni e Tunes, 2022.

Quadro 1 – Tipologia de processos de inovação

Econômicas	Financeiras	Imobiliárias	Políticas públicas	Sociais
<ul style="list-style-type: none"> •Indústrias •Serviços •Comércio •Agropecuária 	<ul style="list-style-type: none"> •Bancos Digitais •Fintechs e Startups •Criptomoedas 	<ul style="list-style-type: none"> •Produtos imobiliários •Novas formas de locação imobiliária •Produção imobiliária 	<ul style="list-style-type: none"> •Planos de governo •Associações com ONGs e o terceiro setor 	<ul style="list-style-type: none"> •Economia solidária •Iniciativas locais •ONG e terceiro setor

Fonte: Tunes, 2024.

O Quadro 1 procura sistematizar as dimensões mais recorrentes do processo de inovação e as formas mais comuns como elas se apresentam. Dois esclarecimentos são importantes aqui. O primeiro é a consideração de que qualquer classificação ou tipologia é uma generalização que fragmenta a realidade, o que significa que partimos do pressuposto de que o real é sempre muito mais complexo do que conseguimos abarcar com essa proposta e está em constante movimento. Apesar disso, a importância didática de classificações e tipologias, como essa apresentada, justifica, a nosso ver, a proposição do quadro. Segundo, as dimensões da inovação, inovações econômicas, financeiras, sociais, em políticas públicas ou imobiliárias não representam limites bem definidos entre si. Isso significa dizer que um mesmo processo de inovação pode ser considerado uma inovação econômica e financeira ao mesmo tempo.

As inovações econômicas, as financeiras e as imobiliárias são as mais próximas das relações mercantis permeadas pela lógica do capital e com vistas à garantia de sua reprodução ampliada. Ainda que possam ser consideradas também como soluções a problemas da realidade, respondem aos interesses do capital e beneficiam, na maior parte dos casos, corporações e empresas, muito mais do que os interesses da sociedade no geral.

As inovações econômicas podem abranger atividades industriais, de serviços, comércio e agropecuária, envolvendo inclusive a integração entre empresas privadas, públicas e do terceiro setor. As inovações tecnológicas, aquelas que se caracterizam pela aplicação de alta tecnologia no processo de inovação, como a inteligência artificial ou a internet das coisas, são comuns nesse tipo de inovação, ainda que não se possa confundir a realização da inovação com a aplicação de alta tecnologia (Tunes, 2020).

As inovações financeiras têm se multiplicado recentemente consonante os avanços da financeirização para quase todas as esferas da vida. No Quadro

1 estão exemplos que fazem parte hoje do mundo financeiro, os bancos digitais, as criptomoedas e as *fintechs*, assim como também têm sido objeto de pesquisa de um conjunto heterogêneo de pesquisadores e pesquisadoras. Para dar mais um exemplo de inovação financeira, que não está no quadro, podemos citar a transação financeira instantânea conhecida no Brasil como PIX, que foi uma inovação do Banco Central do Brasil implantada no país a partir de outubro de 2020.

As inovações imobiliárias têm relação com novos produtos, novos sujeitos sociais ou novas relações entre sujeitos já existentes que envolvem o imobiliário, seja na produção do imobiliário ou na comercialização dos seus produtos. Não estão distantes nem das inovações econômicas e muito menos das financeiras; pelo contrário, as relações sociais entre os diferentes sujeitos sociais imbricam essas diferentes tipologias. Exemplo recentemente pesquisado foi das inovações nas formas de locação imobiliária residencial em cidades da América Latina, envolvendo, por exemplo, as locações de curta temporada e as por uma fração no tempo e no espaço (Tunes; Lencioni, 2023).

Podemos afirmar que essas três primeiras dimensões do processo de inovação são as mais conhecidas pela sociedade no geral e, nas universidades, as mais pesquisadas. São mais conhecidas porque muito se fala sobre a potencialidade da inovação de se constituir em propulsora do crescimento econômico a partir de novos produtos, processos, estratégias de marketing e gerenciais com foco no aumento da produtividade e do mais-valor. Também são as que se reproduzem mais rapidamente no sentido que David Harvey (2018) denominou de “cultura capitalista de inovação”.

Mas há outra perspectiva, objeto que este texto se propõe a discutir, que é de como a inovação pode se apresentar, também, como importante componente das estratégias de desenvolvimento urbano que garantam o direito à cidade. Estamos nos referindo às duas últimas dimensões da inovação no Quadro 1, as inovações sociais e em políticas públicas. E é a partir dessa concepção que vamos aprofundar o nosso debate.

As inovações sociais envolvem, na maior parte dos casos, movimentos sociais, coletivos, atuação do Estado, da sociedade civil organizada e podem envolver também empresas privadas. Muitas vezes inovações sociais e em políticas públicas surgem de forma imbricada, como as que vamos exemplificar na seção seguinte. Mas nem sempre isso acontece, inovações em políticas públicas colocam em destaque a atuação do Estado, nos três níveis federativos no Brasil, e as inovações sociais dão maior ênfase nos movimentos sociais.

Ainda que nossa escolha neste texto seja de trazer ao debate exemplos de inovações sociais e em políticas públicas de forma bastante integrada, é preciso destacar que estas últimas, que envolvem a atuação do Estado, são de diversas dimensões e atendem também a distintos interesses. Políticas de ciência, tecnologia e inovação são, por exemplo, uma área bastante profícua de inovações no sentido em que Mariana Mazzucato (2014) denomina e defende um Estado empreendedor. No Brasil, em 2024, o lançamento da nova política industrial, chamada por Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin (2023) de neointustrialização, atrelando a inovação a uma série de setores estratégicos industriais, entre eles a energia verde e o agronegócio, é um exemplo de inovação em política pública.

Já as inovações sociais, pesquisadas pelo geógrafo Frank Moulaert há mais de uma década, são ações coletivas que reconhecem a incapacidade das relações permeadas pelo capital, projetando tipos alternativos de arranjos sociais, econômicos e políticos que tenham a capacidade de completar, desafiar, resistir e de reconfigurar a ordem social.

Pode-se afirmar que a inovação social se refere a uma gama de práticas bastante amplas, o que resulta que são ubíquas e ambíguas. Três questões centrais justificam a nossa afirmação. A primeira é que há hoje uma proliferação do uso dos termos “inovação” e “inovação social”, que, a nosso ver, fragilizam o conceito e o banalizam. Se é tudo, é nada ao mesmo tempo. Perde o sentido e recai em um conceito impreciso. A segunda é que há uma captura neoliberal do termo, confundindo-o com empreendedorismo social, no sentido de soluções empreendedoras para grandes problemas sociais, com governança de organizações, com abordagens de redes sociais e novos mercados e com soluções centradas nas tecnologias no tratamento de problemas sociais que fletam, com bastante proximidade, com o determinismo tecnológico.

A terceira questão que sinaliza, a nosso ver, que as inovações sociais envolvem certa dose de ubiquidade e ambiguidade é a proximidade do termo, muitas vezes, com a reorganização de políticas públicas e com o papel do Estado. Há uma visão recorrente de empresariamento das políticas públicas que vem acompanhada da concepção de um Estado lento, ineficaz, burocrático (no sentido negativo da palavra) e que não tem condições, dessa forma, de resolução dos problemas da sociedade. É, de certa forma, a antítese do apresentado por Mazzucato (2014), de uma atuação do Estado como protagonista de processos de inovação.

Tom Montgomery (2016) denomina de inovação social tecnocrática as práticas que se assemelham ao que indicamos acima. De forma análoga, Marie

Bouchard (2013) classifica essas inovações sociais como parte de um conjunto de soluções empreendedoras para grandes problemas sociais, mas que, nesse primeiro sentido, têm sua razão de ser associada a um complemento do Estado neoliberal orientado por especialistas. Marc Parés *et al.* (2017) identifica, complementando a mesma perspectiva, como inovações sociais economicistas em que os empreendedores se apresentam como os líderes da inovação, ante um Estado considerado ineficiente, em contextos de crises urbanas e sociais, o que justificaria a atuação mais pronunciada do mercado.

Essa visão tecnocrática de inovação social (Montgomery, 2016) resulta, muitas vezes, em um discurso que advoga pela criação de imaginários mistificadores como classe criativa, cidades globais, boa governança e liderança relacional, ao mesmo tempo que crê que as soluções para os problemas da realidade estão em produtos comercializáveis, como serviços de formação, incubação, consultoria, plataformas tecnológicas, entre outros.

Exemplo disso é o discurso e as soluções tecnológicas baseadas no modelo de Cidades Inteligentes. Há um mito entre planejadores e urbanistas, especialmente entre os envolvidos com a concepção de um planejamento estratégico neoliberal, de que as Cidades Inteligentes são a solução tecnológica para a resolução de problemas da realidade, em especial das grandes cidades. Como se a extração de dados e a geolocalização deles resolvessem, por si só, os problemas da realidade. Panaceia própria do nosso tempo, o urbano respondendo a um projeto econômico, fundamentalmente financeiro e imobiliário. Um fetiche que mascara o que é, puramente negócios que envolvem inovações financeiras, econômicas e imobiliárias.

Buscando se afastar dessa perspectiva, há um conjunto de outras práticas de inovações sociais que têm a virtualidade de se constituírem como “pre-figurações de futuros desejados” (Ferrão, 2023, p. 37), portanto democráticas e centradas na “geração de modos contra-hegemônicos de desenvolvimento humano, cultural e econômico, enfatizando a ética da solidariedade, do convívio e da sustentabilidade socioecológica” (Moulaert; Macalum, 2019, p. 62).

Solidariedade é, para nós, o princípio fundamental para identificar as inovações sociais distantes da esfera das relações neoliberais e do capital. Enquanto conceito da prática, a solidariedade exprime a ideia de um compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas às outras e cada uma delas a todas. Enquanto prática, se confunde, muitas vezes, com filantropia ou assistencialismo. É importante se distanciar dessas perspectivas banais.

Enquanto conceito analítico e normativo, solidariedade tem relação com práticas emancipatórias. Com uma *alternativa superior ao capitalismo*, como

Paul Singer (2002) conceituou, a ideia de emancipação é de enfrentamento dos problemas sociais e econômicos – desemprego, desigualdade social, fome etc. – a partir de uma outra forma de produção, circulação, distribuição e consumo em que estão presentes os princípios de autogestão, cooperação, comércio justo, consumo consciente e compromisso ambiental da Economia Solidária.

Do ponto de vista normativo, é importante registrar a Política Nacional de Economia Solidária (PNES), que desde 2003 vem sendo gerida pela Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, órgão pertencente ao Ministério do Trabalho e Emprego, que já teve o economista Paul Singer como secretário nacional.

Erik Wright (2011) se refere, coadunando ao sentido exposto acima, a que as inovações sociais são utopias reais para uma sociologia global com “configurações já existentes que violam as lógicas básicas das instituições dominantes de maneira a incorporar aspirações emancipatórias e prefigurar utopias alternativas mais amplas”.

Portanto, é nesse segundo sentido de inovação social, enquanto um *programa político e ação prática emancipatória*, que projetamos a relação com a reforma urbana e com o direito à cidade. Ainda que a inovação social seja uma ideia moderna, ela não é nova e revisitaremos no texto dois projetos inovadores que se apresentaram, no caso do primeiro, e se apresentam hoje, no segundo, como práticas de inovação social e em políticas públicas potencialmente transformadoras da realidade que podem contribuir para a recuperação do sentido lefebvriano do direito à cidade.

REVISITAR PRÁTICAS INOVADORAS EM BUSCA DE REFORMA URBANA E DIREITO À CIDADE QUE NOS PERMITAM O ESPERANÇAR

Reforma Urbana parte da ideia de transformação, de uma imaginação política de outra cidade, regulamentando normas e intervenções urbanas, com ampla participação social de todos os estratos sociais, classes, gêneros, raças, orientações sexuais, entre outros, portanto a partir de uma perspectiva interseccional que permita o direito utopiano de participação cidadã na cidade.

Nessa parte do texto vamos trazer dois exemplos para discussão com a intenção de exemplificar práticas sociais e políticas inovadoras, além de, a partir deles, discutir outros elementos importantes das inovações sociais e em políticas públicas como uma possibilidade de garantia do direito à cidade. O primeiro exemplo faz parte da história brasileira, citado na introdução do texto, e é do Seminário de Reforma Urbana de 1963; o segundo é um conjunto de

inovações sociais e em políticas públicas que vêm sendo implementadas a partir de um Programa de Economia Solidária no município de Maricá, pertencente à Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Um dos mais importantes marcos na história brasileira de Reforma Urbana foi o Seminário de Habitação e Reforma Urbana, evento que aconteceu de 24 a 31 de julho de 1963, em Petrópolis e São Paulo, com a organização do Instituto de Arquitetos do Brasil e do Instituto de Previdência e Aposentadorias dos servidores de Estado, entre outras instituições e organizações, no período do governo de João Goulart.

Importante resgatar rapidamente que a Reforma Urbana, nesse período, fez parte de um conjunto de reformas que prometiam a promoção do desenvolvimento nacional a partir de planos trienais e reformas de base, entre elas as reformas agrária, educacional, administrativa, constitucional, fiscal, bancária, eleitoral.

Esse conjunto de reformas, como Nabil Bonduki (2018) bem sintetiza, precisa ser entendido como uma resposta ao enfrentamento de três grandes questões historicamente conflituosas da sociedade brasileira que persistem e se reproduzem até hoje. A primeira delas é o conflito distributivo que se revela na histórica e persistente desigualdade social do país. A segunda é o conflito democrático, da participação cidadã da sociedade nas decisões em termos de políticas públicas. E a terceira, o conflito socioeconômico, na busca não apenas pelo crescimento econômico, mas também pelo desenvolvimento.

Sabemos que, apesar da ampla mobilização da sociedade e de instituições públicas e privadas, o projeto de Reforma Urbana de 1963, junto com o país, sofreu um duro golpe a partir de 1964 com a instauração de uma ditadura militar que permaneceu mais de duas décadas no poder. Isso interrompeu e promoveu um recuo significativo na discussão política e na mobilização social em todas as esferas.

O projeto de Reforma Urbana é retomado, em parte, na redemocratização do país a partir da Constituinte de 1988, em especial a partir do Capítulo II, que trata da Política Urbana, composto pelos artigos 182 e 183². É um marco importante dessa retomada que merece destaque a partir de três pontos. Primeiro, pelo reconhecimento do cumprimento da função social da terra urbana que tem a possibilidade de democratização do acesso à moradia. Segundo, pela obrigatoriedade dos municípios com mais de 20 mil habitantes ou pertencentes às regiões

2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 dez. 2023.

metropolitanas de estabelecer o Plano Diretor Municipal e pela gestão compartilhada dos problemas urbanos com um aumento da importância dos municípios nas decisões e no enfrentamento das questões urbanas.

Esses três pontos apresentados que, como indicamos acima, são marcos importantes que se concretizaram na Constituição e que fizeram parte das discussões do Seminário de 1963 foram inovações em políticas públicas com vistas à garantia de um desenvolvimento urbano menos desigual. No entanto, como qualquer inovação social e em política pública, a realização do processo (nesse caso, as mobilizações sociais e as manifestações públicas e institucionais) ou a entrega do produto (a legislação aprovada) não significou a garantia, automática, dos objetivos inicialmente definidos. O que estamos querendo frisar, e que é fundamental nas análises das inovações, é que, enquanto processo eminentemente social, as contradições, os limites e os conflitos são parte do processo e precisam ser evidenciados.

Nesse caso em específico, que estamos usando como exemplo de inovação em políticas públicas, temos recuos importantes que se constituíram em obstáculos. Um primeiro que precisa ser considerado são as dificuldades de implementação dos instrumentos legais relativos à política urbana, como o Estatuto da Cidade, que foi promulgado apenas em 2001, 13 anos depois da Constituição, e muitos municípios ainda estão em processo de implementação ou fizeram, mas é um documento de gaveta. O segundo é a forte pressão do capital financeiro-imobiliário na disputa do estoque de terras urbanas que levam a processos de especulação imobiliária e alta precificação do solo urbano. O terceiro, que não pode deixar de ser citado, é o contexto do Golpe de 2016 e a eleição em 2018 do pandemônio, que provocou um esvaziamento de conselhos de representação cidadã no Estado e a perseguição a movimentos sociais e de classe.

O segundo exemplo articula diferentes dimensões de inovações, liderada por ações práticas emancipatórias. Em Maricá, município localizado a leste da metrópole carioca e pertencente à região metropolitana do Rio de Janeiro, vem sendo implementada, desde 2013, uma série de inovações sociais e em políticas públicas, que se conectam ainda com outras dimensões do processo de inovação, dentro do Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá³.

Maricá pode ser considerada uma cidade média no contexto fluminense, com pouco mais de 200 mil habitantes em 2022 e com um incremento populacional na última década, medido pelo IBGE (2022), de 54,87%, bem maior

do que a média estadual e nacional⁴. Para além da questão demográfica, Maricá hoje possui uma importância significativa na economia fluminense, em especial por conta das receitas de *royalties* do petróleo, que, apenas em 2022 e segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, atingiu a arrecadação recorde de mais de 2,5 bilhões de reais, a maior do país, 81% maior do que o ano anterior.

Parte desse grande montante de *royalties* do petróleo tem sido investida no Programa de Economia Solidária com vistas à dinamização da economia local a partir da complexificação das atividades econômicas, ao incremento de empreendimentos de economia solidária na cidade e à transferência de renda para as famílias em situação de vulnerabilidade social.

Parte central dos programas e projetos de Economia Solidária do município passa pelo Banco Comunitário Popular Mumbuca e pela Companhia de Desenvolvimento de Maricá (Codemar). O Banco, hoje uma autarquia municipal, é responsável pela operacionalização da moeda social, chamada de mumbuca, do programa de transferência de renda, denominado de Renda Mínima Mumbuca, e pelas operações de crédito, denominada de MumbuCred⁵.

A moeda social mumbuca é uma moeda digital, que circula nos estabelecimentos comerciais e de serviços da cidade. É utilizada para os programas de transferência de renda e de crédito do banco e possui paridade monetária com o real. O mumbuca faz parte do paradigma de finanças solidárias (Silva, 2020), que designa, em geral, projetos que conectam a lógica do crédito e da poupança local à perspectiva da economia solidária, em especial aos preceitos de associativismo e autogestão, buscando construir outra lógica financeira, diferente do setor financeiro tradicional.

No Brasil, em 2022, segundo dados disponibilizados pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários, são 103 iniciativas de bancos comunitários, 73% nas regiões de menor dinamismo econômico no país, a Amazônia, o Nordeste e o

4 Dados disponibilizados pelo Portal Cidade, do IBGE, a partir de dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 e 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/panorama>. Acesso em: 28 jan. 2024.

5 Não teremos espaço para detalhar aqui os diversos programas do Banco, mas é importante sinalizar que há dois tipos de atuação central do Banco: o apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social, complementando o recebido pelo Bolsa Família, programa federal denominado de Renda Mínima Mumbuca, e os programas de crédito, o Mumbucred. Este último se subdivide em três grandes programas: a) o Financiamento Trabalhador, destinado ao financiamento para trabalhadores formais que residem em Maricá; b) o Casa Melhor, destinado à construção e reforma de imóveis no município; e c) Crédito Produtivo, destinado aos trabalhadores informais com vistas à organização de empreendimentos solidários.

Centro-Oeste⁶. O primeiro banco comunitário, o Banco Palmas, foi criado em 1998 no Ceará e é até hoje uma referência para os demais bancos comunitários e populares do país. O Banco Palmas opera a Rede de Bancos Digitais Solidários que possui uma plataforma digital financeira, uma *fintech*, o e-dinheiro, que realiza a maior parte das transações financeiras dos bancos comunitários⁷.

Já à Codemar, uma sociedade de economia mista, cabe a operacionalização de projetos relativos ao desenvolvimento econômico e à gestão de bens e áreas públicas. Entre os projetos atuais estão a construção de um parque industrial conectado a um terminal portuário, o aeroporto regional, um polo tecnológico de atração de empresas de tecnologia e uma plataforma de comercialização de ativos ambientais denominada de Mumbuca Verde. Também tem investido em infraestrutura urbana com novos calçamentos de ruas, arruamentos, sinalização na cidade, investimento em energia elétrica e saneamento básico.

Ambos integram o aparato institucional, que possui outras autarquias e empresas, criado pela prefeitura com o objetivo de diminuir a dependência dos *royalties* do petróleo, fazendo com que Maricá deixe de ser um município petrorrentista (Pessanha, 2017). Essa preocupação foi identificada em entrevista com Natália Sciammarella, diretora financeira do Banco Mumbuca, e com Will Robson Coelho, arquiteto da Secretaria de Urbanismo do município⁸. Ambos ponderaram que o foco do município hoje é diminuir essa dependência a médio e longo prazo, considerando outras experiências de municípios da região das baixadas litorâneas⁹ do estado do Rio de Janeiro e a volatilidade dessa fonte de arrecadação.

A mobilidade urbana é um dos grandes diferenciais na cidade. A Empresa Pública de Transportes (EPT), outra autarquia municipal, opera com exclusividade o sistema de transporte municipal e possui tarifa-zero nos ônibus, vans e bicicletas que circulam no município entre os quatro distritos. Outros dois vetores importantes nesse investimento são a rede municipal de educação com reformas de escolas e construção de novas, ampliando a educação integral, a

6 Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Disponível em: <https://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios>. Acesso em: 26 nov. 2023.

7 Mais informações podem ser consultadas no site do Instituto e-dinheiro, disponível em: <https://edinheiro.org/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

8 Entrevistas realizadas, respectivamente, na sede do Banco Mumbuca e na Secretaria de Urbanismo, ambos na área central de Maricá, no dia 12 de dezembro de 2023.

9 Um exemplo é o caso de Cabo Frio, que teve nos primeiros anos do novo século um crescimento expressivo da arrecadação municipal por conta de *royalties* do petróleo, arrecadação esta que diminuiu na década seguinte e que rendeu investimentos que não perduraram e não foram capazes de dinamizar a economia local e transformar a realidade social.

infraestrutura das unidades e a contratação de novos docentes e o programa de fomento à agricultura familiar, que tem parte da produção adquirida pela prefeitura para a merenda escolar da rede municipal.

Destacamos as principais inovações sociais e em políticas públicas implementadas no município de Maricá como um exemplo de um projeto político que articula uma série de ações práticas emancipatórias. Essas ações são inovações na medida em que os agentes sociais, a prefeitura, a sociedade civil organizada e a comunidade local identificaram um problema – os altos níveis de pobreza urbana no município, a pouca dinamização da economia, o que obrigava a população a buscar trabalho em outros municípios e, mais recentemente, a dependência dos *royalties* do petróleo – e têm articulado novas soluções, tomando por base os princípios solidários.

Outro ponto a destacar, retomando o que foi comentado na apresentação do Quadro 1, é que o exemplo de Maricá, através da análise de diversos projetos inovadores, evidencia a imbricação das dimensões da inovação. Ainda que a tipologia do quadro seja um artifício didático interessante, as inovações sociais, em políticas públicas, econômicas e financeiras se entrecruzam na análise do real em Maricá.

Por fim, as inovações que vêm sendo implementadas em Maricá, que, como vimos, envolvem um conjunto de agentes e têm a potencialidade de transformação significativa das relações sociais no local, possuem limites, conflitos e contradições que também precisam ser evidenciados. O primeiro deles é a questão escalar, já que as práticas inovadoras estão restritas ao município de Maricá, o que não permite uma lógica regional de desenvolvimento mais ampliado.

O segundo, muito próximo do anterior, é que o desenvolvimento urbano tem provocado uma migração significativa para o município. Seja atraído pelo programa de transferência de renda, pelas oportunidades de emprego e trabalho ou mesmo pelos sistemas de saúde e educação modernizados em Maricá, dentre outras possibilidades, o incremento populacional de mais de 50% entre 2010 e 2022, auferido pelo IBGE (2022), é um desafio significativo para o município. Desafio este que já se reverbera para outras questões, como o aumento do custo de vida por conta do interesse na compra de imóveis para residência e para o turismo.

Um terceiro que pode ser citado são as questões ambientais. O distrito industrial e o porto marítimo que estão sendo construídos no município vão ocupar uma praia, a de Jaconé, provocando um impacto paisagístico e na comunidade local. Outro, de grandes dimensões, é a construção de um grande *resort* em uma área de restinga e de preservação ambiental municipal. Neste último

caso, há ainda uma comunidade indígena que reside na área e que está sofrendo pressão para deixar o local.

Um último, que cabe indicar, é a escolha do Banco Mumbuca por uma moeda social digital. Sabemos da gigantesca desigualdade de acesso às tecnologias no país, que passa por questões de classes sociais e etárias, que certamente dificultam o manuseio cotidiano da moeda social e podem promover uma exclusão dupla, a digital e a financeira.

Há outras questões que mereceriam destaque na análise das estratégias relativas ao Programa de Economia Solidária, mas que não cabe detalhar nesse texto. Há tanto outras ações e práticas solidárias como também outros conflitos e limites. No entanto, acreditamos que o quadro apresentado já deu conta de evidenciar a potencialidade das inovações sociais em políticas públicas que “envolvem novas ou reconfiguradas formas de organização e governança, nas quais a tomada de decisão de base, a solidariedade e a inclusão democrática desempenharam papéis importantes” (Moulaert; Maccallum, 2019, p. 125).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O ESPERANÇAR COMO UM PROGRAMA DE PESQUISA E DE AÇÃO POLÍTICA NO DIREITO À CIDADE

Este texto dialogou diretamente com a proposta da mesa-redonda de recuperar o debate da Reforma Urbana e conectá-lo com a perspectiva do direito à cidade. De alguma forma também estabeleceu um diálogo com o título do evento ao tensionar a Geografia das Esperanças como ato, pelo Esperançar, enquanto ação em construção de um outro urbano possível.

O caminho percorrido pelo texto, de forma intencional, revisitou a histórica tentativa de Reforma Urbana de 1963, que, como já dissemos, foi um marco importante que comprova as possibilidades materiais e imateriais de diálogo coletivo, compromissado com a transformação social, a partir da interação entre distintos agentes sociais, entre eles o Estado.

Também buscamos evidenciar elementos da realidade contemporânea, a partir do exemplo das inovações sociais e em políticas públicas de Maricá, que se conectam com um devir de outra cidade. Permite-nos, de alguma forma e não sem conflitos, esperançar a partir de práticas inovadoras emancipatórias que tenham a potencialidade de garantir o Direito à Cidade. Práticas estas que devem se opor à conscientização mistificada, como a das Cidades Inteligentes, que é a antítese das possibilidades de se pensar alternativas emancipatórias.

As inovações sociais e em políticas públicas, mais que as demais dimensões da inovação, podem contribuir para o estabelecimento de programas

políticos e ações práticas emancipatórias, pois têm a potencialidade de transformação em um outro urbano possível, não apenas uma nova versão dentro das esferas das relações capitalistas, mas um urbano utopiano, enquanto virtualidade do vir a ser. Um mundo em que práticas inovadoras emancipatórias nos permitam concretizar o Direito à Cidade.

Finalizamos o texto com uma longa citação ao educador e patrono da educação brasileira, Paulo Freire, a quem sempre cabe menções e referências pela potência e compromisso com a transformação da realidade. Se buscamos no texto *Revisitar, Dialogar e Esperançar* a partir do debate das inovações sociais e em políticas públicas, esse movimento está ancorado na profunda crença e compromisso social nas possibilidades de um outro devir.

Não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico. Não quero dizer, porém, que, porque esperançoso, atribuo à minha esperança o poder de transformar a realidade e, assim, convencido, parto para o embate sem levar em consideração os dados concretos, materiais, afirmando que minha esperança basta. Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da esperança crítica, como o peixe necessita de água despoluída.

Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo. Mas prescindir da esperança na luta para melhorar o mundo, como se a luta se pudesse reduzir a atos calculados apenas, à pura cientificidade, é frívola ilusão. Prescindir da esperança que se funda também na verdade como qualidade ética da luta é negar a ela um dos seus suportes fundamentais. O essencial, como digo mais adiante no corpo desta Pedagogia da esperança, é que ela, enquanto necessidade ontológica, precisa de ancorar-se na prática. Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera pura, que vira, assim, espera vã. (Freire, 1997, p. 14).

REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil. **A luta pela reforma urbana no Brasil**: do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo. São Paulo, Instituto Casa da Cidade, 2018.

BOUCHARD, Marie. Introduction: the social economy in Quebec: a laboratory of social innovation. In: BOUCHARD, Marie. (org.). **Innovation and the Social Economy**: The Quebec Experience. Toronto: University of Toronto Press, 2013.

FERRÃO, João. Animar loucamente preconfigurações de futuros desejados: da inovação social à transformação societal. In: FERREIRA, Alvaro.; RUA, João.; LENCIONI, Sandra. **Entre urgências e utopia**: múltiplas escalas da ação. Que mundo estamos a construir? Rio de Janeiro: Consequência, 2023.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- IBGE. Censo Demográfico de 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/home>. Acesso em: 23 dez. 2023.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LENCIONI, Sandra; TUNES, Regina. A questão da inovação. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. (org.). **Reforma Urbana e Direito à cidade**: questões, desafios e caminhos. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022, v. 1, p. 425-445.
- MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2014.
- MONTGOMERY, Tom. Are social innovation paradigms incommensurable? **Voluntas**, 27. Glasgow, Springer, 2016. MOULAERT, Frank; MACCALLUM, Diana. **Advanced Introduction to social innovation**. Cheltenham/Northampton, Edward Elgar, 2019.
- PARÉS, Marc; OSPINA, Sonia; SUBIRAT, Joan. **Social Innovation and Democratic Leadership**: Communities and Social Change from Below. Cheltenham, UK and Northampton, Massachusetts, Edward Elgar Publishing, 2017.
- PESSANHA, Roberto Moraes. **A relação transescalar e multidimensional “Petróleo-Porto” como produtora de novas territorialidades**. 560 f. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- SILVA, Luiz Inácio Lula da; ALCKMIN, Geraldo. Neoliberalização para o Brasil que queremos. **O Estado de S. Paulo**, 23 jun. 2023.
- SILVA, Sandro Pereira. **Economia solidária e finanças de proximidade**. Brasília, Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2270).
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- TUNES, Regina. Uma abordagem crítica da inovação e do conhecimento na geografia do capitalismo contemporâneo. In: OLIVEIRA, Floriano Godinho; OLIVEIRA, Leandro Dias de; TUNES, Regina Helena; PESSANHA, Roberto Moraes (org.). **Espaço e Economia**: geografia econômica e a economia política. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. v. 1, p. 135-162.
- TUNES, Regina. H. Geografia e inovação: questões teórico-metodológicas a partir da Economia Política e da Geografia Econômica. In: GOMES, Maria Terezinha; TUNES, Regina; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de (org.). **Geografia da Inovação**: território, redes e finanças. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. v. 1, p. 85-109.
- TUNES, Regina. **Geografia da Inovação**: território e inovação no Brasil no século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021. v. 1, 509 p.
- TUNES, Regina.; LENCIONI, Sandra. Inovação nas formas de obtenção de renda imobiliária em cidades da América Latina. **Actas del IV Congreso Latinoamericano de Teoría Social**, v. 1, p. 1-11, 2023.
- WRIGHT, Erik Olin. Real utopias. **Contexts**, v. 10, n° 2, p. 36-42, 2011.



**PERSPECTIVAS DA
EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA**

O MEIO COMO MEDIADOR PARA O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

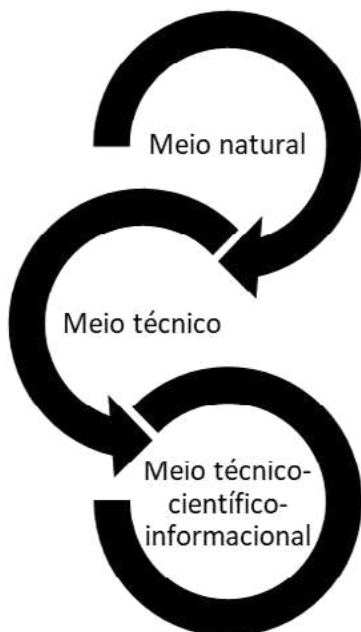
LANA DE SOUZA CAVALCANTI

Este texto apresenta uma sistematização das formulações feitas por ocasião da minha participação na mesa-redonda “Meio geográfico: aprendizagem e desenvolvimento”, durante o XV Encontro Nacional da Anpege (2023). Assim, ele aborda o referido tema macro proposto desdobrando-o em três eixos: 1. A concepção de meio na Geografia; 2. O entendimento da relação entre aprendizagem e desenvolvimento na concepção de educação e de ensino, na linha da Teoria Histórico-Cultural, com recorte na dimensão pedagógico-didática; e 3. A articulação entre os dois eixos anteriores pelo tratamento da mediação didática com a meta do desenvolvimento do pensamento geográfico. Esses eixos estão articulados, de modo direto e indireto, em minhas reflexões recentes sobre uma proposta de um ensino de Geografia que seja transformador do ponto de vista dos estudantes, crianças e jovens, como sujeitos ativos no processo, o que será reafirmado na última seção do texto. Essa articulação está vinculada a uma proposta didática para esse ensino, orientando seu encaminhamento no sentido de propiciar a formação de um modo de pensar que é peculiar dessa disciplina.

MEIO GEOGRÁFICO: ELEMENTOS PARA UM SISTEMA CONCEITUAL

Iniciam-se essas formulações com o seguinte esquema, que representa uma possibilidade de entendimento de meio na Geografia:

Figura 1 – Meio geográfico



Fonte: Elaboração própria, a partir de Santos (1999).

Para o alcance do conceito de meio na Geografia é bastante útil a contribuição de Santos (1999), representada na Figura 1. Segundo esse autor, a história do meio geográfico pode ser dividida, de modo simplificado, em três etapas, a do meio natural, a do meio técnico e a do meio técnico-científico-informacional, percebendo que em cada uma dessas etapas está implicada a instauração de uma dinâmica predominante e organizadora nesse meio. A passagem de uma fase para outra foi ocorrendo na história dos homens por sua atividade de conhecimento e sua capacidade transformadora desse meio em razão de atender às suas necessidades. Assim, resumidamente, com base em Santos (1999), esses meios podem ser assim discriminados:

- **Meio natural:** é a fase da história em que o homem retirava da natureza aquilo que era considerado fundamental ao exercício da vida. As técnicas de trabalho eram rudimentares e articuladas ao ritmo e à dinâmica da natureza. Os sistemas técnicos não tinham, portanto, existência autônoma, uma vez que estavam articulados à relação direta do corpo humano com a natureza.
- **Meio técnico:** é considerado uma fase posterior à invenção e ao uso das máquinas. Ocorreu, então, a emergência do espaço mecanizado:

nesse espaço os objetos, culturais e técnicos, formam o meio. Há, assim, a substituição dos objetos naturais por objetos culturais e objetos técnicos, resultado do poder dos homens em lidar com a natureza, criando esses objetos que já ganham autonomia em relação ao corpo e à força dos próprios homens.

- **Meio técnico-científico-informacional:** sua importância reside e se intensifica no fato de que se trata do meio geográfico do período atual, no qual os objetos são elaborados a partir dos ditames da ciência e se servem de uma técnica informacional (que tem alto coeficiente de intencionalidade). Nessa fase há uma profunda interação da ciência e da técnica, em nível global. Os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais – com extrema objetividade em sua produção e em sua localização, eles já surgem como informação. Dessa forma, ciência-conhecimento, tecnologia e informação estão na base da produção das coisas, dos objetos, que estão presentes em todas as práticas espaciais e em toda a paisagem, numa interação dialética da escala global e local. Nesse meio, o conhecimento, pode-se dizer o conhecimento avançado e sistematizado na ciência, exerce o papel de recurso, pois permite acompanhar o movimento da natureza, seus processos, prever suas reações e os impactos que pode sofrer.

Considerando dessa forma a história do meio geográfico, é importante ter em conta que estamos na predominância do Meio Técnico-Científico-Informacional (MTCI), e que é ele que condiciona/influencia, na atualidade, de uma ou de outra maneira, os comportamentos humanos, entre eles os dos estudantes, jovens e crianças. Para explicar esse condicionamento, Santos, nessa mesma obra (1999), tece considerações sobre dois pilares que ampliam sua compreensão: a tecnoesfera e a psicoesfera. A **tecnoesfera**, segundo o autor, é o mundo dos objetos, é a dimensão dos lugares que se define pela existência corpórea e relacional. A **psicoesfera**, diferentemente, é o reino das ideias, da ação, das crenças e paixões. É o lugar da produção de um sentido, estimulando o imaginário das pessoas na relação com o meio. Essas duas dimensões são importantes no sistema conceitual que constitui o meio, porque elas compõem o contexto social, cultural, espacial no qual se inserem as pessoas que estão, constantemente, em processo de aprendizagem e desenvolvimento, como será mais bem abordado adiante.

A essa altura, para formular melhor as ideias do texto, cabe perguntar: O que esse sistema de conceitos que compõe a análise geográfica no contexto contemporâneo do MTCI pode servir para compreender os processos de

aprendizagem e desenvolvimento das pessoas? Qual a relação desse conceito com o processo de ensino e aprendizagem com a Geografia? É o meio enquanto objeto de prática pedagógica, interessando nesse caso o modo como pode ser encaminhada essa prática, por exemplo como estudo do meio? Pode-se tomá-lo como contexto sociocultural e material – e, portanto, como referência nesse processo de ensino e aprendizagem? Quais são os desdobramentos desse encaminhamento?

Neste texto, o conceito de meio geográfico é adotado como referência para o ensino de Geografia, tendo em vista o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. O estudo do meio (conferir, por exemplo, Pontuschka; Paganelli; Cacete, 2007) é uma prática de ensino tradicionalmente indicada e utilizada na Geografia escolar, razão suficiente para evidenciar sua potencialidade nessa prática. Atualmente, esse ainda é um procedimento de ensino muito utilizado, inclusive com recursos das TDICs (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação), que permitem por exemplo fazer um estudo virtual de meios geográficos. Porém, algumas preocupações devem acompanhar essa reflexão e sua realização no cotidiano escolar.

Segundo ainda Santos (1999), é indispensável insistir na necessidade de um conhecimento sistemático da realidade, um conhecimento profundo e que ultrapassa sua dimensão empírica e pontual. Portanto, tomando como orientação esse alerta, é necessário em situação de ensino um estudo sistemático do meio, que o perceba como expressão de um modo de vida complexo que ultrapassa a escala local. O conhecimento teórico ocorre com o entendimento de um meio geográfico como o espaço que passa por constantes modificações, em decorrência da ação humana e dos processos de intervenção que o homem nele realiza. Sendo assim, é importante ensinar a observar esse meio como materialidade de processos e estruturas complexas de um modo de vida social, como constituído de objetos que articulam estreitamente conhecimento científico, técnica sofisticada e informação. Não se trata, portanto, simplesmente de realizar uma atividade escolar com os alunos de visita ao meio (muitas vezes próximo à escola) para observá-lo e descrevê-lo a partir do que se vê. Diferentemente disso, é necessário compreender esse meio em sua complexidade (como é demonstrado pelo conceito de meio técnico-científico-informacional), problematizá-lo em busca de suas contradições e de nexos que extrapolam sua aparência imediata para produzir conhecimentos a partir de sua observação.

Para contribuir com o avanço dessa discussão, pode-se mencionar o texto de García Díaz e García Pérez (2001), no qual há argumentações sobre o que se entende por visão aditiva do meio e uma visão integrada (sistêmica) do meio ou da realidade, sobre o que esses autores chamam de dimensões ou categorias metadisciplinares, que, conforme defendem, devem ser objeto das

didáticas específicas, da organização do meio (para pesquisa dos estudantes). Porém, eles alertam para a necessidade de superar uma visão aditiva desse meio. Conforme ponderam:

As formas mais comuns do conhecimento cotidiano não vão além do próximo e evidente, de uma realidade de objetos desconexos; além disso, uma boa parte do conhecimento considerado científico continua sendo mecanicista e reducionista. O pensamento dos nossos alunos e alunas faz parte dessa forma de ver o mundo. Com efeito, quando investigamos como os alunos explicam seu meio (...), se percebe o predomínio de uma concepção aditiva de meio, na qual só há objetos desconectados entre si ou muito debilmente relacionados; junto com essa concepção, existem outras, minoritárias, mais próximas a uma visão sistêmica desse meio (Díaz; Pérez, 2001, p. 7)..¹

Do que foi dito depreende-se que é importante tornar a referência ao meio uma potência nos processos formativos, mas, para buscar caminhos para efetivar esses processos, cabe seguir com os questionamentos: como considerar o contexto, o entorno, o meio geográfico em atividades de ensino? Pelos argumentos anteriores, conclui-se que não basta tomá-lo como o contexto empírico próximo ao estudante. É necessário que ele seja problematizado, que ele seja visto como uma totalidade integrada, que revela mais que suas formas aparentes. Para alcançar essa meta, como desenvolver as atividades escolares? Qual o método? Qual o caminho do processo para conseguir a aprendizagem e o desenvolvimento? Como favorecer esses complexos processos psicossociais? Como articular as reflexões sobre novas capacidades de produção do meio frente ao contexto tecnológico atual?

Defende-se, assim, que o meio (complexo, cambiante, técnico-científico-informacional, condicionador de modos de vida) é uma consideração relevante no processo de ensino de Geografia, desde que seja abordado metodicamente, para que seja significativo para o aluno em sua formação escolar. Antes, contudo, de apresentar outros argumentos a favor desse argumento, é necessário discorrer sobre possibilidade de compreensão dessa formação escolar, a partir dos processos de aprendizagem e desenvolvimento.

1 No original: *Las formas más comunes del conocimiento cotidiano no van más allá de lo próximo y evidente, de una realidad de objetos inconexos; asimismo, una buena parte del conocimiento considerado científico sigue siendo mecanicista y reduccionista. El pensamiento de nuestros alumnos y alumnas participa de esta forma de ver el mundo. En efecto, cuando investigamos cómo explican los alumnos su medio (...), se aprecia el predominio de una concepción aditiva del medio, en la que sólo hay objetos desconectados entre sí o relacionados muy débilmente; junto a esta concepción existen otras, minoritarias, más próximas a una visión sistémica de ese medio.*

APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO: SUAS RELAÇÕES NA FORMAÇÃO DO SUJEITO

É mister esclarecer de início que o sujeito a que se refere o título desta seção é o aluno (em diferentes níveis de escolarização). Sabe-se que o desenvolvimento e a aprendizagem dos sujeitos em geral são contínuos e ocorrem em diversas instâncias da vida cotidiana; no entanto, aqui se quer ressaltar as experiências escolares e os modos como elas resultam nos processos de formação da personalidade dos alunos. Para essa abordagem, parte-se das contribuições da Teoria Histórico-Cultural, na linha de Vigotski (2009, 2006), com respeito ao ensino e suas potencialidades na formação dos sujeitos. A questão para a qual se pretende encaminhar respostas é: Quais as concepções, a aprendizagem e o desenvolvimento e como esses processos se inter-relacionam em atividades de ensino?

De acordo com o autor que embasa a compreensão defendida neste texto, aprendizagem e desenvolvimento são processos de transformação mental e física dos sujeitos, em sua relação com o mundo, sendo que o primeiro, a aprendizagem, diz respeito à aquisição mais específica de conhecimentos, de habilidades, de competências para atuar nessa relação, enquanto o segundo, o desenvolvimento, se refere à formação humana geral que ocorre por meio do surgimento de novas e amplas qualidades. Na psicologia e nas orientações para os trabalhos escolares, as relações entre esses processos são entendidas de diferentes formas, podendo ser esquematizadas, conforme Vigotski (2009 p. 295-338), das maneiras a seguir:

- a) como processos separados, por meio dos quais se entende que aprendizagem e desenvolvimento são independentes entre si. Nesse caso, o desenvolvimento é visto como um processo de maturação sujeito às leis naturais; e a aprendizagem, como a utilização das oportunidades criadas pelo desenvolvimento; portanto, a aprendizagem sucede o desenvolvimento;
- b) como processos idênticos, justapostos, ambos como resultado de acumulação gradual de reflexos condicionados. Nesse entendimento, aprendizagem é desenvolvimento (cada etapa de aprendizagem corresponde a uma de desenvolvimento);
- c) como processos que não coincidem imediatamente, mas que estão em complexas inter-relações; assim entendida a relação, tem-se que a aprendizagem só é boa quando está à frente do desenvolvimento; nesse caso, o ensino pode ter como meta propiciar momentos de aprendizagem que adiantem o desenvolvimento.

Esta última forma de entender pode ser assim esquematizada:

Figura 2 – Relações na formação do sujeito



Fonte: Elaboração própria.

Na defesa da terceira forma de ver a relação entre esses processos, Vigotski (2009, p. 334) afirma que, ao adiantar o desenvolvimento, a aprendizagem “motiva e desencadeia para a vida toda uma série de funções que se encontravam em fase de amadurecimento e na zona de desenvolvimento imediato. É nisto que consiste o papel principal da aprendizagem no desenvolvimento”. Assim, pode-se concluir que a aprendizagem, quando é efetiva e significativa, proporciona condições necessárias para que ocorra o desenvolvimento mental dos sujeitos. Ou seja, ela ocorre quando esse sujeito interage com o meio (meio geográfico, meio técnico-científico-informacional) e na medida em que esse meio e suas propriedades são interiorizados por ele, resultando assim em novas formações intelectuais, do que advém o desenvolvimento. Nessa linha, também é importante enfatizar o que o autor conceitua como Zona de Desenvolvimento Imediato, como a instância em que o professor pode atuar na organização do ensino de modo a explorar uma situação social em que o trabalho coletivo tenha potência, pois um sujeito-aluno bem orientado e em colaboração com o outro, com seus colegas e/ou o professor pode fazer e conhecer mais do que faria sozinho.

Essa forma de compreender as complexas relações entre aprendizagem e desenvolvimento tem como desdobramento a definição da meta central nos processos de ensino que é o desenvolvimento dos alunos. Em outras palavras, busca-se orientar, organizar o ensino para que os alunos possam aprender, de modo significativo e transformador, conteúdos que sejam mediadores de sua relação com o mundo, permitindo que ocorram novos posicionamentos como sujeitos diante da realidade objetiva, resultando assim em contribuições para seu desenvolvimento intelectual. Entende-se que, ao assimilar um conteúdo

escolar, os alunos, ao mesmo tempo, por meio dele, adquirem novos modos de pensar, de perceber, de raciocinar e de interpretar a realidade.

Especificamente, pode-se dizer que se busca no ensino de Geografia aprendizagens dos alunos que resultem em contribuições de seu desenvolvimento intelectual, por meio da formação do pensamento geográfico. Trata-se de organizar o ensino para que ele seja propiciador de oportunidades, para que o aluno por meio dos seus conteúdos aprenda a pensar, a pensar pela Geografia. Articula-se, assim, esse tema com a discussão anterior sobre o meio geográfico da seguinte maneira:

- a aprendizagem estimula e ativa os processos internos de desenvolvimento dos alunos, primeiro na sua relação com os outros, depois internamente (ainda que se faça a ressalva de que o processo é dialético; portanto, entre o social e o individual não há linearidade);
- na Geografia, estimula-se a aprendizagem relacionada ao meio geográfico, com a expectativa de que os alunos se desenvolvam intelectualmente;
- quando se pretende que o aluno aprenda a fazer a análise teórico-conceitual do meio geográfico, o ensino deve ser comprometido com o estudo do entorno (a espacialidade próxima do aluno) e do meio geográfico na escala global;
- conectar o ensino com o conhecimento do meio geográfico implica, pois, considerar o cotidiano como um elemento que ajuda a atribuir sentido ao que se pretende ensinar com o desafio de problematizar a escala cotidiana com abstrações conceituais que permitam processos de generalização próprios do pensamento geográfico;
- o processo de ensino voltado à formação do pensamento geográfico pelos alunos pressupõe o trabalho com os conceitos, princípios e raciocínios geográficos e suas linguagens, de modo a estimular a aprendizagem dos alunos e seu desenvolvimento intelectual.

Chega-se, portanto, à necessidade de tecer considerações sobre caminhos possíveis para trabalhar com o ensino de Geografia nessa perspectiva, como será visto na próxima seção.

MEIO GEOGRÁFICO COMO MEDIAÇÃO SIMBÓLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO DO ALUNO

As considerações anteriores encaminham o entendimento de que é importante para o professor organizar sua prática impulsionado pelo papel que o ensino de Geografia exerce na vida dos alunos – formação de um pensamento peculiar sobre a realidade – e pelas condições concretas onde ele se realiza. Trata-se de estruturar as aulas e atividades, selecionando instrumentos materiais (dados, fotografias, mapas, objetos) e sobretudo simbólicos (conceitos, fatos, objetos e fenômenos geográficos) que sejam de interesse para a formação desses alunos. Nessa organização do ensino, concebendo-o como um processo gerador de desenvolvimento do aluno, considera-se a articulação entre seus componentes: objetivos, conteúdos e métodos, conforme figura a seguir:

Figura 3 – Componentes fundamentais do processo de ensino



Fonte: Cavalcanti, 2024.

A figura procura demonstrar um processo dialético e articulado, que parte da definição de metas para o ensino, no qual se estruturam o conteúdo e sua abordagem e define-se seu encaminhamento em situações concretas. Para que se alcancem as metas, é necessário determinado encaminhamento, um método de ensino. Nesse sentido, destaca-se aqui a necessária consideração do contexto sociocultural e espacial dos alunos – as práticas espaciais – como referência metódica. Esse contexto visto de modo específico pela Geografia é o meio geográfico, em sua forma contemporânea (Meio Técnico-científico-informacional), em sua dimensão local, ou seja, o meio do aluno, seu entorno imediato, mas articulado com outras escalas.

O meio tem influência estreita no desenvolvimento de crianças e jovens, pois ao se relacionar com ele, ele os modifica e é modificado por eles, numa

dialética constante. Dessa maneira, o modo como o sujeito se constitui está intimamente relacionado com as características, as determinações desse meio, o que pode ser representado na Figura 4.

Figura 4 – Instrumentos materiais e simbólicos



Fonte: Elaboração própria.

Para entender essa relação, conforme está representado na Figura 4, seguindo a teoria de referência, é importante compreender o significado de mediação. Parte-se da visão de que, ao lidar com os objetos do cotidiano para seu conhecimento e apropriação, o sujeito necessita compreender os significados sociais desses objetos, o que ocorre por meio de ferramentas simbólicas que se configuram como mediação. O sujeito, nessa análise, não lida diretamente com o mundo, com os objetos desse mundo, pois eles já são colocados para ele encarnados de seu significado social, pela mediação de seu significado simbólico. O ensino, dependendo do modo como é encaminhado, pode favorecer essa apropriação dos significados do mundo pelos sujeitos.

Para especificar um pouco mais a dimensão metodológica do ensino, que é esse modo de encaminhá-lo considerando a apropriação dos conteúdos pelos sujeitos, tendo como foco articular a aprendizagem e o desenvolvimento com o meio geográfico, pode-se tecer alguns comentários. É importante, para que a aprendizagem tenha como consequência para o aluno o desenvolvimento do seu pensamento geográfico, considerar o meio, o entorno, porque ele é o meio geográfico onde esse aluno tem sua experiência, ele compõe a sua vida cotidiana. Pode-se entender, portanto, que ele é parte do cotidiano e contribui para dar significado ao conhecimento que é veiculado na escola. Porém, a escola e o ensino não podem ser organizados tendo o meio do aluno no nível somente do cotidiano e dos conhecimentos que ele já tem e que são advindos dessa sua experiência mais imediata. A aprendizagem escolar não é continuidade direta da aprendizagem cotidiana, da mesma forma que o entorno por si mesmo ou a consideração do entorno por si mesmo não implicam necessariamente no desenvolvimento do sujeito.

Para que ocorra esse desenvolvimento por meio da aprendizagem geográfica é, efetivamente, importante considerar o meio no qual o aluno vive, mas trabalhando com ele de uma forma que potencialize a aprendizagem, que ela seja significativa e transformadora. Então, está sendo argumentado aqui, como princípio metodológico para um modo de ensinar Geografia, que se deve problematizar a relação do sujeito-aluno com o seu meio (meio geográfico), com sua experiência nesse meio, no sentido de ampliar sua compreensão por processos de abstração e de generalização, próprios da apropriação de conhecimentos científicos. Nesse entendimento, os sujeitos do processo são ativos, com seus conhecimentos, com sentidos e significados, e estes influem em sua relação efetiva com o mundo e com os objetos. A mudança em relação aos conhecimentos, sentidos e significados sobre o mundo e seus objetos acarreta alterações também na relação do sujeito com esse mundo.

Para que o meio geográfico seja mediador no desenvolvimento, nessa linha de raciocínio, há de se considerar a experiência do sujeito com esse meio, a relação que ele tem com seu meio. Porque o desenvolvimento intelectual do sujeito é uma construção social que depende das relações que ele estabelece em seu contexto imediato (sempre considerando sua complexidade e as conexões entre diferentes escalas). Contribuem para ampliar o entendimento dessa relação os conceitos de vivência e de situação social de desenvolvimento, trabalhados por Vigotski (2018) e outros especialistas nessa linha. De modo esquemático, esses conceitos podem ser assim entendidos:

- **Vivência:** experiência marcante do sujeito em sua relação (ativa) com o meio, impactando seu desenvolvimento, sendo que, com base nela, ele interpreta e exerce ação sobre esse meio, gerando sua própria subjetividade. Na vivência, estabelece-se unidade entre personalidade, elementos pessoais (intelectuais e afetivos) e ambientais.
- **Situação social de desenvolvimento:** é a maneira individual de os sujeitos, no caso as crianças e jovens escolares, produzirem seu desenvolvimento, em novas formações, em determinado contexto socioespacial. Ela é o ponto de partida para todas as mudanças dinâmicas que ocorrem no desenvolvimento durante o período de cada idade dos alunos, pois a realidade social é fonte de desenvolvimento, constituindo-se em estrutura individual o mundo socialmente constituído.

Vigotski, ao abordar esses temas, traz argumentações sobre o papel e o significado de participação e influência do meio no desenvolvimento da criança. Alerta, então, que o meio em si não define o desenvolvimento de uma criança,

pois, ao longo desse processo, a criança se modifica, amplia o meio no qual se relaciona e assim há modificação no papel e no significado do meio para esse próprio desenvolvimento. Nesse processo de significação do meio há momentos ímpares, essenciais, que definem sua influência na constituição dos sujeitos, que são por ele definidos como vivências. Em suas palavras:

Vivência é uma unidade na qual se representa, de um modo indivisível, por um lado, o meio, o que se vivencia – a vivência está sempre relacionada a algo que está fora da pessoa –, e, por outro lado, como eu vivencio isso. [...] Sempre lidamos com uma unidade indivisível das particularidades da personalidade e das particularidades da situação que está representada na vivência (Vigostki, 2018, p. 78).

É, dessa maneira, um processo de mudanças externas, aparentes, e internas, que expressam os momentos do desenvolvimento dos sujeitos. A forma como o mundo social (que pode ser a escola ou o local onde vive o aluno) se apresenta para o sujeito-aluno induz a diferentes resultados nesse processo. A relação com o meio supõe uma elaboração subjetiva, mas também social, na qual o meio é o ponto de partida.

Nessa linha teórica, a influência do meio importa no processo de ensino e aprendizagem que leva ao desenvolvimento dos alunos. Mas, é preciso que se diga, o meio não é um ambiente imóvel e imutável, ao contrário, ele é sempre cambiante, e na relação com o sujeito provoca nele mudanças. Em cada fase do desenvolvimento psíquico da criança há não só a peculiaridade de funções e processos psíquicos isolados, mas ainda uma combinação particular de diferentes funções psíquicas que se desenvolvem. O meio é fonte de conhecimento, de desenvolvimento, para o desenrolar de formas de atividades propriamente humanas, mas isso ocorre se o meio tem as condições necessárias. Nesse sentido, é importante levar em conta ainda a situação social de desenvolvimento, podendo ela se referir ao meio geográfico ou mesmo à espacialidade da escola, desde que sejam apresentadas as condições necessárias ao desenvolvimento de características e qualidades humanas. Como reforça Vigostki (2018, p. 90):

O meio é a fonte de desenvolvimento dessas características e qualidades especificamente humanas, em primeiro lugar no sentido de que é nele que existem as características historicamente desenvolvidas e as peculiaridades inerentes ao homem por força de sua hereditariedade e estrutura orgânica.

Destaca-se, assim, a compreensão de situação social do desenvolvimento, que é a maneira individual de os sujeitos, no caso as crianças e jovens, produzirem seu desenvolvimento, em novas formações. Conforme Souza, referindo-se à criança:

A criança, na perspectiva Histórico-Cultural, é um sujeito que apreende o mundo num processo dialético de interação. As suas vivências estão orientadas por uma dinâmica que envolve o grupo sociocultural de que é parte, a história constituída pelo homem, as condições educacionais, bem como os processos de sua história individual que está permanentemente condicionada pela história coletiva e que constituem sua situação social de desenvolvimento naquele momento determinado de sua vida (Souza, 2007, p. 54-55).

Assim, pode-se afirmar que o meio circundante tem um papel muito importante no desenvolvimento da criança. A atividade, mediante a qual em cada fase ou momento ela estabelece relação com o meio, a depender do processo de sua apropriação, resulta no alcance de uma nova situação social de desenvolvimento psíquico, o que é singular e específico a cada sujeito. Nesse processo, o sujeito constrói novos sentidos e significados aos objetos que lhe são apresentados.

No caso do ensino de Geografia, essa constatação leva a questionar, com mais consistência, sobre a concepção de meio e de como ele pode ser “mostrado” e “problematizado” pelo professor, em sua atividade planejada e intencional de mediação com as crianças e jovens, conforme já explorado no texto. O meio é o objeto de suas vivências, ou seja, é o espaço vivido. Essa pode ser uma primeira dimensão da espacialidade a ser explorada no ensino de Geografia. Concebendo-se os alunos como sujeitos ativos e capazes de aprender Geografia, ao lidar com o meio em que vivem, produzindo apropriações que impulsionam novas formações psíquicas, é necessário problematizar esse espaço vivido (Cavalcanti, 2024).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao finalizar este texto, reforça-se a convicção de que o ensino de Geografia tem um papel importantíssimo nos processos cognitivos dos alunos que levam ao seu desenvolvimento integral, permitindo a eles transformações em seu pensamento, especificamente no pensamento geográfico, ao internalizar conceitos e princípios teóricos orientadores desse pensamento. Essa convicção está ligada a outra que é a constatação de que tais conceitos e princípios, e sua linguagem, uma vez internalizados e/ou construídos pelo sujeito, lhe permitem melhor capacidade de análise de seu entorno e do meio geográfico em sua totalidade, orientando por sua vez sua atuação no mundo como cidadão consciente e crítico.

Assim, essas considerações trazem implicações para a escola e para a organização dos processos de ensino e aprendizagem de crianças e jovens. Elas

orientam para novas questões como possibilidades abertas para seu aprofundamento: Quem são esses sujeitos a quem se ensina? O que pensam? Como se constituem em seu contexto espacial (meio geográfico)? Que vivências geográficas, considerando as experiências com os meios geográficos que afetaram sua constituição, são impactantes na aprendizagem dessa disciplina? Enfim, como ensinar e aprender tendo em vista o meio geográfico, os sujeitos, suas vivências, sua situação social de desenvolvimento?

Não são questionamentos para respostas definitivas e completas, mas são orientadores de reflexões teóricas que encaminham as práticas docentes de modo mais seguro e consciente de suas intencionalidades.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Lana de S. **Ensinar e aprender Geografia: elementos para uma didática crítica**. Goiânia, C&A Alfa Comunicação, 2024.

GARCÍA DÍAZ, José Eduardo; GARCÍA PÉREZ, Francisco F. El conocimiento metadisciplinar y las didácticas específicas. *In: Anais... Congreso Nacional de Didácticas Específicas*, 1, 2001, Granada. Las didácticas de las áreas curriculares en el siglo XXI, Granada, Grupo Editorial Universitario, 2001. p. 409-421. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=714123>. Acesso em: 9 set. 2023.

PONTUSCHKA, Nídia N.; PAGANELLI, Tomoko I.; CACETE, Núria H. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, Hucitec, 3. ed. 1999.

SOUZA, Maria Cecília B. R. de. **A concepção de criança para o enfoque histórico-cultural**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista, 2007.

VYGOTSKI, Lev S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. *In: VYGOTSKI, Lev S.; LURIA, Alexander R.; LEONTIEV, Aléxis N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone, 2006.

VIGOTSKI, Lev S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VIGOTSKI, Lev S. Aulas de L. S. **Vigotski sobre os fundamentos da pedologia**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018.

GEOGRAFIAS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Breve panorama e algumas reflexões

ENIO SERRA

A intenção do presente capítulo, assim como foi nosso objetivo ao participar da mesa intitulada “Geografia da educação: a construção do subcampo no Brasil”¹, no XV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – XV Enanpege, é compartilhar com a comunidade geográfica, e mesmo com pesquisadores de outras áreas, algumas reflexões sobre o que vem se constituindo como Geografia da Educação no Brasil. Para alcançar esse fim, nos baseamos nos diálogos e nas trocas de experiências das quais vimos participando nos últimos anos, e especificamente para esse texto, a partir da análise da produção acadêmica constante desse importante evento da ciência geográfica brasileira, que é o Enanpege. Como forma de aprofundar as reflexões, também nos baseamos na produção científica que vem se solidificando há algum tempo em países do Norte Global e, mais precisamente, em alguns recentes trabalhos que nos têm levado a identificar noções e proposições sobre o que tem se produzido no Brasil nas fronteiras e nas interseções entre a ciência geográfica e as ciências da educação.

É importante dizer, no entanto, que não pretendemos apontar uma definição única sobre o que é Geografia da Educação. Pelo contrário, achamos por

1 A mesa-redonda número 20, ocorrida no dia 11 de outubro de 2023, contou com a participação da Professora Ana Carolina de Oliveira Marques (Universidade Estadual de Goiás) como mediadora e com a Professora Maria Adailza Martins de Albuquerque (Universidade Federal da Paraíba) e o Professor Enio Serra (Universidade Federal do Rio de Janeiro) como debatedora e debatedor.

bem nos afastarmos de uma suposta precisão e apostar em mais diálogo e em mais trocas de experiências, até porque outros trabalhos já se comprometeram com algum grau de definição do campo (Gomes; Serra, 2019; Gomes, 2023). Sendo assim, preferimos apresentar a sistematização de uma breve sondagem que realizamos com base nas edições do Enanpege de 2017, 2019 e 2021, com o intuito de verificarmos o que tem sido produzido, em que subáreas da Geografia essa produção tem aparecido e quais temas os trabalhos apresentados têm desenvolvido.

ESCONDIDAS, DESCONHECIDAS, DISPERSAS: UM BREVÍSSIMO LEVANTAMENTO DAS PESQUISAS GEOGRÁFICAS SOBRE EDUCAÇÃO NO BRASIL APRESENTADAS NO ENANPEGE

Não é tarefa muito fácil a tentativa de captar o que tem sido desenvolvido no Brasil em termos de pesquisas relacionadas a abordagens geográficas sobre fenômenos educacionais. Seja pela falta de periódicos específicos, seja pela ausência de eventos científicos exclusivos, a tarefa de se realizar uma espécie de estado do conhecimento, nos moldes de que tratam Morosini e Fernandes (2014), tem se configurado mais como uma aproximação do que como um aprofundamento.

Alguns autores têm citado trabalhos que articulam questões geográficas e educacionais (Giroto, 2016; Teramatsu, 2020; Gomes; Serra, 2019; Martins, 2022; Gomes, 2023), e isso tem se mostrado bastante profícuo para compreendermos a dimensão, o tratamento e a abrangência dessas pesquisas. Gomes (2023), por exemplo, desenvolveu um excelente e importantíssimo trabalho em sua tese de doutorado. No entanto, ainda falta um levantamento mais vigoroso e dedicado somente a essa tarefa. Talvez ainda seja cedo para tal atividade, talvez existam trabalhos que estejam cumprindo essa tarefa nesse momento, talvez outros que já o fizeram possam estar fora do nosso radar. O fato é que até agora temos pouca dimensão sobre a produção situada no que vimos chamando de Geografias da Educação Brasileira. Parte do que pretendemos com a presente escrita se encontra no alerta dado neste parágrafo, isto é, que estudantes e pesquisadores se sintam estimulados para iniciar e/ou continuar esse importante levantamento em forma de investigação científica.

Como dito, uma das dificuldades enfrentadas é a existência de poucos eventos que congreguem pesquisas desse tipo². Como um campo de estudos

2 Na verdade, há um evento que tem sido realizado desde 2017 com a intenção de congregiar pesquisadores e interessados na análise geográfica da educação. Porém, as três edições do Seminário Geografia e Educação (Seged) (2017, 2019 e 2022) ocorreram na cidade do Rio de Janeiro apenas com a realização de mesas temáticas e sem a possibilidade de inscrição e apresentação de trabalhos.

não muito reconhecido como tal nem pela Geografia nem pela Educação, é normal que isso ainda aconteça, nos restando a curiosidade e a possibilidade de realização dessa sondagem em eventos já consagrados para obtermos algumas pistas. Nesse sentido, o presente texto apresenta os resultados de uma breve consulta aos anais das edições de 2017, 2019 e 2021 do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Enanpege, 2017, 2019, 2021), com o intuito de verificar possíveis pesquisas que atuam na interface entre Geografia e Educação, mas que não abordam assuntos e temas relacionados à Geografia Escolar, ao Ensino de Geografia ou à Educação Geográfica³.

A busca por essas pesquisas se deu em todos os Grupos de Trabalho (GTs) oferecidos nessas três edições e a consulta foi feita apenas através dos títulos dos trabalhos inscritos. Nos GTs relacionados à Geografia Escolar, o critério utilizado foi a presença no título de termos que aludem à espacialização de fenômenos educacionais e que não remetem exclusivamente a questões vinculadas à Geografia enquanto disciplina escolar. Nos GTs de outras temáticas, o critério estabelecido foi a presença no título das seguintes palavras: *educação, ensino, universidade, colégio, escola, docente, professor*. Esses critérios podem não expressar a totalidade de pesquisas em desenvolvimento, mas oferecem um panorama sobre temáticas ligadas à dimensão espacial de fenômenos educacionais presentes em diferentes tipos e formatos de pesquisa acadêmica.

A partir desse procedimento de busca, chegou-se aos resultados apresentados a seguir. No XII Enanpege (Porto Alegre, 2017), foram encontrados trabalhos que podem ser considerados como Geografia da Educação em três GTs relacionados à Geografia Escolar e em seis GTs de outras temáticas. No XIII Enanpege (São Paulo, 2019), esses trabalhos estavam presentes em cinco GTs de Geografia Escolar e em quatro GTs de outras temáticas. No XIV Enanpege (formato virtual, 2021), foram dois GTs de Geografia Escolar e 12 de outras temáticas. No total, foram 14 trabalhos em 2017, 26 em 2019 e 33 em 2021. No total das três edições, foram identificados 73 trabalhos que, de alguma forma, abordavam geograficamente questões relacionadas ao mundo da educação.

Os temas eram bem variados, e através dos títulos de cada trabalho, foi possível agrupá-los nas seguintes temáticas: 1) *Geografia da escola* quando se trata de pesquisas ou estudos relativos ao projeto político pedagógico e suas implicações no espaço escolar, à arquitetura das escolas ou ainda às

O Seged é uma tentativa de perceber quais trabalhos têm sido produzidos, mas sua restrição espacial e sua estrutura organizacional ainda não permitem obtermos a noção exata do que vem ocorrendo nas instituições de ensino e pesquisa do país sobre essas temáticas.

3 Para esclarecimentos necessários sobre esses termos e nomenclaturas, sugerimos as leituras de Marques (2019) e Serra (2019).

apropriações desses espaços pela comunidade escolar; 2) *Bairro, entorno e contextos espaciais de escolas* para trabalhos que têm como foco as mútuas influências entre a escola e seu entorno imediato; 3) *Mobilidades* para pesquisas relacionadas aos deslocamentos de docentes e à mobilidade educacional de estudantes universitários; 4) *Políticas educacionais e distribuição espacial* quando as pesquisas se referem à localização e distribuição espacial de escolas e à relação entre oferta e demanda educacional; 5) *Políticas educacionais e território* com trabalhos que analisam os impactos locais ou regionais das políticas educacionais, a descentralização política e organizacional, além da relação entre educação e movimentos socioespaciais. A quantidade, as temáticas e a distribuição dos trabalhos podem ser mais bem visualizadas a seguir (Quadro 1).

Quadro 1 – Trabalhos relacionados a abordagens geográficas sobre fenômenos educacionais inscritos nas edições do Enanpege de 2017, 2019 e 2021

Temáticas	Edições do evento			Total
	XII Enanpege (2017)	XIII Enanpege (2019)	XIV Enanpege (2021)	
Geografia da escola	5	3	6	14
Bairro, entorno e contextos espaciais de escolas	7	14	11	32
Mobilidades	-	1	3	4
Políticas educacionais e distribuição espacial	-	2	5	7
Políticas educacionais e território	2	6	8	16
Total	14	26	33	73

Fonte: Anais do Enanpege (2017, 2019, 2021). Organizado pelo autor.

Com esse breve levantamento, é possível perceber o aumento da quantidade de pesquisas que poderiam ser compreendidas como pertencentes à Geografia da Educação. Embora a maior parte dos autores não tenha identificado seus trabalhos dessa forma, podemos inferir o interesse crescente de temas de pesquisa que destacam a relação entre Geografia e Educação para além do campo mais estabelecido da Geografia Escolar. O aumento expressivo de trabalhos no XIV Enanpege pode ser explicado, em parte, pela existência de um GT denominado “Geografia e educação: políticas educacionais, docências,

especialidades escolares”. Porém, ainda assim, nem todas as produções nele inscritas puderam ser identificadas como Geografia da Educação, pois dos 59 trabalhos inscritos, 15 obtiveram essa identificação por nossa análise.

A dispersão dos trabalhos por outros GTs, no entanto, não significa a falta de interesse no campo. Pelo contrário, reforça a impressão de que há mais pesquisadores interessados nesse tipo de abordagem, mas que não encontram grupos específicos para trocar suas experiências de pesquisa. Esse fato se deve, em grande medida, ao desconhecimento do termo *Geografia da Educação* ou ao entendimento de que seus objetos de investigação se identificam mais com outras áreas da Geografia. Nesse levantamento, foram encontrados trabalhos em grupos variados, com destaque para aqueles vinculados à Geografia Escolar, às políticas públicas, às políticas territoriais, à Geografia Política, à Geografia Econômica e à Geografia Rural.

Com o intuito de compreender melhor a identificação das pesquisas e o reconhecimento do campo, recorreremos à classificação proposta por Giband, Nafaa e Delage (2022). Tais autores distinguem diferentes formas de interrogar a relação entre educação e espaço e sugerem a existência de distintos focos de interesse em torno dessa temática. Um primeiro grupo de pesquisas envolveria o que eles chamam de *geografias com a educação* e nele se encontram trabalhos identificados com algum subcampo da Geografia, como a Geografia Urbana, a Geografia Rural, a Geografia da População etc. Nesses trabalhos, “[a] educação não constitui uma finalidade de investigação em si mesma (e raramente é definida como tal), mas antes um meio para a compreensão de processos socioespaciais mais amplos (lógicas segregativas, dinâmicas rurais)”⁴ (Giband; Nafaa; Delage, 2022, p. 77). No caso das três edições do Enanpege aqui analisadas, é bem provável que muitas pesquisas apresentadas possam expressar tais características, uma vez que foram inscritas em GTs relacionados às diferentes subáreas da Geografia. Como já dito, apenas na 14^a edição do evento um GT tentou aglutinar pesquisas em Geografia da Educação, e mesmo assim foram poucos os trabalhos identificados com o campo.

Outro grupo de investigações indicado pelos autores se refere ao que eles denominam de *geografia dos fatos educacionais*. Nesse grupo estariam trabalhos que focalizam as instituições escolares, suas dinâmicas espaciais e lógicas territoriais. Nessa perspectiva, “[a] dimensão espacial é mobilizada através de uma geografia da instituição escolar (do ensino fundamental ao superior) e de seus

4 *L'éducation ne constitue pas une finalité de recherche en soi (et y est à ce titre rarement définie) mais davantage un médium dans la compréhension de processus sociospatiaux plus larges (logiques ségrégatives, dynamiques rurales)* (Giband; Nafaa; Delage, 2022, p. 77).

atores (posicionamento e estratégias de posicionamento no âmbito do espaço escolar por exemplo)”⁵ (Giband; Nafaa; Delage, 2022, p. 77). Nas três edições do Enanpege analisadas, muitos trabalhos agrupados como “geografia da escola” podem ser identificados com esse grupo, já que lidam com questões diretamente relacionadas à escola, suas espacialidades e suas territorialidades.

O último grupo é considerado como a *geografia da educação propriamente dita* e é dividido em duas abordagens. Uma é interna à Geografia acadêmica, fruto da virada educativa e da virada radical, e constrói “um aparato conceitual e teórico que pretende fazer da geografia da educação um subcampo disciplinar pleno”⁶ (Giband; Nafaa; Delage, 2022, p. 78). Apesar disso, as pesquisas com tal abordagem apresentariam dificuldades, segundo os autores, para desenvolver um olhar mais descentralizado sobre a dimensão espacial da educação e a dimensão educacional do espaço. Já a outra abordagem se aproximaria mais “de uma geografia da educação que questiona esta dupla relação e que se faz, paradoxalmente e em grande parte, fora da geografia acadêmica”⁷ (Giband; Nafaa; Delage, 2022, p. 78-79). Entendida como uma geografia “indisciplinada” da educação por propor a interdisciplinaridade como eixo teórico-metodológico, essa perspectiva é a defendida pelos autores como sendo a mais propícia para o desenvolvimento do campo. Embora nos faltem elementos de aprofundamento na análise dos trabalhos apresentados nessas edições do Enanpege, podemos intuir que muitos deles se aproximam da primeira abordagem, principalmente aqueles que já se reconhecem como pertencentes ao campo da Geografia da Educação. Tal fato dificilmente acontece com a segunda abordagem por se tratar justamente de trabalhos inscritos em um evento relacionado a pesquisas vinculadas à Geografia acadêmica.

Por fim, é importante assinalar que, apesar de considerarmos as edições do Enanpege um bom termômetro sobre as práticas de pesquisa em Geografia, esse breve estado do conhecimento não dá, necessariamente, a real dimensão do que pode estar sendo desenvolvido em todo o país. Primeiro, porque a amostra se baseou em apenas um evento do campo da Geografia. Há outros eventos importantes da área, como as edições do Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) e do Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia (Enpeg),

5 *La dimension spatiale y est mobilisée via une géographie de l'institution scolaire (du primaire au supérieur) et de ses acteurs (placement et stratégies de placement au sein de l'espace scolaire par exemple). (Giband; Nafaa; Delage, 2022, p. 77).*

6 *[...] un appareillage conceptuel et théorique qui entend faire de la géographie de l'éducation un sous-champ disciplinaire à part entière. (Giband; Nafaa; Delage, 2022, p. 78).*

7 *[...] d'une géographie de l'éducation qui interroge ce double rapport et se fait, paradoxalement et pour l'essentiel, en dehors de la géographie académique. (Giband; Nafaa; Delage, 2022, p. 78-79).*

por exemplo, além dos eventos específicos das subáreas da Geografia. Em segundo lugar, porque não foram consultados os eventos importantes da área de Educação, como os encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e as edições do Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (Endipe). Além disso, não nos debruçamos sobre o banco de teses e dissertações da Capes nem foram verificados periódicos acadêmicos das duas áreas. A pretensão aqui foi apenas oferecer indícios, pistas e chamar a atenção para a potencialidade desse campo de pesquisas.

Em relação aos periódicos acadêmicos, o dossiê chamado “Geografia da Educação”, publicado pela *Giramundo: Revista de Geografia do Colégio Pedro II*, em 2019⁸, tentou cumprir o papel pioneiro de aglutinador de alguns trabalhos. Ali são encontrados artigos que apresentam o que vem sendo entendido como Geografia da Educação no Brasil e no mundo ocidental, além de bons exemplos de pesquisas concluídas ou em andamento que demonstram a variedade de objetos e de abordagens. Sabemos que ainda é pouco diante das imensas possibilidades, algumas já em curso, outras embrionárias.

Nesse sentido, consideramos que a mesa-redonda apresentada no XV Enanpege, e que deu origem a este capítulo, parte da tentativa de trazer à baila reflexões teórico-metodológicas que possam contribuir para a compreensão de fenômenos geográficos e educacionais que ocorrem no contexto brasileiro. Além da mesa, a continuidade do GT “Geografia e educação: políticas educacionais, docências, espacialidades escolares”⁹, surgido na edição anterior do evento, revela o esforço de um coletivo de pesquisadoras e pesquisadores em oportunizar a troca de experiências e aprofundar o diálogo sobre os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no país, tendo como eixo central diferentes formas de interlocução entre a Geografia e a Educação.

UM CONVITE PARA SEGUIR O DEBATE EM TORNO DAS GEOGRAFIAS DA EDUCAÇÃO

Ao invés de expormos o que comumente se denomina como considerações finais de um texto, preferimos transformar a seção final deste capítulo em um convite a todas e todos para que o debate acerca da construção e do caminhar do campo prossiga e se aprofunde cada vez mais. Fazemos isso porque

8 **Giramundo: Revista de Geografia do Colégio Pedro II**, v. 6 n° 12, 2019. Disponível em: <https://portalespiral.cp2.g12.br/index.php/GIRAMUNDO/issue/view/168>. Acesso em: 16 nov. 2023.

9 No XV Enanpege, o GT foi concebido e coordenado pelas professoras Ana Claudia Carvalho Giordani (UFF) e Élica Pasini Tonetto (UFRGSJ), além dos professores Marcos de Oliveira Soares (Ufscar), Sergio Henrique de Oliveira Teixeira (Unila) e Eduardo Donizeti Giroto (USP).

somos movidos pela crença de que a produção já existente e as possibilidades de novas produções têm muito a contribuir com a educação e com a geografia brasileiras. Com isso queremos dizer que outros olhares e novas interfaces comprometidas com uma perspectiva emancipadora, democrática e progressista da educação podem revelar problemáticas educacionais e geográficas que antes ainda não tinham sido pensadas como objetos de pesquisa.

O convite inclui professoras e professores da Educação Básica, pois, imersos no cotidiano escolar, tais profissionais certamente podem estar mais atentos às diversas espacialidades que vêm marcando as escolas, as políticas educacionais, os projetos socioeducativos e outras formas de se fazer educação. Temos consciência da desvalorização profissional e da pressão social que a docência vem sofrendo nos últimos tempos, mas, ainda apostando na dimensão intelectual da profissão docente, reforçamos o papel da pesquisa que parte das instituições escolares e dos projetos de educação não formal. Não necessariamente pesquisas nos moldes acadêmicos, mas aquelas que surgem das indignações, das resistências e da curiosidade epistemológica que as ações educativas proporcionam. O estímulo ao olhar geográfico sobre os espaços educativos, assim como sobre as políticas que os engendram e/ou que surgem a partir deles, pode ser promissor para o que compreendemos como Geografia da Educação¹⁰.

Nesse sentido, a própria nomenclatura que vem sendo utilizada para o campo precisa ser calibrada para que se possa dar lugar à pluralidade e às várias possibilidades de se estudar, pesquisar e produzir na interface entre Geografia e Educação. Por esse motivo, a adoção do plural – as *Geografias* da Educação – pode dar mais significado e expressar melhor a riqueza do que tem sido e do que pode ser construído. Tal problematização vem sendo realizada em outros países e pode nos ajudar a pensar com mais profundidade e afincado sobre a produção brasileira.

Com esse intuito, finalizamos este texto, mas não encerramos as reflexões aqui apresentadas. Pelo contrário, as deixamos em aberto para que diversos coletivos escolares, populares, acadêmicos, entre outros, possam ser incentivados e se permitir a pensar sobre as tantas geografias da educação existentes e por existir.

10 Como forma de aguçar a vontade de contribuir para esse movimento, indicamos a leitura e a análise dos trabalhos de Giordani e Giroto (2021), Reguera Rua (2021), Martins (2022) e Quintão (2023).

REFERÊNCIAS

- ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA – Enanpege, 12, 2017, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2017.
- ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA – Enanpege, 13, 2019, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.
- ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA – Enanpege, 14, 2021. **Anais...** Campina Grande (PB): Realize Eventos Científicos & Editora, 2021.
- GIBAND, David.; NAFAA, Nora.; DELAGE Aurélie. Quelle(s) géographie(s) de l'éducation? Plaidoyer pour une approche in-disciplinée de l'éducation en géographie. **Annales de Géographie**, n° 746, p. 61-86, 2022. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-annales-de-geographie-2022-4-page-61.htm>. Acesso em: 21 nov. 2022.
- GIORDANI, Ana C.; GIROTTO, Eduardo D. A educação pública como um direito territorial: notas para o debate. In: OLIVEIRA, Márcio P.; HAESBAERT, Rogério.; RODRIGUES, Juliana N. (org.). **Ordenamento territorial urbano-regional: territórios e políticas**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.
- GIROTTO, Eduardo D. A dimensão espacial da escola pública: leituras sobre a reorganização da rede estadual de São Paulo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n° 137, p. 1121-1141, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/SPN7FJrQqVj86gWxfsc5msj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 out. 2023.
- GOMES, Marcus V. **Geografias da Educação: percursos, métodos e possibilidades**. 356 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), 2023.
- GOMES, Marcus V.; SERRA, Enio. Por que falar sobre Geografia da Educação? **Giramundo: Revista de Geografia do Colégio Pedro II**, v. 6, n° 12, p. 7-21, jul./dez. 2019. Disponível em: file:///C:/Users/ADM/Downloads/demiancastro,+Giramundo_v6_n12_01_artigo_marcus_enio.pdf. Acesso em: 8 out. 2023.
- KUCEROVÁ, Silvie.; HOLLOWAY, Sarah.; JAHNKE, Holger. The institutionalization of the geography of education: An international perspective. **Journal of Pedagogy**, v. 11, n° 1, p. 13-34, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343167317_The_institutionalization_of_the_geography_of_education_An_international_perspective. Acesso em: 12 jan. 2023.
- MARQUES, Roberto. Os Usos Sociais do Ensino de Geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 15, no 28, p.175-195, 2019. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/10192/pdf_1528_0007. Acesso em: 8 out. 2023.
- MARTINS, João Victor G. **As políticas educacionais e sua relação com a dinâmica espacial das escolas e práticas espaciais de crianças e jovens escolares: um olhar para Papucaia, Cachoeiras De Macacu/RJ (2010-2018)**. 198 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro (RJ), 2022.
- MOROSINI, Marília C.; FERNANDES, Cleoni. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, v. 5, n° 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/poescrito/article/view/18875/12399>. Acesso em: 19 jul. 2022.
- QUINTÃO, Altemar F. B. **Nucleação escolar e reorganização espacial da Educação de Jovens e Adultos em Mamanguape/PB e Cuité de Mamanguape/PB: um estudo no campo**

da geografia da educação. 159 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 2023.

REGUERA RUA, Emílio. **Políticas públicas da Educação de Jovens E Adultos no território usado do Rio de Janeiro**. 140 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro (RJ), 2021.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **Observatório Social de América Latina**, ano 6, nº 16, p. 251-261, jun. 2005. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2023.

SERRA, Enio. Educação geográfica, dilemas e desafios contemporâneos. **Educação Geográfica em Foco**, ano 3, nº 6, Especial 2º Encontro da Licenciatura em Geografia, p. 1-12, out. 2019. Disponível em: <http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaeducacaogeograficaemfoco/article/view/1153>. Acesso em: 8 out. 2023.

TERAMATSU, Gustavo. Políticas públicas educacionais são eventos geográficos: uma contribuição à geografia da educação. In: STRAFORINI, Rafael; CABRAL, Thiago M.; CECIM, Jéssica S. R.; FREITAS, Aniele S. F.; TERAMATSU, Gustavo. **Políticas educacionais e ensino de Geografia: sentidos de currículo, práticas e formação docente**. 1. ed. Jundiá: Paco Editorial, 2020.

PARA PENSAR A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA

Na realidade do mundo atual e das políticas públicas nacionais

HELENA COPETTI CALLAI

O tema Pesquisa e formação de professores(as) em geografia no contexto das reformas educacionais da atualidade¹ nos desafia a pensar a realidade da educação no que diz respeito à formação dos professores e da estrutura e organização da escola básica. E diante disso há que se considerar as reformas educacionais que atualmente assumem um papel que decorre do poder nacional instituído, num contexto de mundialização. Em nível nacional, as propostas precisam ser entendidas com a lógica de um mundo onde as políticas neoliberais se apresentam como soluções para todos os problemas da educação.

A pesquisa se apresenta, neste contexto, em duas vertentes: a pesquisa como processo metodológico no ensinar e aprender e como a possibilidade de conhecer a realidade da educação brasileira. Nesse sentido, muitos estudos estão sendo produzidos com bases teóricas que sustentam as críticas que advêm da sociedade acerca da situação em que se apresenta a educação e as críticas que questionam as proposições de reformas apresentadas. Assim, pensar a pesquisa, a formação de professores e as reformas educacionais remete a questionar vários temas que tratam do nosso fazer cotidiano como professores de geografia que somos, e temos como intenção nos entender como profissionais, pois temos nós mesmos uma formação e um compromisso profissional.

1 Título da mesa do Enanpege 2023.

Nesse compromisso não há neutralidade, pois somos sujeitos sociais e políticos, quer dizer, nos pautamos pela nossa vida singular no coletivo, no convívio com o outro, o que requer que reconheçamos que vivemos num mundo que fala do universal e que nossas vidas fazem parte de constantes movimentos. Num processo que nos exige entender a sua lógica e reconhecer os contextos que são do mundo e são do lugar nos fazeres de um cotidiano que nos aprisiona e nos desafia permanentemente. Nossas vidas são vividas nos lugares, no lugar em que o cotidiano é compartilhado entre pessoas e instituições em cooperação e conflito que sustentam a vida comum. Assim, para olhar e compreender a nossa realidade, temos que nos apoiar num olhar mais distanciado e complexo de modo a estabelecer os parâmetros de leituras do mundo, sem nos perdermos no viés localista, mas conhecendo como se territorializam os fenômenos que são mais amplos e globais, em suas origens e suas intenções, o que requer um trabalho de pesquisa sustentado pela ciência.

Nesse contexto que é local, mas também global, vivemos nossas vidas, que envolvem inclusive o nosso trabalho. E para isso nossa atuação na formação do professor requer que se reconheça a complexidade do fenômeno educativo em vários âmbitos: pelos nossos fazeres no âmbito de nossa profissão; no (re)conhecimento teórico que pauta nossos entendimentos que se realizam concretizados pelo/no trabalho, seja no âmbito da educação em geral, seja na singularidade da geografia (considerando a ciência e o ensino); no conhecimento e estudo dos documentos das políticas públicas de educação; nas exigências postas pelo mundo em seus aspectos de universalidade e na dimensão política do trato da educação; e no conhecimento das realidades que temos no Brasil, considerando as diversidades regionais socioeconômicas e culturais.

Antes de adentrar na discussão, que agora nos move, é importante ainda, em nível de introdução ao tema, reconhecer que a partir da LDB² foram instituídas diretrizes da educação brasileira que, com mais ou menos tempo considerando os contextos, estão sendo propostas e implementadas, o que é claro, e muitas são as novidades estabelecidas e implementadas desde então. Mas também é fundamental considerar os entendimentos da sociedade, dos movimentos sociais e dos professores envolvidos que conhecem a realidade das escolas. E isso num contexto de território brasileiro com grandes dimensões, com culturas variadas, diversidade social e econômica acentuada, tudo pautado e acentuado pela desigualdade e precária justiça social.

2 LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Esses entendimentos nos levam a considerar a importância de pensar as políticas educacionais e, talvez, a (in)viabilidade possível de estabelecer determinadas políticas a serem implementadas em todos os lugares de um território tão vasto e tão diverso como o Brasil. A pergunta que emerge é como encarar essas reformas educacionais que estão sendo implantadas no Brasil atual. E uma primeira resposta nos fala do questionamento acerca da viabilidade e da eficácia de uma política única a ser implantada em todo o território nacional, em todas as regiões, em todas as escolas, com políticas normativas como a BNCC.³

A questão é: como equalizar regras gerais que definem a política de educação brasileira e as singularidades de cada lugar⁴ do território brasileiro. Essa é uma discussão que precisa ser encarada e que depende da formação e atuação dos professores, e ninguém pode ser ingênuo de desconhecer a precariedade da formação e do exercício profissional dos professores. Por outro lado, podemos ter claro que essa precariedade se reflete com muita força no sistema público de educação, o que se constata por muitas pesquisas que analisam o ensino no seu conjunto ou em disciplinas específicas em um e no outro sistema de educação (público e privado). Constata-se então que a formação inicial é um obstáculo, mas os processos de formação continuada e a necessária valorização da educação pública em sua complexidade resolveriam a questão da qualidade.

Mesmo assim, devemos reconhecer que existem muitas experiências interessantes nas escolas, com os professores se envolvendo no contexto da vida dos alunos, da escola, do lugar em que vivem, seguindo as proposições curriculares apresentadas pelas políticas de educação, pelos livros didáticos que tem um Programa Nacional de Avaliação⁵, que é importante e atinge todos os alunos das escolas públicas com o cuidado teórico e metodológico das bases científicas da geografia e da educação.

Porém, ainda é importante nessa introdução referir o papel dos grupos privados/empresariais de educação que, apoiando as escolas privadas, muitas constituídas em redes, têm um trabalho muito significativo que encaminha o sucesso numa formação de crianças e jovens. E não é por acaso que esses grupos de privatização na educação estão atingindo as escolas públicas com o oferecimento de

3 BNCC – É a Lei homologada em 20 de dezembro de 2017, que define uma base nacional comum que está prevista no artigo 210 da Constituição de 1988 e no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

4 Lugar considerado como determinado espaço que tem marcas que o definem em sua estrutura e organização da população que ali vive.

5 PNLD – Programa Nacional do Livro e do Material Didático que avalia e disponibiliza as obras, de forma sistemática regular e gratuita às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais.

material didático-pedagógico e formação de professores, em escolas públicas municipais e algumas estaduais. É a educação pública e gratuita sendo mercantilizada. É uma realidade e merece pelo menos ser conhecida e estudada.

Portanto, pensar a pesquisa, a formação de professores e as reformas educacionais remete a questionar vários temas que falam do nosso fazer cotidiano como professores de geografia que somos, e temos um compromisso profissional.

AS REFORMAS E A EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO HUMANA

Atualmente, a educação no Brasil tem a implementação de várias políticas que atingem os cursos, tanto na formação docente como na própria escola básica, e que exigem reflexões que precisam ser realizadas com aportes teóricos para fundamentar a crítica e conhecer a complexidade, no seu conjunto, de um tempo em que as políticas neoliberais pautam também a educação. Emerge nessa discussão a proposição de preparar as crianças e jovens para o mercado de trabalho, o que, no nosso entendimento, é prioritariamente discutível, por vários motivos. Num tempo em que a tecnologia e a inovação se caracterizam pela rapidez no trato do mundo do trabalho, o que será o futuro desses jovens e crianças ao chegarem ao mercado? Seriam técnicos a resolver questões propostas sem pensar ou poderíamos apostar em uma educação para o acesso ao conhecimento ter autonomia de pensamento?

Propomos, então, uma crítica pautada na ciência e nos contextos nacionais e mundiais, e tendo o olhar para o local. Por isso, o questionamento do que significam as reformas na educação brasileira assume um lugar de excelência, para o qual temos que estar fortalecidos com os conhecimentos que nos sustentam e nos dão argumentos no sentido de buscar uma educação para todos e com qualidade. Num país com tanta diversidade cultural e regional, acentuada em níveis comprometedores pela desigualdade social, precisamos que, ao questionar os rumos da educação brasileira, tenhamos claro que o acesso à educação vai além de simplesmente ir à escola e ter escola para frequentar.

Nesse sentido, para iluminar essa reflexão, recorro a Milton Santos, que, com a proposição de pensar o mundo e os diversos lugares no contexto atual, aborda a globalização como **fábula** que seria o mundo como nos fazem crer que seja, como **perversidade** que segundo ele é o mundo como é, e o mundo como pode ser – propondo o olhar para uma **outra globalização**. Essas análises nos encaminham a pensar o mundo e a nossa vida nesse mundo com a ideia de superação do pensamento único para uma consciência universal. Duas

perguntas: Como encarar as reformas e qual a condição da nossa crítica e de nossos questionamentos?

Além da importância dessa interpretação que compõe a obra *Por uma outra globalização* (Santos, 2000), nos interessa aqui a questão das políticas públicas de educação e as reformas educacionais. E nessa linha importa referir o papel do Estado, que estabelece e orienta os rumos das várias instâncias da sociedade brasileira. E as políticas públicas de educação se inserem nesse âmbito, de modo que as reformas não são obra do acaso ou de vontades de um ou outro governo, mas são decorrentes de uma realidade que tem as referências do mundo e do lugar. Nesse sentido, Santos (2000, p. 19) aborda o papel do Estado nacional com a afirmativa de que se enuncia a “morte do Estado, mas o que estamos vendo é o seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil”. E esta lógica se manifesta por várias marcas, dentre elas a do mercado, “que é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta, quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas (Santos, 2000, p. 19)”.

É neste quadro que estamos vivenciando as reformas educacionais que atualmente acontecem no Brasil. E para nossa clareza de escolhas dos instrumentos de luta por uma educação que atenda a todos, é importante buscar recursos teóricos. Estes podem servir para acessar o conhecimento da realidade com a produção de informações e dados necessários para interpretá-los e analisá-los em busca de processos de transformação pelo caminho da pesquisa. O mundo empírico nos mostra no cotidiano o quanto é complicada a vida com a desigualdade imensa que temos no Brasil, e nosso trabalho como intelectuais é construir elementos que nos permitam desvelar essa realidade que é naturalizada, e a partir dela se estabelecem as políticas de educação.

Pensar teoricamente nos ajuda a compreender a realidade e as origens e motivos que levam o mundo a ser como é, e do mesmo modo produzir condições de pensar politicamente para compreender os processos em que estamos submetidos no nosso trabalho de educação. Nesse sentido, é importante entender que “o Estado altera as suas regras e feições num jogo combinado de influências externas e realidades internas” (Santos, 2000, p. 78), e assim precisamos nos entender como sujeitos políticos que pensam a educação escolarizada para além do nosso trabalho em sala de aula, pois “não há apenas um caminho e este não é obrigatoriamente o da passividade” (Santos, 2000, p. 78). Às lógicas externas, ao se contrapor dialeticamente com as lógicas internas, podem ser encontrados os caminhos. Para isso é necessário o conhecimento do mundo empírico e analisá-lo com bases teóricas para construir alternativas

não apenas de aplicação e subordinação às orientações das políticas educacionais, mas também das possibilidades de interferir na sua produção como políticas., Diante disso, além de saber como agir politicamente nos contextos das reformas que acontecem e nos submetem e, nas condições efetivas do professor, em cada lugar, em cada escola, ao desenvolver seu trabalho e os reflexos nas aprendizagens dos alunos, no fazer escolar.

E aqui entra o que considero fundamental, nos processos da educação formal, seja de formação dos professores, seja no nosso trabalho na escola básica, que é a pesquisa. A pesquisa aqui considero (como já referido) em duas vertentes. Uma, na busca dos entendimentos da realidade da educação, com produção de informações e de dados que teoricamente levam à construção de entendimentos e possibilidades alternativas. A outra vertente refere-se às metodologias e ao aparato didático pedagógico da condução das aulas, em qualquer dos níveis de educação básica e da educação superior. Essa postura pode fazer frente às demandas e orientações que se apresentam atualmente, reduzindo o ensino e a aprendizagem na busca e no uso de metodologias ativas, por exemplo. O fazer pesquisa (pelos alunos) pode se constituir numa metodologia ativa se houver orientação pela pesquisa, transformando a sala de aula em algo vivo e com participação de todos, de modo que o aluno (de qualquer nível) possa acessar o conhecimento produzido e trabalhar com base nele, para compreender a sua realidade no mundo da vida: o conhecimento específico dos conteúdos curriculares, que é o que a tradição nos dá como legado, e o conhecimento de estratégias para produzir conhecimentos novos.

Mas não há como ignorar o papel da escola e das orientações curriculares nos vários níveis de ensino, que é a formação humana. E há continuamente um jogo de forças que, no mais das vezes, veladamente encaminha os rumos da educação escolar. No caso da educação básica, é importante reconhecer que a escola é uma importante instituição, a primeira fora dos limites da família, que acolhe as crianças, talvez a única, dependendo das condições econômicas, culturais e religiosas das famílias. E é sempre importante ter a clareza de que a escola é uma instituição encarregada de fazer a transmissão do conhecimento que interessa à sociedade na qual está inserida, para que as várias gerações tenham acesso ao que a humanidade produziu ao longo do tempo. Essa é uma questão controversa que coloca, por vezes, em posições contraditórias o poder instituído e a realidade do mundo empírico, o poder nacional com suas proposições e a condição de vida da população.

O entendimento de que a educação é o caminho de nos tornarmos humanos requer que se produzam as possibilidades de uma formação humana que respeite os sujeitos como seres humanos que fazem parte de um mundo, mas

que têm singularidades como sujeitos situados e com os contextos dos lugares em que vivem, assim como dos seus fazeres singulares. O conhecimento é o que sustenta o trabalho escolar e “el aprendizaje através de la comunicación con los semejantes y de la transmisión deliberada de pautas, técnicas, valores y recuerdos es procesos necesario para llegar a adquirir la plena estatura humana” (Savater, 2006, p. 37). Continuando, diz o autor que para ser homem há que aprender, o que vai além de nascer e é pela educação e convivência social que efetivamente se consegue.

Com as questões apresentadas até aqui, que indicam meu posicionamento na educação e pela educação geográfica, discuto a formação do professor, a partir de referências de autores com os quais trabalho e dos entendimentos construídos pelo olhar ao campo empírico. Em primeiro lugar, considero a pesquisa na ciência e na escola como o caminho para formar sujeitos críticos que sustentem sua crítica no conhecimento que supõe a teoria e o mundo empírico. Para tanto, parto da proposição de um professor pesquisador para cuja atuação na escola é básico e necessário que haja essas experiências no seu curso de formação inicial, alimentadas na formação continuada.

A geografia aprendida e ensinada requer um professor pesquisador que ensine seus alunos e com eles continue aprendendo, sendo os processos de aprendizagem continuamente questionados para, com bases científicas, produzir conhecimentos novos. Isso diz respeito a fazer uma educação geográfica que tenha o professor e o aluno como aprendizes de pensar o mundo com o arcabouço que a ciência geográfica nos oportuniza. Cavalcanti⁶ (2019), ao propor “pensar pela geografia”, faz questionamentos que em meu entendimento permitem elaborar as respostas para uma educação geográfica. Diz a autora que “considerando um fenômeno a ser estudado, analisado, pode-se fazer questões iniciais: Trata-se de um fenômeno geográfico? Existe um fenômeno que seja estritamente geográfico? Ou: pode-se fazer uma análise geográfica desse fenômeno? Pode-se compreender esse fenômeno pela geografia?” (Cavalcanti, 2019, p. 11).

Tomando a liberdade de responder, pois essa proposição desafia e alimenta a busca de compreensão do que seja o papel de ensinar e aprender na geografia escolar, com base nos meus entendimentos reafirmo o que seja uma educação geográfica, ao considerar que essas perguntas feitas têm como resposta que a geografia tem os aparatos teóricos e metodológicos para estudar o mundo que é múltiplo e complexo, pois que

6 Na obra *Pensar pela geografia: ensino e relevância social*, publicada em 2019, essa pesquisadora da linha de ensino recentemente coloca essa questão.

fazer a educação geográfica requer o esforço de superar o simples ensinar geografia passando os conteúdos e procurar que os alunos consigam fazer suas aprendizagens tornando significativos para suas vidas estes conteúdos (...), sendo um componente curricular que procura construir as ferramentas teóricas para entender o mundo e para as pessoas se entenderem como sujeitos nesse mundo, reconhecendo a espacialidade dos fenômenos sociais (Callai, 2011, p. 15).

O caminho da geografia para entender o mundo está baseado no olhar espacial dos fenômenos, pois as ações humanas se materializam nos espaços demarcando as suas paisagens, que mostram os feitos humanos na sua relação sociedade e natureza. Tanto a natureza quanto a sociedade têm em si as suas especificidades, e por suas escalas de análise sofrem transformações que resultam em modos diferenciados de estabelecer a relação sociedade (escala social/humana) e natureza (escala geológica). No contexto das fragmentações disciplinares a geografia tem um lugar para estudar o mundo, mas dele não dá conta sozinha, pois “o espaço tem um papel privilegiado, uma vez que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre o passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam” (Santos, 1994, p. 122). A interdisciplinaridade é, então, fundamental para compreender o mundo da vida e a contribuição da geografia. É pelo olhar espacial que materializa/concretiza no espaço as histórias das vidas humanas e da natureza. A Terra é nosso hábitat e nela se apresentam as nossas histórias. Com o olhar espacial baseado em critérios científicos e nos princípios clássicos da geografia desenvolve-se o pensamento geográfico que, tendo como suporte os raciocínios espaciais, possibilita fazer a análise geográfica do mundo da vida que acontece na Terra. E aí entram os vários conteúdos da geografia que, considerando as dimensões da geografia física e da geografia humana, abordam problemas específicos, mas no ensino as análises geográficas supõem a argumentação desses fenômenos da geografia humana e da geografia física, se organizando como elos para entender a organização do espaço.

Este é o papel da geografia na educação escolarizada como parte do currículo da escola a cada nível de ensino. Essa disciplina é um componente curricular que, aliado a todo o conjunto dos Planos Pedagógicos da escola, cumpre a tarefa da escolarização. Nesse sentido, a ideia é forte para compreender o papel da escola e aí se coloca o questionamento de como é nossa atuação nesse processo de ensino-aprendizagem, pois que os currículos são sempre pautados tendo bases nas políticas públicas de educação. E essas não são aleatórias nem dependem apenas dos princípios que se adotam com base nos estudos da educação, mas se colocam e emergem no contexto das posições do Estado Nacional, com devidas proposições mais amplas que envolvem as

políticas públicas em todos os seus aspectos. E essas estão reguladas pelo esforço das lógicas da globalização e do poder interno com as singularidades territoriais, pois, segundo Santos (2000, p. 96), “o território é o chão e mais a população, isto é, uma entidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. O desafio é investigar se a escola cumpre essa tarefa e se as condições que tem em suas estruturas e organização facilitam a sua efetivação, se os professores trazem em si o reconhecimento de tal tarefa.

Com o uso dos conceitos de geografia nos desafiamos a pensar quais as possibilidades de fazer frente às políticas de educação com as características das reformas educacionais que atualmente nos submetem. Avançando da argumentação para a educação escolarizada e com a clareza de que os currículos são sempre pautados, interessa entrar nessa seara com sustentação no conhecimento, que no caso da geografia nos permite alargar os entendimentos se pautados por referências teóricas. E considero que aqui entra novamente a questão da pesquisa para conhecer e pensar alternativas que, centradas na crítica argumentativa, podem questionar as proposições. Mas não com o intuito de destruir, de simplesmente negar, e sim de compreender como seja possível encontrar caminhos alternativos de fazer a formação humana. Trabalhar com pesquisa na escola é um caminho interessante e bem possível de ser realizado, mas depende do professor e de sua formação e compreensão do que seja educação escolar na sua complexidade do fenômeno educativo. Além, é claro, das condições e do reconhecimento do seu trabalho como profissional.

O PROFESSOR NUM PROCESSO DE FORMAÇÃO

É nesse contexto que elaboramos os entendimentos acerca da formação do professor, que precisa ter o conhecimento da ciência que dá as bases para a disciplina e os aportes teóricos da educação. Diante das proposições atuais fica a interrogação acerca da formação específica do professor, o que é pertinente inserir nas reflexões sobre formação sem esquecer que está em pauta uma nova política de formação.

Um professor de geografia tem uma formação específica (inicial e continuada) que lhe dá a condição de exercer a sua profissão no contexto da educação brasileira, resguardados os aspectos da realidade do lugar de sua atuação e as condições efetivas do fazer da educação escolarizada. Isso é o que envolve questões mundiais e locais, num mundo que se pauta por interesses globais que interferem na educação pelas pautas do Estado Nacional. E, no caso destas, considera-se como fundante a dimensão do Estado Nacional que define as políticas de educação, mas também nos níveis das unidades da federação e dos

municípios, e, nestes, as escolas. Isso remete a dizer que as políticas de formação dos professores no Brasil estão ligadas às políticas públicas da educação que tem a seu cargo a definição de todo o conjunto de orientações e normas para reger a educação brasileira. Mas não é demais ser recorrente à proposição de que é importante considerar a extensão do território brasileiro, a diversidade cultural das populações, as questões regionais e a desigualdade social e econômica que, no Brasil é muito acentuada, pois emergem e interferem nos aspectos locais dos lugares singularizados do trabalho do professor.

Ressalta-se aqui como prioridade que o acesso ao conhecimento é o fundamental na escola e na universidade, e o que a ciência produz se torna elementos básicos de qualquer formação. Essa formação tem que considerar a realidade do mundo atual, que exige um pensamento aberto com criatividade e com os elementos de inovação que são fundamentais para o exercício de qualquer profissão. No caso da profissão de professor não é diferente. Diria que esta é a base de sustentação para uma formação com rigor científico, com acesso ao conhecimento e com sustentação pedagógica necessária para além de saber dar aula: saber lidar com os sujeitos e os grupos sociais.

Centro aqui a preocupação recorrente com a formação do professor de geografia (que é o nosso campo de ação, mas sabendo que isso vai além da geografia ao falar em ser professor). E explico essa compreensão centrada naquilo que denomino de dimensão técnica e dimensão social do professor, em sua formação e em sua atuação. São duas dimensões que não se colocam hierarquicamente, nem com importância nem com atenção e atuação diversa. Nesse sentido, do professor se exige uma formação inicial e continuada, que lhe permita, além do conhecimento específico do conteúdo disciplinar, a compreensão da sua função social, âmbito da dimensão pedagógica, que é o fundamental no trato com o outro.

A função técnica e a função social são aspectos constitutivos da formação e requerem uma fundamentação teórica e prática no exercício profissional, com o domínio das técnicas e do conhecimento específico do conteúdo disciplinar e conhecimento do mundo em que vivemos. Denomino de dimensão técnica este aparato que é conceitual e de estratégias com linguagens próprias, com atenção aos princípios clássicos da geografia que permitem que se faça a análise geográfica do mundo com um pensamento geográfico que encaminha a uma educação geográfica.

Promover uma educação geográfica é o nosso fazer de professor de geografia e para isso existe todo um conjunto de disciplinas no elenco dos currículos de formação de professor. Aqui cabe referir o que é importante considerar

em cada umas dessas disciplinas que são em muitos casos conteúdos de outras ciências (Geologia, Geomorfologia, Climatologia, Antropologia, Sociologia, História etc.), mas que estão na formação do professor de geografia como sustentação para fazer a análise geográfica – que é o nosso jeito de estudar o mundo. A dimensão técnica poder-se-ia considerar como o aparato instrumental baseado na ciência e no trato dos conhecimentos específicos produzidos pela ciência e que estão no arcabouço disciplinar da geografia. É a epistemologia da geografia, que de modo argumentativo remete, por exemplo, a pensar os problemas socioambientais, que exigem, para uma análise geográfica, considerar os aspectos da climatologia, da geomorfologia das estruturas urbanas, da população etc.

E a dimensão social é a base da argumentação, traduzida na relação dialógica, que vai dar a sustentação ao encaminhamento do trabalho. Sustento essa interpretação em Marques (1992, p. 163),

Não se trata de formar um profissional fechado no casulo de um saber exclusivo e autossuficiente, mas de formar no profissional, o homem da competência comunicativa, que construa seu saber no diálogo fecundo e provocador e no serviço à sociedade ampla e plural, no mundo da vida compartilhado entre os iguais.

Essa dimensão social pode ser entendida, de igual modo, como a dimensão pedagógica dos conteúdos trabalhados. E destaca-se que essa dimensão pedagógica não se resume às disciplinas pedagógicas necessárias à habilitação para ser professor, mas é a capacidade de se perceber e se reconhecer como educador, um professor que compreende em sua formação e no seu trabalho na escola, dizendo à sociedade qual é o lugar e o papel da geografia no contexto das ciências e na disciplina do ensino escolarizado. E, igualmente nos processos de formação dos sujeitos para viver a vida humana.

Enfim, o professor de geografia tem em sua formação essas características que decorrem de adquirir uma formação geral referente ao conhecimento acumulado pela humanidade, uma qualificação técnica decorrente do aparato específico do fazer geográfico e por uma dimensão pedagógica que lhe oportuniza a capacidade de exercer a função social. Isso se refere ao trato do conteúdo e do significado de estudar determinadas questões. Nesse sentido, um curso de formação vai além de ensinar e estudar, considerando a especificidade e o aprofundamento de determinadas disciplinas. Cada disciplina, mesmo as que são originárias de outras ciências, deve ter em si a dimensão técnica e a dimensão pedagógica de modo a oferecer aos futuros professores o conhecimento da especificidade e a argumentação que permite reconhecer a que serve tal conteúdo para fazer uma análise geográfica. Decorre daí a importância de ter um pensamento geográfico que está centrado na epistemologia da ciência

com o peso da argumentação, o que possibilita explicar os fenômenos do mundo, a partir do olhar espacial, e de como esses fenômenos se configuram no conjunto da realidade do mundo.

A formação do professor de geografia supõe que em cada disciplina seja considerado o conhecimento específico com o sentido social que é dado pela dimensão pedagógica. Cabe a cada professor de cada disciplina assumir esse caráter⁷, a consciência de que o aparato instrumental do conhecimento específico com suas proposições teóricas e metodologias supera o simples ensinar conteúdos e incentiva a questionar permanentemente para que serve cada conteúdo. E, ao estudar como ele se constituiu como saber produzido pela ciência, o professor compreende os caminhos metodológicos para fazer novas construções do conhecimento pelo aluno e talvez pelo professor também.

Porém, no contexto da formação do professor há muitas questões a serem consideradas nos cursos. Se de um lado atendem as proposições das políticas e dos planos curriculares, é importante perceber também o trabalho do professor. Não é raro que muitas disciplinas sejam ministradas sem o olhar para a dimensão técnica e pedagógica, pois centradas nos conteúdos muitas vezes decorrentes das pesquisas que o professor realiza, abordam as temáticas como verdades absolutas num apreço ao conteúdo. Essa perspectiva tem nos mostrado pelas pesquisas que realizamos que o professor dos cursos de formação, na maioria dos casos, centra seu trabalho de ensino na dimensão técnica que refiro e desconhecendo a dimensão pedagógica do que é formação de um professor de geografia. Entendo que cada disciplina deve ter em seu bojo na construção de seu plano de aula a dimensão técnica e a dimensão social que é o pedagógico. Trata-se de dizer o que é o conteúdo específico e como ele se situa numa análise geográfica, quer dizer, o que é, para que é e por que é.

Mas é urgente também questionar as regras de formação que são validadas para todos os professores de todos os lugares, em todas as escolas em qualquer parte do Brasil. Entendemos que a homogeneidade da geografia brasileira tem que ser dada pelos princípios da geografia, pelos conceitos que encaminham a abordar os conteúdos, pela linguagem que nos é específica, seja pelas palavras que dizem sobre a geografia, seja pelos aspectos da cartografia. Essa é a base que poderia sustentar uma geografia brasileira. E, em cada lugar, cada escola, cada professor, essa dimensão teórica metodológica, ao se aliar com o conhecimento da realidade local, se desdobra na geografia a ser

7 Reitero este entendimento diante das constatações que se descortinam ao se analisar os currículos dos cursos de formação do professor de geografia, quando nas disciplinas são acentuadas as questões decorrentes da ciência da qual decorrem e desconhecendo-se no mais das vezes que são disciplinas auxiliares e/ou complementares para desenvolver o pensamento geográfico.

ensinada. E novamente a referência à pesquisa se apresenta como a possibilidade de fazer um ensino que pelo aprendizado produzido seja significativo para a vida de cada aluno em cada lugar.

Ao se ter essa perspectiva, espera-se formar um professor com pensamento aberto, criativo, capaz de saber lidar com os conteúdos e de saber propor desafios aos alunos. Desafios que não se encaixam em formar sujeitos que sejam competentes para atender o mercado com capacidade técnica e operacional apenas respondendo àquilo que as demandas das políticas educacionais propõem. No mundo atual, considerando todas as características já referidas, interessa formar sujeitos que tenham clareza de seu papel como professor, tendo o pensamento alargado, aberto e criativo a partir dos conhecimentos adquiridos para sustentar seus fazeres com capacidade de entender as bases da inovação que o mundo está produzindo, ou seja, com responsabilidade técnica e social para não apenas aplicar conhecimentos, mas para produzir conhecimentos, pois cada sujeito constitui seus saberes nos processos de vida e de exercício da pesquisa e do ensino. E é básico aliar o conhecimento que a tradição nos apresenta com o exercício de fazer ciência, produzindo conhecimento e aliando as teorias e o mundo empírico.

Diante de proposições atuais das políticas públicas e das reformas da educação, a nossa postura de educadores exige que se tenha uma formação que supere a dimensão positivista e funcional apenas. Um pensamento crítico exige um conhecimento científico para sustentá-lo, mas não apenas isso; exige uma postura de sujeito político que não se fixa apenas nos enunciados conteudistas e nas propostas prontas de cima para baixo. Um professor que é um sujeito social crítico e comprometido com seu fazer profissional e que conhece os conteúdos e reconheça a importância de esse conteúdo disciplinar se transformar em conhecimento. Um professor que, alimentado pelo conhecimento, exercita uma postura crítica e de questionamentos, na busca de alternativas para uma formação humana com justiça social.

A PESQUISA E O PROFESSOR PESQUISADOR

Abordar a temática da formação do professor remete à ideia de professor pesquisador, e aqui, conforme já referido, há dois aspectos, que são a pesquisa em nível de universidades que destaca a discussão acerca do professor em seus processos e formação e atuação e a pesquisa para construção do conhecimento no contexto do ensino-aprendizagem de geografia⁸. Pesquisar sobre

8 A pesquisa aqui referida, por força do tema deste texto, diz respeito a educação geográfica e ensino de geografia, e não trata das pesquisas realizadas pelos pesquisadores acerca de suas temáticas específicas.

ensino de geografia tem sido a dedicação em muitos programas de pós-graduação e muitas evidências são descortinadas, demarcando a realidade das escolas, mostrando experiências realizadas em salas de aula e discussões teóricas sobre os fundamentos da geografia que é ensinada. Essa situação demarca também o surgimento de linhas de pesquisa sobre ensino de geografia em programas de mestrado e doutorado de geografia. Mas não se restringe a estes, pois em vários outros programas de pós-graduação são realizadas pesquisas sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de geografia. Considerando a importância dessas pesquisas, ficam o registro e os desafios a que sejam mais evidenciados os resultados dessas investigações, fazendo um estado da arte, o que não é objeto deste texto, mas é importante.

Aliado a esta perspectiva, desenvolvo atualmente pesquisas⁹ que buscam desvendar as possibilidades e condições efetivas do professor em sala de aula da educação básica a produzir conhecimentos novos. Para além dessas preocupações, considero que a dimensão pedagógica se expressa de modo acentuado e claro se tem em si “três aspectos – o da dimensão crítico-reflexiva; da busca de uma educação emancipatória; da compreensão crítica dos conteúdos de ensino referindo a suas historicidades”. (Marques, 1990, p. 114-119). Esse aspecto considero que é o caminho para validar a importância do acesso ao conhecimento que a tradição nos apresenta, pois este é fundamental para cada sujeito se considerar com o poder que lhe permite compreender o que acontece no mundo. E que o habilite a ser crítico de modo a não simplesmente aceitar o que a vida lhe oferece, mas também que possa ter condições efetivas de participar da vida como sujeito que tem uma identidade e pertencimento e poder de argumentar para produzir alternativas novas. Afinal, a pesquisa nos possibilita isso.

Fica claro que a dimensão pedagógica não se restringe aqui aos aspectos que caracterizam o fazer didático pedagógico da sala de aula, mas também que considera uma pedagogia da geografia no sentido de como são trabalhados seus conteúdos, expressos em: o que, para que, por que, para quem, como. E, nesse sentido, interessa fazer da aula de geografia um momento propulsor de reconhecimento do aluno ao mundo em que ele vive, trabalhando numa educação para a formação cidadã. Cada um sendo um sujeito que pode ter voz e direito de fala. Para isso a aula tem que alcançar a ligação de teoria e prática, oportunizando aos alunos que busquem os conhecimentos que podem estar nos livros, nas exposições do professor e em várias fontes de acesso a

9 Projeto de Bolsista de Produtividade em pesquisa PQ/CNPq Edital 2021: “Educação geográfica: conhecimento do professor – pensamento e linguagem para uma epistemologia do ensino da geografia”, que serve como um guarda-chuva para outras pesquisas mais parciais que tenho realizado e/ou orientado.

informações e dados. Incorpora-se aqui o desenvolvimento do olhar ao campo empírico da realidade do aluno, que pode ser a escola, o bairro, a cidade. E com isso podem-se elaborar entendimentos acerca do nosso mundo, buscando a compreensão de como se explica o espaço construído. Sempre com a ideia do que é a característica da geografia – estudar os temas do mundo pela organização do espaço fazendo a análise geográfica, aliando o conhecimento do campo empírico com os aportes teóricos da geografia.¹⁰ Dessas faço o registro de um projeto internacional porque no Brasil acontecem experiências em várias escolas de todos os estados brasileiros interligadas com a coordenação geral. Mas existem experiências bem locais¹¹ que dependem do professor, ou do grupo de professores da escola. São experiências exitosas registradas em resultados de pesquisa publicados em periódicos científicos ou no Portal de Dissertações e teses da Capes.

Tais experiências denotam que se os professores tiveram boa formação apesar das precárias condições de trabalho muitas coisas interessantes são propostas e realizadas envolvendo alunos para discutir questões práticas de sua vida e, no nosso caso, da geografia, as formas de organização do espaço como resultados da organização da população e sua relação com a natureza.

Antes de encaminhar para finalização desta reflexão, merece ser referida a formação continuada dos professores. Independentemente do que sejam as proposições – se é para discutir problemas reais que os professores enfrentam ou para indicar as orientações para efetivar as políticas públicas nacionais –, está ocorrendo um fenômeno que não pode ser desconsiderado. As teias da privatização do ensino e da educação se mostram de modo muito claro por meio de empresas vendendo materiais didáticos e para operacionalizar os seus usos vendem juntamente os cursos de formação.¹² Esse fato tem sido muito questionado, mas avança para além dos municípios em Secretarias de Estado. Reforça-se que é um material comprado enquanto o material do PNLD é

10 Acontecem inúmeras experiências e destacamos PROJETO NÓS PROPOMOS!, que, originário do IGOT/ Lisboa – Portugal (Instituto de Geografia e Ordenamento Territorial) coordenado pelo Prof. Dr. Sergio Claudino Loureiro, se expande por Brasil, Portugal, Espanha e outros países, envolvendo os jovens estudantes, professores e escolas interligados com o poder público local na busca de resultados para os problemas que os alunos descortinam e para os quais organizam soluções. Do mesmo modo fazemos referência à Universidade de Sevilla, Espanha, que realizou pesquisas sobre “Problemas socioambientais” coordenadas pelo Prof. Dr. Francisco García Pérez e seu grupo de pesquisa.

11 A maioria delas registradas em livros publicados pelas secretarias de educação municipais, mas também resultados de monografia de cursos de especialização, de mestrados e teses de cursos do Pós-graduação.

12 Isso tem acontecido em vários municípios, nas redes municipais de educação, envolvendo especialmente a parte inicial do Ensino Fundamental. Não sem críticas e questionamentos dos professores.

gratuito. Mas isso vai além, pois enquanto o PNLD faz um processo de avaliação rigoroso dos materiais produzidos a partir de editais, essas empresas se dedicam a produzir material com interesses específicos. Fica a dúvida sobre onde e como centramos nosso olhar crítico entre a produção desse material por empresas privadas e as políticas públicas de educação elaboradas pelo Estado Nacional. A proposição dessa mesa não é mera temática a ser questionada, mas é proposição de conhecer e pensar sobre os caminhos que estamos enfrentando para fazer uma educação de qualidade.

OS CAMINHOS SE DEFINEM AO CAMINHAR

Essas questões apresentadas no decorrer do texto tentam responder à ideia que a temática dessa mesa nos apresenta: Pesquisa e formação de professores em geografia no contexto das reformas educacionais da atualidade. E daí decorrem novos questionamentos que falam sobre qual a nossa preocupação atualmente com a realidade das políticas públicas e o nosso fazer profissional na formação docente.

Os questionamentos que surgem remetem a buscar respostas e a pensar alternativas: – Qual nosso olhar para a formação docente? – Qual nossa atitude frente às reformas educacionais que estão em curso? – A pesquisa nos permite acesso às possíveis respostas? – Interessa-nos pensar a pesquisa em que níveis? Acredito que pela pesquisa é que seja possível encontrar as alternativas para uma formação que condiz com o mundo em que vivemos. Para isso, considero a pesquisa para conhecer a realidade e construir as condições e os elementos para fazer frente às reformas; para compreender as políticas públicas em sua dimensão da escala de análise global e local, passando pelo nacional e regional; para compreender o papel da educação a formação humana e o lugar que a educação escolar está tendo no contexto da realidade que vivemos.

A pesquisa fortalece o ensino e nos alimenta a fim de ter elementos para encarar as reformas de educação com análises fundamentadas. E estas passam necessariamente por conhecer os documentos das políticas públicas e ter a metodologia para fazer a análise dos nossos fazeres. A teoria e a prática tão apregoadas são a sustentação para elaborar as repostas que nos colocamos como fundamentais para compreender a educação brasileira contextualizada nas questões do universal e do lugar, aqui considerando o professor e a escola com todo seu contexto.

Nessa linha, a elucidação de uma pedagogia da geografia pode ser a sustentação para encaminhar a compreensão dos nossos fazeres e nos proporcionar elementos para fazer frente às dinâmicas do mundo global e do Estado

Nacional. O chão do mundo da vida precisa ser olhado teoricamente e assim nossas pesquisas com suporte teórico permitem construir caminhos para ser sujeitos com autonomia de pensamento neste contexto.

Se queremos isso para a formação docente, queremos também para nossos alunos, o que nos desafia a pensar uma pedagogia da geografia que fala da ciência geográfica, pois remete, principalmente, ao trabalho com a educação geográfica. Nosso desafio assim se constitui em pensar e construir uma pedagogia da geografia sustentada teoricamente na ciência geográfica e nos processos de educação, de modo a nos alimentar para construir argumentos que possam ser básicos para o exercício da crítica e para a elaboração de possibilidades alternativas em busca de fazer uma educação que permite caminhar para a justiça social. Conhecendo a realidade da formação docente e das escolas da educação básica, bem como das condições para atuação do professor, nosso conhecimento a serviço de uma educação para formação humana sustentado pela pesquisa tem força, pois

a pedagogia ganha vida, vale dizer, constrói-se e se faz efetiva como teoria da prática para a prática ao alicerçar-se nas práticas, que, iluminando-as, decorre, organizadas e conduzidas pelos sujeitos da educação nos espaços públicos de sua condição intersubjetiva (Marques, 1990, p. 114).

Abordar estes três pilares (Pesquisa, Formação de professores em geografia, Reformas educacionais) requer conhecimento de cada um deles em seus pressupostos de políticas públicas de educação, e na contrapartida as condições efetivas da ação de professores nos contextos em que atuam. E remete a superar a simples aceitação de políticas gerais e uniformes para todo o território nacional, fazendo o exercício da crítica sustentada com bases consistentes, tendo o cuidado de

dar à interpretação dos sentidos que atuam no processo educativo sua ancoragem no terreno das práticas efetivas (...), e os desafios postos pela problematização das práticas educativas e dos seus conteúdos e métodos constituem-se no lugar por excelência da percepção das possibilidades à base das conquistas realizadas e dos limites historicamente condicionados (Marques, 1990, p. 118).

Assim, diante dessas reflexões, à guisa de conclusões, nos reportamos à necessidade de pautar como condição a importância de conhecer e estar atentos às reformas educacionais da atualidade. E, de tal forma, procurar entender no conjunto dessas reformas as políticas públicas de formação do professor, o que resulta e exige, em meu entendimento: 1. questionar uma política pública única para todo o Brasil, considerando as diferenças gritantes que temos em

todos os aspectos no território nacional; 2. analisar e compreender a BNC Formação; 3. criar condições para o professor pensar a sua própria prática e nesse contexto a importância da formação continuada que considere a dimensão teórica e o campo empírico; 4. valorizar as experiências locais e dar-lhes as condições para que se realizem; 5. a atual reforma do ensino médio, que se caracteriza como um grande problema se encaminhando.

Enfim, não há soluções fáceis, pois os ditames globais se interpenetram nas decisões e propostas do Estado Nacional. Mas o importante é que reconhecemos que temos problemas e que precisamos agir politicamente para encaminhar soluções que permitam que se faça uma educação humana e com justiça social.

REFERÊNCIAS

- BORGHI, Borghi; GARCÍA PÉREZ, Francisco F.; MORENO-FERNÁNDEZ, Olga. **Novi Cives: cittadini dall'infanzia in poi**. Bologna: Pátron Editore, 2015.
- CALLAI, Helena Copetti. **Em busca de fazer uma educação geográfica**. In: CALLAI, Helena Copetti. (org.). Educação Geográfica: reflexão e prática. Ijuí: Editora Unijuí. 2011.
- CAVALCANTI, Lana de S. **Pensar pela geografia: ensino e relevância social**. Goiânia: C&A, 2019.
- CLAUDINO, Sérgio. **O projeto Nós Propomos!**: sugestões e orientações. Lisboa/PT: Igot, 2019.
- MARQUES, Mário Osório. **A formação do profissional da educação**. Ijuí: Editora Unijuí, 1992.
- MARQUES, Mário Osório. **Pedagogia: a ciência do educador**. Ijuí: Editora Unijuí, 1990.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SAVATER, Fernando. **El valor de educar**. Barcelona: Editorial Ariel, 2006.

BEBÊS HUMANOS NÃO ANDAM... SOZINHOS

Meio geográfico: aprendizagem e desenvolvimento¹

JADER JANER MOREIRA LOPES

“Educar significa mudar.” Se não houvesse nada para mudar não haveria nada para educar. Que mudanças educativas devem se realizar nos sentimentos? (Lev S. Vigotski, 2004, p. 140)

“Pilar chegou! Ontem à noite! E eu estava junto.”² Recebo esta mensagem de uma profissional, uma docente da Educação Infantil, com cujos saberes tenho a honra de partilhar e aprender sobre as infâncias. Pilar é sua neta! Com o passar dos dias que decorrem no presente ano, recebo outras imagens e vídeos. Em um deles, Pilar está no colo, embrulhada em mantas para se proteger do frio do inverno da cidade em que vive, uma localidade da Zona da Mata de Minas Gerais. Uma melodia é entoada, enquanto a bebê é embalada lentamente pelos braços da avó que a envolve.

-
- 1 Texto apresentado no XV Encontro Nacional de Pós-Graduação E Pesquisa em Geografia: Geografias da Esperança: revisitar o Brasil, dialogar com o Mundo. Universidade Federal do Tocantins – UFT – Palmas – TO – Mesa 9: Meio Geográfico: Aprendizagem e Desenvolvimento – 9 a 13 de outubro de 2023. Por essa origem, mantereí a narrativa do texto em uma perspectiva de enunciação situada para um público que ouviu minhas palavras e para aqueles que agora as leem.
 - 2 Diversos segmentos da fala organizados para esta mesa/texto fazem parte da pesquisa “Exotopos e vivências espaciais: espaços acompanhados em bebês e crianças pequenas”, projeto aprovado no Comitê de Ética da Universidade Federal de Juiz de Fora sob o número do parecer: 4.314.532. Todos os princípios éticos em fazer pesquisa com bebês e crianças acumulados nos últimos anos no Campo de Estudos da Infância, tanto no Brasil quanto em outros países, foram seguidos. Este texto é uma adaptação de parte do livro *Atrás da porta: vivências espaciais esquecidas pelas geografias dos adultos para [con]viver e [co]existir com as geografias das infâncias de bebês e crianças* (Lopes, 2023 – ver Referências), modificado para apresentação no encontro.

Figura 1 – Pilar e sua avó Nilcéia



Fonte: Acervo Grupegi

É assim que Pilar vai compreendendo as linguagens humanas, palavras, ritmos, sons, gestos, olhares, movimentos labiais, afetos, criando, mesmo em seus poucos dias de vida, que nunca são poucos, pois não se mede o viver somente pelas horas e seus instrumentos técnicos que forjam esse tempo esticado e sem dobras que os princípios ocidentais tornaram uma das forças de sua racionalidade instrumental sobre os espaços. Pilar, como aponta Stern (1991, 1992), é uma bebê competente e capaz de compreender as linguagens humanas desde o nascimento. Dotada de cognição social (Tomasello, 2019), reconhece o rosto humano, as sonoridades das falas, as possíveis intencionalidades direcionadas a ela. É assim que há uma escolha ética de relação de sua avó com a neta, pautada no cantar, nos braços que embalam e em tudo que envolve aquele acontecimento. Elas estão em íntimo diálogo.

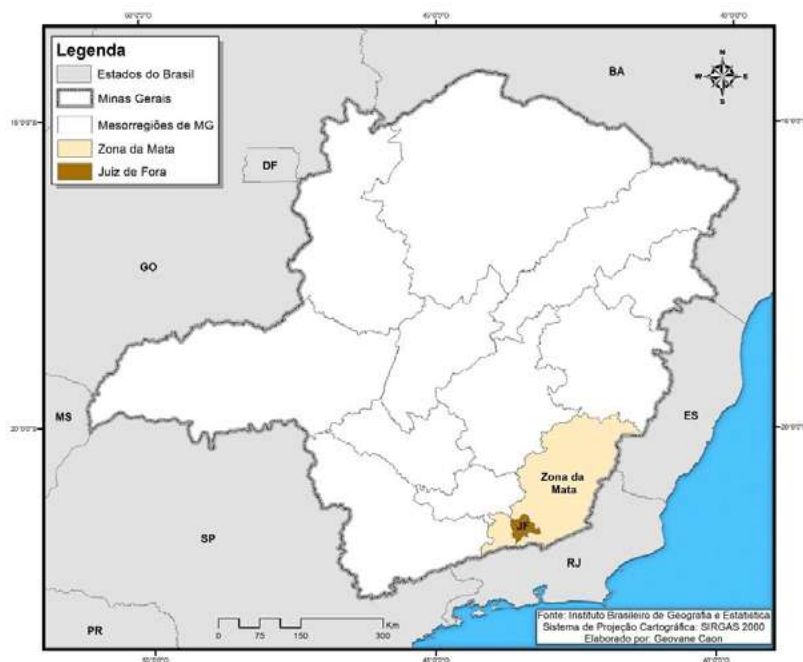
Uma [con]versa amorosa versa o amor do encontro. Ali, especializadas em um cômodo de uma casa, muitas vidas, histórias e geografias se forjam, encostam-se para que a gênese do humano possa não apenas nascer, mas

também renovar-se e continuar. É ali que as precariedades antropológicas, tão típicas do humano, agrupam-se, complementam-se... humanizam-se e refazem-se em singularidades que sempre são coletivas. É ali que o plano social vai se constituir revolucionariamente em cultura.

Pilar e todas as redes sociais, naturais, físicas e simbólicas, ou seja, as unidades que forjam as geografias do viver e do existir se inclinam sobre aquele encontro, ocorrido na cidade de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais, Brasil.

Início minha narrativa com a vida de uma bebê que chega ao mundo e nele nunca mais estará sozinha. Pilar estará sempre acompanhada, assim como todas as demais crianças que por muitos territórios transitam e habitam. Sua personalidade se avizinha nos outros e outras, nas paisagens, nas muitas expressões que se desenovelam do espaço geográfico. O encontro, em todas as suas contradições (vejam, por exemplo, as crianças fugindo de guerras e conflitos ou outras trágicas condições que sobre elas recaem), está sempre gestando gentes. Mesmo nas ausências físicas, o ser humano não tem alibi (Bakhtin, 2012) em humanidade. Não há como ficar ileso a um contato social.

Mapa 1 – Município de Juiz de Fora-MG



Fonte: Acervo Grupegi.

Trago Pilar e todo o entrelaçado no qual sua vida está imersa porque creio que, para uma mesa/texto cujas reflexões se pautam nos vocábulos **meio geográfico, aprendizagem e desenvolvimento**, ela me ajuda a dialogar com um universo conceitual advindo de autores a cujas proposições teóricas tenho me dedicado nestas décadas de trabalho com a ciência geográfica e com as infâncias, com suas escolas, correntes epistemológicas e princípios ontológicos, suas tradições e ensino, quer seja em espaços escolares ou não escolares, sobretudo na Educação Infantil, mas também em outros segmentos da Educação.

Como entendo que as palavras não são vagueantes, não vivem isoladas, mas estão sempre em liames, fazem-se como signos ideológicos (Volóchinov, 2017) nas arenas discursivas e se fazem em enunciações (Bakhtin, 2003), eu me dedicarei a juntar outras expressões nessas interfaces, tais como: Cronotopo, Enunciado, Polifonia, Exotopia, Ato Responsivo (Bakhtin, 2013, 2012, 2014); Amorosidade Espacial, Justiça Existencial, Vivência Espacial, Espaços Desacostumados, Topogênese (Lopes, 2021, 2022, 2023), Desenvolvimento, Consciência, Unidade, Vivência (*Perejivanie*), Reelaboração Criadora (*Tvortcheskaia Pererabotka*), Liberdade, Meio (*Sredá*), Neoformação, Atividade Guia, Situação Social do Desenvolvimento, Atividade de Instrução (*Obutchenie*), Zona de Desenvolvimento Iminente, Filogênese, Sociogênese, Ontogênese, Atividade Criadora (Vigotski, 2003, 2004, 2012, 2018), Cognição Social, Cooperação, Altruísmo Infantil (Tomasello, 2019).

Essas redes de conceitos se forjaram a partir dos estudos de autores como Lev Semionovich Vigotski e seus colaboradores (entre eles, A. Luria e A. Leontiev e outros), do Círculo de Bakhtin (M. Bakhtin, V. Volochinov e P. Medvedev), além de outros estudos contemporâneos como os trabalhos de M. Tomasello e do nosso próprio grupo de pesquisa³.

3 Como forma de disponibilizar para os leitores e leitoras deste texto referências para quem desejar aprofundar, indicarei em nota de rodapé as obras bibliográficas pelas quais eu passei. Elas não serão disponibilizadas ao final, como tradicionalmente ocorre. Na listagem final, estarão apenas as referenciadas diretamente nas linhas aqui escritas. Além disso, mantereí entre parênteses as palavras do idioma natal de alguns autores, em especial os de língua russa, devido às mudanças de traduções ocorridas, sobretudo após o fim da Guerra Fria, que permitiu o acesso direto às obras e textos originais. No caso desses conceitos, os livros indicados são: VIGOTSKI, Lev S. *Psicologia da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2001; VIGOTSKI, Lev S. *Pensamiento y habla*. Buenos Aires: Colihue, 2013; VIGOTSKI, Lev S. *O desenvolvimento psicológico na infância*. São Paulo: Martins Fontes, 2003; VIGOTSKI, Lev S. *Obras escogidas*. Tomo III. Madri: Visor, 1995; TOMASELLO, Michael. *Why we cooperate?* Massachusetts: Mit Press, 2009; MEDVIÉDEV, Pável N. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. São Paulo: Contexto, 2012; LOPES, Jader Janer M.; VASCONCELLOS, T. de. *Geografia da Infância: reflexões sobre uma área de pesquisa*. Juiz de Fora: Feme, 2005; LOPES, Jader Janer M. *A criança e sua condição geográfica*. contribuições da Geografia da Infância: O Social em Questão. PUC-RJ, ano XX, nº 21, 2009.1; LOPES, Jader Janer M. As palavras são as nossas primeiras formas

Para iniciar, recorreremos ao conceito central a que temos nos dedicado em nosso ofício, o de vivência (*perejivanie*), sistematizado por L. S. Vigotski e demais pesquisadores pós-Revolução de outubro. Busquemos suas escrituras (mais de uma); eis:

Vivência é uma unidade na qual se representa, de modo indivisível, por um lado, o meio, o que se vivencia – a vivência está sempre relacionada a algo que está fora da pessoa –, **e, por outro lado, como eu vivencio isso** (Vigotski, 2018a, p. 78, grifos do autor).

Ou:

Podemos señalar así mismo la unidad para el estudio de la personalidad y el medio. Em psicología y psicopatología essa unidade se lhamo vivencia. La vivencia del niño es aquella simple unidade sobre la cual es difícil decir que representa la influencia del medio sobre el niño o una particularidad de propio niño. La vivencia constituye la unidade de la personalidad y del entorno tal como figura em el desarrollo (Vigotski, 2006, p. 383).⁴

Esquematizando suas ideias, poderíamos dizer que a **Vivência** (*Perejivanie*) é a unidade entre o **Meio** (*Sredá*) e a **Criança**, marcada não pela sua condição determinista, absoluta, pois nesse *intermezzo* está o que Vigotski (2018) conceitua como **Reelaboração Criativa/Criadora** (*Tvortcheskaia Pererabotk*). A cada nova vida que chega, há um encontro intergeracional (além do geracional a que vai se constituir), há um encontro entre coetâneos e não coetâneos no qual esse bebê humano herda um meio das auroras anteriores e, nessa alvorada, ocorrem as experiências que incidem nesse espaço-tempo cronotopo para Bakhtin (2014), e se transformam em vivências. São os adventos que

de existir geograficamente no mundo: enunciações sobre amorosidade espacial. In: DUARTE, Angélica; CONCENCIO, Márcia. Palavras bakhtinianas para mudar o mundo. São Carlos: Pedro & João Editores. 2020; LOPES, Jader Janer M. *Geografia e Educação Infantil: Espaços e Tempos Desacostumados*. Porto Alegre: Editora Mediação. 2018b.; LOPES, Jader Janer M. Geografia da infância, justiça existencial e amorosidade espacial. *Revista de Educação Pública*, [S. l.], v. 31, jan./dez., p. 1-13, 2022. DOI: 10.29286/rep.v31ijan/dez.12405. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/12405>. Para as traduções, ver o livro de Zoia Prestes, sem dúvida, um divisor de águas nesse debate: PRESTES, Zoia. *Quando não é quase a mesma coisa*: traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. TOMASELLO, Michael. *Origens Culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

- 4 Tradução livre: Podemos apontar também a unidade para o estudo da personalidade e do meio ambiente. Em psicología e psicopatología esta unidade é chamada de experiência. A experiência da criança é aquela unidade simples sobre a qual é difícil dizer que representa a influência do ambiente sobre a criança ou uma particularidade da própria criança. A experiência constitui a unidade da personalidade e do ambiente tal como figura no desenvolvimento (Vygotski, 2006, p. 383).

organizam a consciência e as funções mentais superiores tão anunciadas por Vigotski (em seus vários escritos e conferências, ver 2006, por exemplo), criando a condição de fronteira para todos nós. A própria citação desse autor é uma importante referência a ser trazida:

En el desarrollo, la unidad de los elementos personales y ambientales se realiza em uma serie de diversas vivencias del niño. La vivencia debe ser entendida como la **relación** interior del niño como ser humano, con uno u outro momento de la realidad. Toda vivencia es una vivencia de algo. No hay vivencia sin motivo, como no hay acto consciente que no fuera acto de conciencia de algo. Sin embargo, cada vivencia es personal. [...] La verdadera unidad dinámica de la consciencia, unidad plena que constituye la base de la consciencia es la vivencia (Vigotski, 2006, p. 383) (grifo nosso).⁵

Mas o que L. S. Vigotski e os postulados da Teoria Histórico-Cultural (THC) concebem como meio? Essa é sem dúvida uma questão importante a ser resgatada, pois, como toda palavra é polissêmica e conceitualmente se transforma ao longo da ontogênese e filogênese (Vigotski, 2012), faz-se necessária uma reflexão, mesmo que curta, para o meu tempo (e o limite de páginas deste artigo). Acredito que mergulhar nos estudos da **Pedologia** seja um dos melhores caminhos para encontrar essa resposta.

A **Pedologia** foi um campo de estudos criado em 1920, nos Estados Unidos, por Oscar Krischman. Seu livro *Paydology; the Science of child* vai inaugurar esses estudos, mas o termo foi cunhado em 1893 e designava a “Ciência da Criança”. L. S. Vigotski encontra, nos estudos desse autor e nos seus muitos desdobramentos, a perspectiva de se olhar não mais para uma infância desgarrada de seu torrão de chão, vingada na vida em uma colocação (e nela a compreensão de seu desenvolvimento) a-espacial, concebida como maturações em um tempo corrido, mas sempre devendo se considerar o contexto, a espacialidade em que esta se encontra, portanto o meio com todos os seus sulcos, cicatrizes, cortes, marcas, aberturas e fechamentos.

Ao levar para a Rússia esses princípios, ele irá propor que a Pedologia seja concebida como a “Ciência do **Desenvolvimento** da Criança”, o que irá

5 Tradução livre: No desenvolvimento, a unidade dos elementos pessoais e ambientais se concretiza em uma série de diversas experiências da criança. A experiência deve ser entendida como a relação interior da criança como ser humano, com um ou outro momento da realidade. Toda experiência é uma experiência de alguma coisa. Não existe experiência sem razão, assim como não existe ato consciente que não tenha sido um ato de consciência de algo. No entanto, cada experiência é pessoal. [...] A verdadeira unidade dinâmica da consciência, a unidade plena que constitui a base da consciência é a experiência (Vygotsky, 2006, p. 383).

trazer características próprias à “sua” Pedologia e leva Guimarães (2016)⁶ a falar em uma Pedologia Histórico-Cultural.

A mudança e inovação introduzida é trazer o contexto, o espaço geográfico (e todas as suas expressões axiológicas) como uma das interfaces do processo de transformação humana (reafirmamos a sua não condição determinante, como já apresentado) a não ser ignorado. Um meio/contexto/espaço que não se caracteriza apenas como superfície ou localização dos eventos, coisas e pessoas (algo que Doreen Massey (2008) irá reafirmar, anos depois dos estudos desenvolvidos em territórios russos e adjacências), mas também como as forças sociais, materiais, simbólicas, naturais que criam os eventos e que colocam cada um de nós imerso neles.

Somos todos seres de fronteiras. Cada consciência humana se organiza (incluindo a plasticidade biológica que se apresenta em cada um de nós) nos liames das forças presentes nos espaços (e aqui é preciso assumir a sua condição geográfica) e nas espacializações que vão tecendo nosso viver. O singular, a consciência se deslocam do interior, mesmo sem saírem dele, para estarem (simultaneamente) na linha que recobre o corpo humano em seu ser, estar, viver e existir como agente histórico, geográfico e cultural da divisa com o mundo, entendido aqui em sua dimensão de *agency*, como aponta o clássico livro de James *et al.* (1998). A aparente estabilidade da identidade se reconfigura para a constante alteridade e cria em cada um de nós a dimensão de beira. Habitamos em nós mesmos e no mundo nas constantes demarcações fronteiriças. Há uma alteridade no mundo-nós ou, se preferirem, no nós-mundo, sendo a linguagem (em todas as suas possibilidades) o limite entre o interno e o externo. Dialogamos com o mundo e o mundo conosco, dialogamos conosco mesmos e com todas as possíveis vozes que forjaram o nosso existir. Cadeias enunciativas e respostas aos enunciados alheios (Bakhtin, 2003) se

6 Como a própria autora irá assumir em um dos capítulos finais de seu livro, intitulado *A Pedologia histórico-cultural de Vigotski*: “O título dado a este capítulo mostra a direção que tomaremos na interpretação da Pedologia de Vigotski. É necessário começar destacando que não encontramos tal denominação em nenhum dos trabalhos de Vigotski a que tivemos acesso durante a produção desta pesquisa, mas nosso argumento para tal nomeação apoia-se na ênfase no caráter histórico e cultural como constitutivos do desenvolvimento humano presentes em seus postulados. Por isso fazemos nosso recorte da *Pedologia de Vigotski como histórico-cultural*” (itálico da autora). O livro em questão tem sua origem a partir de uma tese de doutorado com o mesmo título, desenvolvida sob a minha orientação e da Professora Zoia Prestes, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Mais recentemente, a autora desdobrou seus estudos para compreender a presença da ciência pedológica no Brasil e publicou seus achados em forma de um Atlas intitulado *Pedologia: Atlas de uma arqueologia sobre a infância no Brasil*. O Atlas teve financiamento próprio e foi editado pela própria autora.

presentificam. A transformação de ser social em cultural traz sempre a condição de margem – eis a exotopia proposta por Bakhtin (*idem*):

Tudo o que me diz respeito, a começar pelo meu nome, chega do mundo exterior à minha consciência pela boca dos outros (da minha mãe, etc.), com a sua entonação, em sua tonalidade valorativa emocional. A princípio eu tomo consciência de mim através dos outros: deles eu recebo as palavras, as formas e a tonalidade para a formação da primeira noção de mim mesmo (Bakhtin, 2003, p. 373 – 374).

Nesse cenário, a localização espacial é um elemento que também extrapola a si mesmo, é o valor dado ao ser humano e seu mundo, pelas beiras do habitar. Isso porque

esse excedente da minha visão, do meu conhecimento, da minha posse – excedente sempre presente em face de qualquer outro indivíduo – é condicionado pela singularidade e pela insubstituíbilidade do meu lugar no mundo: porque nesse momento e nesse lugar, em que sou o único a estar situado em dado conjunto de circunstâncias, todos os outros estão fora de mim (Bakhtin, 2003, p. 21).

A proposta de desenvolvimento humano desenvolvida pelos autores da THC, portanto, não deve ser compreendida no sentido tradicional e clássico presente em muitos discursos acadêmicos e cotidianos, mas fratura-se para caminhos outros. Compreendo-as como as transformações que permitem nos alocar, material e simbolicamente, na condição do novo. Não há uma linha a se seguir na superfície nem nos meses, dias e anos que passam, mas emergências de eventos e eventualidades, acontecimentos que são as novas formações que mudam a nós mesmos e, ao mudar a nós mesmos, deslocam-nos em novas ocupações em espaços valorados. Só a produção do novo permite esse deslocamento espacial e a mudança de nossa própria posição axiológica.

Assumir essas afirmações frente a todos e todas que aqui me leem/ouvem me leva a outras quebras e rompimentos significativos na forma de conceber o ser humano. Tentarei destacar algumas delas nos parágrafos que seguem. Mesmo reconhecendo que seriam necessárias muitas horas/páginas para desdobrar cada um dos meus argumentos, busco encadear as ideais para situar os leitores e leitoras deste texto/conferência no tema para o qual fui convidado a falar, deixando claro que a separação tem caráter didático, só podendo tais ideais ser compreendidos em um todo.

Sem dúvida, um dos primeiros rompimentos trazidos pelos estudos da THC foram com as teses do inatismo (o determinismo biológico) e com o determinismo geográfico presentes em seu tempo (que hoje ainda reverberam em muitos horizontes discursivos) como as bases que explicavam os

progressos (aqui a palavra é essa mesma, para fazer jus aos termos usados e tensionados) de humanização.

De forma geral, o inatismo reconhece que os processos que possibilitam o desenvolvimento do ser humano estão já presentes no próprio ser humano e que bastaria a maturação biológica para que estes tenham sua gênese. Por exemplo, uma criança aprenderia a falar à medida que o sistema fonador estivesse “biologicamente” apto para isso. Nas conferências de 1932, ocorridas no Instituto Pedagógico de Leningrado, L. S. Vigotski tecia críticas a essa condição para compreender o humano:

Como se sabe, na Psicologia Infantil, estes pontos de vista encontraram grande desenvolvimento nos trabalhos de Bühlet, que diz claramente que o ponto de vista biológico e a infância foram tábua de salvação [...]. Por mais estranho que pareça à primeira vista, considero que a esse mesmo ramo histórico [...] também pertence à teoria de Piaget [...] (Vigotski, 2003, p. 59-60).

Ao compreender que as funções superiores humanas se constituem em relação à sociogênese e se transformam ao longo da filogênese e da própria ontogênese, esses autores reconhecem que o desenvolvimento dos instrumentos e dos símbolos transformam as funções psicológicas. Como aponta o próprio Luria (1981), o cérebro não é um sistema fechado; ao contrário, nascemos completamente abertos (eis a precariedade antropológica a que nos referimos anteriormente), o que permite as constantes transformações. Os próprios estudos neurocientíficos empreitados por esse autor, baseados nas referências e concepções de Vigotski, trazem essa condição (mesmo que, atualmente, vejamos algumas narrativas contrárias, que recuperam certo retorno ao inatismo), pois o que se aponta é que as atividades mentais estão intimamente associadas aos sistemas sociais e culturais, os quais possibilitam o desenvolvimento das funções mentais marcadamente humanas.

Se o meio é um dos pleitos para se questionar o determinismo biológico, o grupo liderado por Vigotski não se rende aos preceitos de sua condição deliberativa. O determinismo geográfico, cujas bases foram sistematizadas a partir das concepções do geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1804-1904), pauta-se em assegurar que o ambiente interfere no desenvolvimento de uma sociedade na medida em que pode oferecer melhor ou pior acesso aos recursos, atuando, assim, como estímulo ou obstáculo ao progresso. Ao configurar o termo *Lebensraum* (espaço vital), as interpretações simplificadas e resumidas que dele decorreram acabaram por criar a lógica do determinismo ambiental, ou seja, a concepção de que o ambiente determina a fisiologia, a psicologia humana e, portanto, a “natureza social” do humano. Vigotski, em suas aulas de Pedologia,

um conjunto de sete “conversas” (como apontam Prestes e Tunes nas páginas iniciais do livro que recebe o nome dos encontros feitos por ele – ver Vigotski, 2018), em especial na aula de número 04 (cujo título é “Quarta Aula: o problema do meio na Pedologia”), logo nos parágrafos iniciais, é taxativo em afirmar: “Para uma compreensão correta do papel do meio no desenvolvimento da criança, é necessário investigá-lo **não como parâmetros absolutos**, mas relativos” (idem, p. 18, grifos nossos); ou seja, considerar o meio significa não ignorar a sua existência, mas também não assumir sua dimensão decisória. Ele traz um significativo exemplo ao comentar sobre três crianças. Vejamos:

Tomemos um exemplo simples dentre os casos de nossa clínica. Estamos lidando com três crianças da mesma família. O ambiente externo a essa família é igual para as três crianças. Em essência, é uma situação muito simples. A mãe bebia e, pelo que se viu, sofria de transtornos nervosos e psíquicos por causa disso. As crianças se deparavam com uma situação extremamente difícil. Certa vez, em um momento de embriaguez ou por ocasião de uma crise decorrente do transtorno, a mãe tentou atirar um filho pela janela, espancou e derrubou as crianças no chão. Numa palavra, as crianças viviam um ambiente de pavor e terror (idem, p. 75).

Estas foram levadas até o grupo e suas conclusões iniciais foram claras: “O mesmo ambiente apresentava quadros completamente diferentes nas três crianças” (idem), como será descrito nas linhas seguintes do livro, evidenciando que viver o mesmo plano social (a experiência social comum) não reverbera de forma direta (causa e consequência) na personalidade, pois as fronteiras do humano (vivência) reelaboram o vivido em vivenciado.

Para uma mesa/texto que tem entre seus termos a palavra “Aprendizagem”, considero oportuno trazer a seguinte reflexão a partir da narrativa exposta: a organização da situação social do desenvolvimento (Vigotski, 2006), que, a meu ver, no recorte da docência, pauta-se, também, em nossas intencionalidades pedagógicas para com o outro, não significa (ilusão positivista) que todos terão o mesmo desenvolvimento. Por isso, Prestes (2012) recupera a tradução da conhecida expressão do bielorusso para Zona de Desenvolvimento Iminente, pois criamos (possibilitamos) a imanência do desenvolvimento, mas não controlamos o seu final.

Essa situação nos leva a mais um porto de ancoragem. Outro ponto que desejo destacar refere-se à não inserção da vivência (e de todo o conjunto teórico da THC) no objetivismo ou no subjetivismo. Para esses autores, não podemos atracar as bases da compreensão da humanização no objeto/externo (objetivismo), tampouco no sujeito/interno (subjetivismo), mas na vida em processo, pois os fenômenos humanos e suas transformações fazem parte de contextos históricos e geográficos, estão nos fluxos da existência e a vida só pode ser

compreendida nesses andamentos, que são cheios de vielas e galerias (Lopes, 2021). Jerebtsov (2014) explicita essa circunstância:

A análise das vivências não pode ser de caráter puramente “técnico” (que é o apelo do positivismo: medir tudo passível de ser medido e aprender a medir tudo que não é medido). Para o positivismo é importante aprender a prever o comportamento e a controlar outras pessoas (por isso, ele desumaniza o homem e a sociedade). Quem quer pensar sobre si mesmo na qualidade de uma pessoa fácil de manipular? O homem possui o livre arbítrio que está relacionado com a atividade semântica. Nesse ponto em que há uma vivência como transformação de sentidos, toda a causalidade e determinismo se desmoronam. Para o positivismo é importante saber, por exemplo, a quantos centímetros uma pessoa pulará se tomar um beliscão. Da mesma forma, o estudo das vivências não pode ser exclusivamente descritivo. Os pesquisadores adotam com frequência umas dessas duas posições opostas. Optam pela abordagem mecanicista ou pela abordagem fenomenológica (Jerebtsov, 2014, p. 18).

Cabe demarcar, assim, que subjetividade não é sinônimo de vivência, como tem sido comum em muitos enunciados, pois as vivências, por serem as manifestações que ocorrem no interno e no externo, produzem-se na vida em constante formação e transformação, no surgimento do novo (a base para compreender o desenvolvimento humano). As vivências gestam atividades que envolvem diferentes momentos do viver, formam “la consciencia del niño, su relacion com el médio, sua vida interna y externa, todo el curso de su desarrollo (Vigotski, 2006, p. 255)⁷.

Bakhtin (2003) corrobora com esses pensamentos ao trazer o sentido da compreensão que deve acompanhar a vida em processo. Devemos situar a vida na compreensão da “consciência do outro e seu mundo, isto é, outro sujeito. Na explicação existe apenas uma consciência, um sujeito; na compreensão, duas consciências, dois sujeitos” (Bakhtin, 2003, p. 316).

O meio e a vida se encontram na própria vida na unidade sociedade-natureza-pessoa (eis outro porto de ancoragem), unidade tão cara à nossa ciência (geográfica) e também presente nas existências de muitos povos originários, tradicionais em nosso território, e em muitos espalhados por este planeta. Tal unidade, outra base em que se assenta a THC, desconstrói a perspectiva do interacionismo (sujeitos e contextos situados em pontos firmados e separados que interagem entre si), para trazer um humano difuso em seu tempo-espaço, mas que vive na totalidade. Aqui, a ideia de difusão não significa dispersão, mas ajuntamento. O corpo humano não se constitui em fatias, como

7 Tradução livre: “a consciência da criança, sua relação com o meio ambiente, sua vida interna e externa, todo o curso de seu desenvolvimento (Vygotsky, 2006, p. 255).

nos lembra Kravtsov (2014, p. 30): “Pensa não o cérebro, mas o homem; da mesma forma que não são os pés que andam, mas o homem com o auxílio dos pés”. O corpo humano não termina em seu recorte epidérmico, a mente humana não se encerra nela própria, sempre estamos além de nós mesmos para sermos nós mesmos. No momento em que falo/escrevo este texto (em seu contexto), meus dedos, minha corporeidade se dispersa (e me unifica) com os muitos artefatos da cultura: toco as teclas do computador, pego um livro para ampliar minha memória, recorro à fala alheia para dialogar com o esquecido, engulo goles e goles de café que me ajudam a fazer nascerem as letras... espacializo o meu viver para os profusos... estejam por perto ou distantes (não na perspectiva do espaço como superfície, mas como intensidade e intencionalidade).

Em um curto texto (no livro que está em minhas mãos neste momento, que vai da página 93 até a 101), intitulado *Método genético e instrumental* (Vigotski, 2004a), o autor expressa significativas afirmações que expõem essa marca tão humana (mesmo que presente em outras espécies, são condições muito diferenciadas). Vamos a uma rápida passagem desse material que, para mim, tem grande impacto na forma de constituir um outro olhar sobre o nosso desenvolvimento:

No comportamento do homem surge uma série de dispositivos artificiais dirigidos para o domínio dos próprios processos psíquicos. Por analogia com a técnica, podem receber, de pleno direito, a denominação convencional de ferramentas ou instrumentos psicológicos [...] são criações artificiais [...] são dispositivos sociais e não orgânicos ou individuais (Vigotski, 2004a, p. 93).

Ajuntar-se ao mundo, aos fragmentos do social herdado e reinventado é que nos faz ser em cultura. Coágulos do mundo em cada um de nós (Jerebtsov, 2014). Um ser andante (e galeriante, como comentei anteriormente) que, ao se espalhar para se encontrar, transforma-se, desenvolve-se. Como bem advertiu Kravtsov (2014, p. 35), o “conceito de desenvolvimento [deve ser compreendido] como o surgimento de alguma qualidade nova de nível superior. Mas ele [Vigotski] destacou diversas vezes que desenvolvimento é sempre autodesenvolvimento”.

Ancorar-se na THC e no conceito de vivência, nas muitas unidades que esse grupo propõe, obriga-me a fazer uma nova parada, adentrar outra estalagem: a da unidade afeto-intelecto. As contribuições de Spinoza (1632-1677) viriam marcar definitivamente as concepções de Vigotski e sua obra em muitos aspectos e, nessa interface, possuem uma espantosa força transformadora na busca de compreensão de outro ser humano. Em um relevante e valoroso texto, Pereira (2022) traça alguns paralelos entre os dois autores:

Elencamos alguns conceitos nas obras citadas que dialogam com a filosofia spinozista: sobre os afetos, ação volitiva, desejo (função psíquica superior); autodesenvolvimento; memória, pensamento razão; forma superior do conhecimento; liberdade; método genético (pela ação); emoção, personalidade, vivência, entre outros (Pereira, 2022, p. 131).

Pereira (idem) irá desenvolver de forma clara os encontros entre os argumentos spinozistas e vigotskianos. Recorto a dimensão do afeto (já que não tenho como trazer todos no espaço/tempo que me resta). Vejamos:

No texto “Manuscritos de 29”, um apanhado de pensamentos anotados, Vigotski se refere aos conceitos de unidade e à teoria dos afetos, ou seja, das afecções ou o *conatus*. Por exemplo: o pensamento em Spinoza é o dono dos desejos. Em Freud, no artista é o escravo dos desejos. Isto sabem os psiquiatras. Em outras palavras, esquematicamente: 1) estrutura pensamento → desejos. 2) estrutura desejos → pensamento. [às margens] operar com funções como unidades irreduzíveis (Vigotski, 2000a, p. 36).

No livro “Obras Escogidas V: Fundamentos de defectologia”, ele continua a reflexão sobre a teoria dos afetos:

O pensamento não motivado dinamicamente é tão impossível quanto a ação sem causa. Nesse sentido, Spinoza já define o afeto como algo que aumenta e diminui a capacidade de ação do nosso corpo e força o pensamento a se mover em determinada direção (Vigotski, 1997, p. 266, tradução nossa).

Em “Obras Escogidas III: historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores”, encontramos reflexões que dialogam ainda com a teoria dos afetos e sobre a memória.

Mencionaremos apenas de passagem que outro grande filósofo, Spinoza, considera que é justamente a memória que mostra que nosso espírito não é livre. Não podemos fazer nada, disse Spinoza, em relação à nossa alma se não nos lembrarmos dela. Com efeito, o papel decisivo da memória na investigação da intenção mostra até que ponto nossas intenções estão ligadas a um determinado aparato de memória que deve depois colocá-las em prática. [...] No capítulo dedicado à memória citamos a opinião correta dos psicólogos – opinião que remonta a Spinoza – de que a alma não pode cumprir nenhuma intenção se não se lembrar dela. [...] Não podemos deixar de apontar que nossa ideia de liberdade e autocontrole coincide com as ideias que Espinosa desenvolveu em sua Ética (Vigotski, 2000b, p. 262, 299 e 301, tradução nossa) (Pereira, 2002, p.131-132).

Considero que essas passagens de Pereira (idem) já destacam a condição inseparável e o valor que Vigotski traz do afeto na vida e, com isso, o rompimento com o puro cognitivismo e o racionalismo. As vivências são sempre essa união entre o afeto e o intelecto, um constante fundir um ao outro. Nessa composição estão o contexto/meio, o mundo, o corpo em dispersão ajuntada, pois é dela que emergem a consciência, as atividades e é com ela que se retorna

ao viver. Valores diversos se manufaturam nas diferentes contingências que vivemos, pois as vivências “são o processo de formação pela personalidade da sua relação com as situações da vida, a existência em geral com base nas formas e valores simbólicos transformados pela atividade interna, emprestados da cultura e devolvidos a ela” (Jerebtsov, 2014, p. 19).

O ato educativo, a aprendizagem, seja em espaços formais ou não, aditam-se a essa unidade. Não há palavra, conceito, deslocados de afeto. Não se aprendem terminologias por terminologia (quando isso ocorre não há desenvolvimento, pois não há transformação, mudanças de valores frente ao existir e a palavra se torna estéril). O próprio Vigotski (2004), em dos seus únicos três livros escritos, expressa-se usando o ensinar a Geografia como exemplo: “A emoção não é um agente menor que o pensamento. O trabalho do pedagogo deve constituir não só em fazer com que os alunos pensem e assimilem geografia, mas também a sintam” (Vigotski, 2004, p. 144).

As hospedarias que acolhem minhas palavras envolvem-se com as transformações que acompanhavam a emergência de uma nova sociedade na Rússia do início do século XX. O movimento instituinte que se erguia buscava revolucionar todas as esferas sociais, envolvido com a proposta de uma nova era, com a formação de outro espaço-tempo, de distintas relações sociais, políticas e econômicas. O campo da educação, das ciências, das artes, da estética e outros viverão momentos de intensos debates e modificações. Questões irrompem-se para serem respondidas, buscando caminhos e trilhas diferenciadas das persistentes até então.

Nesse ofício, os fundadores da THC esculpem outras bases que levam à mudança na compreensão da noção de **Desenvolvimento**, que deixa ser concebido como etapas a serem alçadas, fases pré-marcadas e esperadas, tempos a serem atingidos. Assim, o meio/o espaço, ao ser remido para o processo de humanização, tensiona e redesenha as temporalidades. Desenvolvimento são transformações que criam formações novas, revoluções e crises que mudam nossas formas de situar em fronteiras (com os outros e conosco, já que mudança é também automudança). A metamorfose da lagarta em borboleta – eis a metáfora que exemplifica tal condição. A nova formação é essa situação em que desenvolver significa posicionar-se de forma outra no mundo. A lagarta que se transforma em borboleta passa a ver o mundo com sua nova existência. Isso não pressupõe (como nos argumentos clássicos do desenvolvimento) uma condição do menor para o maior, “melhorativa”, mas diferenciada.

Temos, assim, noção de enraizamento no mundo, que vai para além da noção de internalização, de um mundo que nos adentra e forma nossa

personalidade. Enraizar-se no mundo é ao mesmo tempo transformar esse mundo e as muitas teias a que pertencemos, ao mesmo tempo que este também nos forma. A forja humana e do humano. Raízes que se espalham em muitas direções e em nós.

Com isso, podemos voltar a Pilar e dela encontrar muitas outras infâncias. Qualquer bebê humano nasce num mundo de objetos, de artefatos sociais e culturais, de aromas, cores, sabores, seres diversos, pessoas, linguagens e palavras (conceitos/sentidos/significados/afetos e intelectos...). Toda vida é um [con]viver e um [co]existir (Lopes, 2021). Nesse viver, estabelece aquilo que Vigotski (2006) chamou de Situação Social do Desenvolvimento (a que nos referimos brevemente em linhas anteriores) e nela a unidade meio-desenvolvimento e aprendizagem.

O reconhecimento dessa condição aponta para o nosso ato responsivo (Bakhtin, 2012), para nossa escolha ética, que se pauta em intencionalidades pedagógicas, não em determinismos prescritivos, mas em nossas posições para com os processos de humanização e projetos societários, para os processos para com os outros. Desenvolver é cooperação e se encostar na Atividade de Instrução (*Obutchenie*).

É nesse entrementes que falo em Vivência Espacial [*пространственное переживание (prostranstvennoe perejivanie)*] e tenho devotado estudos para sua compreensão (no sentido expresso por Bakhtin, (2012)) nos bebês e nas crianças. Se, para a THC, só é possível olhar para as demandas que fazem emergir os processos superiores humanos, aportados na interconexão estabelecida entre a Filogênese (a história de uma espécie animal), a Ontogênese (desenvolvimento do indivíduo dentro da espécie), a Sociogênese (o social de um grupo), o que faz com que cada fenômeno do desenvolvimento (metamorfose) seja singular, tornando nossas personalidades únicas e culturais no coletivo, podemos invocar também uma Topogênese (Lopes, 2021).

Vigotski (2004, 2006, 2012, 2018) inspirou-se no método genético de Spinosa para orientar seus estudos e pesquisas, assim como outros autores (podemos lembrar, por exemplo, a perspectiva genética de Jean Piaget e Hanry Wallon), buscando compreender a gênese das funções tipicamente humanas, suas origens, suas mudanças na vida e as formações novas que daí podem surgir. Falar em Topogênese seria seguir seu caminho e reconhecer a grandeza de suas investigações. Olhar para a gênese do Topos consiste em buscar compreender as formas geneticamente embrionárias dos processos de vivência dos elementos espaciais, a gênese da atividade espacial autoral, que explicam a formação das estruturas superiores de criação, suas transformações e posições

axiológicas em relação aos eventos do habitar, viver no mundo, mediados pelas espacialidades geográficas e suas muitas expressões.

Se toda vida é um [con]viver e um [co]existir, nessas fronteiras estão as relações que permitam ir além de nós. Eis a atividade revolucionária que gera transformações. Eis a essência posta no conceito de vivência espacial, a noção de liberdade espacial, de transitar e de se posicionar diante dos mesmos eventos e ser capaz de valor em diferenças. Eis o sentido da Educação, ao qual se aporta a escolha ética e civilizatória do mundo que desejamos.

Devemos pensar em Pedagogias/Geografias Libertadoras e insubmissas que não aprisionem as lógicas e autorias humanas em teorias prévias, que reconheçam as autorias humanas e que possam dialogar com elas, que permitam uma relação com e não somente para que possam decolonizar nossos seres, nossas existências, nossos corpos, vozes, cognição, emoções e afetividade com espacialidades outras... de vozes silenciadas, caladas e subalternizadas.

Como é preciso encerrar, podemos reafirmar um dos aforismos da THC que envolve a temática central desta mesa/texto: é a afirmação de que no meio se encontram os elementos históricos/geográficos que resultam no final do desenvolvimento (isso já está dado no meio desde o início) (Vigotski, 2018). Portanto, os liames entre as palavras **Meio Geográfico: Aprendizagem e Desenvolvimento** são facetas presentes nos processos que permitem elevar-se para além de si mesmos, criando os procedimentos que transformam o social em cultural e, com isso, a própria consciência de mundo e de si no mundo.

Como últimas palavras, gostaria de resgatar uma outra vida, bem conhecida de todos nós, a de Ernesto Che Guevara⁸:

Era uma manhã de outubro. Me aproveitei do feriado do dia 17 e fui para Córdoba. Estávamos então sob as parreiras da casa de Alberto Granado, tomando nosso chimarrão, conversando sobre os últimos acontecimentos em nossas “vidas miseráveis” e mexendo no motor de “La Poderosa II” de Alberto [...] Nossas fantasias nos levavam a lugares distantes, a mares tropicais, a viagens através da Ásia. E, de repente, escorregando como se fizesse parte de uma dessas fantasias, veio a pergunta: “Por que nós não vamos para a América do Norte?” “América do Norte? Como assim?” “Com La Poderosa, cara.” E foi assim que surgiu a ideia da viagem.

A ideia (condição volitiva do humano, uma das funções mentais superiores) se transformou em planejamentos e rotas a serem traçadas por esse extenso continente, sua variedade de paisagens e pessoas. Dias, meses se

8 Adaptado para esta fala/texto do prefácio escrito por mim para o livro *Vidas compartilhadas: escrita de si e dos outros*, de Maria Zélia Maia (São Carlos: Pedro & João Editores, 2023).

passaram desse encontro em Córdoba e, após a viagem pelo continente americano, ele volta a descrever:

A pessoa que tomou estas notas morreu no dia em que pisou novamente o solo argentino. A pessoa que está agora reorganizando e polindo estas mesmas notas, eu, não sou mais eu, pelo menos não sou o mesmo que era antes. Esse vagar sem rumo pelos caminhos de nossa Maiúscula América me transformou mais do que me dei conta⁹.

Voltemos ao conceito de Cronotopo de Bakhtin (2014). Encontremos com ele as palavras de Marília Amorin (2018) ao trazer o Cronotopo da Estrada. A autora busca, a partir dos filmes, dialogar com essa proposta teórica bakhtiniana de ler a literatura, os romances e outras inserções estéticas. Para nós, fica a inquietação (ou certeza?) de que Ernesto Che Guevara não teria nascido se não tivesse ido por essas muitas estradas. Foram nelas que seu eu, seu corpo foi sendo recosturado com as paisagens, com os territórios, com as vivências que se teciam e faziam emergir um novo eu, não um eu sozinho, solitário, mas abraçado, embalado e envolvido por muitas gentes, plantas, seres, histórias, alegrias, tristezas, vidas e mortes.

A grande força revolucionária do ser humano e da sua condição de humanidade é que nenhum de nós anda sozinho, nem os bebês, que, desde seu nascimento (e quiçá antes dele), fazem muitas jornadas pelos espaços, nos colos outros, nas palavras alheias, aprendem e apreendem os legados, herdeiros de tempos e espaços criados, para, com eles, refundarem o existido.

A vivência espacial se recobre de amorosidade espacial. Isso pressupõe uma ética que também é espacial. A ética espacial alia-se à justiça existencial para reconhecer, em amor, que a vida alheia é vida, que o altruísmo (Tomasello, 2019) é uma escolha responsiva que se faz como ponto geodésico de nosso viver no mundo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Marília. **Cronotopo e exotopia**. In: BRAIT, Beth. (org.). **Bakhtin: outrosconceitos-chave**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.

9 Idem nota 6.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e Estética**: a teoria do Romance. São Paulo: Hucitec, 2014.

JAMES, Allison; JENKS, Chris; PROUT, Alan. **Theorizing childhood**. Cambridge: Polity Press, 1998.

JEREBTISOV, Serguei N. Gomel. A cidade de L. S. Vigotski: pesquisas científicas contemporâneas, sobre instrução no âmbito da Teoria Histórico Cultural de L. S. Vigotski. **VERESK – Cadernos Acadêmicos Internacionais**. Estudos sobre a perspectiva histórico-cultural de Vigotski. Brasília: UniCEUB, 2014.

KRAVTSOV, Guenadi. As bases filosóficas da psicologia histórico-cultural. **VERESK – Cadernos Acadêmicos Internacionais**. Estudos sobre a perspectiva histórico-cultural de Vigotski. Brasília: UniCEUB, 2014.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

LOPES, Jader Janer Moreira. **Terreno baldio**: um livro sobre balbuciar e criar os espaços para desacostumar Geografias: por uma teoria sobre a Espacialização da vida. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

LOPES, Jader Janer Moreira; PEREIRA, Luiz Miguel; MELLO, Marisol Barenco de. O espaço intercorpóreo como formador do corpo texto de bebê. *In*: REIS, Magali; OLIVEIRA, Maria das Graças (org.). **Educação de bebês em contextos coletivos**: cultura material e Pedagogia. 1. ed. Belo Horizonte: Mazza, 2022.

LOPES, Jader Janer Moreira. **Atrás da porta**: vivências espaciais esquecidas pelas geografias dos adultos para [con]viver e [co]existir com as geografias das infâncias de bebês e crianças. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

LURIA, Aleksandr Romanovich. **Fundamentos de Neuropsicologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1981.

PEREIRA, Luiz Miguel. A influência do pensamento filosófico de Spinozana: elaboração da teoria histórico-cultural por Vigotski: um breve panorama. *In*: COSTA, Bruno M. F.; LOPES, Jader Janer M.; PEREIRA, Luiz Miguel. **A ciência romântica de Lúria**: contextos de uma época e estudos contemporâneos. São Carlos: Pedro e João Editores, 2022.

PRESTES, Zoia. **Quando não é quase a mesma coisa**: Traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SANTANA, Cláudia da Costa Guimarães. **A Pedologia Histórico-Cultural de Vigotski**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2016.

STERN, Daniel. **Diário de um bebê**: o que seu filho vê sente e vivencia. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

STERN, Daniel. **O mundo interpessoal do bebê**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

TOMASELLO, Michael. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **O Desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Obras escogidas**. Tomo IV. Madrid: Visor y A. Machado Libros, 2006.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Pensamiento y habla**. Buenos Aires: Colihue, 2012.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Sete aulas de Pedologia**. Rio de Janeiro: Epapers, 2018a.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Imaginação e criação na infância**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34. 2017.

CAPA

SUMÁRIO

O CONCEITO DE MEIO NO PROCESSO DE ENSINO, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

Aportes para a Geografia escolar¹

ÂNGELA MASSUMI KATUTA

“A densidade da relação com o território perpassa pela língua própria. Em uma língua indígena, cada criatura, material ou imaterial, cada lugar e cada espaço da natureza tem nome e significado próprio. Isso amplia e fortalece cognitiva e afetivamente a relação das pessoas e dos grupos com o território” (Baniwa, 2019, p. 85).

A sistematização que ora apresento reúne reflexões elaboradas por meio de trabalhos vinculados à formação inicial (Cursos de Licenciatura em Geografia) e continuada – realizados com as Secretarias Municipais de Cascavel-PR e Cambé-PR, de Presidente Prudente-SP (educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental – EF), Secretaria de Educação do Estado do Paraná (Seed/anos finais do EF e Ensino Médio – EM/Geografia escolar; educação do campo; educação escolar indígena e quilombola) –, tendo como referência subsídios da psicologia histórico-cultural, da pedagogia histórico-crítica e de sábios mestres da educação escolar indígena. Esses trabalhos, muitos dos quais vinculados à elaboração e implementação de propostas pedagógicas na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, auxiliaram no estabelecimento de diálogo com professores e equipes pedagógicas, profissionais que têm papel

1 Texto elaborado tendo como referência a palestra proferida na mesa-redonda 09, intitulada “Meio geográfico: aprendizagem e desenvolvimento no XV Enanpege”, realizada na cidade de Palmas-TO, em 2023.

importante no processo de construção e implementação curricular e no orquestramento das práticas pedagógicas².

A elaboração e implementação de propostas curriculares por meio da constituição de grupos de trabalho (estudo, proposição, escrita, revisão e implementação) compostos por educadores e membros de equipe pedagógica tem se mostrado como uma via formativa bastante promissora em termos de formação continuada, se comparada à modalidade de cursos pontuais pouco ou quase nada dialogados com a realidade escolar de cada território e sala de aula, dado o processo mais adensado e objetivado de levantamento de questionamentos, demandas, estratégias de trabalho, estudos, leituras, discussões, proposições, sistematizações e formação de equipes com objetivos comuns que possibilita tecer práticas de ensino voltadas à perspectiva teórica em questão, fundada na transformação social. No tocante à formação inicial de educadores, o estudo de aspectos da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural tem colaborado para a construção de experiências de estágio supervisionado como campo de vivência/observação/atuação da e na materialidade dos processos de ensino e aprendizagem nos diferentes territórios e tem auxiliado a compreender o exercício da docência no ensino da geografia de forma menos fragmentada, como uma totalidade resultante da formação teórico-prática (práxis), política, ética e, não menos importante, técnica. Eis a materialidade a partir da qual sistematizei as reflexões ora em pauta.

O objetivo do presente texto foi evidenciar a existência de aportes significativos e profícuos da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica para o trabalho com a geografia escolar em sala de aula em uma perspectiva crítica, mesmo em um contexto de fortalecimento de políticas neoliberais que tem operado pela intensificação da imposição e do controle curricular. Assim, abordei inicialmente as relações entre linguagem, aprendizagem e desenvolvimento que fornecem aportes significativos para pensar os processos de ensino e aprendizagem, portanto, a geografia escolar na educação básica. Na sequência, sistematizei reflexões evidenciando que o conceito vigotskiano de meio³ fornece suporte para a compreensão dos processos de

2 Na última década, tenho pautado a questão da autoria no trabalho com a formação inicial e continuada de educadoras e educadores. A organização/composição/orquestramento de uma aula, como a de uma música, necessita de autoria, que pressupõe o fortalecimento da capacidade de *poiesis* – criação. Verifiquei por meio das mediações de projetos de aprendizagem e do estágio supervisionado que o trabalho com a autoria implica, dentre outros, o fortalecimento da autonomia vinculada a uma formação omnilateral, bem como a reorganização de relações outras com a linguagem escrita. Torná-la orgânica aos sujeitos da classe trabalhadora e oprimidos é um desafio permanente.

3 Utilizei o conceito de meio presente no texto traduzido de Vigotski em 2010 intitulado *Quarta aula: a questão do meio na pedagogia*. “Segundo o *Pequeno Dicionário Enciclopédico Brockhaus e*

aprendizagem e desenvolvimento, portanto para a organização dos processos de ensino e aprendizagem na perspectiva da geografia escolar crítica⁴.

Atualmente, apesar das imposições e controles da educação básica e da formação inicial e continuada por parte do empresariado internacional e nacional e seus asseclas⁵, a tradição da educação crítica e emancipatória – dentre as quais destaco a pedagogia paulofreiriana e seus múltiplos desdobramentos no âmbito da educação popular, do campo, das águas e das florestas, indígena e quilombola e a pedagogia histórico-crítica – construiu desde meados dos anos 1960, e sobretudo dos anos 1980, questionamentos, mobilizações, experiências educacionais, pesquisas, reflexões, debates, currículos⁶, formações na educa-

Efron, o termo *sredá* refere-se tanto ao 'meio ambiente em que se dá determinado processo' como ao 'ambiente psíquico ou cultural e mental no qual o homem se insere'. Essa segunda acepção, que possui um sentido psicológico e cultural, ganhou força na segunda metade do século XVIII, pelos filósofos Moritz Lazarus (1824-1903) e Heymann Steinthal (1823-1899), que o utilizavam como 'a totalidade das condições culturais em meio às quais vivem os indivíduos'. Em russo, ainda é bastante usada a conotação científica de *sredá* enquanto 'meio', no sentido de 'conjunto de elementos materiais e circunstanciais que influenciam um organismo vivo' (Houaiss, 2009). Em português, o termo que melhor parece coadunar as acepções é 'meio', por aludir tanto à soma de circunstâncias que são objeto de estudo, quanto a um 'grupo social, como aquele estabelecido pela família, profissão, classe econômica, contexto geográfico etc., a que pertence uma pessoa' (Houaiss, 2009)" (Vigotski, 2010, p. 681. Nota do tradutor).

- 4 Nos anos 1980, quando da emergência no Brasil do complexo e intenso processo de crítica à geografia ensinada, denominada por muitos de geografia crítica, pesquisadores brasileiros da área educacional estavam iniciando os estudos das obras vigotskianas. Nessa época, as críticas de ordem epistemológica à geografia escolar, fundadas sobretudo no materialismo histórico dialético, demandavam didáticas e pedagogias outras, fundadas em matrizes críticas que estavam se fortalecendo e/ou em processo de vir a ser. Assim, a chamada geografia crítica demandava fundamentos educacionais e de ordem epistemológico-cognitiva vinculados à mesma matriz teórica. Nesse momento, entendo que ocorreu um hiato entre a produção dos fundamentos epistemológicos da geografia crítica e seus desdobramentos na geografia escolar. Há que investigar de forma sistemática por que muitos pesquisadores e formadores de professores continuaram a utilizar as perspectivas escolanovistas e piagetianas e outros acercaram-se da fenomenologia e da geografia da percepção, agregando a tais referenciais aspectos da geografia crítica, criando incongruências e confusões de ordem ontoepistêmica no ensino da geografia escolar. Atualmente, apesar dos controles e imposições curriculares promovidos pelo empresariado da educação e seus apoiadores, temos avanços ontoepistêmicos produzidos pela tradição crítica da educação – pedagogia histórico-crítica e psicologia histórico-cultural, que constituem atualmente aportes profícuos na produção didático-pedagógica para a geografia crítica escolar.
- 5 Sobre esta questão, ver: ALBUQUERQUE, Maria Adailza M. de *et al.* *Manifesto: crítica às reformas neoliberais na educação: prólogo do ensino de geografia*. Marília: Lutas Anticapital, 2021. 169 p.
- 6 Muitos currículos e propostas pedagógicas elaborados em âmbito estadual e municipal na perspectiva da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural e que demandaram formação continuada de professores têm sido foco de pesquisas, questionamentos e críticas. Tais movimentos são necessários para a transformação/aprimoramento dos trabalhos no âmbito das referidas secretarias. Entendo que, no atual momento histórico, precisamos disputar as políticas educacionais, os currículos, as propostas pedagógicas e os programas educacionais. Nesse contexto,

ção básica e nas licenciaturas (inicial e continuada), que têm ampliado e adensado o repertório acadêmico científico e educacional na perspectiva das teorias crítico-emancipatórias da educação.

Esse substrato teórico-prático produzido ao longo de pouco mais de 60 anos em um país hegemonicamente dominado pela tradição educacional jesuítica desde a invasão/colonização e que raramente reconheceu a relevância da educação indígena e quilombola tem auxiliado, dentre outros, nas críticas e contraposições às políticas e programas educacionais hegemônicos. Trata-se de múltiplos movimentos educacionais – nas escalas estaduais e municipais – que têm questionado o que está imposto hegemonicamente para a educação brasileira e que, apesar das contradições, imposições e desafios, têm proposto e implementado cursos de formação docente (licenciaturas interculturais indígenas, do campo, entre outras), escolas (do campo, indígena e quilombola), currículos fundados nas pedagogias críticas⁷, movimentos estes, juntamente com outros, necessários ao processo de transformação social emancipatória:

[...] o quadro que se nos descortina no limiar do terceiro milênio: superação do capitalismo ou destruição da humanidade e do planeta. Assim, a luta pela superação do capitalismo coincide com a luta em defesa da humanidade em seu conjunto. Para tanto, a consciência da situação, embora não suficiente, é uma condição prévia, necessária e indispensável. E o desenvolvimento dessa consciência implica um trabalho educativo sem o qual resultará impossível a mobilização da população para a realização das transformações necessárias. (Saviani, 1994, p. 103 *apud* Malanchen; Matos; Pagnoncelli, 2012, p. 201-202).

Construir aportes conceituais e científicos para compreender criticamente a realidade: eis o papel das escolas, portanto da geografia escolar na defesa da continuidade da humanidade e de todos os seres vivos e não vivos em um mundo onde caibam muitos mundos. É nesse contexto que a educação escolar crítica se faz necessária, pois ela deve alargar, ampliar e socializar o conjunto de conhecimentos historicamente produzidos pelas várias tradições de modos de estar, ser e existir que se contrapõem às relações capitalistas de produção, sejam elas de matriz indígena ou afro-brasileira, dos campos, das águas e das florestas, socialista, comunista, entre outras. Assim, não se trata de defender apenas uma única perspectiva, pois, em um país onde eram

muitas críticas, ao evidenciarem as contradições, auxiliam na sinalização e construção de estratégias políticas de superação. Há que dialogar com elas nesse processo de lutas e tensionamentos.

7 Estou denominando de pedagogias críticas todas as tradições que se contrapõem às pedagogias tradicionais e ao atual projeto societário que tem forjado historicamente a rua de mão única do processo civilizatório instalado pelas relações capitalistas de produção.

faladas de 1.200 a 1.500 línguas⁸ indígenas (Luciano, 2006), reduzidas atualmente a 274 (IBGE, 2010), trata-se de fortalecer os diálogos entre as diferentes tradições, produzindo, como defende o grande mestre Gersen Baniwa – Gersen José dos Santos Luciano (2019, p. 72 *et seq.*), uma interculturalidade radical que promova uma interepistemologia ou intercientificidade que auxilie a superar a colonialidade e as opressões.

A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE LINGUAGEM, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

É por meio da linguagem que o homem se situa e é situado na sociedade, na natureza e no mundo. A harmonia da natureza depende de uma boa comunicação entre os entes que a constituem. Neste sentido, língua, sociedade e natureza estão intrinsecamente relacionados, o que, numa perspectiva sócio-histórica, possibilita uma permanente e dinâmica relação cósmica dialógica, adaptável à abertura, ao movimento e à heterogeneidade (Bakhtin, 1992 *apud* Baniwa, 2019, p. 80).

Para compreender o desenvolvimento intelectual, Vigotski e seus colaboradores elaboraram pesquisas a fim de demonstrar as relações entre pensamento e linguagem, esta última compreendida não somente como expressão do conhecimento, mas como instrumento essencial na formação do pensamento e do caráter dos sujeitos. A aprendizagem, nesta perspectiva, é compreendida como elemento potencializador do desenvolvimento e ocorre em diversos âmbitos desde a educação cotidiana (educação informal), somando-se àquela que se realiza em instituições não formais como nos sindicatos, associações, movimentos sociais e outras agremiações (educação não formal) e àquela que se efetiva na dimensão formal efetivada pelas instituições escolares (educação formal). Esta última atua sobremaneira na construção do pensamento abstrato por meio do trabalho com os conceitos científicos, cujo substrato são os conceitos cotidianos. Para podermos avançar em nossas reflexões, apresento nas linhas que seguem algumas conclusões presentes na produção vigotskiana, na pedagogia histórico-crítica, na psicologia histórico-cultural e nas tradições críticas da educação que nos auxiliam a repensar os processos de ensino e aprendizagem no âmbito da geografia crítica escolar.

Apesar de terem raízes genéticas diferentes, as trajetórias do desenvolvimento, do pensamento e da linguagem encontram-se por volta dos dois anos de idade na criança, originando uma nova forma de comportamento:

8 Cada língua é um universo distinto e está viva, constituindo-se com, pelas e nas relações dos seres humanos entre si e com os outros elementos da natureza.

[...] a criança [nas relações socioterritoriais que vai estabelecendo no e com o mundo, grifo da autora] sente a necessidade das palavras e, por meio das suas perguntas, tenta ativamente aprender os signos relacionados com os objetos. Parece ter descoberto a função simbólica das palavras. A linguagem, que no estágio anterior era afetivo conotativa entra agora no estágio intelectual (Vigotski, 2007, p. 23).

A partir do conjunto das relações socioterritoriais nas quais é inserida após o nascimento, em contato com processos comunicativos, sobretudo aqueles que ocorrem junto aos adultos, a criança no meio em que vive começa a perceber a existência de nexos entre os objetos e seus nomes. Nesse processo, ela vai constituindo a função simbólica, condição para que seu desenvolvimento intelectual ocorra, dado que este é mediado pelas palavras e outras linguagens com as quais ela entra em contato. A partir desse momento, o pensamento vai se tornando verbal, a linguagem racional e o desenvolvimento do pensamento passa a ser

[...] determinado pela linguagem, ou seja, pelos instrumentos lingüísticos do pensamento e pela experiência sociocultural da criança. Fundamentalmente, o desenvolvimento da lógica na criança, como o demonstraram os estudos de Piaget, é função direta do seu discurso socializado. O crescimento intelectual da criança depende do seu domínio dos meios sociais de pensamento, ou seja, da linguagem. (Vigotski, 2007, p. 27).

Na perspectiva vigotskiana, o pensamento verbal não é uma forma natural de comportamento, é determinado pelo processo histórico-cultural, pois “[...] tem propriedades e leis específicas que não podem ser encontradas nas formas naturais do pensamento e do discurso.” (Idem, p. 27). O caráter histórico do pensamento verbal o torna “[...] sujeito a todas as premissas do materialismo histórico, que são válidas para qualquer fenômeno histórico na sociedade humana.” (Ibidem, p. 27). Esse entendimento retira qualquer possibilidade de podermos compreender de modo descontextualizado e de forma universal e desterritorializada a aprendizagem e o desenvolvimento que se realizam de maneiras distintas nos diversos espaços e tempos por meio dos instrumentos linguísticos.

É nas relações dos sujeitos entre si nos e com os elementos dos ecossistemas em que habitam em dada espaço-temporalidade que ocorrem as aprendizagens e o desenvolvimento, mediados pelas linguagens. Os estudos da psicologia histórico-cultural indicam que a aprendizagem e o desenvolvimento são mediados pelos instrumentos linguísticos (palavras e seus múltiplos significados) que acabam produzindo/compondo o pensamento. A palavra é resultante de processos de generalização. Contudo, em função de suas especificidades, a criança generaliza de forma distinta do adulto. A primeira

estabelece generalizações mais concretas, a partir da visão que organiza tendo como base as evidências que vai colhendo em situações factuais que ocorrem no conjunto de experiências sociais vivenciadas nos lugares. Por isso, quanto maior o leque de experiências, mais exposta às situações/necessidades de generalizações. É nesse contexto que os processos de ensino escolar ganham relevância, pois podem, dependendo do modo como forem organizados nos diferentes níveis educacionais, constituir-se em instrumentos de ampliação do conjunto de experiências, informações e conceitos científicos que compõem as aprendizagens escolares, que devem ser mobilizadas para a compreensão crítica da realidade.

No caso da geografia escolar, o trabalho com seus conteúdos em múltiplas escalas constitui exercício profícuo para forjar generalizações relativas à compreensão crítica da produção/reprodução dos arranjos espaciais produzidos pelos diferentes grupos humanos. Nesse contexto, colocar os conceitos cotidianos em diálogo com os científicos é tarefa fundamental. Para isso, ter como referência a periodização histórico-cultural do desenvolvimento humano⁹ e o conjunto das relações que os estudantes estabelecem no e com o meio é importante, pois profícuos processos educativos podem ser organizados tendo como base as atividades que o guiam (atividades-guia):

A análise do desenvolvimento psíquico centrada na atividade possibilita o reconhecimento de que, durante todo o seu processo de formação, o indivíduo desempenha papel ativo valendo-se das circunstâncias históricas [geográficas, grifo da autora] e sociais que determinam o conteúdo e a forma das relações que integra. Os indivíduos participam de um conjunto de atividades ao longo de sua existência, no entanto, ao se considerar a formação do psiquismo em seu movimento, existem atividades que possibilitam maior avanço do psiquismo no sentido da interpretação do real, exercendo dominância em relação às demais atividades que lhe são subordinadas ou secundárias. (Martins; Abrantes; Facci, 2016, p. 2)

O pressuposto histórico-crítico dos estudos da periodização histórico-cultural é o de que o ensino é a “[...] esteira do desenvolvimento e a escola o *locus* privilegiado para a sua promoção” (Martins; Abrantes; Facci, 2016, p. 3). Isso porque, dependendo da forma como for organizado, auxilia na interpretação crítica do real, condição para a formação omnilateral¹⁰ dos sujeitos, cujo desenvolvimento

9 O livro de Martins; Abrantes e Facci (2016) intitulado *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice* traz relevantes contribuições ao tema.

10 A formação omnilateral se contrapõe àquela unilateral resultante do trabalho alienado, da divisão social do trabalho, por isso reificada, ideologizada e fetichizada ocorrendo hegemonicamente no contexto das relações capitalistas de produção. “O homem omnilateral não se define pelo

[...] entendido a partir de relações sociais pressupõe o processo de inseri-lo conscientemente no movimento contraditório e supraindividual demarcado pela luta de classes. [...] A referência para essa formação pressupõe um sistema educativo que tenha possibilidades concretas de produzir uma pessoa de pensamentos, com autonomia intelectual para analisar a realidade valendo-se de instrumentos conceituais em suas formas mais elaboradas; uma pessoa de sentimentos, que se forme sensível ao conjunto de seres humanos e que possua senso de justiça, revoltando-se contra arbitrariedades que se pratique contra qualquer membro do gênero humano [e não humano, grifo da autora]. Que culmine na produção de uma pessoa da práxis, que compreenda as contradições sociais existentes no processo de produção e reprodução da sociedade, que se engaje na luta pela implementação de uma sociedade livre da dominação e da opressão. (Martins; Abrantes; Facci, 2016, p. 3-4).

Eis a relevância da escola e das aprendizagens que nela ocorrem. A interpretação crítica do real como condição da formação omnilateral que forme uma pessoa de pensamentos, de sentimentos e da práxis é fundamental. Em uma conjuntura planetária de precarização do trabalho, das vidas e de intensificação das opressões a escola ganha centralidade enquanto *locus* de formação e instituição que acolhe os educandos por, no mínimo, 12 anos, da segunda infância à juventude. Como as transformações das capacidades cognitivas dos educandos e educandas são intensas nesse período, há que compreendê-las para a adequada organização dos processos de ensino e aprendizagem. É nesse contexto que a pedagogia histórico-crítica e a psicologia histórico-social constituem substratos profícuos para pensar os processos de ensino e aprendizagem em geral, e especificamente no âmbito da geografia crítica escolar.

Vigotski (2007) verificou em suas pesquisas que as ideias das crianças não possuem correspondência com a dos adultos, o que faz toda a diferença em sua relação com o meio. Lopes (2008, p. 78) em suas pesquisas constatou:

Pode-se observar, assim, que há momentos em que as crianças subvertem, há momentos em que interpretam, reproduzem o espaço e seus objetos, e há momentos de criação, de invenção, transformando-os, reorganizando os princípios da forma, função, localização, organização, representação e outros, a partir de suas ações.

Os estudos do autor referentes às geografias das infâncias são bastante profícuos para a organização de estratégias de trabalho no ensino crítico da

que sabe, domina, gosta, conhece, muito menos pelo que possui, mas pela sua ampla abertura e disponibilidade para saber, dominar, gostar, conhecer coisas, pessoas, enfim, realidades – as mais diversas. O homem omnilateral é aquele que se define não propriamente pela riqueza que o preenche, mas pela riqueza do que lhe falta e se torna absolutamente indispensável e imprescindível para o seu ser: a realidade exterior, natural e social criada pelo trabalho humano como manifestação humana livre.” (Souza Júnior, 2009, s.p.).

geografia, sobretudo na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Em geral, enfatizam as relações que as crianças estabelecem com o espaço, substrato a partir dos quais se desenvolvem os conceitos cotidianos, importantes para o trabalho com os conceitos científicos da geografia escolar nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

É nesse contexto que os estudos de periodização, que enfatizam as particularidades de cada época do desenvolvimento (primeira infância, infância, adolescência, juventude, idade adulta e velhice), podem auxiliar os educadores e as educadoras a organizarem os processos de ensino e aprendizagem, dado que a “[...] prática pedagógica orienta-se pela unidade entre o conteúdo a ser ensinado, a maneira mais eficiente de ensinar e aprender e o destinatário do processo educativo.” (Martins; Abrantes; Facci, 2016, p. 3). Compreender as relações geográficas que os destinatários do processo educativo estabelecem no e com o meio constitui ponto de partida na organização dialógica do processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, a elaboração de inventários e/ou o levantamento da prática social dos educandos (Gasparin, 2012) permite aos educadores verificar quais abordagens, conteúdos e conceitos da geografia são socialmente relevantes no trabalho da sala de aula para a compreensão crítica da realidade.

Importante destacar que tais aportes, somados ao da epígrafe que abre o presente item, nos possibilitam inferir que, se somos herdeiros do modo como os grupos sociais com os quais convivemos produzem, utilizam, pensam e efetivam os processos comunicativos, há diferenças significativas entre pensar a comunicação em uma perspectiva da tradição da sociedade envolvente e daquela dos povos originários, que é notadamente mais ampla, dadas as particularidades de cada uma das cosmovisões. De acordo com Baniwa (2019, p. 80) “[...] o complexo sistema de comunicação cósmica funciona envolvendo humanos (vivos e mortos), não humanos e a natureza, nas suas dimensões material e espiritual.”

A tradição dos povos originários pensa os processos de comunicação de forma mais ampla. Não por acaso, em algumas delas existem vários tipos de línguas: as faladas cotidianamente de domínio comum e coletivo, as especializadas de domínio restrito ou exclusivo de determinados grupos (pajés, xamãs, mestres de cerimônias e de cantos sagrados), as ritualísticas utilizadas em cerimônias sagradas, muitas das quais não faladas mas representadas por meio de “[...] gestos, eventos, atitudes e exercícios específicos como são os períodos de jejuns, as danças sagradas, os rituais de transe por meio de substâncias alucinógenas como o paricá.” (Baniwa, 2019, p. 82). E complementa o autor:

Segundo a cosmologia Baniwa, o mundo é resultado de um protocolo de comunicação entre todos os seres, criadores e criaturas, cuja linguagem mais proeminente é a de símbolos ou sinais (fenômenos). Deste modo, aos sábios que dominam a totalidade do sistema de comunicação cósmica, quase nada ou mesmo nada pode ser escondido, desconhecido ou secreto (Baniwa, 2019, p. 78).

As relações ecossistêmicas dos diferentes grupos humanos constituem a materialidade ou o substrato por meio dos quais as linguagens e os conhecimentos do e sobre o mundo são produzidos, utilizados e transformados. O que é inegável em todas as tradições é que tais relações constituíram e são constituídas pelas linguagens, sendo estas, ao mesmo tempo: estrutura estruturante (de pensamento, ideias), estrutura estruturada (já nascemos herdeiros das tradições linguísticas dos grupos sociais com os quais nos relacionamos) e instrumento de dominação ou libertação (podem e/ou são utilizadas na efetivação de relações de poder ou em processos emancipatórios). Verifica-se que as distintas cosmovisões dos povos originários também constituem diferentes substratos no que tange à questão da linguagem, campo profícuo de pesquisas a serem realizadas, dada a diversidade das suas (geo)grafias, ontologias e epistemologias em relação àquela da sociedade envolvente. Apenas problematizei brevemente esta questão com o objetivo de chamar a atenção para a sua complexidade e o amplo campo de estudos e investigações que temos no Brasil, dada a sua diversidade socioterritorial e étnica que nos desafia na produção de “[...] uma interculturalidade mais radical, ou de uma interepistemologia ou intercientificidade, muito além da interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade que ainda é espelho da colonialidade.” (Baniwa, 2019, p. 72). Eis o desafio das escolas públicas brasileiras e da geografia crítica escolar. Nos conhecemos e compreendemos na relação com os outros que possuem modos de existência e relação ecossistêmica diferentes das nossas. A perspectiva vigotskiana está centrada em uma tradição linguística que auxilia a pensar as relações entre linguagem, aprendizagem e desenvolvimento do ponto de vista dos processos de escolarização. Retornemos a ela...

Para Vigotski (2007), existe uma particularidade no desenvolvimento infantil,

[...] que ocorre em condições de interação com o meio, quando a forma ideal, a forma final, esta que deverá aparecer ao final do desenvolvimento, não somente existe no meio e concerne à criança logo desde o início, mas realmente interage, realmente exerce influência sobre a forma primária, sobre os primeiros passos do desenvolvimento infantil, ou seja, em outras palavras, *há algo, algo que deve se construir bem ao final do desenvolvimento, e que, de alguma maneira, influencia logo o início desse desenvolvimento.* [...] Nisso consiste a maior particularidade do mundo infantil,

diferentemente de outros tipos de desenvolvimento, em cujos meios nunca poderemos descobrir nem encontrar conjuntura semelhante. (Vigotski, 2010, p. 693-694).

Esta reflexão evidencia a relevância das interações dos sujeitos com e no meio que traz a forma final do desenvolvimento e que vai influenciar o início de cada desenvolvimento infantil, a depender das relações que os sujeitos estabelecem entre si e com os outros elementos ecossistêmicos. A estimulação por meio das interações sociais possui papel relevante neste processo. Assim, “[...] a criança se apropria, transforma em suas aquisições interiores aquilo que, a princípio, era sua forma de interação externa com o meio.” (Idem, p. 698). Tendo como referência essa compreensão, Vigotski (2010) elaborou uma lei sobre o papel do meio no desenvolvimento da criança:

[...] as funções psicológicas superiores da criança, as propriedades superiores específicas ao homem, surgem a princípio como formas de comportamento coletivo da criança, como formas de cooperação com outras pessoas, e apenas posteriormente elas se tornam funções interiores individuais da própria criança. (Vigotski, 2010, p. 699).

Eis a relevância dos processos de interação social para a interiorização da linguagem que vai resultar na linguagem interior que, inicialmente, é um instrumento de contato interpessoal para, posteriormente, constituir-se em forma de raciocínio interior da criança: a fala interna surge com base na externa, o que evidencia ainda mais a importância das aprendizagens que mobilizam experiências e estímulos a serem trabalhados nos processos educativos escolares a fim de fazer avançar o desenvolvimento.

Nas linhas que seguem abordei especificamente o conceito de meio na perspectiva vigotskiana, evidenciando suas potencialidades para pensar estratégias de trabalho pedagógico voltadas ao ensino da geografia crítica na educação básica.

O CONCEITO DE MEIO PARA A GEOGRAFIA ESCOLAR

“[...] o meio desempenha, com relação ao desenvolvimento das propriedades específicas superiores do homem e das formas de ação, o papel de fonte de desenvolvimento, ou seja, a interação com o meio é justamente a fonte a partir da qual essas propriedades surgem na criança. E se essa interação com o meio for rompida, só por força das inclinações encerradas na criança as propriedades correspondentes nunca surgirão por conta própria.” (Vigotski, 2010, p. 697)

Tendo como referência a epígrafe que abre o presente item, podemos afirmar que é no e com o meio em diferentes espaço-temporalidades que o desenvolvimento humano se realiza. Trata-se de um elemento sem o qual o mesmo

não se viabiliza. Viver e interagir no e com o meio – com outros grupos humanos e seres vivos e não vivos, através do trabalho¹¹ – é condição para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, ou seja, das características específicas que nos diferenciam dos outros animais e resultam na produção do que Lefebvre (2006) denominava de espaço social, que é “[...] um produto social, resultado e, ao mesmo tempo, componente fundamental da ação social, das práticas, das relações, das experiências sociais. (Katuta, 2021, p. 200).

As ações, práticas e relações sociais que se estabelecem no e com o meio não se efetivam sem as linguagens e processos comunicativos que resultam de aprendizagens que conduziram/conduzem ao desenvolvimento. Todas essas ações produzem o espaço social, condição, meio e expressão das (geo)grafias produzidas pelos distintos grupos humanos. Compreender o espaço social ou os arranjos espaciais produzidos pelos grupos humanos em distintas escalas e espaço-temporalidades, tendo como referência a realidade local em suas múltiplas determinações, a fim de construir uma compreensão crítica dos espaços sociais produzidos, constitui objetivo pedagógico do ensino da geografia.

Obviamente que, dependendo das periodizações dos sujeitos, esse objetivo se realiza de distintas formas. A título de exemplo: na educação infantil/primeira infância são importantes o deslocamento e a vivência dos bebês em distintos espaços, o que os incentiva, por meio do conjunto de experiências no e com o meio, a fortalecerem seu tônus muscular, ampliando suas capacidades cognitivas e de deslocamento, e a construir a função simbólica, condição para os processos comunicativos e para o estabelecimento das relações dos sujeitos entre si, da ideia de externalidade na qual estão imersos. Dialeticamente, vai se constituindo a noção de que os fenômenos/objetos possuem nomes, de que existem relações entre eles, a exemplo da localização, forma e função dos fenômenos. Ou seja, vai se organizando no e com o meio todo um conjunto de processos comunicativos, portanto a função simbólica, que são os substratos a partir dos quais se formarão os conceitos científicos que poderão ser trabalhados nas escolas.

Conforme os sujeitos vão se desenvolvendo, (re)produzindo espaços, agregando experiências do espaço social e com o processo de escolarização, é importante que os conceitos científicos sejam trabalhados, dado que no âmbito da educação informal predominam os conhecimentos de senso comum

11 De acordo com Lukács *apud* Lessa (2012, p. 25) “[...] é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Nesse preciso sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens. É no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho.”

caracterizados por operar por analogias, pela sua subjetividade individualizadora, por serem mistificadores e ideologizados, pois estabelecem causalidades aleatórias e generalizadoras diante da diversidade fenomênica (Chaui, 2015).

Assim, é possível afirmar que os conceitos cotidianos e científicos são formados nas relações que os humanos estabelecem no e com o meio, nos diferentes processos educativos que se interdeterminam (educação informal, não formal e formal). No contexto da luta de classes, tais entendimentos auxiliam a fortalecer o papel da escola enquanto instituição que possibilita o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade de várias matrizes ontoepistêmicas.

Essa perspectiva se contrapõe à compreensão cartesiano-kantiana do espaço, fundada na geometria (topológica, euclidiana e projetiva), amplamente usada por Jean Piaget e seus seguidores. Nesse contexto, o espaço é um receptáculo vazio e inerte, ocupado por corpos e objetos e, por isso, neutro, objetivo, transparente, imutável e definitivo, passível de uma única interpretação/descrição. Desdobra-se dessa compreensão a possibilidade das descrições neutras, descontextualizadas e universalizadas dos arranjos espaciais; consequentemente, desconsidera-se o lugar social dos sujeitos no processo da produção do espaço. Não por acaso, o Brasil pautado nos livros didáticos não se coaduna com aquele vivido pelos estudantes oprimidos nos mais variados lugares/ecossistemas. Em outras palavras, poucos são os estudantes que conseguem construir leituras críticas e relações entre o meio em que vivem e as abordagens do Brasil e do mundo presentes nos livros didáticos de geografia, evidenciando um processo de estranhamento/distanciamento ontoepistêmico entre os sujeitos e os espaços que produzem. A vivência no meio, fonte da produção dos conceitos cotidianos, deve ser acionada no processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos e conceitos da geografia escolar.

A concepção hegemônica de espaço brevemente esboçada interfere na ontologia dos entes, tidos nesta perspectiva como unos. Tal perspectiva opera no sentido de legitimar apenas uma narrativa sobre a produção do espaço, ocultando os distintos lugares e territórios que os sujeitos ocupam na sociedade de classes e, portanto, as diferentes visões que possuem acerca da produção dos arranjos espaciais. Assim, na concepção hegemônica, a floresta teria apenas um único conceito, sentido e definição, o que, em um país como o Brasil, evidencia os limites dessa perspectiva, pois, apesar de ter elementos em comum, o lugar de cada sujeito nas relações sociais de produção influencia e resulta em ontologias e epistemologias as mais diversas. Nesse sentido, para madeireiros, a floresta constitui matéria-prima/mercadoria rentável; já para

os povosfloresta¹², trata-se de lugar cuja interação complexa entre os seres constitui a fonte da vida, que “sustenta o céu”¹³, o lugar onde habitam. Não se trata nesse caso de enfatizar uma visão em detrimento da outra, mas de abranger a totalidade das compreensões e/ou das lógicas de produção do espaço social, mostrar seus tensionamentos e os projetos societários que fortalecem.

Se o espaço é concebido, ao mesmo tempo, como expressão e elemento constituidor das relações sociais, as desiguais relações de apropriação e vivência desse e nesse espaço pelas diferentes classes sociais e/grupos étnicos determinam uma diversidade de construção de conceitos cotidianos pelos sujeitos, marcados pelas suas vivências e condições materiais de vida no contexto do modo de produção capitalista. Eis o ponto de partida para a aprendizagem dos conteúdos e conceitos escolares mais amplos e abstratos e que necessitam ser foco de investigação dos educadores e educadoras. A abstração, a totalidade não são o ponto de partida, mas o de chegada do processo de ensino e aprendizagem, resultante dos sucessivos exercícios analíticos que devem dialogar com os conceitos cotidianos. A leitura crítica da realidade é produzida exatamente nesse movimento do pensamento que vai do singular e particular para o geral, caso contrário, auxiliamos na formação de estrangeiros no próprio mundo onde vivem¹⁴, incapazes de compreender a lógica contraditória da produção dos arranjos espaciais.

Para Vigotski (2010), o meio exerce papel relativo, determinando um ou outro desenvolvimento. Ele não é uma condição estática e exterior como compreendem muitas tradições de pensamento na geografia, mas é condicionante variável e dinâmica, tendo em vista que depende dos significados que os sujeitos atribuem a seus elementos, que variam conforme as diferentes cosmovisões e faixas etárias que se diferenciam no uso da palavra e seus significados. Por isso, é importante pesquisar e refletir sobre a relação existente entre o sujeito e o meio em determinada etapa do desenvolvimento e em um dado contexto produtivo. Isso porque se considerarmos as periodizações do nascimento até a velhice, as relações que os humanos estabelecem com o meio vai depender,

12 Indígenas e outros povos e comunidades tradicionais (PCTs) têm se autodenominado povosfloresta a fim de explicitarem sua relação orgânica com este ecossistema, pois se veem como parte do mesmo.

13 Expressão usada por Davi Kopenawa e Bruce Albert em seu livro *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami* (São Paulo: Companhia das Letras, 2019).

14 Para aprofundamento na questão, sugiro a leitura de minha tese de doutorado intitulada *O estrangeiro no mundo da geografia*. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2013/geografia_artigos/o_estrangeiro_no_mundo_da_geografia.pdf. Acesso em: 09 dez. 2023.

dentre outros elementos, do modo de produção das suas existências e de seu lugar no contexto das relações sociais.

Apesar de viverem em um mesmo meio, operários, trabalhadores do campo, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, entre outros PCTs (Povos e Comunidades Tradicionais), empresários dos mais variados segmentos experienciam e atuam no mundo de modo distinto por serem de classes sociais diferentes e possuírem as mais diversas relações com a terra. Contudo, é fato que para todos o meio vai se ampliando desde a vida intrauterina até a idade adulta, conforme as experiências, os deslocamentos dos sujeitos pelos lugares e as relações que estabelecem. Na perspectiva vigotskiana, a interação dos sujeitos entre si e com o meio resulta em distintas vivências, conceito relevante que enfatiza o conjunto diferenciado de experiências acionadas pelos sujeitos em sua aprendizagem e desenvolvimento. Desse modo, é possível compreender a partir do conceito de meio em Vigotski (2010) que o lugar do sujeito no contexto da sociedade de classes e, dentro dela, seu gênero, cor de pele, entre outros elementos, irão influenciar em suas aprendizagens e no seu desenvolvimento.

Assim, no desenvolvimento da criança (da personalidade e das características especificamente humanas) o meio desempenha “[...] o papel de uma fonte de desenvolvimento, ou seja, o meio, nesse caso, desempenha o papel não de circunstância, mas de fonte de desenvolvimento.” (Vigotski, 2010, p. 695). Considerando o que foi abordado anteriormente no tocante à especificidade do desenvolvimento infantil – interação com a forma final de desenvolvimento existente no meio que influencia a forma primária –, o meio constitui a fonte de desenvolvimento. Por isso, é fundamental que a geografia escolar e seus profissionais tenham como foco o meio onde os estudantes constituem suas vivências, fonte de seu desenvolvimento. As ideias brevemente expostas indicam que o ponto de partida dos processos de aprendizagem escolares deveria sempre dialogar com o meio em que os estudantes vivem.

Por isso, afirma o autor,

[...] se no meio não há forma ideal correspondente e o desenvolvimento da criança, por força de quaisquer motivos, toma seu curso sem perpassar essas características específicas [...] ou seja, sem interagir com a forma final, então a forma correspondente na criança também não se desenvolve até o fim. (Vigotski, 2010, p. 695).

Se o meio constitui a fonte de todas as propriedades humanas específicas da criança, se nele não houver a forma ideal correspondente, então não “[...] se desenvolverá a ação, a propriedade correspondente, a qualidade correspondente.” (*Idem*).

Vigotski (2010), ao problematizar a questão da presença no meio da forma final de desenvolvimento deixa bastante evidente a relevância da escola nesse contexto, pois, se no meio houver apenas a forma inferior/primária, as ações irão se desenvolver de modo muito lento e particular, sem atingir o “[...] nível que atingiriam quando existe no meio uma forma ideal correspondente.” (p. 695). Para Vigotski, a interação com o meio é a fonte do desenvolvimento, sem a qual “[...] as propriedades correspondentes nunca surgirão por conta própria.” (Idem, p. 697). Essa compreensão evidencia o caráter social dos seres humanos que se desenvolvem como resultado do desenvolvimento de toda a humanidade por meio da interação com a sociedade. Tal premissa torna óbvia a importância das instituições escolares, do processo de ensino e aprendizagem que deve atuar no diálogo entre a vivência e o desenvolvimento da forma ideal correspondente. Assim, o processo de ensino e aprendizagem deve mobilizar as interações necessárias para o desenvolvimento de propriedades intelectuais correspondentes que nunca surgiriam por conta própria nos educandos e educandas.

Nesse sentido, o conceito de vivência é importante porque auxilia a evidenciar que não é qualquer elemento do meio tomado de modo independente dos sujeitos que irá influenciar no seu desenvolvimento. A depender do modo de existência, um dado elemento do meio terá conotação totalmente distinta. Como já dizia Henri Lefebvre (1991), o objeto é o mesmo, mas jamais é o mesmo, pois os seres humanos dão significados distintos e se relacionam com ele dependendo dos seus modos de existir. Para a tradição indígena do povo tukano, de acordo com o antropólogo e prof. da Universidade Federal do Amazonas João Paulo Tukano (João Paulo Lima Barreto), do povo Ye’pamahsã, floresta é um conjunto complexo de relações entre os encantados, as árvores e os mais variados tipos de vegetações, insetos, solo e todos os seres vivos que nele estão, as chuvas, os rios, os ventos, trovões, seres humanos, os outros animais e os mais diversos elementos que, em função das trocas que produzem, constituem os sustentáculos das vidas nela existentes. Na sociedade capitalista, a floresta é reduzida a um ecossistema que produz um conjunto de matérias-primas e mercadorias.

A vivência no meio, ou seja, o conjunto de experiências dos sujeitos em suas particularidades¹⁵ e singularidades é distinto, dependendo de uma série de elementos, sobretudo das relações socioterritoriais nas quais estão imiscuídos. Verifica-se nessa perspectiva a relevância das e dos educadoras e educadores investigarem e compreenderem as singularidades e particularidades dos

15 Para Vigotski (2010, p. 686), “[...] na vivência, nós sempre lidamos com a união indivisível das particularidades da personalidade e das particularidades da situação representada na vivência.”

sujeitos no conjunto dos processos de reprodução social que ocorre nos diversos lugares para que possam utilizar os conceitos cotidianos como substrato para a aprendizagem dos conceitos científicos da geografia escolar. Para Vigotski (2010), a “[...] influência de uma situação ou outra depende não apenas do conteúdo da própria, mas também do quanto a criança entende ou apreende a situação”. O elemento que vai influenciar sobremaneira nesse processo é a palavra, cujo significado varia de acordo com as diferentes faixas etárias, classes sociais, etnias, entre outros. Esse ponto de vista é importante pois evidencia a necessidade de investigarmos o conjunto de significados atribuídos pelos estudantes a determinadas palavras, dado que, como afirma Vigotski (2010), as ideias das crianças não possuem correspondência com a dos adultos.

Tendo em vista que o conceito de meio para o ensino da geografia escolar possui centralidade, é importante que possamos organizar, desde a pedagogia histórico-crítica e os aportes da psicologia histórico-cultural, encaminhamentos didáticos que auxiliem no trabalho docente. Nesse sentido, tendo como referência os diálogos estabelecidos com os educadores e educadoras da educação básica, tenho verificado que as contribuições de Gasparin (2012) constituem referências profícuas na organização do trabalho em sala de aula. O referido autor propõe a organização da prática pedagógica docente em cinco momentos didáticos que irei abordar no contexto do ensino da geografia: 1) prática social (inicial), ou seja, as práticas socioterritoriais dos estudantes e grupos sociais com os quais convivem; 2) problematização – questionamento/problematização/interrogação das práticas socioterritoriais; 3) instrumentalização – trata-se de elaboração inter e intrapessoal, momento de disponibilização dos conceitos e conhecimentos sistematizados pela geografia acadêmica que auxiliam a compreender a produção dos arranjos espaciais; 4) catarse – nova forma de entender a prática social por meio dos conteúdos e conceitos científicos produzidos no âmbito da geografia acadêmica, não raro didatizados pelos livros e outros materiais didáticos; 5) prática social (final): retorno ao real para seu entendimento crítico.

Conhecer e compreender as práticas socioterritoriais dos sujeitos no tocante aos conhecimentos e conceitos a serem trabalhados constitui o ponto de partida do processo de ensino e aprendizagem. Trata-se de estratégia que possibilita dialogar com os conhecimentos, conceitos cotidianos e referências que os estudantes possuem no tocante a determinado tema. É nesse processo que os educadores e educadoras irão verificar os conhecimentos e as práticas socioterritoriais dos educandos e dos grupos com os quais se relacionam em determinado local. Tal compreensão auxilia a pensar nos processos subsequentes, ou seja, como se irão problematizar/interrogar determinados arranjos

espaciais e suas lógicas de produção. Nesse momento, a elaboração de questionamentos por parte dos educadores e educandos é fundamental, o que auxiliará a delimitar/recortar e propor a abordagem do conteúdo, abrindo espaço para o processo de instrumentalização intelectual que possui caráter inter e intrapessoal. É nesse momento que os conceitos, mapas, informações quantitativas e qualitativas e outros elementos irão auxiliar na compreensão dos arranjos espaciais em sua totalidade e em múltiplas escalas, produzindo a catarse, ou seja, uma nova forma crítica de entender os espaços produzidos. É nesse momento que ocorre o confronto dos conceitos cotidianos e científicos que auxiliam a questionar, reorganizar, ampliar, adensar e aprofundar os conhecimentos. Via de regra, na educação da tradição, o processo de ensino e aprendizagem é finalizado nesse momento. Na perspectiva da pedagogia histórico-crítica é fundamental retornar à prática social. A produção de sínteses que resultam em uma compreensão crítica dos arranjos espaciais é o objetivo final do processo, dado que nessa perspectiva a escola é a instituição onde os sujeitos aprendem a compreender criticamente a realidade.

As sínteses podem ser realizadas por meio de diversas linguagens, resultando em materiais que sistematizam e expressam as leituras críticas dos educandos em relação à produção dos arranjos espaciais. Tais sínteses podem inclusive ser socializadas para o conjunto das pessoas que frequentam a escola, pois podem ser apresentadas em suportes como jornais, cartazes, quadrinhos, charges, letras de canção, crônicas, poesias, entre outros. Ainda que o ato de avaliar atravesse todo o processo (avaliação diagnóstica, formativa, somativa, comparativa e outras), esse é um momento importante pois possibilita ao docente retomar e finalizar o trabalho com conteúdos, conceitos e entendimentos socialmente relevantes, ou seja, aqueles necessários para a leitura crítica da realidade que subsidiam posicionamentos políticos e cotidianos voltados à ampliação da cidadania participativa.

Tendo em vista o exposto, pode-se afirmar que o conceito de meio, na perspectiva da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural, auxilia no fortalecimento de uma geografia escolar voltada à compreensão crítica da produção dos arranjos espaciais, dado que subsidia o trabalho pedagógico na perspectiva das classes e/ou grupos sociais historicamente explorados, ocultados e oprimidos. Nesse sentido, entendo que o conceito de interseccionalidade auxilia a ampliar/diversificar a compreensão dos arranjos espaciais, pois evidencia os diversos eixos de subordinação que influenciam na apropriação e produção do espaço. Para Crenshaw (2002, p. 177):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação.

Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Por isso, é importante abordar e compreender os arranjos espaciais na perspectiva das classes sociais, ampliando para outros sistemas discriminatórios que criam desigualdades socioespaciais a eles vinculadas. A interseccionalidade é um conceito que auxilia a compreender as posições relativas de mulheres empobrecidas (negras, indígenas, quilombolas, camponesas, entre outras), das pessoas LGBTQIA+, dos povos originários e comunidades tradicionais, daqueles que vivem e defendem os territórios de luta pela reforma agrária e urbana, entre tantos outros explorados que, a despeito de produzirem espaços, são excluídos do direito à vida digna. Esse conceito também auxilia a interrogar o papel do currículo imposto para a geografia escolar, que, ao ocultar a diversidade inerente ao povo brasileiro, não auxilia na produção de chave de leitura crítica dos arranjos espaciais produzidos no contexto atual das sociedades capitalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente reflexão, abordei a interdependência entre linguagem, aprendizagem e desenvolvimento, evidenciando a relevância dos aportes das pedagogias críticas com ênfase na pedagogia histórico-crítica e psicologia histórico-cultural para a organização dos processos de ensino e aprendizagem da geografia crítica escolar. Tais perspectivas compreendem que aprendizagem e desenvolvimento se efetivam por meio de processos linguísticos que auxiliam na intercomunicação e na constituição da fala interior e do pensamento cujo pressuposto é o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Linguagem, aprendizagem e desenvolvimento se interdeterminam, apesar de terem origens distintas. Destaquei também que tais processos não ocorrem de modo abstrato, mas nos diferentes territórios de vida, organizados espaçotemporalmente pelos diversos grupos humanos. Ou seja, o meio constituiu e constitui a materialidade/suporte que viabilizou/viabiliza o processo de humanização dos seres humanos pelo trabalho; portanto, linguagem, aprendizagem e desenvolvimento viabilizaram as vidas humanas no planeta e, ao mesmo tempo, resultaram delas.

Desse modo, a permanência dos *homo sapiens* no planeta e seus sucessivos desenvolvimentos cognitivos foram expressões de seus distintos modos de estar e ser no mundo ([geo]grafias) nos diversos ecossistemas que se expressam por meio das mais diferentes territorialidades, efetivadas em função do tipo de relação que estabeleceram com o meio, o que implicou inclusive na

produção de conhecimentos sobre os entes nele existentes, vivos e não vivos, bem como na realização de processos educativos que ocorriam inicialmente no âmbito informal. Como o meio constituiu/constituiu suporte material para a existência humana, os grupos humanos nos diferentes ecossistemas criaram signos linguísticos e linguagens que viabilizaram a produção da memória e dos conhecimentos e produzindo os processos de aprendizagem que resultaram no desenvolvimento humano.

Refletimos também sobre o quão profícuo é o conceito de meio para se pensar os processos de ensino e aprendizagem da geografia crítica escolar que, juntamente com os aportes da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural auxiliam no entendimento de que o ponto de partida é o meio em que os sujeitos vivem e a abstração é o ponto de chegada, pois auxilia na compreensão da realidade de forma mais ampla e em diferentes escalas analíticas. Tendo como referência este entendimento, fiz um breve exercício para auxiliar a pensar o ensino da geografia escolar a partir dos encaminhamentos metodológicos sugeridos por Gasparin (2012), que propõe uma didática para a pedagogia histórico-crítica, bastante profícuos para a organização do processo de ensino e aprendizagem.

Tendo em vista o exposto, entendo que o conceito de meio em Vigotski (2010) constitui rico aporte teórico metodológico para que educadores e educadoras possam pensar no papel da escola e do ensino da geografia, a fim de que possam trabalhar uma geografia crítica que auxilie na construção de chaves de leitura da produção do espaço pelas mais diversas classes e grupos sociais no planeta, possibilitando, quem sabe, o saber pensar/produzir espaços onde todos os seres tenham vidas dignas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria Adailza M. de *et al.* **Manifesto: crítica às reformas neoliberais na educação: prólogo do ensino de geografia.** Marília: Lutas Anticapital, 2021.
- BANIWA, Gersem. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos.** Rio de Janeiro: Mórula/Laced, 2019.
- BARRETO, João Paulo Lima. (Informação verbal). **Aula assistida no dia 16/02/2022.** Reflexões sobre o sagrado nos pensamentos ameríndios. Organizada por: Sesc Vila Mariana.
- CHAUI, Marilena. **Iniciação à Filosofia.** São Paulo: Ática, 2015.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, nº 1, p. 171-188, jan. 2002.
- GASPARIN, João L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica.** 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

KATUTA, Ângela M. As geografias e as cartografias como instrumentos de emancipação e lutas em defesa da dignidade das existências. *In*: CATTANEO, Dilermando; CÂMARA, Marcelo A.; SILVEIRA, Renata F da (org.). **Geografia das R-existências**. Ponta Grossa: Monstro dos Mares, 2021. p. 195-234. Disponível em: <https://monstrosdosmares.com.br/produto/geografias-das-r-existencias/>. Acesso em: 18 fev. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. 254 p.

LOPES, Jader Janer M. Geografia das crianças, Geografia das infâncias: as contribuições da Geografia para os estudos das crianças e das infâncias. **Contexto & Educação**, Ijuí, ano 23, nº 79, p. 65-82, jan./jun., 2008.

LUCIANO, Gersem J. dos S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Secadi/MEC; Rio de Janeiro: Laced/Museu Nacional, 2006. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=88685. Acesso em: 18 dez. 2023.

MALANCHEN, Julia.; MATOS, Neide da S. D.; PAGNONCELLI, Claudia. A pedagogia histórico-crítica na trajetória histórica e nos fundamentos teóricos do currículo para a rede pública municipal de ensino de Cascavel/PR. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 12, nº 46, p. 190-204, 2012. DOI: 10.20396/rho.v12i46.8640080. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640080>. Acesso em: 8 fev. 2024.

MARTINS, Lígia M.; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves D. **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas: Autores Associados, 2016.

SOUSA JÚNIOR, Justino. Ominilateralidade. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Dicionário da educação profissional em saúde**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html>. Acesso em: 17 fev. 2024.

VIGOTSKI, Lev S. **Pensamento e linguagem**. [S.l.]: Ridendo Castigat Mores, 2007.

VIGOTSKI, Lev S. Quarta aula: a questão do meio na pedologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 21, nº 4, p. 681-701, 2010.

VIGOTSKII, Lev S.; LURIA, Alexander R.; LEONTIEV, Alex N. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. *In*: VIGOTSKII, Lev S.; LURIA, Alexander R.; LEONTIEV, Alex N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11. ed., São Paulo: Ícone, 1988. p. 103-117.

CAPA

SUMÁRIO

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA EM DISPUTA

Análise da abordagem da pesquisa nas políticas educacionais

SANDRA DE CASTRO DE AZEVEDO

Ser professor da educação básica na sociedade brasileira não é um desejo recorrente, muito menos está presente na perspectiva de vida da maioria dos alunos, sendo que a minoria que decide cursar uma licenciatura, quando chega no momento do estágio é questionada pelos alunos da escola se realmente querem ser professores. E esse questionamento tem relação direta com a desvalorização financeira da profissão e com a desvalorização social da profissão, que é constantemente atacada pela mídia que representa uma parcela da população que está em situação privilegiada perante grande parte da sociedade.

Apesar deste contexto, a formação de professores é alvo de disputa, pois os professores são um dos principais responsáveis pela aplicação do projeto de educação que cada sociedade, ou, melhor, que cada governo impõe. Tal imposição acontece na maioria das vezes por meio de leis, como resoluções e portarias. Com objetivo de entender como a pesquisa está presente na formação dos professores de Geografia, foi realizada uma pesquisa qualitativa com a técnica de análise documental pautada no método materialista histórico-dialético. Foram analisadas as resoluções e pareceres relacionados à formação do geógrafo e à formação de professores; para comprovar o projeto vigente de padronização da educação e a imposição dos princípios neoliberais, também foram analisadas a resolução que implementa a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a portaria do Programa Nacional de Apoio à Implementação da

BNCC. Na análise de cada documento destacaram-se os itens que fortalecem uma educação tecnicista e voltada à formação de um capital humano.

A discussão se inicia com uma breve reflexão sobre a disputa da formação de professores, destacando duas vertentes, a conservadora e a progressista. Em seguida é apresentada a análise da legislação sobre a formação de professores de Geografia.

A pesquisa demonstrou que a legislação que trata da formação de professores apresenta uma preocupação com a pesquisa; no entanto, nas resoluções com o viés intensamente neoliberal, a pesquisa aparece dentro de um contexto imediatista que limita a criatividade e a construção do conhecimento no processo de formação de professores.

QUE PROFESSORES QUEREMOS FORMAR?

Durante muitos anos ecoava na sociedade que utiliza a escola pública um discurso de que “Ninguém se importa com a educação pública”, “A educação pública está esquecida”. Esse tipo de discurso é disseminado na sociedade para que as pessoas não percebam a disputa que existe pela educação pública no nosso país. No presente texto será abordada a formação de professores, que dentro do campo educacional é um elemento importante para a consolidação de políticas públicas. A formação de professores é objeto de interesse da elite econômica do país que por meio de fundações e acordos políticos interferem e, muitas vezes, define as políticas que norteiam a organização e a definição de princípios que estarão presentes nessa formação. Se considerarmos que a educação escolar tem em sua origem os princípios de controle e domesticação da população, a função docente nasce também para atender a esses movimentos.

Até o momento, o grupo que tem se destacado nesse campo de disputa é o que podemos chamar de conservadores, que estão alinhados ao estado e que reforçam uma educação para o mercado, uma educação pautada em competências em que os professores devem seguir as normativas dos seus sistemas que normalmente têm seu foco nas metas como o Ideb, e para isso organizam seu currículo e suas avaliações com objetivo de atender a essas metas. Na maioria das vezes, a avaliação e a classificação das escolas consideram esses itens para classificar os professores em competentes e fracassados. De acordo com Arroyo:

Em síntese, nos deparamos com dois referentes na organização curricular: o referente do mercado e o referente dos direitos dos educandos e educadores. Equacionar os conhecimentos e as competências no referente do mercado nos levará a uma visão

pragmatista, utilitarista, parcializada e segmentada do conhecimento e do currículo (Arroyo, 2007, p. 27).

Pensar nos direitos dos educandos e dos educadores é um desafio na nossa sociedade, pois desde sua origem a educação escolar tem como objetivo atender aos interesses econômicos, que, pautados em uma sociedade de classes não visam a emancipação da classe trabalhadora, mas sim uma adequação da classe trabalhadora às mudanças do sistema econômico.

Na medida em que estejamos reproduzindo ou tentemos desmistificar a relação entre competências escolares e empregabilidade, estaremos reproduzindo ou desmistificando a relação entre docência e empregabilidade. Se como docentes nos prestamos a reduzir os educandos a mercadoria, a empregáveis, reduzindo os conhecimentos e habilidades para o emprego, estaremos reduzindo nosso trabalho e a própria docência a mercadoria. Seremos tratados como mercadoria nas políticas de salário, de carreira... Estaremos reproduzindo uma das concepções que legitimam a desvalorização de nosso trabalho docente (Arroyo, 2013, p. 107).

Como formar professores capazes de resistir ao sistema e que façam da sua profissão um instrumento de luta por uma educação transformadora? Essa é uma questão que ocupa as pesquisas e os trabalhos de um grupo de professores que entendem que a educação é um ato político e que por meio dela os alunos da classe trabalhadora podem se posicionar de forma mais consciente no sistema.

Baseando-se na sociologia da vida cotidiana, Patto reafirma que a escola reproduz as condições observadas na vida social mais ampla: as relações hierárquicas de poder, a segmentação e a burocratização do trabalho pedagógico. Tais características do sistema educacional engendram condições que facilitam a adesão dos educadores à singularidade, ao desenvolvimento de atitudes e práticas motivadas principalmente por interesses particulares nem sempre coincidentes com os interesses dos alunos. Análises do trabalho observado nas salas de aula bem como os quatro estudos de caso revelaram a insubordinação, por vezes velada, de professores e alunos às regras escolares, entendida como sinal de resistência contra práticas autoritárias e sem sentido. Entretanto, a insubordinação de professores e alunos não necessariamente reverte em seu próprio benefício: os alunos acabam sendo considerados indisciplinados ou “imaturos” e a insubordinação dos professores pode ser interpretada como sintoma de falta de compromisso e de incompetência profissional. Ao final de seu trabalho, Patto retoma essa questão e alerta sobre o equívoco de se atribuir a causa da ineficiência da escola a um perfil de professor, considerado descompromissado e incompetente (Souza, 2006, p. 482).

Os cursos de formação de professores que são mantidos pelas instituições públicas, dentro do contexto de autonomia das universidades, resistem para

formar professores que sejam reflexivos e pesquisadores, e que ao serem inseridos no sistema educacional resistam à pressão governamental que busca estabelecer uma ética que favoreça o sistema e não favoreça a classe trabalhadora.

O que se espera é que o velho ideal perseguido historicamente pela docência e pela pedagogia – a formação do ser humano como sujeito de cultura por meio da educação – seja retomado como ideário de toda política educativa e curricular. Comprometer o currículo com a formação plena significará recuperar dimensões perdidas e secundarizadas no ordenamento curricular, por exemplo, a formação ética dos educandos. Os alunos demandam enxergá-los como sujeitos em tenso processo de formação ética; os limites para o exercício de sua liberdade moral se estreitam quando reduzidos à luta mais elementar pela sobrevivência (Arroyo, 2007, p. 43).

É importante destacar que somente a formação de professores não é o suficiente para garantir uma educação de qualidade, seja dentro dos princípios neoliberais ou dentro dos princípios progressistas de educação, afinal cada projeto de educação defende um modelo de qualidade da educação. Entre a formação inicial e a atuação profissional é necessário considerar uma diversidade de elementos que interferem diretamente no trabalho do professor.

A análise do trabalho docente, assim compreendido, pressupõe o exame das relações entre as condições subjetivas – formação do professor – e as condições objetivas, entendidas como as condições efetivas de trabalho, englobando desde a organização da prática – participação no planejamento escolar, preparação de aula etc. – até a remuneração do professor. Estamos propondo, como sugere Vygotski (1993, p. 19), uma análise do trabalho docente que considere as propriedades básicas em conjunto, articuladas, e não em elementos separados para uma posterior associação mecânica e externa (Basso, 1998, p. 2).

Quando somos professores e ministramos aulas para uma turma de 40 alunos, cada aluno irá se relacionar de uma forma com essa aula, pois cada um possui uma realidade e condições concretas, que afetam de maneira positiva ou negativa seu envolvimento com o curso. O que o aluno busca no seu processo de formação está fora do alcance das ações dos professores e da instituição em si, mas para além das condições subjetivas a universidade e as demais instituições formadoras de professores devem prezar pela qualidade do seu ensino, pautada em princípios que atendam os interesses da sociedade, principalmente da classe trabalhadora, pois assim é possível contribuir na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A mudança de qualidade nas relações que mantêm a sociedade ativa é fruto de uma lenta e por vezes violenta maturação qualitativa, no interior dessas mesmas relações. É uma **guerra surda**, cotidiana, e, até certo ponto, inglória. É o trabalho, muitas vezes

anônimo, do professor por exemplo. A educação só pode ser transformadora nessa luta surda, no cotidiano, na lenta tarefa de transformação da ideologia, na guerrilha ideológica travada na escola.

Porque ela pode ser transformadora?

Porque o trabalho educativo é essencialmente político – e é o político que é transformador (Gadotti, 1995, p. 162-163).

Ao reforçar a educação enquanto um trabalho político, é necessário alertar para as tentativas de controle dessa política, como ocorreu com as disciplinas de Ensino Moral e Cívico e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) na época da ditadura militar e como ocorreu recentemente com a disciplina de Projeto de Vida. A essência política do trabalho do professor de Geografia é planejar e ministrar suas aulas pensando como seu trabalho pode contribuir para que os filhos e filhas da classe trabalhadora possam entender sua situação e lutar por uma sociedade mais justa, e que consigam evitar o controle do sistema sobre suas vidas.

Pautado neste princípio de uma educação transformadora, o presente texto busca discutir a importância da pesquisa na formação de professores.

A PESQUISA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A pesquisa muitas vezes pode ser entendida na universidade por meio da realização de um projeto de pesquisa, seja de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de Iniciação Científica (IC), de Mestrado ou Doutorado. Mas neste texto o conceito de pesquisa vai além desses contextos, que são sim importantes, mas muitas vezes contribuem para limitar a pesquisa. A ideia de pesquisa que pauta este texto dialoga com Severino (2002, p. 122):

Na universidade, a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão tem como referência a pesquisa; aprende-se e ensina-se pesquisando; prestam-se serviços à comunidade, quando tais serviços nascem e se nutrem da pesquisa.

Cabe ressaltar que a produção do conhecimento precisa ser crítica, criativa e competente; e será consistente se fundada num processo de competência simultaneamente técnica, criativa e crítica. A competência técnica impõe algumas condições lógicas, epistemológicas e metodológicas para a ciência: a exigência de aplicação do método científico, da precisão técnica e do rigor filosófico. A exigência da autonomia e liberdade de criação tem a ver com a atitude, as condições de pesquisador referindo-se à criatividade e ao impulso criador. A criticidade é qualidade da postura cognoscitiva que permite entender o conhecimento como situado num contexto mais amplo e envolvente, que vai além da simples relação sujeito/objeto. É a capacidade de entender

que, para além de sua transparência epistemológica, o conhecimento é sempre uma resultante da trama das relações socioculturais. Capacidade de descontar as interferências ideológicas, as impregnações do senso comum. É a criticidade que nos livra tanto do absolutismo dogmático como do ceticismo vulgar.

Para compreender como a pesquisa é entendida nos cursos de formação de professores de Geografia, será realizada uma análise de algumas políticas que norteiam diretamente esses cursos. Os cursos de formação de professores de Geografia devem seguir as normativas referentes à formação do profissional geógrafo e a formação de professores, ou seja, os cursos de licenciatura. Apesar de as universidades avançarem em relação ao antigo 3+1, onde os discentes primeiro cursavam as disciplinas de bacharelado e depois faziam um ano de disciplinas pedagógicas, ainda não existe um documento que normalize os cursos de Geografia licenciatura de forma específica.

Para compreender como a pesquisa aparece nesses documentos, fizemos uma análise buscando a palavra *pesquisa* e analisamos sua abordagem e contexto. No Parecer CNE/CES nº 492/2001 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, na parte que se refere a Geografia, a palavra *pesquisa* aparece no item 2. Competências e Habilidades Gerais “f. Propor e elaborar projetos de pesquisa e executivos no âmbito da área de atuação da Geografia.” (Brasil, 2001).

Nesse parecer, a pesquisa fica limitada aos projetos de pesquisa, seja básica ou aplicada, sendo que não é explicitada a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O parecer reforça a pesquisa vinculada ao geógrafo e não ao professor de Geografia.

Assim sendo, devemos admitir que essas transformações no campo dos conhecimentos geográficos vêm colocando desafios para a formação não apenas do geógrafo-pesquisador (técnico e planejador) como também para o geógrafo-professor do ensino fundamental, médio e superior (Brasil, 2001).

Já a Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, apresenta a palavra *pesquisa* em seu texto:

Art. 3º A formação de professores que atuarão nas diferentes etapas e modalidades da educação básica observará princípios norteadores desse preparo para o exercício profissional específico, que considerem:

[...]

III – a pesquisa, com foco no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que ensinar requer tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento.

[...] (Brasil, 2002).

No referido documento, a pesquisa aparece uma única vez relacionada ao processo de ensino-aprendizagem. Ou seja, com a articulação das duas resoluções, a formação de professores passa a ter a pesquisa seja no âmbito da pesquisa básica ou aplicada, seja por meio do TCC ou da IC, bem como a pesquisa relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sempre visando a construção do conhecimento.

Avançando nessa perspectiva da importância da pesquisa na formação de professores, a Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, foi revogada pela Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Na nova resolução, a palavra *pesquisa* aparece dezoito vezes e na maioria delas articulada ao processo educativo, sendo que três vezes indicando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, a resolução indica os avanços no entendimento da formação de professores de uma forma mais ampla e completa, valorizando a pesquisa como um ato criativo e essencial para a formação dos professores.

No Capítulo II, que aborda a “Formação dos Profissionais do Magistério para Educação Básica: Base Comum Nacional”, destaca-se o artigo 5º, inciso II: “à construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa (Brasil, 2015, p. 6).

Quando os cursos, em sua maioria, conseguiram se adequar à DCN de 2015, antes mesmo de muitos terem formado turmas com essa nova dinâmica, o Ministério da Educação publicou a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), revogando a resolução anterior.

Além do fato de esta resolução ter sido estabelecida com pouco tempo de diferença da anterior, ela foi elaborada de forma não democrática, ou seja, sem a participação mínima dos pesquisadores e profissionais da área. A

resolução coloca em pauta uma formação de professores de acordo com os princípios da pedagogia das competências, impõe uma série de formato para a organização curricular dos cursos de formação de professores e tem como principal objetivo formar professores que atendam e saibam aplicar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação básica.

No texto da BNC-Formação temos a ocorrência da palavra *pesquisa* doze vezes, sendo que em grande parte apresenta-se articulada ao processo educativo e avaliação do sistema, referindo-se, vez ou outra, às pesquisas que foram realizadas sobre a educação, ou seja, a abordagem da pesquisa aparece mais limitada nesta resolução.

Para explicitar as diferenças de concepção de formação de professores das duas resoluções, foi analisado o que ambas esperam dos egressos dos cursos de formação de professores. A Resolução 2/2015 aborda a questão do egresso no “Capítulo III, Do(a) Egresso(a) da Formação Inicial e Continuada”, sendo que no artigo 8º indica a aptidão do egresso dos cursos iniciais de formação de professores. Nesse ponto, a pesquisa aparece duas vezes:

XI – realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII – utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos (Brasil, 2015).

A Resolução 2/2019 aborda o egresso em um único momento: “Art. 24. As IES deverão organizar um processo de avaliação dos egressos de forma continuada e articulada com os ambientes de aprendizagens” (Brasil, 2019). Mas considerando que em seu anexo a resolução apresenta um rol de competências, entende-se que os egressos devem tê-las desenvolvido durante sua formação inicial e nessas competências a pesquisa aparece nas Competências Gerais Docentes: “2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas” (Brasil, 2019). E no item “3. Dimensão do Engajamento Profissional”, na competência “3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional”, na habilidade de:

3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar

a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral (Brasil, 2019).

Comparando as duas resoluções, fica nítida a diferença da abordagem da pesquisa, enquanto a 2/2015 propõe uma abordagem mais ampla de pesquisa, que possa contribuir diretamente na formação do professor pesquisador. Considerando seus estudantes como sujeitos importantes no processo educacional e a construção do conhecimento, a BNC-Formação enfatiza uma pesquisa que resulte em resolução de problemas, reforçando uma visão tecnicista.

Isso pode ser justificado pelo fato da aprovação da BNC – Formação fazer parte de um projeto de padronização e controle da educação por meio de políticas públicas. Esse projeto no formato que encontramos recentemente tem início com a aprovação da BNCC. Documento curricular organizado em competências e habilidades, e por mais que afirme em seu texto que o objetivo não é padronizar a educação, a BNCC foi implantada pela Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que instituiu e orientou a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, e que apresenta artigos que já explicitam o processo de padronização.

De maneira que temos na referida resolução, no Capítulo V das Disposições Finais e Transitórias, o artigo 15, que indica o alinhamento dos currículos das instituições ou redes de ensino da educação básica, à BNCC, até no máximo 2020. E para conseguir êxito nesta tarefa foi criado pela Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018, o “Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular – ProBNCC”, garantindo assistência financeira, formação e assistência técnica para os estados e municípios no processo de adaptação à BNCC, e é possível afirmar que o programa teve sucesso, pois grande parte dos currículos estaduais e municipais seguem a BNCC, e muitos simplesmente repetiram as competências e habilidades da BNCC, desconsiderando repetidas vezes as particularidades estaduais e locais.

Mas o processo de padronização não se limitou ao currículo, afinal o sistema precisa garantir que o professor aplicará este currículo sem questionar e sem subverter e para isso a resolução dedica os artigos 17 e 18, apresentados a seguir:

Art. 17. Na perspectiva de valorização do professor e da sua formação inicial e continuada, as normas, os currículos dos cursos e programas a eles destinados devem adequar-se à BNCC, nos termos do § 8º do art. 61 da LDB, devendo ser implementados no prazo de dois anos, contados da publicação da BNCC, de acordo com o art. 11 da Lei nº 13.415/2017.

Art. 18. O ciclo de avaliação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), seguinte à publicação da BNCC, deve observar as determinações aqui expostas em sua matriz de referência. (Brasil, 2017).

Ou seja, o projeto abrange a padronização da formação docente tanto por meio do currículo como por meio da avaliação externa, deixando clara a política de controle e punição, uma vez que a nota do Enade faz parte de um processo de avaliação dos cursos superiores. A lógica é formar professores aplicadores da BNCC, fato que explica que a dimensão da pesquisa na BNC-Formação tenha uma abordagem limitada ao tecnicismo e à resolução de problemas.

Além das políticas regulatórias da formação de professores, é importante destacar os programas que interferem diretamente nesse processo, sendo eles o “Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência” e o “Programa Residência Pedagógica”.

A Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007, dispõe sobre o “Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID”, que dentre seus objetivos destaca-se o incentivo à formação de professores, à valorização do magistério, à promoção da articulação entre a educação superior e a educação básica e à elevação da qualidade da formação de professores. No entanto, nos primeiros editais do Pibid, a licenciatura em Geografia não estava como prioridade e seria atendida de forma complementar. Somente a partir do edital do ano de 2012 as licenciaturas foram tratadas de forma igualitária, mas em 2020 o edital separou-as em áreas prioritárias e áreas gerais, sendo reservado à licenciatura em Geografia o posicionamento nas áreas gerais. No edital de 2022, as licenciaturas puderam concorrer sem serem diferenciadas.

Mesmo dentro dessas condições as licenciaturas em Geografia vêm sendo atendidas pelo Pibid, e a bolsa destinada aos participantes do programa contribui para a permanência dos discentes que normalmente são oriundos da classe trabalhadora e possuem dificuldade de se manterem na universidade, já que na maioria das vezes as verbas para os recursos de assistência estudantil não conseguem atender de forma adequada todos os discentes que necessitam. Além do auxílio financeiro, o programa estimulou a pesquisa na área de Ensino de Geografia, Geografia Escolar e Educação Geográfica, e a aproximação com a educação básica realizada de forma planejada e articulada. A teoria e a reflexão têm possibilitado importantes resultados para a pesquisa, para o ensino e para a sociedade.

Apesar do Pibid não possuir em sua portaria ou em seus editais o incentivo à pesquisa, muitos subprojetos de Geografia incentivaram e incentivam a

pesquisa, fato que reflete na grande quantidade de trabalhos apresentados em eventos e/ou publicados em anais e em revistas científicas. Mesmo passando por mudanças estruturais, como retirada de verba para compra de materiais e equipamentos, limitação à participação no projeto aos alunos do 1º ao 4º período, o programa na área de geografia apresenta resistência em forma de produção científica, contribuindo sobretudo com mudanças pontuais nas escolas públicas onde atuam. O ensino de Geografia com certeza foi impactado pelo Pibid e muitas pesquisas confirmam isso.

O Pibid também foi impactado com a aprovação da BNCC; o edital subsequente à aprovação da Base atendia a resolução afirmando que, segundo o art. 19, “os programas e projetos pertinentes ao MEC devem ser alinhados à BNCC, em até 1 (um) ano após sua publicação” (Brasil, 2017). O edital do Pibid, no ano de 2020, exigiu uma adequação dos projetos institucionais à BNCC, fato que gerou um obstáculo para o desenvolvimento de atividades diferenciadas, mas felizmente, no edital de 2022, a imposição da BNCC não constava mais no edital.

Com relação ao Programa de Residência Pedagógica (RP), a Portaria GAB nº 38, de 28 de fevereiro de 2018, instituiu o “Programa de Residência Pedagógica”, que, além de ter o objetivo de interferir diretamente nos estágios supervisionados, muitas vezes levando ao desrespeito ao Projeto Pedagógico dos Cursos, previa uma adequação dos cursos à BNCC, conforme consta no artigo “IV. Promover a adequação dos currículos e das propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” (Capes, 2018, s/p.). O texto deste artigo aparece novamente no edital de residência de 2020, como também consta no edital: “k) Quais estratégias de articulação da BNCC com os conhecimentos da área do subprojeto” (Capes, 2020, p. 9). Ou seja, criaram vários caminhos para concretizar a padronização da educação.

Com relação à pesquisa, ela não estava presente nas primeiras portarias do Pibid e do Programa de Residência Pedagógica. No entanto, os dois programas tiveram novas portarias publicadas em 2022, sendo que na portaria do Pibid a pesquisa continua não aparecendo. Já na portaria do Programa de Residência Pedagógica a pesquisa aparece em quatro momentos:

DOS OBJETIVOS

V – induzir a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula.

[...]

Das características gerais do projeto

IV – imersão do docente da educação básica na universidade, objetivando uma (re) construção dos seus conhecimentos a partir da sua inserção em pesquisas, estudos e extensão promovidos pelas IES;

X – realização de pesquisas colaborativas e produções acadêmicas conjuntas sobre os diversos fenômenos e situações reais que permeiam a escola e a sala de aula;

[...]

Art. 41. São atribuições do Docente Orientador:

IV – incentivar a participação em pesquisas, projetos de extensão e outras atividades que enriqueçam a formação dos residentes e dos preceptores

[...] (Capes, 2022, p. 2-10).

Por meio da análise da portaria, é nítido que a pesquisa pelo menos no Programa de Residência Pedagógica ganha um espaço de importância, fato que pode ser reflexo da discussão sobre a necessidade de uma formação de professores menos tecnicista e também por ser um programa limitado aos discentes do 5º ao 8º período. De acordo com Severino (2002, p. 122):

Desse modo, a pesquisa acaba assumindo uma tríplice dimensão. De um lado, tem uma dimensão epistemológica: a perspectiva do conhecimento. Conhece-se construindo o saber, praticando a significação dos objetos. De outro lado, assume uma dimensão pedagógica: a perspectiva decorrente de sua relação com a aprendizagem. Tem ainda uma dimensão social: a perspectiva da extensão. O conhecimento se legitima pela mediação da intencionalidade da existência histórico-social dos homens. É a única ferramenta de que o homem dispõe para melhorar sua existência.

Ou seja, não é possível formar um professor de Geografia crítico, reflexivo e ativo sem valorizar a pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, que é inerente à universidade, encontra-se ameaçada dentro de uma política de educação pautada em competências e habilidades, que supervaloriza o saber-fazer, que amplia a parte prática dos cursos, pautada em um discurso de que os licenciados se formam, mas não estão preparados para ministrar aulas na educação básica, pois os cursos de formação de professores são muito teóricos. A prática é essencial, mas deve estar articulada a teoria e ambas inseridas na pesquisa, pois este movimento despertará o senso investigativo e criativo do futuro professor.

Entretanto, para reforçar a pesquisa nas universidades é necessário que os discentes tenham condições de permanência e de se apropriar de todas as esferas da universidade, pois muitos discentes são trabalhadores e costumam frequentar a universidade somente no momento das aulas, fato que torna sua formação mais restrita. E a depender da forma como essas aulas acontecem, a formação pode ficar limitada à transmissão de conteúdo.

Outro fator relevante é pensar a função social da pesquisa na formação de professores. Se o objetivo é formar professores que buscam uma transformação que emancipe a classe trabalhadora, a pesquisa deve ser desenvolvida com esses princípios, contrapondo as políticas neoliberais e dialogando com a sociedade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Indagações sobre currículo**: educandos e educadores: seus direitos e o currículo. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BASSO, Itacy Salgado. Significado e sentido do trabalho docente. **Cad. Cedes**, v. 19, nº 44, abr. Campinas, 1998, p. 19-32. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Sc7BRSNfgRFsvLMYTP9Fzf/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2024.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 492/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1/2002**, de 18 de fevereiro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Documento aprovado em 18.02.2002, publicado no DOU, em 09.04.2002. 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=159261-rcp001-02&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 31 jan. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 02/2015**, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília 1º jul. 2015. Seção 1, nº 124, p. 8-12. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 31 jan. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União. Seção 1. Brasília, DF, 22 dez. 2017a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 31 jan. 2024.

BRASIL, MEC. **Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018.** Institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular – ProBNCC e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação. Disponível em: https://undime.org.br/uploads/documentos/phpbJEN9S_5acba4bfbdff8.pdf. Acesso em: 31 jan. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a base nacional comum para a formação inicial de professores da educação básica (BNC-Formação). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, nº 28, p. 87-90. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 31 jan. 2024.

CAPES. **Portaria GAB nº 82, de 26 de Abril de 2022.** Dispõe sobre o regulamento do Programa Residência Pedagógica (PRP). Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/diretoria-de-educacao-basica/28042022_Portaria_1691648_SEI_CAPES___1689649___Portaria_GAB_82.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

CAPES. **Portaria GAB nº 38, de 28 de Fevereiro de 2018.** Institui o Programa de Residência Pedagógica. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/28022018-portaria-n-38-institui-rp-pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CAPES. **Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007.** Dispõe sobre o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pibid.pdf. Acesso em: 10 de fev. 2024.

CAPES. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – **Pibid Edital nº 2/2020.** Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/06012019-edital-2-2020-pibid-pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CAPES. Programa de Residência Pedagógica. **Edital nº 1/2020.** Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/06012020-edital-1-2020-resid-c3-aancia-pedag-c3-b3gica-pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CAPES. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. **Edital Capes nº 011/2012.** Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/edital-011-pibid-2012-pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

CAPES. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. **Edital nº 2/2020.** Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/06012019-edital-2-2020-pibid-pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação.** 7. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1993.

SOUZA, Denise Trento Rebello de. Formação continuada de professores e fracasso escolar: problematizando o argumento da incompetência. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, nº 3, p. 477-492, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/CNCtVGSSmZCZpcnrfnbByyr/?format=pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania. **Interface**, v. 6, nº 10, p. 117-124, 2002.. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1414-32832002000100015>. Acesso em: 4 fev. 2024.

GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO

Mais um subcampo do ensino de Geografia?

MARIA ADAILZA MARTINS DE ALBUQUERQUE

Primейramente, queremos falar da alegria de receber e já agradecer o convite para participar de um evento da dimensão do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Enanpege) e compartilhar de uma mesa-redonda denominada “Geografia da Educação: a construção do subcampo no Brasil” com os colegas Ênio Serra (UFRJ) e Ana Caroline de Oliveira Marques (UFPB), com os quais compartilhamos lutas e caminhadas. Em seguida agradecemos a oportunidade de partilhar nossas considerações sobre o tema com aqueles que estiveram ou não no evento, mas acompanham os debates acerca do campo ensino de Geografia. Assim, trazemos para estas páginas o que levamos para o debate com algumas reordenações provocadas pelo público presente na Universidade Federal do Tocantins (UFT).

O convite para essa mesa nos colocou alguns problemas com os quais vimos nos indagando há algum tempo. Diante de tais questões, entendemos que a única certeza que temos é que somos neófitos(as) nesse debate e que para dar conta das demandas de um convite para tratar de uma temática tão importante tivemos que rever parte das nossas posições, na busca de entendermos o que pode ser ou não um campo do conhecimento, e mais, como nos posicionarmos frente aos rumos que a subdivisão de temáticas sobre o ensino de Geografia vem desencadeando para o campo.

Vamos tentar defender a ideia de que a construção das comunidades acadêmicas e dos campos epistemológicos é histórica e que as mudanças estão

sempre envoltas em debates e jogos entranhados pelas relações de poder. Para tanto, faremos o debate a partir da relação histórica entre a Geografia acadêmica e a disciplina escolar Geografia. Vamos iniciar trazendo alguns embates travados a partir da história do campo da Geografia para pensarmos acerca da existência de um subcampo denominado Geografia da Educação. Para encerrar, abordaremos algumas questões emprestadas de Marli André (2010), quando analisou a constituição do campo de formação de professores nos debates acerca da educação no Brasil.

Nesse sentido faremos um primeiro exercício: transformar a afirmação do título da mesa em indagação na tentativa de respondê-la ou “botar mais lenha na fogueira”, afinal a Geografia da Educação é um subcampo em construção?

A CONSTITUIÇÃO DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO CAMPO DA GEOGRAFIA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Vou iniciar nossa prosa lembrando da velha expressão “ensino de Geografia”, utilizada por muitos há longos anos quando nos referíamos ou discutíamos sobre os temas abordados pelas geografias feitas na escola, desenvolvidas a partir da escola, sobre a escola, sobre os sujeitos da escola, acerca da educação formal e/ou da educação não formal; pelas geografias que remetiam às práticas, às metodologias, às políticas públicas, aos currículos, à formação de professores de Geografia, ou mesmo quando tratavam das relações entre a universidade e a escola, dos espaços escolares, dos lugares onde estavam as escolas, da relação da escola com a comunidade... Enfim, quando se tratava de um conhecimento geográfico desenvolvido na/para a/acerca da escola ou de outros ambientes também educativos que se situam fora dessa instituição. Tudo isso era e continua sendo para muitos(as) ensino de Geografia.

Não queremos ser saudosistas e dizer: ah!, como era bom aquele tempo! Até porque estaria mentindo, pois estávamos vivendo, também como hoje, tempos difíceis... mas depois fomos descobrindo com Paulo Freire (1992) o verbo esperar (não como tem sido adotado deturpadamente pelos(as) neoliberais que querem se eximir de suas responsabilidades frente ao projeto de educação em voga, mas que pelos que foram partícipes ativos(as) deste), conjugado com a esperança na coletividade, o que nos permite permanecer na luta até os dias atuais, retomando nossas forças a cada enfrentamento.

Aquela expressão inicial remetia ao conhecimento produzido por tantas outras pessoas que aqui já estiveram neste lugar de fala: Livia de Oliveira (1928-2020), Bernardo Isler, Nidia Nacib Pontuschka (1938-2019), Tomoko Paganelli, dentre outras(os), e que assim a denominavam, criando para si uma identidade

de grupo de pesquisadoras e pesquisadores que as diferenciavam das(dos) demais internamente no campo da Geografia. Mas é importante destacar que esta identidade vai sendo construída nos embates, na busca pelo controle da produção desse conhecimento e de todo um aparato necessário à sua produção, assim como também do ingresso e permanência das pessoas que podem ser agregadas ao grupo e identificadas como tal.

Entendemos que essa denominação ensino de Geografia resulta já de certo enfiamento a uma geografia que foi se constituindo no pós-República, toma força nos anos iniciais do século XX e permanece até o desembocar das lutas sociais dos anos de 1970, portanto uma disciplina escolar que tem em vista determinado projeto moderno de Brasil, e que as vozes de geógrafos da geração de Delgado de Carvalho (1884 – 1980), Manuel Said Ali Ida (1861 – 1953), Everardo Adolpho Backheuser (1879 – 1951) e Aroldo de Azevedo (1910 – 1974), dentre outro(a)s, entendiam que ao criar cursos de formação de professores, produzir as suas geografias e publicá-las também em forma de livros escolares, manuais para formação de professores, redigir currículos, participar de órgãos ou comissões governamentais para elaboração de políticas públicas, assinar manifestos em defesa da educação, dentre outras atividades institucionais ou não, estavam delineando o campo da Geografia no Brasil e não especificamente do ensino de Geografia, pois que também eram produtores e influentes em outras temáticas geográficas para além da disciplina escolar. O limite entre as duas naquele contexto era muito tênue!

Esses sujeitos também se constituíram enquanto um grupo ao enfrentarem posições construídas ao longo do século XIX, elaboradas muitas vezes por pessoas sem formação específica em Geografia, pois não havia curso superior especializado, mas eram entendidas como aquelas que tinham autoridade para falar em nome desse saber e da disciplina escolar em processo mais avançado de constituição no país. Assim, a Geografia escolar e o saber geográfico produzido em outros âmbitos nesse contexto se confundiam, ou estavam amalgamados. A produção da Geografia destinada à escola era elaborada por aqueles mesmos sujeitos que circulavam entre o poder estatal e os interesses da classe dominante (propriedade da terra, a escravização de africanos e dos povos nativos e a permanência no poder). Por exemplo, encontramos essa relação quando identificamos os autores que publicavam nas revistas do Instituto Histórico e Geográficos (IHG) – nacional ou os provinciais – e aqueles que escreviam livros didáticos, assim como elaboravam as leis destinadas à educação e estavam em distintos lugares de poder, eram advogados, médicos dentre outras profissões (Albuquerque, 2009; Angelo, 2014). Parece que estamos falando do presente, mas não nos enganemos com as permanências, como se

elas fossem as mesmas, as relações atuais são ainda muito mais ardilosas, pois mais complexas.

Assim, no início do século XX, especialmente após a fundação dos cursos superiores de Geografia e de outras instituições como o IBGE e o Inep, até os anos de 1970, um grupo seletivo de intelectuais que tinha acesso à formação acadêmica constituía os sujeitos que dominavam as cátedras, as verbas, os grupos, fundavam e controlaram instituições de representação e as revistas temáticas. Esses sujeitos estavam nas posições centrais de poder (político, econômico e cultural), o que lhes possibilitava ir configurando a Geografia como um campo de conhecimento científico a partir de seus comprometimentos com um novo projeto de país, industrializado, urbano, moderno, enfim (Dias; Albuquerque, 2016).

De modo que a partir de suas posições se define o que é e o que não é Geografia (ou a melhor e a pior Geografia), quem é ou pode ser geógrafo(a), professor(a) de Geografia, pois estão nos lugares de seleção de ingresso nas academias e em outras instituições de produção de conhecimento; também estão nos lugares de definição de quem pode ou não participar das associações de representação profissional e quem pode ou não publicar e defender suas ideias (Lopes, 2021; Antunes, 2001). Não estou dizendo com isso que não havia divergências e embates pelo poder, pelos recursos, pelas posições de destaque social internamente nesse grupo, mas é evidente que havia acordos tácitos para ingresso ou permanências de sujeitos que comungavam com o domínio estabelecido para o campo.

Mas nem só de acordos se constitui um campo do conhecimento, é nos embates que se desvela sua história e, no caso da Geografia, a ruptura interna, mais significativa e que teve desdobramentos até os dias atuais ocorreu em 1978, no Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), realizado na Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza. Foi ali, quando os grupos que já vinham se constituindo enquanto sujeitos da produção de conhecimento a partir de determinados posicionamentos políticos (estudantes e professores da escola básica), mas não “autorizados! pelo *status quo*, que passam a assumir posições de enfrentamentos e rompem com aquela composição de poder estabelecido, reconfigurando a ciência epistemológica e, politicamente, a disciplina escolar, segundo Charlles da França Antunes (2001). Nesse caminhar, os sujeitos, antes fora deste âmbito de poder, passam a tomar acento no campo e, se a Geografia naquele momento passou por grande renovação, também viu a ampliação e a especialização tomarem outras formas, pois os novos sujeitos trouxeram novos problemas a serem analisados, agora mais próximos da realidade de um país que enfrentava uma ditadura militar desde 1964.

Há aqui um contexto de muitas transformações que já vinham sendo evidenciadas pela Reforma Universitária e as mudanças que desaguarão na formação de professores, estabelecendo um *status* distinto e hierárquico de valorização entre o bacharel e o professor de Geografia, com organização de cursos já conhecidos por nós, os famigerados 3 + 1 (Jesus, 2019). É então que o ensino de Geografia vai se tornando uma especialidade interna ao campo da Geografia. Nesse contexto se passa a tratar de questões trazidas a partir da escola e não somente de temáticas criadas no âmbito da academia para dizer o que e como a escola deve ou não proceder, tal qual ocorria em tempos pretéritos.

No contexto dos anos de 1980, com a abertura política, a retomada de direitos sociais, dos movimentos sociais e dos sindicatos de docentes, a ampliação do acesso à escola pública, a retomada da disciplina escolar em detrimento dos Estudos Sociais, estabelecido pela ditadura, o ingresso massivo das classes sociais menos favorecidas transformou radicalmente a escola pública e obrigou o campo da Geografia a abordar questões que não estavam no seu rol de questionamentos ao tratar da escola ou a produzir para a escola.

Não se pode esquecer ainda os embates dos anos de 1990 e 2000 acerca da formação de inicial e continuada de professores, na perspectiva de superar o modelo de 3+1, com a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e os novos currículos destinados à formação. Esse movimento requereu da pós-graduação assumir um lugar nesse processo político; entretanto, uma boa parte dos PPGs deste país ainda se recusa a fazê-lo. Mesmo assim, com a tardia abertura de vagas, possibilitou a professores(as) da escola básica, como nós, e a alunos(as) interessados(as) nos temas relativos àquela Geografia na/da escola ou à educação no geral ampliar os estudos acerca das questões que já vinham sendo tratadas em Programas de Pós-Graduação da Educação (Katuta; Albuquerque, 2022). Esse ingresso incomodou muita gente, pois tal processo resultou em negociações e embates constantes pelo poder, pelos recursos e prestígios acadêmicos e escolares.

Esse movimento trouxe uma (re)configuração teórico-metodológica e epistemológica nos debates entre Educação e Geografia, ora valorizando uma, ora outra, ou ainda a interface entre elas, seguindo perspectivas críticas, fenomenológicas, da percepção, anarquistas e, mais recentemente, a adoção de ideias pedagógicas neoprodutivistas, segundo Saviani (2009, 2020), com as variantes do neoescolanovismo, do neoconstrutivismo e do neotecnicismo.

Além de tudo isso, o contexto, tanto interno ao campo quanto externamente na sociedade em geral, é de desprestígio para o ensino, ainda mais quando se trata de Geografia, pois que também na escola passa por desvalorização com

redução do número de aulas e definição como disciplina mnemônica e sem importância social, especialmente frente às novas finalidades da educação voltadas aos mercados de trabalho (Pessoa, 2007). Esse desprestígio e o ingresso tardio de pesquisadores que investigam o ensino de Geografia na pós-graduação, mesmo já tendo tomado assento na AGB desde 1978, é responsável pela tardia tomada de assento na Anpege, com mesas e GT, de modo que somente há 4 anos se deu a criação do prêmio de dissertações e teses Nídia Nacib Pontuschka, destinado às produções do ensino de Geografia.

Os diversos grupos que assumiram a identidade criada lá atrás, sob aquele guarda-chuva denominado ensino de Geografia, composto inclusive por profissionais que mesmo especialistas em outras áreas, como Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Gil Soderro, para falar somente no âmbito de São Paulo, que é muito mais amplo nacionalmente, vão se constituindo e buscando seu lugar ao sol, mas não sem grandes enfrentamentos, embates internos e externos.

Diante dessa contextualização, nós então indagamos: podemos denominar o ensino de Geografia como um campo? Alguns autores, não geógrafos, têm realizado estudos acerca do ensino de disciplinas escolares e defendem que os estudos sobre elas constituem um subcampo em suas áreas do conhecimento, como, por exemplo, na Sociologia, o trabalho de Ferreira e Oliveira (2015) e, em Ciências, o trabalho de Melatti e Husseins (2017). Tendemos a aceitar suas teses, frente à fragmentação e especialização do campo Geografia. Mas se a Geografia é o campo e o ensino de Geografia o subcampo, como tratar a Geografia da Educação?

A GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO COMO UM SUBCAMPO

Então, para irmos finalizando, trazemos aqui alguns dos critérios estabelecidos por Mali André (2010) para pensarmos juntos. Por termos no Brasil estudos muito recentes que partem da Geografia de Educação, não nos arvoraríamos em dizer que esta tem em si um objeto específico a ser tratado nem sabemos se os(as) investigadoras(es) estão se dedicando, neste momento, a fazer tal delimitação. Como tudo é muito recente, esta pode não ser uma preocupação central.

Nos estudos de Chris Taylor (2011) sobre a Geografia da Educação na Inglaterra, vemos seu esforço para delimitar esse objeto. Nesse ínterim, o autor enumera algumas dificuldades para isso: o trânsito entre dois campos do conhecimento, a Geografia e a Educação, e ainda acrescenta que esses dois campos para realizarem suas pesquisas recorrem a conhecimentos de outros campos, como a Economia, a Política, a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia, a

História, a Cultura, entre outros. Mas ao longo de seu texto, o autor vai cercando a ideia de um objeto e o admite como sendo a Geografia e a Educação.

É preciso ainda destacar que não existe somente uma Geografia da Educação, mas que as diferentes vertentes teóricas do conhecimento (críticas, tecnicistas, fenomenológicas) fundamentam as análises dos problemas relativos à espacialização de fenômenos educacionais ou as contribuições da educação para a Geografia, o que define mais um critério utilizado pela autora citada.

Diante disso, levantamos aqui uma questão: os outros temas tratados na interface entre a Geografia e a Educação (História da Geografia Escolar, metodologias do ensino de Geografia, formação de professores de Geografia, dentre tantos outros) também não teriam esse mesmo objeto de estudo? É evidente que a relação que se dá entre a Geografia e a Educação na Geografia da Educação é distinta daquela que é estabelecida pela história da disciplina escolar, pelos trabalhos acerca das metodologias de ensino, pelos estudos sobre políticas públicas, dentre outras.

Assim, entendemos que as pesquisas que recorrem à Geografia da Educação estão inseridas no subcampo ensino de Geografia, como definem os autores inicialmente citados nos casos do ensino de Sociologia (Ferreira; Oliveira, 2015) e, em Ciências, o trabalho de Melatti e Husseins (2017). Mas entendemos também que, por conta da fragmentação do ensino de Geografia para dar resposta aos problemas educacionais da contemporaneidade, há a tendência a se delimitarem sub-subcampos. Será este um bom caminho? Será que existem tantos sub-subcampos quanto forem os pontos de partida das análises das questões delimitadas a partir da relação entre Geografia e Educação? E fazemos essa interrogação pensando inclusive nas nossas pesquisas e publicações acerca da História da Geografia Escolar, que é também defendida como subcampo, mesmo encontrando discordância como aquela que vem sendo defendida pelo professor da UFRJ Eduardo Maia, que requer um lugar ao sol para esses estudos na Geografia, sem que precisemos nos afastar para conquistar o *status* ensejado.

Entendemos que a Geografia da Educação hoje no Brasil já conta com um leque de metodologias, de perspectivas teóricas e uma base epistêmica capazes de dar conta de inúmeros problemas que vêm sendo levantados pelos investigadores. Isso é possível ser observado nas publicações mais recentes, como a tese de livre-docência de Eduardo Donizete Giroto (2023); a tese de doutorado de Marcos Vinícius Gomes (2023), o dossiê sobre a Geografia da Educação, publicado em 2019 pela revista *Giramundo*, do Colégio Pedro II e,

no prelo, um livro organizado pelos professores Ênio Serra e Eduardo Giroto, a sair em 2024.

Assim, vê-se o seu desenvolvimento como subcampo, como defende Gomes (2023), com trabalhos que recorrem aos dados oficiais de órgão públicos acerca da educação no país, como o IBGE e o Inep (Regueira; Serra, 2016), mas também aqueles coletados junto às secretarias municipais de educação (Quintão, 2023; Mello, 2024) com uso de mapeamentos e outros recursos tecnológicos de representação do espaço, além de outros recursos aplicados a partir das necessidades dos problemas abordados.

No Brasil, o que observamos é que os pesquisadores vêm constituindo grupos com códigos e interesses comuns, incorporando novos sujeitos como partícipes de pesquisas que são desenvolvidas em diferentes escalas, sejam aqueles trabalhos que visam analisar as espacialidades educacionais, aqueles relativos ao espaço escolar e também às relações com sua circunvizinhança, aqueles voltados a compreender a exclusão espacial provocada pela implantação de políticas neoliberais na educação, tais como a escola de tempo integral ou a nucleação de escolas (Quintão, 2023; Mello, 2024), ou até aqueles que se referem à espacialização de questões educacionais em escala nacional, como têm feito ultimamente Giroto (2018; 2023) e seu grupo de pesquisa na USP, em São Paulo.

Acreditamos mesmo que as pesquisas apresentadas em coletâneas, em eventos, em revistas e em dossiês vêm trazendo respostas importantes para os problemas tratados, mas talvez seja ainda muito cedo para já demarcar a Geografia da Educação como um subcampo.

Entretanto, e à guisa de provocação, lançamos a seguinte questão: diante dos embates acerca de questões relativas à Geografia e à Educação, da realidade contemporânea, das temáticas abordadas nessa interface e das perspectivas teóricas que foram se constituindo, o nome dado ao subcampo ensino de Geografia não daria mais conta daquilo que fazemos? É mesmo necessário criarmos e defendermos os subcampos para além desse?

Assim, termino este texto com tais interrogações visando ampliar o debate proposto para essa mesa-redonda, deixando não somente para os pesquisadores da Geografia da Educação, mas para todos(as) que lidam diariamente com temáticas relativas à escola e à Geografia, interrogações que nos parecem necessárias, especialmente no momento em que essa Geografia sofre ataques sistemáticos de corporações multinacionais mancomunadas com grupos internos ao subcampo e que têm como um de seus focos alienar todo e qualquer cidadão da consciência espacial, utilizando para isso a instituição escolar.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. A autoria de Livro Didático de Geografia em Pernambuco no Século XIX: uma relação entre a legislação e a elaboração. **Revista Terra Livre**, v. 2, p. 163-171, 2009.
- ANDRÉ, Marli. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. *In*. Revista Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 174-181, set./dez. 2010.
- ANGELO, Maria Deusia Lima. **Livros didáticos de Geografia e seus autores**: uma análise contextualizada das décadas de 1870 a 1910, no Brasil. Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa, 2014.
- ANTUNES, Charlles da França. Os estudantes e a transformação da Geografia brasileira. *In*. Revista GEOGRAFARES. Vitória, nº 2, jun. 2001.
- DIAS, Angélica Mara de Lima; ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Linguagens lúdicas na Geografia Escolar moderna: entre práticas escolanovistas e anarquistas. *In*: PORTUGAL, Jussara Fraga; OLIVEIRA, Simone Santos de; RIBEIRO, Solange Lucas. (org.). **Formação e Docência em Geografia**: narrativas, saberes e práticas. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2016, v. 1, p. 01-487.
- FERREIRAL, Vanessa do Rêgo; OLIVEIRA, Amurabi Pereira de. O Ensino de Sociologia como um campo (ou subcampo) científico. *In*. Revista Acta Scientiarum. Human and Social Sciences Maringá, v. 37, n. 1, p. 31-39, Jan.-Jun., 2015.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GIROTTTO, Eduardo Donizeti. **Atlas da Rede Estadual de Educação de São Paulo**. Curitiba: Editora CRV, 2018.
- GIROTTTO, Eduardo Donizeti. **A condição espacial da formação docente em Geografia**: interseções entre Geografia da Educação e saberes docentes. Tese de livre docência defendida junto ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2023.
- GIROTTTO, Eduardo Donizeti; CAMPOS, Larissa de. Mudanças do uso do território e reorganização da rede estadual de educação na cidade de São Paulo: estudo de caso na área da operação urbana Vila Sônia. *Revista Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 24, p. 2-26, 2020.
- GOMES, Marcos Vinicius Silva. **Geografias da Educação**: percursos, métodos e possibilidades. Tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2023.
- JESUS, Jéssica Gomes de. Para o ENADE: o “esquema 3+1” permanece na formação do professor de Geografia? *In*. 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia Políticas, Linguagens e Trajetórias Universidade Estadual de Campinas. Campinas 29 de junho a 4 de julho de 2019.
- KATUTA, Ângela Massumi; ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Scientific Research and the Construction of the Field of Teaching of Geography in Schools: Trends and Challenges. *In*. GONZÁLEZ, Rubén C. Lois; MITIDIÉRO JUNIOR, Marco Antonio (Editors). **Brazilian Geography In Theory and in the Streets**. Singapore: Springer, 2022.
- LOPES, Maria Rita de Castro. **Seção São Paulo da AGB e o Boletim Paulista de Geografia (1949-1987)**: uma história do saber escolar. Tese de doutorado defendida junto ao Programa

de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2021.

MELATTI, Giovana C.; HUSSEINS, Fabiana R. G e S. Constituição do campo de pesquisa em ensino de Ciências no Brasil com foco nas pesquisas em educação química. *Revista ACTIO*, Curitiba, v. 2, n. 1, p.23-40, jan./jul. 2017.

MELO, Suelene Barreto de. **A exclusão educacional de estudantes do ensino médio em Catolé do Rocha – PB**: Escola Cidadã e EJA Semipresencial. Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Mestrado Profissional em rede nacional em Ensino de Geografia – PROFGEO – Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Campina Grande, 2024.

PESSOA, Rodrigo Bezerra. **Um olhar sobre a trajetória da Geografia Escolar no Brasil e a visão dos alunos de ensino médio sobre a Geografia atual**. Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa, 2007.

QUINTÃO, Altemar de Figueirêdo Bustorff. **Nucleação escolar e reorganização espacial da educação de jovens e adultos em Mamanguape/PB e Cuité de Mamanguape/PB**: um estudo no campo da Geografia da Educação. Tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa, 2023.

REGUERA, Emílio; SERRA, Ênio. **A Geografia da Educação de Jovens e Adultos na cidade do Rio de Janeiro**: breves reflexões. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egall16/Ensenanzadelageografia/Evaluaciondeprogramasdeestudio/01.pdf>> Acesso: 20 de jun, 2023.

TAYLOR, Chris. Towards a Geography of Education. Special Issue: The Disciplines of Education in the UK: Confronting the Crisis. *In*: LAWN, Martin; FURLONG, Johan. **The Disciplines of Education: Their Role in The Future of Education Research**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2011.

SAVIANI, Dermeval. O neoprodutivismo e suas variantes: neoescolanovismo, neoconstrutivismo, neotecnicismo (1991-2001). *In*: SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **As implicações da pandemia para a educação, segundo Dermeval Saviani**. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2020/07/30/as-implicacoes-da-pandemia-para-a-educacao-segundo-dermeval-saviani/> Acesso em: 01 jun. 2023.

The image features a minimalist, abstract design. At the top right, there is a large, stylized graphic element consisting of thick black outlines and solid blocks of yellow, green, and orange. The central focus is the title text, which is rendered in a bold, black, sans-serif font. At the bottom, there are several overlapping, angular shapes in yellow and orange, also defined by thick black outlines, creating a sense of dynamic movement and geometric complexity.

ESCALAS DA GEOGRAFIA DOS CONFLITOS

CAPITALISMO E AUGE DO EXTRATIVISMO NO SÉCULO XX

ALEIDA AZAMAR ALONSO

O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre o capitalismo e o extrativismo, destacando como estes interagem e geram impactos socioambientais em diversas regiões do mundo. O contexto da análise se situa no auge econômico do século XX, marcado por um período de prosperidade e desenvolvimento tecnológico que culminou na década de 1970 com a crise do petróleo. Esta crise evidenciou as limitações do capitalismo baseado na acumulação e no investimento desenfreado, levando a uma transição para o neoliberalismo. Nesse cenário, o extrativismo se intensificou em regiões periféricas como América Latina, Ásia e África, promovendo a exploração de bens naturais às custas das comunidades locais e do meio ambiente.

Este capítulo centra na revisão de literatura relevante sobre o tema, incluindo trabalhos de autores como Piketty, Gudynas e de Sousa Santos, assim como no estudo de casos de resistências comunitárias em diversas partes do mundo. Emprega-se um enfoque interdisciplinar que integra aspectos econômicos, sociais e ambientais, permitindo uma compreensão holística das dinâmicas do capitalismo e do extrativismo. Além disso, utilizam-se dados históricos e atuais para ilustrar as tendências e as mudanças nesses sistemas econômicos.

O trabalho se divide em três seções: na primeira, examina-se o auge e o declínio do capitalismo no século XX, destacando as crises de sobreacumulação e a transição para o neoliberalismo. Na segunda, analisa-se como o neoliberalismo facilitou a intensificação do extrativismo em regiões periféricas,

exacerbando as desigualdades e a devastação ambiental. Na terceira seção, apresentam-se alguns casos de resistências comunitárias na África, na Ásia e na América Latina, ilustrando como essas comunidades defendem seus territórios e propõem modelos de desenvolvimento alternativos. Finalmente, são apresentadas as conclusões.

CRISE E CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO

O século XX foi testemunha do maior auge econômico da história, um período que se iniciou formalmente em 1945 após o fim da Segunda Guerra Mundial, se estendeu ao longo da Guerra Fria e culminou aproximadamente em 1973 com a crise do petróleo. Esse auge foi marcado pela competição em diversas áreas entre os Estados Unidos e a União Soviética, o que potencializou o desenvolvimento tecnológico e resultou em um incremento industrial e produtivo em nível internacional. Essa fase de crescimento econômico se refletiu em uma melhora significativa das condições de vida nas nações mais desenvolvidas, em um ritmo que não se repetiu desde então.

Durante esse período, o aumento progressivo dos rendimentos laborais dos trabalhadores esteve alinhado com o incremento da mais-valia gerada pelas atividades produtivas nos países industrializados. Tal incremento da produtividade e da mais-valia permitiu benefícios monetários sem precedentes tanto para os empresários quanto para alguns dos trabalhadores da época – embora em menor medida para estes últimos. A dinâmica desse ciclo econômico impulsionou uma redistribuição relativa da riqueza que favoreceu amplos setores da população, principalmente nos países desenvolvidos.

No entanto, esse período de prosperidade foi interrompido por diversos fatores, como os conflitos bélicos, a formação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e o excesso de liquidez mundial. A Opep, em particular, desempenhou papel crucial ao influenciar os preços do petróleo, o que culminou na crise do petróleo de 1973, um evento que marcou o fim do auge econômico. Além disso, a guerra do Vietnã e outras tensões internacionais contribuíram para um ambiente global menos estável, afetando as economias dos países industrializados.

Os principais países que protagonizaram este ciclo econômico enfrentaram desafios como o menor investimento em infraestrutura e em setores produtivos, a redução de salários, bem como a diminuição de impostos entre os mais ricos. Essas políticas internas exacerbaram as desigualdades e limitaram o crescimento sustentado. Segundo Piketty (2015), esses fatores

combinados levaram a uma desaceleração econômica que marcou o fim do período de auge e o início de uma etapa de incerteza e ajuste econômico.

Um dos múltiplos problemas identificados durante essa etapa foi que o incremento do lucro não correspondia ao da demanda efetiva. Essa desconexão se devia ao fato de que o benefício concentrado do capital não se traduzia em um estímulo adequado da demanda. Os capitalistas, ao concentrarem os lucros, não reinvestiam o suficiente em atividades que estimulassem a demanda efetiva, como salários mais altos ou melhorias nas condições laborais. Isso tendia a diminuir os benefícios empresariais a longo prazo e se traduzia em uma queda do investimento e dos salários, gerando um círculo vicioso que culminou em crise de sobreacumulação¹, cuja causa final foi a queda da taxa de lucro.

Esse fenômeno marcou o fim das políticas keynesianas que centraram em fomentar a demanda efetiva e o bem-estar coletivo através da intervenção estatal e da redistribuição da riqueza. As políticas keynesianas, que dominaram o mundo desde o fim da Segunda Guerra Mundial, promoviam o gasto público e as redes de segurança social como mecanismos para assegurar uma demanda sustentada e um crescimento econômico equilibrado. No entanto, a crise da taxa de lucro e a sobreacumulação minaram essas políticas, demonstrando suas limitações no contexto de uma economia global cada vez mais complexa e interdependente.

Em resposta a essa crise, ocorreu uma transição para um modelo econômico e político conhecido como neoliberalismo², cujo enfoque orientado para a oferta buscou restaurar a taxa de lucro mediante a redução dos custos operacionais e a maximização da mais-valia. Esse enfoque implicou uma violenta degradação das condições de vida dos trabalhadores, ao dismantelar grande parte das redes de segurança laboral, como os sindicatos e as regulamentações nos locais de trabalho. A liberalização dos mercados, a desregulamentação e a privatização

-
- 1 A sobreacumulação refere-se à situação em que o capital acumulado supera as oportunidades de investimento rentável, resultando em uma diminuição da taxa de lucro.
 - 2 O neoliberalismo é um projeto político-econômico que se desenvolveu desde a década de 1970 com o propósito de restaurar e consolidar o poder das elites econômicas. Harvey argumenta que o neoliberalismo promove políticas orientadas para a liberalização de mercados, a desregulamentação, a privatização de bens e serviços públicos e a redução do gasto social. Essas políticas são justificadas com a premissa de que os mercados livres e competitivos são os mecanismos mais eficientes para a alocação de recursos e a geração de crescimento econômico (Harvey, 2007). No entanto, o neoliberalismo, longe de gerar benefícios equitativos, aumentou a desigualdade econômica e social, favorecendo um pequeno grupo de atores corporativos e financeiros às custas da maioria da população. O neoliberalismo redefiniu as funções do Estado, transformando-o em um agente que facilita a acumulação de capital pelas elites, mediante a implementação de políticas que despojam as classes trabalhadoras e marginalizadas de seus direitos e recursos (Azamar, 2019).

se tornaram os pilares do neoliberalismo em um esforço para reduzir o papel do Estado na economia e fomentar a eficiência do mercado.

O impacto do neoliberalismo foi profundo e duradouro, pois, embora algumas dessas políticas tenham ajudado a restaurar parcialmente o crescimento econômico e a competitividade em poucas nações, também conduziram a uma maior precarização social. A concentração do capital e a flexibilização laboral resultaram em uma redistribuição da riqueza para os estratos mais altos da população, exacerbando as desigualdades socioeconômicas.

Gráfico 1 – Evolução da taxa mundial de lucro, 1869-2007



(Média simples)

Fonte: Adaptada de Arizmendi (2019, p. 561).

Embora as políticas implementadas após a Segunda Guerra Mundial tenham alcançado uma recuperação significativa da taxa de lucro, esse impacto positivo se limitou a um período de aproximadamente 15 anos (ver Gráfico 1). Esta fase de prosperidade, conhecida como a “idade de ouro” do capitalismo, coincidiu com uma relativa estabilidade e crescimento econômico, mas foi insuficiente para reverter a tendência descendente a longo prazo.

A decadência do capitalismo é um processo secular, como argumenta Beinstein (2018), e os efeitos positivos na dinâmica econômica mundial foram conjunturais, e não tanto uma tendência estrutural e sustentável a longo prazo.

A Figura 1 mostra que, após a crise de 1973, a taxa de lucro experimentou uma queda pronunciada, o que levou à adoção de políticas neoliberais, dado que estas buscaram expandir agressivamente os limites do mercado através da liberalização, desregulamentação e privatização de bens primários em territórios periféricos. Embora essas medidas tenham alcançado uma recuperação temporária na taxa de lucro durante as décadas de 1980 e 1990, a tendência geral continuou sendo descendente.

Além disso, a crise financeira de 2007-2008, observada ao final da Figura 1, evidencia uma nova queda da taxa de lucro, destacando a incapacidade do neoliberalismo de fornecer uma solução sustentável às contradições inerentes do capitalismo. A necessidade de ampliar os limites do mercado de maneira mais agressiva reflete a contínua busca de novas oportunidades de investimento e rentabilidade em um sistema econômico caracterizado pela sobreacumulação e queda da taxa de lucro.

Nesse sentido, os ciclos de auge e crise que caracterizam o capitalismo sublinham a importância de questionar a relevância do discurso político neoliberal, que apresenta as dinâmicas de crescimento econômico infinito como a única via para o desenvolvimento econômico e social. Esse discurso – especialmente em regiões periféricas do mundo – costuma encobrir processos industriais e extrativistas intensivos que se concentram na privatização de espaços comuns, bem como na acumulação de territórios ricos em diversos bens naturais.

NEOLIBERALISMO E EXTRATIVISMO: CHAVES PARA O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

O extrativismo desempenha um papel crucial no sistema econômico moderno. Todos os produtos eletrônicos, joias, roupas e alimentos que consumimos diariamente estão direta ou indiretamente relacionados a atividades extrativas. Esses processos não apenas são essenciais para a produção de bens, mas também envolvem uma série de práticas destrutivas e violentas, como a dominação e acumulação de territórios, promovendo o consumo predatório de bens naturais para garantir o fornecimento contínuo às principais indústrias globais.

Além disso, nas últimas décadas do século XX, o extrativismo se intensificou em regiões da América Latina, Ásia e África. Esse incremento levou à reconstituição de modelos de desenvolvimento baseados na apropriação de bens naturais, modelos que contam com o respaldo de instituições internacionais que impulsionam políticas e projetos que facilitam a exploração intensiva de recursos nesses países (Azamar, 2023).

A devastação ecológica, a contaminação da água e do solo, assim como a destruição de habitats naturais são algumas das consequências negativas desse modelo. Além disso, as comunidades locais, especialmente as indígenas e camponesas, são despojadas de suas terras e recursos, enfrentando violações de seus direitos humanos e culturais (Campanini; Gandarillas; Gudynas, 2019).

O extrativismo, além de sua contribuição para a economia global – o que também pode ser questionado em alguns países –, perpetua um ciclo de desigualdade e violência. Ademais, os lucros gerados pelas empresas raramente beneficiam as comunidades locais, consolidando-se, em vez disso, nas mãos de corporações e elites políticas.

Vale mencionar que o neoliberalismo desempenhou um papel crucial nesse processo. Tal modelo econômico, que se consolidou nas últimas décadas do século XX, promoveu políticas que facilitam a exploração intensiva de bens naturais. Sob o neoliberalismo, os Estados desregularam suas economias, reduzindo a intervenção estatal e permitindo que as empresas transnacionais operem com maior liberdade. Essas políticas foram impulsionadas por instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), que condicionam seus empréstimos e ajudas à implementação de reformas neoliberais.

Além disso, a sobre-exploração da natureza é fortalecida pelo respaldo dos Estados, que atuam em consonância com os interesses das empresas transnacionais e a intervenção dos países desenvolvidos. Nas zonas subdesenvolvidas, essa dinâmica obedece à lógica da divisão internacional do trabalho, onde as regiões centrais do mundo se beneficiam dos bens naturais das nações periféricas. Através de sua infraestrutura tecnológica, os países desenvolvidos revalorizam o capital aproveitando os recursos extraídos das regiões menos desenvolvidas, perpetuando um ciclo de dependência e exploração.

Ademais, o neoliberalismo facilitou a transformação de bens primários em mercadorias consumíveis, prontas para serem comercializadas e utilizadas na revalorização do capital. Esse processo implicou a monopolização territorial, onde grandes extensões de terra são controladas por poucas entidades com o objetivo de maximizar a extração de recursos e os ganhos econômicos. As políticas neoliberais legitimaram a apropriação desses territórios, promovendo um modelo de desenvolvimento que prioriza o crescimento econômico sobre a justiça social e ambiental.

Assim, o extrativismo contemporâneo não pode ser compreendido sem considerar a ideologia do neoliberalismo, modelo que transformou os bens naturais em meros consumíveis para o mercado global. Essa lógica levou à

devastação ecológica, à violação de direitos humanos e ao empobrecimento das comunidades locais. Por tais razões, a resistência a essas práticas tem se intensificado, com movimentos sociais demandando um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável.

O extrativismo está profundamente subordinado à ordem do capital, funcionando como um tipo de administração que orienta a subalternização dos espaços subdesenvolvidos, incluindo suas populações e recursos naturais, com o único propósito de reorganizar as relações de produção para a centralização global da reprodução e acumulação de capital (López; Vértiz, 2017).

Para satisfazer a crescente demanda por recursos, as nações subdesenvolvidas, especialmente aquelas afetadas pela diminuição do preço dos hidrocarbonetos, têm implementado estratégias destinadas a atrair capitais. Essas estratégias, muitas vezes promovidas por instituições financeiras internacionais, intensificaram a exploração de bens naturais, afetando gravemente a qualidade de vida das comunidades locais. A América Latina, em particular, tornou-se um laboratório para a implementação de políticas de ajuste estrutural que a economia capitalista necessita (Azamar, 2023).

Como exemplo disso, durante as últimas décadas do século XX, foram impulsionados, por instituições internacionais como o Banco Mundial, múltiplos projetos de incentivo à indústria extrativa na América Latina, respondendo à instabilidade no fluxo de bens naturais que ameaçava a reprodução do capital (Azamar, 2017). Por sua vez, os Estados Unidos promoveram a implementação de políticas neoliberais, conhecidas como o Consenso de Washington³, que favoreciam a liberalização de mercados, a privatização de empresas estatais e a abertura a investimento estrangeiro direto, especialmente em setores estratégicos como a mineração e os hidrocarbonetos, consolidando assim sua influência econômica e geopolítica na região.

Esse processo político, centrado em promover a exploração intensiva de bens naturais na região, baseou-se em favorecer a criação de Estados fracos na

3 O Consenso de Washington refere-se a um conjunto de recomendações de política econômica promovidas pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Essas recomendações incluíam a liberalização do comércio, a desregulamentação dos mercados, a privatização de empresas estatais, a disciplina fiscal e a abertura ao investimento estrangeiro. Na América Latina, a implementação dessas políticas facilitou o avanço do extrativismo predatório ao abrir setores estratégicos, como a mineração e a exploração de hidrocarbonetos, para empresas transnacionais. Isso gerou uma intensificação da exploração de recursos naturais sem considerar adequadamente os impactos sociais e ambientais, beneficiando principalmente grandes corporações e grupos de poder locais, enquanto as comunidades locais frequentemente enfrentaram desapropriação, poluição e violações de seus direitos humanos.

América Latina, cooptados pela corrupção e abertos às necessidades dos Estados Unidos. A implementação de políticas de ajuste estrutural e a desregulação promovida por instituições internacionais consolidaram a dependência das economias periféricas na extração de matérias-primas, relegando-as a um papel subordinado na divisão internacional do trabalho.

Em resposta a esses desafios, surgiram movimentos sociais e comunitários que lutam por um desenvolvimento mais justo e sustentável. Esses movimentos buscam resgatar e proteger principalmente os territórios das comunidades indígenas e camponesas, já que nesses espaços geralmente se encontra a maior parte dos bens naturais. Por isso, essas comunidades têm proposto alternativas ao modelo extrativista que priorizem a justiça ambiental e social. A resistência às políticas neoliberais e extrativistas evidencia a necessidade urgente de reconfigurar as estratégias de desenvolvimento, adotando enfoques que considerem a proteção dos ecossistemas e o bem-estar das populações locais. Somente através de uma transformação profunda do modelo econômico atual será possível abordar as crises ambientais e sociais que enfrentamos hoje em dia.

RESISTÊNCIAS SOCIAIS E ALTERNATIVAS AMBIENTAIS FRENTE AO EXTRATIVISMO

Diante da expansão do extrativismo e de seus impactos devastadores, numerosas comunidades e movimentos sociais têm emergido como forças de resistência. Na América Latina, Ásia e África, as comunidades indígenas e camponesas têm liderado a defesa de seus territórios, organizando-se contra a exploração intensiva de recursos naturais. A seguir, são mencionados alguns casos particulares em algumas regiões periféricas que têm empreendido diferentes tipos de resistência.

África

Na África, o extrativismo gerou numerosos conflitos e resistências comunitárias, sendo um caso emblemático o do Delta do Níger, na Nigéria. Essa região, rica em petróleo, tem sido explorada intensivamente por corporações transnacionais como Shell e Chevron desde a década de 1950. A exploração petrolífera provocou graves problemas ambientais, incluindo derramamentos de petróleo, contaminação da água e do solo, afetando gravemente a saúde e os meios de subsistência das comunidades locais. Diversos estudos demonstraram que a contaminação por petróleo poluiu fontes de água potável,

resultando em um aumento de doenças respiratórias, dermatológicas e gastrointestinais entre os residentes (Frynas, 2001).

Além disso, as promessas de desenvolvimento e benefícios econômicos para as comunidades locais não se materializaram, gerando profunda frustração e descontentamento. Os habitantes do Delta do Níger têm visto como as riquezas geradas por sua terra beneficiam principalmente as empresas estrangeiras e a elite política nigeriana, enquanto eles continuam vivendo na pobreza. Segundo um relatório da Anistia Internacional, as condições de vida em muitas dessas comunidades são deploráveis, com acesso limitado a serviços básicos como educação e atendimento médico (Anistia Internacional, 2009).

Em resposta a essa situação de injustiça, no início da década de 2000 surgiu o Movimento para a Emancipação do Delta do Níger (Mend). Este grupo militante advoga por uma distribuição mais justa dos benefícios do petróleo e pelo respeito aos direitos das comunidades locais. Suas ações incluem desde protestos pacíficos até sabotagens de instalações petrolíferas, buscando chamar a atenção para as condições desumanas que enfrentam os habitantes do Delta (Obi, 2009).

O conflito no Delta do Níger ilustra como o extrativismo pode desencadear sérios problemas socioambientais e movimentos de resistência. As comunidades afetadas não lutam apenas pelo seu meio ambiente, mas também por sua dignidade e direitos, em um contexto no qual a ganância corporativa e a corrupção governamental predominam (Boele; Fabig; Wheeler, 2001).

Outro caso significativo de extrativismo na África é a desflorestação na bacia do Congo, especialmente na República Democrática do Congo (RDC). A exploração intensiva de madeira por empresas internacionais levou à destruição de vastas áreas de florestas tropicais, que são vitais para a biodiversidade global e para a subsistência das comunidades locais. Esta região abriga a segunda maior floresta tropical do mundo, depois da Amazônia, e é um importante sumidouro de carbono que ajuda a mitigar as mudanças climáticas globais (Laporte *et al.*, 2007).

O corte indiscriminado e a exploração florestal não só degradaram o meio ambiente, mas também provocaram deslocamentos forçados e a perda de meios de subsistência para numerosas comunidades indígenas. Essas florestas são o lar de milhões de pessoas que dependem delas para obter alimentos, remédios e materiais de construção. A destruição de seus habitats naturais resultou na erosão de suas culturas e modos de vida tradicionais (De Wasseige *et al.*, 2012).

Organizações como a Rainforest Foundation UK têm trabalhado incansavelmente para proteger essas florestas e os direitos das comunidades locais. Além disso, têm promovido a gestão florestal sustentável e a conservação, trabalhando junto às comunidades para desenvolver práticas que permitam o uso sustentável dos recursos florestais. Também têm advogado pela implementação de políticas que reconheçam e protejam os direitos territoriais das comunidades indígenas, uma medida crucial para assegurar sua sobrevivência e bem-estar (Trefon, 2016).

A RDC também enfrenta desafios adicionais, como a corrupção e a falta de aplicação efetiva das leis de conservação, o que facilita a exploração ilegal de madeira. Os esforços de conservação e sustentabilidade devem incluir maior transparência e a participação ativa das comunidades locais na tomada de decisões (Hubert, 2018). Esse enfoque é essencial para garantir que as práticas de exploração não sejam apenas ecologicamente sustentáveis, mas também socialmente equitativas.

A situação na bacia do Congo sublinha a importância de abordar o extrativismo de maneira integral, considerando tanto os impactos ambientais quanto os direitos e necessidades das comunidades locais. A proteção dessas florestas é fundamental não apenas para a biodiversidade e o clima global, mas também para a justiça social e o bem-estar das populações que dependem delas (Trefon, 2016).

Ásia

A extração de bauxita em Odisha, Índia, é um caso relevante que se tornou um precedente significativo para outros grupos de resistência no país devido às suas implicações judiciais. As empresas mineradoras têm buscado explorar os ricos depósitos de bauxita na região, o que levou à desflorestação e ao deslocamento de comunidades indígenas. Em particular, as tribos dongria kondh têm lutado veementemente contra a exploração de suas terras sagradas nas colinas de Niyamgiri. Essas tribos argumentam que a mineração não apenas destruiria seu modo de vida, mas também o ecossistema local, que é fundamental para sua cultura e subsistência (Padel; Das, 2010).

As colinas de Niyamgiri não são apenas ricas em bauxita, mas também um território culturalmente significativo para os Dongria Kondh, que consideram essas terras sagradas. A mineração nessa área não implicaria apenas a destruição física da paisagem, mas também uma profunda perda espiritual e cultural para essa comunidade indígena. A resistência organizada pelos Dongria Kondh, com o apoio de diversas organizações não governamentais, tem sido notavelmente forte e persistente. Essas comunidades realizaram numerosos

protestos, mobilizações e campanhas de conscientização tanto em nível nacional quanto internacional (George, 2014).

O ponto culminante dessa luta chegou em 2013, quando a Suprema Corte da Índia emitiu uma decisão histórica. O veredicto permitiu que as comunidades locais decidissem sobre a mineração em seu território por meio dos conselhos da aldeia. Essa decisão foi um marco, pois reconheceu o direito das comunidades indígenas de terem uma voz decisiva em questões que afetam diretamente suas vidas e meios de subsistência (Sahu, 2008). A Suprema Corte declarou que nenhum projeto de mineração poderia ser realizado sem a aprovação explícita dos gram sabhas de Niyamgiri, o que bloqueou os planos de mineração naquela região.

Este veredicto não apenas representou uma vitória para os Dongria Kondh, mas também estabeleceu um precedente importante para outros movimentos de resistência na Índia. Isso demonstrou que as comunidades locais, com organização e apoio suficientes, podem influenciar decisões judiciais e políticas de grande envergadura. O caso de Niyamgiri é frequentemente citado em outras lutas contra projetos extrativos na Índia, servindo como um símbolo de resistência indígena e defesa do meio ambiente (Bedi, 2013).

Em resumo, a resistência dos Dongria Kondh e o veredicto judicial a seu favor tiveram um impacto duradouro na luta contra a exploração mineradora na Índia, fortalecendo a capacidade das comunidades locais de proteger suas terras e modos de vida frente a interesses corporativos e governamentais (Padel; Das, 2010).

De igual forma, pode-se mencionar a situação da mineração de ouro e cobre na ilha de Mindanao, Filipinas. O Tampakan Copper-Gold Project, operado por uma empresa mineradora multinacional, tem sido objeto de intensa controvérsia devido aos impactos ambientais e sociais que gerou. As comunidades indígenas B'laan foram particularmente afetadas, sofrendo deslocamentos forçados, violações de direitos humanos e a destruição de suas terras ancestrais (Holden, 2005).

A exploração mineradora em Mindanao levou à desflorestação massiva, à contaminação de fontes de água e à perda de biodiversidade, afetando gravemente os meios de vida das comunidades locais. Essas atividades extrativas desarraigaram os B'laan, que dependem da terra para sua subsistência e identidade cultural. A perda de suas terras ancestrais não representa apenas uma catástrofe econômica, mas também uma profunda ruptura em seu tecido social e cultural (Bebbington *et al.*, 2008).

Em resposta a essas ameaças, as comunidades locais formaram movimentos de resistência, como a Aliança das Tribos Indígenas de Mindanao. Esse movimento luta pela proteção de seus territórios e defesa de seus direitos, organizando protestos, campanhas de conscientização e litígios legais para deter os projetos de mineração. Apesar da forte oposição, a empresa mineradora contou com o respaldo das forças de segurança do Estado, o que levou a conflitos armados na região. Esses enfrentamentos exacerbaram a instabilidade e resultaram em numerosas vítimas entre os residentes locais (Verbrugge, 2015).

As tensões em Mindanao são um claro exemplo de como os projetos extrativos podem provocar conflitos violentos e aprofundar as divisões sociais. A militarização da região, destinada a proteger os interesses mineradores, aumentou a violência e a repressão contra as comunidades indígenas, que lutam por seus direitos e pela preservação de seu entorno natural (Holden; Nadeau; Jacobson, 2011).

O caso de Mindanao sublinha a necessidade urgente de revisar as políticas mineradoras nas Filipinas, assegurando que as vozes das comunidades indígenas sejam ouvidas e respeitadas. Também destaca a importância de implementar práticas de mineração responsável que minimizem os impactos ambientais e sociais, promovendo ao mesmo tempo o desenvolvimento sustentável e equitativo (Bebbington *et al.*, 2008).

Em resumo, a resistência das comunidades indígenas B'laan em Mindanao reflete uma luta mais ampla por justiça ambiental e social frente às atividades extrativas. Esse caso ressalta a importância de defender os direitos das comunidades locais e proteger os ecossistemas dos efeitos destrutivos da mineração (Holden, 2005).

América Latina

Vale Encantado, localizado em Alto da Boa Vista, Rio de Janeiro, é um exemplo dos impactos do extrativismo e da resistência comunitária no Brasil. Fundada antes de 1860 por trabalhadores e proprietários de plantações de café, a comunidade enfrentou seu primeiro declínio em 1861 com a proibição da produção de café devido à proteção florestal na zona. Posteriormente, os residentes se adaptaram a diversas atividades, incluindo a mineração de granito. No entanto, essa atividade extrativa foi proibida em 1992 devido aos riscos ambientais e sociais, além da modificação normativa na região, o que provocou uma profunda crise no lugar devido ao êxodo massivo de pessoas e empresas, deixando a comunidade em uma situação precária. Atualmente, restam

cerca de 140 pessoas na área, muitas delas mulheres cujos maridos faleceram na mineração ou migraram devido à falta de oportunidades.

Em resposta a essas adversidades, Otávio Barros, presidente da Associação de Residentes de Vale Encantado, junto com Jerome Auriac, da Organização Não Governamental (ONG) francesa Abaquar Paris, fomentou o ecoturismo como uma alternativa sustentável. Em 2007, fundaram a Cooperativa Vale Encantado, que oferece *tours* ecológicos e experiências gastronômicas; além disso, empreenderam vários projetos sustentáveis. Estes incluem a instalação de um biodigestor, o desenvolvimento de um plano de esgotamento sanitário e um jardim comunitário.

A comunidade tem trabalhado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em um modelo de tratamento de águas residuais ecológico e está lutando para obter títulos de propriedade para se proteger contra despejos. O apoio da Rede Sustentável de Favelas e outras organizações tem sido crucial nesses esforços. Vale Encantado demonstra como as comunidades podem resistir e encontrar soluções alternativas frente aos impactos negativos do extrativismo.

Outro caso interessante é a União de Cooperativas Tosepan, localizada na Sierra Nororiental de Puebla, no México. Esse é um exemplo destacado de resistência comunitária frente ao extrativismo. Com mais de quatro décadas de existência, a Tosepan agrupa 34.000 famílias de 395 comunidades indígenas organizadas em 410 cooperativas locais e 8 regionais. Sua sede central está em Cuetzalan, Puebla, e sua rede inclui sucursais que apoiam com poupança e crédito, além de centros de formação, escolas e uma rádio comunitária.

A Tosepan surgiu como resposta aos abusos dos caciques locais e desenvolveu um modelo de produção baseado nas famílias e em processos coletivos. Esse modelo se apresenta como uma alternativa às agroindústrias e projetos extrativos que não beneficiam a população local nem a natureza, ameaçando deslocar as comunidades indígenas através da privatização do território. Além disso, a região enfrenta a exploração de hidrocarbonetos, a construção de represas hidrelétricas e uma granja de suínos que contamina os rios próximos, assim como outros megaprojetos que colocam em risco o meio ambiente e o bem-estar coletivo.

A resistência da Tosepan é um exemplo de como as comunidades podem se organizar para proteger seus direitos e territórios. Ao promover práticas agrícolas sustentáveis e a economia solidária, a Tosepan tem fortalecido a autonomia e a resiliência das comunidades indígenas, oferecendo um caminho viável para o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

Desde 2018, a Tosepan tem impulsionado projetos de transição energética alternativa comunitária em colaboração com a organização Onergia, que promove a justiça ambiental. Esses projetos buscam resistir aos megaprojetos energéticos que se instalam ilegalmente em seus territórios, gerando violência, poluição e deslocamentos populacionais. A Tosepan demonstra como as comunidades indígenas podem inovar em modelos tradicionais para criar alternativas que promovam o bem-estar comum e a justiça ambiental, resistindo aos impactos negativos do extrativismo.

Os casos mencionados na África, Ásia e América Latina (regiões do sul global) mostram como as comunidades indígenas e camponesas não apenas enfrentam os impactos negativos do extrativismo, mas também desenvolvem estratégias de resistência e alternativas sustentáveis como uma manifestação da autodeterminação e da busca por um desenvolvimento que respeite tanto as pessoas quanto o meio ambiente.

Esses movimentos não apenas desafiam a lógica predatória do capitalismo, mas também propõem alternativas que têm se mostrado viáveis e escaláveis. Em um contexto global de crescente conflito derivado de projetos destrutivos para a natureza, isso é fundamental para alcançar o bem-estar coletivo presente e futuro.

CONCLUSÕES

Este texto tem como objetivo analisar a relação entre o capitalismo e o extrativismo, bem como as resistências e alternativas que surgiram frente a tais dinâmicas. Ao longo do documento, são mencionadas algumas das crises e contradições do capitalismo, sua relação com o extrativismo e as respostas das comunidades afetadas por essas práticas.

O auge econômico do século XX, que começou após a Segunda Guerra Mundial, enfrentou uma série de crises que revelaram as limitações inerentes do capitalismo baseado na acumulação e no investimento sem restrições. A crise de sobreacumulação e a queda da taxa de lucro puseram fim ao período de prosperidade, dando lugar a uma era de ajuste econômico em que o neoliberalismo se estabeleceu como o novo paradigma dominante. O enfoque neoliberal, com sua ênfase na liberalização de mercados, na desregulamentação e na privatização, não apenas exacerbou as desigualdades, mas também precarizou as condições de vida dos trabalhadores.

No contexto contemporâneo, o extrativismo tornou-se central na economia global, com uma exploração intensiva de bens naturais essenciais para

a produção de bens de consumo. Esse modelo é especialmente destrutivo em regiões periféricas do sul global (América Latina, Ásia e África), onde as políticas neoliberais facilitaram a extração às custas das comunidades locais e do meio ambiente. A devastação ecológica, a poluição e a violação de direitos humanos são algumas das consequências mais graves de tais atividades extrativas.

Diante desse panorama, observa-se uma crescente resistência comunitária contra o extrativismo em diversas regiões do mundo. Na África, as lutas no Delta do Níger e na bacia do Congo são emblemáticas; na Ásia, a resistência se manifesta em Odisha, na Índia, e em Mindanao, nas Filipinas; enquanto que na América Latina destacam-se os esforços das comunidades de Vale Encantado no Brasil e da União de Cooperativas Tosepan no México, entre muitas outras. Esses casos de resistência ilustram como as comunidades locais se organizam não apenas para defender seus territórios, mas também para propor alternativas sustentáveis e justas ao modelo extrativista, demonstrando que é possível outro caminho frente à depredação neoliberal.

Por fim, a relação entre capitalismo e extrativismo revela um ciclo de dependência e exploração que perpetua desigualdades e devastação ambiental. A importância dessas resistências reside na sua capacidade de inspirar alternativas mais sustentáveis e equitativas, evidenciando que outro modelo de desenvolvimento é possível e necessário para enfrentar as crises contemporâneas. Este texto, portanto, não apenas expõe as problemáticas associadas ao capitalismo e ao extrativismo, mas também ressalta a esperança e as possibilidades de mudança impulsionadas pelas comunidades afetadas.

REFERÊNCIAS

AMNISTÍA INTERNACIONAL. **Nigeria**: la contaminación es una tragedia de derechos humanos en el delta del Níger. *Amnistía Internacional*, 30 jun. 2009. Disponível em: <https://www.amnesty.org/es/latest/press-release/2009/06/nigeria-contaminacion-tragedia-ddhh-delta-niger-20090630>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ARIZMENDI, Luis. El debate global sobre la crítica de la economía política en el siglo XXI [The Global Debate on the Critique of Political Economy in the 21st Century]. *El Trimestre Económico*, 3 (343), p. 545-578, 2019. <https://doi.org/10.20430/ete.v86i343.919>. Acesso em: 10 jan. 2024.

AZAMAR ALONSO, Aleida. **Megaminería en México**: explotación laboral y acumulación de ganancia. ITACA-Universidad Autónoma Metropolitana, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338633775_Megamineria_en_Mexico_explotacion_laboral_y_acumulacion_de_ganancia. Acesso em: 10 jan. 2024.

AZAMAR ALONSO, Aleida. Minería y Estado: una relación permisiva. **Revista Pós Ciências Sociais**, 17 (32), p. 167-187, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338633514_Mineria_y_Estado_una_relacion_permisiva. Acesso em: 10 jan. 2024.

AZAMAR ALONSO, Aleida. (Coord.). **Disputa por los bienes naturales: militarización y fuerzas armadas en México**. Universidad Autónoma Metropolitana y Terracota, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/373717648_Disputa_por_los_bienes_naturales_Militarizacion_y_fuerzas_armadas_en_Mexico. Acesso em: 10 jan. 2024.

BEBBINGTON, Anthony; HINOJOSA, Leonith; HUMPHREYS BEBBINGTON, Denise; BURNEO, Maria Luisa; WARNAARS, Ximena. Contention and ambiguity: mining and the possibilities of development. **Development and Change**, 39(6), 887-914, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-7660.2008.00517.x>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BEDI, Heather P. Environmental mis-assessment, development and mining in Orissa, India. **Development and Change**, 44(1), 101-123, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/dech.12004>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BEINSTEIN, Jorge. **El planeta burgués a la deriva: neofascismo y decadencia**. 18 mayo 2018. Disponível em: <https://www.aporrea.org/economia/a263409.html>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BOELE, Richard; FABIG, Heike; WHEELER, David. Shell, Nigeria and the Ogoni: A Study in Unsustainable Development: I. The Story of Shell, Nigeria and the Ogoni People – Environment, Economy, Relationships: Conflict and Prospects for Resolution. **Sustainable Development**, 9(2), p. 74-86, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/sd.161>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CAMPANINI, Oscar; GANDARILLAS, Marco; GUDYNAS, Eduardo. **Derechos y violencias en los extractivismos: extrahecciones en Bolivia y Latinoamérica**. CEDIB, ODDNN, CLAES, 2019. Disponível em: <https://gudynas.com/wp-content/uploads/ViolenciasyDerechosExtractivismos2020a.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

DE WASSEIGE, Carlos; DE MARCKEN, Pierre; EBA'A ATYI, Richard; NASI, Robert; MAYAUX, Philippe. (ed.). **The Forests of the Congo Basin: State Of The Forest 2010**. Publications Office of the European Union, 2012.

FRYNAS, Jędrzej George. Corporate and State Responses to Anti-Oil Protests in the Niger Delta. **African Affairs**, 100(398), p. 27-54. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/afraf/100.398.27>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GEORGE, Anjali. Claiming Niyamgiri: The Dongria Kondh's struggle against Vedanta. **Ritimo**, 2014. Disponível em: <https://www.ritimo.org/Claiming-Niyamgiri-the-Dongria-Kondh-s-Struggle-against-Vedanta>. Acesso em: 10 jan. 2024.

HARVEY, David. **Breve historia del neoliberalismo**. Akal, 2007.

HOLDEN, William N. Indigenous Peoples and Non-Ferrous Metals Mining in the Philippines. **The Pacific Review**, 18(3), p. 417-438, 2005. Disponível em: <https://www.redtac-observatoire.org/wp-content/uploads/2018/12/Indigenous-peoples-and-non-ferrous-metals-mining-in-the-Philippines.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

HOLDEN, William N.; NADEAU, Kathleen; JACOBSON, R. Daniel. Exemplifying accumulation by dispossession: mining and indigenous peoples in the Philippines. **Geografiska Annaler: Series B, Human Geography**, 93(2), p. 141-161, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0467.2011.00366.x>. Acesso em: 10 jan. 2024.

HUBERT, Don. Government revenues from OPL 245: Assessing the impact of different fiscal terms. **Resources for Development Consulting**. Disponível em: <https://www.res4dev.com>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LAPORTE, Nadine.; STABACH, Jared A.; GROSCHE, Robert; LIN, Tiffany S.; GOETZ, Scott J. Expansion of industrial logging in Central Africa. **Science**, 316(5830), 1451, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.1141057>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LÓPEZ, Emiliano; VÉRTIZ, Francisco. Proyectos de desarrollo en América Latina: extractivismo, capital transnacional y luchas subalternas. In: GENTILI, Pablo; ARATA, Nicolas. (coord.). **Latin American Perspectives en Español y Portugués**: buscando alternativas políticas y económicas. Buenos Aires: Clacso, 2017. v. 1, p. 119-144. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20170901105600/Latin_American_Perspectives.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

OBI, Cyril. Nigeria's Niger Delta: understanding the complex drivers of violent oil related conflicts. **African Development**, 34 (2), p. 103-128/2009. Disponível em: <https://doi.org/10.4314/ad.v34i2.57373>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PADEL, Felix; DAS, Samarendra. **Out of This Earth**: East India Adivasis and the Aluminium Cartel. Orient BlackSwan, 2010.

PIKETTY, Thomas. **El capital en el siglo XXI**. Fondo de Cultura Económica, 2015.

SAHU, Geetanjoy. Mining in the Niyamgiri hills and tribal rights. **Economic and Political Weekly**, 43(15), p. 19-21, 2008.

TREFON, Theodore. (ed.). **Congo's environmental paradox**: potential and predation in a land of plenty. Londres: Zed Books, 2016.

VERBRUGGE, Boris. Undermining the State? Informal Mining and Trajectories of State Formation in Eastern Mindanao, Philippines. **Critical Asian Studies**, 47(2), 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275563910_Undermining_the_State_Informal_Mining_and_Trajectories_of_State_Formation_in_Eastern_Mindanao_Philippines. Acesso em: 10 jan. 2024.

CAPA

SUMÁRIO

A FOME E A GEOPOLÍTICA DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES¹

ERALDO DA SILVA RAMOS FILHO

*Há planícies que se somem
Dentre o horizonte e o rio
E a vida morre de fome
Com tanto campo vazio*

*Ao longo dessas porteiras
Dessas marias sitiadas
A ambição de erguer trincheiras
Contra o sonho, das enxadas*

A vitória do trigo – Dante Ramon Ledesma

1.

Discutir a fome e a geopolítica nessa quadra histórica é um trabalho desafiador, imprescindível e doloroso. Um importante desafio reside na articulação entre dois campos do conhecimento científico, historicamente

¹ Este ensaio foi preparado para a mesa de debates intitulada “A fome e a geopolítica dos sistemas agroalimentares” durante a realização do XV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, realizado na Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, 9 a 13 de outubro de 2023. Meus agradecimentos a Mauro Cibulski e Maria Izaltina Silva Santos por fornecer informações relevantes sobre os processos comunitários no Território Quilombola Brejão dos Negros e por revisar o manuscrito.

disputados pelas relações de poder dos estados², por diferentes atores e permeados por uma diversidade de acepções teóricas.

A impressibilidade desta problemática está assentada na necessidade da compreensão das projeções de poder pelos estados, classes sociais e atores supranacionais com vistas a controlar o espaço geográfico e o território para realização de suas respectivas intencionalidades, notadamente aquelas da acumulação de capital às expensas da garantia do direito humano universal à alimentação e do direito ao meio ambiente equilibrado (ONU, 1948), que confronta com os interesses pela reprodução da vida e dignidade.

O produto é uma realidade marcada pela indignidade humana em situações de fome, em todos os países e continentes, na cidade e, principalmente, no campo, afetando as populações do Sul, as minorias étnicas e as mulheres. Tal quadro provoca a indiferença dos dominantes, a dor dos famélicos e a luta pela transformação por parte dos movimentos socioterritoriais.

2.

A fome e a geopolítica são problemáticas históricas da humanidade. Na modernidade, suas explicações foram capturadas pelo positivismo determinista intrinsecamente comprometido com a expansão do modo capitalista de produção. Duas formulações são emblemáticas: a primeira é aplicação do determinismo aos fenômenos demográficos e populacionais, e a outra, o determinismo aplicado ao espaço e controle do território.

Em 1798, a pobreza e a fome foram tratadas pelo economista Thomas Malthus como um fenômeno biológico, natural e necessário para reduzir os efeitos de um desabastecimento de alimentos (que nunca ocorreu) frente à explosão demográfica (Malthus, 1996). Cerca de um século depois, o geógrafo Friedrich Ratzel formulou a noção de espaço vital e a explicação de natureza dos estados a se expandirem territorialmente e, como consequência, levando ao progresso os povos considerados inferiores (Ratzel, 1983). Logo, legitimando os processos expansionistas das potências europeias sob todas as frações do globo.

Tais abordagens influenciaram, em maior ou menor medida, os discursos geopolíticos clássicos elaborados durante a primeira metade do século XX e balizaram as teses da eugenia nazista durante a Segunda Guerra Mundial. As

2 Desde Ramos Filho (2020) venho grafando estado com letras minúsculas, pois no campo da linguística não encontramos obrigatoriedade na aplicação da inicial maiúscula. Uso da inicial minúscula busca evitar sua supervalorização. O estado é compreendido, neste ensaio, como o aparato institucional integrado pelo poder político, governo territorializado, administração pública regida pelo conjunto de regras constitucionais e suportado pelos aparatos de coerção social.

formulações deterministas sobre a fome e a geopolítica surgiram em um período de profundas transformações nas bases técnicas e científicas do processo produtivo, de ascensão do capital monopolista e de confrontação imperialista desde os países da Europa e América do Norte (Lenin, s/d) e são praticadas até a atualidade.

Meio século após as formulações de Malthus, Marx afirmou que a fome era um problema gerado pela dinâmica do capitalismo em expansão/invasão³. A produção do espaço mundial sob a égide do modo capitalista de produção incorporou o mundo inteiro, expandindo as relações capitalistas de produção e, contraditoriamente, recriou e sujeitou as relações não capitalistas de produção aos interesses da acumulação de capital.

Trata-se de uma produção contraditória, desigual e combinada do espaço mundial. Portanto, é no bojo das relações capitalistas mundiais que decorre o aprofundamento das tensões, confrontações e guerras imperialistas.

O pensamento determinista buscou naturalizar, biologizar os processos de dominação e seus resultados: a pobreza, a miséria e a fome. A explicação para as problemáticas da fome e geopolítica não é de caráter biológico, tampouco são elas determinadas por fatores conjunturais.

3.

O ano de 2024 marca a celebração dos 77 anos da publicação do livro *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*, de autoria do pernambucano Josué de Castro. Apesar de olvidado no campo da geopolítica, sua obra é o ponto de partida para muitos estudos dedicados à problemática da fome. Sua formação como geógrafo, médico e sociólogo possibilitou uma definição da fome enquanto fenômeno fisiológico e espacial. Abordar sua geopolítica é essencial para explicar sua natureza, determinantes e possibilidades de superação.

Por fome entende-se um conjunto de carências nutricionais proteicas, minerais e vitamínicas que acometem os sujeitos a múltiplos adoecimentos que podem causar deficiências severas, irreversíveis, até a morte. Trata-se de “um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta” (Castro, 2001, p. 32). A fome é um problema político, produto das relações humanas assentadas em estruturas de poder

3 Decorrente dos aprendizados construídos com o querido e saudoso Carlos Walter Porto-Gonçalves, neste ensaio “adoto a expressão ‘expansão/invasão’ para indicar, por um lado, os processos de reprodução ampliada de capital em sua dimensão geográfica – expansão – e, por outro lado, a perspectiva dos grupos sociais que sofrem a pressão do capital sobre os territórios nos quais reproduzem a vida – invasão” (Ramos Filho *et al.* 2017).

assimétricas e regimes de acumulação que produzem desigualdades econômicas e geopolíticas.

De inquestionável gravidade são os registros de Castro (2001 sobre as fomes coletivas: no extremo oriente, associadas à explosão demográfica; nos campos de concentração, sob tirania nazista; na Europa pós-guerras imperialistas etc. Mas estes são aspectos conjunturais, assim como o são os eventuais desequilíbrios biológicos. Ao tratar o problema assim, o autor colocou como um divisor de águas entre os deterministas e os possibilistas e instituiu um paradigma analítico que estabelece uma crítica à civilização moderna.

No caso brasileiro, apontou-se como problema estrutural a concentração de terras e as relações sociais de produção assentadas na expropriação, exploração do trabalho e subjugação pessoal que marcam sua formação territorial. Estas relações determinam a classificação do Brasil como uma área de fome, ou seja, aquela em que a maioria da população está submetida a carências nutricionais, seja de modo permanente (fome endêmica), episódica (fome epidêmica) ou de espaços de subnutrição cuja fome é mais branda. Para Josué, a gradação deste fenômeno está intrínseca à gravidade do processo de concentração fundiária.

4.

Neste ensaio compreendo que a fome é uma problemática estrutural do desenvolvimento do capitalismo que somente pode ser desvendada e enfrentada a partir de uma interpretação do lugar da totalidade das relações sociais de produção e reprodução das relações sociais de produção (Lefebvre, 2008).

As relações sociais de produção no marco do capitalismo assentam-se nos processos de apropriação privada do trabalho excedente realizado pelos trabalhadores e sujeição das relações não capitalistas de produção ao sistema do capital. Se os processos de exploração e sujeição comprometem a reprodução social e o equilíbrio ambiental, não importa!

Produzem-se sistemas políticos, econômicos e, sobretudo, ideológicos de alienação que naturalizam o empobrecimento das coletividades, assim como as formas de desvalorização dos circuitos de produção e reprodução não capitalistas da vida. Na medida em que a condição e mesmo os riscos de pobreza e fome se intensificam, os processos de expropriação dos meios de produção, das terras e conhecimentos apropriados historicamente se intensificam.

Nessas situações as pessoas são sujeitadas a se desfazer dos seus bens, sobretudo aqueles necessários ao processo produtivo. Os famélicos são

compelidos às péssimas condições laborais e de remuneração, muitas das vezes sob situações de escravização do trabalho (Ribeiro Junior, 2024).

5.

Enquanto Josué de Castro denunciava, a partir da ciência, a persistência de quadros de fome nas escalas local, nacional e mundial, mesmo com a disponibilidade de recursos financeiros e tecnológicos para eliminar o problema, o governo do EEUU desencadeava o uso do alimento como arma geopolítica.

Naquele período histórico a agroindustrialização seguiu a concepção produtivista e modelos tecnológicos da revolução verde com fortes subsídios agrícolas por parte do estado, impulsionando a conversão dos excedentes de nitrogênio (decorridos da produção de armamentos bélicos) em fertilizantes inorgânicos, mecanização da agricultura e seu correspondente aprofundamento da dependência por combustíveis fósseis (gasolina, diesel) e do setor energético (eletricidade).

Em 1954, o Congresso estadunidense aprovou a Lei de Comércio e Desenvolvimento Agrícola (Lei nº 480), que buscava a resolução do problema dos crescentes excedentes agrícolas. Para tal, propunha a estruturação de mercados internacionais para as exportações de cereais dos EEUU e a contenção da expansão do socialismo soviético, medidas combinadas para a busca de saídas para a escalada da sua crise econômica e acúmulo de poder geopolítico no contexto da Guerra Fria.

Sua implementação foi marcada pela i) venda dos excedentes de cereais estadunidenses aos países aliados, mediante créditos de longo prazo e juros baixos; ii) possibilidades aos governos aliados de revender os produtos importados dos EEUU às camadas médias das populações nacionais, com o intuito de formação dos “fundos de contrapartida”, que poderiam ser direcionados para os gastos militares; iii) operações comerciais vultosas de cereais para governos ditatoriais na América Latina, Vietnã do Sul, Coreia do Sul (Burbach; Flynn, 1982).

Paradoxalmente, estas operações foram denominadas de “Programa Alimentos para Paz”, inclusive com o então secretário de agricultura dos EEUU, Earl Butz, declarando que “*o alimento é um instrumento. É uma arma de negociação para os EUA*” (Time, 1974).

Esta agenda geopolítica contribuiu para a consolidação da internacionalização das corporações agrícolas estadunidenses mediante a imposição da dependência de alimentos importados dos EEUU e a naturalização dos sistemas agroindustriais controlados por suas corporações.

Outro veículo determinante foi a garantia de empréstimos em moeda local para estas empresas criarem novas subsidiárias nos países aliados. Dentre os beneficiários podemos destacar o *Bank of America*, a *Ralston Purina* e a *Cargill Corporation*, dentre muitas outras (Burbach; Flynn, 1982, p. 68-69).

Este modelo de agricultura foi exportado para o conjunto dos países aliados, promovendo uma divisão internacional do trabalho na agricultura, caracterizada por intensa especialização e articulação entre cadeias de suprimento global e estruturação de complexos transnacionais de *commodities* (McMichel, 2016).

Entre as décadas de 1960 e 1970, verificou-se a ampliação dos investimentos em agricultura e desenvolvimento rural pelo Banco Mundial, bancos multilaterais regionais, Fundação Ford e a Fundação Rockefeller, provocando a intensificação da Revolução Verde, sob o discurso do combate à pobreza. O FMI produziu a governança do endividamento externo, inclusive para fomentar a produção de processos de modernização da agricultura e industrialização dependente. Nos anos 1980/1990, juntamente com o Banco Mundial, impulsionou os ajustes estruturais neoliberais, com amplos programas de privação dos setores do estado.

6.

Foi no contexto geopolítico das confrontações bélicas entre as nações europeias, especialmente nos desdobramentos do pós-primeira guerra mundial, que surgiram as primeiras preocupações dos estados nacionais com o controle dos processos de produção e oferta de alimentos. A proteção da capacidade de produzir, armazenar, distribuir os alimentos para as tropas em guerra e para evitar a proliferação dos motins de fome eram fatores fundamentais para promover a defesa dos estados belicistas. Portanto, a formação de estoques de alimentos converteu-se em uma questão de segurança nacional.

A devastação produzida pelo decurso das duas guerras mundiais desestruturou o sistema econômico mundial e aprofundou o problema da fome no mundo, especialmente nos países destruídos pelas guerras do século XX. A confrontação bipolar, a construção da hegemonia alimentar mundial dos EEUU sob a batuta da sua política internacional de utilização dos alimentos como arma geopolítica compõe a conjuntura que leva a Organização das Nações Unidas (ONU) a convocar a primeira cimeira para discutir um projeto de segurança alimentar.

A Conferência de Hot Springs ocorreu de 18 de maio a 3 de junho de 1943, na Virginia, EEUU. Apesar da proposta de estruturar mecanismos

internacionais comuns de ajuda humanitária para reconstruir a produção alimentar de modo soberano nos países destruídos pela guerra ter sido reprovada, foi decidido pela criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o que veio a ocorrer em 16 de outubro de 1945 (Silva, 2014).

Com o decurso da Guerra Fria, multiplicaram-se as confrontações bélicas na África e Ásia, assim como as opressões e violências cometidas na América Latina pelos regimes ditatoriais. Com os estoques mundiais de alimentos baixos, o problema da fome assumia preocupante gravidade para a estabilidade do sistema. As soluções apontadas giravam em torno do aprofundamento da revolução verde na agricultura. É nesta conjuntura que foi realizada em 1974 a 1ª Conferência Internacional sobre Alimentação da ONU, em Roma.

Em 1996, realizou-se a Conferência Mundial sobre Alimentação, na qual os países integrantes ratificaram a conceituação da segurança alimentar assentada nos princípios: da disponibilidade dos alimentos; do acesso aos alimentos ou à capacidade para adquiri-los; da estabilidade na oferta; e da sua salubridade. Esta foi uma definição possível diante da hegemonização dos EEUU e sua política de proteção às suas corporações agroindustriais.

Portanto, segurança alimentar é um conceito geopolítico, que não rompe com a estrutura de trocas desiguais que produzem a fome mundial.

7.

Com o aprofundamento do regime de acumulação flexível (Harvey, 1992) se intensificaram os processos de concentração e centralização de capitais a partir de fusões, aquisições, formação de monopólios, oligopólios, conglomerados, expandindo o poder de corporações transnacionais que atuam globalmente, em muitos países ao mesmo tempo, independentemente de setor ou ramos (agrícola, serviços, comércio, bancos, redes de varejo alimentar, indústria etc.).

Aproveitando-se da geopolítica internacional, especialmente do pós-guerra, as corporações transnacionais expandiram mundialmente as *commodities* (grãos, carnes e energia) e intensificaram a industrialização e financeirização da agricultura, a partir da internacionalização dos circuitos de agricultura produtivista do agronegócio, até recentemente controlados por empresas oriundas da América do Norte e Europa.

O controle do comércio agrícola internacional se deu, sobretudo, a partir da imposição dos preços mundiais no interior dos países e da submissão das políticas agrícolas e alimentares dos estados nacionais às normas da

Organização Mundial do Comércio (OMC). O resultado tem sido situações de *dumping* e desnacionalização de empresas em todo o mundo.

O setor primário segue como um importante eixo da acumulação capitalista buscando sua realização para além da exploração do trabalho. A terra, aqui abordada como fração de natureza (solo, subsolo, água, biodiversidade, ventos, radiação solar, espectro eletromagnético), quando colocada em produção possibilita ao capitalista que detém seu controle a obtenção de lucro extraordinário, suplementar e permanente (Marx, 2008).

Com a financeirização e mundialização da agricultura, a terra é transformada em ativo financeiro e os alimentos em *commodities*. Mercadorias voltadas à especulação nas bolsas de valores beneficiam mercados globais desregulamentados e rentáveis, gerando uma ficção na qual os preços dos alimentos nos mercados não correspondem aos intercâmbios comerciais reais. Ademais, as situações de rebaixamento dos preços nos mercados de terra em zonas para onde o capital pretende se expandir transforma os lugares em que o capital almeja especular.

Estudo recente da ETC Group (Wetter *et al.*, 2022) atualiza as bases do processo de intensificação da oligopolização dos mercados mundiais de alimentos, insumos químicos, sementes, máquinas agrícolas e matrizes animais. Adotando como referência o volume de vendas globais em 2020, a modo de exemplificação, apresentamos dois casos emblemáticos:

- No setor de agrotóxicos, as quatro maiores empresas (Syngenta Group – China; Bayer – Alemanha; Basf – Alemanha; e Corteva – EEUU) controlavam 62% do mercado global. Se consideradas as seis maiores corporações, o controle alcança 78%, sendo que após a recente formação da estatal chinesa Grupo Syngenta, a partir da fusão com Chem-China e SinoChem, projeta-se o aqambarcamento de 25% do mercado mundial de pesticidas.
- É amplamente sabido que as firmas de agrotóxicos são as mesmas que produzem sementes e seus transgênicos. Assim, constata-se que as mesmas quatro gigantes transnacionais dos venenos são as mesmas que controlam 50% do mercado global de sementes, dentre as quais apenas a Bayer abarca 23% do mercado (Wetter, *et. al.*, 2022, p. 8).

Também chama a atenção o decurso do reordenamento espacial na divisão internacional do trabalho dos regimes alimentares, com ascensão de corporações capitalistas cujo capital tem origem na China, no Brasil e na Índia. Destacamos o Grupo Syngenta, já mencionado, e o Grupo JBS (Brasil), maior empresa de alimentos à base de proteínas animais do mundo, dedicada ao processamento de carnes bovina, suína, ovina, de frango e produtos *plant-based* (Wetter, *et. al.*, 2022).

Uma revelação deste estudo é que no movimento de financeirização da agricultura e da indústria alimentar, as corporações controladoras dos mercados globais estão sendo controladas pelos controladores do dinheiro. Ou seja, as megacorporações de gestão de ativos têm se projetado sobre os agronegócios e a indústria de alimentos, com intuito de controlar as ações institucionais das corporações agroindustriais das líderes de mercado (Quadro 1).

Os autores revelam que as maiores firmas gestoras de ativos do mundo são: *BlackRock Inc.*, *The Vanguard Group* e *State Street Corp.*, e juntas controlam 25% das ações institucionais das principais empresas agroindustriais, inclusive daquelas que são concorrentes entre si (Quadro 1).

Quadro 1 – Domínio das três maiores firmas de administração de ativos (State Street, Vanguard e BlackRock) em companhias da cadeia agroindustrial que cotizam ao público

Porcentagem de ações (%)						
Companhias dos setores de agricultura a alimentação	% State Street Corp.	% The Vanguard Group	% BlackRock, Inc.	% de ações das três em conjunto	% de ações que possuem as instituições	% Posição que ocupa entre todos os acionistas
Processadoras de alimentos e bebidas						
Pepsico	4,23	7,41	8,87	20,51	73,93	Os três principais
Tyson	4,99	12,75	7,39	25,13	87,40	Os três principais
ADM	5,62	10,87	7,43	23,92	83,63	Entres os cinco principais
Máquinas agrícolas						
Deere & Co.	3,70	7,09	5,97	16,76	80,00	Entre os cinco principais
Agrotóxicos e sementes						
Corteva	5,10	11,16	8,46	24,72	83,02	Os três principais

continua...

Porcentagem de ações (%)						
Companhias dos setores de agricultura e alimentação	% State Street Corp.	% The Vanguard Group	% BlackRock, Inc.	% de ações das três em conjunto	% de ações que possuem as instituições	% Posição que ocupa entre todos os acionistas
Fertilizantes						
Mosaic	4,82	11,49	8,15	24,46	91,46	Entre os quatro principais
Varejista alimentícia						
Walmart	2,21	4,58	3,37	10,16	33,14	Os três principais
Kroger	5,28	11,33	10,19	26,80	82,85	Entre os quatro principais

Fonte: Yahoo Finance, <https://finance.yahoo.com/> Reporte accionario: 30 de março de 2022. Extraído de ETC Group 2022. Traduzido por Eraldo da Silva Ramos Filho.

Esse fenômeno é conhecido como participação acionária horizontal. Seu efeito é a erosão da concorrência frente à prevalência dos interesses financeiros das empresas gestoras de ativos, que passam a influenciar fortemente os conselhos de administração das corporações agroalimentares.

Apesar dos dados do quadro acima parecerem irrisórios, os percentuais de participação acionária das empresas gestoras de ativos nas corporações agroindustriais, em geral, habilitam o direito ao voto, relevante instrumento de pressão sobre os administradores das corporações. Este poder amplia-se quando se considera que as três gigantes da gestão de ativos têm convergido suas posições no interior das empresas que compartilham da participação acionária horizontal (Wetter *et. al.*, 2022).

8.

A geopolítica dos regimes alimentares neste percurso histórico tem apresentado um conjunto de impactos alarmantes para as condições da alimentação no mundo. O incremento da produção mundial de alimentos é fato, ainda que os patamares de pobreza e fome mundial continuem crescentes. Segundo o último relatório da FAO sobre o Estado da Segurança Alimentar no mundo, em 2022

cerca de 783 milhões de pessoas sofreram situação de fome no mundo, o que corresponde a um aumento de 122 milhões de pessoas a mais que em 2019.

Por volta de 29,6% da população mundial ou 2,4 bilhões de pessoas sofriam em 2022 de insegurança alimentar moderada ou grave, dentre as quais 900 milhões (11,9% da população mundial) sofriam de insegurança alimentar grave. Entre estas, as mais afetadas eram as populações que habitavam as zonas rurais (33,3% dos adultos de zonas rurais, 28,8% dos adultos habitantes de zonas periurbanas e 26% dos adultos residentes em espaços urbanos).

Tal percurso aprofundou a condição do Brasil enquanto uma área de fome, cujos dados de 2022 atestam que 58,15% da população brasileira, o equivalente a 125,2 milhões de brasileiros, encontram-se em situação de insegurança alimentar leve, moderada ou grave combinadas (Penssan, 2022).

9.

O processo de financeirização da agricultura, na sua dimensão do controle das corporações agroalimentares pelas gigantes da gestão de ativos e investimentos, impõe às primeiras uma produção midiática em torno dos resultados financeiros, com o fito de angariar repercussão no mercado financeiro.

Isso perpassa pressão para redução dos custos de produção, que por um lado podem ser alcançados mediante violações laborais, redução de salários, demissões, sonegação de impostos, corrupção política, formação de *lobbies* e grupos de interesse, interveniência junto a governos para redução de direitos na sociedade etc. Por outro lado, a redução dos custos de produção é alcançada na agroindústria no processo de substituição de

ingredientes integrais, como farinhas, gorduras, leite e ovos, por fragmentos e derivados, como soro de leite, isolados proteicos e gorduras hidrogenadas. Somados a aditivos, esses fragmentos resultam em produtos que têm uma composição nutricional pior [...] efeitos à saúde física e mental no longo prazo.

[...]

O sistema alimentar controlado por corporações é, hoje, responsável por muitos problemas de escala global. Uma das principais preocupações é a maneira como os ultraprocessados impulsionam a ocorrência de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, câncer e hipertensão (Peres, 2024, p. 1).

10.

Nestas primeiras décadas do século XXI, os organismos supranacionais e bancos multilaterais têm propalado governanças globais voltadas à expansão/invasão capitalista. O agravamento dos cenários de pobreza, miséria e fome no mundo tornou a segurança alimentar propalada pela FAO uma governança global. Com o aprofundamento das desigualdades decorrente do neoliberalismo, na virada do século XXI a ONU introduziu outra governança: o compromisso dos governos de contribuir para a redução da pobreza pela metade no mundo e, assim, alcançar os Objetivos do Milênio (ODM). Um fracasso!

Nos anos mais recentes, difundem-se os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que além de capturar uma parte de pautas estratégicas dos movimentos socioterritoriais e da sociedade civil organizada, também influenciam as políticas dos estados nacionais, pautam as pesquisas científicas e tornam-se senso comum na sociedade. Amplos setores já reconhecem que também não serão cumpridos.

O fracasso dessas governanças globais reside na natureza de os programas e políticas estarem calcados na lógica da acumulação de capital, que resulta na reprodução ampliada da pobreza, da miséria e da fome enquanto negócio rentável. As governanças do combate à pobreza e à fome em toda parte onde vêm sendo aplicadas valorizam os processos de transferência de renda do Estado para os mais pobres.

Tais políticas produzem artificialmente milhões de novos consumidores de bens de consumo não duráveis, dentre os quais os alimentos ultraprocessados, forjando assim amplo e cativo mercado consumidor para o agronegócio e seus regimes de acumulação.

Esta é a natureza das políticas compensatórias, maquiagem os problemas.

Quando ocorrem mudanças nos grupos que controlam o governo, a política é cessada, a pobreza retorna e os problemas assumem maior profundidade.

Em geral, os estados nacionais, notadamente aqueles do Sul, adotam uma agenda interna nesses marcos, que podem ser agrupados em pelo menos seis categorias de políticas públicas:

- a) Políticas públicas no marco da segurança alimentar e nutricional – distribuição de alimentos para os mais pobres, restaurantes populares, compras estatais de produtos produzidos pelos pobres do mundo rural.

- b) Políticas e programas de ajuda humanitária e nutricional – destinação de alimentos pelos países ricos para aquelas nações em situações de calamidade, guerras, desastres naturais etc.
- c) Políticas compensatórias de transferência de renda – destinação periódica de auxílios financeiros aos mais pobres com vistas à constituição de consumidores de produtos de consumo imediato, bem como de propagação de metodologias de cálculos de pobreza multidimensional que encobrem as contradições e profundidades do problema.
- d) Reforma agrária de mercado – introdução de mecanismos de controle e privatização das políticas de reforma agrária, mediante o financiamento da compra de terras para os mais pobres e o esvaziamento e paralisação da reforma agrária redistributiva (Ramos Filho, 2013).
- e) Desenvolvimento territorial rural como substituição às análises e ações de governo fundamentadas na questão agrária – articulação de políticas públicas residuais voltadas ao financiamento de estruturas produtivas capitalistas visando à agricultura familiar, mediante a propagação de espaços de governança para a concertação entre o capital, o poder público e o campesinato (Ramos Filho, 2020).
- f) Alimentos como arma política – como o que está ocorrendo na reconstrução do espaço agrícola no Iraque pós-invasão americana, no qual as corporações agroalimentares foram as encarregadas da reconstrução do espaço agrícola no interior de zonas controladas por forças militares.

11.

Desde meados dos anos 1990, a articulação internacional de movimentos camponeses Via Campesina vem denunciando, através de estudos científicos, documentos políticos, campanhas intercontinentais, manifestações públicas e ações de confronto direto ao negócio rentável da reprodução ampliada da pobreza e da fome no mundo, a insustentabilidade das políticas neoliberais e a articulação das propostas de segurança alimentar que buscam um mercado agrícola mundial liberalizado e oligopolizado.

Em 1996, ao mesmo tempo que os chefes de Estado, reunidos na Cúpula Mundial sobre Alimentação, discutiam os interesses dos usuários-especuladores e das corporações transnacionais em matéria de agricultura, os camponeses já se apresentavam como força política internacional organizada. A Via Campesina exigia ser reconhecida como delegação oficial e defendia a

soberania alimentar como alternativa para os povos, contra a fome, e rechaçava que os “outros” decidissem sobre seu próprio futuro (Desmarais, 2013).

Não basta que a população de um país tenha uma produção alimentar suficiente para seu contingente demográfico ou que possua meios econômicos para comprá-los, ou ainda que receba doações humanitárias internacionais (acesso). É preciso que cada nação tenha garantido o direito de manter e desenvolver sua capacidade de produzir alimentos básicos, em consonância e respeito com sua(s) respectiva(s) identidade(s) cultural(is) e produtiva(s), garantindo o direito de produzir o próprio alimento em seu território e afirmando o direito dos povos de ter o controle e exercer o poder sobre suas políticas agrícolas e alimentares.

Emerge uma contraposição à mundialização da agricultura a partir da mundialização da luta camponesa, cujos múltiplos e diversos territórios locais se colocam como plataforma para a produção da soberania alimentar, como alternativa à continuidade da vida humana e não humana no planeta.

12.

Portanto, soberania alimentar não é apenas um conceito de maior amplitude que o de segurança alimentar. O conceito costuma ser uma delimitação cognitivo-objetiva que confere caráter explicativo a certas dimensões da realidade objetiva. Na minha avaliação, a soberania alimentar é mais que um conceito: trata-se de uma plataforma anunciadora de futuro, que se apresenta antagonista ao projeto da segurança alimentar.

Em um movimento de maior intensificação do processo de concentração, tecnificação e liberalização da produção e circulação dos produtos agroalimentares, respaldado pela segurança alimentar, a Via Campesina está defendendo o direito a produzir os alimentos na escala local, priorizando o autoconsumo e a comercialização dos excedentes sob o controle dos camponeses (Desmarais, 2013).

Busca-se a criação de relações solidárias em detrimento da competição, a alteração no controle do poder do que deve ser produzido, transferindo-o para os agricultores, fortalecendo o intercâmbio cultural em detrimento da homogeneização e o estabelecimento das redes de comércio justo, criando as bases para uma democracia verdadeira (Desmarais, 2013).

O conceito de soberania alimentar articula-se ainda com o controle democrático dos sistemas alimentares e o reconhecimento da herança cultural e o pertencimento dos recursos genéticos da humanidade. Esta articulação

mundial camponesa coloca-se contrária a toda iniciativa de estabelecimento de patentes sobre as plantas, os animais e seus componentes. As patentes cancelam a transferência do poder sobre esses recursos dos camponeses, das comunidades e da humanidade para as corporações agroindustriais, controladas pelas corporações de gestão de ativos que operam sobre as regras da produção capitalista global da Organização Mundial do Comércio (Desmarais, 2007).

A biodiversidade, particularmente as sementes, são bens comuns da humanidade. Efetivamente sementes são sociobiodiversidade porque carregam no seu interior um acúmulo de conhecimento ancestral e popular, no tocante à sua preservação, conservação e usos agrícolas, alimentares e espirituais/religiosos. Sua transformação genética e consequente patenteação subvertem a natureza, erodem a cultura.

Promovem uma ruptura com as práticas milenares dos camponeses de cuidar e de armazenar suas sementes de uma safra para outra, trocar sementes entre comunidades, produção de conhecimento sobre a manutenção e a conservação dos recursos naturais. Carregam no seu bojo um processo de mercadorização da vida, a imposição do consumo dos pacotes tecnológicos, que para alguns representa a possibilidade de auferir lucratividade e, para muitos, a perda do equilíbrio ecológico tão fundamental para os sistemas agrícolas e as economias familiares.

13.

A plataforma da soberania alimentar, ao considerar o modelo de produção camponês como a referência de futuro, reafirma a tríade terra-trabalho-família. Para sua efetivação é essencial a garantia dos direitos territoriais dos povos originários e comunidades tradicionais, assim como o acesso à terra de trabalho pelas populações camponesas. Nesse contexto, precisamos buscar uma perspectiva para a soberania alimentar que considere: terra – trabalho – família – comunidade.

Em formações territoriais como a brasileira, profundamente marcada pelo poder das oligarquias agrárias escravocratas e a elevada concentração fundiária, precede a restituição dos territórios ancestrais, cuja configuração espacial e extensão não se restringem ao polígono das propriedades privadas ou dos limites políticos administrativos do estado.

Reivindica-se toda extensão de terras necessárias para preservação das bases existenciais do povo e/ou comunidade com suas áreas produtivas, de moradia, práticas das crenças e religiosidade, necessários à reprodução

comunitária e compatível com a reparação histórica das violências cometidas. É a reprodução da vida que se torna referência para a demarcação destes territórios. Compete ao estado realizar os processos de restituição e garantia da posse aos povos e comunidades, em resguardo das ameaças de intrusão.

O direito à terra para as populações camponesas pode ser viabilizado através da realização de reforma agrária integral, enquanto política pública, preferencialmente de estado, que garanta a desconcentração da propriedade privada da terra nas escalas nacionais e locais e que seja acompanhada do conjunto de políticas e programas produtivos, creditícios, habitacionais, previdenciários, saúde coletiva, tecnológicos etc., sempre considerando o protagonismo dos trabalhadores nesse processo.

A redistribuição de terras sob programas de reforma agrária integral e restituição de territórios aos povos originários e comunidades tradicionais possibilitará um processo de desconcentração fundiária, necessário para iniciar instrumentos de ruptura e superação do rentismo fundiário, da especulação financeira com a natureza que produz desigualdade e contribui para cenários de fome.

14.

A mundialização do capitalismo na agricultura afeta a reprodução das relações de produção e determina a ocorrência de cenários de fome. Nos diferentes continentes, desde o local, as populações do campo impactadas pela desvalorização dos preços dos gêneros agrícolas e acometidas por cenários de fome, organizam processos de resistência à ofensiva do capital, tomando o território como trunfo para a mundialização das lutas de resistência e produção de alternativas à exploração, expropriação, miséria e fome.

No município de Brejo Grande, Sergipe, Brasil, encontramos a síntese contraditória dos processos de fome e geopolítica dos sistemas agroalimentares discutidos nos aforismos anteriores. No extremo norte do estado, na desembocadura em estuário do rio São Francisco com o Oceano Atlântico, situa-se uma zona drenada por diversos canais secundários meândricos, lagoas marginais, vastos manguezais e, nas porções mais elevadas, vegetação remanescente de Mata Atlântica.

Na margem direita do rio, em meio a esta exuberante paisagem, 486 famílias reivindicam a demarcação e titulação de 8.139,55 hectares do Território Quilombola Brejão dos Negros, formado por cinco comunidades autorreconhecidas como quilombolas, a saber: Comunidade Resina, Comunidade Santa

Cruz, Comunidade Brejão dos Negros, Comunidade Carapitanga e Comunidade Brejo Grande.

Contudo, até o fechamento deste ensaio o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) havia restituído apenas 729,55 hectares (8,96% da área reivindicada), ainda sem a devida titulação, e contemplado 292 famílias (60% das famílias quilombolas). Esse descompasso, além da morosidade, tem gerado um processo de minifundização no quilombo e inclusive privação de amplo contingente de famílias à terra de trabalho.

Esta população descendente de trabalhadores negros africanos e indígenas que após o processo das alforrias viveram errantes pelo território, foram sujeitados, por décadas, a um regime de exploração nas terras dos latifundiários que se instalaram na região.

Ao longo dos anos 1990 constituíram uma luta enquanto trabalhadores rurais sem terra. Mas foi a partir das políticas de valorização dos direitos territoriais quilombolas pelo estado brasileiro que os trabalhadores de Brejão dos Negros se autorreconheceram como quilombolas e passaram a reivindicar a restituição do seu território ancestral.

A certificação da Fundação Palmares veio em 2006 e, no tardio ano de 2015, foi publicada do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Porém, até a finalização deste artigo, em junho de 2024, os quilombolas não tiveram o seu território titulado, conforme reivindicado e previsto na Constituição da República Federativa do Brasil.

Ainda assim, as 486 famílias residem nas terras de trabalho e realizam intenso e diversificado processo produtivo, gerando trabalho e produção agropecuária voltada ao abastecimento alimentar. O sistema de produção baseia-se em relações de produção não capitalistas e formas de cooperação simples como o trabalho familiar e coletivo, a troca de dias de serviço, a ajuda mútua e os batalhões.

Os trabalhos envolvem a pesca artesanal no rio São Francisco, seus tributários e na costa oceânica, capturando pilombeta, robalo, tainha, curimã, bagre, tilápia, carapeba, traíra, piau etc.; a mariscagem nos manguezais e lagoas marginais, onde se coleta caranguejo-uçá, guaiamum, aratu, siri, camarão, unha de velho, massunim, ostra, sururu etc.; a criação de pequenos animais como abelhas, galináceos, suínos; a coleta nas matas dos frutos do cambuí, amesca, arará, aroeira, caju, murici, ubaia, cruiri, ingá, ameixa, aricuti, pitaia, dendê, murta, mamona de cachorro etc.; além da prática da policultura ecológica alimentar de mandioca, milho, feijão, coco, óleo de coco, legumes,

bananas, maracujá, hortaliças, arroz etc. (protocolo de consulta brejão dos negros, 2023) (Foto 1).

O quilombola surge desta autodeterminação e se constrói nesse trabalho multiativo, na agricultura, pecuária e pesca artesanal. Há cerca de oito anos verifica-se a implantação de um sistema alimentar tradicional, que reúne agricultura, pesca artesanal, agroecologia e território ancestral. Este sistema tem na produção de arroz agroecológico seu amálgama, processo recente e carregado de significados, pois:

- a) trata-se de um processo de reapropriação produtiva de parte das lagoas marginais ao rio São Francisco, nas quais os ancestrais tiveram seu trabalho aprisionado em cativo pelos latifundiários e, hoje, o triunfa o trabalho livre e autodeterminado quilombola;

Foto 1 – Território Quilombola Brejão dos Negros – Lagoa plantada com arroz agroecológico em consócio com alimentos; em destaque banana e coco – 2023



Fonte: Acervo pessoal Mauro Cibulski, Cáritas, 2023.

- b) outro sentido, não menos relevante, é que a produção de arroz nestes espaços se dá a partir de um processo autônomo de reconversão produtiva para um sistema ecológico de produção de alimentos saudáveis em um zona altamente contaminada pelo sistema do agronegócio;

- c) por fim, em um município que apresenta baixo índice de desenvolvimento humano e alarmantes indicadores de fome, há poucos anos os quilombolas se faziam numerosos nas listas das políticas compensatórias de doação de alimentos e gradativamente vão se libertando do cativo da fome e das políticas compensatórias geradoras da dependência.

Em 2022, o arroz colhido foi ensacado manualmente ainda na roça, a colheita celebrada com festa e a produção abasteceram a necessidade das famílias e os excedentes destinados, a preços baixos, para os atravessadores.

No ano de 2023, o aprofundamento da organização comunitária e a intensificação autônoma de formação para o trabalho coletivo resultou na ampliação da quantidade colhida de arroz agroecológico e de outros alimentos variados. A festa da colheita já tornada tradicional para o campesinato do Baixo São Francisco foi marcada pela assinatura dos contratos de comercialização de colheita de 69 toneladas para o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal, na modalidade doação simultânea, cujo arroz agroecológico ensacado sob a marca “Arroz Velho Chico” foi doado para a população em situação de fome nos espaços urbanos da capital, gerando trabalho, renda e comida saudável (Figura 1 e Foto 2).

O acesso à terra através da luta política e as práticas laborais na pesca artesanal e agroecologia, assim como as práticas da religiosidade e fortalecimento da cultura, converteu esses lugares em território de vida digna. O resultado das colheitas evidencia a resistência das famílias quilombolas frente a um cotidiano de violências, perseguições e invasões territoriais praticadas pelos latifundiários da região, operadores do judiciário, políticos e empresários carcinicultores.

Os quilombolas estão demonstrando para a sociedade que sua capacidade organizativa autônoma produz resultados concretos para o combate à fome no campo e na cidade. Ao mesmo tempo reivindicam do estado investimentos em políticas emancipatórias de assessoria técnica, social e ambiental, garantia de preços mínimos e estímulo à comercialização da produção agroecológica para seguirem contribuindo com o combate à fome e os efeitos das mudanças climáticas.

Para que este processo continue avançando, é fundamental a restituição de todo território reivindicado e a Titulação, Já!

Figura 1 – Cartaz da Festa do Arroz Agroecológico do Território Quilombola Brejão dos Negros – 2023



Fonte: Acervo pessoal Mauro Cibulski, Cáritas, 2023.

Foto 2 – Território Quilombola Brejão dos Negros – Quilombolas celebram a colheita e o ensacamento do arroz agroecológico “Velho Chico – 2023



Fonte: Acervo pessoal Mauro Cibulski, Cáritas, 2023.

*Não precisa ser herói
Para lutar pela terra
Porque quando a fome dói
Qualquer homem entra em guerra*

*É preciso ter cuidado
Para evitar essa luta
Pois cada pai é um soldado
Quando é o pão que se disputa*

*Se somos todos irmãos
Se todos somos amigos
Basta um pedaço de chão
Para a vitória do trigo*

*Basta um pedaço de terra
Para a semente ser pão
Enquanto a fome faz guerra
A paz espera no chão*

A vitória do trigo – Dante Ramon Ledesma

REFERÊNCIAS

- BURBACH, Roger; FLYNN, Patricia. **Agroindústria nas Américas**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- CASTRO, Josué. de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- DAMIANI, Amélia. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.
- DESMARAIS, Annette Aurelié. **A Via Campesina: a globalização e o poder do camponato**. (Coleção Vozes do Campo) São Paulo: Expressão Popular; Editora Cultura Acadêmica, 2013.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- MALTHUS, Thomas Robert. Ensaio sobre a população. *In: Os economistas*. Tradução de Antonio Alves Cury. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5114391/mod_resource/content/1/MALTHUS.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro terceiro. O processo global da produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 6.
- MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Tradução de Sonia Midori. 1. ed. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora da UFRGS, 2016.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Hucitec; Edusp, 1990.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração universal dos direitos humanos**. 1948.
- PERES, João. Levantamento inédito do Joio mostra domínio acionário de BlackRock, Vanguard e State Street em 16 companhias globais, desde sementes até supermercados. *In: Mercado financeiro: três empresas controlam metade das corporações do sistema alimentar*. MPA Brasil, 30 abr. 2024. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/noticias/mercado-financeiro-tres-empresas-controlam-metade-das-corporacoes-do-sistema-alimentar/>. Acesso em: 13 jun. 2024.
- PROTOCOLO DE CONSULTA TERRITÓRIO BREJÃO DOS NEGROS. Associação Quilombola Brejão dos Negros, 2023. Disponível em: https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2024/02/PROTOCOLO-DE-CONSULTA-TERRITORIO-QUILOMBOLA-BREJAO-DOS-NEGROS-_compressed-1.pdf.
- RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. Os movimentos socioterritoriais: conceito, organização e programa de ação. *In: Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural*. São Paulo; Buenos Aires: Outras Expressões; Clacso,

2013. (Coleção CLACSO-CROP), p. 97-122. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/clacso-crop/20140820043916/MovimentosSocioterritoriais.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; ROMERO, Mirtha Kettere; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Violência e criminalização no campo na América Latina. *In*: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. **Conflitos no Campo: Brasil 2017**. Goiânia: CPT Nacional, 2017. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/?task=download.send&id=14110&catid=41&m=0&Itemid=1419>. Acesso em: 20 dez. 2023.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. A crise do capital, o desenvolvimento territorial e suas interseções com o golpe de Estado no Brasil. *In*: RAMOS FILHO, E. da Silva; FELICIANO, C. A.; SILVA, H. C. G. M. da; LIMA, R. S. (org.). **Expansão do capital, movimentos socioterritoriais e políticas de desenvolvimento**. São Paulo: Outras Expressões, 2020, p. 187-217. Disponível em: <http://www.gtga.unir.br/noticia/exibir/14256>. Acesso em: 20 dez. 2023.

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, FFLCH/USP, n° 2, 1983, p. 93-101. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47081/50802>. Acesso em: 20 dez. 2023.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR – PENSSAN. **II Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil**. II VIGISAN: Relatório final. Rede PENSSAN/Fundação Friedrich Ebert: São Paulo, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. Uma questão estrutural. **Diálogos Socioambientais. UFABC**. v. 7, n° 18, abr. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/dialogossocioambientais/article/view/1008>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SILVA, Sandro Pereira. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional**: projetos, discontinuidades e consolidação. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf.

WETTER, Kathy Jo; CHOWDRY, Kavya; SHAND, Hope. Grupo ETC. **Barones de la alimentación 2022**: lucro com las crisis, digitalización y nuevo poder corporativo. ETC GROUP, 2022. Disponível em: https://www.etcgroup.org/files/files/barones_completo-low_rev13dic_.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

CAPA

SUMÁRIO

A AMAZÔNIA CONTRA “A MÁQUINA DE COMER O MUNDO”¹

Conflitos socioterritoriais na Amazônia

PATRÍCIA ROCHA CHAVES

500 anos chega! Queremos outros 500 anos diferentes, porque a história que antes nos antecedeu não é bonita. É uma história ruim! A história boa da resistência, da luta do povo, não está nos manuais. Ela foi escrita pela mão branca, não pela mão do negro, do índio, do mulato. Não foi escrita pela mão da mulher. A história da resistência foi negada (Leonardo Boff, 2007, n.p.)

Esse texto está baseado em minha participação na mesa sobre **Conflitos Socioterritoriais na Amazônia e no Cerrado do XV Enanpege**, que ocorreu no ano de 2023 em Palmas – TO. Coube a mim tratar dos conflitos socioterritoriais na Amazônia. Coube ao professor Edson Batista da Silva (UEG) debater os conflitos no cerrado. Dentre as muitas questões colocadas pela plateia, me chamou atenção a que exigia de nós geógrafos uma posição sobre qual bioma de fato era mais importante. Reafirmo minha posição de que nosso papel não é de medir de forma particularizada a importância dos biomas, mas de observar e interpretar de forma articulada os problemas e desafios que esse tempo histórico coloca sobre eles e sobre nós, sobre as relações sociedades-naturezas.

Apresento aqui um pouco de minhas experiências e ideias que foram construídas em solidão nas leituras e experiências de campo. No fecundo

1 *Roda Viva* | Ailton Krenak | 19/04/2021, citando José Miguel Soares Wisnik.

diálogo com o orientador, no doutorado – defendido em 2015 – e em momentos após ele. Importante lembrar que essa trajetória das escolhas de objetos-sujeitos da pesquisa, me aproximaram cada vez mais do tema que me trouxe a mesa do XV Enanpege. Foi especialmente na aproximação e no debate aberto com os movimentos sociais do campo de várias partes da Amazônia, com Comissão Pastoral da Terra (CPT) e movimentos e entidades da Bolívia, da Colômbia e do Peru que coletivamente temos construído as propostas dos protocolos de conflitos do Atlas de Conflitos Socioterritoriais da Pan-Amazônia. Trago em específico o caso brasileiro, o mapeamento produzido sobre o Brasil e embora, os protocolos conceituais da Comissão Pastoral da Terra, tenham servido de base e de movimento criador do mapeamento dos conflitos na Pan-Amazônia, tivemos de reestruturá-los para buscar incorporar o diálogo com os demais países amazônicos. Esse Atlas representa para nós a tentativa de comunicar a possibilidade da unidade na diversidade. O saque das terras e territórios na Amazônia, enquanto luta comum. Significa para mim, a manutenção de uma posição política-teórica, de que a luta teórica é luta política e que a pesquisadora também é parte do espaço-tempo que ela pesquisa.

LUTA TEÓRICA É LUTA POLÍTICA

Tudo que aconteceu mostrava que, se a experiência é fonte de toda teoria, a teoria também alarga muito a experiência. [...] Se a vida é fonte de toda teoria, uma teoria bem elaborada dá dimensão e um sentido à vida que pode atingir consequências inimagináveis (Rose Marie Muraro, 2020, n.p.).

Em 2012, logo após minha mudança para Macapá, em razão da aprovação no concurso para professora no curso de geografia da Universidade Federal do Amapá, Ariovaldo (meu orientador) veio a Macapá proferir palestra num evento que um grupo de professores que pesquisam Geografia Agrária na Unifap estava contribuindo na organização.

É elementar na Geografia o fato de que qualquer evento pressupõe uma atividade de campo. Nesse contexto, o convidamos a fazê-lo no município de Serra do Navio². Ariovaldo topou prontamente, afirmando: – Poderei atualizar meu livro! Provavelmente ele estava falando de *Amazônia: Monopólio, Expropriação e Conflitos (1989)*, ou “*Integrar para (Não) Entregar (1991)*”.

2 Entre 1957 e 1998, a Indústria e Comércio de Minérios S. A. (Icomi) explorou manganês no Amapá, em Serra do Navio, uma das maiores minas desse minério no mundo. Foi o primeiro e o mais durável empreendimento mineral de grande escala e intensivo de capital na região amazônica brasileira. (Drumond, 2000)

Estive algumas vezes com Ariovaldo em campo por conta de meu doutorado, nesses trabalhos em que campo e debate teórico/conceitual eram indissociáveis. Nesse encontro em específico, percebi que ele não deixa barato questões e expectativas que construímos como orientandos. Há ali um compartilhamento da responsabilidade, ou seja, nós também temos a tarefa de contribuir. Na circunstância dessa experiência de campo, eu o indaguei: “Ariovaldo, você escreveu alguns textos sobre a teoria do território, você vai escrever mais?”

Quer dizer, o território é elemento fundante na geografia agrária de Ariovaldo, ele aparece como processo na produção das relações sociais de produção. Eu sentia falta de uma produção teórica extensa, como costumamos encontrar em alguns geógrafos. E ainda não entendia que a teoria era importante na ação, no movimento.

Com o tempo e encontros em atividades de pesquisa, observei em Ariovaldo a importância de estar em movimento, no trabalho de campo, no diálogo com a sociedade. É assim que Ari nos mostra as possibilidades de observar e interpretar as transformações que constituem os territórios. É preciso estar em campo, estar em movimento, observar o movimento. Nos encontros com ele ouvimos sempre de forma muito empolgada: “Veja o que estou pesquisando aqui!”

Enfim, a sociedade está em movimento, para além de perceber essa questão, Ari me ensinou que o geógrafo precisa estar em movimento para elaborar a interpretação do movimento. E o território na geografia é movimento. É movimento da sociedade, relação social com todas as coisas, com a natureza e as várias sociedades e suas formas de se relacionarem com a natureza. Parte disso é a compreensão de que a elaboração da teoria deverá corresponder a realidade material.

Sobre a pergunta que fiz, ele rapidamente me devolveu: “Não! Escrevam vocês. Agora, vocês vão escrever. Olhem o mundo como geógrafos nas pesquisas de vocês e escrevam vocês.”

Claro que o assunto me interessava absolutamente. Talvez de maneira tardia eu vinha compreendendo e me colocando teoricamente na disputa realizada entre geógrafos e geógrafas que seguem no debate da produção do espaço e da construção dos territórios, como conceitos e teorias possíveis de apreensão da realidade na geografia, dos atributos filosóficos que cercam a dialética idealista e materialista, do papel da matéria e da consciência na elaboração e movimento do pensamento para a produção das pesquisas em geografia. É como ele costuma dizer: “Método é movimento do pensamento!”

Desde os apontamentos das leituras dos clássicos da geografia e das ciências sociais, filosofia e o trabalho de campo, o qual ele fez questão de participar, questionando sobre as paisagens e a relação entre aparência e essência, assim como os depoimentos dos sujeitos e suas ações coletivas. No gabinete era impossível compreender a geografia e a formação social/territorial na região estudada, a luta de classes e a luta entre sociedades, a luta pela terra e a luta pelos territórios. O conhecimento que se pretende produzir não poderia se partir pura e simplesmente da teoria. Como ele mesmo sempre diz: Tem que ir lá ver! Veja se é isso mesmo. Não se pode simplesmente projetar a teoria.

Esse diálogo foi permanente na minha pesquisa e além do exercício prático “trabalho de campo”, meses de trabalho de campo, no gabinete leituras e mais de trinta cadernos de conflitos no campo para interpretar, tabular dados, sistematizar em tabelas e mapas, analisar. Afinal o que os dados nos diziam, o que os mapas nos mostravam? Havia formas de organização das ações dos sujeitos, da transformação dos sujeitos, de mudanças de rota, ritmos diferentes, escolhas diferentes, como e quais as respostas dadas ao desenvolvimento das forças produtivas.

O elemento unificador dos sujeitos antagônicos era a luta pela democratização das terras. Pela retomada de territórios em alguns aspectos, pela re-territorialização, mas também, pela territorialização. O modelo de Estado brasileiro fundado na propriedade privada, cujas instituições e legislações são produzidas para legitimar determinadas classes sociais, permite para além das invasões e expropriações, que outras classes sociais jamais tenham experimentado a legitimação dos direitos concedidos pelo próprio Estado. Eis uma das várias contradições das relações capitalistas de produção, criadora do Estado burguês/latifundiário/rentista brasileiro. A violência, expropriação e sujeição como forma de organização da sociedade capitalista.

Lembro que em trabalho de campo em um dos assentamentos de Marabá, no período de produção de minha tese de doutorado, fomos recebidos nas casas de assentados. Ariovaldo: “Veja a disposição das casas nos lotes, modelos, localização das residências, roças. Dá para identificarmos de quando é o assentamento por algumas pistas.” Identificamos a partir daí quais assentamentos eram recentes e quais deles eram assentamentos do período do GETAT³(Grupo Executivo das Terras Araguaia-Tocantins). Dentro das casas, sem imagens, santos, Bíblia aberta, uma das assentadas em entrevista nos informou

3 criado pelo Decreto-lei nº 1.767, de 1º de fevereiro de 1980, alterado pelo Decreto-lei nº 1.799, de 5 de agosto de 1980, órgão subordinado ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, pelo Decreto nº 91.214, de 30 de abril de 1985. (Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1980)

sobre as possíveis expulsões que estavam ocorrendo na região e sua possibilidade de envolvimento em outras ações dos movimentos sociais no campo: “Não queremos confusão, nem fazer mais ocupações!” Eu dizia: “Professor, são evangélicos”. Ele: “Como você sabe?” Eu dava as pistas: É sobre como falamos, há uma forma de linguagem diferente, a casa não dispõe dos objetos que representam a cultura camponesa católica. Percebíamos como no campo vinha se desenhando a disputa entre a formação política evangélica e a formação política disponibilizada pelos movimentos na região. As ideologias em meio a organização da fração camponesa em disputa diante de nós.

Todavia, ainda no projeto de pesquisa, enquanto eu tentava delimitar meu problema de pesquisa em consonância as teorias e conceitos da geografia, havendo chamado a Região do Bico do Papagaio de Território Camponês é que Ariovaldo escreveu sobre como para ele se constitui a construção do território e a situação territorial do campesinato brasileiro nessa construção:

Para mim, no mundo há vários territórios, o maior e mais hegemônico é o capitalista que engloba muitos países do mundo ou parte deles. Cuba faz parte de outro território, o socialista. Os povos indígenas no Brasil e fora dele têm seus territórios. O campesinato vive uma contradição, ele é parte do território capitalista, que tem uma fração a maior capitalista e a outra em disputa pelos camponeses. Para mim, somente quando os camponeses ganham esta disputa e implantam na terra conquistada outras relações que rompem com o capitalismo, é que se poderia falar em território camponês. Assim mesmo, precisaria qualificar quais estas novas características. Por isso utilizo a expressão fração camponesa do território capitalista mundial. Os assentamentos de reforma agrária são frações do território socialista dentro do território capitalista”. Quanto ao Bico-do-Papagaio penso que se trata de uma região, com uma formação territorial específica. Mas esta é sua tese e você terá que ou se convencer da minha ou apresentar argumentos que sustentam a tua, convencendo-me do contrário (Chaves, 2015 *apud* Oliveira *in* Chaves, 2009, p. 49).

Segundo ele, dada a situação de contradição do campesinato brasileiro, enquanto sujeito produzido nas relações capitalistas de produção, sua criação e recriação se dá em território capitalista. É preciso, portanto, que o campesinato venha se apartar dessas relações, construindo um território autônomo. O campesinato dessa forma, cindido o direito de acesso a terra historicamente realiza a luta pela terra. Dessa forma, o Bico do Papagaio não poderia ser um território camponês.

Por outro lado os povos indígenas enquanto sociedades que tem seus territórios invadidos desde o período colonial, lutam pela retomada dos territórios perdidos, assim como os povos quilombolas, sociedades sequestradas e destituídas de seus territórios originários no continente africano, propõem a

retomada desses territórios, baseados na reconstituição de suas relações comunitárias reconfiguradas nos quilombos, territórios de resistência das populações escravizadas no Brasil, assim reivindicam o quilombo como território de vida e de reorganização das sociabilidades de suas origens

Não tive como advogar que o Bico do Papagaio era um território, ali os camponeses e camponesas ainda lutavam pelos meios de produção, pela terra. Dialeticamente fazem da luta também seu processo de negação da transformação em trabalhador assalariado, na luta recriam a possibilidade e o projeto de liberdade de aprisionamento a terra enquanto meio de autonomia. Da mesma forma, burgueses e latifundiários também criam estratégias e táticas de despossessão e expropriação constante que podem ampliar ou não o trabalho assalariado no campo, constituindo até mesmo, na etapa de produção do capital, a escravidão por dívida ou o trabalho compulsório. Há, portanto, um processo de criação e recriação do campesinato brasileiro em todas as partes do país. Quer dizer, não é ao mesmo modo da relação capital-trabalho específica entre empresário e trabalhador assalariado. O camponês *se cria e se recria* por meio da relação familiar (trabalho familiar) e do assalariamento temporário.

Lembro-me que numa atividade de formação com mulheres camponesas da CPT-AMAPÁ, perguntei para elas qual o nível de importância entre trabalho e família e elas responderam: “Não há um ou outro mais importante. Não há um sem o outro.” De qualquer forma a resistência é sempre uma luta pela recriação, de encontrar também táticas e estratégias para existir e avançar, independentemente do que os intelectuais dizem e do que os estadistas e governantes propõem como políticas de governo ou de Estado, intensificando ou não as formas de dominação e opressão é preciso nos atentarmos às respostas produzidas nas ações ou anti-ações dos sujeitos. Em certa ocasião, numa banca de mestrado um colega interpelou, mas agora não vemos mais uma resistência do que uma espécie de recriação? Ele queria dizer: não há uma redução do trabalho familiar no campo? Isso não corresponde de certa forma a uma impossibilidade do campesinato se recriar?

A abertura de novas posses e pequenas propriedades registrados no Censo Agropecuário de 2017 demonstram a reprodução desses camponeses. “Em 2017, eles alcançaram o total de 80.891.084 hectares, sendo que, em 2006, atingiam um total de 80.102.694 hectares, portanto uma diferença de 788.390 hectares a mais, ou seja, um total de 0,98% a mais. Com relação ao aumento dos camponeses (familiares), os proprietários apresentaram em 2017 um total de 71.336.379 hectares contra o total de 70.190.973 hectares em 2006, ou seja, uma diferença a mais de 1.145.406 hectares, o que equivale a dizer que apresentou 1,63% a mais” (Oliveira, 2021, p. 10).

Por outro lado, o registro de hectares em conflitos no Brasil é expressivo:

De início, os anos de 2011 e 2012 apresentam respectivamente 14.410.623 e 13.181.570 hectares em conflitos e em 2013 há uma queda significativa nas áreas em conflitos registradas. Todavia o volume de áreas em conflitos voltou a aumentar a partir de 2015 com 21.387.160 hectares em conflitos, chegando a 53.313.244 em 2019, estabelecendo recorde no volume de hectares em conflitos no ano de 2020, 77.442.95. Em 2021, 71.277.426 e 2022, 80.000.000. A região Norte se destaca com 61.574.538,70 de áreas em conflitos seguidos pelo Nordeste com 15183612,41, Centro-Oeste, 1757183,40, Sudeste, com 303.406,70, e Sul, com 123102. (Oliveira, 2020, n.p.).

Nesses aspectos, apresentamos o conjunto das lutas sociais na Amazônia a partir de uma visão/panorama da Pan-Amazônia, a luta pela terra e pela transformação da terra em território e as retomadas dos territórios saqueados na Amazônia brasileira no conjunto do vasto domínio morfoclimático e no diálogo e ações das sujeitas e sujeitas que compõem a sociobiodiversidade amazônica e que disputam as interações, usos e conexões com ela.

CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NA AMAZÔNIA

Carlos Walter Porto Gonçalves costumava dizer que “o conflito é o lugar privilegiado para entendermos a luta de classes. Diríamos que ele é o lugar possível para compreender a sociedade capitalista. É no esvaziamento das relações entre sociedade e natureza e na luta constante pelo não esvaziamento que encontramos a diferença entre as formas de apropriação social e de relações de poder no território, inclusive de pertencimento territorial. Segundo Oliveira *apud* Chaves (2015):

Aqui está mais um conceito intencionalmente esquecido: o pertencimento territorial. É ele que unta do direito originário a luta dos povos indígenas pelos seus territórios. Só pode pertencer a um território quem nele vive e quem nele construiu sua identidade com aquela fração do mundo. Fora disso é saque. Ou seja, é a tomada do território do outro. É simultaneamente a negação do direito originário do outro frente à afirmação do não direito de quem expropria. É o empoderamento que desapodera quem tem o direito ao exercício do poder. Aqui está o centro fundante do conceito de território: o poder e a possibilidade de seu exercício sobre uma fração do mundo. O poder de ser e estar em um ponto ou outro desta fração do mundo sem que alguém venha impedir ou negar-lhe este direito, este poder (Oliveira *apud* Chaves, 2015, n.p.).

O conflito social é a forma materializada do processo de desenvolvimento da sociedade capitalista. A Comissão Pastoral da Terra, elaborou o conceito de conflitos no campo. Os quais em tese sugerimos uma reelaboração:

Conflitos são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra [e território], água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre [sociedades diferentes,] classes sociais, entre os [sujeitos sociais em luta] ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas (CPT, 2015, p. 13) (sem correspondência integral com o original).

Da mesma maneira que na definição de conflitos, apresentamos nossa contribuição à definição de conflitos por terra:

Conflitos por Terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem [camponeses posseiros também denominados de ocupantes; camponeses proprietários incluindo os camponeses assentados e pequenos camponeses, camponeses rentistas ou parceiros; camponeses sem terra; camponeses geraizeiros, camponeses ribeirinhos e ou pescadores; camponeses seringueiros, camponeses castanheiros, camponeses de fundo de pasto, camponesas quebradeiras de coco babaçu, camponeses faxinalenses, e os quilombolas e os povos indígenas, etc.] (Chaves, 2015, n.p.) (sem correspondência integral com o original)

Foram algumas das proposições que apresentamos à CPT, no sentido de realizar a leitura sobre as lutas sociais no campo e os sujeitos das lutas. Outras proposições encontram-se na tese. É na tese também que, por meio do levantamento dos conflitos no campo durante trinta anos (1985 a 2014), descobrimos que a Amazônia Legal concentrava 64,8% dos conflitos da série histórica. Em 2020, chegamos a mais de 70%.

No conjunto dos problemas territoriais e ambientais que envolvem a região pan-amazônica, a articulação da Amazônia (CPT) no Brasil, em diálogo com entidades de países pan-amazônicos como Bolívia, Peru, Colômbia, decidiram produzir um atlas que pudesse traduzir a realidade pan-amazônica da força das lutas sociais pela floresta. No conjunto do processo, pactuamos um protocolo que desse conta da realização dessa leitura de conjunto desses países e sustentamos a ideia de produzir um pacto que pudesse futuramente envolver os nove países que correspondem aos 7,8 milhões de quilômetros quadrados que envolvem a floresta.

Aqui, a decisão foi de registrar os “Conflitos Ativos”, sem solução, sem resposta dos respectivos Estados Nacionais ou Plurinacionais, como é o caso da Bolívia. Segue, portanto, o protocolo, acompanhado do mapeamento pactuado por esses países. No Brasil, tínhamos registros de mais de cinquenta anos; publicados, mais de quarenta anos. Os demais países iniciariam esse exercício naquele momento e as entidades não tinham a mesma estrutura

consolidada que a CPT possui. O desafio se iniciou ali em 2017 e foram mapeados os anos de 2017 e 2018, sendo posteriormente interrompidos pela pandemia de Covid-19. Publicamos assim os conflitos ativos, definidos em protocolo:

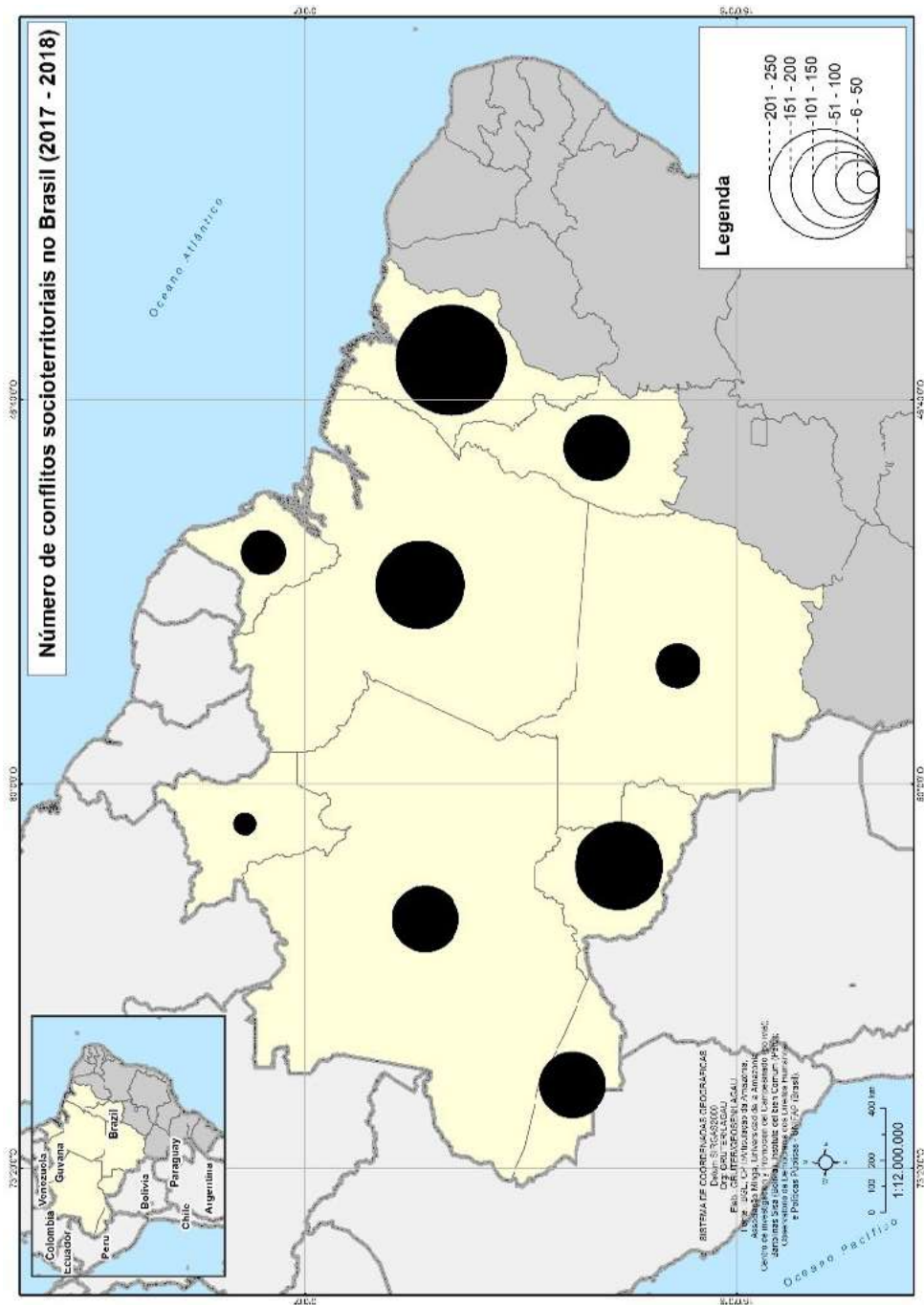
Entende-se por conflitos ativos os conflitos não solucionados, aqueles que as instituições de Estado não conseguiram resolver ou dissolver, ainda que não tenha registros de ocorrências nos últimos dois anos. Portanto, são registrados como conflitos ativos ou existentes. Com isso, nos propusemos a dar conhecimento à situação dos conflitos ativos nos quatro países da Pan-Amazônia durante esses dois anos (Atlas de Conflitos Socioterritoriais da Pan-Amazônia, 2020, p. 11).

Na reunião dos elementos que poderiam representar os conflitos nessa grande região foram observadas inúmeras dificuldades que proporcionaram diversas discussões sobre como pactuar os conceitos. A língua, as identidades que pressupõem as políticas públicas as conquistas sociais adquiridas pelos movimentos sociais em seus respectivos países. Sobre o Brasil, travamos debates sobre o conceito de comunidade tradicional, campesinato e a importância de destacar a grilagem e seu potencial para manutenção do latifúndio e do rentismo enquanto base para concentração do capital, seja por famílias ou empresas nacionais e internacionais. Encontrar a unidade não foi tarefa fácil. Atualmente há diferentes horizontes de lutas que muitas vezes se dissolvem nas questões identitárias. Nesses aspectos trazemos aqui uma leitura do Brasil no conjunto das lutas pan-amazônicas. O Mapa 1 apresenta o número de conflitos ativos na Amazônia Brasileira.

Entre os anos 2017-2018, o Maranhão apresentou o maior número de conflitos ativos no Brasil. São 252 conflitos, seguidos por Pará e Rondônia, com 200 e 193. Conflitos ativos respectivamente, Acre e Tocantins apresentam entre 150 e 68 conflitos, seguidos por Amapá e Mato Grosso, com 100, e Roraima com 50 conflitos.

O Mapa 2 apresenta o número de famílias em conflitos ativos. Pará, Maranhão e Rondônia apresentam entre 17.208 e 30.619 famílias em conflitos. Rondônia passa a figurar dentre estados historicamente em conflitos. O avanço da fronteira agrícola no estado constitui uma região que hoje é chamada de AMACRO – Siglas dos estados de Amazonas, Acre e Rondônia.

Mapa 1 – Conflitos Socioterritoriais no Brasil na Amazônia brasileira



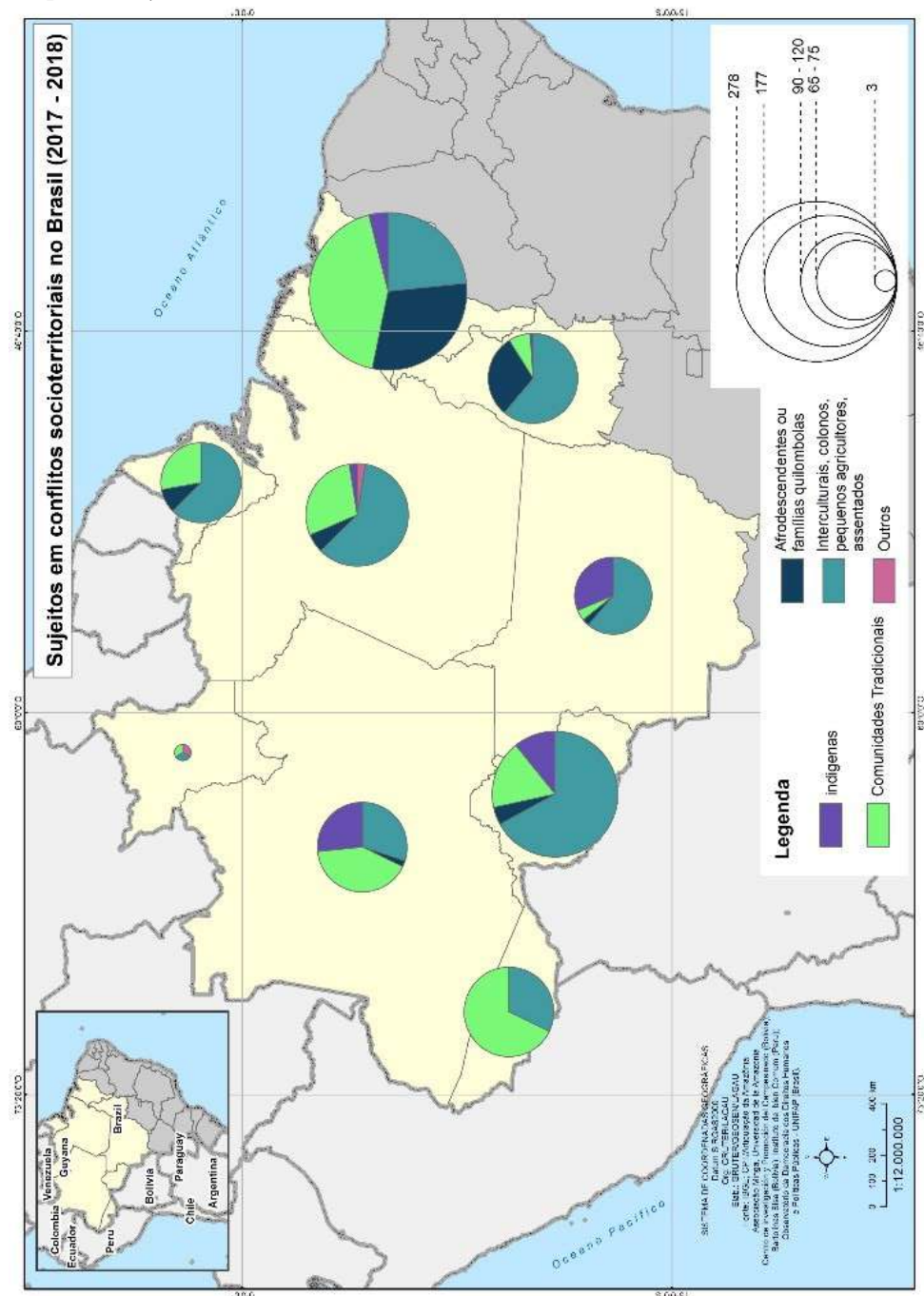
Fonte: Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Terra e Território na Amazônia (Gruter).

O Mapa 3 apresenta os sujeitos sociais envolvidos em conflitos ativos considerando a origem étnica e social como as principais categorias: **Indígenas** (sejam ou não originários daquele território); **Camponeses/Comunidades Tradicionais** (na Bolívia, considerando como “camponeses” pequenos agricultores de suas terras, que ocupam seu território por gerações; corresponde ao que no Brasil é chamado de comunidades tradicionais, que agrupam uma grande variedade de autodenominações: seringueiros, ribeirinhos, caixaras etc., exceto quilombolas); **afrodescendentes/quilombolas**; (origem étnica predominante de ascendência africana); **interculturais/Colonos/pequenos agricultores** (grupos de pequenos agricultores que vêm de fora da região amazônica, de emigração ou diversidade étnica, chamados interculturais [na Bolívia] ou colonos [no Brasil, na Colômbia, no Peru], incluindo os sem-terra, pequenos proprietários e ocupantes [“posseiros” no Brasil] etc., com origem em outras regiões); e **outros** (especificar no histórico).

No Estado do Maranhão, além de apresentar maior número de sujeitos sociais envolvidos em conflitos ativos, dentre estes destacam-se as comunidades tradicionais, quilombolas e interculturais/pequenos grupos de agricultores. Em Rondônia, o maior número é de pequenos agricultores, seguidos de comunidades tradicionais e indígenas. No Amapá, destacam-se também os pequenos agricultores, seguidos de comunidades tradicionais e quilombolas. No Acre, comunidades tradicionais e indígenas, Roraima apresenta em sua maioria pequenos agricultores, assim como em Mato Grosso e no Estado do Amazonas; além dos pequenos agricultores destacam-se os povos indígenas. O Mapa 4 demonstra as causas de conflitos:

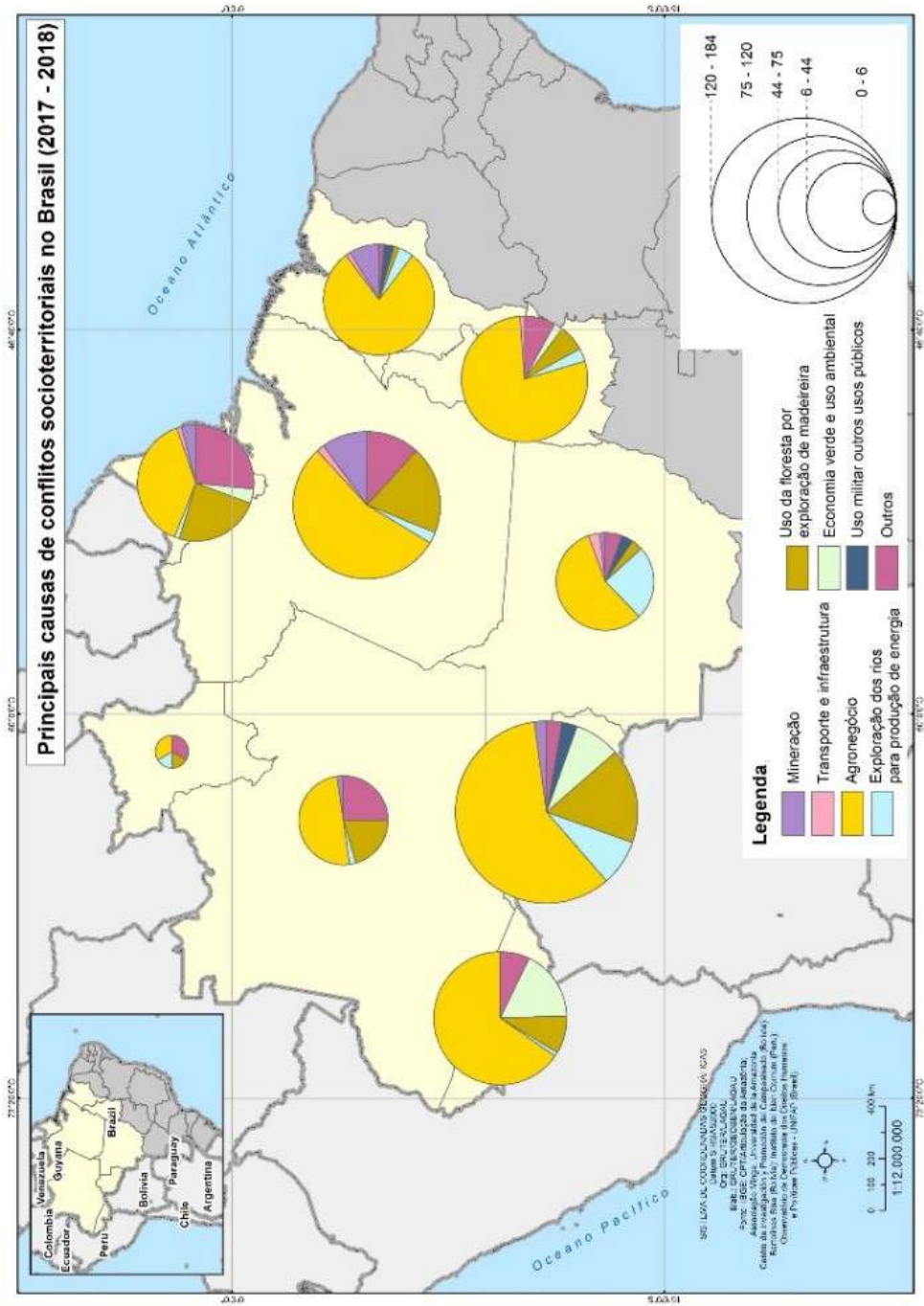
Dentre as principais causas de conflitos estão: **mineração** (vários tipos de mineração, como ouro, bauxita, diamantes, etc.); **hidrocarbonetos** (como petróleo, gás, areias betuminosas, *fracking*); **infraestrutura de transporte** (estradas, trens, hidrovias, portos etc.); **agronegócios** (pecuária, monoculturas etc.); **projetos energéticos** (hidrelétricas, linhas de transmissão, aerogeradores etc.); **madeira**, uso florestal (madeira ilegal, conflitos de planos de manejo, concessões florestais, plantios de eucalipto etc.); **economia verde e uso ambiental** (conflitos nas comunidades devido a projetos *Reed*, criação de reservas, parques, áreas naturais protegidas, números de conservação etc.); **cultivo para uso ilícito** (como coca e maconha) e tráfico de drogas; **uso militar / usos públicos** (conflitos diretamente com o Estado, com o exército, governos e administrações públicas, locais, regionais ou federais); **conflito com o Estado e criação de reservas ambientais; outros**.

Mapa 3 – Sujeitos Sociais em Conflitos Socioterritoriais na Amazônia Brasileira



Fonte: Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Terra e Território na Amazônia (Gruter).

Mapa 4 – Causas de Conflitos Socioterritoriais na Amazônia Brasileira



Fonte: Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Terra e Território na Amazônia (Gruter).

A agricultura capitalista ou agronegócio se destacam em todo Brasil, seguidos pela exploração da madeira, mineração, e exploração da produção de energia.

As causas e conflitos se relacionam diretamente com **a situação territorial dos grupos em conflito**: – *ocupação de território sem demarcação ou título legal* (lutam pelo reconhecimento institucional e legal de seu território tradicional); *sobreposição de áreas ou concessões* (legalizadas, mas com títulos diferentes ou concessões sobrepostas e em litígio); *invasões* (com território titulado, mas invasões de vários tipos, como grilagem e especulação fundiária); *problemas socioambientais* (devido a derramamentos, devastação florestal etc.); *em acampamentos ou fora de seus territórios* (acampamentos de sem-terra, realocados etc.); outros.

Diversas situações de conflito na comunidade podem ser mencionadas ao mesmo tempo. Por exemplo: sem território demarcado, subjugado e afetado por problemas socioambientais.

O Mapa 5, a seguir, destaca em especial que na maioria dos estados da Amazônia brasileira a maior parte dos sujeitos sociais ocupam territórios sem demarcação. Vivem a violência da grilagem e invasão de suas terras e territórios ou estão em situação de sobreposição.

Outra forma de manifestação dos conflitos é a *Violência contra a Pessoa e Posse – Situações de violência contra as pessoas (agricultores e seus aliados)*. Outro mapa (seguindo os mesmos critérios de inclusão ou exclusão coletados no Brasil pela CPT) considera o número de principais ocorrências de violência contra camponeses ou trabalhadores rurais e seus aliados – como advogados, jornalistas, defensores de direitos humanos etc. em conflitos coletivos registrados nos anos de 2017 e 2018. Em destaque estão: **número de assassinatos** – assassinatos de homens e mulheres; **número de tentativas de assassinatos** – todas as diferentes tentativas de assassinatos; **ameaças de morte** – registradas em boletins de ocorrência ou em relatos; **agressões** – juntam-se os diversos tipos de agressões contra as pessoas, como intimidações, violências físicas, torturas etc.; **prisões** – **individuais ou coletivas, processos, detenções, criminalização de lideranças.**

No Mapa 6, de violência contra a pessoa, o Estado do Maranhão possui destaque nos quatro tipos de violências apresentadas. O Estado do Pará se destaca em número de agressões. Chama atenção também em todos os estados as prisões, detenções, processos judiciais e criminalização, o que coloca o judiciário como um dos principais causadores de violência contra a pessoa.

*Em violência contra a posse e o território, destacamos: **agressões** (combinando vários tipos de violência contra pessoas, como intimidação, violência física, tortura etc.); **prisões**: prisões individuais ou coletivas, processos, detenções ou criminalizações de lideranças, **famílias desalojadas e expulsas**; **famílias que sofreram deslocamentos forçados, judicialmente ou não**; **destruição de bens** – número de famílias que tiveram seus bens destruídos com queima de casas, animais mortos, destruição de cultivos etc.*

No Mapa 7, sobre a violência contra a posse dos territórios, o Estado do Amazonas possui destaque. Observam-se os despejos, expulsões, assim como a destruição de bens atuantes em territórios tradicionais e indígenas. Destruição de bens também com destaque no Estado do Pará. A violência contra posses e território demonstra fundamentalmente a ação do Judiciário em favor dos grileiros e latifundiários e a destruição de bens pode ser causada tanto pelos militares que têm o papel de garantir o despejo, derrubando casas e destruindo bens, como os próprios grileiros que se valem da violência e da fragilidade das populações do campo, implementando o medo e o terror para expulsá-los.

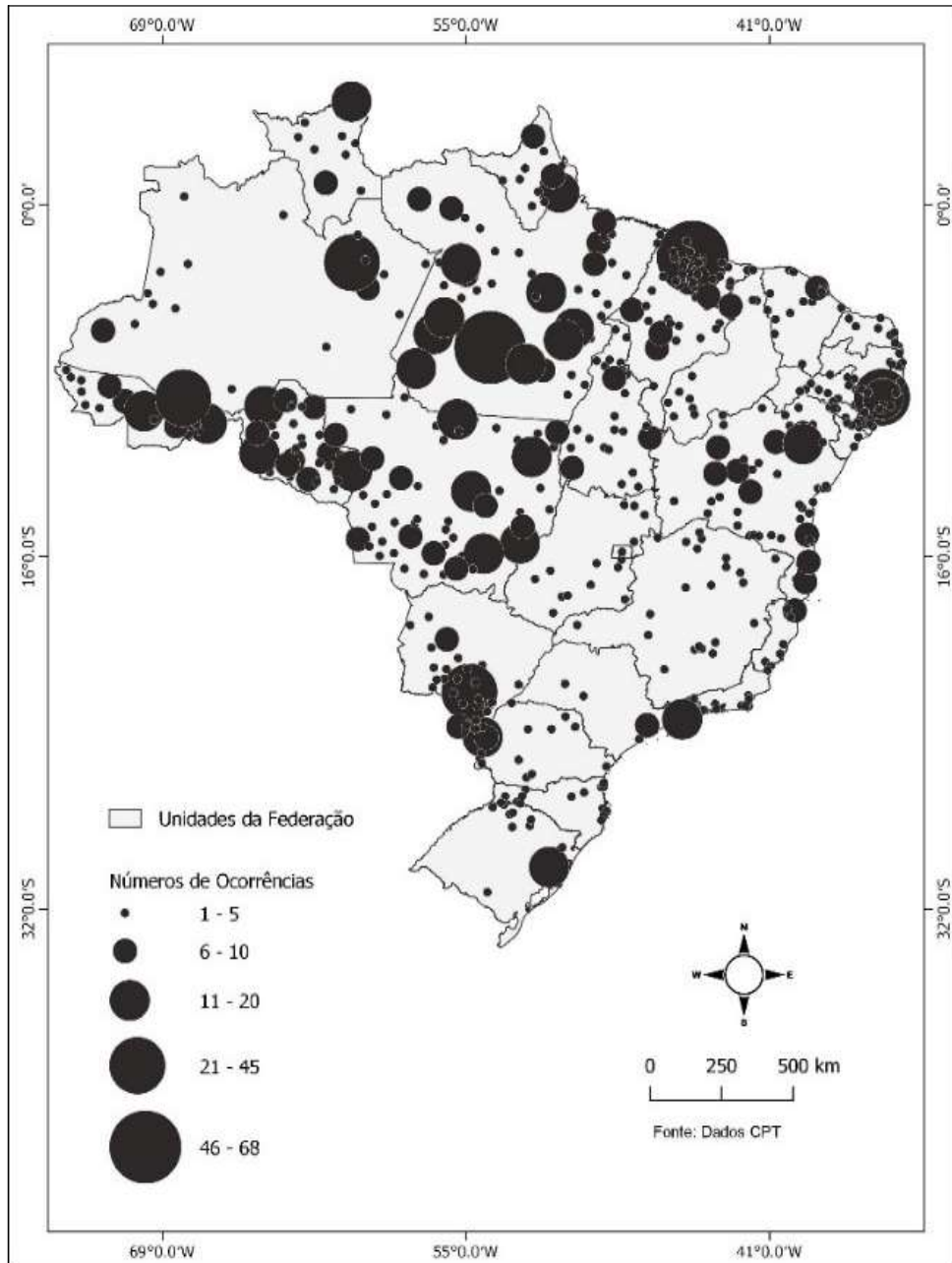
É importante destacar no Mapa 8 a violência dos assassinatos e das ameaças de morte. Em 2017 e 2018, no Brasil, 80 pessoas sofreram esse tipo de violência. Em sua maioria homens. Em pesquisa recente sobre os dados atuais de conflitos no campo, descobri que no Brasil a maioria das ameaças de morte é sofrida por mulheres. Apresenta-se o *número de assassinatos, assassinatos de homens e mulheres e o número de tentativas de assassinato*.

CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS EM 2020: VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS DO CAMPO E – COVID-19

É no contexto histórico de transformações sociais e econômicas violentas que a pandemia de Covid-19 se desenvolveu em todo o planeta. A pandemia de Covid-19 suscitou debates sobre terem colocado no centro a questão ambiental e a questão sanitária. A violência do capital contra a natureza e a subalternização dos territórios colocou em patamares classes e grupos sociais, pois o “fácil” acesso a serviços de saúde não garantia a sobrevivência dos ricos em razão da violência da Covid-19. O negacionismo dos governos de extrema direita, como no caso do Brasil, atrasou o desenvolvimento da ciência e das políticas públicas que poderiam controlar o desastre mundial. Foi e ainda é questão política, social, sanitária e sobretudo de sobrevivência da humanidade. Em 2020, coube a mim contribuir com a análise dos dados registrados pela CPT. Nesse ano, além dos dados apresentados nos anos anteriores, foram sistematizados conflitos que surgiram ou sofreram modificações, dada a especificidade que o processo histórico nos impunha.

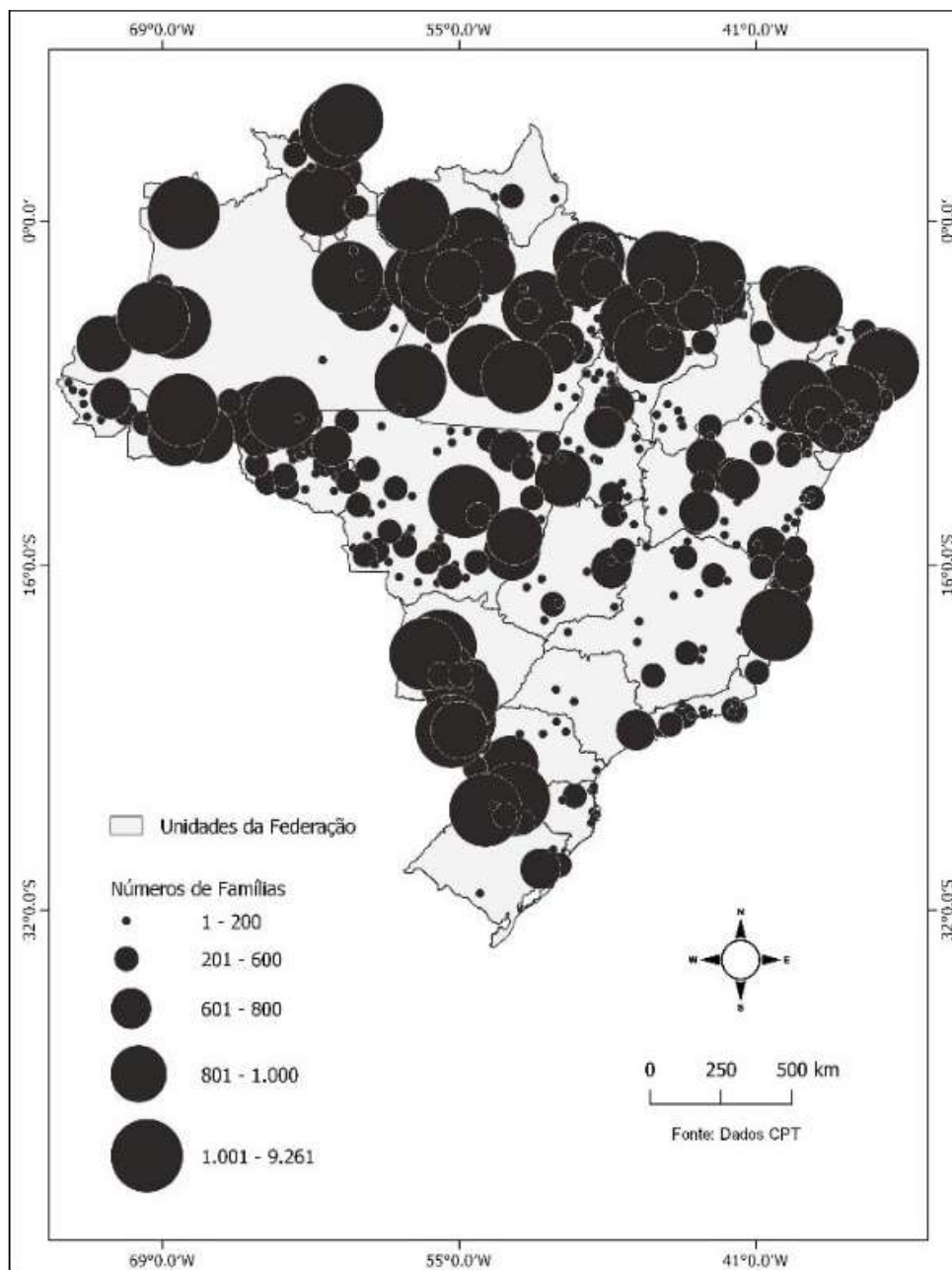
Além dos impactos da crise de 2008, que vem se arrastando até os dias de hoje. Os governos de extrema direita que foram se estabelecendo nos últimos anos em países como o Brasil, implementando políticas austeras e agindo contra os direitos da população, potencializaram todos os problemas graves que uma situação de pandemia poderia trazer. Se a gestão de situação de pandemia na cidade, que deveria pressupor certa infraestrutura de serviços para manutenção de vida da população, não proporcionou assistência, no campo a situação se agravou mais ainda e isto refletiu na dinâmica dos conflitos socio-territoriais. Foram registradas em 2020 316 ocorrências de Covid-19 e 28.858 famílias em conflitos. Somando-se aos casos de ocorrências históricas de conflitos, temos 1.892 ocorrências e 195.605 famílias em conflitos por terra e situação de Covid no Brasil (Chaves *in*: Cadernos de Conflitos no Campo, 2020).

Tais dinâmicas refletem os mapas a seguir: Mapa 9, de ocorrências de conflitos, seguindo a metodologia da CPT, pois tratava-se de um trabalho de análise sobre o Brasil. E o Mapa 10, de famílias envolvidas em conflitos no período de pandemia de Covid-19:

Mapa 9 – Ocorrências de conflitos por terra e Covid-19, em 2020

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Mapa 9 – Ocorrências de conflitos por terra e Covid-19, em 2020



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Comparando o mapa de ocorrências históricas (Chaves *in* Cadernos de Conflitos no Campo, 2020) e o mapa de ocorrências históricas com Covid-19, observamos que a maior elevação dos conflitos ocorreu nas regiões, estados e municípios já impactados pelos conflitos no campo, estados com áreas destinadas aos povos indígenas, quilombolas e assentamentos de reforma agrária. Destacam-se os Estados do Amazonas, de Roraima, do Acre, do Pará, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. Esta situação se expressa também no número de famílias em conflitos históricos e casos de Covid-19. Nesse período, quilombolas e indígenas desenvolveram estratégias de defesa contra a Covid-19 – as barreiras territoriais.

No entanto, foi o período em que mais ocorreram invasões, 121.266, aumento de hectares em conflitos na série histórica, 76.228.894,23 hectares em conflitos e a CPT forjou uma categoria chamada violação das condições de vida, com 53.456 ocorrências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após vinte e um anos de Ditadura Militar no Brasil, a Constituição brasileira de 1988 foi encarada como uma grande vitória para a nação brasileira. Legitimou a luta pelos direitos sociais das várias classes e grupos que há quase quinhentos anos vinham sendo massacrados pelas elites internacionais e nacionais que comandavam o Brasil e o comandam até hoje.

Para o campo, instituiu a propriedade privada para os povos quilombolas, determinou a concessão de uso dos territórios indígenas para indígenas, inaugurou a reforma agrária como concepção de projeto de Estado. No campo jurídico, estabeleceu a segurança da propriedade privada e comunicou sobre os papéis do Estado acerca das responsabilidades sobre políticas públicas educacionais, de saúde, segurança pública, trabalho e muitas outras. Assegurou os direitos de trabalhadores, mas sobretudo as formas de desenvolvimento do capital.

As elites nacionais aliadas às elites internacionais decidiram que as partes do documento que garantia direitos a essas populações não poderiam ser concretadas. Parte dos movimentos que estavam em unidade lutava pelo espaço, outros deles lutavam pelos territórios. As lutas não cessaram com a assinatura do documento. Elas continuam sangrentas, violentas, o que demonstra que as formas democráticas de governo implementadas com o Estado moderno, são a expressão do desenvolvimento da sociedade burguesa, de forma que a possibilidade de formação da burguesia é a possibilidade da acumulação capitalista formada sob a égide da expropriação do campo e dos recursos naturais e da exploração da massa de trabalhadores expropriadas e precarizadas.

Assim, a luta pela democracia se mantém num constante movimento espaço-temporal, como a luta pela terra, pelo território, pelo direito ao trabalho e pelo direito à vida. Interpretar o território pelo viés do conflito é fundamentalmente importante para interpretação da capacidade de transformações sociais no presente.

As lutas sociais contra a exploração e violência territorial variam na medida em que Estados Nacionais e governos disputam as formas de implementação da extração da renda e da mais-valia na região, minimamente avançam ou retrocedem na medida em que os impactos ambientais são colocados como uma questão para a destruição do planeta. Não costuma estar no horizonte dos governos a destruição das vidas que preservam ou que vivem em certa harmonia com a floresta.

Quer dizer, a defesa do neoliberalismo como modelo que defende a ideia de liberdade para empreender, da defesa da propriedade privada e da garantia da apropriação dos recursos para a economia de mercado, é sobretudo, um modelo ideológico, “produz o estreitamento do espaço dos direitos e o alargamento do espaço dos privilégios. O neoliberalismo define o indivíduo como capital humano, empresário de si mesmo, destinado a uma competição mortal que tem o nome de meritocracia... “É preciso compreender o papel econômico e político do neoliberalismo, mas também seu papel ideológico, que induz à competição, ao fracasso e ao ódio.” (Chauí, 2018)

Em 1953, o governo brasileiro criou a Amazônia Legal uma área que corresponde a 59% do território brasileiro que engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°W), perfazendo 5,0 milhões de km². Nela residem 56% da população indígena brasileira. O conceito de Amazônia impõe limites territoriais decorrente, segundo o governo, da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resumem ao ecossistema de selva úmida, que ocupa 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos. Os limites da Amazônia Legal foram alterados várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. Importante ressaltar que “O Plano Amazônia Sustentável (PAS)” de 2008 do governo Lula, considerava integralmente o Estado do Maranhão como parte da Amazônia Brasileira. (IPEA)

O fato é que os modelos de desenvolvimento e políticas públicas para o capital privado apresentados pelos governos, ora institucionalizam a violência contra as populações locais, quase sempre desinstitucionalizando a proteção social e ambiental. Dessa forma, o mapeamento das lutas na Amazônia brasileira

e na Pan-Amazônia, de um modo geral, para além de demonstrar os sujeitos que lutam pela manutenção de seus territórios e comunidades, demonstram os sujeitos que com suas próprias vidas defendem a vida das sociedades de um modo geral, na medida em que se impõem contra as formas de exploração da floresta que culmina na destruição da natureza, instituindo riscos a toda forma humana e não humana. A relação entre causas de conflitos, situação territorial dos sujeitos sociais e violências impelidas contra elas e eles, mostram a impossibilidade de se considerar a sintonia entre relações capitalistas de produção, harmonia entre classes e sociedades e sustentabilidade ambiental.

REFERÊNCIA

CHAVES, Patrícia Rocha. **Rebeldia e barbárie**: conflitos socioterritoriais na região do bico do papagaio. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CHAVES, Patrícia Rocha. “Fala Parente!” “Fala Comadre!” “Fala Vizinho!” “Fala Irmão!” – Resistência Camponesa, Indígena e Quilombola em tempos de pandemia da Covid-19. **Caderno de Conflitos no Campo**, 2020. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2021. p. 24-38. ISSN: 1676-661X.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico**. Goiânia: CPT (org.), 2020. p. 116.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Território de quem?** MST, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar**: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papirus, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de(org.). **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2020.

CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NO CERRADO

EDSON BATISTA DA SILVA

O desmatamento no Cerrado, em novembro de 2023, atingiu 571,6 km², o que correspondeu ao aumento percentual de 238%, números que significaram o pior mês desde o início da série histórica registrada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE (*Folha de S. Paulo*, 2023). O periódico informou que, de agosto de 2022 a julho de 2023, o Cerrado perdeu 11.011,6 km², elevação de 3% comparando-se ao período antecedente. No Brasil, o desmatamento do bioma contribuiu com 14% de emissões brutas de gás carbônico na atmosfera. O estado que liderou a supressão dessa vegetação foi o Tocantins, com 115,7 km², seguido pelo Maranhão, com 113,8 km², acompanhado por Minas Gerais, com 89,2 km².

O desmatamento se concentrou no Maranhão, no Tocantins, no Piauí e na Bahia, região denominada de MATOPIBA, área de expansão da fronteira agropecuária (*Folha de S. Paulo*, 2023). Há tratamento díspar do Estado com o Cerrado comparado à Amazônia. No Cerrado, é permitida a supressão de 80% da vegetação, enquanto na Amazônia esse percentual é de 20%. Porto-Gonçalves (2014) afirma que a cultura e a natureza estão imbricadas; não há defesa do Cerrado sem os povos do Cerrado, os quais conhecem os detalhes desse bioma.

Diante disso, fazem-se as seguintes indagações: Até que ponto a supressão do bioma pertence à lógica que produz os conflitos socioterritoriais? A destruição do Cerrado representou o cercamento das comunidades

camponesas, dos povos indígenas? O que isso sinalizou sobre a reprodução ampliada do capital neste bioma?

O objetivo geral é analisar os conflitos socioterritoriais no Cerrado, com atenção para o cercamento das comunidades camponesas, quilombolas e dos povos indígenas, que revelam determinada lógica de reprodução ampliada do capital no bioma. Para tanto, fez-se uso de pesquisa bibliográfica, com localização, levantamento, leitura e fichamento de referências que versam sobre o tema.

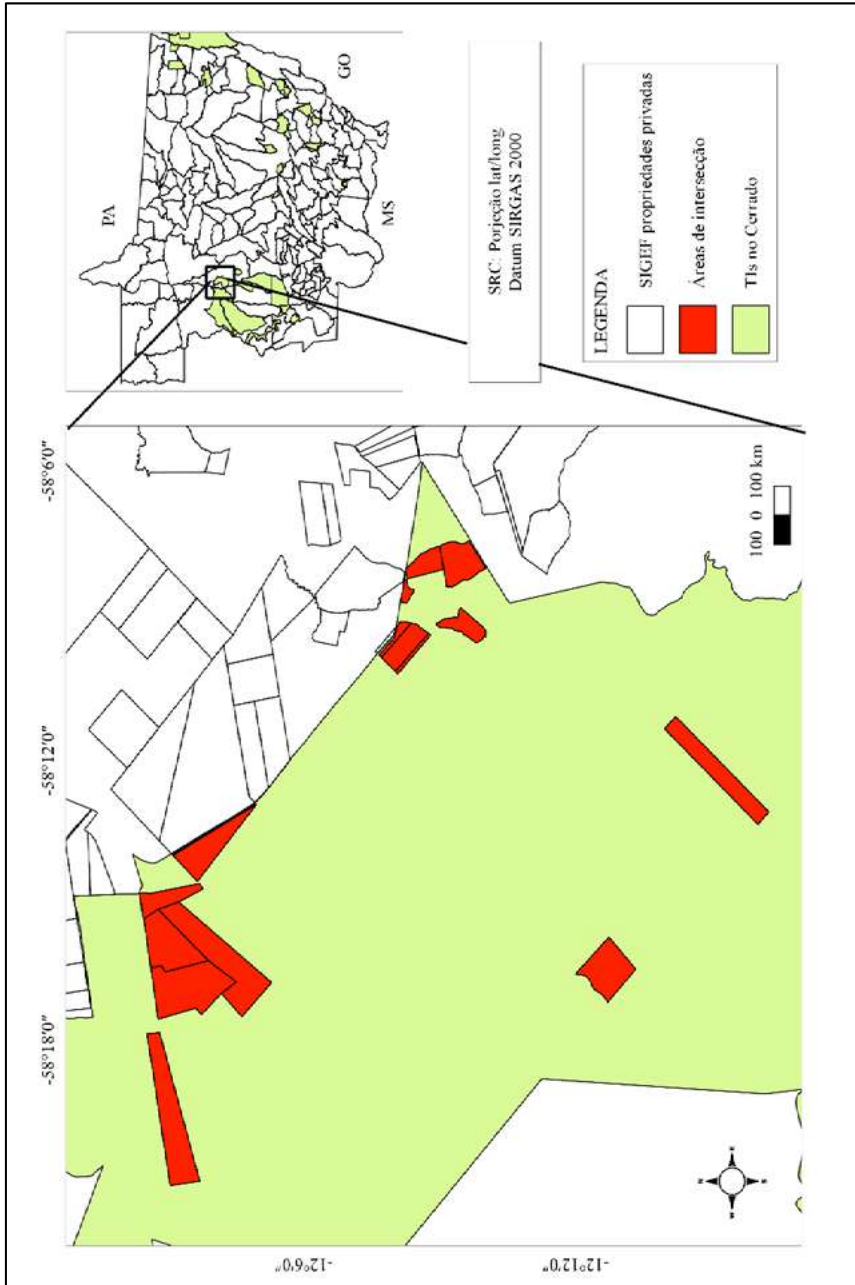
Para alcançar os objetivos aqui propostos, procedeu-se à pesquisa documental, com localização, consulta, tabulação de dados e informações que expressam formas de cercamento de comunidades quilombolas, camponesas e povos indígenas. A isso se soma o uso de dados e informações de pesquisas desenvolvidas no Programa de Mestrado Acadêmico-PPGEO, da Universidade Estadual de Goiás-UEG, de orientações de pesquisa em iniciação científica, monografias e dissertações, além de resultados divulgados em artigos, livros e apreendidos em trabalhos de campo. O texto se divide em duas seções: na primeira se discute o cerco aos povos indígenas no Cerrado, na segunda se analisa o cerco aos camponeses nesse bioma.

O CERCO AOS POVOS INDÍGENAS NO CERRADO

O Mapa 1 demonstra terras indígenas (TIs) no Cerrado do Mato Grosso. Nele se destaca a terra indígena Menku, invadida pelo colonialismo e seu processo de acumulação primitiva. Conforme o Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, as áreas em vermelho são propriedades privadas constituídas no interior da terra indígena *Menku*, pertencente ao povo indígena Irantxe, ou Myky, que se autodenomina *Manoki*. Situada no município de Brasnorte, ocupa 147.652,89 ha e, conforme o despacho 125, de 19 de abril de 2012, se encontra identificada (Terras Indígenas no Brasil, 2024).

Os dados do Sigef identificam 16 sobreposições. As propriedades privadas capitalistas instaladas no interior desta terra indígena são nomeadas como Fazenda Terol III, Fazendas São José, São José I, São José II, Fazenda Nova Canaã, Fazenda Deis, Chácara São Luíz, Sítios Natalia, Natalia I, Estância Ferreira, Sítio Rio Verde, Recanto Vô Nogueira, lote nº 395, Fazenda Tapitinga e Fazenda Luso Brasileira (Mota Jr., 2022). Latifundiários, comerciantes, industriais introduziram o cultivo de soja, milho, além da extração ilegal de madeira. Com isso, vieram as queimadas, o desmatamento, o uso desenfreado de agrotóxicos, enfim, uma série de ameaças à reprodução sociocultural dos Myky, confinados na aldeia Japuira (Mapa de conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil, 2010).

Mapa 1 – Brasil – Mato Grosso – Intersecção entre propriedades privadas cadastradas no Sigef e TI Menku, 2021



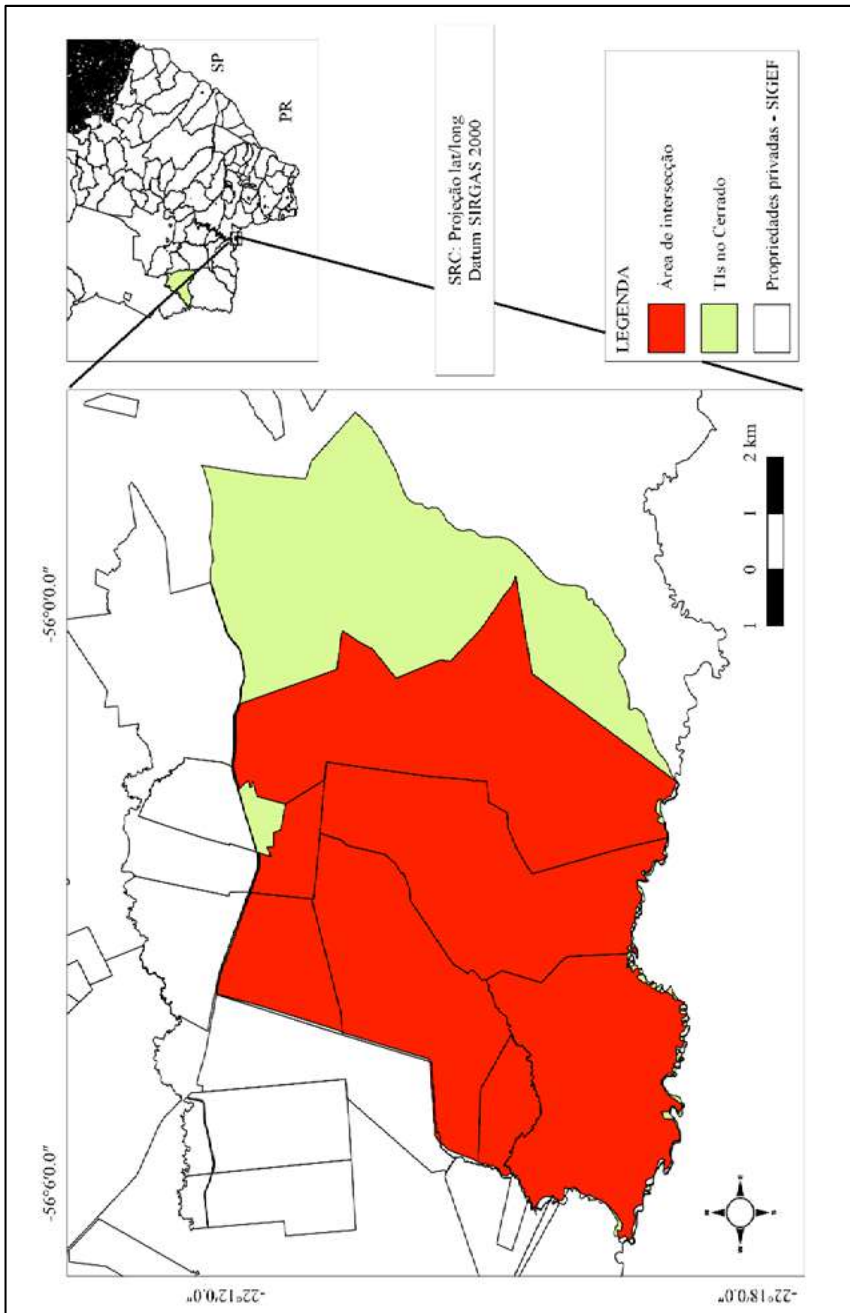
Fonte: Mota JR, Everaldo.

Segundo a publicação, o povo indígena Myky solicita revisão da terra indígena demarcada, com incorporação de 100 mil hectares, devido à ausência de estudo técnico especializado na primeira demarcação. O laudo da Fundação Nacional do Índio (Funai) mencionou 100 locais externos à terra demarcada, que se configuravam como cemitérios, áreas de caça, esbulhados por latifundiários.

Os limites da terra indígena são ocupados por grãos, bovinocultura, fibras. Historicamente, os Myky foram desterritorializados da Amazônia e “reterritorializados” no Cerrado. As expulsões se deram pelas atividades de extração da seringa, pela Marcha para o Oeste e pela instalação de linhas telegráficas. O Mapa 2 demonstra a terra indígena Nãnde Ru Marangatu, em processo de homologação, localizada no Mato Grosso do Sul, pertencente ao povo indígena Guarani Kaiowá. Nota-se que a quase totalidade dela se encontra esbulhada por proprietários privados capitalistas. Segundo o Instituto Socioambiental (2024), conta com 9.570,07 ha e 12.018 indígenas.

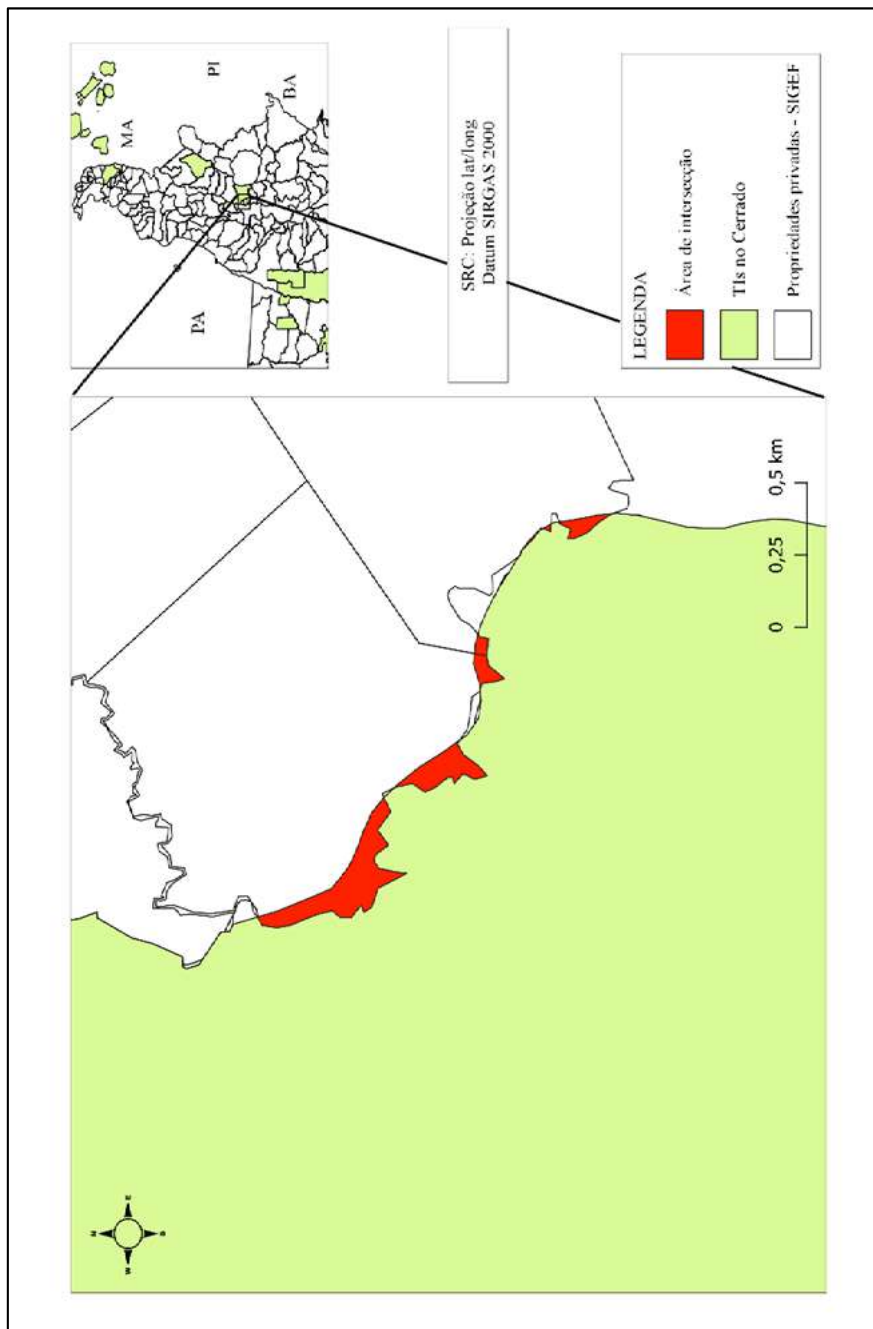
No Mapa 2 se identificam aproximadamente 12 sobreposições, com propriedades privadas capitalistas nomeadas de Fazenda Barra, Fazenda Sonho Meu e Primavera, Fazenda Santa Vitória, Fazenda Cedro, Fazenda São José, Fazenda Morro Alto, Fazenda Itá Brasília Parte II, Fazenda Fronteira, Fazenda Primavera (Mota Jr., 2022). O Mapa 3, por outro lado, expõe as TIs no estado do Tocantins, especificamente a terra indígena Xerente. Trata-se de território indígena homologado com 260.160,30 ha e contingente populacional de 2.693 pessoas (Instituto Socioambiental [ISA], 2024). Nela, oito sobreposições identificadas são descritas sobretudo como lotes, tais como: Fazenda Santo Ângelo, lotes 82, 26, 27, 29 e 30 do loteamento Lajeado (Mota Jr., 2022). O Tocantins, graças ao MATOPIBA, acentuou pós-2015 o avanço da fronteira agropecuária, com aumento exponencial do desmatamento e ameaça aos povos originários no estado.

Mapa 2 – Brasil – Mato Grosso do Sul – Intersecção entre propriedades privadas cadastradas no Sigef e TI Nãnde Ru Marangutu, 2021



Fonte: Mota Jr., Everaldo.

Mapa 3 – Brasil – Tocantins – Intersecção entre propriedades privadas cadastradas no Siget e TI Xerente, 2021



Fonte: Everaldo, Mota Jr.

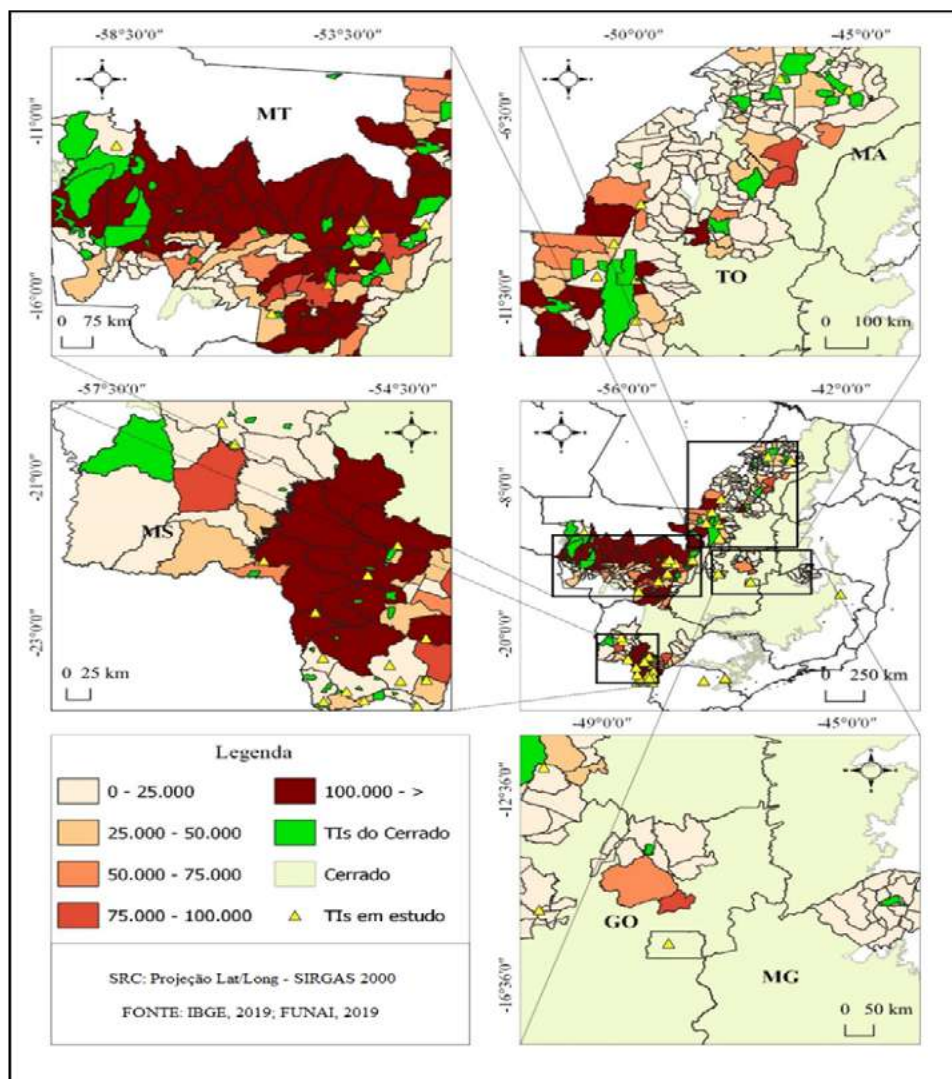
O Mapa 4 expõe o cercamento das *commodities* às TIs no Cerrado. No Mato Grosso, os municípios com maiores áreas plantadas se concentram no centro, no leste e no oeste do estado. Nessas frações do território se situam as TIs Sangradouro/Volta Grande, Bakairi, Marechal Rondon, Paresi, Tirecatina, Utirati (Mota Jr., 2022). No Mato Grosso do Sul, as *commodities* se concentram no sudeste do estado, espaço das TIs Dourados, Panambizinho, Guyraroká, Caarapó, Taquara, Jaguari, Amambai (Mota Jr., 2022). Em Goiás, os Avás-Canoeiros, praticamente dizimados pelos agentes da frente de expansão e da frente pioneira, são acossados pelo capital hidrelétrico, pela pecuária e a monocultura da soja.

No Tocantins e no Maranhão, a ação dos agentes do capital financeiro/industrial e dos latifundiários, mediados pela política pública do Matopiba, tende a ampliar a expansão dos monocultivos de soja, milho, arroz e algodão. No Cerrado, os povos indígenas são submetidos ao colonialismo e à colonialidade do poder (Mota Jr.; Silva, 2023).

A violência sistêmica que os subalterniza e os inferioriza os vê como retrocesso, como “estorvo” ao *des-envolvimento*, gerando, assim, as práticas naturalizadas de eliminação, estupro, tentativas de assassinato, segregação de espaços públicos e privados, esbulho e rapina de territórios.

A hierarquização dos sujeitos sociais que ordena as relações intersubjetivas se combina com a produção do capital e com a rapina dos territórios indígenas. O *des-envolvimento* que elimina o Cerrado também dizima os povos indígenas. O Mapa 4 revela que as TIs são sinônimo de conservação do Cerrado, enquanto os monocultivos representam a sua supressão. No próximo item, discute-se o cerco aos camponeses e outros sujeitos sociais no Cerrado.

Mapa 4 – Brasil – Cerrado – Área plantada em hectares (soja, milho, arroz e algodão), nos municípios próximos às TIs no Cerrado-2018



Fonte: Everaldo, Mota Jr.

O CERCO AOS CAMPONESES NO CERRADO

A Tabela 1 demonstra as ocorrências de violência contra a pessoa.¹ Pode-se dizer que em situações de violência contra a pessoa os camponeses, indígenas, quilombolas são mutilados, feridos, eliminados, cerceados no seu direito de circulação. No Brasil, de 1985 a 2022, 1.982 pessoas foram torturadas no campo; em Goiás, foram 51 indivíduos. A tortura envolve violência física, psicológica, sexual, ou seja, insultos, ameaças, intimidação, estupro, espancamento, asfixia cometidos ao arrepio do arcabouço jurídico-legal. A Lei nº 9.455/1997 prevê pena de quatro a dezesseis anos de prisão para situações de lesão corporal grave ou morte decorrente de práticas de tortura.

A Tabela 1 também relata 35.761 agredidos no país e 1.042 em Goiás. Isso significa dizer que podem ter sido empurrados, mordidos, chutados, espancados, golpeados com os punhos. Desse montante, no Brasil, 18.659 sofreram lesões no corpo; em Goiás, esse valor foi de 210 indivíduos. Ademais, no Brasil e no estado de Goiás, 19.119 e 1.159 foram presos, respectivamente. Na tabela também se nota que os casos de agressão, lesão corporal, tortura e prisão progrediram para situações mais graves de ameaças de morte, tentativa de assassinato e assassinatos. No estado de Goiás e no Brasil foram 162 e 10.870 ameaças de morte, 49 e 3.415 tentativas de assassinato, 81 e 3.365 assassinatos no campo, nessa ordem. Segundo a publicação *Assassinatos no Campo – crime e impunidade (1987)*, no Brasil, de 1964 a 1986, foram assassinados 1.209 camponeses. Portanto, com base nesses dados, apesar da subnotificação dos registros, em 61 anos houve 4.574 assassinatos no campo, número superior ao quantitativo populacional de inúmeros municípios brasileiros.

A Tabela 2 aponta para casos de violência contra a posse e a propriedade². De 1985 a 2022, 7.500 famílias foram ameaçadas por pistoleiros em Goiás e 411.013 no Brasil. Quanto às casas destruídas, foram afetadas 2.321 e 113.670 famílias; para pertences destruídos, 12.666 e 252.033 famílias; para situações de ameaçadas de expulsão, 8.280 e 691.921 famílias; para aquelas ameaçadas de despejo, 32.898 e 800.157 famílias e para as famílias despejadas, 52.662 e 648.277 famílias, respectivamente. A tabela também sinaliza 160.413 e 13.183.136 famílias que sofreram violência contra a posse e a propriedade

-
- 1 Conforme a CPT (2023), a violência contra a pessoa reúne ocorrências registradas de violência sofrida por trabalhadores do campo, inseridos em conflitos espaciais por água, terra, trabalho.
 - 2 Conforme a CPT (2023) se trata da síntese da soma de ocorrências que envolvem famílias expulsas, despejadas, ameaçadas de despejo, ameaçadas por pistoleiros ou que tiveram casas, roças e bens destruídos. A isso se somam situações de ameaça de invasões de terras ocupadas por camponeses, quilombolas ou povos indígenas por mineradoras, madeireiras.

em Goiás e no Brasil, o que circunscreveu uma área de 3.005.943 ha, 565.508.762 ha e 1.986 e 49.351 ocorrências, nesta ordem.

No Brasil, há a “pecha” de que organizações paramilitares são “coisas” de países latino-americanos de colonização espanhola. Os dados de famílias atingidas por tortura, pistolagem, com casas, pertences, roças destruídas, ou sujeitos presos, ameaçados, agredidos, assassinados contradizem essa afirmação.

Os métodos das organizações paramilitares de extrema direita ressoam nos métodos e nas técnicas utilizadas por grupos armados de “segurança” contratados pela oligarquia agrária em situações de conflito (Alentejano; Oliveira, 2014). A CPT/Cedoc (2016) informou que existem indícios de envolvimento da União Democrática Ruralista (UDR) nos assassinatos de Nativo da Natividade e Vilmar José de Castro, além da tentativa de eliminação do padre Francisco Cavazzuti, em Goiás (Silva, 2021).

Ao que parece, a UDR não apenas mobilizou, ocupou as ruas, mas intimidou, ameaçou e espancou lideranças camponesas (Mitidiero Jr., 2010). As famílias acometidas por violência contra a pessoa, ameaçadas de despejo, despejadas e aquelas ameaçadas de expulsão demonstram que a luta social pela terra/território não tem sido solucionada conforme os marcos legais da reforma agrária, da regularização fundiária, dos direitos constitucionais dos povos originários e comunidades quilombolas. Os conflitos de classe possuem variações ao longo dos anos de ocorrência. Em 1985 e 1986, o número de conflitos ampliou, e caiu de 1987 a 1993, e retomou a ascensão em 1994, mas de 1990 a 1991 houve queda no número de famílias afetadas. O mesmo ocorreu em 1993 e 1994 (Silva, 2021).

Segundo o autor, para as situações de famílias despejadas, houve elevação nos seis primeiros anos, descenso em 1991 e crescimento em 1992. Para as famílias ameaçadas de despejo, ascensão de 1990 a 1994, exceto em Goiás, que diminuiu no último ano. O número de famílias ameaçadas de expulsão também sofreu oscilações, uma vez que aumentou de 1986 a 1993 e recuou nos demais anos. Os pertences destruídos elevaram exponencialmente, com leve diminuição em 1988. Quanto às casas destruídas, as diminuições se deram em 1986, 1987 e 1990, com aumento em 1988, 1992 e 1993. Em Goiás, essa variável sofreu aumento em 1994 e caiu em 1991 (Silva, 2021). De modo geral, as ocupações, as resistências na terra, os acampamentos foram respondidos com a judicialização e judiciarização da questão agrária.

Tabela 1 – Brasil – Estado de Goiás – Violência contra a pessoa (1985 a 2022)

	Ano	1985-1994	1995-2002	2003-2010	2011-2016	2017-2022	Total
Torturados	Goiás	9	3	16	22	1	51
	Brasil	480	248	227	961	66	1.982
Feridos/lesão corporal	Goiás	32	23	50	105	-	210
	Brasil	7.386	1.392	549	9.332	-	18.659
Assassinados	Goiás	34	3	3	40	1	81
	Brasil	849	292	304	1.691	229	3.365
Presos	Goiás	80	324	169	583	3	1.159
	Brasil	2680	3.299	2867	9.658	615	19.119
Agredidos	Goiás	421	74	5	530	12	1.042
	Brasil	11054	3.620	2857	17.785	445	35.761
Ameaça de morte	Goiás	110	12	4	25	11	162
	Brasil	1637	978	1570	5.594	1.091	10.870
Tentativa de assassinato	Goiás	9	8	6	25	1	49
	Brasil	427	420	518	1.685	365	3.415

Fonte: Conflitos no Campo Brasil, 1985-2022. Organização: Silva, 2021.

Tabela 2 – Brasil – Estado de Goiás – Violência contra a posse e a propriedade (1985-2022)

Ano	País/estado	No de ocorrências	Área	Famílias	Famílias despejadas	Ameaça de despejo	Ameaça de expulsão	Pertences destruídos	Pistolagem	Casas destruídas
1985-1994	Goiás	131	540.454	32.063	2.534	1.006	199	59	12	341
	Brasil	5.115	105.918.843	2.845.205	44.451	33.401	36.599	8.659	82	5.611
1995-2002	Goiás	303	1.116.932	30.619	6.488	3.693	2.112	1.726	786	-
	Brasil	4.805	22.628.949	680.652	105.373	122.009	58.459	24.149	16.989	-
2003-2010	Goiás	345	452.365	44.997	14.063	4.478	782	176	228	218
	Brasil	7.535	54.620.159	2.361.271	134.157	120.061	138.078	43.236	99.620	26.283
2011-2016	Goiás	882	6.523	23.789	28.640	19.295	3.724	9.461	591	1.355
	Brasil	23.875	23.697.019	6.406.044	326.486	393.435	360.459	142.476	202.141	61.970
2017-2022	Goiás	325	889.669	28.945	937	4.426	1.463	1.244	5.883	407
	Brasil	8.021	358.643.792	889.964	37.810	131.251	98.326	33.513	92.181	19.806
Total	Goiás	1.986	3.005.943	160.413	52.662	32.898	8.280	12.666	7.500	2.321
	Brasil	49.351	565.508.762	13.183.136	648.277	800.157	691.921	252.033	411.013	113.670

Fonte: Conflitos no Campo Brasil, 1985-2022. Organização: Silva, 2021.

O Estado mediou o conflito com o pêndulo voltado para os interesses da oligarquia agrária. Para os anos de 1995 a 1999, Silva (2021) menciona que as ocorrências sofreram ascensão; em Goiás, houve variação negativa, enquanto de 2000 a 2001 refluíram no Brasil, mas em Goiás aumentaram. No período também aumentaram as famílias despejadas, com variação negativa em 1999 no Brasil e 1997/1999 em Goiás. O número de famílias ameaçadas de despejo também ampliou, com queda no final do período. No Brasil, de 2000 a 2002, houve elevação do número de famílias despejadas, com declínio em 2001. Situação similar ocorreu com aquelas ameaças de despejo. Quanto às famílias ameaçadas de expulsão, de 1995 a 1999 os valores oscilaram para mais e para menos.

De 2000 a 2002, Silva (2021) menciona que ampliou o quantitativo de famílias expulsas no Brasil; em Goiás, houve queda entre 2000 e 2001. Além disso, no intervalo de 1995 a 1999, subiram os valores de famílias com pertences e casas destruídas, com variação negativa em 1997 e 1998 para famílias com pertences destruídos no Brasil e 1996, 1998 de famílias com casas destruídas em Goiás. Entre 2000 e 2001 aumentaram as famílias com pertences destruídos, enquanto os de famílias com casas destruídas diminuíram. Em Goiás, reduziram-se os valores de famílias com pertences destruídos e ampliaram os com casas destruídas. Novamente, os dados confirmam que camponeses posseiros, sem-terra, moradores de fundo e fecho de pasto, quilombolas e indígenas disputaram o espaço, mas receberam como resposta a truculência do Estado e da oligarquia agrária.

De 2003 a 2005, houve declínio nas ocorrências de violência contra a posse e a propriedade em Goiás; no Brasil, houve recuo apenas em 2004, com oscilação positiva e negativa de 2006 a 2010; situação similar se passou entre 2011 e 2015 (Silva, 2021). De acordo com o autor, de 2003 a 2005 houve oscilações para mais e para menos no quantitativo de famílias despejadas, ameaçadas de despejo. De 2006 a 2010, de modo geral, ocorreu queda nos núcleos familiares despejados e ameaçados de despejo. No período de 2011 a 2014, ocorreu aumento das famílias despejadas e redução em 2013, 2014, com elevação em 2015. As famílias ameaçadas de despejo aumentaram, com oscilação negativa posterior. Para as famílias ameaçadas de expulsão, os valores aumentaram de 2003 a 2004, recuaram em 2005 e 2006, ascenderam em 2007, reduziram novamente, com recuperação em 2010.

Silva (2021) destaca que, de 2011 a 2014, as famílias ameaçadas de expulsão ampliaram, com pequena queda em 2015. O autor também informa que os Cadernos de Conflitos no Campo registraram as famílias afetadas por pistoagem em 1986; novos registros se deram somente a partir de 2003. Em 1986, ocorreram 12 casos em Goiás e 82 no Brasil. De 2003 a 2005, ascendeu o número

de casos, com recuo entre 2006 e 2008, e novo crescimento após esse período. Quanto aos pertences e às casas destruídas, de 2003 a 2004 houve queda dessas formas de violência. Já de 2005 a 2010, o valor de pertences destruídos oscilou para mais em 2005, 2007 e 2009, e para menos nos demais anos. Comportamento similar foi observado nas casas destruídas. Nos anos de 2011 a 2015, houve oscilações de pertences e casas destruídas. Goiás teve 3.676 famílias com danos aos pertences e 218 com casas destruídas de 2003 a 2015.

De 2017 a 2022, comparando-se a 2011-2016, as ocorrências de violência contra a posse e a propriedade diminuíram, entretanto ampliou-se a área disputada. O número de famílias afetadas por essa modalidade de violência reduziu no Brasil, mas aumentou em Goiás. O número de famílias atingidas por ameaças de expulsão, despejo e aquelas despejadas e com pertences, casas destruídas, sofreu queda, conquanto a pistolagem explodiu em Goiás.

Os dados comprovam que, nos momentos de acirramento do autoritarismo, reduzem-se as situações de violência no campo. Recuos estratégicos, realizados por avaliações de conjuntura, sinalizam riscos à vida daqueles que ocupam, acampam, retomam territórios originários. O *modus operandi* dos grupos hegemônicos também aponta para a impossibilidade de negociação, diálogo, com imposição do Estado policaresco, condescendente com ações paramilitares.

Em correlações de forças desfavoráveis, a utopia da terra/território caminha por outras táticas e estratégias; seus protagonistas procuram aglutinar forças para a retomada das ações diretas de retomada, ocupação de terras. Numa avaliação dos dados, pode-se dizer que, de 1985 a 1994, os dados se explicam pela repressão do Estado, a luta no campo foi criminalizada e reprimida, a Polícia Federal vigiou e aprisionou lideranças (Oliveira, 2007; Alentejano; Pereira, 2014).

Contraditoriamente, apesar do recuo estratégico no governo Collor, dado o bloqueio do diálogo, também se entendem os números do período pelo acirramento dos conflitos, oriundo da luta dos movimentos sociais pela reforma agrária, pelo Plano Nacional de Reforma Agrária-PNRA e pela aplicação dos artigos dessa política pública na Constituição (Silva, 2021).

A resposta oligárquica foi a criação da UDR, sua ascensão ao Ministério da Agricultura no governo Collor, suas vitórias com a letargia do PNRA e os retrocessos sobre a política de reforma agrária na Constituição. De 1995 a 2002 os movimentos sociais, sobretudo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), decidiram enfrentar o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). A isso se somou, no primeiro mandato de FHC, a política econômica,

com redução de políticas públicas para o agronegócio. O aumento dos conflitos de classe no campo fez com que FHC promulgasse a medida anti-invasão, que impediu por dois anos vistorias em áreas ocupadas e a negação do direito à terra aos participantes das ocupações. Alentejano e Pereira (2014) afirmam que nesse momento houve adesão ao modelo de reestruturação econômica neoliberal; a reforma agrária se converteu em política assistencialista de alívio da pobreza. Marchas, ocupações e acampamentos foram enfrentados com criação do MEPF (Ministério Extraordinário de Política Fundiária).

A isso se somaram ações de criminalização, com acusações de esbulho, formação de quadrilha, desobediência civil praticadas pelas lideranças e militantes dos movimentos sociais (Mitidiero Jr., 2010). Conforme o autor, a violência contra a pessoa, a posse e a propriedade também se manifestou na profusão de interditos proibitórios, despejos e liminares de reintegração de posse. Já no período de 2003 a 2010, os números se explicam pela disputa no campo pelo governo Lula, pelo descenso da luta dos movimentos sociais pós-2005, pelo robusto apoio do Estado ao agronegócio e ao modelo extrativo agroexportador, pela permanência da judicialização e judiciarização da questão agrária (Mitidiero Jr, 2010; Oliveira, 2007).

O período de 2011 a 2016 informa a manutenção dos interesses dos agentes do modelo acumulativo agroexportador, o abandono da política de reforma agrária, a crise econômica oriunda do descenso de demandas de *commodities* pela China.

Por outro lado, no interregno de 2017 a 2022, se radicaliza o projeto de economia política do agronegócio (Alentejano, 2020; Delgado, 2013). São aprovadas normatizações e políticas públicas contrárias às nações indígenas, às comunidades quilombolas e ao campesinato (Leite; Tubino *et al.*, 2019).

As forças conservadoras, de extrema direita instalam as agendas ultraneoliberal, fundamentalista religiosa e reacionária. Segundo Leite e Tubino *et al.* (2019), a reforma trabalhista, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, a Medida Provisória nº 733, o Acórdão nº 755, a Medida Provisória nº 759, os ataques à Fundação Nacional do Índio-Funai e as alterações na Lei Agrária nº 8.629, de 1993, atingiram os subalternizados do campo.

Existiram também práticas e ações de fascistização de agentes de poder do Estado. No governo Bolsonaro, os movimentos sociais se tornaram inimigos do Estado (Alentejano, 2020). Além disso, houve maior salvo conduto para a eliminação de lideranças e militantes sociais, o que se somou às ações biopolíticas e à intensificação de acumulação originária nos territórios indígenas. Vide, a título de exemplo, o fenômeno dos garimpos ilegais e de violações de

direitos a saúde dos Yanomami. Em Goiás, a Lei nº 22.419/2023 criminalizou as estratégias de luta dos movimentos sociais. Conforme a CPT-Regional Goiás (2023), sob alegação de segurança pública às faixas de domínio e faixas lindeiras, o governo de Goiás prescreveu ações de identificação, imputação de crimes e penalização a sujeitos sociais que ocupem margens de rodovias estaduais e federais em Goiás.

No texto “legal”, acampados às margens de rodovias são nomeados de invasores os acampamentos qualificados como ilícitos; os policiais são autorizados à prática da condução coercitiva de acampados, apreensão de materiais, indiciamentos e exclusão deles dos programas sociais goianos (CPT, Goiás, 2023). A legislação atingiu 3 mil famílias acampadas e 51 acampamentos situados em rodovias estaduais e federais.

Segundo a CPT-Regional Goiás (2023), a Federação dos(as) Trabalhadores(as) da Agricultura do estado de Goiás afirmou que o governador de Goiás sempre apoiou o latifúndio, mesmo improdutivo. A criminalização dos movimentos sociais ocorre desde 2021, momento em que a polícia militar mapeou lideranças e dirigentes sindicais do campo. A Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO), o Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários (DMCCA) emitiram notas que sinalizaram a inconstitucionalidade da lei.

O corpo mutilado, agredido, eliminado, acossado pela violência sistêmica, institucional, também é objeto de acumulação primitiva. A Tabela 3 demonstra que de 1974 a 2023, 11.917 trabalhadores foram escravizados e 10.605 foram superexplorados em Goiás. Há um vínculo entre a reprodução do microespaço do corpo e a reprodução do capital no espaço hegemônico do agronegócio (Silva, 2021).

Conforme os dados e informações qualitativas disponibilizadas pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc/CPT [1974-2022]), pelo Ministério do Trabalho e Emprego, especificamente pelo Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil, o trabalho análogo ao de escravo e a superexploração do trabalho em Goiás ocorre na pecuária, seja na produção de ração, na formação e roçagem de pastagens, no manejo de vacas leiteiras ou na construção de cercas.

Acrescenta-se que tal situação trabalhista também se passa no setor sucroenergético, na avicultura, cafeicultura, silvicultura, olericultura, citricultura, sojicultura. Soma-se a isso a escravização na colheita de cereais, leguminosas, colza, gergelim, milho, algodão, sementes, batata, pimenta, além das carvoarias, olarias, mineração, extração de látex. Costa e Silva (2022), de modo

similar, destacam que no Brasil os setores de criação de bovinos para corte, cultivo de arroz, fabricação de álcool e cultivo de cana-de-açúcar são aqueles que mais fazem uso do trabalho análogo ao de escravo. O autor informa que os dados de trabalho análogo ao de escravo são inspecionados pelo Estado somente pós-1995, contudo a CPT os registra desde 1980. Os valores dispostos na Tabela 3, que compreende o período de 1974 a 1984, foram obtidos nos documentos digitalizados pelo Cedoc/CPT; os referentes a 1985-2022 foram extraídos do periódico *Conflitos no Campo Brasil* e os de 2023, tabulados do Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil. Assim, o primeiro período certamente apresenta maior subnotificação.

Tabela 3 – Goiás – Trabalhadores escravizados e superexplorados na escala municipal, (1974 a 2023)

Ano	Municípios goianos	N. de trabalhadores escravizados	No de trabalhadores superexplorados
1974	Crixás	2	-
1976	Jussara	43	-
1976	Crixás	5	-
1976	Itaguaru	-	5
1977	Damianópolis	180	-
1977	Fazenda Nova	-	1
1978	Anápolis	20	-
1979	Crixás	9	-
1979	Rio Verde, Santa Helena	25	-
1981	Goianésia	-	1.500
1982	Jaraguá	-	1
1982	Bela Vista	-	1
1983	Minaçu	26	-
1983	Jaraguá	37	-
1984	Bela vista	2	-
1984	Santa Helena	-	150
1987	Inaciolândia	115	-
1988	Inhumas, Niquelândia, Acreúna	400	2.008

continua...

Ano	Municípios goianos	N. de trabalhadores escravizados	No de trabalhadores superexplorados
1989	Carmo do Rio Verde, Santa Helena	-	53
1990	Maurilândia, Luziânia, Itumbiara, Cristalina, Rio Verde	242	396
1993	Maurilândia, Indiara	1.136	-
1995	Pirenópolis, Damianópolis, Planaltina	70	-
1997	Fazenda Nova, Jataí, Turvelândia, Rio Verde, Piracanjuba, Cachoeira Dourada, Inaciolândia, Itumbiara	288	149
1998	Goianópolis, Perolândia, Mineiros, Santa Rita do Araguaia, Silvânia	149	22
1999	Bom Jardim de Goiás, Maurilândia	19	228
2000	Montividiu, Cabeceiras, Guapó	24	43
2004	Jataí, Campo Alegre de Goiás, Porangatu, Bonópolis	159	-
2005	Campinaçu, Cristalina, Doverlândia, Formoso, Bonópolis, Pirenópolis, Portelândia, Santa Rita do Araguaia, Mineiros, Mutunópolis, Mara Rosa, Santa Terezinha de Goiás, Formosa, São Miguel do Araguaia, Aruanã, Serranópolis, Vila Boa	450	434
2006	Rubiataba, Catalão, Posse, Turvelândia, Maurilândia, Goiatuba, Itumbiara, Porangatu	4.154	720
2007	Turvelândia, Goiatuba, Ipameri, Itarumã, Inhumas, Mairipotaba, Trindade, Barro Alto, Morrinhos, Brazabrantes, Palmeiras de Goiás, São Luís do Norte	658	4.251

continua...

Ano	Municípios goianos	N. de trabalhadores escravizados	No de trabalhadores superexplorados
2008	Campo Alegre de Goiás, Cristalina, Jataí, Montes Claros de Goiás, Porteirão, Quirinópolis, Bom Jesus de Goiás	867	618
2009	Campo alegre de Goiás, Catalão, Inhumas, Itarumã, Joviânia, Minaçu, Serranópolis, Vianópolis, Vila Propício, Goiandira	328	25
2010	Aragarças, Aragoiânia, Britânia, Joviânia, Jussara, Mineiros, Monte Alegre de Goiás	416	-
2011	Anicuns, Aporé, Araguapaz, Crixás, Gouvelândia, Itajá, Montes Claros de Goiás, Novo Planalto, Paraúna, Santa Terezina de Goiás, São Miguel do Araguaia, Vianópolis, Vicentinópolis	339	-
2012	Anicuns, Bonópolis, Cristalina, Indiará, Itajá, Jataí, Jussara, Montes Claros de Goiás, Piranhas, Rio Verde, Vianópolis	145	-
2013	Abadia de Goiás, Campo Alegre de Goiás, Cristalina, Crixás, Goiânia, Jaraguá	59	-
2014	Caldas Novas, Guapó, Jataí, São João D'Aliança, São Miguel do Araguaia	60	-
2015	Alexânia, Novo Gama	5	-
2016	Minaçu	1	-
2017	Paraúna, Serranópolis	19	-
2018	Bonópolis, Cachoeira Alta, Colinas do Sul, Goiás, Ivolândia, Mambai, Piranhas, São Miguel do Araguaia, Serranópolis	126	-

continua...

Ano	Municípios goianos	N. de trabalhadores escravizados	No de trabalhadores superexplorados
2020	Campo Limpo de Goiás, Joviânia, Davinópolis, Rio Verde, Vicentinópolis	40	-
2021	Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alto Paraíso, Aporé, Caldas Novas, Cristalina, Formosa, Goiânia, Jataí, Luziânia, Nova Crixás, Paraúna, Piranhas, Pontalina	302	-
2022	Cristalina, Goiandira, Montes Claros de Goiás, Nazário, Quirinópolis, Rio Verde, Santa Bárbara de Goiás, Santa Cruz de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, São Simão, Serranópolis, Sítio D'Abadia, Trindade	258	-
2023	Itumbiara, Acreúna, Nova Glória, Monte Alegre de Goiás, Caçu, Itarumã, Itajá, Quirinópolis, Goianápolis, Novo Gama	739	-
Total	-	11.917	10.605

Fonte: Cedoc, CPT, 2023; Conflitos no Campo Brasil (1985-2022), MTE-Radar SIT, 2023. Organização: Silva, 2021.

Em Goiás, num montante de 246 municípios, houve ocorrência de trabalho análogo ao de escravo e superexploração do trabalho em 43,08% deles. Levando em conta o princípio espacial da distribuição, essas formas aviltantes de trabalho foram registradas em todas as mesorregiões de Goiás, com destaque para o Centro e o Sul do estado. No município de Goianésia, em 1981, foram identificados aproximadamente 1.500 trabalhadores superexplorados na usina Goianésia, no corte de cana-de-açúcar; em Acreúna, em 1988, esse montante foi de 2.000 trabalhadores; na Usina Rio Verdão, em Rubiataba, no ano de 2006, 700 operários eram superexplorados no corte de cana-de-açúcar pela Usina Cooper Rubi (Cedoc/CPT, 2016). Conforme essa entidade, na localidade de Maurilândia, em 1993, 1.000 trabalhadores foram encontrados escravizados na Agropecuária Primavera, no corte de cana-de-açúcar.

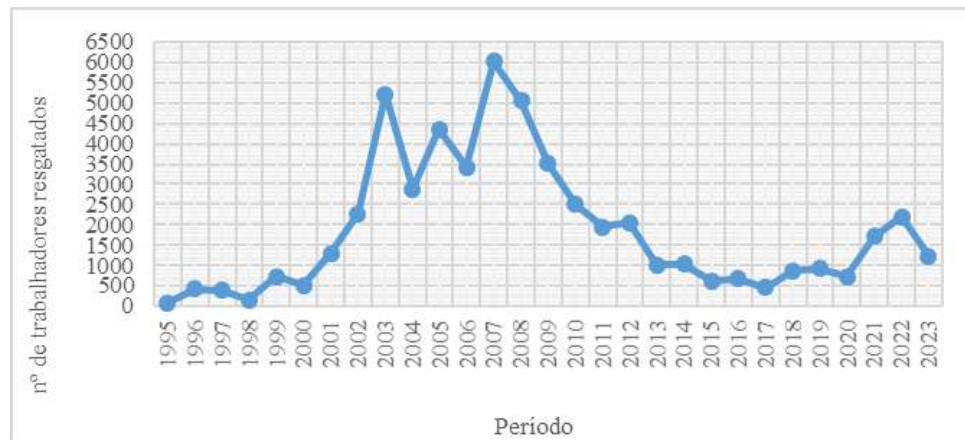
Já em Turvelândia, Maurilândia, Goiatuba e Itumbiara, no ano de 2006, 4 mil trabalhadores foram escravizados nas Usinas Vale do Verdão e Goiatuba Álcool, no cultivo de cana-de-açúcar. A essas situações se somam registros de escravização do trabalho infantil. No município de Rio Verde, em 1990, 42 crianças foram escravizadas na Fazenda da Fundação de Assistência ao Menor Aprendiz (Cedoc/CPT, 2016). No ano de 1997, em Piracanjuba, 150 crianças foram escravizadas na colheita de tomate e feijão, situação que se repetiu em Rio Verde e Turvelândia, com 25 e 39 crianças escravizadas na colheita de tomate, feijão e cana-de-açúcar, respectivamente.

Ainda naquele ano, em cachoeira Dourada, Inaciolândia e Itumbiara, 40 crianças viviam condição de trabalho similar na colheita de algodão. Em Goianápolis, no ano de 1998, três crianças viviam condições de escravização na colheita de tomate, situação idêntica vivida por cinco menores de idade numa carvoaria em Santa Rita do Araguaia.

Igualmente, em 2000, três crianças foram escravizadas na colheita de alho em Montividiu e 15 crianças no município de Pirenópolis, escravizadas na colheita do tomate e submetidas à ingestão de água contaminada com agrotóxicos. Já em 2010, dois menores de idade foram escravizados em Monte Alegre de Goiás, na bovinocultura. As notificações de trabalho análogo à de escravo infantil se ampliaram pós-2018. Nesse ano, um caso foi encontrado em Goiás, enquanto em 2020, 2021 e 2022 foram identificados 2, 10 e 2 menores de idade em condições de escravização.

No aspecto temporal o registro de trabalhadores escravizados no campo fica ao alvitre da política de Estado para o provimento de condições de trabalho e pessoal ao grupo de fiscalização móvel do Ministério do Trabalho, formado por auditores fiscais do trabalho (Gráfico 1).

Se não há fiscalização, não há registro de trabalhadores escravizados e superexplorados. Os valores ínfimos de 1974 a 1984 se devem à ausência de qualquer instrumento repressivo, fiscalizatório (Tabela 3). Os números modestos de 1987 a 1995 sinalizam a existência do problema, contudo revelam a subnotificação e a (in)operância do Estado. De 1995 a 1997 houve ascensão e estabilidade no número de trabalhadores libertos no Brasil. Entre 1998 e 2000, os números oscilaram, enquanto de 2000 a 2003 houve ampliação (Gráfico 1). Nos anos de 2004 a 2006 novamente se deram variações, com recuperação em 2007 e queda vertiginosa de 2008 a 2011. Após tênue recuperação em 2012, os valores se mantiveram irregulares de 2013 a 2020, com oscilações ascendentes e descendentes, enquanto de 2021 a 2023 houve elevação no número de trabalhadores libertados.

Gráfico 1 – Brasil – Trabalhadores escravizados, 1995-2023

Fonte: MTE-Radar SIT, 2023. Organização: Silva, 2021.

Pós-1995, o Estado criou o grupo de fiscalização móvel no Ministério do Trabalho, após denúncias de trabalho análogo ao de escravo na fronteira agrícola. As oscilações e quedas nos números de trabalhadores libertos se explicam por disputas de classe no interior do Estado. Segundo Costa e Silva (2022), os agentes capitalistas desconsideraram a condição humana como o principal bem jurídico que deve ser protegido. Com isso, firmam oposição constante aos avanços alcançados no combate ao trabalho análogo ao de escravo. As autoras informam, sustentadas em dados do Sindicato de Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), que em 2015 havia oito equipes de fiscalização móvel no Ministério do Trabalho; em 2020, esse número se reduziu para cinco, com diminuição de auditores fiscais na ativa.

A isso se somam as táticas dos agentes capitalistas para burlar as fiscalizações, como o uso de contratos curtos de trabalho. Costa e Silva (2022), com base nos dados de seguro-desemprego, informam que, de 2003 a 2018, os estados do Pará, Mato Grosso e Goiás foram campeões em trabalho análogo ao de escravo no Brasil. As autoras dizem que os escravizados majoritariamente são homens, jovens, analfabetos, semianalfabetos, negros, trabalhadores rurais.

Martins (2010) argumenta que o Brasil, em 1850, substituiu o cativo humano pelo cativo da terra, a coerção do trabalho se transmutou para a coerção da terra. O trabalho escravo do período colonial, imperial diverge do que se denomina de trabalho análogo ao de escravo. O trabalho análogo ao de escravo não é regido por leis e costumes, o trabalhador não é uma mercadoria legal (Martins, 2009).

O trabalho análogo ao trabalho escravo também não é aceito social e juridicamente. A forma de tipificação não inclui apenas a coerção da liberdade do trabalhador, envolve modos de contratação, gestão da mão de obra, condições de trabalho, como oferta de alimentos estragados e alojamentos insalubres. Portanto, considera a coerção direta e indireta, o que inclui a coerção física, a jornada exaustiva e as condições degradantes de trabalho (Costa; Silva, 2022).

De acordo com as autoras, não é necessário grilhão para atentar contra a dignidade humana, basta o aliciamento, o endividamento, a jornada exaustiva, a ausência de pagamento e de condições dignas de trabalho. A isso se somam o uso de instrumentos econômicos, morais, a coerção invisível do mercado de trabalho e a descartabilidade do trabalhador. Mas o termo é objeto de disputa política, ideológica, econômica, jurídica.

O Brasil, de modo inovador, comparado às convenções nº 29 e 105 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que se limita à mobilização e à coerção física direta, reconhece a coerção do mercado de trabalho, que inclui as jornadas exaustivas e as condições de trabalho degradantes nas tipificações do fenômeno no art. 149 do Código Penal e delimita tais tipificações na Lei nº 10.803, de 2003 (Costa; Silva, 2022). Segundo as autoras, o texto legal tem sido objeto de tentativas de reformulação, com intuito de restringir o conceito ao uso de coerção direta, sobretudo depois da Emenda Constitucional nº 81, que prevê a expropriação sumária de propriedades rurais que submetam trabalhadores à condição análoga à de escravo, com destinação das terras à reforma agrária.

Informa-se que isso já é previsto na Constituição de 1988, no art. 186, todavia não regulamentado por lei específica. A Frente Parlamentar Agropecuária argumenta que o conceito de trabalho análogo ao de escravo é inadequado, subjetivo e incorre em avaliações subjetivas nas fiscalizações do Ministério do Trabalho (Costa; Silva, 2022). No entanto, os pareceres dos fiscais se fundamentam nos critérios das normas de segurança do trabalho e nos direitos trabalhistas. As ações contrárias também abrangem a suspensão da “*lista suja*” de empregadores com trabalhadores em condições análogas à de escravo, entre 2014 e 2016, pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O Projeto de Lei nº 3.842/2012 propôs a eliminação da jornada exaustiva, das condições degradantes e a criminalização do intermediário, denominado de “gato”. Há, também, a Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº 1.129, de 2017, que restringiu a condição análoga à de escravo ao cerceamento de ir e vir, à retenção de documentos e à ameaça física, além da redação de boletim de ocorrência lavrado por autoridade policial para inclusão de

empregadores na lista suja. Adiciona-se a extinção do Ministério do Trabalho e Emprego no governo de Jair Messias Bolsonaro (Costa; Silva, 2022).

Os dados arrolados são subdimensionados, pois o número de trabalhadores superexplorados e escravizados é bem superior aos registros. Mas os números sinalizam a acumulação primitiva no processo de produção do capital no Cerrado e em Goiás. As condições de trabalho expressas no manifesto comunista estão vivas.

CONCLUSÃO

É de fácil compreensão que há um cercamento multifacetado, fiado na apropriação da renda da terra, da vida, na privatização dos bens comuns, na fertilidade fabricada, no monopólio dos preços, na destruição do *agri-cultor* (Silva, 2021). O cerco material, instrumental promove violência simbólica, objetiva, instalam-se contradições, que originam conflitos, expressos nas disputas espaciais. Os conflitos no Cerrado e em inúmeros biomas, convertem esses espaços em territórios, eivados de disputas, reações, proposição de outros projetos de estruturação e rearranjo do espaço material. A acumulação primitiva no interior das TIs confirma que o colonialismo e a colonialidade do poder são projetos em curso no Brasil.

O Cerrado e os povos indígenas são vistos como “estorvo” ao progresso e ao *des-envolvimento*. Os dados confirmam que a destruição do Cerrado é sinônimo de eliminação dos povos indígenas. O cerco aos povos originários é material porque nos limites das TIs estão as *commodities*, a pecuária de corte, no seu interior estão os efeitos dos agrotóxicos, das sementes transgênicas, da adução química, do garimpo, da extração de madeira, do desmatamento do espaço circundante. Toda essa violência é alicerçada pela (in)operância do Estado, que sempre foi condescendente com a grilagem, com os garimpos ilegais e com o esbulho das terras indígenas. E isso é simbólico porque as relações intersubjetivas na América Latina são mediadas por hierarquizações. Nelas os povos indígenas são ridicularizados, subalternizados, vistos como sujeitos sociais inferiores.

As formas de violência demonstradas dizem que no capitalismo contemporâneo brasileiro a expulsão da terra de trabalho/morada da vida, a negação do direito constitucional de direito à terra, se somam à exploração extrema da força de trabalho. A produção do capital, a acumulação primitiva e a extração da mais-valia absoluta estão na expulsão do camponês posseiro de fundo e fecho de pasto. A violência também ocorre na prisão dos povos originários, assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, agressões, na

destruição de roças, pertences e casas. O corpo indígena mutilado de seu território originário, o corpo quilombola, camponês, arrancados de sua terra ancestral, são eliminados pelo excesso de trabalho, pela alimentação insuficiente, por exigência de médias de produção. O cativo da terra não extinguiu o cativo humano, os senhores de terras se convertem em donos de pessoas. Parafraseando Oliveira (2013), a modernidade no Brasil se alimenta e se reproduz de forma ampliada por meio do atraso.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo R. R. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contrarreforma em marcha acelerada. **Revista da Anpege**, Campo Grande, v. 16, nº 29, 353-392, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- ALENTEJANO, Paulo; PEREIRA, João Márcio M. El agro brasileño: de la modernización conservadora a la hegemonía del agronegocio. *In: BÓRQUEZ, Luciano Concheiro; PORTO GONÇALVES, Carlos Walter et al. (org.). Capitalismo: tierra y poder em América Latina (1982-2012)*. Cidade do México, México: Casa Abierta al tiempo, 2014. p. 63-130.
- BRASIL. Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providências. **Presidência da República Casa Civil-Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, 1997. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO. **Conflitos no campo Goiás – Subfundo Conflitos no Campo**. Goiânia: CPT, 2016. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc>. Acesso em: 2 jan. 2014.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil-1986/2022**. Goiânia: CPT, 2023. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: 9 jan. 2023.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/REGIONAL GOIÁS. **Governador sanciona lei que criminaliza famílias que vivem em acampamentos às margens de rodovias no estado de Goiás**. Goiânia: CPT, 2023. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: 9 jan. 2024.
- COSTA, Laise Stefany Santos; SILVA, Marileide Alves da. Trabalho análogo ao de escravo: Disputa do conceito e políticas públicas de enfrentamento no Brasil. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, nº 61, p 206-239, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP>. Acesso em: 12 de jan. de 2024.
- DELGADO, Guilherme Costa. Economia do agronegócio (2000) como pacto de poder com os donos da terra. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. p. 60-68, jul. 2013. Edição especial.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ-FIOCRUZ. **Mapa de conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 9 jan. 2024.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA) **Povos indígenas no Brasil**. São Paulo: ISA, 2024. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org>. Acesso em: 23 jan. 2024.
- LEITE, Acácio Zuniga; TUBINO, Nilton Luís Godoy *et al.* Políticas públicas para terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro. *In:*

AZEVEDO, Jose Sergio Gabrielli de; ALVES JR., Antônio José *et al.* (org.). **Brasil: incertezas e submissão?** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 171-189.

MAES, Jéssica. Desmatamento em novembro cresce 238% no Cerrado e cai 68% na Amazônia: números são os piores da história no Cerrado para o mês, mas os melhores na Amazônia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 dez. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 23 jan. 2024.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 193-194

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão. *In*: MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 71-87.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil**. Brasília: MTE, 2024. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba**. Curitiba: Editora CRV, 2010. 359 p.

MOTA JR. Everaldo da. **Contextos ambientais de terras indígenas na fronteira do Cerrado**. 2022. 134 p. Dissertação (mestrado) – Programa Acadêmico de Mestrado em Geografia, Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2022.

MOTA JR., Everaldo da; SILVA, Edson Batista da. Acumulação primitiva em territórios indígenas no Cerrado: processos e estratégias. **Revista da Anpege**, nº 38, p. 3-33, 2023. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Assassinatos no Campo: crime e impunidade, 1964-1986 (relatório dos trabalhadores rurais sem-terra)**. São Paulo: Global Editora, 1987. 591 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. 185 p.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista e o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013. 150 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO-OIT. **Trabalho Forçado ou Obrigatório-CO29**. Suíça-Genebra: ONU, 2024. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil>. Acesso em: 13 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO-OIT. **Abolição do trabalho forçado-C105**. Suíça-Genebra: ONU, 2024. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil>. Acesso em: 13 jan. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entrevista descolonizar o pensamento, condição para a sustentabilidade: diálogo com o Carlos Walter Porto-Gonçalves. **Revista Sustentabilidade em debate**, nº 3, p. 159-168, set./dez. 2014. Disponível em: <https://sumarios.org/revista>. Acesso em: 25 jan. 2024.

SILVA, Edson Batista da. **Camponeses: cercados e a contrapelo**. Curitiba: CRV, 2021. 517 p.

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. **Terra indígena Menku**. São Paulo: Terras indígenas no Brasil, 2024. p. 1. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ECONOMIA SOLIDÁRIA LATINO-AMERICANA

Ancestralidade comunitária e resistência territorial

MARIA ROSANA DA COSTA OLIVEIRA
CLAUDIO UBIRATAN GONÇALVES

Entendemos a América Latina enquanto espaço original (Quijano, 2005), onde se inaugura o tempo padrão de poder moderno colonial e, conseqüentemente, territórios de onde se forjaram resistências a sua formulação. Resistências exercidas não por uma única classe, mas por múltiplos sujeitos (indígenas, afro, camponeses, outros) com suas organizações sociais, econômicas e territoriais próprias, nas quais os princípios da reciprocidade e da cooperação já estavam enraizados antes mesmo da formulação teórica do que viria ser a “Economia Social”. Tanto foi assim que, idealizadas, inspiraram utopias europeias dos séculos XVI a XVIII.

Diante das sucessivas formas de opressão, apresentam-se transformadas, recriadas a partir e nos territórios independentes da sua escala de ação. Sua principal característica é a presença da solidariedade nas suas práticas e princípios. Consideramos pertinente explicar as economias solidárias não somente com base na perspectiva da crise econômica e laboral dos anos 1970, pois compreendemos que essa visão não abarca a multiplicidade de sujeitos e experiências que fogem ao limite urbano, a fábrica, construindo redes para além do comércio, mas redes de vizinhança, cuidado, reciprocidades em torno de questões que envolvem debates para além do econômico, mas do ambiental e de gênero, debates irracionais para o sistema capitalista utilitarista, que cotidianamente cobra o sentido e a relevância de essas outras economias existirem e reexistirem. De acordo com Santana Júnior (2006, p. 2):

Se na Europa a gênese de atividades econômicas com solidariedade esteve relacionada com as reminiscências do trabalho associado e comunitário e a luta dos artífices em se contraporem à forma e à organização fabril capitalista, alimentada pelos ideais da revolução francesa (E.P. Thompson, 1987), na América Latina o começo de uma economia com solidariedade foi gestado a partir das estratégias de sobrevivência dos indígenas, dos negros e de parcelas dos imigrantes que estavam marginalizados na lógica produtiva aplicada na região.

Nesse sentido, pensar a *Economia Solidária* na América Latina exige análise de elementos da sua formação histórico-social, pois só assim seria possível perceber a dinâmica, a abrangência e as possibilidades do fenômeno na região. Orientamo-nos pela relevância das economias não capitalistas ou naturais enquanto “muralhas” no processo de expansão do sistema colonial, pelo rompimento destas enquanto condição para o controle dos territórios, o extermínio, a exploração dos corpos e a extração dos bens naturais. Isso demonstra que o sistema econômico ancestral estava enraizado nas relações sociais muito além das trocas materiais. Ele perpassava a subjetividade, a espiritualidade, as interações com a natureza entre as comunidades, a partir dos seus territórios, territórios entendidos desde a acepção ancestral, enquanto espaços de vida, de construção coletiva e comunitária (Marques, 2020). Desse modo, como atividade inerente a todas as sociedades, a economia assumiu inúmeras formas que não decorriam necessariamente de escassez ou da existência de fins alternativos (Polanyi, 2012). De acordo com Polanyi (2012, p. 236):

O clã e o totem, o sexo e o grupo etário, o poder da mente e as práticas cerimoniais, o costume e o ritual, todos eram instituídos por sistemas sumamente complexos de símbolos, enquanto a economia não era designada por nenhuma palavra que transmitisse a importância do abastecimento de víveres para sobrevivência animal do ser humano.

As formas de integração das comunidades eram atravessadas de solidariedade, reciprocidade, cooperação e dádiva. O propósito destas trocas era tornar as relações mais próximas. Apesar das hierarquias sociais, existia uma sociabilidade na qual preponderava o cuidado com o outro, a ação coletiva e o sentido de pertencimento a uma comunidade. A família extensa aparece como unidade de produção e consumo. A circulação econômica entendida era guiada pela lógica da reciprocidade. Não havia o conceito de propriedade como direito de dispor de objetos definidos, nem o de racionalismo econômico, do qual se costuma abordar as teorias econômicas, mas uma interação com o meio ambiente natural, na medida em que este lhes proporcionava meios para satisfazer suas necessidades.

A ruptura entre essas relações ocorreu com a chegada do mundo moderno, quando os elementos mercantis em expansão se combinaram e tragaram para

si a força de trabalho e a terra. Nos países europeus, a luta contra as estruturas sociais primitivas manifesta-se sob a forma de política colonial (Luxemburgo, 1976). O colonialismo, base do sistema capitalista em expansão, exemplifica este processo não natural, patrocinado por Estados Europeus que representavam o período de transição de uma idade média dominada pela religião para a época moderna, em que os bens materiais estão na ponta das escalas de valores – a conquista de territórios com abundância de valores de uso e uma estrutura material concreta.

Desse modo, a economia natural oferecia rígidas barreiras às necessidades do capital (noção de propriedade, solidariedade orgânica, percepção distinta da natureza), que eram territórios de sentidos múltiplos com línguas, culturas, religião e deveriam ser arbitrados pela nova ordem mundial para se tornarem homogêneos. A nova racionalidade econômica, portanto, será incorporada nas relações sociais a partir de um referencial ocidental. Confirmando esta perspectiva, ao pesquisar os sistemas econômicos primitivos, conclui que foram as sociedades ocidentais que, muito recentemente, fizeram do homem um “animal econômico” e, para que isso fosse possível, o separaram das suas comunidades – seres humanos ligados pelo tecido da experiência comum – e dos fatores que antes o integravam: a terra e o trabalho.

Exemplificando a multiplicidade de sistemas organizativos econômicos antes da colonização, trazemos o exemplo da América Latina, antes *Abya Ayala* – terra em amadurecimento, terra vital com distintos territórios *Tawantinsuyu* (região do atual Peru, Equador e Bolívia), *Anahuac* (região do atual México e Guatemala, principalmente), terras guaranis (envolvendo parte da Argentina, do Paraguai, sul do Brasil e Bolívia, principalmente), Pindorama (nome que os Tupis designavam ao que hoje denominamos de Brasil) e *Wallmapu* (território de autodeterminação mapuche), cujos povos mantinham relações sociais e sistemas econômicos distintos.

Cardoso (1981) estima que havia de 40 a 100 milhões de pessoas neste continente. Segundo o mesmo autor, é possível traçar três diferentes processos produtivos com base na categoria “modo de produção” na região. Esta abarcava 5% do território latino-americano, mas concentrava 90% da população, compreendia o Haiti, a República Dominicana, os planaltos centrais do México e talvez também uma parte da zona maia, a região dos Chibchas da Colômbia, o setor Quechua-Aimará dos Andes centrais. Caracterizava-se por uma agricultura intensiva de tubérculos (milho e batata), irrigação e cultura de terraços. Cabe destacar que, nessa região pré-urbana, se organizavam feiras para a troca entre povos vizinhos e o trabalho com metais já era bastante desenvolvido.

Uma segunda região, também pequena, ocupava outros 5% do território que vinculava as planícies e os planaltos mexicanos e parte do sudeste norte-americano (atual Novo México e Arizona), cuja produção de milho baseado no sistema de coivara dava a tônica do estilo de vida dos povos. E uma terceira região era expressa pela dimensão territorial de 90%, na qual predominavam a coleta, a caça e a pesca. De forma geral, caracterizam-se pela instituição da família como unidade de produção e consumo, pela posse coletiva das áreas de caça e das terras de lavoura e pela ausência de um comércio intragrupal (a não ser por troca de serviços).

No Brasil, de acordo com Bethell (1991), os povos originários eram divididos em três troncos linguísticos: tupi, aruak e caribe. Em geral, viviam semialdeados e sua economia incluía agricultura, caça, pesca, fabricação de arcos e cerâmica. Seminômades, esses grupos tinham grande mobilidade territorial dependente das guerras, dos meios necessários de bens para a sobrevivência, do clima, entre outros. Ao contrário dos povos maias do México, eles não conheciam a escrita e a maioria não tinha religião organizada. Viviam comunitariamente sem autoridades formais individuais, com exceção do pajé, autoridade espiritual.

Com a conquista territorial ligada ao comércio europeu no século XVI, Espanha e Portugal romperam esta estrutura socioterritorial, a partir da separação e instituição da propriedade da terra e do trabalho inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Para isso, os europeus utilizaram múltiplas formas de violência que, de acordo com Luxemburgo (1976), seriam o resultado direto do choque do capitalismo com as estruturas da economia natural, as quais, por seguir uma outra lógica, bloqueariam a acumulação. O capital usurário e comercial europeu se fundiu ao capital produtivo enraizado de forma embrionária nas terras e nos corpos dos povos originários latino-americanos (Traspadini, 2016). Eles extrairiam e produziram nesses territórios cobiçados bens naturais ou mercadorias destinadas ao mercado mundial, e sua mais-valia seria, desde então, desfrutada pela oligarquia local e pelos interesses imperialistas.

Múltiplas formas de violências foram realizadas, como a inferiorização dos povos e dos seus saberes; a condenação das religiões ou crenças; a proibição do uso das suas línguas; as tentativas de destruição da autoridade do pajé; a transformação dos papéis exercidos pelas mulheres e sua submissão aos homens; além da devastação dos espaços sagrados, que ligava o homem à natureza. O capital, nesse momento representado pelo sistema colonial, não confiava nas estruturas econômicas naturais e não renunciaria ao potencial produtivo que estes espaços apresentavam. Por isso, agiram com violência nestes

nesses territórios a fim de agilizar o processo de conquista e romper as relações comunitárias para, então, apropriarem-se da terra e do trabalho indígena. Segundo Luxemburgo (1976), esse processo permanece até hoje.

Como os laços tradicionais dos indígenas constituem **a muralha** mais forte de sua organização social e a base de suas condições materiais de existência, o método inicial do capital é a destruição e o aniquilamento sistemático das estruturas sociais não capitalistas, com que tropeça em sua expansão. Isso não significa já a própria acumulação primitiva, mas seu processo continua até hoje. Luxemburgo (1976, p. 379)

É preciso considerar que o processo de violência às comunidades tradicionais não se resguardou aos indígenas. A mão de obra indígena não foi suficiente para a demanda de trabalho nas colônias e o enriquecimento da oligarquia local e metropolitana. Os europeus se utilizarão do farto comércio de homens e mulheres advindos da África e terão neles as mãos que darão sustento ao desenvolvimento do capitalismo como sistema de produção mundial.

Durante mais de três séculos a escravidão das populações negras foi um dos meios utilizados pelos europeus para garantir o desenvolvimento da economia colonial latino-americana, transformando-se na mola propulsora das mais diferentes atividades produtivas, no campo ou nas cidades. Segundo Vianna (1970, p. 257), a escravização dos negros foi “a maior e mais prolongada transmigração forçada de povos que registra a história, tão rica de consequências que nenhum estudo consegue abrangê-la totalmente”.

Mesmo com a subjugação e a violência estabelecidos aos povos escravizados, estes, não passivos, se organizavam coletivamente numa espécie de “associativismo negro” (Ramos, 1938) e, desde a travessia, forjaram estratégias de sobrevivência e emancipação. Os quilombos representam uma experiência de ruptura da ordem jurídica vigente na época. Eram uma constante ameaça à economia colonial, cujo combate exigia a criação de todo um aparato repressivo especializado. Assim,

ao tomarem posse de um pedaço de terra, onde morando e trabalhando criavam o quilombo, estavam revogando, através da luta, e na prática, a legislação imposta pela classe dominante que os excluía da condição de possuidores da terra, fosse a que título fosse” (Rocha, 1989, p.45)

Para Gomes (1996), em diversas regiões escravistas brasileiras, assim como em outras áreas das Américas negras, os escravos, a partir de suas roças e economias próprias, e os quilombolas, com suas atividades econômicas, acabaram formando um campesinato negro ainda durante a escravidão. Estudos históricos recentes, especialmente os de Gomes (2015), reconheceram

estruturas econômicas distintas do modelo colonial organizadas por escravizados e escravizadas em quilombos e mocambos. Eram múltiplas estruturas socioeconômicas, pois fatores geográficos, demográficos e culturais influenciavam e teciam os “territórios de liberdade”, cuja lógica de produção, comercialização e consumo se contrapunha ao modelo monocultor colonial. Nesses territórios de liberdade a produção de alimentos era coletiva e diversa, para o consumo interno e para troca do excedente, sendo, portanto, mais complexa do que o próprio sistema colonial que privilegiava a monocultura e o mercado externo. De acordo com Flávio dos Santos Gomes (2015, p. 10):

A produção econômica podia ser complexa, como foi nos grandes quilombos coloniais de Pernambuco, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Além do feijão, arroz e mandioca com fartas plantações, aproveitavam do peixe em abundância e da carne de animais silvestres, pois passavam dias caçando. Plantavam, colhiam e realizavam festas para homenagear suas colheitas. A agricultura não foi a única na economia quilombola. Há indicações de várias outras atividades, desde o fornecimento de lenhas à fabricação de cerâmica e cachimbos, além de outros utensílios da cultura material nos quilombos que chegaram a ser comercializados, portanto, integrados às regiões através de intermediários.

A partir dos estudos deste autor, torna-se possível rompermos com o ideário de que os quilombos eram territórios desconectados; ao contrário, possuíam articulação com as lógicas econômicas das regiões, onde se estabeleciam.

Disso se deduz que os quilombolas, ao repudiar o sistema de latifúndio dos sesmeiros, adotam a forma do uso útil de pequenos tratos, roçados, base econômica da família livre; que o excedente da produção era dado ao Estado, como contribuição para a riqueza social e defesa do sistema; que **a solidariedade e a cooperação eram praticadas desde o início dos quilombos**, que deve remontar aos princípios do século XVII (Moura, 1985, p.38)

A articulação negra, no campo e na cidade, se construiu a partir da criação de associações, confrarias, irmandades, que fortaleciam não só a expressão cultural dos povos negros, mas também a possibilidade da “compra” da liberdade, através das caixas de alforria. Retomamos a discussão sobre o sentido da economia enquanto prática social interdependente das dimensões políticas, religiosas e naturais, o que faz com que esse comunitarismo negro resgate o seu verdadeiro sentido.

Estas associações originaram-se do regime da escravidão. Foi um esforço coletivo que fizeram os negros, de reação ao regime que os oprimia. Reação na confraria religiosa, à busca de um consolo ou derivação espiritual. Reação, no grupo de jogo,

nas festas cíclicas das congadas. Reação econômica, com a criação das caixas de alforria (Ramos, 1938, p.107).

As caixas de alforria eram resultado da contribuição de homens e mulheres que articulados em irmandades e confrarias cooperavam com o fruto do seu trabalho para a compra de sua carta de alforria. Todo o ano procedia-se à distribuição de dividendos pelos mutuários. Os escravizados se auxiliavam mutuamente, nesta verdadeira cooperativa de emancipação. De acordo com Ramos (1938), caixas de empréstimo e juntas de alforria existiram em várias províncias do Brasil, fundadas por escravizados.

Além das caixas de confraria, Ramos traz a importância do mutirão como organização coletiva de trabalho em que negros, brancos, homens e mulheres se dão ou vendem um dia de trabalho ao fazendeiro ou a outro colono, terminando a sua tarefa num festival que avança noite adentro, semelhante às “Sociedades Congos” e aos “Combites haitianos”, espécie de comunidades de trabalho, permanentes ou transitórias, com os seus chefes, seus componentes, seus cânticos, sociedades de vizinhança e de trabalho, numa verdadeira organização sindical. A tradição folclórica e a importância da aquisição econômica tinham uma significação social: revelavam a tendência de homens e mulheres se agruparem para a sua defesa e organizarem pacificamente a sua autonomia e libertação.

Aos escravizados que fugiam dos engenhos e das cidades, os quilombos e mocambos representavam a possibilidade de forjar outra “forma de viver” em meio à violência da sociedade colonial monocultural. Unidos entre si pelos laços de solidariedade e reciprocidade, eles construíram territórios com sociabilidade múltipla com aspectos culturais, religiosos e econômicos próprios.

A busca por autonomia e emancipação provocava a elite colonial que reprimia esses territórios com violência. Chamamos atenção para o fato de que as comunidades indígenas e negras possuíam inimigos em comum: as bandeiras contratadas para exterminar os povos indígenas como na Guerra dos Bárbaros, para o sucesso da expansão colonial, foram as mesmas solicitadas para lutar contra os quilombos. Indígenas e quilombolas utilizaram, na medida do possível, estratégias de sociabilidade próprias que as mantiveram vivas no campo ou na cidade.

Ainda na esteira dos sujeitos sociopolíticos que representam a ancestralidade das *Economias Solidárias* na América Latina, destacamos o campesinato. Berget (2011), em seu livro *Puerca Tierra*, define o campesinato como uma classe de sobreviventes. Não é à toa, pois as origens sociais destes sujeitos relacionam-se a um duplo processo de exclusão da terra e dos direitos. Representados por uma categoria social múltipla –os bastardos, os negros, os mestiços –, estes foram

excluídos da condição de proprietário da terra e da condição de escravizados. A exclusão do camponês do pacto político tem definido o seu lugar e sua participação no processo histórico, em geral, como uma figura ausente.

De acordo com Wanderley (2003, p. 15):

O campesinato foi frequentemente visto como resíduo. No caso brasileiro esta concepção se junta à outra, que tendo como modelo (tipo ideal) as formas camponesas europeias medievais, aqui não reconhece a presença histórica do campesinato. A sociedade brasileira seria então configurada pela polarizada relação senhor-escravos e, posteriormente, capital-trabalho.

Ao longo da expansão da monocultura – cana de açúcar, café, outros – destinada à exportação, esta categoria social e política foi a responsável pelo plantio de gêneros alimentícios para abastecimento e para comércio (“economia do excedente”) – café, tabaco etc. O campesinato possui modo de viver e de se relacionar com o território de maneira distinta; tanto na forma de trabalhar (trabalho em família) como nos saberes relacionados ao manejo dos bens da natureza. Organizam-se a partir de uma economia própria, visando à reprodução sociopolítica-econômica-cultural. De acordo com Bartra (2010, p. 7):

La palabra campesino designa una forma de producir, una sociabilidad, una cultura, pero ante todo designa un jugador de ligas mayores, un embarneado sujeto social que se ha ganado a pulso su lugar en la historia. Ser campesino es muchas cosas, pero sobre todo es pertenecer a una clase: ocupar un lugar específico en el orden económico, confrontar predadores semejantes, compartir un pasado trágico y glorioso, participar de un proyecto común¹.

Ser camponês transcende aspectos objetivos, no sentido de que há uma subjetividade que deve ser levada em conta nas relações sociais e econômicas. Este sujeito social mantém relação de reciprocidade como dar sem esperar receber nada em troca, receber sem se sentir obrigado a dar algo em troca, trocar atividades e serviços sem equivalência mercantil/monetária (Mauss, 2007). Há, portanto, preponderância pelo valor de uso; ou seja, há uma estrutura organizativa da *Economia Campesina* que se articula diretamente as *Economias Solidárias*. Desse modo, a comercialização, através de cooperativas e associações vem sendo discutida como fortalecimento econômico, político e social

1 A palavra “camponês” designa um modo de produzir, uma sociabilidade, uma cultura, mas acima de tudo designa um jogador da liga principal, um sujeito social amargurado que conquistou seu lugar na história. Ser camponês é muitas coisas, mas acima de tudo é pertencer a uma classe: ocupar um determinado lugar na ordem econômica, enfrentar predadores semelhantes, compartilhar um passado trágico e glorioso, participar de um projeto comum (Bartra, 2010).

pela ES e, talvez por isso, estudos sobre questão agrária e campesinato têm expandido as suas análises a esse campo.

Durante muito tempo, houve um predomínio de uma história brasileira que se fez urbana por longa data, deixando que muitos dos acontecimentos políticos camponeses fossem desconhecidos, escondidos, esquecidos pela sociedade. Em um país cuja estrutura agrária foi sempre marcada pela concentração de terra e pelo latifúndio, a **Guerra de Canudos** (BA – 1896-97), a **Guerra do Contestado** (PR e SC – 1912-16), **Trombas e Formoso** (BR-153 Belém-Brasília), **Araguaia-Tocantins**, entre tantas outras, foram resistências, construções de formas de viver alternativas, coletivas, solidárias em busca de autonomia. Tornaram-se guerras, conflitos pela ampla violência estatal e oligárquica exercida.

Citamos o exemplo de Canudos, anunciado por Rama (2008), como uma das experiências religiosas comunitárias estritamente locais, sob o signo constante do milenarismo e do messianismo, cumpridas em regiões isoladas já integrantes de um “campesinato iletrado”. A Nova Jerusalém que o “bem-aventurado” Antônio Conselheiro fundou em 1890 na Bahia apresenta uma mescla de ideologias (messianismo, utopismo, anarquismo) com forte caráter de autonomia comunal centrado no território.

Esta experiência, quando contada pelos sobreviventes, conforme Barros; Pietro e Marinho (2019), demonstra como foram prósperos os dias no arraial. Foram quase quatro anos de prosperidade, fartura e paz, onde a terra era partilhada e dela grandes e pequenos usufruíram de igual modo. Não existia enriquecimento, pois o que mais importava era ser livre e reproduzir a vida. Todos na luta por dias melhores, resistindo, seguindo com fé e esperança.

O que distingue a experiência de Canudos é que toda a sua estrutura e organização coletiva foi realizada a partir de um movimento orgânico e territorial, com a participação de negros, indígenas, roceiros e fugitivos da lei, que buscavam um modo de vida diferente do modelo de exploração e de concentração de terras predominante na região Nordeste do Brasil, representando para as elites (locais e nacionais) uma ameaça. Para comunidades semelhantes a Canudos, o território assume uma importância material e simbólica muito grande, pois é a partir dele e de suas riquezas naturais e simbólicas que são forjados o seu sustento e a sua cultura. Seculares ou quicá milenares, tais modos de vida, ao sul do mundo, têm eventuais pontos de conexão com o pensamento associativista, o qual, por sua vez, está na origem da economia solidária em termos modernos, seja nos modos de trabalhar, seja na divisão dos excedentes ou ainda na maneira de viver em comunidade. Na América Latina, o que vem institucionalmente sendo chamado de *Economia Solidária* ressurgiu e se fortaleceu nos anos 1970

como uma forma de resistência aos estados ditatoriais e, tomando fôlego, na década seguinte, com o processo de democratização do continente.

A ECONOMIA SOCIAL DO NORTE E A ASCENSÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DESDE O SUL

A Economia Social nasce na Europa, no final do primeiro terço do século XIX, como outra maneira de fazer *Economia Política* (Guélin, 1998). Todas as tendências políticas embarcaram nessa nova proposta. Tanto socialistas (Pecquer [1801-1887], Vidal [1812-1872], Malon [1841-1893]), como social-cristãos (Le Play [1806-1882]) e mesmo liberais (Dunoyer [1786-1862]), sensibilizados com o custo humano da Revolução Industrial, criticaram a ciência econômica por não integrar a dimensão social em suas reflexões (Lechat, 2004).

A *Economia Social* resulta, portanto, da ressaca das injustiças sociais da Revolução Industrial, quando os trabalhadores mais desfavorecidos tentaram encontrar formas de reagir ao mercado, criando uma economia da entreajuda e de cooperação. No capitalismo, em ascensão, o arranjo do proletariado em cooperativas, mutualidades e associações, representou uma forma de organização e luta de classe contra o programa e a ação burguesa europeia.

Inspirados na Revolução Francesa de 1789 e na Revolução de Operários na “Primavera dos Povos” de 1848, teóricos como Proudhon, Marx, Engels, Bakunin defenderam outra forma de organização da sociedade, em oposição à que se construía no capitalismo; no entanto, diferiam dos pensadores utópicos ao buscar uma intervenção revolucionária. Marx e Engels acreditavam que era possível romper com o sistema capitalista a partir da criação de partidos políticos e das estruturas do Estado e em etapas instituírem o socialismo/comunismo.

Numa disputa do seu significado histórico-socioeconômico, os liberais capitalistas, a partir do final dos anos 1870, adotaram a perspectiva das cooperativas como alternativas de democratização da riqueza sem tocar em questões como a propriedade e o Estado. Os seus maiores representantes, Leon Walras (1834-1910) e Marshall (1842-1924) sublinharam o potencial competitivo dos empreendimentos em meio à livre concorrência, sem levar em conta o caráter solidário que os trabalhadores estabeleciam entre si. Faziam alusão aos socialistas como sectários e irracionais, no entanto desconheciam a realidade social ao enfatizar dados matemáticos e não as qualidades morais para a cooperação.

De acordo com Amaro (2004), a economia social não foi capaz de propor um projeto econômico próprio, autônomo, capaz de ser alternativo aos dois projetos que se digladiavam no século XX, o do mercado e o do Estado,

ao capitalismo e ao socialismo, subordinando-se através das cooperativas/associações/mutualidades ao mercado ou ao Estado com pequenas exceções.

A partir da Segunda Guerra Mundial, a *Economia Social* vai ter um grande desenvolvimento, sobretudo na Europa, mas também noutros países, através do “Estado de bem-estar social”², levando esse desenvolvimento a uma institucionalização cada vez mais forte. No entanto, esse Estado de bem-estar social será atingido tanto pela crise do petróleo quanto pelo próprio desenvolvimento de mercado, registrando-se nesse período novos fenômenos, novas demandas, provocadas por uma série de mudanças, principalmente de ordem econômica e cultural.

O movimento organizado da *Economia Solidária* nasce num contexto de crise do Estado Social nos anos 1980. Sua origem é policêntrica e intercultural³ (Amaro; Madelino, 2004); ela representa a mudança radical de uma solidariedade essencialmente social para uma solidariedade muito mais abrangente. De acordo com Coraggio (2012, p. 31-32):

Quanto ao conceito de Economia Social e Solidária, o vemos como um grande guarda-chuva que engloba conceitos e práticas muito diversas. “Social”, como já dito, se refere a considerar expressamente a relação entre formas de integração social da economia, enquanto “solidário” se refere a uma sociedade que organiza sua economia de modo a alcançar solidariamente a reprodução e o desenvolvimento da vida de todas e todos em uma relação virtuosa com a natureza da qual fazemos parte.

Ao buscar definir *Economia Solidária*, Estivill (2012) a denomina como uma filha rebelde da *Economia Social*. A filha que critica o seu pai e sua mãe e que pretende afirmar outros valores. Os principais seriam a democracia econômica; a transformação social; a dimensão política; a economia feminista; a ecologia; o consumo responsável e as estratégias informais de organização coletivos.

Amaro (2004) a distingue como uma economia “Ecocêntrica” em que se assume uma postura diferente daquela arrogância do antropocentrismo que governou a modernidade. Ao contrário disto, a economia solidária propõe em

2 Em decorrência da depressão econômica de 1929, seguida pelas consequências gravíssimas da Segunda Guerra Mundial, houve uma intervenção forte por parte do Estado, dentro de uma política de tipo keynesiano, implementando políticas econômicas e sociais com o objetivo de corrigir as falhas do mercado (Aleixo, 2014).

3 Economia solidária é um conceito que tem várias origens e especificidades. Três versões de economia solidária: versão francófona (teoria), versão ibero-americana-sul-americana (experiências práticas) e versão macaronésia, a partir dos açores de Cabo Verde, das Áfricas todas que é extraordinária e está por sistematizar e trabalhar (Amaro, 2018).

uma das suas vertentes: a transição de uma cultura antropocêntrica para uma cultura ecocêntrica, na qual todos os seres vivos fazem parte da vida e o ser humano tem um papel dentro desse contexto. Mas esse papel não significa se aproveitar dos outros seres vivos, mas sim ser fraterno e solidário.

Nos países do Sul, a Economia Solidária amplia-se e territorializa-se a partir dos anos de 1980, acompanhando as consequências sociais da crise⁴ causada pelo processo inflacionário e, posteriormente, em 1990, intensificada pelas políticas neoliberais. No Brasil, resulta também do processo de abertura democrática, provocada pelas lutas populares em que se almejava a construção de um Estado com instituições mais democráticas, que pudessem absorver as demandas da sociedade e incorporá-las à agenda do Estado. Os sujeitos sociais que já praticavam a *Economia Solidária* entendiam que possuíam direitos e caberia ao Estado assegurá-los, o que aconteceria na medida em que as instâncias governamentais (formadas por representantes eleitos democraticamente) aceitassem a agenda e as pautas da *Economia Solidária* enquanto outra lógica de organização, que tem como eixos principais o conceito da autogestão, ou seja, de gestão democrática e posse coletiva dos meios de produção, assim como práticas comunitárias de produção.

A ascensão da *Economia Solidária*, enquanto movimento social, resulta, portanto, do processo de democratização política e da expansão do neoliberalismo, cujas consequências econômicas afetarão os sindicatos e os direitos trabalhistas, alvos desse novo *modus operandi* do capitalismo. Assistiremos a uma transição de uma sociedade industrial para uma sociedade de serviços, que produzirá uma massa de trabalhadores em serviços atrasados em condição de trabalho precário, informal, análogo à escravidão. De acordo com Harvey (2014, p. 89-90):

A promessa do bem-estar de todos não se realiza por uma série de contradições, dentre elas as tendências antidemocráticas que evoca, ao passo que existe uma clara falta de simetria nas relações entre pessoas e corporações; e mais, uma crescente consolidação do poder oligopolista, monopolista e transnacional nas mãos de poucas corporações centralizadas; outra contradição seria a produção de incoerência social à medida que destrói formas de solidariedade ao voltar-se exclusivamente para as liberdades de mercado e para a mercadificação de tudo.

4 A crise dos anos 1980 foi provocada pela reação conservadora montada pela parceria dos governos Reagan e Thatcher, que aumentaram as taxas de juros internacionais em níveis tão acentuados que provocaram o *crash* das economias dos países latino-americanos, começando pelo México, em setembro de 1982, seguido de imediato pelo Brasil (Anderson *et al.*, 1997).

Diante desse sistema de exclusão, trabalhadores e trabalhadoras se organizaram através de práticas econômicas alternativas (coletivos, associações, redes, feiras, bancos comunitários, grupos de consumidores, cooperativas, assentamentos e outras), em contraposição às tensões sociais, culturais e ambientais, provocadas pela expansão do capitalismo em suas distintas representações. Passaram a atuar com os coletivos, a Igreja, os movimentos sociais, os sindicatos, entre outros.

A Igreja atuou na coordenação de atividades e organização dos coletivos em torno de cooperativas e associações. Ressaltamos, dentre as instituições, a ação da Cáritas. Criada em 1956 na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a metodologia da Cáritas sustentou-se em torno da ideia da educação de base. Nos anos 1990, a instituição projetou iniciativas como a dos Projetos Alternativos Comunitários (PAC), iniciando um trabalho de assessoria, apoio e capacitação para iniciativas de produção, comercialização, cooperativas e centros comunitários. Essa instituição atuou tanto na cidade quanto no campo, em parceria com os movimentos que lutavam pela reforma agrária (MST) e a organização de cooperativas rurais, como a *Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária* (Anteags), *Central Única dos Trabalhadores* (CUT), sindicatos, entre outros. Além da Igreja, despontam, de maneira mais isolada, políticas em nível municipal, atuando em torno da *Economia Solidária* enquanto projeto econômico alternativo ao desemprego e à precarização do trabalho.

As aspirações de movimentos sociais, sindicatos, Igreja, partidos políticos etc., em torno da construção de políticas públicas voltadas às práticas econômicas comunitárias alternativas ao modelo capitalista de desenvolvimento, puderam se reunir no Primeiro Encontro Latino-Americano de Cultura e Socioeconomia Solidária, realizado em Porto Alegre, 1998, na Criação da Rede Socioeconômica de Economia Solidária (RBSES), em 2002, e no I Fórum Social Mundial (FSM), que contou com a participação de 16 mil pessoas vindas de 117 países entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001.

Consideramos o *Fórum Social Mundial* de 2001 como um divisor de águas, pois a partir dele criou-se o *Fórum Brasileiro de Economia Solidária* e, desde sua realização, os movimentos se articularam em busca da construção e efetivação de uma política pública – a política da *Economia Solidária*.

A política pública se inicia quando um grupo político chega a um governo e abre uma agenda para receber as demandas dos movimentos sociais. As demandas dos movimentos que ansiavam pela política pública em *Economia Solidária* foram organizadas na *I Plenária Nacional* realizada em 2002 na cidade de São

Paulo. Nessa ocasião, elaborou-se uma carta coletiva para o recém-eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”. Ela apresentava diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

A Senaes foi criada e vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o compromisso de superar práticas tradicionais de dependência das experiências comunitárias, que haviam comprometido a autonomia necessária ao desenvolvimento das organizações sociais. Paul Singer, professor, economista e militante do movimento da *Economia Solidária*, esteve à frente da Senaes como secretário nacional, tendo a tarefa de articular a *Economia Solidária* não só com atividades vinculadas ao Ministério do Trabalho, mas também aos Ministérios da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Agricultura, entre outros, entendendo assim a *Economia Solidária* como um tema transversal.

O Estado nesse período se tornou o principal indutor da criação de cooperativas, associações, bancos, que obtinham os recursos públicos para fomentar suas atividades de produção, comercialização e consumo. Dez anos depois, com a crise social e política de 2013, temos uma redução significativa dos gastos públicos direcionados a Senaes. Tal situação agravou-se após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e a instauração do governo Temer (2016-2019), o qual rebaixou a Senaes à condição de subsecretaria.

Em relação aos governos Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016), reconhecemos o espaço para atender as demandas dos movimentos, no entanto ainda ínfimo em relação ao que as experiências comunitárias necessitavam. A política em Economia Solidária (ES) não poderia ser somente uma fachada, cuja maior preocupação estaria em resguardar os compromissos impostos internacionalmente pela cúpula neoliberal. Não estamos nos referindo somente aos recursos econômicos, que estavam abaixo do necessário – dada a amplitude de experiências em nível nacional –, mas também à marginalização do setor, funcionando apenas como um apêndice do governo, sem visibilidade e diálogo mais profundo junto aos setores populares sobre as políticas em que as experiências em Economia Solidária estavam articuladas, isso tanto no campo quanto na cidade.

Apesar dos avanços nesse setor, e com o intuito de aprimorar as políticas públicas em Economia Solidária, não podemos esquecer da necessidade de maior proteção social dos trabalhadores e trabalhadoras, que fazem parte das formas organizativas solidárias –cooperativas, associações e outras

formas de organização coletiva – como alternativa à problemática do desemprego e da desigualdade.

O caráter indutor e as decisões centralizadas e verticais a cargo da secretaria (Senaes), impossibilitou muitas vezes um maior diálogo sobre os limites e os desafios da Economia Solidária em sua dimensão territorial. A categoria território é central nesta política, pois é a partir dela que as relações se dão através de (in)formação, partilha, reciprocidade, mobilização, luta, resistência político-cultural-ambiental, descolonização, conquista da autonomia decisória e de melhores condições para o povo (Saquet, 2019).

A ausência de descentralização da política em nível territorial pode ter contribuído para que muitas experiências sem bases nem princípios orgânicos para a cooperação, nem a reciprocidade, tampouco solidariedade diante das crises socioeconômicas, deixassem de existir.

Em janeiro de 2019, após a eleição de Jair Bolsonaro, a Senaes foi extinta, assim como o Ministério do Trabalho e Emprego, e a política da *Economia Solidária* foi alojada residualmente no Ministério da Cidadania, na Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana sem nenhuma designação orçamentária.

VERTICAL E HORIZONTAL: AS FORMAS DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Compreendemos que há, no Brasil, dois modelos de construção de políticas públicas que não se excluem: o primeiro é construído de maneira vertical, cujas decisões se dão de cima para baixo; o segundo é o horizontal, que aqui defendemos, e seria o modelo construído no sentido inverso, de baixo para cima, desde os territórios, pelos diversos sujeitos sociopolíticos que demandam essas políticas e atuam por elas.

A Economia Solidária de cima para baixo levaria em consideração uma solidariedade vertical, pregada pelo centro, pela elite ou pelo Estado enquanto representante que não considera as demandas de cada território e articula as políticas de forma homogênea, sem a participação ou a escuta da sociedade em questão. É realizada com base nos países centrais, com o ímpeto colonizador, que continua a atuar em todos os sentidos, desde a economia até a cultura. O trabalho de algumas organizações não governamentais (ONGs), vindas de países europeus ou norte-americanos baseados em ideologia assistencialista, pode omitir uma racionalidade, que tem como objetivo a conciliação das classes e o apaziguamento das lutas por transformações estruturais. Por trás do discurso da “falta de solidariedade” estão também estruturas fortes de

conhecimento colonialista que tiveram e mantêm o duplo efeito de destruir a natureza e tornar a maioria dos povos subalternizados (Sachs, 2000).

A caridade se disfarçaria de solidariedade e o seu propósito se reduziria ao assistencialismo e à ausência crítica, visando transformar todos e todas em iguais. Entendemos que as experiências comunitárias são formadas por sujeitos sociopolíticos diversos e pela presença de conflitos, de críticas inerentes, por isso optamos por utilizar o conceito de comunidade. O conceito amplo de comunidade, enquanto relação e estrutura de socialização entre as mesmas pessoas, denota, em nosso caso, uma ordem territorial solidária que prioriza os valores e fundamentos de afetividade, emoção, tradição e justiça social (Gonçalves, 2005).

Um dos aspectos que vulnerabilizam a conformação das experiências comunitárias (cooperativas, associações, bancos sociais, outros) se refere ao desenvolvimento da sua teoria e de sua prática. Esta bebe prioritariamente na fonte das teorias e das soluções pautadas no cooperativismo inglês ou na experiência trazida pelos imigrantes europeus no século XIX, nas regiões Sul e Sudeste. Sua estreita relação com o capitalismo e o impulso maior para sua implantação por meio do Estado demonstram a disparidade em seus objetivos se comparados aos ideais que as fizeram surgir na Europa dos séculos XVIII e XIX (Lisboa, 2007).

Não construímos, assim, um caminho próprio de luta e emancipação em conformidade com as especificidades comunitárias dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, camponeses), cujos séculos de luta demonstram a busca permanente de autonomia e emancipação. Mariátegui (2010), desde a realidade peruana, propunha, em oposição ao latifúndio, uma organização de cooperativas de produção e de consumo, que levasse em consideração a tradição social, econômica e política da comunidade incaica. Conforme o autor:

Las ‘comunidades’ que han demostrado bajo opresión más dura condiciones de resistencia y persistencia realmente asombrosas, representan en el Perú un factor natural de socialización de la tierra. El indio tiene arraigados hábitos de cooperación. [...] La comunidad puede transformar-se em cooperativa, con mínimo de esfuerzo (Mariátegui, 2010, p. 79).

Nos anos de 1970, período da ditadura militar, o Estado mediu e direcionou as ações das organizações de produção, com o intuito de desarranjar as formas de organização e utilizar as cooperativas e associações como uma extensão dele próprio (Lisboa, 2007). Foram apoiadas por instituições como Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Banco Interamericano de Desenvolvimento. A atuação dos governos militares frente às associações e cooperativas no campo foi de

instrumentalização total e centralização do poder. De acordo com Lisboa (2007, p. 73):

A formação de associações era uma forma encontrada pelo Estado para evitar as possíveis insurgências no campo, à medida que, através delas, promovia a disseminação de investimentos públicos e “permitia” a participação, dificultando, dessa forma, a organização de movimentos radicais no espaço agrário.

Contraditoriamente, este modelo também fomentou e criou condições para formação e fortalecimento de cooperativas e associações camponesas desde os seus territórios, impedindo o seu isolamento e exclusão. Conforme Oliveira (2007), as cooperativas ofereciam as vantagens da compra e venda em escala, consolidando e fortalecendo os camponeses, permitindo, assim, a sua reprodução, em oposição à crescente proletarização a que está historicamente submetido.

É preciso, dessa forma, reconhecer que há o cooperativismo totalmente inserido dentro do mercado capitalista, onde as empresas se articulam para obter benefícios jurídicos e principalmente econômicos. Citamos como exemplo as cooperativas Aurora⁵ e COAMO⁶, entre outras, que utilizam relações de trabalhos familiares para não terem que investir na contratação de mão de obra assalariada. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação familiar sem remunerá-la, tais organizações recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-a em mercadoria, e, ao vendê-la, convertem-na em dinheiro.

Temos também cooperativas e associações que utilizam o discurso da *Economia Solidária*, mas, em sua prática, constroem suas bases em relações verticais de poder e exploração da força do trabalho. De acordo com Campos (2010), “essas experiências não são impermeáveis às relações capitalistas de produção. Eventualmente, reproduzem-se o trabalho alienado e a acumulação capitalista sob o discurso da solidariedade e da participação coletiva (p.84)”.

A *Economia Solidária e Territorial*, a qual temos como horizonte, é construída e realizada pelos movimentos sociais no campo e na cidade desde os distintos territórios e nas suas várias expressões (cooperativas, associações, feiras, bancos comunitários, outros), que, articulados aos atores/agentes estatais em suas distintas escalas (municipal, estadual, federal), pela Igreja, pelas

5 Conglomerado de 11 cooperativas fundadas em 1969 em Chapecó-SC, associadas de processamento de suínos e avicultura.

6 Cooperativa fundada em 1970 no Paraná, para produção de soja, seguida por milho, trigo e café, que possui um terminal marítimo e dois parques industriais para trabalhar os grãos. Conta com 110 unidades espalhadas em 71 municípios do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

ONGs, disputam o Estado, principalmente a sua descentralização, tendo assim como horizonte a autonomia. Nesse sentido, o antropólogo marxista López y Rivas (2004) argumenta que a construção da autonomia nos territórios não implica necessariamente a renúncia à pressão e ao diálogo com o Estado, embora forme e fortaleça um sujeito coletivo mais forte para confrontá-lo.

Consideramos ser preciso analisar cada experiência comunitária em sua singularidade, a começar pelos territórios como uma ação de fronteira, geradora de embriões de novas formas de produção e sociabilidade. Os territórios, desse modo, representam a expressão espacial das relações sociais e, a partir deles, compreenderíamos de que modo os sujeitos sociopolíticos associam os princípios da *Economia Solidária*, suas práticas comunitárias cotidianas. Distinguiríamos, assim, as experiências que fazem parte do cooperativismo tradicional ou de uma “falsa” economia solidária.

Entendemos que a política pública em ES deva cada vez mais ser descentralizada, superando as formas centralistas do exercício de poder. Busca-se a aproximação das políticas aos territórios e que estas sejam instrumento comunitário para a construção de sua independência política e não subalternização. É preciso, portanto, reverter a situação atual de subjugação das práticas em *Economia Solidária* aos ditames do neoliberalismo, e isso passa por políticas sociais de confronto com a desigualdade social, gestadas também fora do Estado.

Compreendemos, desse modo, as Economias Solidárias e Territoriais como práticas econômicas plurais. Suas formas organizativas territorializam-se de maneira distinta (cooperativa, associação, feira, banco comunitário, redes solidárias, outros) e seus horizontes são as autonomias (territorial, econômica, gênero, racial, alimentar, outra). Apesar de disputar o Estado, associações desse tipo conseguem subverter o caráter da dependência e não deixar de lado suas bandeiras por reformas estruturais como o direito da cidade, a reforma agrária, a demarcação de terras indígenas, o reconhecimento de territórios quilombolas, a soberania alimentar, dentre outras. Desse modo, as *Economias Solidárias e Territoriais* realizadas como outras práticas da reprodução cotidiana nos convidam a reconhecê-las como luzes na contraluz, como mundos possíveis, através das práticas. Como tal, assim também são as experiências geográficas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos o processo de desagregação das economias próprias e territoriais como condição para a expansão do latifúndio e concentração da terra na América Latina. Nas várias etapas do capitalismo (colonialismo,

imperialismo, globalização/neoliberalismo), houve ofensivas a tudo que representava o comunal –o coletivo, através da sistemática tentativa de decomposição do tecido comunitário (indígena, afro, camponeses). Assim, as práticas sociais alternativas constituem-se em r-existências territoriais ao intento de desagregação das economias próprias, e sua espacialização se estabelece desde os territórios através das diversas formas organizativas (cooperativas, associações, bancos comunitários, feiras, redes solidárias, entre outros). A releitura conceitual de uma *Economia Solidária* (ES) singular para *Economias Solidárias e Territoriais* (EST) no plural acentua a diversidade dessas economias e a sua relação direta com a terra e o território. Nesta análise, o território adquire centralidade enquanto meio e possibilidade para a realização das atividades econômicas, como espaço de formação política, educacional, de trocas culturais, ou seja, da reprodução própria da existência. Busca-se não reduzir o território a uma pequena dimensão; pelo contrário, ele possui multidimensionalidade e cada aspecto, econômico, ecológico, social e político, é interdependente e pode contribuir para o fortalecimento das autonomias. Autonomias entendidas enquanto lógica processual, de construção e exercício de poder, assumindo, assim, que a classe (o sujeito) não se forma para depois lutar, mas se forma na luta (Modonesi, 2010).

Quando discutimos o processo de transição da Economia Solidária (ES) enquanto prática social para uma ES como política pública no Brasil, entendemos que a partir da sua institucionalização coexistem duas formas de elaboração e realização: uma que denominamos desde cima (vertical) e outra desde baixo (horizontal). Como já descrito, estas duas formas não são excludentes; no entanto, a predominância da ES desde cima compromete o caráter emancipador e autônomo das experiências coletivas desde baixo. A *Economia Solidária* desde cima é realizada pelo Estado que, de maneira centralizada e descontextualizada, pode desenvolver políticas e medidas verticais que atentam ao exercício de poder e tutela. A forma de construir a *Economia Solidária* que ressaltamos é a que funciona como estratégia de luta e emancipação desde baixo, ou seja, são edificações construídas desde os territórios por uma multiplicidade de sujeitos sociopolíticos, cujos valores e princípios estão baseados em um novo modelo econômico, social e político que se contrapõe ao modo de produção capitalista. Salientamos que a construção sociopolítica desde baixo não significa o abandono do Estado, pelo contrário, se reconhece a disputa deste pelas classes sociais, principalmente pelas elites econômicas e financeiras. Por isso, se faz necessário muito mais organização, articulação, pressão e diálogo, escapando do caráter fetichista do Estado ao permitir que os ciclos eleitorais inviabilizem os processos territoriais mais autônomos.

REFERÊNCIAS

- ALEIXO, Anabela Silva Marques Duarte Fonseca. **Da economia social para a economia solidária**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Economia Política, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/11388>. Acesso em: 05 jun. 2019.
- AMARO, Rogério Roque; MADELINO, Francisco. **Contributos para um conceito: Economia Solidária**. Madeira: Projecto Cores, 2004.
- ANDERSON, Perry *et al.* La trama del neoliberalismo: mercado: crisis y exclusión social. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (org.). **La Trama del Neoliberalismo**. 1997.
- BARROS, Joana; PIETRO, Gustavo; MARINHO, Caio. (org.). **Sertão, Sertões: Repensando contradições, reconstruindo veredas**. São Paulo: Elefante, 2019.
- BARTRA, Armando. **Campesindios: aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado**. Bolivia: CIDES-Universidad Mayor de San Andrés, 2010.
- BERGET, John. **Puerca tierra: de sus fatigas 1**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2011. 217p.
- BETHELL, Leslie. **História de América Latina**. Tradução castellana, Editorial Crítica S.A., 1991. v. 1-16.
- CAMPOS, Rosana Soares; CAMPOS, Christiane. O lado perverso da economia popular solidária: a exploração do capital nas relações de “trabalho solidário”. **ESAC – Economia Solidária e Ação Cooperativa**, v. 5, nº1, jan./jun.2010.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **América pré-colombiana**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. Escravo ou camponês? **O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.p. 90.
- CORAGGIO, José Luis. **La construcción de otra economía como acción política**. Mimeo, 2012.
- ESTIVILL, Jordi. Espacios públicos y privados: construyendo diálogos en torno a la economía solidaria public and privat spaces. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº84, 2012.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyolla, 2014.
- GUÉLIN, André. **L'invention de l'économiesociale**. Paris: Econômica, 1998.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 509p.
- GONÇALVES, Claudio Ubiratan. **Ética e diferenciação interna do trabalho na ordem territorial e ambiental do Cariri cearense: solidariedade e conflito**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.
- LECHAT, Noelle Marie Paule. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2004.

- LISBOA, Josefa. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste**: políticas públicas na (dis)simulação da esperança. Tese (Doutorado) –NPGEO/UFS, 2007.
- LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. **Autonomias, democracia o contrainsurgencia**. México: Ediciones Era, 2004.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MAUSS, Mareei. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- MODONESI, Massimo. **Subalternidad, antagonismo, autonomía: Marxismo y subjetivación política**. Buenos Aires: CLACSO, 2010.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007.
- POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 382 p.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- RAMA, Angel. **Transculturación narrativa en América Latina**. Buenos Aires: Ediciones El Andareigo, 2008.
- RAMOS, Arthur. O espírito associativo do negro brasileiro. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, nº47, 1938.
- ROCHA, Osvaldo de Alencar. O negro e a posse da terra no Brasil. In: SOUZA Filho, Carlos Frederico Marés de; ALFONSIN, Jacques Távora; OCHA, Osvaldo de Alencar, PRESSBURGER, T. Miguel. **Negros e Índios no Cativo da Terra**. Rio de Janeiro: Instituto Apoio Jurídico Popular e FASE, 1989.p.38-55.
- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 29-56.
- SANTANA JUNIOR, Gildásio. **Economia Solidária nos Trópicos**. In: IV Encontro Internacional de Economia Solidária: Educação, Política e Integração da América Latina, 2006, São Paulo. IV ENESOL. São Paulo: NESOL-USP, 2006.
- SAQUET, Marcos Aurelio. **Saber popular, práxis territoriais e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- TRASPADINI, Roberta. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. 2019. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da UFMG, 2016. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2016%20tese%20UFMG%20Robert%20Transpardini.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.
- VIANNA, Hélio. **História do Brasil**: Período Colonial. 8 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1970.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, nº21, 2003.



**REFLEXÕES EM
GEOGRAFIA FÍSICA**

(INTER)DISCIPLINARIDADE NA GEOGRAFIA FÍSICA

BARTOLOMEU ISRAEL DE SOUZA
RAFAEL ALBUQUERQUE XAVIER

Este texto foi desenvolvido a partir de uma mesa-redonda de mesmo nome que o título deste manuscrito, da qual participamos como palestrantes, ocorrida durante a realização do XV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, na Universidade Federal de Tocantins (UFT), cidade de Palmas/Tocantins, no período de 9 a 13 de outubro de 2023. O tema dessa mesa recorre a uma questão ao mesmo tempo antiga e atual, não apenas na Geografia, mas também para além dela, onde somos constantemente desafiados a sair das nossas especificidades e religar conhecimentos que ainda, em grande parte, continuam a ser tratados de forma desunida, apesar das tentativas teóricas e práticas de superarmos esses limites e dos desafios que são colocados diante da Ciência como um todo, exigindo uma visão e soluções que extrapolem limites estabelecidos artificialmente.

Não é nossa intenção trazermos uma discussão teórica sobre a interdisciplinaridade na Geografia e para além dos seus muros, tema que há décadas tem sido amplamente debatido nacional e internacionalmente. Da mesma forma, não pretendemos resgatar grandes teorias sobre a Natureza, categoria à qual a chamada Geografia Física está diretamente ligada. Mesmo com essa ressalva, ainda que de forma não verticalizada, teremos que trazer algumas dessas questões em alguns momentos deste manuscrito.

Para iniciarmos, cabe destacar que concordamos com Souza *et al.* (2022), ao afirmarem que parte da identidade original da Geografia se diluiu, quase se

perdeu na sua capacidade de construir o que eles denominam de objetos de conhecimentos híbridos, nem totalmente sociais nem naturais. Logo, o debate sobre a interdisciplinaridade continua fundamental e atual.

Para além do exposto anteriormente, acrescentamos que achamos importante refletir sobre as razões que tornam esse tema ainda mais necessário. Para tanto, nos apoiamos em Suertegaray (2017), a qual defende que vivemos um momento histórico em que o Capitalismo contribuiu decisivamente para a verticalização do conhecimento, promovendo a cegueira das conexões; a subordinação da Natureza, pela lógica da reprodução do capital, deslocou a concepção de tempo em relação ao espaço, recriando outras “naturezas”; para além das concepções judaico-cristãs que dominam o mundo ocidental no seu modo de pensar e agir em seu viver, existem outras culturas que não podem ser invisibilizadas.

Adicionamos ainda a essa lista a emergência ambiental, a qual, tal como a esfinge de Édipo, tem Sociedade e Natureza em um mesmo corpo, desafiando os seres humanos cada vez mais e ameaçando a nossa existência enquanto seres vivos, caso não consigamos decifrar o enigma que a muitos vem devorando há tanto tempo, direta e indiretamente, nessa Tebas global.

Posto isto, nos debruçaremos especialmente sobre uma forma de enxergar, dentre outras, essas questões naquele espaço territorial nacional que, para nós, seria onde tudo se mistura a muito tempo, a Caatinga, indo além da delimitação de bioma, portanto além de uma ideia de naturalização que esse termo originalmente acarreta. Para tanto, procuramos nos alicerçar teoricamente em alguns autores, mas também trazemos para este momento um pouco da nossa vivência neste território, como “filho” nativo ou de nativos desta terra, ambos em algum momento expulsos para outras partes deste país, mas que teimosamente retornaram, carregados assim de uma cultura híbrida, agora associada ao olhar de pesquisadores desta Natureza, ela própria também resultante de elementos diferentes em sua composição, embora não necessariamente estéril, e sofrendo constantes modificações.

A seguir, apresentaremos duas propostas de estudos integrados com grande influência na ciência geográfica, com base em Milton Santos e na Teoria Geral dos Sistemas, tentando, à luz desta, analisar um pouco da complexidade da Caatinga.

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NA CAATINGA E A APREENSÃO DE SUA TOTALIDADE

Para Milton Santos (1985), o espaço é organizado pelas relações de Forma, Função, Estrutura e Processo. Forma é o aspecto visível do objeto, estabelecendo um padrão espacial, o que nos leva diretamente ao conceito de paisagem. Função é a atividade desempenhada pelo objeto. Estrutura é a maneira pela qual os objetos estão inter-relacionados entre si. Processo é a estrutura em seu movimento de transformação, o que implica em tempo e mudança. Na visão deste autor, considerados em conjunto, constroem uma base teórica e metodológica onde podem ser discutidos fenômenos espaciais em sua totalidade.

Para Suertegaray (2002), a concepção de totalidade dialética acarretou à Geografia uma contribuição importante para a discussão sobre Natureza e Sociedade, considerando o espaço geográfico como um produto das relações sociais, sendo a paisagem uma expressão da Natureza pela sociedade, mostrando que essas duas não podem ser vistas isoladamente.

Aplicando tais questões à Biogeografia, julgamos ainda como fundamental acrescentar a interpretação do papel dos seres vivos na organização dos territórios e na transformação das paisagens, o que nos leva a ideia de construção social do nicho, como defende Figueiró (2022), e, portanto, de sua função no que vimos denominando de Antropoceno, perfazendo assim uma Biogeografia antropocênica, “...uma ferramenta epistêmica para compreender o espaço irreversivelmente produzido pela sociedade, mas que nem por isso perde os mecanismos de regulação geocossistêmicos que garantem a permanência da vida na Terra...” (Figueiró, 2022, p. 253).

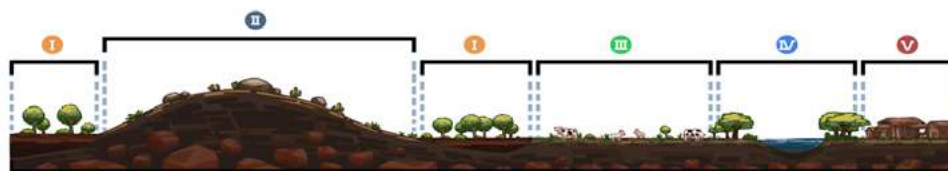
Diante dessas observações, entendemos ainda que vale a pena refletir: “...O que significa habitat natural ou ecossistema natural quando as comunidades de plantas e animais e as relações que as mantêm entre si e com o entorno foram transformadas por histórias prévias de mudança social humana?...” (Ellis, 2018, p. 170; Tradução nossa).

Com base nas perspectivas descritas por Santos (1985), a figura 1 representa uma tentativa de sintetizar muito do que temos na Caatinga, concentrando nosso olhar nas áreas de estrutura cristalina, entendendo a imagem como um “veículo que descreve e faz pensar, pelo cruzamento possível de informações situadas em um mesmo plano” (Gomes, 2017, p. 41).

Na Figura 1, a Forma está representada por elementos da vegetação, do relevo e de elementos do uso e ocupação das terras, passíveis, em sua maioria, de serem observados por imagens de satélite ou a olho nu. Nesse caso, temos,

pela ordem, a Caatinga arbórea (I); Topo e vertente do lajedo/Afloramento Rochoso (II); a Caatinga arbustiva (III); a Várzea e Mata Ciliar (IV); e, por fim, Povoados, cidades e sedes das propriedades (V). Em grande parte, esses elementos podem ser quantificados e representados em mapas, utilizando técnicas de sensoriamento remoto.

Figura 1 – Relações que explicam a organização do espaço aplicadas à Caatinga, em áreas cristalinas



- 1 - Forma** ➤ **Aspecto visível do objeto (paisagem):**
- I** Caatinga arbórea / Ecótono
 - II** Topo e vertente de lajedo > afloramento rochoso e caatinga arbustiva
 - III** Caatinga arbustiva
 - IV** Várzea e Mata Ciliar
 - V** Povoados, cidades e sedes das propriedades rurais
- 2 - Função** ➤ **Atividade desempenhada pelo objeto.**
- 3 - Estrutura** ➤ **Maneira pela qual os objetos estão relacionados entre si. Pode ser modelada por SIGs.**
- 4 - Processo** ➤ **Estrutura em seu movimento de transformação (tempo e mudanças). Ainda não são capturados pelos SIGs em toda sua plenitude.**

Fonte: Adaptado de Santos (1985) por Bartolomeu Israel de Souza e José Roberto da Silva Junior.

A Função da Caatinga arbórea (I) existente nessas áreas de borda de afloramento rochoso e também como consequência dessa localização é de resguardo de parte de uma vegetação e de condições pedológicas e hidrológicas dominantes em outra condição temporal, ainda que encontradas no atual domínio do semiárido brasileiro, de forma mais generalista ou restrita, portanto, uma rugosidade de tempos outrora prevalentes, antes do estabelecimento do clima seco dominante e do avanço do desmatamento, onde espécies consideradas típicas desse bioma convivem com indivíduos da Mata Atlântica e do Cerrado, mais exigentes em umidade, formando um tipo de ecótono, restrito nesse momento, especialmente, a poucos metros do entorno imediato da estrutura rochosa exposta.

Essa questão para tais localidades ainda têm sido pouco pesquisada, em se tratando do semiárido brasileiro, onde temos, guardadas as questões de escala, certas semelhanças ao que encontramos em altitudes mais elevadas dominadas regionalmente em seu entorno pelo clima semiárido, mas com clima úmido ou

subúmido, devido a ocorrência de chuvas orográficas, os Brejos de Altitude, como são conhecidos popularmente esses enclaves nessa parte do país.

A título de entendimento geral, nessas áreas serranas alguns testemunhos da vegetação e também dos solos de uma fase úmida anterior ao período Neógeno e início do Quaternário ficaram isolados nessas áreas, onde os processos de pediplanação foram menos atuantes ou mesmo inexistentes (Anjos *et al.*, 2007).

Durante o Holoceno, no que consideramos como espaço da Caatinga atual, ocorreram diversas fases, marcadas, ora pelo domínio da umidade, ora pela seca. De forma sintética: a umidade permaneceu nessa região até cerca de 6.000 anos AP (Oliveira, 1999; Cruz *et al.*, 2009); a partir de 4.900 anos AP teve início a fase de ressecamento, com a gradual implantação do clima semiárido e da Caatinga, com as espécies que conhecemos atualmente (Oliveira, 1999; Cruz *et al.*, 2009; Cheng *et al.*, 2013; Nace *et al.*, 2014; Mendes, 2016); desde 2.000 anos AP são registrados alguns eventos rápidos de retorno da umidade, com chuvas torrenciais, sob provável influência da variação El Niño – La Niña (Novello *et al.*, 2012), logo substituídos pelo clima semiárido.

O que trazemos aqui é que, para além dos Brejos de Altitude, condições semelhantes a estes, mantidas por elementos parcialmente diferentes, ainda podem ser identificadas nas bordas de alguns afloramentos rochosos, como veremos a seguir.

O Topo e a vertente do lajedo (II) são parte fundamental para essas áreas ecotonais, funcionando como zonas de captação de água das chuvas, embora apresentem solos inexistentes ou pouco desenvolvidos e uma vegetação arbustiva, típica de ambientes com seca meteorológica e pedológica acentuada. Essas áreas podem captar até 95% de toda a precipitação local, constituindo-se assim em um aporte fundamental de umidade e cargas de nitrogênio para a base dos afloramentos rochosos (Hunter, 2016), resultando na distribuição de solos e nutrientes, formando diferentes bolsões nessas estruturas e no seu entorno imediato, geralmente de mais profundidade e fertilidade do que nas áreas mais distantes, como pode ser observado em diversas partes do mundo, inclusive no semiárido brasileiro (Burke, 2002; Lunguinho, 2018; Clark-Ioannou; Wardell-Johnson; Millett, 2021).

A Caatinga arbustiva (III) é a zona de pecuária extensiva e corte da madeira para diversos fins, no passado e ainda no presente, apresentando estrutura similar à área anterior, embora por razões antrópicas, ao longo dos séculos de uso e ocupação dessas terras. Podem ser considerados, em muitas áreas, como espaços desertificados, localizados, como regra, no entorno dos vales

dos grandes rios da Caatinga, onde dominam poucas espécies pioneiras, com indivíduos, muitas vezes, espaçados entre eles, assemelhando-se em sua aparência e parte da dinâmica microclimática e pedológica, como ambientes áridos (Lourenço *et al.*, 2022).

Nas Várzeas dos grandes rios (IV) temos a agricultura sazonal, feita em geral por pequenos agricultores, que há séculos destituiu quase por completo a Mata Ciliar original, através de técnicas de corte e queima (broca e coivara), substituída cada vez mais por espécies exóticas, onde se destaca a algaroba (*Prosopis juliflora*) (Souza; Souza, 2016).

Os elementos identificados apresentam uma Estrutura profundamente relacionada entre si. Nesse caso, os lajedos (Afloramentos Rochosos) são determinantes em seu papel de “captador” de água das chuvas, como explicado anteriormente, o que justifica a presença de uma vegetação ecotonal no seu entorno imediato, além de solos mais profundos e ricos em matéria orgânica do que nas áreas mais distantes (Lourenço *et al.*, 2022; Souza *et al.*, 2022). Para além disso, funcionam também como um tipo de nascente de rios no contexto do clima semiárido, sendo fundamentais para a recarga hídrica das bacias locais.

Portanto, apresentam uma série de elementos e características, ainda que em microescala e em outra condição topográfica, equivalentes aos Brejos de Altitude das áreas serranas da Caatinga. As características expostas quanto a essas áreas, por si só, seriam justificativas suficientes para que elas fossem consideradas, do ponto de vista legal, como Áreas de Preservação Permanente (APPs) nessa condição climática específica, o que contribuiria para a sua preservação, num contexto em que mais de 60% da Caatinga se encontra profundamente alterada devido a séculos de uso e transformação, com muitas áreas sofrendo degradação crônica (Antongiovanni *et al.*, 2018; 2020).

Nas áreas mais distantes dos lajedos, menos ricas em umidade local, temos uma caatinga mais “típica”, com espécies predominantemente xerófilas, ainda que profundamente transformada pela facilidade de uso e ocupação dessas áreas, particularmente devido ao predomínio de uma topografia plana, o que favorece, a séculos, o uso e a ocupação dessas terras com a pecuária extensiva e também o corte da madeira para diversos fins (lenha, carvão e produção de cercas). O domínio de poucas espécies vegetais pioneiras, associado a pequena presença de biomassa e fortes processos erosivos, faz com que muitas dessas áreas sejam consideradas em processo de desertificação (Xavier *et al.*, 2023; Souza, 2023).

Nas Várzeas, solos sedimentares derivados da deposição milenar efetuada por grandes rios intermitentes conseguem sustentar ainda hoje uma

agricultura tradicional, em grande parte sazonal e voltada para o abastecimento interno, composta especialmente por diversos tipos de feijão, milho, batata-doce e abóbora, os quais perfazem originalmente a dieta alimentar de grande parte da população dessa região semiárida, dividindo espaço com algumas espécies vegetais nativas perenifólias, as quais compõem um pouco da Mata Ciliar sobrevivente a séculos de uso dessas áreas, cada vez mais sendo invadida por espécies exóticas, como a algaroba (*P. juliflora*), de origem peruana, como já mencionado anteriormente, introduzida desde os anos 1940 por meio de projetos governamentais para produção de forragem para o gado, além de algumas espécies de palma (Cactáceas), de origem mexicana, com o mesmo fim (Souza; Souza, 2016).

Os vales desses rios são cada vez mais assoreados, notadamente durante as fortes chuvas torrenciais que acometem essa região, com a entrada de material proveniente do seu entorno, o qual se encontra em grande parte desmatado ou com pequena cobertura vegetal (Xavier *et al.*, 2023), como já mencionado anteriormente.

Ainda nesses vales de rios, ocorreu grande parte das ocupações humanas (área V do perfil), efetuadas desde o início da colonização europeia dessas terras (séc. XVII), devido à presença de água no subsolo, alimento para o gado e melhores condições naturais para produção agrícola (Souza; Souza, 2016). Historicamente, as demandas internas por recursos naturais da população ocupante dessas áreas (madeira, água e alimentos) é em parte responsável pelos processos de degradação do seu entorno, acentuadas por questões fundiárias: no último Censo Agropecuário (IBGE, 2017), foram identificados 1.835.535 estabelecimentos rurais em todo o semiárido brasileiro, sendo que, destes, 1.378.616 estabelecimentos, 75,1% do total geral, tinham áreas inferiores a 20 hectares, números que revelam a dificuldade em conciliar a exploração de recursos naturais com a preservação ambiental.

As transformações nessas paisagens (Processo) têm ocorrido principalmente nas áreas III e IV, através da intensificação da produção de algodão para fins comerciais, desde o século XIX, o que acarretou em desmatamento acelerado da vegetação nativa (Souza; Souza, 2016), tanto nas pequenas como nas grandes propriedades.

Nessas áreas, especialmente da segunda metade do século XX em diante, amplos setores da Caatinga nativa foram substituídos por arbóreas forrageiras (algaroba), através de políticas públicas, além de cactáceas forrageiras e de pasto plantado com maior resistência à seca (por exemplo, capim Buffel) para o gado bovino e principalmente ovino e caprino. Nas várzeas, isso tem

ocorrido mais recentemente com a tentativa de expansão da agricultura irrigada para fins comerciais (particularmente a partir dos anos 1990 em diante), notadamente através da transposição das águas do rio São Francisco, implementando outra lógica de produção, agora comercial, em maior escala que no passado recente, voltada para o mercado interno e externo, baseada na fruticultura (Souza; Suertegaray, 2006). Novamente o Estado aparece como principal agente dessas modificações. Ainda assim, o uso tradicional dessas áreas permanece em grande parte da Caatinga.

A CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA FÍSICA NA ANÁLISE INTEGRADA DA PAISAGEM DA CAATINGA

A análise espacial é, certamente, uma característica intrínseca da Geografia. A busca em responder sobre a ocorrência no espaço de determinado fenômeno (localização) é, talvez, a primeira questão geográfica. Imediatamente à localização, vem a necessidade de se conhecer a dimensão (quanto) e, mais ainda, a explicação (por quê?). Nesse sentido, Gomes (2006) destaca que

“...esta ordem espacial das coisas quer dizer que sua distribuição tem uma lógica, uma coerência. É esta lógica do arranjo espacial a questão geográfica por excelência. Neste sentido, não importa se estamos diante de fenômenos físicos ou sociais, e sim do princípio da ordem que buscamos” (Gomes, 2006, p. 34-35).

Portanto, para desvendar o padrão espacial de determinado fenômeno, é necessária uma análise integrada dos elementos naturais e humanos que compõem a paisagem, uma visão integradora, holística, que teve na Teoria Geral dos Sistemas (Bertalanffy, 2015), ou simplesmente análise sistêmica, o seu caminho mais usual.

Retornando à Caatinga, explicar sua distribuição espacial é algo complexo e que necessita de articulação de diferentes escalas, como dito anteriormente. O relevo parece ter um papel importante na sua organização. Via de regra, nas áreas mais planas e próximas aos rios a ocupação humana devastou grande parte da vegetação nativa. Por outro lado, áreas de relevos elevados e declivosos (serras), de difícil ocupação para atividades econômicas, foram menos desmatadas e é onde se encontram os melhores exemplares da Caatinga típica (Seabra *et al.*, 2014; Xavier, 2021).

Quando o relevo acidentado é com encostas rochosas, ou seja, lajedos e/ou inselbergues, a condição ecotonal pode ocorrer em função de todo o aporte hídrico captado por estes afloramentos rochosos e escoados para o seu entorno. Se para explicar áreas ecotonais em baixas altitudes é preciso conhecer a

dinâmica hidrológica dos lajedos e inselbergues, para entender a distribuição espacial destes afloramentos rochosos é necessário compreender a distribuição litológica da área.

Segundo Corrêa *et al.* (2010) e Maia *et al.* (2015), as intrusões graníticas no Planalto da Borborema e nas depressões sertanejas são expostas pela denução de antigas áreas orogênicas, e formam relevos residuais elevados e isolados, sobre a superfície geral do planalto, geralmente desenvolvida em rochas xistosas ou gnáissicas de complexos metamórficos arqueanos. Esses relevos residuais graníticos são os inselbergues e lajedos (Xavier, 2021). Segundo Maia e Nascimento (2018), as rochas graníticas expostas na superfície, associadas aos plútons, perfazem aproximadamente 15% da área do Nordeste setentrional.

Associados ao ecótono, num mecanismo de retroalimentação, coexistem solos com altos teores de carbono orgânico no entorno desses afloramentos rochosos (Souza *et al.*, 2022). Podemos dizer que tais áreas se configuram em verdadeiros micro-habitats, funcionando como microssistemas dentro de sistemas regionais, diferindo completamente em relação ao entorno onde não temos a influência dos relevos residuais, como pode ser sintetizado na Figura 2.

Figura 2 – Análise espacial integrada da paisagem da Caatinga



Fonte: Elaborado pelos autores.

Sobre toda a diversidade e complexidade natural da Caatinga, adiciona-se o processo histórico de ocupação pautado nas relações capitalistas. O crescimento de áreas degradadas e o avanço da desertificação minam as possibilidades do desenvolvimento regional sustentável. Dessa forma, é urgente a contribuição da Geografia Física no entendimento sobre as transformações da Caatinga, no espaço e ao longo do tempo.

PARA NÃO CONCLUIR

Entendemos, a partir deste exercício rápido e não totalmente conclusivo aplicado à Caatinga, como sendo ela uma espécie de síntese de uma realidade ainda mais complexa. Nesse caso, temos a comprovação da eficiência da proposta de Santos (1985), nos obrigando a sair de campos específicos, ditos naturais ou sociais, favorecendo o diálogo dessas áreas do conhecimento e não negando a cultura dominante nessa parte do Brasil, sem que uma se reduza à outra, além de mostrar a necessidade de se pensar a análise geográfica no que diz respeito a articulação escalar entre os elementos analisados (Suertegaray, 2017). Ainda assim, os desafios de conexão para fins de se atingir a totalidade são visíveis, exigindo do investigador um nível de maturidade intelectual e percepção de diversos elementos que, embora possam até ser identificados, são de difícil análise em suas causas e consequências e diferentes escalas.

Por outro lado, análises feitas com base na Teoria Geral dos Sistemas também têm contribuído substancialmente para entendermos regiões como esta sobre a qual nos debruçamos, tentando atingir a totalidade dos fenômenos atuantes, embora ainda seja comum que diversos pesquisadores adotem, em seus trabalhos, uma visão dicotômica e naturalista, pressupondo a existência de espaços naturais em contraposição aos que foram transformados pela humanidade, além de categorizar o papel da Sociedade em suas marcas espaciais, de forma generalizada, como atividade antrópica, portanto não enxergando a complexidade das relações sociais e políticas na criação e manutenção das paisagens, do passado e do presente (Oliveira, 2007; Neves *et al.*, 2014; Souza *et al.*, 2020).

Portanto, o desafio continua posto, quer seja na superação de questões teóricas e metodológicas, quer seja do ponto de vista técnico. Enquanto isso, Hera continua a manifestar a sua raiva contra os seres humanos através da Esfinge, agora, como dito inicialmente, para uma versão global de Tebas, ao passo que Édipo, diferente do mito original, até deu alguns sinais de que resolveria o enigma, mas ainda não conseguiu fazê-lo por completo.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Lúcia Helena C.; PEREIRA, Marcos G.; PÉREZ, Daniel V.; RAMOS, Doracy P. Caracterização e classificação de plintossolos no município de Pinheiro (MA). **Revista Brasileira de Ciência Solo**, v. 31, n° 5, 2007, p. 1035-1044. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcs/v31n5/a20v31n5.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2023.
- ANTONGIOVANNI, Marina; VENTICINQUE, Eduardo. M.; FONSECA, Carlos Roberto. Fragmentation patterns of the Caatinga drylands. **Landscape Ecology**, v. 33, n° 8, p. 1353-1367, 2018.
- ANTONGIOVANNI, Marina; VENTICINQUE, Eduardo; MATSUMOTO, Marcelo; FONSECA, Carlos Roberto. Chronic anthropogenic disturbance on Caatinga dry forest fragments, **Journal of Applied Ecology**, 57:2064-2074, 2020.
- BERTALANFFY, Ludwig V. **Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações**. Trad. Francisco M. Guimarães, 8. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.
- BURKE, Antje. Properties of soil pockets on arid Nama Karoo inselbergs – The effect of geology and derived landforms. **Journal of Arid Environments**, 50, p. 219-234, 2002.
- CHENG, Hai; SINHA, Ashish; CRUZ, Francisco W.; WANG, Xianfeng; EDWARDS, R. Lawrence; D’HORTA, Fernando M.; RIBAS, Camila C.; VUILLE, Mathias; STOTT, Lowell. D., AULER, Augusto S. Climate change patterns in Amazonia and biodiversity. **Nat. Commun.** 2013, 4 (1411).
- CLARK-IOANNOU, Shopia M.; WARDELL-JOHSON, Grant W.; MILLETT, Jonathan. Multi-scale biogeographic controls over plant communities on granite outcrops in the Southwest Australian Floristic Region. **Austral Ecology**, 46, p. 627-639, 2021.
- CORRÊA, Antonio Carlos B.; TAVARES, Bruno A. C.; MONTEIRO, Kleython A.; CAVALCANTI, Lucas C. S.; LIRA, Daniel R. Megamorfologia e morfoestrutura do Planalto de Borborema. **Revista do Instituto Geológico**, v. 31, n° 1-2, p. 35-52, 2010.
- CRUZ, Francisco. W.; VUILLE, Mathias; BURNS, Stephen. J.; WANG, Xianfeng; CHENG, Hain; WERNER, Martin; EDWARDS, R. Laurence; KARMANN, Ivo; AULER, Augusto. S.; NGUYEN, Hanh. Orbitally driven east–west antiphasing of South American precipitation. **Nature Geoscience**, 2:210-214, 2009.
- ELLIS, Ellis C. **El Antropoceno**. Uma breve introducción. Madrid: Alianza Editorial, 2018.
- FIGUEIRÓ, Adriano. Das teorias clássicas à Teoria Biogeográfica Antropocêntrica. A construção sociocultural do nicho. *In*: SPOSITO, Eliseu Savério; CLAUDINO, Guilherme dos Santos (org.). **Teorias da Geografia: manifestações da natureza**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022, p. 251-296.
- GOMES, Paulo Cesar C. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar C.; CORREA, Roberto Lobato. (org.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- GOMES, Paulo Cesar C. **Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2017.
- HUNTER, John T. Differences in functional trait distribution between inselberg and adjacent matrix floras. **International Journal of Ecology**, 2016. ID 6417913.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 4 dez. 2023.

LOPES DE SOUZA, Marcelo. O mundo e a Geografia estão, ambos, em uma encruzilhada: entrevista com Marcelo Lopes de Souza. **Revista da Anpege**, v. 18, n° 37, 2022, p. 214-249.

LOURENCO, Elloise R. C.; SOUZA, Bartolomeu I.; DANDREA, Alexandre F.; SOUZA, José João L. L. Temporal variation of soil CO₂ emission in different land uses in the Caatinga. **Applied Geography**, v. 140, p. 1-8, 2022.

LUNGUINHO, Rony N. Nos caminhos dos relevos residuais: contribuição à eco-hidrologia de encostas no semiárido brasileiro. 2018. (Tese) – UFPB: Programa de Pós-Graduação em Geografia, PPGG, 268 p., 2018.

MAIA, Rúbson P.; NASCIMENTO, Marcos A. L. do. Relevos graníticos do Nordeste brasileiro. **Revista Brasileira de Geomorfologia (online)**, São Paulo, v. 19, n° 2, p. 373-389, abr./jun. 2018.

MAIA, Rúbson P.; NASCIMENTO, Marcos A. L.; BEZERRA, Francisco H. R.; CASTRO, Henrique S.; MEIRELES, Antônio J. A.; ROTHIS, Luís M. Geomorfologia do campo de inselbergues de Quixadá – NE do Brasil. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 2, n° 16, 2015.

MENDES, Vinícius R. **Registro sedimentar quaternário na Bacia do Rio Parnaíba, Piauí**: um estudo multi-indicadores voltado à investigação de mudanças climáticas. IGc/USP, 2016.

NACE, Trevor E.; BAKER, Paul A.; DWYER, Gary S.; SILVA, Cleverson G.; RIGSBY, Catherine A.; BURNS, Stephen. J.; GIOSAN, Liviu.; BLIESNER, Bette O.; LIU, Zhengyu.; ZHU, Jiang. The role of North Brazil Current transport in the paleoclimate of the Brazilian Nordeste margin and paleoceanography of the western tropical Atlantic during the late Quaternary. **Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology**, v. 415, p. 3-13, 2014.

NEVES, Carlos E.; MACHADO, Gilnei; HIRATA, Carlos A.; STIPP, Nilza A. F. A importância dos geossistemas na pesquisa geográfica: uma análise a partir da correlação com o ecossistema. **Sociedade & Natureza**, 26 (2): 271-285, maio/ago. 2014.

NOVELLO, Valdir F.; CRUZ, Francisco W.; KARMANN, Ivo.; BURNS, Stephen J.; STRIKIS, Nicolás M.; VUILLE, Mathias; CHENG, Hai.; EDWARDS, R. Lawrence; SANTOS, Roberto V.; FRIGO, Everton; BARRETO, Eline A. S. Multidecadal climate variability in Brazil's Nordeste during the last 3000 years based on speleothem isotope records. **Geophys Res Letters**, 39:148-158, 2012.

OLIVEIRA, Rogério B. Mata Atlântica, Paleoterritórios e História Ambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. 10, n° 2, p. 11-23, jul./dez. 2007.

OLIVEIRA, Paulo E.; BARRETO, Alcina M. F.; SUGUIO, Kenitiro. Late Pleistocene/Holocene climatic and vegetational history of the Brazilian Caatinga: the fóssil dunes of the middle São Francisco River. **Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology**, 152 (3-4), p. 319-337, 1999.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SEABRA, Vinícius S.; XAVIER, Rafael A.; DAMASCENO, João.; DORNELLAS, Patrícia C. Distribuição dos remanescentes de caatinga por unidades geomorfológicas da bacia do rio Taperoá-PB. **Anais... Simpósio Regional de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto – GEONORDESTE 2014**, Aracaju, Brasil, 18-21 nov. 2014.

SOUZA, Bartolomeu I. Desertificação e dinâmica da cobertura vegetal: conhecimentos acumulados e desafios vigentes. **GEO UERJ**, v. 42, p. 1-23, 2023.

SOUZA, José João. L. L.; SOUZA, Bartolomeu I.; XAVIER, Rafael A.; CARDOSO, Eini C. M.; MEDEIROS, Joseilson R.; FONSECA, Christiane F.; SCHAEFER, Carlos E. G. R. Organic carbon rich-soils in the brazilian semiarid region and paleoenvironmental implications. **Catena**, v. 212, p. 106101, 2022.

SOUZA, Bartolomeu I.; SOUZA, Ramon S. Processo de ocupação dos Cariris Velhos – PB e efeitos na cobertura vegetal: contribuição à Biogeografia Cultural do semiárido. **Caderno de Geografia**, v. 26, p. 229-258, 2016.

SOUZA, Bartolomeu I.; LIMA, Eduardo R. V.; FURLAN, Sueli.; SOUZA, Rosemeri.; CESTARO, Luiz A. A distribuição dos seres vivos no espaço: algumas reflexões sobre a evolução desse conhecimento e desafios presentes para a Geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n° 29, p. 45-75, 2020.

SOUZA, Bartolomeu I.; SUERTEGARAY, Dirce Maria A. Contribuição ao debate sobre a transposição do rio São Francisco e as prováveis consequências em relação a desertificação nos Cariris Velhos (PB). **Terra Livre**, v. 2, p. 139-155, 2006.

SUERTEGARAY, Dirce Maria A. **Geografia Física e Geomorfologia**. Uma (Re)leitura. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

SUERTEGARAY, Dirce Maria A. Debate contemporâneo: Geografias ou Geografia? Fragmentação ou Totalização? **GEOgraphia**, v. 19, n° 40, 2017.

XAVIER, Rafael A. Processos Geomorfológicos e Evolução da Paisagem no Semiárido Brasileiro. **Revista de Geociências do Nordeste**, v. 7, n° 1, p. 59-69, 2021.

XAVIER, Rafael A; BORGES NETO, Inocêncio O.; LELIS LEAL DE SOUZA, José J.; VALENTE CARDOSO, Philipe.; PRAÇA DE SOUZA, Jonas O.; ISRAEL DE SOUZA, Bartolomeu. Processos de voçorocamento no Planalto da Borborema, semiárido da Paraíba. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 24, p. 1-24, 2023.

CAPA

SUMÁRIO

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E OS DESAFIOS DA PESQUISA EM GEOGRAFIA

LINDBERG NASCIMENTO JÚNIOR

O início da década de 2000 parece ter sido um dos momentos mais cruciais para o debate sobre as mudanças climáticas e os desafios da pesquisa em geografia. Ter a proposta de fazer esse debate hoje, em 2023, nos abre a possibilidade de realizar um processo avaliativo interno e, com muita segurança, partir de uma visão abrangente das questões e das respostas que a nossa comunidade elaborou para essa temática.

É de fato um privilégio desenvolver essa avaliação hoje, e mesmo que o sentido deste capítulo possa parecer uma análise *lato sensu* das respostas, pensamos em incorporá-las de uma maneira particular para interpretação. Isto é, vamos colocá-las ao crivo do debate atual.

Obviamente, qualquer exercício como esse não acontece isento de críticas. E por isso precisamos inicialmente considerar que nossas questões e respostas ainda são preenchidas por incertezas. Temos, portanto, a consciência de que esse dilema faz do conhecimento científico um trabalho inacabado e crescente, que se abre quando já temos respostas para as questões que outrora não foram respondidas. Julgo que seja desse interesse que posso fazer uma contribuição ao nosso campo, confiante de que já temos elementos para superar alguns dos dilemas que tínhamos no início dos anos 2000.

Nesse sentido, tal contribuição busca discutir os desafios da pesquisa em geografia sobre mudanças climáticas na contemporaneidade. Para isso, parto

de duas questões fundamentais: quanto ao problema das mudanças climáticas, quais eram as questões que tínhamos e que conseguimos responder desde os anos 2000? E quais são as possibilidades de avançar sobre essas questões e, quem sabe, a partir delas, elaborar outra agenda de pesquisa?

AS RESPOSTAS QUE CONSEGUIMOS OFERECER QUANTO AO PROBLEMA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O debate clássico sobre as mudanças climáticas tem sido bem desenvolvido pelos campos das geociências (geologia, paleontologia, geomorfologia, oceanografia etc.) e pela física (astronomia e meteorologia). De forma geral, esses campos valorizam aspectos relativos à natureza física, geofísica e astrofísica na abordagem, dando ênfase ao enfoque naturalista, considerando, por exemplo, a abordagem paleoclimática.

Na geografia, estudos sobre mudanças climáticas que contemplam essa perspectiva também são bastante recorrentes, mas outras abordagens têm sido tratadas pelo campo, não necessariamente sob o mesmo enfoque, mas que orientam o debate no escopo da climatologia geográfica.

No campo da climatologia geográfica, as mudanças climáticas tomaram centralidade do debate a partir da década de 2000, que coincide com o lançamento de três dossiês icônicos da Terra Livre, cujo tema foi precedido por temáticas associadas aos paradigmas da geografia e às mudanças globais. Ao que tudo indica, a comunidade precisava estudar o fenômeno, já que não se tratava de um fenômeno puro ou isolado ou desenvolvido pelas disciplinas clássicas. Por mais que o debate, já naquele momento, completava cerca de 30 ou 40 anos de desenvolvimento.

Em minha avaliação, esse momento nos ofereceu uma das melhores séries de textos que atravessaram minha formação e talvez tenha formado uma parte importante da atual geração de geógrafos(as) (Suertegaray e Nunes, 2015; Sant'Anna Neto, 2001; 2002; 2003; Mendonça, 2001; Ribeiro, 2002; Bessat, 2003; Silva; Gutter, 2003; Zanella, 2003; Mendonça, 2001; 2003).

Aqueles dossiês foram o gatilho para o debate sistemático sobre mudanças climáticas na geografia, e a temática continuou sendo disseminada na *Revista Brasileira de Climatologia*, que dedicou seu terceiro número para contemplar contribuições específicas sobre essa questão (Mendonça, 2006; Andriucci e Sant'Anna Neto, 2006; Molion, 2008a; 2008b; Teodoro; Amorin, 2021), e também na *Revista da Anpege*, que após o lançamento do seu segundo número

já publicava uma ou duas contribuições sobre a temática (Conti, 2005; Guimaraes e Fontoura, 2010; Sant'Anna Neto, 2008).

As contribuições, de fato, foram distintas; conseguimos inclusive agrupá-las em textos mais aplicados e analíticos, e os mais reflexivos e provocativos. Por isso, não podemos negar que a nossa contribuição foi importante, e que as respostas que elaboramos estavam muito mais associadas ao caráter e ao significado que as mudanças climáticas ofereciam para nós naquele momento, do que necessariamente marcar uma resposta pronta e resolutiva.

Mais do que uma medida objetiva de sua neutralização ou mitigação, nosso debate era crítico; colocávamos as mudanças climáticas sob o crivo da história, do método e do rigor conceitual. Coincidência ou não, as nossas respostas seriam muito mais bem qualificadas enquanto questões do que notadamente uma resolução que o problema demandava. Em outras palavras, respondíamos ao problema das mudanças climáticas dando-lhes uma cara geográfica e assumimos para isso que elas eram, antes de tudo, uma **questão de escala**.

Até aquele momento, entendíamos que o tratamento das dimensões espaciais e temporais de manifestação do clima a partir da escala poderia ser concebido como “uma referência de valor arbitrada segundo critérios que interessam à compreensão de um fenômeno”, e sua adequação partia principalmente do conjunto de técnicas analíticas empregadas no processo da pesquisa e comunicação dos seus resultados (Ribeiro, 1993, p. 288).

Nessa perspectiva, os estudos sobre as mudanças climáticas (observados na escala global) se restringiam ao conjunto de fenômenos cuja compreensão se dava a partir de sua grande extensão (espaço planetário), sendo estes inicialmente contemplados aos níveis macroclimáticos enquanto ordem de grandeza superior (Ayoade, 1988).

A concepção, assim, conserva o caráter de que as combinações de processos físicos interativos numa escala superior resultavam em modificações sucessivas no estado da atmosfera nas escalas inferiores, e que as combinações particulares de processos físicos nas escalas inferiores possuíam limitada repercussão nas escalas superiores (Ribeiro, 1993, p. 288).

Para a comunidade, a escala da mudança climática oferecia um confronto metodológico e exigia um posicionamento político, uma vez que elas se mostravam ao mesmo tempo como um problema ambiental grave (evidente nas escalas regionais e locais) e contemplavam os impactos oriundos do aquecimento global contemporâneo (Zangalli Jr, 2022). Tratava-se de um paradoxo

– uma situação conflituosa entre as interpretações de sua duração (tempo histórico) e gênese (natural ou antrópica).

O estudo geográfico das mudanças climáticas deveria compreender, então, que as alterações na composição da atmosfera (sobretudo a partir da queima de combustíveis fósseis pelas atividades humanas) resultaram na intensificação do efeito estufa planetário, e por consequência no aumento da temperatura média do planeta, no aumento do nível dos mares, nas modificações nos padrões climáticos regionais, na intensificação de eventos extremos e nos impactos na biodiversidade.

De fato, as transformações históricas (a causa do problema), provenientes particularmente da Revolução Industrial do final do século XVIII, se manifestavam com diversidade de alterações em escala local (os efeitos). O fenômeno do clima urbano, por exemplo, já mostrava a validação dessa condição não somente a partir dos trabalhos elaborados no Brasil e no mundo, mas também do conjunto de todos os problemas ambientais observados no planeta (Zangalli Jr, 2020).

O conceito de escala do clima então precisava ser reformulado, já que a definição usual atribuía de forma análoga à estrutura da escala cartográfica (representação do espaço) para análise do clima, e reproduzia uma concepção hierárquica e gradualista que não ocorre da mesma maneira para com o fenômeno climático.

A correspondência direta dessa contribuição é a valorização exacerbada dos princípios de climatologia estática ou tradicional, que diferencia o fenômeno climático por seu tamanho, extensão e abrangência em tipos e subtipos a partir de processos de regionalização por zoneamento. Destaca-se que essa abordagem não incorpora as dimensões das transformações históricas na paisagem e as implicações ambientais oriundas das alterações nos elementos climáticos.

Aliás, desde o início do século XX, com as contribuições da escola escandinava de Meteorologia Sinótica e Climatologia Dinâmica, o movimento atmosférico já vinha sendo representado pelo modelo tricelular de circulação geral e pela teoria da frente polar (Monteiro, 1963). Por isso, nos anos 2000, o tempo e o clima já eram concebidos como resultado final de uma série de processos oriundos de fatores dinâmicos e estáticos na escala local, regional e global (Sant’Anna Neto, 2001; Cavalcanti *et al.*, 2009).

A título de exemplificação, nesta abordagem, até a definição dos tipos e domínios climáticos deveria ser coerente com a dinâmica atmosférica, e elaborada a partir de esquemas que representassem as diferentes situações

sinóticas em sua sazonalidade, as trajetórias habituais dos sistemas atmosféricos e os tipos de tempo associados (Monteiro, 1963).

Portanto, naquele momento, tínhamos uma base teórica e analítica consistente (a fundamentação da Climatologia Geográfica nos ajudava nesse sentido), mas a manutenção da perspectiva gradual e hierarquizada da escala do clima (níveis menores dentro de níveis maiores como o exemplo didático da boneca russa) colocava (e ainda coloca) limites para a análise que a questão das mudanças climáticas exigia naquela época. E até hoje, ainda exige ainda.

Sobre esse aspecto, a visão idealizada de que os fluidos ar e água interagem dentro do sistema fechado (princípio da conservação da massa), por exemplo, foi fundamental para oferecer a mirada do Planeta do lado de fora, que ajudou a contribuir a conceber um clima como um fenômeno planetário para além da escala gradual e hierarquizada. Mas sem dúvida foi o advento dos processos de mundialização do capital e da globalização que proporcionou o sentido global da Terra e, portanto, do clima.

A disseminação do problema ocorreu inicialmente com a introdução do fenômeno climático nos debates ambientais com o protagonismo maior do que aquele reduzido enquanto fator ou mais um elemento de tratamento dos problemas relativos à desertificação, degradação, poluição, buraco da camada de ozônio, assumindo o centro da questão ambiental global (Conti, 2005).

A resposta às mudanças climáticas, não necessariamente da nossa comunidade geográfica, foi então promover um debate acerca de como as alterações em escalas inferiores (locais e regionais) podem resultar em modificações na circulação da atmosfera, afetando todo o planeta. E de como os processos climáticos superiores, mais profundos e lentos, podem afetar os climas regionais e locais de formas variadas e diferenciadas, modificando os padrões preexistentes (Sant'Anna Neto, 2013).

A resposta para esse momento, no entanto, pôde ser desenvolvida só recentemente, com a concepção de que a escala do clima deveria ser compreendida como um conjunto de **processos espaço-temporais** altamente sensíveis a qualquer ritmo, variação e alteração de todas as forças terrestres, dimensões socioespaciais e interferências antrópicas (Sant'Anna Neto, 2013).

A relevância dessa contribuição tem sido alcançada a partir da concepção das relações entre clima e espaço, uma vez que os processos climáticos ocorrem, manifestam e são definidos em seu próprio quadro espaço-temporal, qualificando as mudanças climáticas não mais como uma questão de escala, mas como **questão de método**.

Nesse caso, além de reivindicar uma escala dos processos espaço-temporais do clima, também é necessário reivindicar um método que ofereça uma interpretação de que o clima, parafraseando Harvey (2006), está embutido ou é interno aos diversos modos de produção de espaço, e, portanto, os mecanismos que estruturam sua velocidade, duração e intensidade são tanto resultado da mobilidade e da alternância de padrões quanto das possibilidades e estratégias de sua apropriação.

Enquanto questão de método, as mudanças climáticas podem ser o fenômeno que explica como o clima (e junto com ele a natureza) tem sido espacialmente praticado, sobretudo a partir de um contexto planetário altamente tecnicificado, articulado e conectado como um todo.

Além disso, o argumento não ajuda a entender apenas a organização sistêmica das áreas de pressão atmosférica (que atualmente validam a representação dos modelos de circulação geral da atmosfera), mas, sobretudo a ideia de que o planeta é único, e está globalizado pela primeira vez na história. Em virtude dessa concepção, a mudança climática torna-se também global, já que enquanto problema ambiental, ele também pôde ser ampliado a esse nível.

A partir dessa perspectiva, no entanto, as questões em torno das mudanças climáticas adquiriram outra cara geográfica (a primeira associada enquanto escala). Se inicialmente elas contribuíram para a ampliação do paradigma da gênese antrópica dos problemas ambientais, de outro modo, elas deram continuidade aos questionamentos sobre seus limites e seus valores. O problema da escala foi orientado então para indicar uma espécie de ponto de inflexão tripartite, ou seja, de como e quando o clima estaria para fenômeno puramente natural (físico), essencialmente humano (antropogênico) ou híbrido (mistura de um fenômeno que é ao mesmo tempo físico e antropogênico).

De lá para cá, o que aprendemos foi que, além de ser impossível encontrar um limite absoluto entre o que é natural e humano na mudança do clima, refletimos que o clima é um processo indissociável, é natureza apropriada, ou uma das diversas maneiras com que os seres humanos têm se relacionado com a natureza ao longo da história (Smith, 1989). E por essa condição, a produção de sua natureza conjuga o momento ao qual os ritmos sociais são inseridos e sobrepostos aos ritmos naturais (Serres, 1993), e, por isso, transforma e (re)significa tudo que era natural em problema social (Suertegaray; Nunes, 2015).

Nos anos 2000, parece que essa resposta era resolvida dessa vez por meio de um debate conceitual. A título de explicação, a WMO (1966), Conti (1998), Mendonça e Danni-Oliveira (2008) apresentam uma das contribuições mais bem disseminadas para hierarquização dos processos

modificadores do clima e a diferenciação entre diferentes conceitos (alteração, vacilação, variação, tendência, mudança, variabilidade, oscilação etc.). Na perspectiva desses autores, as definições para mudança climática é que esta fosse entendida a partir dos milhares a milhões de anos, e associadas às causas naturais dos movimentos astronômicos.

A construção dessa resposta, no entanto, se inicia quando consideramos que a questão da escala (que como vimos é uma questão de método) se concentra em uma concepção de clima que precisa ser submetida a uma virada epistemológica (Armond; Zangalli Jr, 2021). Em outras palavras, precisávamos avançar sobre as possibilidades de conhecer o fenômeno climático a partir da geografia e a partir dos instrumentais e arcabouços técnico-científicos que possuímos naquela época e agora, atualmente.

Sobre esse aspecto, é importante lembrar que Sant'Anna Neto (2001) indicou pelo menos dois grandes desafios para construção de uma Geografia do Clima, e que avalio que tem servido para construção dessa resposta. Primeiro, é importante que os(as) geógrafos(as) que estudam o clima tenham domínio suficiente do instrumental tecnológico utilizado para análise das mudanças climáticas contemporâneas. Em sua época, o autor observou o rápido desenvolvimento e disseminação de equipamentos e técnicas de análise que revolucionavam tanto o instrumental tecnológico utilizado pela comunidade, quanto colocavam em xeque algumas verdades estabelecidas até aquele momento.

Avançar no aprimoramento instrumental e tecnológico para os estudos do clima indicava também a necessidade de diálogo com outros profissionais do campo das ciências atmosféricas e a importância de transformação do perfil de docentes que ministravam a disciplina climatologia nos cursos de graduação em geografia. Neste último aspecto, o autor relata que por vezes docentes de outros campos que ministram a disciplina nos cursos de geografia passam ao largo das necessidades de interpretação dos fenômenos climáticos de maneira aderente ao escopo da ciência geográfica e a formação desses profissionais (Sant'Anna Neto, 2001; 2002).

O segundo aspecto trata da necessidade de se incorporar a dimensão social na interpretação do clima na perspectiva da análise geográfica, partindo da realidade dos impactos concretos do clima, para além da abordagem que se encerra nos efeitos do tripé ritmo climático, ação antrópica e impacto ambiental.

Salienta-se que a relação entre clima e sociedade não tem sido desenvolvida com o ser humano enquanto espécie ou indivíduo, mas sim no contexto do ser social inserido numa sociedade de classes, cujos significados atribuídos

ao clima não estão descolados de suas dimensões socioeconômicas e socioambientais. Sant'Anna Neto (2001, p. 58) argumenta que

compreender que a repercussão dos fenômenos atmosféricos na superfície terrestre se dá num território, transformado e produzido pela sociedade de maneira desigual e apropriado segundo os interesses dos agentes sociais. Assim, o efeito dos tipos de tempo sobre um espaço construído de maneira desigual gera problemas de origem climática também desiguais.

Na prática, precisamos ir além da identificação dos sistemas produtores do tempo, das análises episódicas e dos valores extremos que nos ajudam a explicar como, onde e por que esses eventos ocorreram, e privilegiar questões de como e em quais circunstâncias o território foi (e tem sido) produzido e como esses processos climáticos impactam de forma diferenciada os sistemas humanos, produtivos e naturais (Sant'Anna Neto, 2001; 2002).

Sobre esse aspecto, Sant'Anna Neto (2001) ainda escreve que a dinâmica natural do clima é independente do ser humano (sentido muito valorizado na abordagem clássica). E que atualmente, seu domínio passa a ser socialmente condicionado (possibilidade de salto para uma abordagem crítica do clima). E que também precisamos considerar que a interpretação subestimada das novas tecnologias (é importante e fundamental usar as técnicas estatísticas e geotecnologias para análise do clima – Dubreuil (2005) e Nascimento Jr, *et al.* (2015)) a climatologia ainda deve somar ao arsenal teórico e metodológico as contribuições que novos paradigmas oriundos da economia ambiental, ecologia política e da geografia como um todo.

Nesse aspecto, Zangalli Jr. (2020, p. 301) amplia a discussão proposta por Sant'Anna Neto (2001; 2008; 2012) e oferece a estratégia de entender que o clima (e junto com ele as mudanças climáticas) são o conjunto de contradições orgânicas do modo de produção capitalista. Para o autor, é possível explicitar que os movimentos de produção e reprodução da natureza do clima pelo capital não são isentos de dicotomias (natural x social, global x local, longo prazo x curto prazo). Na prática, todas essas contradições são utilizadas (praticados) para naturalizar as relações sociais de produção.

No mesmo sentido, Hulme (2009) organiza pelo menos dois aspectos que nos ajudam a enriquecer esta proposta:

- a) o conceito de clima que subjaz a mudança climática serve para manutenção da ideia de dominação e de controle, ou seja, serve como garantia do recurso simbólico para a ideia de conquista da última fronteira da natureza selvagem (o clima é hostil, incontrolável, imprevisível);

- b) o conceito também está associado à ideia de continuidade da dimensão mais pura do medo, no qual o cotidiano da vida em associação com as estruturas políticas e econômicas (praticadas espacialmente) imbrica o processo de naturalização da ordem social, e faz com que os impactos do clima sejam tratados como normalidade ou como uma grande ameaça (em analogia ao terrorismo).

É importante considerar também que, ainda nas décadas de 2000, os debates que se seguiram para promover o encontro dos limites entre o que é natural e antropogênico nas mudanças climáticas dividiam as opiniões da comunidade, enriquecendo a produção do conhecimento sobre o tema no Brasil. E sobre esse debate temos considerar a fazer.

De um lado, os discursos agrupados entre aquecimentistas, céticos do aquecimento e críticos das mudanças climáticas infligiam um importante gasto de tinta e saliva, e foram diversos os documentários produzidos visando popularizar o debate, indicar as controvérsias e alertar a sociedade sobre o futuro. Parte da climatologia geográfica brasileira tendeu a posicionamentos céticos, e a história recente tem comprovado que esse erro legitimou um movimento negacionista relevante, declarado e formado por cientistas, agentes políticos, setores produtivos e mídia (Nascimento Jr, 2014).

Precisamos reconhecer que essa forma de fazer ciência precisa ser radicalmente debatida atualmente, e caminhar no sentido de buscar respostas que de fato atendam aos interesses da classe trabalhadora e de uma sociedade que prioriza a justiça social e ambiental. Essa ideia nefasta ancorada nos discursos de desenvolvimento e crescimento econômico, por vezes legitimados por roupagens sustentáveis e de energia limpa, tem repercutido até hoje na manutenção da degradação ambiental, dos genocídios de povos indígenas e tradicionais, nos assassinatos de lideranças de movimentos sociais.

A virada epistemológica se dá nesse sentido, já que precisamos urgentemente disputar um campo de pesquisa que esteja à disposição do conhecimento popular e em diálogo com a classe trabalhadora da cidade e do campo.

Por fim, julgo que os desafios enfrentados pela pesquisa em geografia, especialmente a climatologia geográfica no que se refere às mudanças climáticas, eram esses. Esses desafios qualificaram questões em duas ordens principais: as vinculadas à escala, hoje definida como questão de método, e aquelas sobre a gênese natural, antrópica ou híbrida, que deve estar acoplada à necessidade de uma virada epistemológica, orientada para a concepção de clima como natureza apropriada pelo capital – uma contradição.

E quais são as possibilidades atuais de avançar sobre estas questões e, quem sabe, a partir delas elaborar outra agenda de pesquisa? Vejamos!

OS DESAFIOS ATUAIS DA PESQUISA SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA GEOGRAFIA

Na geografia, as abordagens que valorizam o tratamento naturalista têm sido ainda desenvolvidas sob perspectiva paleoclimática, que concentra estudos sobre as implicações das variações climáticas na gênese e formação das paisagens e domínios estruturais, morfológicos e vegetacionais. Constituem ainda as bases as contribuições da reconstrução climática.

Tradicionalmente, as contribuições mais destacadas dessa abordagem envolvem a identificação de eventos ocorridos ao longo dos períodos glaciais e interglaciais, sobretudo pleistocênicos, baseados nos estudos com sedimentologia e estratigrafia, que no Brasil é um dos campos mais consolidados (Oliveira, 2006). Por isso, talvez não haja tantos desafios quanto os campos aqueles que se baseiam em *proxies* oriundos de anéis de árvore (dendroclimatologia) e fósseis de grão de pólen (paleopalinologia).

Esses campos sugerem ser relativamente novos no contexto brasileiro, uma vez que a pesquisa tem sido historicamente bem desenvolvida por estudiosos norte-americanos e europeus e tem o potencial de impactar positivamente a qualidade e quantidade das pesquisas sobre mudanças climáticas devido à carência de estudos para caracterizar os climas do mundo tropical e subtropical do Brasil e da América do Sul.

Essa carência foi evidenciada por Valerius *et al.* (2023), que identificaram como primeiro fator importante para o desenvolvimento dessa pesquisa a falta de estudos voltados para caracterizar as condições climáticas do Quaternário, na escala regional do Sul do Brasil.

O desafio das pesquisas sobre mudanças climáticas nessa perspectiva deixa evidente que o parco conhecimento que se tem do clima pretérito ainda é fundamental para que os impactos das alterações climáticas sejam bem estabelecidos. O objetivo é estabelecer um tipo de conhecimento básico sobre o clima no mundo tropical e subtropical no passado, e que ainda precisa de muitos recursos e trabalho de campo para ser desenvolvido.

Outro conjunto de estudos geográficos sobre mudanças climáticas articula a questão da escala e da gênese a partir da abordagem da variabilidade e da mudança de padrões (DUBREUIL, *et al.*, 2017; 2019; Nascimento Jr, 2017). A contribuição, sem dúvida, para esse momento está no tratamento dos

fenômenos de teleconexão climática e dos modos de variabilidade de alta e baixa frequência, somada ao crescimento das rotinas de avaliação de tendências e rupturas em séries históricas, bem como às tradicionais classificações de anos-padrão e eventos extremos (Nascimento Jr, 2015; 2020; Carpenedo; Ambrizzi, 2020; Souza; Reboita, 2021; Nascimento Jr; Duarte; 2019).

A vantagem que esta abordagem tem apresentado é o uso de plataformas integradas de dados observados e de reanálise de clima, que não só torna possível avançar em análises locais, mas também compará-las às zonas remotas do planeta e submetê-las a correlações com índices climáticos (Limberger, 2016).

Possibilidade de espacialização dos dados de forma relativamente simples, inclusive em nível global e, portanto, a análise de padrões espaciais característicos; a longevidade e ausência de falhas nas séries temporais; o grande número de variáveis atmosféricas disponíveis (no caso dos conjuntos de reanálise) e a consistência temporal e espacial dos dados; a resolução temporal, de horária a anual (...) possibilidade de comparação com outras fontes, permitindo a realização de estudos de confiabilidade entre elas (Limberger, 2016, p. 17).

De fato, a possibilidade de estudos na abordagem da variabilidade tem aberto um amplo campo de diálogo entre geografia, meteorologia e oceanografia, e já existe uma série de estudos importantes nesse âmbito. Os desafios, portanto, parecem ser os mesmos do debate anterior. As questões que restam ainda não explicam como os padrões de teleconexões atuam conjunta ou isoladamente sobre os diferentes locais e regiões do planeta (Limberger, 2016).

Isso ocorre porque a comunidade também tem reconhecido que não é somente o ENOS que interfere na variabilidade climática interanual do planeta; existem cerca de 30 padrões de teleconexão, e até o próprio ENOS pode ter manifestações diferentes a cada nova fase de ocorrência. O princípio é que cada ENOS é único (Pereira *et al.*, 2017; Carpenedo; Ambrizzi, 2020; Souza; Reboita, 2021).

Estudos mais pormenorizados podem identificar quais e como diferentes padrões de teleconexões atuam sobre diferentes localidades, oferecendo subsídios para estabelecer uma correspondência mais coerente entre dinâmica do tempo, da variabilidade e das alterações climáticas, mas, sobretudo da gênese de eventos extremos.

O reconhecimento dos eventos extremos como parte da dinâmica natural do clima é antigo, mas a preocupação sobre as condições de segurança e estabilidade dos sistemas sociais, produtivos e humanos tem sido mais bem explicada a partir dos riscos que as mudanças climáticas oferecem. Essa abordagem também pode ser qualificada como uma das maneiras com que a

geografia tem estudado as mudanças climáticas (Nascimento Jr, 2019; Pereira; Nascimento Jr, 202; Nascimento Jr; Rocha; 2023).

A intensificação dos eventos extremos, então, seria um dos sinais mais fundamentais da alteração climática. No Brasil, uma série de estudos tem colocado como esse processo tem evidenciado a maneira como as alterações climáticas locais e regionais correspondem, em parte, ao conjunto de processos de transformação histórica da paisagem e sua correspondência com os fluxos atmosféricos globais, e que tem resultado no processo de tropicalização dos regimes pluviométricos do mundo tropical e subtropical (Monteiro, 1991; Zavatini, 1998; Armond; Sant'Anna Neto, 2017).

Nesse contexto, sem dúvida, um dos principais desafios está no âmbito do estabelecimento do grau de influência antropogênica na intensificação dos eventos extremos, e por consequência na mudança climática. Por isso, a ciência de atribuição à mudança climática tem sido uma das abordagens mais interessantes para investigar a gênese desses fenômenos, e tem se mostrado como uma das estratégias mais convenientes para encontrar evidências da marca antropogênica no sistema climático (Trenberth *et al.*, 2015).

Em grande parte, os estudos que utilizam essa abordagem têm dado destaque para os eventos extremos associados às condições sinóticas e meteorológicas excepcionais no Hemisfério Norte. Por exemplo, a onda de calor extremo no Canadá no final de junho de 2021; o furacão Harvey em agosto de 2017 no Texas, Estados Unidos; as chuvas de julho/agosto de 2021 que atingiram Alemanha, Bélgica, Luxemburgo e Holanda; e outros (Zwiers *et al.*, 2011; Trenberth *et al.*, 2015; Otto, 2017; Kreienkamp *et al.*, 2021).

O reconhecimento desses valores tem ajudado a sistematizar, problematizar e propor interpretações sobre os limites dos problemas climáticos, que em grande parte são atribuídos genericamente às influências antrópicas, e que, na atualidade, têm tornado altamente vulnerável e exposto qualquer sistema ecológico, social e produtivo de grande ou pequena proporção, independentemente de sua causa.

Nesse contexto, os eventos e episódios extremos auxiliam a dimensionar o papel do clima no processo de produção do espaço geográfico e do risco climático, haja vista as distintas concepções de clima, de segurança e expectativa de futuro. As identificações dos impactos de eventos extremos são a maneira mais tradicional de proceder a essa análise, e enquanto contradição, sua melhor interpretação se efetiva hoje a partir da emergência climática (Nascimento Jr, 2019).

Nesse caso, é importante retomar que uma virada epistemológica no conceito de mudança climática exige um novo posicionamento político de se fazer ciência e geografia, uma vez que os danos causados e a responsabilidade pelos eventos climáticos extremos estão sobre aqueles que menos contribuíram para a crise ambiental. Em se tratando, por exemplo, da relação entre o produto interno bruto dos países e as emissões de gás carbônico, a plataforma *Our World in Data* (2023) indica que a metade mais rica dos países emite 86% do carbono, enquanto a metade mais pobre fica apenas com 14% das emissões.

É preciso considerar que de fato o desenvolvimento histórico do Norte e seus níveis atuais de produção e consumo dependem de um subsídio socioecológico imposto aos países do Sul. Esse subsídio refere-se ao pagamento insuficiente e, às vezes, ao saque explícito dos recursos naturais e da força de trabalho dos países do Sul (Rice, 2009).

A lógica também evidencia o caráter de um fenômeno que reproduz a ordem colonial, até por que a relevância dessa desigualdade fica mais evidente quando passamos pela questão das responsabilidades sobre os ônus e bônus da emergência climática.

Em se tratando das vulnerabilidades das populações, não se pode excluir que as estruturas de classe, raça, gênero e idade definem em grande parte o grau de exposição e recuperação frente aos eventos e episódios extremos. No relatório do Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais (2017), a emergência climática impacta de três formas diferentes as populações vulneráveis.

Primeiro, porque elas estão mais expostas aos efeitos do clima. Enquanto populações empobrecidas, esses grupos estão historicamente submetidos, a residir em áreas ambientalmente suscetíveis ou naturalmente expostas às ameaças. Em seguida, essas populações, se tiverem o mesmo nível de exposição a determinado evento, estão igualmente suscetíveis aos mesmos efeitos. Por exemplo, uma pessoa em uma casa sem ar-condicionado tende a sofrer mais em decorrência de uma onda de calor do que uma pessoa que conta com esse equipamento. Somam-se a esses marcadores a idade, a raça, o sexo, deficiência etc. Em se tratando do acesso a tais recursos tecnológicos e à redução da vulnerabilidade desses grupos, torna-se fundamental (Cutter, 1996).

A terceira maneira que a emergência climática impacta sobre as populações empobrecidas ocorre na medida em que esses grupos têm menor capacidade de recuperação da normalidade da vida e de organização política para garantir o acesso aos direitos sociais e proteção civil. Sobre este último aspecto, o mesmo relatório indica que essas populações são formadas majoritariamente

por grupos étnicos e raciais, qualificando então a relação entre emergência climática e racismo ambiental.

Os marcadores da desigualdade de gênero também aparecem como um aspecto importante dos impeditivos que a emergência climática promove. A plataforma *Carbon Brief* (2023) revisou uma série de estudos e mostrou que 69% destes indicam que as mulheres serão mais afetadas pela emergência climática, quase 23% apontavam maior vulnerabilidade dos homens e 9% não relatavam diferenças. Deste universo, os quadros de exposição entre homens apontam maior vulnerabilidade à transmissão de doenças infecciosas relacionadas ao clima, enquanto as mulheres são as mais atingidas em termos de morte e ferimentos, insegurança alimentar, doenças psiquiátricas e saúde reprodutiva.

A desigualdade da emergência climática também se desenvolve a partir da estrutura etária, e indica que os mais jovens estão mais vulneráveis e expostos aos impactos do clima do que os mais velhos. Segundo a estimativa de Thiery (2021), uma pessoa que nascer na década de 2020 será exposta até sete vezes mais a eventos climáticos extremos ao longo de sua vida do que uma que nasceu na década de 1960.

Por isso, conforme Almeida (2018), as ações necessárias para mitigar os efeitos das mudanças climáticas não se reduzem ao plano moral. Dependem de transformações no nível da economia política, e não à toa, a realidade é de que a degradação ambiental está em conexão com a reprodução das formas sociais do capitalismo, cuja racionalidade não leva em conta a possível eliminação da vida na Terra.

Mas existe também a possibilidade de tratamento, que é estabelecer em nossos trabalhos o princípio da justiça ambiental, a partir da equidade distributiva, que designa que aqueles que têm maior capacidade de recuperação e que impactam mais devem assumir uma responsabilidade maior nas ações de proteção e defesa, além de atuar em medidas consistentes e válidas de mitigação. Essa inclusive é uma estratégia justa de pensar a adaptação no contexto atual (Sardo, 2023; Mohtat; Khirfan, 2021).

Além desses princípios, mais recentemente as práticas jurídicas e de ciência forense têm encaminhado estratégias de litígios climáticos, visando a promoção de lutas por justiça climática, responsabilização e direitos sociais. A título de exemplificação, a organização ambiental holandesa MILD Defense entrou com uma ação contra a petroleira Shell, resultando em uma condenação da empresa e a obrigação de redução das emissões de CO² em 45% até 2030 (Thomas, 2021). E essa possibilidade também ser uma abertura para o trabalho da geografia no escopo das mudanças climáticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urgência da intensificação dos eventos climáticos extremos e a situação de emergência climática tornam o debate geográfico, especialmente no campo da climatologia geográfica, essencial para o desenvolvimento de estratégias de adaptação, mitigação e proteção contra os impactos das mudanças climáticas, além da responsabilização e do litígio climático.

Nesse contexto, é fundamental reconhecer que o debate sobre as mudanças climáticas está intimamente ligado a parâmetros políticos, econômicos e técnico-científicos, que influenciam diretamente as formas de observação e representação desse fenômeno. Por isso, é importante garantir que o problema das mudanças climáticas foi superado como uma questão de escala e um problema conceitual, e que hoje, trata-se essencialmente de uma questão de método e das relações de produção de natureza no capitalismo.

Do ponto de vista político e econômico, a pesquisa geográfica sobre mudanças climáticas pode contribuir para o avanço na elaboração de políticas públicas e marcos regulatórios que visem garantir a segurança das populações e o futuro da humanidade, promovendo modelos justos de desenvolvimento e transição energética, com a redução dos níveis de vulnerabilidade e exposição aos impactos das alterações climáticas.

Já do ponto de vista técnico-científico, a ciência de atribuição à mudança climática, os estudos paleoclimáticos e a análise da variabilidade a partir das teleconexões são as frentes de pesquisa que oferecem amplas oportunidades para avançar o debate e a compreensão sobre as mudanças climáticas.

Ambos os aspectos indicam que muitas questões já foram respondidas, mas também evidenciam que há uma extensa agenda de pesquisa aberta, o que aponta para a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e multifacetada para lidar com os desafios complexos da emergência climática ou dos riscos climáticos.

Como observado, o desafio atual da pesquisa sobre mudança climática é primeiro encaminhar um tipo de conhecimento que deve superar as injustiças ambientais e climáticas desenvolvidas no escopo das relações sociais de produção capitalista. Tratar a mudança climática como emergência não é catastrofismo, mas a estratégia para alcançar um patamar justo e equitativo do ônus e bônus que ela nos oferece.

O caminho, sem dúvida, passa por um compromisso social interessado em articular saberes e conhecimentos com as populações empobrecidas e vulnerabilizadas, e principalmente pelo papel fundamental dos movimentos sociais.

O direito a uma qualidade ambiental plena passa inclusive por processos de substituição de energia fóssil ou renovável, mas com garantia de inserção e valorização da classe trabalhadora em sua dignidade, e superação do capitalismo como modo de produção único.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. Justiça climática e a COP26. **Folha de São Paulo**. 11 nov. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/silvio-almeida/2021/11/justica-climatica-e-a-cop26.shtml>. Acesso: 27 set. 2023.
- ANDRIUCCI, Lays Regina; SANT'ANNA NETO, João Lima. Valoração ambiental: uma abordagem teórica das relações entre os estudos climatológicos e as análises econômicas. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 2, 2006.
- ARMOND, Nubia Beray; ZANGALLI JR, Paulo Cesar. Geografia do Clima em tempos de emergência(s) climática(s): um ensaio pelo materialismo. In: SANT'ANNA NETO, João Lima. (org.). **Clima, Sociedade e Território**. 1ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2021, v. 88, p. 19-40.
- ARMOND, Núbia Beray; SANT'ANNA NETO, João Lima. Entre eventos e episódios: ritmo climático e excepcionalidade para uma abordagem geográfica do clima no município do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 20, 2017.
- AYOADE, Johnson Olaniyi. **Introdução à Climatologia para os Trópicos**: Bertrand-Brasil. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1988.
- BELLPRAT, Omar. *et al.* Towards reliable extreme weather and climate event attribution. **Nature communications**, v. 10, nº 1, p. 1732, 2019.
- BESSAT, Frédéric. A mudança climática entre ciência, desafios e decisões: olhar geográfico. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, nº 20, p. 11-26, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/186>. Acesso em: 27 set. 2023.
- BOUDET, Hilary. *et al.* Event attribution and partisanship shape local discussion of climate change after extreme weather. **Nature Climate Change**, v. 10, nº 1, p. 69-76, 2020.
- CAI. Climate Accountability Institute. Update of Carbon Majors 1965-2018. **Press Release – 9**. December 2020. Disponível em: <https://climateaccountability.org/pdf/CAI%20PressRelease%20Dec20.pdf>. Acesso: 27 set. 2023.
- CARBONBRIEF. **Clean on climate**. Global emissions of CO2 need to decline precipitously over the next few decades, if the world is to meet the Paris Agreement goals of limiting global warming to “well below 2C” and, ideally, below 1.5C. Disponível em: <https://www.carbonbrief.org/analysis-why-children-must-emit-eight-times-less-co2-than-their-grandparents/>. Acesso: 27 set. 2023.
- CARBONBRIEF. **Clean on climate**. Disponível em: <https://www.carbonbrief.org/mapped-worlds-largest-co2-importers-exporters/>. Acesso em: 27 set. 2023.
- CARPENEDO, Camila Bertoletti; AMBRIZZI, Tércio Ambrizzi. Anticiclone Subtropical do Atlântico Sul Associado ao Modo Anular Sul e Impactos Climáticos no Brasil. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 35, p. 605-613, 2020.
- Cavalcanti, Iracema Fonseca de Albuquerque *et al.*, **Tempo e clima no Brasil**. Oficina de textos, 2009.

CONTI, Jose Bueno. *Clima e meio ambiente*. 3. ed. São Paulo: Atual, 1998.

CONTI, Jose Bueno. Considerações sobre as mudanças climáticas globais. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 16, p. 70-75, 2005. Guimaraes e Fontoura, 2010;

CUTTER, Susan. Vulnerability to environmental hazards. **Progress in Human Geography**, v. 20, n° 4, p. 529-539, 1996. Discover Improvement Opportunities. Research Environmental change Initiative. University of Notre Dame. Disponível em: <https://gain.nd.edu/our-work/country-index/>. Acesso em: 27 set. 2023.

DUBREUIL, Vincent *et al.* Les types de climats annuels au Brésil: une application de la classification de Köppen de 1961 à 2015. **EchoGéo**, n. 41, 2017.

DUBREUIL, Vincent *et al.* Climate change evidence in Brazil from Köppen's climate annual types frequency. **International Journal of Climatology**, v. 39, n. 3, p. 1446-1456, 2019.

DUBREUIL, Vincent. Clima e Teledeteção: uma abordagem geográfica. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 1, 2005.

EJAtlas. **Environmental Justice Atlas**. Disponível em: <https://ejatlas.org/featured/climate-debt>. Acesso em: 27 set. 2023.

FEATHERSTONE, Liza. Para salvar o planeta, exproprie os ricos. **Jacobin brasil**. Tradução Cauê Seignemartin Ameni. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/04/para-salvar-o-planeta-exproprie-os-ricos/>. Acesso em: 27 set. 2023.

GORE, Tim. **Carbon inequality in 2030**: per capita consumption emissions and the 1.5 °C goal. 2021. Disponível em: <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621305/bn-carbon-inequality-2030-051121-en.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **GEographia**, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.

HEGERL, Gabriele *et al.* Meeting Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change Expert Meeting on Detection and Attribution of Anthropogenic Climate Change. **IPCC Working Group I Technical Support Unit**. Bern: University of Bern; 2010, 8 p.

HICKEL, Jason. Quantifying national responsibility for climate breakdown: an equality-based attribution approach for carbon dioxide emissions in excess of the planetary boundary. **The Lancet Planetary Health**, v. 4, n° 9, p. e399-e404, 2020.

ISLAM, Nazrul.; WINKEL, John. Climate change and social inequality. **Department of Economic & Social Affairs**. 2017. Disponível em: Climate change and social inequality, 2017. https://www.un.org/esa/desa/papers/2017/wp152_2017.pdf. Acesso em: 27 set. 2023.

JÉZÉQUEL, Aglaé *et al.* Behind the veil of extreme event attribution. **Climatic Change**, v. 149, p. 367-383, 2018.

KREIENKAMP, Frank. *et al.* Rapid attribution of heavy rainfall events leading to the severe flooding in Western Europe during July 2021. **World Weather Attribution**, 2021.

LIMBERGER, Leila. Estudos de teleconexões atmosféricas e possibilidades de avanços na climatologia geográfica: conceitos, fontes de dados e técnicas. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 19, 2016.

MENDONÇA, Francisco. Aquecimento Global e suas manifestações regionais e locais: alguns indicadores da região Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 2, 2006.

MENDONÇA, Francisco. Aquecimento global e saúde: uma perspectiva geográfica—notas introdutórias. **Terra Livre**, n. 20, p. 205-221, 2003.

MENDONÇA, Francisco; DANNI-OLIVEIRA, Inês Moresco. **Climatologia: Noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

MENDONÇA, Francisco. Geografia socioambiental. **Terra Livre**, n. 16, p. 113-132, 2001.

MOLION, Luiz Carlos Baldicero. Aquecimento global: uma visão crítica. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 3, 2008.

MOLION, Luiz Carlos Baldicero. Perspectivas climáticas para os próximos 20 anos. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 3, 2008.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **O clima da Região Sul**: geografia regional do Brasil. Cap. III, Biblioteca Brasileira, IBGE, 1963.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Clima e excepcionalismo**: conjecturas sobre o desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico. EdUFSC. Florianópolis. 1991.

NASCIMENTO JR, Lindberg. A produção discursiva das mudanças climáticas. **Geografia em Questão**, v. 7, n. 1, 2014.

NASCIMENTO JR, Lindberg. O clima urbano como risco climático. **Geo Uerj**, n. 34, p. e40956-e40956, 2019.

NASCIMENTO JR, Lindberg. Perspectivas da variabilidade climática. **Geografia em Questão**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2017. DOI: 10.48075/geoq.v10i1.15076. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/15076>. Acesso em: 4 jun. 2024.

NASCIMENTO JR, Lindberg.; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. Environmental changes in Paraná state: a geographic view about fluviometric dynamic and rural changes. **REVISTA NERA**, n. 46, p. 218-244, 2019.

NASCIMENTO JR, Lindberg.; SANT'ANNA NETO, João Lima. DUBREUIL, Vincent. Tendances, ruptures et variabilité hydroclimatiques dans l'État du Parana – Brésil. In: **XXVIIIe Colloque de l'Association Internationale de Climatologie**. 2015. p. 567-572.

NASCIMENTO JR, Lindberg.; SANT'ANNA NETO, João Lima. Contribuição aos estudos da precipitação no estado do Paraná: a oscilação decadal do Pacífico-ODP. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 35, p. 314-343, 2015.

NASCIMENTO JR, Lindberg.; SILVESTRE, Miriam Rodrigues; SANT'ANNA NETO, João Lima. Trends and rainfall tropicalization in Paraná State, south of Brazil. **Atmosfera**, v. 33, n. 1, p. 1-18, 2020.

NASCIMENTO JR, Lindberg; ROCHA, Geisa Silveira da. Urban Climate and Flooding in Florianópolis, Southern Brazil. In: MENDONÇA, Francisco; FARIAS, Ariadne; BUFFON, Elaiz (Orgs.). **Urban Flooding in Brazil**. Springer Nature, 2023. p. 319-336.

NEWELL, Peter *et al.* Toward transformative climate justice: An emerging research agenda. Wiley Interdisciplinary **Reviews: Climate Change**, v. 12, n° 6, p. e733, 2021.

NUNES, Lucí Hidalgo. Repercussões globais, regionais e locais do aquecimento global. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n° 20, p. 101-110, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/177>. Acesso em: 27 set. 2023.

OLIVEIRA, Marcelo Alccioly *et al.* Registro de mudanças ambientais pleistocênicas e holocênicas em depósitos de cabeceira de vale: Campo Alegre, Planalto Norte catarinense (SC). **Brazilian Journal of Geology**, v. 36, n° 3, p. 474-487, 2006.

- OSAKA, Shannon; BELLAMY, Rob. Natural variability or climate change? Stakeholder and citizen perceptions of extreme event attribution. **Global Environmental Change**, v. 62, p. 102070, 2020.
- OTTO, Friederike Elly Luise. Attribution of weather and climate events. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 42, p. 627-646, 2017.
- OURWORLDINDATA. **Global inequalities in CO2 emissions**. Disponível em: <https://ourworldindata.org/>. Acesso em: 18 maio 2023.
- PEREIRA, Emilly Lais; NASCIMENTO JR, Lindberg. As chuvas em Florianópolis/SC: um ensaio sobre a gênese, dinâmica e distribuição espaço-temporal das precipitações. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 30, p. 246-273, 2022.
- PEREIRA, Heloisa Ramos; REBOITA, Michelle Simões; AMBRIZZI, Tércio. Características da atmosfera na primavera austral durante o El Niño de 2015/2016. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 32, p. 293-310, 2017.
- RIBEIRO, Antonio Giacomini. As escalas do clima. **Boletim de Geografia Teorética**, v. 23, n. 45-46, p. 288-294, 1993.
- RIBEIRO, Wagner Costa. Mudanças climáticas, realismo e multilateralismo. **Terra Livre**, n. 18, 2002.
- RIBEIRO, Wagner Costa. Mudanças climáticas, realismo e multilateralismo. Mudanças Climáticas, Realismo E Multilateralismo. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n. 18, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/144>. Acesso em: 27 set. 2023.
- RICE, James. North – South relations and the ecological debt: Asserting a counter-hegemonic discourse. **Critical Sociology**, v. 35, n° 2, p. 225-252, 2009.
- RITCHIE, Hannah; ROSER, Max. Global inequalities in CO2 emissions. **Our World in Data**, 2023.
- SANT'ANNA NETO, João Lima. Escalas geográficas do clima: mudança, variabilidade e ritmo. **Climatologia Urbana e Regional: questões teóricas e estudos de caso**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- SANT'ANNA NETO, João Lima. Da climatologia geográfica à geografia do clima gênese, paradigmas e aplicações do clima como fenômeno geográfico. **Revista da Anpege**, 4(04), 51-72. 2008. <https://doi.org/10.5418/RA2008.0404.0004>.
- SANT'ANNA NETO, João Lima. Da complexidade física do universo ao cotidiano da sociedade: mudança, variabilidade e ritmo climático. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n°n. 20, p. 51-64, 2001. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/325>. Acesso em: 27 set. 2023.
- SANT'ANNA NETO, João Lima. Por uma Geografia do Clima: antecedentes históricos, paradigmas contemporâneos e uma nova razão para um novo conhecimento. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n° 17, p. 49-62, 2001. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/339>. Acesso em: 27 set. 2023.
- SARDO, Michael Christophe. Responsibility for climate justice: political not moral. **European Journal of Political Theory**, v. 22, n° 1, p. 26-50, 2023.
- SERRES, Michel. **Le contrat naturel**. Paris: Flammarion, 1987.

- SILVA, Lays Helena Paes. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. **E-cadernos CES**, nº 17, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1123>. Acesso em: 27 set. 2023.
- SILVA, Maria Elisa Siqueira; GUETTER, Alexandre K. Mudanças climáticas regionais observadas no estado do Paraná. **Terra livre**, n. 20, p. 111-126, 2003.
- SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- SOUZA, Christie Andre de; REBOITA, Michelle Simões. Ferramenta para o monitoramento dos padrões de teleconexão na América do Sul. **Terra e Didática**, v. 17, p. e021009-e021009, 2021.
- SRINIVASAN, Uthara *et al.* The debt of nations and the distribution of ecological impacts from human activities. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 105, nº 5, p. 1768-1773, 2008.
- STOTT, Peter *et al.* Attribution of extreme weather and climate-related events. Wiley Interdisciplinary Reviews: **Climate Change**, v. 7, nº 1, p. 23-41, 2016.
- STOTT, Peter *et al.* Attribution of weather and climate-related extreme events. *In: Monograph: 'Climate Science for Serving Society: Research, Modelling and Prediction Priorities.'* Position Paper for WCRP OSC. Accepted as part of monograph of position papers. Dordrecht, Netherlands: **Springer**; 2013, 307 – 337.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; NUNES, João Osvaldo Rodrigues. A natureza da Geografia Física na Geografia. **Terra Livre**, n. 17, p. 11-24, 2001.
- TAYLOR, Matthew; WATTS, Jonathan. Revealed: the 20 firms behind a third of all carbon emissions. **The Guardian**, v. 9, nº 10, p. 2019, 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2019/oct/09/revealed-20-firms-third-carbon-emissions>. Acesso: 27 set. 2023.
- TEMPER, Leah *et al.* The Global Environmental Justice Atlas (EJAtlas): ecological distribution conflicts as forces for sustainability. **Sustainability Science**, v. 13, nº 3, p. 573-584, 2018.
- TEODORO, Pacelli Henrique Martins; AMORIM, Margarete Cristiane de Costa Trindade. Mudanças climáticas: algumas reflexões. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 3, 2008.
- THIERY, Wim *et al.* Intergenerational inequities in exposure to climate extremes. **Science**, v. 374, nº 6564, p. 158-160, 2021.
- THOMAS, Jennifer Ann. **Litígio climático cresce no mundo e força setor privado a evitar riscos**. Jota. 2021. Disponível em: <https://www.jota.info/tributos-e-empresas/mercado/litigio-climatico-cresce-no-mundo-e-forca-setor-privado-a-evitar-riscos-10112021>. Acesso em: 27 set. 2023.
- TRENBERTH, Kevin; FASULLO, John; SHEPHERD, Ted. Attribution of climate extreme events. **Nature Climate Change**, v. 5, nº 8, p. 725-730, 2015.
- VALERIUS, Vilma Helena; PRIMAN, Gisele Leite de Lima; MURARA, Pedro Germano dos Santos. Considerações sobre a utilização da palinologia para estudos da paisagem pretérita: um diálogo com a geografia histórica. **Simpósio de Pós-Graduação do Sul do Brasil**, v. 3, n. 3, 2023.

- VEYRET, Yvette. Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. *In: Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente*, 2007.
- WARLENIUS, Rikard *et al.* Ecological debt: history, meaning and relevance for environmental justice. **Environmental Justice Organizations**, Liabilities and Trade, 2015.
- WMO. World Meteorological Organization (WMO). **Dictionary**. Netherlands, 1966
- WOODY, Todd. How Climate Change Will Destroy Your Country's Credit Rating. **The Atlantic**. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/technology/archive/2014/05/how-climate-change-will-devastate-your-countrys-credit-rating/371065/>. Acesso: 27 set. 2023.
- ZANELLA, Maria Elisa. Algumas considerações sobre o aquecimento global e suas repercussões. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n° 20, p. 137-144, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/179>. Acesso em: 27 set. 2023.
- ZANELLA, Maria Elisa. Algumas considerações sobre o aquecimento global e suas repercussões. **Terra Livre**, n. 20, p. 137-144, 2003.
- ZANGALLI Jr, Paulo Cesar. A natureza do clima e o clima das alterações climáticas. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 26, p. 295-311, 2020.
- ZANGALLI Jr, Paulo Cesar. Contribuições da geografia à teoria do aquecimento global. In: SPOSITO, Eliseu; CLAUDIONO, Guilherme (orgs). **Teorias da Geografia II: manifestações da natureza**. São Paulo: Contexto. 2022.
- ZAVATTINI, João Afonso. A climatologia geográfica brasileira, o enfoque dinâmico e a noção de ritmo climático. **Geografia**, Rio Claro. p. 5-24, 1998.
- ZHAO, Shoudong *et al.* The International Tree-Ring Data Bank (ITRDB) revisited: data availability and global ecological representativity: Data availability and global ecological representativity. **Journal Of Biogeography**, [S. s.l.], v. 46, n° 2, p. 355-368, 5 dez. 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jbi.13488>. Acesso em: 18 maio 2023.
- ZWIERS, Francis; ZHANG, Xuebin; FENG, Yang. Anthropogenic influence on extreme daily temperatures at regional scales. **Jornal of Climate**, 24:881-892, 2011.

CAPA

SUMÁRIO

EROSÃO ACELERADA NO CONTEXTO DA VULNERABILIDADE AMBIENTAL

Reflexões e práticas

MELINA FUSHIMI

Este texto foi organizado a partir do XV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (XV Enanpege), que ocorreu em 2023, em especial sobre a fala que proferi na mesa-redonda intitulada “Sociedade, Natureza, Paisagem e Pilhagem Territorial”. Diante da abrangência e pluralidade dos conceitos de sociedade, natureza, paisagem e pilhagem territorial, optei por um caminho de pensamento enfatizando a paisagem sob a perspectiva ambiental, sem desconsiderar a importância dos demais conceitos na Geografia e na análise do espaço em todas as suas dimensões.

Visto que a paisagem possui historicamente vários pontos de vista, a paisagem aqui é entendida enquanto forma e processo, abrange as inter-relações entre sociedade e natureza e, embora em determinados momentos se privilegie uma ou outra, sociedade e natureza são indissociáveis na ciência geográfica. No atual momento histórico, sob o modo de produção capitalista, em muitas situações as dinâmicas da sociedade se sobrepõem às dinâmicas da natureza, gerando paisagens alteradas, paisagens degradadas.

Nessas circunstâncias, ocorrem diversos processos ambientais de degradação na paisagem, como as relações de vulnerabilidade ambiental à erosão acelerada, sendo este o tema central do presente capítulo e que envolve reflexões e práticas iniciadas na dissertação de mestrado e tese de doutorado defendidas em 2012 e 2016, respectivamente, na Unesp de Presidente Prudente e seus desdobramentos na Uema de São Luís (MA), na Unicamp de Campinas

(SP), na UEMS de Campo Grande (MS) e, mais recentemente, na Unesp de Rio Claro (SP).

Dessa trajetória acadêmica, em construção, vêm sendo desenvolvidas parcerias. Ênfase os trabalhos em conjunto sobre vulnerabilidade ambiental aos processos erosivos lineares nas paisagens das áreas rurais de Presidente Prudente (SP), de Marabá Paulista (SP) e de Presidente Epitácio (SP), da bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, São Luís (MA), e do alto curso da bacia hidrográfica do córrego Ceroula, Campo Grande (MS). A localização e a delimitação das áreas de pesquisa apresentam-se na Figura 1.

Essas paisagens apresentam sulcos, ravinas e voçorocas, todavia, suas particularidades e semelhanças influenciam na vulnerabilidade ambiental à erosão acelerada, sendo esta a problemática que se propõe analisar no presente texto, resultante de reflexões e práticas realizadas até o momento e estruturadas em dois tópicos.

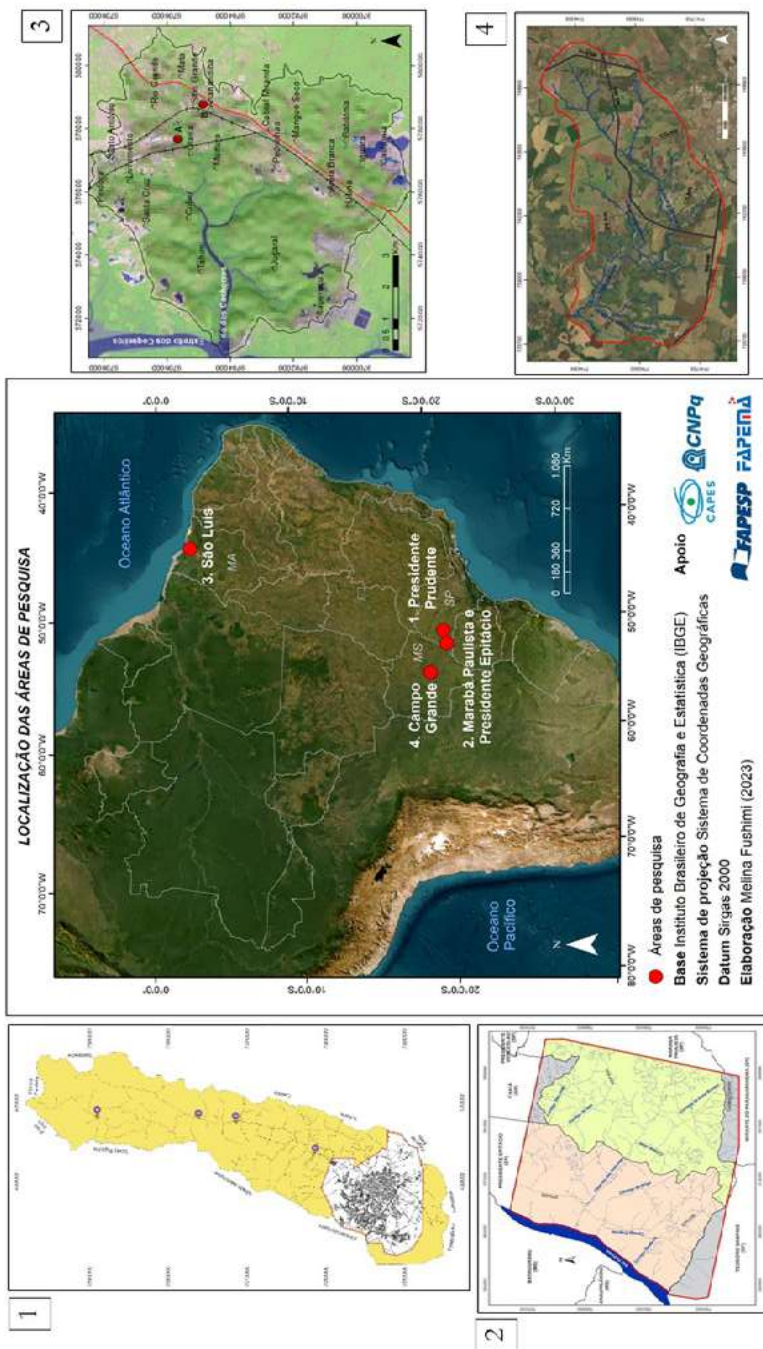
As ideias sistematizadas na primeira seção “Vulnerabilidade ambiental aos processos erosivos lineares” encontram-se detalhadas em Fushimi et al. (2013), Fushimi e Nunes (2018), Fushimi, Ribeiro e Nunes (2022), Fushimi, Oliveira e Nunes (2023) e Fushimi e Capoane (2023). Na segunda seção apresentam-se algumas considerações atuais e referências que considero relevantes ao se discutir sobre erosão acelerada no contexto da vulnerabilidade, das questões ambientais e da Geografia.

VULNERABILIDADE AMBIENTAL AOS PROCESSOS EROSIVOS LINEARES

Inicialmente, cabe destacar que os processos erosivos podem ter origem natural, acelerada ou conjugada. A erosão que ocorre naturalmente no decorrer do tempo geológico, sem a intervenção das atividades sociais, é denominada de erosão geológica ou natural e configura-se como essencial para a formação do relevo da superfície terrestre, dos solos aluviais e das rochas sedimentares. No entanto, durante o tempo histórico, os usos da terra sem a implantação de medidas conservacionistas, ao desconsiderar as características, as dinâmicas e as limitações da natureza, podem promover o surgimento e/ou incremento da erosão acelerada por meio de feições erosivas laminares e lineares (Renschler; Harbor, 2002; Weill; Pires Neto, 2007; Oliveira, 2015; Bertoni; Lombardi Neto; 2017).

Dessa forma, a ocorrência dos processos erosivos acelerados é resultante da interação de fatores socioeconômicos (como usos da terra) e naturais (solo,

Figura 1 – Localização e delimitação das áreas de pesquisa



Fonte: Fushimi *et al.* (2013), Fushimi e Nunes (2018), Fushimi, Oliveira e Nunes (2023) e Fushimi e Capoane (2023).

relevo, declividade e cobertura vegetal), portanto, abrange a relação sociedade-natureza que caracteriza o conceito de paisagem. Na presente análise, os aspectos socioeconômicos são entendidos como “usos da terra”, cuja escolha do termo refere-se aos diversos tipos de usos relacionados à sua função socioeconômica (IBGE, 2013) – por exemplo, pastagem, mineração e monoculturas –, influenciando de forma direta e indireta os processos e as formas na paisagem.

No contexto da erosão acelerada, a inter-relação complexa e dinâmica dos usos da terra com os atributos do solo, relevo, declividade e cobertura vegetal produz diferentes paisagens, ou seja, níveis (baixo, médio, alto) de vulnerabilidade ambiental aos processos erosivos lineares.

Segundo Cutter (1996; 2011), pesquisadores utilizam a vulnerabilidade em seus estudos; contudo, não esclarecem o seu significado, provocando confusões e contradições a respeito da apreciação da vulnerabilidade e, apesar de ser incorporada na Geografia desde o início da década de 1980, a vulnerabilidade possui diferentes interpretações, dependendo da orientação da pesquisa e da perspectiva.

Ao concordar com a generalização e multiplicidade das diversas vulnerabilidades existentes, compreendo a vulnerabilidade sob o olhar geográfico, em especial ambiental, entendido como *o potencial de ocorrência (baixo, médio, alto) dos processos erosivos acelerados que se manifestam na paisagem sob a forma de sulcos, ravinas e voçorocas*. Neste capítulo, serão abordadas as paisagens de alta vulnerabilidade ambiental aos processos erosivos lineares, em outras palavras, com elevado potencial de ocorrência, em que, na maioria das situações, a dinâmica erosiva já se encontra instalada.

Nas paisagens das áreas rurais de Presidente Prudente (SP), de Marabá Paulista (SP), de Presidente Epitácio (SP), da bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, São Luís (MA), e do alto curso da bacia hidrográfica do córrego Ceroula, Campo Grande (MS), a erosão acelerada é expressiva, com a presença de feições erosivas lineares do tipo sulcos e ravinas, conforme demonstra o mosaico de fotos 1.

Apesar da ocorrência dos setores de alta vulnerabilidade ambiental à erosão acelerada com formas erosivas lineares que variam em espessuras e profundidades, cada paisagem de pesquisa possui particularidades ambientais de usos da terra, solo, relevo, declividade e cobertura vegetal.

Mosaico de fotos 1 – Sulcos e ravinas nas paisagens de pesquisa

Áreas rurais de Presidente Prudente (SP)



Áreas rurais de Marabá Paulista (SP)



Áreas rurais de Presidente Epitácio (SP)



Bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, São Luís (MA)



Alto curso da bacia hidrográfica do córrego Ceroula, Campo Grande (MS)



Fonte: Fushimi e Nunes (2019), Fushimi, Oliveira e Nunes (2023), Fushimi, Nunes e Nishizima (trabalho de campo, 2019) e Capoane (trabalho de campo, 2022).

Áreas rurais de Presidente Prudente (SP), Marabá Paulista (SP) e Presidente Epitácio (SP)

Na região do Extremo Oeste Paulista, onde localizam-se as áreas rurais dos municípios de Presidente Prudente, Marabá Paulista e Presidente Epitácio, os solos são arenosos derivados dos arenitos da Formação Adamantina, Santo Anastácio ou Caiuá (IPT, 1981) e naturalmente frágeis à erosão em relevo de colinas amplas suavemente onduladas de topos convexizados, vertentes côncavas, convexas e retilíneas e fundos de vale em “V” e em berço.

Historicamente, a vegetação nativa de Floresta Estacional Semidecidual (Bioma Mata Atlântica) foi desmatada em detrimento do avanço da frente pioneira do café e, no atual contexto, do predomínio da gramínea (braquiária) para pastagem e sua gradativa substituição pela monocultura de cana de açúcar.

Na conjuntura da erosão acelerada, o uso da terra pela pecuária extensiva desencadeia e/ou intensifica os processos erosivos lineares, à medida que a movimentação periódica do gado (para dessedentação, por exemplo) ocasiona a compactação dos horizontes superficiais do solo e a formação de caminhos preferenciais, direcionando o escoamento superficial, sobretudo nas vertentes côncavas e de altas declividades (acima de 20% para a região). Em um primeiro momento formam-se sulcos, com possibilidade de evolução para ravinas em um quadro de alta vulnerabilidade ambiental aos processos erosivos lineares.

No cultivo de cana-de-açúcar foram observados em trabalhos de campo processos erosivos laminares, em que não geram feições na paisagem, mas são responsáveis por grande perda de solo *on-site* (no local), com efeitos adversos *off-site* (em outras áreas), como o assoreamento de cursos d'água.

Bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, São Luís (MA)

A bacia hidrográfica do rio dos Cachorros encontra-se nas áreas rurais e periurbanas de São Luís (MA) e é constituída, litoestratigraficamente, pelos arenitos, argilitos, siltitos e conglomerados do Grupo Itapecuru, pelos sedimentos inconsolidados do Grupo Barreiras e pelos Depósitos de Mangues (Santos *et al.*, 2019), formando solos bastante arenosos e com elevada friabilidade. No relevo destacam-se os tabuleiros de topos planos e convexas, as vertentes côncavo-convexas com inclinações de 2% a 30% e nos fundos de vale ocorrem as planícies de maré (pouco amplas em comparação ao Golfão Maranhense) e as planícies fluviais do rio dos Cachorros.

A cobertura vegetal é secundária e mista, com estratos arbustivos e arbóreos (Bioma Amazônico), sendo gradativamente substituída pelos usos da terra compostos pela expansão da urbanização de São Luís e pela mineração voltada para o mercado interno e externo. Vale destacar que a atividade mineradora é a principal responsável pelo grande interesse de expansão do Distrito Industrial de São Luís sobre paisagens ainda conservadas onde vivem comunidades tradicionais. Tais achados encontram-se detalhados em Ribeiro (2022) e Ribeiro, Carvalho e Fushimi (2023).

Nas áreas urbanizadas existem setores em que as ruas não são pavimentadas, tornando-se caminhos preferenciais para o escoamento superficial e concentrado, como o bairro Rio Grande, onde está parte das nascentes do rio dos Cachorros. Por conseguinte, tem-se a formação de sulcos e ravinas nas vias de acesso e o transporte de sedimentos para jusante. O estudo de caso no bairro Rio Grande foi discutido em Santos (2019).

Com base nestas características, observou-se que nas áreas urbanizadas e industriais, ambas situadas em solos arenosos, desenvolvem-se processos de ravinamento e voçorocamento, gerando paisagens fortemente degradadas e de alta vulnerabilidade ambiental aos processos erosivos lineares e se manifestam mesmo em setores de baixa declividade, como nos tabuleiros aplainados.

Alto curso da bacia hidrográfica do córrego Ceroula, Campo Grande (MS)

O alto curso da bacia hidrográfica do córrego Ceroula localiza-se, em grande parte, nas áreas rurais do município de Campo Grande (MS). O substrato rochoso é formado pelos basaltos da Formação Serra Geral e pelos sedimentos da Formação Caiuá (IBGE, 2021), originando solos argilosos e solos arenosos, nessa ordem. No geral, os compartimentos de relevo são os topos suavemente ondulados das colinas e morros, as planícies aluviais e alvéolos e o domínio das vertentes côncavas, convexas e retilíneas, cujas declividades variam de 0 a acima de 45%, isto é, de suaves a acentuadas com a presença de escarpas.

O uso histórico da terra é a pecuária (extensiva e intensiva) e, mais recentemente, a conversão gradativa das áreas de pastagem para lavouras de soja (com produção de milho na entressafra), cujo cenário contextualiza-se no atual processo de expansão da fronteira agrícola da sojicultura pelo Bioma Cerrado brasileiro, onde inclui-se o Mato Grosso do Sul.

Nos usos da terra, tanto pela pastagem quanto pela soja, a vulnerabilidade ambiental aos processos erosivos lineares é alta. Na pastagem, a dinâmica

erosiva linear acontece de modo semelhante às áreas rurais de Presidente Prudente (SP), Marabá Paulista (SP) e Presidente Epitácio (SP) a partir do pisoteio do gado. Na monocultura de soja, Hernani *et al.* (1997) demonstraram que o principal período em termos de perda de solo acontece entre o preparo do solo e a semeadura do grão, constituindo-se em um quadro temporário de solo exposto, em que a superfície está desprotegida do efeito *splash*, também conhecida como erosão por salpicamento, que representa o início do processo erosivo.

Cabe mencionar que a paisagem em tela se insere em uma Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável denominada de Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula (APA do Ceroula), instituída pelo Decreto nº 8.264/2001 (Campo Grande, 2001); no entanto, os usos da terra pela pastagem e pela soja prevalecem sobre as demais questões ambientais e de conservação.

Assim, verifica-se o desenvolvimento da erosão acelerada em terrenos de baixa declividade e solos moderadamente friáveis, mas sem a implantação de medidas conservacionistas e, por outro lado, a ausência de processos erosivos em escarpas do tipo cuesta, todavia, com vegetação de porte e manejo ambiental adequado.

Nesse sentido, apesar das paisagens das áreas rurais de Presidente Prudente (SP), Marabá Paulista (SP) e Presidente Epitácio (SP), da bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, São Luís (MA), e do alto curso da bacia hidrográfica do córrego Ceroula, Campo Grande (MS), possuir dinâmicas e particularidades ambientais, verificou-se que os usos da terra desencadeiam e/ou intensificam os processos erosivos lineares em um cenário de alta vulnerabilidade ambiental.

O mosaico de fotos 2 representa os principais usos da terra nas paisagens de estudo.

Nessa perspectiva, entende-se que a vulnerabilidade ambiental aos processos erosivos lineares é produzida e altera-se na paisagem no decorrer do tempo histórico em detrimento dos usos da terra que, em grande parte, são conduzidos pelo modo de produção capitalista. Para além disso, as relações de vulnerabilidade também estão associadas às dinâmicas da natureza (solo, relevo, declividade e cobertura vegetal) que se inter-relacionam com os fatores socioeconômicos.

Mosaico de fotos 2 – Usos da terra nas paisagens de estudo

Áreas rurais de Presidente Prudente (SP)



Áreas rurais de Marabá Paulista (SP)



Áreas rurais de Presidente Epitácio (SP)



Bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, São Luís (MA)



Alto curso da bacia hidrográfica do córrego Ceroula, Campo Grande (MS)



Fonte: Fushimi (trabalhos de campo, 2015; 2019; 2022), Fushimi e Nunes (trabalho de campo, 2019), Fushimi, Ribeiro e Nunes (2022) e Capoane (trabalho de campo, 2023).

CONSIDERAÇÕES ATUAIS

Ao acreditar que o conhecimento é dinâmico, com continuidades e descontinuidades, e tendo em vista os caminhos acadêmicos percorridos até o momento, trago algumas considerações acerca da erosão acelerada no âmbito da vulnerabilidade ambiental, tal como na Geografia com ênfase na questão ambiental.

Haja vista os processos erosivos lineares nos setores de alta vulnerabilidade, torna-se relevante o implemento de técnicas de recuperação de áreas degradadas (principalmente nas ravinas e voçorocas com avançado estágio de degradação), levando-se em conta as particularidades da dinâmica erosiva e ambiental de cada paisagem.

O presente texto da vulnerabilidade ambiental aos processos erosivos lineares destacou as paisagens degradadas pela erosão acelerada, envolvendo os usos da terra e os aspectos de solo, relevo, declividade e cobertura vegetal, mas com possibilidade de incorporação de outras variáveis, como curvaturas da superfície, propriedades físicas do solo, precipitação e fatores socioeconômicos.

A erosão linear associa-se às curvaturas da superfície, à medida que as morfologias côncavas, convexas e retilíneas interferem na relação entre convergência e divergência do escoamento superficial. Em meio às propriedades físicas do solo, tem-se a granulometria (frações de areia, silte e argila), a classe textural e a quantidade de matéria orgânica, influenciando a ruptura e o transporte de material que caracterizam parte da dinâmica erosiva. Especialmente na erosão pluvial, pode-se mencionar a quantidade, a distribuição, a energia cinética e, sobretudo, a intensidade da chuva.

Acerca dos fatores socioeconômicos, a erosão acelerada afeta de modo diferenciado os diferentes sujeitos que compõem o espaço geográfico. A título de exemplo, o tamanho de área cultivada e a perda de solo pelo processo erosivo proporcionam consequências econômicas e sociais de diferentes magnitudes, de um lado, os pequenos produtores rurais que produzem os alimentos que chegam às nossas mesas e, do outro lado, os latifundiários que investem em *commodities* para exportação. Nessa linha de raciocínio, em que a maioria dos alimentos é proveniente da agricultura dos pequenos produtores rurais, a degradação do solo pela erosão acelerada é uma problemática que também envolve a segurança alimentar.

Por conseguinte, a erosão acelerada no contexto da vulnerabilidade ambiental pode ser analisada de forma integrada (relação sociedade-natureza)

sob a perspectiva da paisagem, conforme abordado neste capítulo. Para além disso, tem-se a possibilidade de reflexão e discussão a partir do conceito de ambiente, compreendido “enquanto espaço de relações entre elementos de ordem natural, social, econômica e política onde o homem, portanto está presente na interação” (Suertegaray, 2018, p. 22).

Concorda-se com Suertegaray (2018) que na ideia de ambiente a natureza não é externa ao homem, e sim interage com ele. Todavia, vale destacar que no presente texto, o termo “homem” é compreendido enquanto “sociedade”, a qual é composta por diferentes sujeitos e intencionalidades.

Na conjuntura da ciência geográfica, que abrange sociedade (em suas dimensões sociais, econômicas, políticas) e natureza (tanto naturata quanto alterada), o conceito de ambiente é uma possibilidade de análise integrada do espaço geográfico, em concordância com Nunes (2014, p. 40), ao afirmar:

A partir da compreensão de que tanto a área das humanidades (Geografia Humana) quanto a área ambiental (Geografia Física) da Geografia trabalham com noções de temporalidades diferenciadas, o conceito de AMBIENTE deve ser entendido como o espaço em que a natureza humana vive e interage em sociedade, de modo harmônico ou conflituoso com a natureza naturata (biótica e abiótica) ou com a natureza tecnificada.

Diante das considerações atuais (não finais, uma vez que o pensamento se encontra sempre em movimento), penso que a busca por uma Geografia integradora não está finalizada e que ainda estamos no caminho. Em vários momentos nos deparamos com uma Geografia dicotomizada em “Geografia Física” *versus* “Geografia Humana”, como se houvesse um embate entre estas, quando, na verdade, ambas se complementam. Concordo que, no decorrer da trajetória acadêmica nos especializamos, entretanto não podemos perder de vista que a especialização, seja na “Geografia Física” ou na “Geografia Humana”, é parte integrante de um todo, isto é, da ciência geográfica.

O tema do XV Enanpege foi “Geografias da Esperança: revisitar o Brasil, dialogar com o mundo”. Finalizo, então, esperando uma Geografia e várias Geografias que buscam o diálogo entre suas especificidades, sejam elas ambientais, políticas, econômicas, sociais, culturais, dentre outras.

REFERÊNCIAS

BERTONI, João; LOMBARDI NETO, Francisco. **Conservação do solo**. 10. ed. São Paulo: Ícone, 2017.

CAMPO GRANDE. Decreto nº 8.264/2001, de 27 de julho de 2001. Cria a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula – APA do Ceroula – localizada no município de

Campo Grande-MS, e dá outras providências. **Diário Oficial de Campo Grande-MS**: 30 jul. 2001.

CUTTER, Susan. Vulnerability to environmental hazards. **Progress in Human Geography**, 20, 4, p. 529-539, 1996.

CUTTER, Susan. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 93, p. 59-69, jun. 2011.

FUSHIMI, Melina; CAPOANE, Viviane. Mapeamento do relevo a partir do método anáglifo como subsídio ao planejamento ambiental do alto curso da bacia hidrográfica do córrego Ceroula, Campo Grande-MS. **Revista Brasileira de Geografia Física**, p. 1793-1812, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.26848/rbgfv16.4.p1793-1812>.

FUSHIMI, Melina; NUNES, João Osvaldo Rodrigues. Vulnerabilidade Ambiental aos processos erosivos lineares das paisagens de parte dos municípios de Marabá Paulista (SP) e Presidente Epitácio (SP), Brasil. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v. 14, nº 23, p. 5-27, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5418/RA2018.1423.0001>.

FUSHIMI, Melina; NUNES, João Osvaldo Rodrigues. Fragilidade ambiental dos solos à erosão linear em setores de pastagem: estudo de caso em parte dos municípios de Presidente Prudente, Marabá Paulista e Presidente Epitácio, região do extremo Oeste do estado de São Paulo. **Terra Livre**, v. 1, nº 52, p. 625-657, jan./jun. 2019.

FUSHIMI, Melina; NUNES, João Osvaldo Rodrigues; TAKATA, Leandro Tetsuo Ogassawara; NAKAMURA, Rodrigo Yuite. Vulnerabilidade ambiental e aplicação de técnicas de contenção aos processos erosivos lineares em áreas rurais do município de Presidente Prudente-SP. **Revista Brasileira de Geomorfologia (Online)**, v. 14, p. 343-356, 2013. <https://doi.org/10.20502/rbg.v14i4.435>.

FUSHIMI, Melina; OLIVEIRA, Regina Célia de; NUNES, João Osvaldo Rodrigues. Propriedades físicas do solo e cobertura e uso da terra como subsídio à compreensão dos processos erosivos lineares na bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, Amazônia Maranhense. **Ateliê Geográfico**, v. 17, nº 2, ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ag.v17i2.73918>.

FUSHIMI, Melina; RIBEIRO, Delony de Queiroz; NUNES, João Osvaldo Rodrigues. Vulnerabilidade ambiental aos processos erosivos lineares da bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, Amazônia Oriental. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 42, p. 1-16, 2022. <https://doi.org/10.11606/eISSN.2236-2878.rdg.2022.193453>.

HERNANI, Luis Carlos et al. Perdas por erosão e rendimentos de soja e de trigo em diferentes sistemas de preparo de um latossolo roxo de Dourados (MS). **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, v. 21, nº 4, p. 667-676, 1997. <https://doi.org/10.1590/S0100-06831997000400018>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Manual Técnico de Uso da Terra**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Banco de Dados de Informações Ambientais (BDiA)**. 2021. Disponível em: <https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/home>. Acesso em: 12 dez. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (IPT). **Mapa Geológico do Estado de São Paulo: 1:500.000**. São Paulo: IPT, v. I, 1981 (Publicação IPT 1184).

NUNES, João Osvaldo Rodrigues. **Práxis geográfica e suas conjunções**. 2014. 150 p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2014.

OLIVEIRA, Manoel Alves Teixeira. Processos erosivos e preservação de áreas de risco de erosão por voçorocas. *In*: GUERRA, Antonio José Teixeira; SILVA, Antonio Soares; BOTELHO, Ricardo Gonçalves Moreira. (org.). **Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. p. 57-99.

RENSCHLER, Chris; HARBOR, Jon. Soil erosion assessment tools from point to regional scales-the role of geomorphologists in land management research and implementation. **Geomorphology**, v. 47, p. 189-209, 2002.

RIBEIRO, Delony de Queiroz. **Análise da fragilidade ambiental na bacia hidrográfica do Rio dos Cachorros, São Luís – MA**. 2022. 216 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

RIBEIRO, Delony de Queiroz; CARVALHO, Lucas Silva; FUSHIMI, Melina. Usos da terra da bacia hidrográfica do rio dos Cachorros e suas inter-relações com o Assentamento Rio Grande, Amazônia Oriental. *In*: XV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2023, Palmas. **Anais [...]**. Palmas, 2023.

SANTOS, Luiz Fernando. **Impactos ambientais nas nascentes no bairro Rio Grande da bacia hidrográfica do rio dos Cachorros**. 2019. 85 p. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

SANTOS, Jorge Hamilton Souza dos et al. Bases Naturais do Bioma Amazônico no Estado do Maranhã: Geologia, Geomorfologia e Hidrogeologia. *In*: CATUNDA, P Paulo Henrique de Aragão; DIAS, Luiz Jorge Bezerra (org.). **Sumário Executivo do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Maranhão – ZEE. Etapa bioma amazônico**. São Luís: IMESC, 2019. p. 30-91.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Geografia física e geomorfologia: uma releitura**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2018. 126 p.

WEILL, Mary Anne Medeiros; PIRES NETO, Alfredo Gonzaga. Erosão e Assoreamento. *In*: **Vulnerabilidade Ambiental**. Brasília: MMA, 2007. p. 39-58.



**ATRAVESSAMENTOS DA
PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA NO BRASIL**

A EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL¹

ADÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA

No ano de 2023, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege) completou 30 anos. Em que pese ela parecer ser jovem, este período de sua existência foi marcado por conjunturas muito distintas, garantindo-lhe uma dinâmica movimentada frente aos avanços e recuos da pós-graduação e da pesquisa científica no Brasil em consonância com as sucessivas políticas voltadas ao setor.

A emergência da associação em 1993 foi o resultado de intensos debates e disputas narrativas que já se arrastavam havia 15 anos, desde quando em 1978, na realização do 3º Encontro Nacional de Geógrafos em Fortaleza (CE), arautos da Geografia Crítica conseguiram empreender mudanças substanciais no estatuto da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), garantindo-lhe abertura e democratização nas relações (Teixeira e Silva, 2016; Antunes, 2008; Suertegaray, 2007). Nesse intervalo de tempo, três conjunturas políticas (anistia e reconquista dos espaços públicos pelos movimentos sociais: 1978-1984; “redemocratização” e transição democrática: 1985-1992; ascensão neoliberal: a partir de 1992) num

1 Parte deste artigo foi publicado na seção temática *Panorama dos Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil 2023*, Vol. 19, Nº 39, da Revista da ANPEGE, sob o título *Primaveras que Maturam no Outubro: a evolução dos programas de pós-graduação no Brasil*. Optamos por republicá-lo nesta coletânea pela pertinência temática de sintetizar o quadro conjuntural dos PPGs, contribuindo para o entendimento do que foi o XV Enanpege e de como que os temas aqui arrolados foram definidos para as respectivas mesas redondas. Aqui ele sofre ligeira alteração do título e em algumas partes de seu corpo, para melhor adaptação à obra.

contexto de estagnação e recessão econômica aguçaram os debates em torno da representação geográfica e da institucionalização da Geografia no Brasil. Sem dúvida, este quadro conjuntural marcou muito os primeiros programas de pós-graduação em Geografia existentes no país, sendo que cinco deles foram criados na década de 1970 e outros quatro na década de 1980.

Este número pequeno de programas de pós-graduação em Geografia em 1993, em comparação com outras áreas das ciências humanas, como por exemplo a Educação, a História e as Ciências Sociais, reflete em certa medida esse debate e remete à condição refratária da Geografia na constituição de seus programas de pós-graduação (em grande parte das ciências humanas na década de 1930 e em Geografia na década de 1970) e da associação que a representa por excelência (nas outras ciências na década de 1970 e em Geografia na década de 1990).

Os quinze anos que separam o evento da AGB em Fortaleza e o V Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia no Brasil, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, quando se criou a Anpege, serviram para atenuar a tensão e conformar a ideia de que a criação desta não esvaziaria as funções da AGB. Se, por um lado, para Ariovaldo Umbelino de Oliveira, essa tensão era fruto das divergências político-ideológicas-científicas entre Geografia Crítica e Geografia Quantitativa-Positivista, por outro lado, para Lúcia Helena de Oliveira Gerardi era resultado da evolução da pós-graduação e da precípua necessidade de sua representação estrita (Teixeira e Silva, 2016). O fato é que, em 1993, a Anpege foi constituída após a sua propositura entrar em pauta no referido encontro, algo que se esperava que acontecesse desde o ano de 1984, quando da realização do I encontro nacional.

Gerardi (2003) e Teixeira e Silva (2016) nos dão conta de que o fator de convergência para se avançar na proposta de criação da Anpege naquele momento foi a articulação do nome de Milton Santos para a presidência. Em que pese as suas reticências anteriores, Santos se convenceu pela força do movimento na conjuntura e foi convencido de sua importância política naquele momento para a empreitada, haja vista o seu enorme prestígio tanto dentro da Geografia e da AGB quanto fora da Geografia e em suas relações com a ciência brasileira em geral. Ao agradecer pela confiança por sua aclamação à primeira presidência da entidade, Milton Santos mencionou que

várias vezes pensou que a ideia não era boa, mas o tempo e as várias atividades e responsabilidades dos geógrafos deveriam se unir em torno da associação que pretende elevar o patamar da Geografia e também dos debates e divergências que sempre existirão. O projeto da Geografia brasileira deve prosseguir (Teixeira e Silva, 2016, p. 106).

Nesta perspectiva, a Anpege surge como associação representativa da pós-graduação em Geografia no Brasil, cuja filiação não é de profissionais, mas de programas. Apesar da forte divergência de perspectivas, os programas mais engajados em sua constituição foram o de Geografia Humana da USP e o da Unesp Rio Claro. A sua principal finalidade foi definida como a de organizar as demandas para a consolidação da pós-graduação e pesquisa em Geografia no país, capitaneando o seu desenvolvimento. Em 1993, nove foram os programas que estiveram em sua base: GH-USP; GF-USP; Unesp-RC; Unesp-PP; UFRJ; UFPE; UFSC; UFMG e UFS. Trinta anos depois esse número deu um grande salto e no ano de 2023 existiam 76 programas de pós-graduação em Geografia em todas as unidades federativas do país (conforme demonstra a Tabela 1).

Tabela 1 – Programas de pós-graduação em Geografia no Brasil por estado e nota

Região	Estado	PPGGEO	Década de criação	Nota atual
Sudeste	São Paulo	Unesp Rio Claro	1970	5
		USP Geografia Física São Paulo	1970	6
		USP Geografia Humana São Paulo	1970	6
		Unesp Presidente Prudente	1980	7
		Unicamp Campinas	2000	6
		Unesp Reitoria São Paulo	2010	4
		Ufscar Sorocaba	2010	4
		Unesp Profissional Presidente Prudente	2010	4
	Rio de Janeiro	UFRJ Rio de Janeiro	1970	7
		UFF Niterói	1990	6
		Uerj Rio de Janeiro	2000	5
		PUC Rio de Janeiro	2000	5
		Uerj São Gonçalo	2010	4
		UFRRJ Seropédica	2010	4
UFF Campos		2010	4	

continua...

Região	Estado	PPGGEO	Década de criação	Nota atual
Nordeste	Minas Gerais	UFMG Belo Horizonte	1980	6
		PUC Belo Horizonte	1990	5
		UFU Uberlândia	1990	5
		UFV Viçosa	2010	3
		Unimontes Montes Claros	2010	4
		UFU Pontal	2010	4
		UFSJ São João Del Rei	2010	4
		UFJF Juiz de Fora	2010	5
		Unifal Alfenas	2010	3
		Espírito Santo	Ufes Vitória	2000
Sul	Paraná	UEM Maringá	1990	5
		UFPR Curitiba	1990	6
		Unioeste Rondon	2000	4
		UEL Londrina	2000	4
		Unicentro Guarapuava	2000	4
		UEPG Ponta Grossa	2000	5
		Unioeste Francisco Beltrão	2010	5
	Santa Catarina	UFSC Florianópolis	1980	5
		UFFS Chapecó	2010	3
	Rio Grande do Sul	UFRGS Porto Alegre	1990	5
		Furg Rio Grande	2000	4
		UFSM Santa Maria	2000	5
		UFPEL Pelotas	2010	4
Nordeste	Ceará	UECE Fortaleza	1990	4
		UFC Fortaleza	2000	6
		UVA Sobral	2010	4

continua...

Região	Estado	PPGGEO	Década de criação	Nota atual
Nordeste	Rio Grande do Norte	UFRN Natal	2000	4
		UFRN PPEUR Natal*	2010	4
		UERN Mossoró	2010	4
		UFRN Caicó	2010	4
		UFRN Profissional Seridó	2010	4
	Bahia	UFBA Salvador	1990	4
		Uesb Vitória da Conquista	2010	4
		Uefs Profissional Feira de Santana	2010	4
		Uneb Salvador	2010	3
	Pernambuco	UFPE Recife	1970	5
	Maranhão	UFMA São Luís	2010	3
		Uema São Luís	2010	4
	Piauí	IFPI Profissional Teresina	2010	3
		UFPI Teresina	2010	4
Alagoas	UFAL Maceió	2010	4	
Sergipe	UFS Aracaju	1980	4	
Paraíba	UFPB João Pessoa	2000	4	
Centro-Oeste	Goiás	UFG Goiânia	1990	6
		UFG Catalão	2000	4
		UFG Jataí	2000	4
		UEG Cidade de Goiás	2010	3
	Mato Grosso	UFMT Cuiabá	2000	4
		UFMT Rondonópolis	2010	3
		Unemat Cáceres	2010	4
	Mato Grosso do Sul	UFGD Dourados	2000	5
		UFMS Três Lagoas	2010	4
		UFMS Aquidauana	2010	3

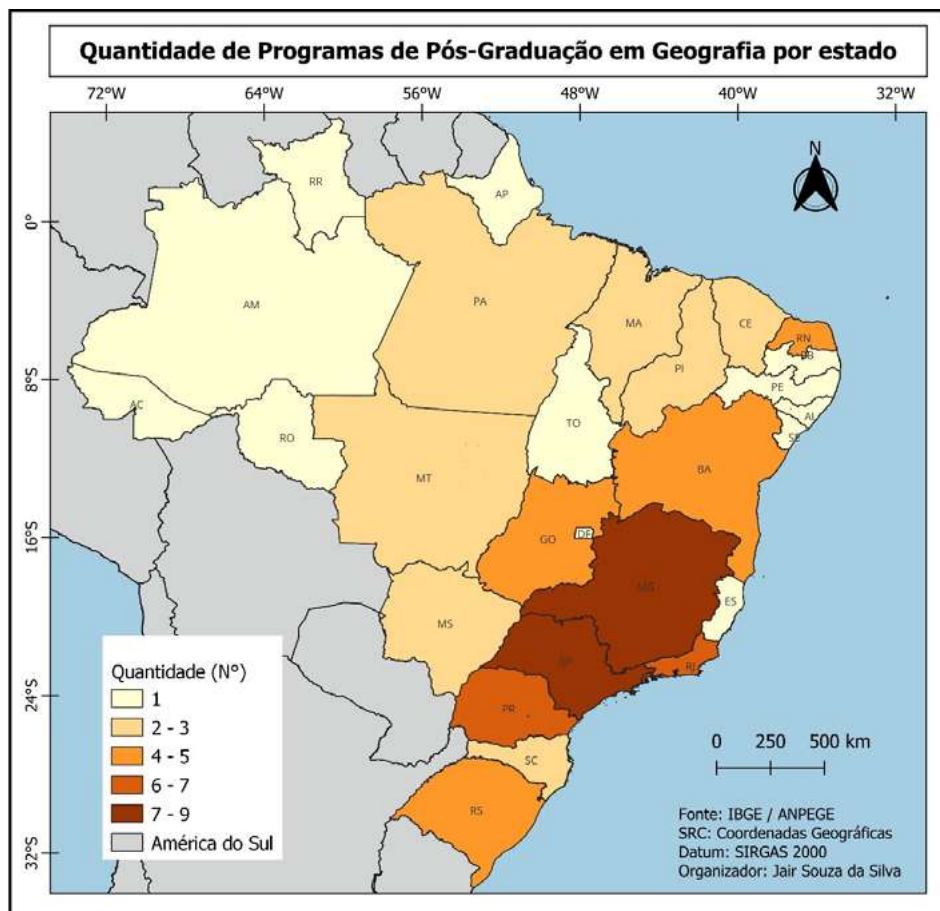
continua...

Região	Estado	PPGGEO	Década de criação	Nota atual
	Distrito Federal	UnB Brasília	1990	5
Norte	Pará	UFPA Belém	2000	5
		Uepa Belém	2010	3
	Tocantins	UFT Porto Nacional	2010	4
	Amazonas	Ufam Manaus	2000	4
	Rondônia	Unir Porto Velho	2000	4
	Roraima	UFRR Boa Vista	2010	4
	Acre	Ufac Rio Branco	2010	3
	Amapá	Unifap Macapá	2010	3

* O Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR/UFRN) é da área de Planejamento Urbano e Regional da Capes, porém filiado à Anpege.

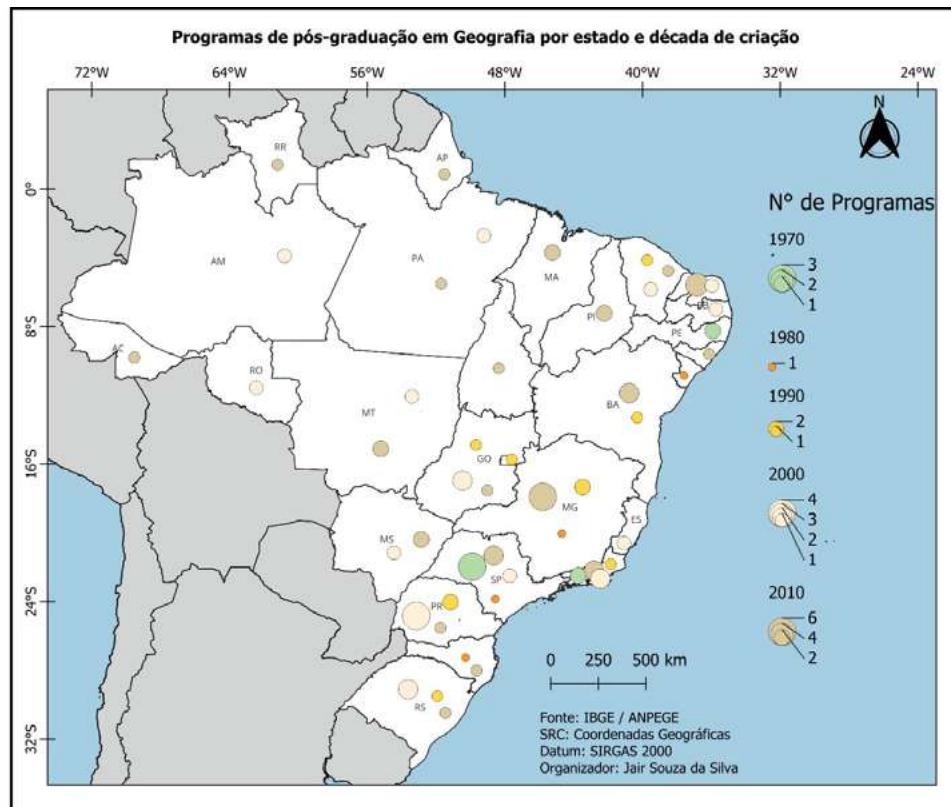
A Tabela 1 demonstra que a distribuição dos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil ocorreu de forma bastante concentrada, sendo que dos 76 programas, 25 encontravam-se na região Sudeste, ou seja, praticamente 1/3 do total. Os Estados com o maior número de programas eram Minas Gerais (9), São Paulo (8), Rio de Janeiro (7) e Paraná (7), notadamente os mais populosos (sendo que o Paraná fica em 5º lugar, logo atrás da Bahia).

Por sua vez, a região mais rarefeita, a Norte, contava com o menor número de programas: 8 ao todo, sendo que apenas o estado do Pará tinha mais de um programa, com dois no total. Todavia, cabe ressaltar que a rarefação populacional não exclui a sua existência desde tempos remotos da história do país, nem tampouco a sua articulação e importância relativa na economia nacional e dinâmicas urbana, regional e rural.

Mapa 1 – Quantidade de programas de pós-graduação em Geografia por estado

Fonte: Elaborado por Jair Souza da Silva

Mapa 2 – Programas de pós-graduação em Geografia por estado e década de criação



Fonte: Elaborado por Jair Souza da Silva

Sobre essa evolução dos programas de pós-graduação em Geografia, realizamos a sua periodização, sendo que cada período tem a conformação quase que coincidente com a década decorrente (Oliveira, 2023b). A seguir faremos a sua apresentação.

INTERPRETAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL

Em artigo recente (Oliveira, 2023b) apresentamos os 52 anos de história dos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil conformados em cinco períodos, os quais desejamos resgatar neste momento. Contudo, cabe ressaltar que esta periodização muito se deve às conversas realizadas com o professor Charlei Aparecido da Silva, da Universidade Federal da Grande

Dourados (UFGD), que por três gestões consecutivas foi o tesoureiro da Anpege e muito compreendeu sobre a dinâmica do funcionamento e existência dos programas, e com o professor Marco Mitidiero Júnior, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), presidente da associação na gestão 2019-2021 (gestão “Bacurau”), importante interlocutor e informante desde antes do período de transição de gestão.

1º Período: Formação Concentrada (1971-1984)

O primeiro período refere-se à década de 1970 e aos primeiros cinco programas que foram criados no Brasil. Porém, de acordo com Silva e Oliveira (2009), os fundamentos para esse movimento dos anos 1970 se constituíram 20 anos antes. Para esses autores,

na década de 1950 “a geração de conhecimento e a formação de recursos humanos faziam parte da estratégia de crescimento rápido e acelerado desejado pelo país, tendo como elemento propulsor a expansão do setor produtivo” (Barros, 1998, p. 82). Entre 1950 e 1960 havia uma forte corrente que defendia o doutorado como forma regular e institucionalizada de se criar um corpo permanente de cientistas no país (Carvalho, 1992). Em 1952 o governo brasileiro firmou acordo com os EUA através do qual celebraram diversos convênios entre universidades. Desse modo muitos estudantes foram para os Estados Unidos para fazer mestrado e doutorado e muitos professores norte-americanos vieram para o Brasil a fim de desenvolver programas de pós-graduação (Cury, 2009, p. 09). No âmbito da Geografia, foram os geógrafos que trabalhavam no IBGE nesse período aqueles que mais usufruíram desse estímulo de formação de pessoal em nível de pós-graduação [...] (Silva; Oliveira, 2009, p. 81).

Com base no nacional-desenvolvimentismo predominante da “era Vargas”, a potencialização das forças endógenas era fundamental para que o Brasil pudesse se colocar estratégica e positivamente no cenário econômico internacional. Parte dessa concepção estava presente também em sua sucedânea, a do “desenvolvimentismo associado” do regime militar, instituído a partir de 1964. Para ambas, o desenvolvimento científico era fundamental e, além dos convênios com as universidades norte-americanas, um conjunto de outras medidas foi criado, tendo como destaque a criação da Capes em 1951, cujo nome era Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Silva e Oliveira (2009) elencam ainda:

- em 1953: implantação do Programa Universitário da Capes, visando estimular atividades de intercâmbio e cooperação;

- em 1964: a fusão Capes com a Cosupi (Comissão Supervisora do Plano dos Institutos) e o Protec (Programa de Expansão do Ensino Tecnológico), dando origem à atual concepção da Capes como Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
- em 1964: criação do Funtec (Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico), transferido para a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) em 1974;
- em 1965: consolidação do regulamento da pós-graduação através do Parecer CFE (Conselho Federal de Educação) nº 977/1965.

Foi com base nesse arcabouço que foram criados os programas de pós-graduação na USP a partir de 1969, sendo que em 1971 surgiram os programas de pós-graduação em Geografia nesta universidade já divididos: o de Geografia Humana e o de Geografia Física, e ambos com mestrado e doutorado. No reboque da USP, surgem os programas da UFRJ, da Unesp-Rio Claro e da UFPE. Percebe-se, pois, a sua **concentração** no Sudeste, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, com uma breve extensão ao Nordeste.

2º Período: Expansão Concentrada (1985-1992)

Ao longo da década de 1980, apenas quatro novos programas de pós-graduação em Geografia foram criados. Obviamente, esta década foi a mais difícil nessa trajetória de 52 anos dos PPGGs no Brasil, uma vez que ela trouxe à tona o colapso do modelo de desenvolvimento dos militares (desenvolvimentismo associado), baseado na forte vinculação ao capital financeiro internacional, especialmente o norte-americano, para a criação de redes de infraestrutura e para a concessão de créditos internos, além da abertura do mercado nacional a empresas multinacionais. Ainda na primeira metade da década de 1970, esse modelo deu sinais de esgotamento, levando ao seu descrédito na segunda metade desta década e à insuflação popular em função da crise econômica eminente que se somou à luta por liberdade política e de expressão. Logo, a década de 1980, marcada pelo processo de transição dos regimes autoritários ao democrático, seria dominada pela tensão política e econômica.

Nesse contexto, seria realmente muito difícil uma expansão mais significativa da pós-graduação; contudo, o que marcou o movimento foi a sua ortodoxia territorial, uma vez que a pequena expansão que ocorreu foi absolutamente concentrada, ou seja, replicou-se a constituição de programas no Sudeste, reiterando emergência em São Paulo e replicando mais uma experiência no Nordeste, além da criação do primeiro programa na região Sul.

3º Período: Desconcentração (1993-2002)

Os eventos que marcaram o movimento de desconcentração na criação dos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil tiveram incidência nos anos de 1993 e 1994. A década de 1990 iniciou com a eleição de Fernando Collor de Mello para presidente do Brasil e, com ele, a implantação sem mediação da política de ajustes neoliberais. A radicalidade da agenda política de Fernando Collor, desconsiderando a grave crise econômica em que o país se encontrava, o seu comportamento social extravagante e a sua inabilidade em lidar com os conflitos políticos no Congresso Nacional lhe renderam a cassação de seu mandato no ano de 1992. Mesmo tendo apresentado carta de renúncia no dia 29 de dezembro de 1992, o processo de *impeachment* tramitou no Congresso Nacional, reiterando a sua cassação e tornando-o inelegível por oito anos. A denúncia que motivou o processo foi apresentada pelo próprio irmão do presidente, Pedro Collor de Mello, que o acusou de corrupção.

Com o afastamento de Fernando Collor, a presidência da República foi ocupada pelo vice-presidente, Itamar Franco, que nomeou o doutor em Ciências Sociais e professor de Ciência Política da USP, Fernando Henrique Cardoso, ministro das Relações Exteriores e, logo em seguida, ministro da Fazenda. FHC, como ficou conhecido, cuidou em apresentar imediatamente um plano para o controle inflacionário e a estabilização monetária, denominado Plano Real. O sucesso imediato deste rendeu a FHC a prerrogativa de se candidatar à presidência da República no pleito seguinte, de 1994, tendo sido plenamente exitoso nas urnas.

Porém, antes mesmo de FHC se tornar presidente, ainda em 1993, quando o Plano Real operava a reorganização da economia nacional, outro professor *uspiano* ascendeu a uma importante posição nas relações político-científicas: Milton Santos, aclamado o primeiro presidente da Anpege no V Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia no Brasil. A atuação da Anpege dirigida inicialmente por Milton Santos, da USP, e na sequência por Bertha Becker, da UFRJ (1995-1997), ambos muito prestigiados no meio acadêmico e científico nacional, recolocou na pauta da agenda institucional a necessidade da expansão da pós-graduação em Geografia pelo país.

Todavia, o controle inflacionário e das distorções monetárias do governo FHC se submetia à ortodoxia neoliberal, fazendo com que os investimentos nas áreas sociais, dentre elas a Educação, Ciência e Tecnologia fossem preteridos em relação aos incentivos à abertura do mercado nacional e ao pagamento da dívida externa. Assim, a expansão da pós-graduação em Geografia nesse período ainda foi tímida, mas assumiu a feição de desconcentrada,

porque atingiu o Centro-Oeste e ampliou a cobertura no Nordeste e no Sul do país, surgindo neste contexto 10 novos programas.

4º Período: Descentralização (2003-2010)

Os dois mandatos de FHC e os oito anos de seu governo foram marcados pela ortodoxia político-econômica, ou seja, se controlou o carro desgovernado da economia nacional atrelando-a à tendência internacional de alinhamento de sua agenda aos ajustes neoliberais. No primeiro mandato, isso pareceu dar certo e a reabertura de crédito para o consumo interno deu fôlego e esperança para grande parcela da sociedade. Porém, logo em seguida os efeitos da ortodoxia começaram a ser expostos. A privatização de empresas públicas estratégicas na economia e na geração de energia; a abertura do mercado nacional para o capital estrangeiro; a modernização telemática da produção fabril e de serviços; a priorização dos investimentos na cobertura dos ganhos da grande produção; o compromisso inadiável com o pagamento da dívida externa; tudo isso impactou nas camadas populares da estrutura social, desassistidas de investimentos na manutenção e ampliação do SUS, na cobertura educacional e na necessária correção das desigualdades, na previdência social, na concretização do ciclo da reforma agrária, na moradia popular e superação do déficit habitacional, na geração de emprego etc.

A sensível insatisfação popular com os resultados em médio prazo da ortodoxia neoliberal de FHC se expressou nas urnas em 2002, quando finalmente, após quatro candidaturas consecutivas, Luiz Inácio “Lula” da Silva se elegeu presidente com um programa *neodesenvolvimentista* baseado no social-redistributivismo. O discurso de campanha de Lula falando em superação das assimetrias regionais e na retomada do crescimento a partir do fomento da economia de base, local e regional, gerando emprego e renda, se cumpriu em grande medida. Rompendo com a lógica do *planejamento estratégico* fragmentado e setorial recomendado pelas agências multilaterais e retomando a premissa de um planejamento integrado em holístico, as políticas públicas passaram a ser elaboradas com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

A ideia básica consistia em apoiar as iniciativas na estabilização monetária do Plano Real para fomentar a produção, o emprego, a renda e o consumo de base local, fortalecendo a economia de forma endógena, de dentro para fora. Para tanto, programas estatais como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e o MCMV (Minha Casa Minha Vida) estimularam a indústria da construção civil, gerando milhões de empregos. Nesse sentido, a

distribuição de renda não ocorreu pela correção de sua tributação, por exemplo, mas pela conversão do excedente da arrecadação na economia de base.

Para dar fluidez a essa política e cumprir com o objetivo de superar as desigualdades socioterritoriais no país, o governo Lula se apoiou no conhecimento científico, buscando tecnologias sociais e industriais com chances de êxito. Nesse sentido, o fomento à produção científica era fundamental e foi grande o investimento na ampliação do número de bolsas (e na correção de seu valor), de cursos, de *campus* das universidades federais, de professores e de vagas. Não obstante, foi grande também o investimento na ampliação dos institutos federais, que triplicaram a quantidade ao longo dos dois governos de Lula.

Nesta doxa, a década de 2000 representou um momento muito profícuo para a pós-graduação em Geografia no Brasil, que viu crescer a quantidade de programas em mais 22 novas iniciativas, se estabelecendo de forma descentralizada em todo o território nacional.

5º Período: Interiorização (2011 aos dias atuais)

Este período se divide em dois momentos, sendo que o primeiro consiste nos governos de Dilma Rousseff, de 2011-2014 e 2015-2016; e o segundo nos governos golpistas de Michel Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (2019-2022).

A presidente Dilma Rousseff foi escolhida pelo presidente Lula para ser a sua candidata à sucessão. Com as suas duas eleições em sequência, o PT (Partido dos Trabalhadores) tornou-se o primeiro partido no Brasil a ter quatro presidentes consecutivos num regime democrático. Sem dúvida, as políticas implantadas nos governos de Lula tiveram continuidade nos governos de Dilma, sofrendo uma ampliação e intensificação, especialmente entre 2011 e 2014. Entre esses anos o Brasil registrou os melhores números de seu desenvolvimento social no período da redemocratização. Não por acaso, 34 novos programas surgiram nesse contexto, que somados aos 22 dos governos de Lula totalizam 56 programas de pós-graduação em Geografia nos 13 anos de governos do PT, contra 20 programas em 31 anos entre 1971 e 2002.

Esse processo consistiu num movimento de interiorização dos PPGGs, radicalizando a produção pós-graduada e científica em Geografia no interior da faixa litorânea e no sertão centro-norte do país. Com esse movimento, a pós-graduação em Geografia não só adquiriu capilaridade nacional como também sofreu mudanças no seu padrão narrativo, revelando novos sujeitos, novos objetos, novas abordagens e novas perspectivas. Destacam-se especialmente

as abordagens e as perspectivas, porque com este movimento a Geografia do interior e do sertão passou a ser contada no lugar onde ela acontece e por gente desse mesmo lugar, ampliando assim a compreensão geográfica sobre o Brasil (De Paula, 2018).

Contudo, a partir de 2014-2015, uma artimanha golpista começou a ser tramada no âmbito político nacional. Apesar dos resultados econômicos e sociais positivos do primeiro governo de Dilma, havia muitas queixas sobre o seu jeito de tratar politicamente com a base aliada. Indisposta a negociar sobre aquilo que ela tinha concepção fechada, Dilma foi gerando um grande acúmulo de insatisfação política, especialmente no Congresso Nacional. Aproveitando-se disso, o seu adversário direto nas eleições de 2014, Aécio Neves (PSDB-MG), inconformado com a derrota nas urnas, resolveu contestar o resultado eleitoral para desestabilizar o início do segundo mandato de Dilma.

A tática de Aécio deu certo. Durante o ano de 2015 a Câmara dos Deputados travou projetos importantes do Executivo, inviabilizando a reprodução das políticas que reduziam as desigualdades, fazendo da crise política uma crise econômica. Dois fatores somaram peso nessa artimanha golpista. O primeiro deles foi a insatisfação direta do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, com o jeito intransigente da presidente, o que o levou a admitir e pautar o projeto de *impeachment* contra Dilma. O segundo foi o contexto internacional de crescimento econômico da China e a sua ameaça real de superação da economia norte-americana. Para minar os apoios e acordos de outros países com a China, os EUA apoiaram (direta ou indiretamente) a ebulição da extrema direita em várias regiões estratégicas, com implicações diretas no Brasil, onde este movimento foi comandado pelo então deputado federal Jair Bolsonaro.

Assim, o *impeachment* representou um golpe contra o Estado Democrático de Direito porque depôs a presidente com base no argumento falacioso de “pedaladas fiscais”, contrariando a manifestação pública das urnas de 2014. Isso levou à presidência o seu vice, Michel Temer, que corroborou com o golpe participando da conspiração contra a mandatária. O seu governo causou um revés na lógica social-redistributivista dos governos petistas, pois implementou uma política ultraliberal nos vários setores da agenda pública.

Porém, como em 2018 havia a grande chance de Lula retornar à presidência da República, haja vista que nas intenções de voto ele era o favorito na opinião pública, a conspiração forjou no meio judiciário a “Operação Lava Jato”, que julgou o ex-presidente por suposta corrupção, condenando-o em tempo recorde num processo de *lawfare* e levando-o à prisão antes do pleito eleitoral. Essa ação foi reforçada pela tática de divulgação de *fake news* pela

grande imprensa. Esta mesma tática foi aprimorada para as redes sociais e esteve na base na eleição de Jair Bolsonaro (PSL-RJ) em 2018. Bolsonaro é um legítimo representante da extrema direita, de perfil neofascista, negacionista da ciência e contrário aos valores da universalidade e da diversidade.

Logo, entre os anos de 2016 e 2022 houve uma profunda decadência nos investimentos de desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no país, com impactos diretos na pós-graduação e no funcionamento das universidades.

NOTAS DE ENCERRAMENTO: O QUE APONTA O HORIZONTE?

O ano de 2022 representou um marco na história recente do Brasil, momento no qual, pela via democrática, a população brasileira rompeu com a lógica governista *bolsonarista*, permitindo se reestabelecer os valores humanistas na gestão pública. Desde a mudança da legislação eleitoral de 1997, que tem permitido aos chefes dos poderes executivos uma reeleição, Bolsonaro tornou-se o primeiro presidente do país a não se reeleger. Do ponto de vista político isso tem um significado muito importante, mesmo que a “onda bolsonarista” ainda agite os mares do imaginário político do país.

Bolsonaro foi superado por Luiz Inácio “Lula” da Silva, que exerce agora o seu terceiro mandato como presidente do Brasil, tendo um horizonte político, econômico, social e mental bastante diferente e tenso, tanto no contexto interno como internacional. Com a tendência de Lula a trabalhar na perspectiva da autodeterminação do Brasil e na sua reafirmação no cenário internacional, tendo como ponte para isso o bloco Brics – o que reaproxima o país da Rússia e da China –, os EUA tendem a operar os seus mecanismos escusos de desestabilização, reforçando aqui no país, através da CIA, a técnica de “*penetração*” (Bandeira, 2006), que já vem sendo usada nesse contexto recente desde 2013. Com a revelação da farsa da Operação Lava Jato e a desarticulação do golpe de Estado pretendido por Bolsonaro no final de seu mandato, dois campos parecem assumir posição estratégica contra a ordem democrática do país: o movimento neopentecostal evangélico e católico e, com ele, o uso maciço de *fake news*; e o Congresso Nacional, notadamente a Câmara dos Deputados, cujo presidente Arthur Lira é radical oposição ao governo frente a um colegiado de maioria oposicionista.

Assim, por mais que o atual governo de Lula esteja tentando reestabelecer as políticas social-redistributivistas baseadas na revisão feita sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, nesses quase 18 meses pouco se avançou pelo travamento de pautas feito na Câmara dos Deputados e na

necessidade de se barganhar com as frentes parlamentares. Por outro lado, a desinformação veiculada em redes sociais continua minando a representação do governo e de suas intenções frente ao imaginário coletivo. Logo, tudo isso indica que o atual contexto ainda continua bastante difícil, o que exige do corpo dos PPGGs e de sua representação, a Anpege, uma justa compreensão do que é importante para o seu fortalecimento neste momento.

Julgo que diante da cobertura e capilaridade dos PPGGs no território nacional possível nas fases anteriores, este seja o momento de focar a estruturação e a consolidação dos programas existentes, ampliando o financiamento de manutenção e para as pesquisas, o número de bolsas e os editais de intercâmbio entre programas, com foco na redução das desigualdades regionais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Charles da França. **A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB):** origens ideias e transformações – notas de uma história. Tese (Geografia). 2008. Programa de Pós-Graduação em Geografia – Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A CIA e a técnica do golpe de Estado. **Espaço Acadêmico**, v. 5, nº 58, p. 1-7, mar. 2006.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. Expansão da pós-graduação no território brasileiro e a emergência de sujeitos historicamente invisibilizados na pesquisa geográfica. **Revista da Anpege**, v. 14, nº 25, p. 39-70, 2018.

DUARTE, Gerusa Maria. A pesquisa e a pós-graduação em Geografia no Brasil: os 10 anos da Anpege. **Revista da Anpege**, v. 1, nº 1, p. 35-59, 2003.

GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. Anpege: o resgate de uma história. **Revista da Anpege**, v. 1, nº 1, p. 9-16, 2003.

LENCIONI, Sandra. Linhas de pesquisa da pós-graduação em Geografia: mudanças, esquecimentos e emergência de (novos) temas. **Revista da Anpege**, v. 9, nº 11, p. 5-19, 2013.

LIMA, Luiz Cruz. O Ceará na Anpege. **Revista da Anpege**, v. 2, nº 2, p. 39-44, 2005.

MENDONÇA, Francisco. Temas, tendências e desafios da Geografia na pós-graduação brasileira. **Revista da Anpege**, v. 2, nº 2, p. 7-20, 2005.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Das dinâmicas socioterritoriais nas cidades ao desenvolvimento regional do território: trajetória de um itinerário formativo no PPGG-UFT. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína-TO, v. 12, nº 28, p. 490-507, dossiê 10 Anos do PPGG-UFT em Porto Nacional, TO, 2023a.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Tão belo quanto a flor do pequi. In: GONÇALVES, Ricardo Júnior de Assis Fernandes; MARQUES, Ana Carolina de Oliveira. (org.). **Dinâmicas territoriais do Cerrado**. Anápolis-GO: UEG, 2023b.

PINTO, Vagner André Morais; SILVA, Joseli Maria; JUNCKES, Ivan Jairo. Hegemonias temáticas, conceituais e de atores da Geografia: o caso da Revista da Anpege no Brasil. **Revista da Anpege**, v. 17, nº 32, p. 65-82, 2021.

SANT'ANNA NETO, João Lima; OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Balanço e perspectiva da pós-graduação em Geografia no Brasil: considerações sobre a Avaliação Trienal de 2010/2012. **Revista da ANPEGE**, v. 10, nº 14, p. 7-25, 2014.

SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. A pós-graduação em Geografia no Brasil: uma contribuição à política de avaliação. **Revista da Anpege**, v. 2, nº 2, p. 21-37, 2005.

SILVA, José Borzacchiello da; OLIVEIRA, Márcio Piñon de. A trajetória da pós-graduação no Brasil e a Anpege: algumas questões. **Revista da Anpege**, v. 5, nº 5, p. 79-92, 2009.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Rumos e rumores da pós-graduação e da pesquisa em Geografia no Brasil. **Revista da Anpege**, v. 1, nº 1, p. 11-19, 2003.

SUERTEGARAY, Dirce Maria. A expansão da pós-graduação em Geografia e a Anpege. **Revista da Anpege**, v. 3, nº 3, p. 17-32, 2007.

TEIXEIRA, Vanessa; SILVA, Márcia da. Anpege: contexto de formação e relações políticas e científicas. **Revista da Anpege**, v. 12, nº 19, p. 91-124, 2016.

CAPA

SUMÁRIO

O XV ENANPEGE EM NÚMEROS

Um retrato da pós-graduação em geografia no Brasil em 2023¹

CEZAR FREITAS BARROS

Pensar os desafios da pós-graduação em Geografia no Brasil implica em compreender o atual quadro deste campo institucional e disciplinar. O Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia teve sua última edição (XV Enanpege) realizada na cidade de Palmas, Tocantins, entre os dias 9 e 13 de outubro de 2023. Os números relativos às diversas formas de participação no evento podem auxiliar na análise crítica de sua realização, na organização de eventos futuros e na discussão sobre o atual estado da pesquisa em Geografia no Brasil, assim como analisar a participação dos programas e regiões.

Sousa Neto (2014), em um ensaio sobre a pós-graduação brasileira, faz uma crítica contundente às práticas reproduzidas no país de dar grande importância aos números e ao aspecto quantitativo da produção. O autor se refere mais enfaticamente ao modelo de avaliação de programas de pós-graduação, com grande valorização para a produção quantitativa e a forma como isto afeta a lógica de produção de artigos e a rede nacional de periódicos científicos. Um de seus argumentos é relativo à capacidade atual, permitida pela tecnologia, de se produzir e guardar dados quantitativos sobre o trabalho acadêmico, utilizados posteriormente nas diferentes formas de avaliação:

¹ Trabalho referente à mesa-redonda “18: A Geografia brasileira e os desafios da pós-graduação”, realizada no dia 11 de outubro de 2023, durante o XV Enanpege.

A produção do conhecimento não só se alarga, como aumenta a capacidade de guardá-lo. Contudo, não se pode esquecer que saber é poder e que os processos de apropriação privada propiciaram e foram propiciados pela *invenção* das palavras, dos números e da escrita. Aqueles que podem gerar os dados e guardá-los tornam-se proprietários da memória coletiva (Sousa Neto, 2014, p. 6).

Concordamos com o autor em sua crítica à “lógica de produção mercantil da pós-graduação em Geografia no Brasil”, especialmente quando se refere ao uso de dados quantitativos como balizadores de méritos. Não obstante, o acesso aos números disponibilizados pela plataforma Realize (2023)² relativos às inscrições e credenciamentos efetivados no XV Enanpege torna imperativa a sua ampla divulgação, com vistas a que a memória coletiva deste encontro seja compartilhada entre todos que o construíram, nas diferentes formas de participação, bem como entre aqueles que busquem entender sua dimensão.

Além dos dados obtidos diretamente da Realize por requerimento (Realize, 2023), utilizamos os dados da secretaria da Anpege referentes aos programas associados (Anpege, 2023). A quantidade de alunos matriculados e docentes de programas por estado foi obtida na plataforma de dados abertos da Capes (Capes, 2024). Os nomes dos Grupos de Trabalho (GTs) e seus coordenadores podem ser encontrados no *site* do evento, de onde retiramos uma parcela dos números apresentados (XV Enanpege, 2023).

A primeira parte deste trabalho se refere à base institucional da Anpege, composta pelos programas, além de informações relativas à participação geral no evento. Na segunda sessão, apresentamos dados a respeito dos coordenadores de grupos de trabalho e autores principais que se credenciaram efetivamente no evento. Na terceira e última sessão, são apresentados os dados relativos à participação efetiva de participantes e publicações nos anais do evento por GT.

Buscamos com este texto contribuir com uma espécie de censo do que foi o XV Enanpege, levando em consideração os diferentes tipos de participantes, como palestrantes, coordenadores de grupos de trabalhos, autores principais e coautores de trabalhos apresentados, textos publicados nos anais do evento, entre outros. Esperamos que ao final desta exposição, seja possível ter um entendimento do que foi o XV Enanpege, em sua representatividade de estados, regiões, grupos e temas de pesquisa, categorias de participação e gêneros³.

2 Realize Eventos Científicos e Editora Ltda., empresa responsável pelo *site* do evento, credenciamento presencial de participantes e publicação dos anais do XV Enanpege.

3 Os dados disponibilizados pela Realize não continham todas as informações que gostaríamos de compartilhar, como os números referentes à cor da pele e à renda.

A BASE INSTITUCIONAL: PROGRAMAS ASSOCIADOS E PARTICIPAÇÃO GERAL NO XV ENANPEGE

A *Revista da Anpege*, inaugurada em 1993, dez anos após a fundação da associação, contém muitos artigos escritos por ex-presidentes e diretores que contam a história da entidade, dos programas e do próprio evento. O primeiro trabalho publicado na revista foi escrito por Gerardi (2003), que faz um breve histórico da pós-graduação, desde os primeiros programas criados até os primeiros encontros nacionais, organizados pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Antes do primeiro Encontro Nacional da Anpege, realizado em 1993 na cidade de Aracaju, a autora aponta outros cinco eventos da pós-graduação organizados pela AGB desde 1984. Além disso, destaca o papel político e institucional da Anpege, com especial foco na articulação entre os programas e na representação junto à Capes.

Suertegaray (2003) destaca a importância da organização dos eventos e do diálogo entre os programas conduzidos pela associação:

“Coube à Anpege, nestes 10 anos, aglutinar o debate, construindo espaços como estes. Antes de se estabelecer não havia um espaço de discussão dos problemas que, em maior ou menor medida, formam a realidade dos programas de pós-graduação” (Suertegaray, 2003, p. 30).

Teixeira (2019) apresenta dados mais específicos sobre as diferentes edições do evento, entre 1995, em Aracaju, e 2015, em Presidente Prudente. Conforme a própria autora apresenta, há uma concentração histórica da realização do evento na região Sudeste. De um total de 11 encontros realizados até então, 6 haviam sido realizados no Sudeste (4 no estado de São Paulo e 2 no Rio de Janeiro), 2 encontros no Nordeste (Sergipe e Ceará), 2 encontros no Sul (Santa Catarina e Curitiba) e um encontro no Centro-Oeste (Goiás) (Teixeira, 2019). Acrescentamos ainda os eventos seguintes, em 2017 (RS), 2019 (SP), 2021 (PB/Online) no Quadro 1.

Quadro 1 – Números gerais de encontros anteriores da Anpege

Ano ¹	Cidade	Eixos/GTs	Participantes	Trabalhos aprovados
1995	Aracaju	10	-	114
1997	Rio de Janeiro	5	-	47
2003	Florianópolis	5	-	364

continua...

Ano ¹	Cidade	Eixos/GTs	Participantes	Trabalhos aprovados
2005	Fortaleza	-	567	408
2007	Niterói	19 ²	1033	696
2009	Curitiba	22	634	613
2011	Goiânia	30	-	856
2013	Campinas	31	1455	903
2015	Presidente Prudente	41	973	989
2019	São Paulo	55	-	1642
2021	João Pessoa (online)	72	2535	-

¹ Não encontramos dados referentes ao evento de 2017.

² Primeiro evento com Grupos de Trabalho (GTs).

Fonte: Teixeira (2019); Anpege (2019); Anpege (2021). Elaborado por Cezar Barros.

Nota-se a tendência de crescimento do público participante ao longo do tempo, algo indicado por Teixeira (2019) como uma consequência da ampliação do número de programas de mestrado e doutorado na década de 2000. Em relação aos grupos de trabalho (GTs), que substituíram os eixos temáticos em 2007, há um aumento expressivo a partir de 2015, com 41 GTs, 10 a mais do que no evento anterior, e chegando aos 75 GTs em 2023.

As informações sobre os eventos anteriores que encontramos não são precisas. O evento de 2021, realizado no meio digital devido à pandemia de Covid-19, não divulgou números discriminados entre inscrições totais e credenciados no evento, ou que participaram de GTs. No entanto, foi o evento com a maior quantidade de trabalhos publicados nos anais, com 1.451 publicações. O mesmo acontece em certa medida com os eventos anteriores. A principal imprecisão se refere à diferença entre inscritos e participantes efetivos, que se credenciaram e participaram dos eventos.

Dessa forma, exploramos para o evento de 2023 dados referentes apenas aos inscritos que compareceram presencialmente em Palmas e realizaram o credenciamento. O relatório emitido pela Editora Realize após o término do evento apresenta um total de 1.695 participantes credenciados no XV Enanpege (Tabela 1). A divisão que fizemos entre coordenadores de GTs e autores principais foi possível porque, pelas regras do evento, os coordenadores de GTs não podiam submeter trabalhos em primeira autoria. Além disso, mesmo que fossem coautores, a tabulação dos dados não permitia contagem repetida. Após

subtrair do total de credenciados o número de coordenadores e autores principais, conseguimos a quantidade de ouvintes e coautores, além de palestrantes externos à comunidade principal do evento.

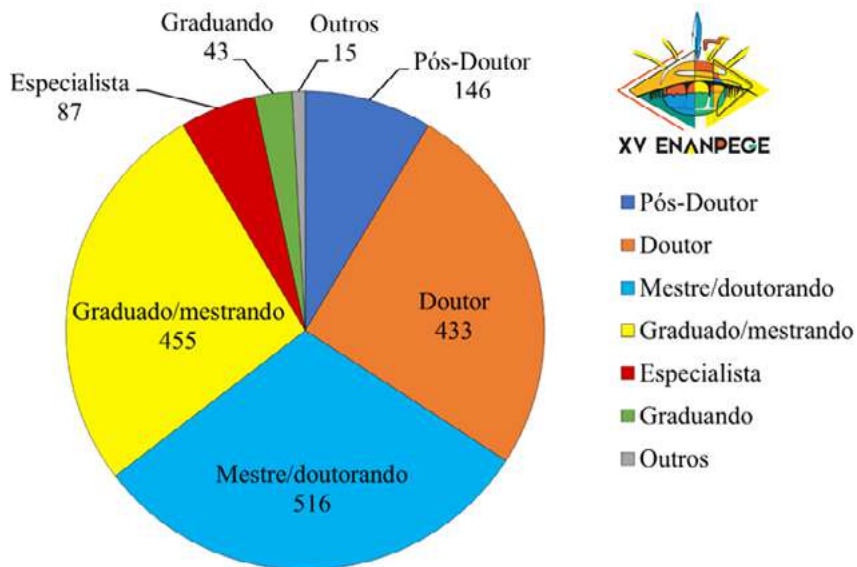
Tabela 1 – Público credenciado no XV Enanpege por gênero e categoria de inscrição

Gênero	Coordenadores de GTs	Autores principais de trabalho	Palestrantes ¹ , ouvintes e coautores	Todos os credenciados
Masculino	146	555	117	818
Feminino	141	554	153	848
Prefiro não informar	0	8	16	24
Não binário	0	4	0	4
Agênero	0	1	0	1
Total	287	1122	286	1695

¹ Apenas palestrantes credenciados que não coordenaram GTs nem apresentaram trabalhos.

Fonte: Realize (2023). Elaborado por Cezar Barros.

De maneira geral, em relação aos gêneros masculino e feminino, há equilíbrio no número de coordenadores de GTs e autores principais, sendo observada uma presença maior de mulheres no caso dos ouvintes e coautores. Nota-se que entre os coordenadores de GTs credenciados, todos se identificaram como do gênero masculino ou feminino, enquanto os gêneros não binário e agênero foram declarados apenas entre autores principais de trabalhos.

Gráfico 1 – Inscritos credenciados no XV Enanpege por nível de formação

Fonte: Realize (2023). Elaborado por Cezar Barros.

Podemos também visualizar o total de participantes credenciados a partir da titulação ou atual estágio de formação, (Gráfico 1). A forma de indicação do grau de formação no momento da inscrição no evento gerou dubiedade, uma vez que permitia a escolha de categorias que não são excludentes entre si, a saber, as condições de graduado ou mestrando e de mestre ou doutorando. Por isso, mesclamos esses dois pares de categorias na exibição gráfica em busca de uma representação mais verossímil e de melhor visualização.

O público constituído por pós-doutores, doutores, mestres/doutorandos e graduados/mestrandos corresponde a cerca de 91% dos credenciados no evento, com 579 possíveis docentes (pós-doutores e doutores) e 971 possíveis discentes (mestres/doutorandos e graduados/mestrandos), o que equivale a uma proporção de cerca de 1,6 discente para cada docente participante. Destacamos ainda o número de 43 graduandos credenciados, em sua maioria alunos do curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) das cidades de Porto Nacional e Araguaína, fundamentais para o trabalho de monitoria.

Outra correlação importante que podemos fazer se dá pela relação entre os números gerais do XV Enanpege e a população de discentes e docentes dos programas associados à Anpege em 2023, permitindo observar, entre outras informações, a participação efetiva em proporção à quantidade de professores

e alunos em cada estado (Tabela 2). Os dados do portal de transparência da Capes possibilitam extrair os números de alunos e professores, entre outras informações específicas e gerais de cada programa reconhecido, com os últimos dados consolidados referentes ao ano de 2022, chegando a um total de 1.672 docentes⁴ e 7.197 discentes⁵ nos programas associados à Anpege (Capes, 2024). Considerando a população agregada de 8.869 pessoas e o público credenciado de 1.672 participantes⁶, chegamos a 19% da população da pós-graduação representada pela Anpege atendendo presencialmente ao evento.

Uma primeira análise da tabela diz respeito à desigualdade regional na concentração de cursos. A região Sudeste, com 25 programas, possui uma população de 3.383 docentes e discentes, número muito superior aos 780 docentes e discentes dos 9 programas da região Norte. No entanto, no que diz respeito à participação de cada região no evento, nota-se que os índices de participação são proporcionais à proximidade de Palmas, ainda que de forma modesta. A região Sul, com 16% de participação, é a que apresenta o menor índice. Ainda que com menos pessoas, Nordeste e Centro-Oeste apresentam melhores índices de participação do que o Sudeste.

Tabela 2 – Programas de pós-graduação associados à Anpege, população dos programas e credenciados no XV Enanpege por UF e região

Região	Estado	Programas	Docentes (2022)	Discentes (2022)	Docentes + Discentes (2022)	Inscritos credenciados XV Enanpege	% credenciados por estado
Norte	Pará	2	42	174	216	89	41%
	Amazonas	1	20	160	180	20	11%
	Acre	1	14	53	67	11	16%
	Amapá	1	18	62	80	14	18%
	Rondônia	1	20	118	138	24	17%
	Roraima	1	15	29	44	13	30%
	Tocantins ¹	2	17	38	55	105	191%
	Total Norte	9	146	634	780	276	35%

continua...

- 4 Docentes credenciados aos programas em algum momento do ano de 2022.
- 5 Discentes com matrícula ativa em algum momento de 2022, ainda que tenham sido titulados ou desligados no decorrer do ano.
- 6 23 credenciados no XV Enanpege não indicaram estado de origem em suas inscrições.

Região	Estado	Programas	Docentes (2022)	Discentes (2022)	Docentes + Discentes (2022)	Inscritos credenciados XV Enanpege	% credenciados por estado
Centro-Oeste	Goiás	4	89	369	458	113	25%
	Mato Grosso	2	46	140	186	37	20%
	Mato Grosso do Sul	4	87	269	356	53	15%
	Distrito Federal	1	27	207	234	30	13%
	Total Centro-Oeste	11	249	985	1234	233	19%
Nordeste	Bahia	4	75	282	357	94	26%
	Alagoas	1	25	70	95	10	11%
	Ceará	3	58	336	394	85	22%
	Maranhão	2	30	93	123	58	47%
	Paraíba	1	31	171	202	25	12%
	Pernambuco	1	28	194	222	32	14%
	Piauí	2	27	86	113	29	26%
	Rio Grande do Norte	5	102	324	426	22	5%
	Sergipe	1	18	112	130	18	14%
Total Nordeste	20	394	1668	2062	373	18%	
Sudeste	São Paulo	8	198	1115	1313	210	16%
	Rio de Janeiro	7	196	906	1102	206	19%
	Minas Gerais	9	180	647	827	121	15%
	Espírito Santo	1	25	116	141	32	23%
	Total Sudeste	25	599	2784	3383	569	17%
Sul	Paraná	7	131	547	678	100	15%
	Rio Grande do Sul	5	41	159	200	80	40%
	Santa Catarina	2	112	420	532	41	8%
	Total Sul	14	284	1126	1410	221	16%

continua...

Região	Estado	Programas	Docentes (2022)	Discentes (2022)	Docentes + Discentes (2022)	Inscritos credenciados XV Enanpege	% credenciados por estado
	Total Brasil	79	1672	7197	8869	1672	19%

¹A Capes não possui dados sobre o programa da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

Fonte: Anpege (2023), Realize (2023), Capes (2024). Elaborado por Cezar Barros.

Em relação ao Norte, uma ressalva precisa ser feita. Observa-se que o estado do Tocantins possui apenas 55 docentes e discentes nos registros da Capes, frente ao credenciamento de 105 pessoas. Além de o programa da UFNT, ainda em formação, não possuir dados agregados no ano de 2022, muitos alunos da graduação, de outros cursos da UFT e professores da Secretaria Estadual da Educação que submeteram trabalhos na categoria “relatos de experiência” participaram do XV Enanpege, inflando os números do estado.

De qualquer maneira, nota-se que os estados do Norte tiveram um bom índice de engajamento, com destaque, além do Tocantins, para Pará e Roraima, com o equivalente a 41% e 30% de participação, respectivamente. Goiás, no Centro-Oeste, teve a representatividade de 25% de seus alunos e professores presentes. No Nordeste, observa-se o equivalente a 47% da população da pós-graduação do Maranhão credenciada, além de Bahia e do Piauí, com 26%. Ainda que tenha números gerais bem inferiores, o Espírito Santo apresenta o maior índice de participação no Sudeste, com 23%, enquanto o Rio Grande do Sul contou com um equivalente a 40% de seus docentes e discentes presentes.

Compreendemos que a metodologia adotada possui falhas, sendo a principal delas o fato de que muitos participantes credenciados não estavam filiados a programas de pós-graduação no ano de 2022, seja por terem defendido seus trabalhos até 2021, se matriculado em 2023 ou por serem docentes não credenciados como membros dos programas associados. No entanto, os valores indicam o tamanho relativo de cada delegação estadual frente à estrutura atual do corpo docente e discente de cada unidade da federação.

COORDENADORES DE GRUPOS DE TRABALHO (GTS) E AUTORES PRINCIPAIS

O XV Enanpege contou com 75 Grupos de Trabalho (GTs), principal espaço do evento para apresentação e discussão das pesquisas levadas a cabo na pós-graduação em Geografia no Brasil. Diferentemente de outros eventos,

até mesmo da área da Geografia, a apresentação de trabalhos no Enanpege é realizada em grupos de trabalho constituídos de forma espontânea pelos coordenadores, que compõem a comissão científica e são responsáveis pela avaliação dos resumos e trabalhos completos submetidos.

Considerando o número de 5 coordenadores por GT, houve um total de 375 coordenadores de GT inscritos no XV Enanpege, divididos por região e universidade (Tabela 3). Agregamos os dados por instituição, identificando o número de programas entre parênteses para aquelas com mais de um curso. É o caso da Unioeste, por exemplo, com programas de pós-graduação nas cidades de Marechal Cândido Rondon e Francisco Beltrão, ou da Unesp, com programas nas cidades de Presidente Prudente, Rio Claro e São Paulo.

De maneira geral, 36% dos coordenadores de GTs do XV Enanpege são da região Sudeste, observada a liderança da USP, Unesp, UFF e Uerj. Nas outras regiões, destaca-se a participação da UFG, com 17 coordenadores, apesar da pequena participação do Centro-Oeste. A anfitriã UFT, a UFC e a UFRGS, com 10 cada, são as instituições com mais coordenadores em suas respectivas regiões.

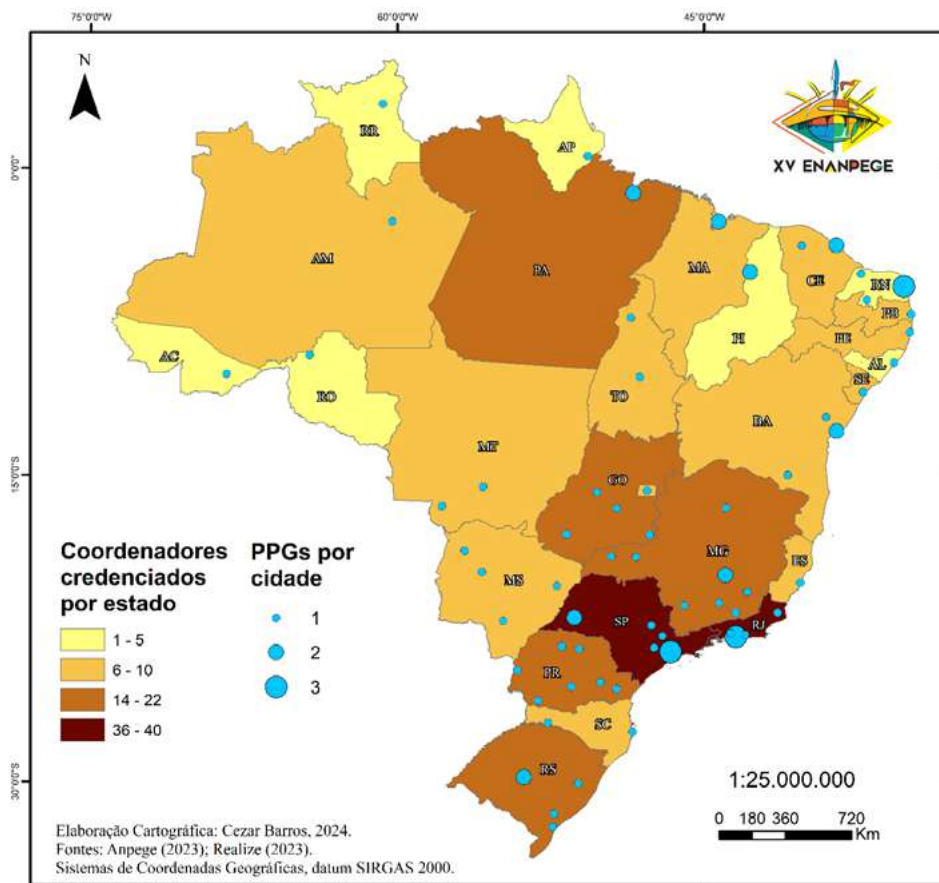
A partir da lista de coordenadores obtida do *site* do evento, realizamos a conferência com a planilha de dados de inscritos que foram de fato ao evento. Dos 375 coordenadores inscritos no XV Enanpege, 287 se credenciaram presencialmente (76%). É possível dizer que houve uma média de aproximadamente quatro coordenadores presentes em cada grupo, de um mínimo sugerido de três e o máximo de cinco possíveis. É possível ainda mapear a origem dos coordenadores presentes por estado de origem (Mapa 1), assim como a localização dos programas de pós-graduação associados à Anpege por município.

Tabela 3 – Distribuição de coordenadores por universidades de programas associados – GTs Enanpege 2023

Univer- sidade	N. Coords.	Total região	Univer- sidade	N. Coords.	Total região	Univer- sidade	No Coords.	Total região
UFAC	1	38	UFPR	6	62	USP (2)	20	137
UFAM	6		Uni- oeste (2)	9		Unicamp	8	
Unifap	2		Uni- centro	5		Unesp (4)	19	
UFPA	8		UEL	1		UFSCar	2	
UEPA	3		UEPG	4		UFRJ	9	
UNIR	5		UFSC	8		UERJ (2)	13	
UFRR	3		UFFS	6		UFF (2)		
UFT	10		UFRGS	10		UFRRJ		
Ufal	1	71	UFSM (todos)	7	43	PUC-Rio		24
Uesb	2		UFPEL	4		UFMG		
UFBA	7		FURG	2		UFU (2)		
Uneb	3		UnB	6		UFV		
Uece	5		UFG	17		UFJF		
UFC	10		UFJ	1		Unifal		
Uema	6		UFMT	4		PUC- Minas		
UFMA	1		Unemat	1		Unimontes		
UFPB	8		UFMS (3)	5		UFSJ	1	
UFPE	7		UFGD	9		UFES	9	
UFPI	5	UFRN (4)	9	Outros programas e instituições				
Uern	1	UFS	6					
Total de Coordenadores submetidos							375	

Fonte: Anpege (2023). Elaborado por Cezar Barros.

Mapa 1 – Coordenadores de GTs credenciados por UF de origem



Fonte: Elaborado por Cezar Barros

Contabilizados os quatro cursos que se associaram na assembleia geral do evento de 2023⁷, a Anpege agrega, atualmente, 79 programas de pós-graduação no seu quadro associativo, distribuídos por todas as unidades da federação (Anpege, 2023). Destes, três programas pertencem a áreas de avaliação da Capes fora da Geografia⁸. Os cursos reconhecidos e avaliados pela Capes na área de Geografia correspondem, em fevereiro de 2024, a 80 programas (Capes,

7 UFMS, *campus* de Corumbá-MS (PPGEF); UERN, *campus* de Mossoró-RN (PPGEO); UFMA, *campus* de São Luís-MA (PPGGEO); UFNT, *campus* de Araguaína-TO (PPGeo).

8 Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços (PPGEF/UFMS – Corumbá); Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR/UFRN – Natal); Programa de Pós-Graduação em Ensino de Geografia em Rede Nacional (ProfGeo/UFSM – Santa Maria).

2024). Com exceção de quatro cursos recentes ou em projeto⁹, todos os programas avaliados pelo órgão são associados à Anpege. A representação cartográfica leva em consideração apenas os programas efetivamente associados, que correspondem à base institucional que compõe a associação e se envolveu mais diretamente na realização do evento. Preferimos também não apresentar dados como as notas e oferta de mestrado ou doutorado, pois comparar o público do evento balizado pela avaliação da Capes não é nosso objetivo, além de ser uma informação que pode ser consultada no *site* da própria Capes.

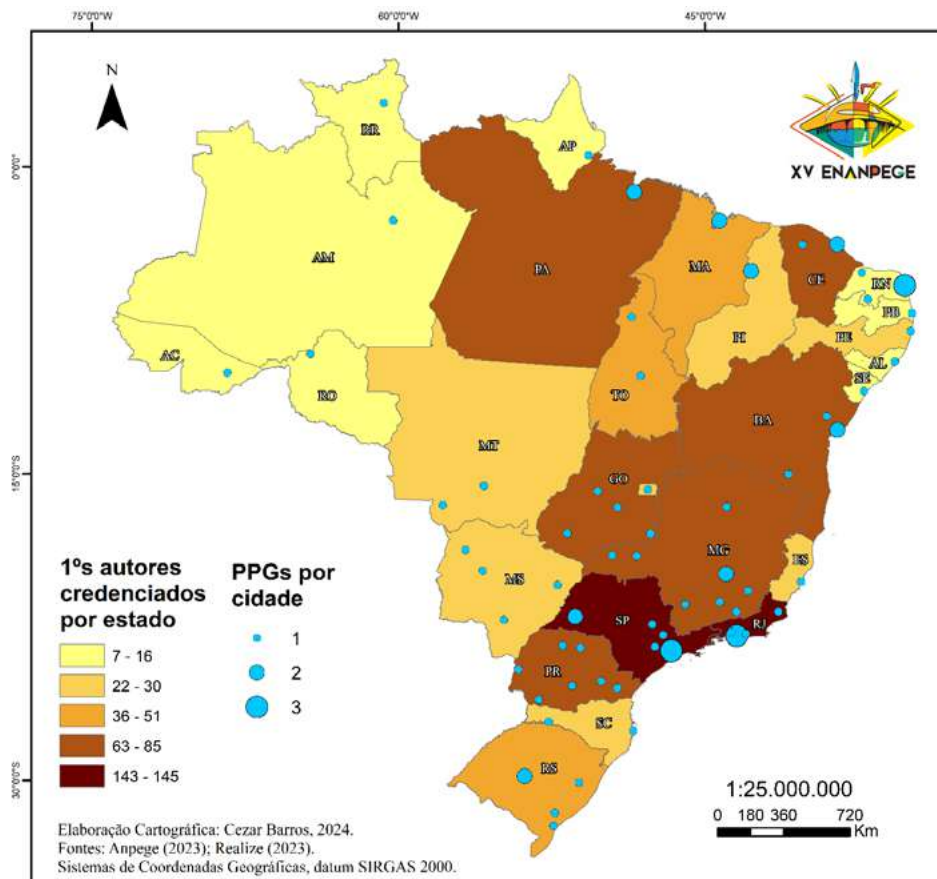
Definimos quatro classes com diferença marcante entre si para demonstrar a distribuição de coordenadores de GTs. São Paulo e Rio de Janeiro mantêm números muito parecidos, com 40 e 36 professores, respectivamente. Em uma segunda classe, entre 14 e 22 coordenadores, estão Pará, Goiás, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Destaca-se a baixa participação do Tocantins, enquanto estado de realização do congresso, e dos estados do Nordeste, todos com 10 coordenadores ou menos. Decidimos diferenciar em duas classes os estados com 1 a 5 representantes dos estados com 6 a 10, para identificar aqueles com menor número de participantes credenciados.

De maneira geral, com exceção da concentração observada em São Paulo e Rio de Janeiro, a participação de coordenadores de GTs apresenta relativa homogeneidade entre as regiões, o que pode ser explicado pela exigência de indicação de professores de diferentes regiões, bem como pela maior capacidade financeira dos docentes de ir ao evento, seja por recursos próprios ou dos programas a que são filiados.

A distribuição referente ao estado de origem de autores principais (Mapa 2) é um pouco diferente daquela vista no caso dos coordenadores. Conforme mencionamos anteriormente, as diretrizes para submissão de GTs e trabalhos completos não permitiam que coordenadores enviassem trabalhos como autores principais. Além disso, uma configuração inicial da plataforma de inscrições pedia a indicação do orientador dos autores, cadastrando-os equivocadamente como coautores¹⁰, o que invalida o estudo dos dados quantitativos relativos à coautoria.

9 UFR, *campus* de Rondonópolis/MT (nota 3); UEMS, *campus* de Dourados/MS (em projeto/nota A); Unifesspa, *campus* de Marabá-PA (em projeto/nota A); UEA, *campus* de Manaus-AM (em projeto/nota A).

10 Souza *et al.* (2018) debatem a colaboração acadêmica entre orientadores e orientandos, destacando a relação desigual de forças e a dificuldade de alunos recusarem a inclusão de seus orientadores como coautores de trabalhos científicos.

Mapa 2 – Autores principais credenciados no XV Enanpege por UF de origem

Fonte: Elaborado por Cezar Barros

Dedicamos nossa análise exclusivamente aos 1.122 autores principais credenciados, em sua maioria discentes de mestrado e doutorado. A maior quantidade de inscritos e diferença entre estados permitiu a definição de cinco classes, com grande destaque para São Paulo e Rio de Janeiro, com maiores populações absolutas. Diferentemente do mapa referente aos coordenadores, a participação de autores de trabalhos é mais intensa quando vinda dos estados mais próximos e que possuem maiores populações de pós-graduandos, como Goiás, Pará, Ceará, Bahia e Minas Gerais, com exceção do Paraná, que apesar de ter 7 programas, apresenta custos elevados de transporte até Palmas.

Por outro lado, os estados do Norte e Nordeste, com muitos programas recém-criados, tiveram em sua maioria uma baixa quantidade de autores principais quando comparados às unidades da Federação com cursos

consolidados. Entretanto, é necessário retornar à discussão da Tabela 2 ao ler o mapa, contrastando os dados absolutos com a elevada participação relativa de estados como o Tocantins e o Maranhão, entre outros.

PARTICIPAÇÃO NOS GTS E PUBLICAÇÕES NOS ANAIS

Considerando apenas autores principais, foi submetido um total de 2.074 resumos expandidos únicos no XV Enanpege¹¹. Deste total, 1.886 foram aprovados para apresentação nos GTs e composição dos anais de trabalhos completos, enquanto 921 trabalhos completos foram efetivamente publicados.

Quadro 2 – Síntese de trabalhos do XV Enanpege

Resumos expandidos submetidos	2.074
Trabalhos aprovados nos GTs	1.886
Los autores credenciados no evento	1.122
Trabalhos completos publicados nos anais	921

Fonte: Anpege (2023), Realize (2023).

Apresentar os dados referentes aos Grupos de Trabalhos específicos é um desafio metodológico. Julgamos ser uma informação fundamental para os coordenadores, autores, organizadores de eventos futuros e interessados em geral, mas é impossível demonstrar esses números em uma única tabela com 75 linhas. Isso nos obrigou a fazer uma divisão entre temas que pode ser considerada altamente arbitrária. Reconhecemos que vários GTs poderiam ser classificados em categorias diferentes, mas o esforço realizado pode permitir também o diálogo e a intersecção entre os diferentes grupos de pesquisa que se encontram no Enanpege.

Alguns autores já tentaram elencar os principais temas da pós-graduação em Geografia no Brasil, tendo como base principalmente as linhas de pesquisa dos programas. Suertegaray (2007) define como resultado de sua pesquisa, em 29 cursos diferentes durante quatro anos (2000 a 2003), os campos da Geografia Física; Geografia Humana; Ambiente; Educação e Geografia; e Teoria e Método em Geografia. A autora apresenta a predominância de teses

¹¹ A título de curiosidade, foram inscritos também 1.826 coautores/orientadores, o que equivale a uma taxa média de 1,88 autor por trabalho.

e dissertações em Geografia Humana, seguida de trabalhos na área ambiental, Geografia Física (em uma classe diferente) e Educação.

Tendo como fonte as áreas de concentração e linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação em Geografia *Stricto Sensu* no Brasil, Mendonça (2005) define as “categorias de análise” do conhecimento geográfico no país, com destaque para a região, o território, espaço e ambiente, bem como os principais “processos enfocados nos programas”: Desenvolvimento/Gestão, Ordenamento, Organização, Planejamento, Dinâmica, Produção, (re)estruturação e regionalização.

Lencioni (2013) parte de um ambiente institucional de 48 programas *stricto sensu*, com dados divulgados pela Capes em 2012. Ela aponta que uma análise das temáticas de pesquisa através das linhas de pesquisa dos programas seria muito frágil, visto que não encontram correspondência direta nas pesquisas de fato realizadas. Decide então adotar as linhas de pesquisa gerais dos programas apresentadas nos cadernos de indicadores dos programas, em uma classificação mais ampla das subáreas. Entre suas conclusões, a autora destaca o crescimento dos temas relacionados ao ambiente, assim como dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG); o crescimento da Geografia Urbana em relação à Geografia Agrária; e a emergência veloz das linhas de Ensino da Geografia e Geografia Cultural.

Levamos em consideração as reflexões desses autores para elaborar uma divisão própria que permitisse expor os dados referentes aos GTs neste texto. A análise dos títulos e ementas nos permitiu definir algumas palavras-chave que nos autorize a diferenciar cada grupo¹². Para oferecer maior possibilidade de visualização dos dados, dividimos os GTs em oito categorias¹³, explicitadas nas tabelas. A ordem das tabelas no texto respeita a ordem em que o primeiro GT listado naquela categoria foi inscrito no evento. Seguindo esta lógica, a categoria de Geografia Urbana é a primeira a ser discutida, pois contém os GTs 01 e 02, enquanto a Geografia Agrária (que engloba o GT 03) vem em seguida, e assim por diante.

Os primeiros valores, de trabalhos aprovados, se referem ao total de resumos submetidos e aceitos, desconsiderando, portanto, a ida ao evento. A taxa de publicação do XV Enanpege como um todo girou em torno de 50%, mas quando observamos a quantidade de autores principais que se

12 Os títulos dos GTs estão conforme submetidos e divulgados na plataforma do XV Enanpege.

13 Geografia Urbana; Geografia Agrária; Geografia Física e Geotecnologias; Geografia Política; Geografia da Educação e do Ensino; Geografia Regional e Econômica; Métodos e Epistemologia da Geografia; Geografias de Gênero, Raça e População.

credenciaram (Quadro 2), percebemos que a taxa de publicação em anais entre os que estiveram presencialmente em Palmas é mais elevada. De qualquer forma, podemos ter uma noção básica da diferença entre submissões gerais e publicações concretizadas nos anais.

A primeira categoria que definimos é a de Geografia Urbana, com oito GTs e 102 trabalhos publicados (Tabela 4). Alguns termos recorrentes são “espaço urbano”, “urbanização”, “cidade” e “metrópole”. O GT com maior taxa de publicação foi o de cidades médias (8), enquanto os GTs sobre metrópoles e metropolização apresentaram baixa participação.

Tabela 4 – Grupos de Trabalho de Geografia Urbana

Grupos de trabalho	Trabalhos aprovados	Publicações anais	% publicações/ aprovados
GT 01: A produção do espaço urbano em uma perspectiva crítica	26	12	46,2%
GT 02: A urbanização nos cerrados – processos, formas e vulnerabilidades do urbano atual	24	14	58,3%
GT 08: Cidades médias: articulações interescares, novos papéis regionais e redefinições dos espaços urbanos	20	12	60,0%
GT 12: Dinâmicas territoriais em cidades pequenas e médias: mobilidades, urbanidades, ruralidades e desigualdades socioespaciais	43	25	58,1%
GT 13: Direito à cidade na pesquisa geográfica: escalas, dimensões e desafios	16	9	56,3%
GT 16: Espaços públicos e produção da cidade e do urbano	29	16	55,2%
GT 61: Metropolização regional e financeirização da produção do espaço	20	7	35,0%
GT 62: Metrópole e metropolização do espaço: processos e dinâmicas	19	7	36,8%
Total	197	102	51,8%

Fonte: XV Enanpege (2023); Realize (2023). Elaborado por Cezar Barros.

A segunda categoria que definimos é a de Geografia Agrária, com 11 GTs e 125 trabalhos publicados nos anais (Tabela 5). Nota-se uma grande diferença entre as taxas de publicação, com um grupo que teve 75% dos trabalhos publicados (GT 64), enquanto outros tiveram pouco mais de 30% de publicação. Entre os termos mais recorrentes encontram-se “agricultura”, “extrativismo”, “agrária”, “campo”, “conflitos” e “comunidades tradicionais”.

Tabela 5 – Grupos de Trabalho de Geografia Agrária

Grupos de trabalho	Trabalhos aprovados	Publicações anais	% publicações/ aprovados
GT 03: Agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais	34	20	58,8%
GT 17: Extrativismo mineral, políticas territoriais e conflitos	25	12	48,0%
GT 19: Financeirização da agricultura brasileira	7	4	57,1%
GT 23: Geografia agrária crítica: conflitos, grilagem e resistências	29	9	31,0%
GT 32: Geografia dos alimentos: tradição, resignificação, valorização dos saberes e fazeres no campo e na cidade	38	24	63,2%
GT 46: Geografia, povos indígenas e questão agrária	12	6	50,0%
GT 63: Movimentos sociais e reforma agrária	22	11	50,0%
GT 64: O espaço agrário e sua diversidade de sujeitos: possíveis abordagens teórico-metodológicas da Geografia Agrária	8	6	75,0%
GT 67: Por uma Geografia anticolonial: conflitos territoriais, resistências e autonomia dos povos indígenas e comunidades tradicionais	30	11	36,7%
GT 69: Questão agrária, campesinato e agroecologia	25	13	52,0%
GT 71: Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e apropriação dos recursos naturais	17	9	52,9%
Total	247	125	50,6%

Fonte: XV Enanpege (2023); Realize (2023). Elaborado por Cezar Barros.

Agrupamos nove GTs na categoria de Geografia Física e Geotecnologias, definida através de termos como “clima”, “costeira”, “geotecnologias”, “geomorfologia” e “natureza”. Destacam-se os GTs 06 e 51, com mais de 20 trabalhos publicados cada, considerando o total de 94 publicações nos anais (Tabela 6). Comparando as categorias definidas nesta análise à clássica divisão entre Geografia Humana e Geografia Física, é nítida para nós a baixa representação da última no XV Enanpege.

Tabela 6 – Grupos de Trabalho de Geografia Física e Geotecnologias

Grupos de trabalho	Trabalhos aprovados	Publicações anais	% publicações/ aprovados
GT 04: Análise geográfica do clima	23	12	52,2%
GT 06: Biogeografia e geocologia da paisagem	36	23	63,9%
GT 11: Dinâmicas costeira e fluvial: interações e processos	13	5	38,5%
GT 24: Geografia costeira e marinha: dinâmica, conflitos, planejamento e gestão	18	4	22,2%
GT 28: Geografia do clima	9	5	55,6%
GT 49: Geomorfologia e práticas de recuperação de áreas degradadas	21	11	52,4%
GT 51: Geotecnologias e métodos de representação na análise espacial	36	22	61,1%
GT 65: Os climas das cidades e as relações sociedade/natureza	19	4	21,1%
GT 75: Uso das (geo)tecnologias na modelagem, representação e análise do espaço: discussão crítica acerca de sua aplicação na pesquisa e no ensino	13	8	61,5%
Total	188	94	50,0%

Fonte: XV Enanpege (2023); Realize (2023). Elaborado por Cezar Barros.

Com sete GTs, a categoria de Geografia Política teve 162 trabalhos aprovados e 77 publicações nos anais (Tabela 7). As palavras-chave identificadas nesse caso foram “conflitos”, “política”, “geopolítica” e “poder”. Destacamos o GT 56, com 61,8% de seus trabalhos publicados (21), e cuja classificação

caberia também às “Geografias Físicas” devido à discussão ambiental e ao caráter interdisciplinar. Prezamos pela discussão política e social que este campo desenvolve ao determinar esta categoria.

Tabela 7 – Grupos de Trabalho de Geografia Política

Grupos de trabalho	Trabalhos aprovados	Publicações anais	% publicações/ aprovados
GT 05: Apropriação e conflitos pelo uso da água na América Latina	22	10	45,5%
GT 30: Geografia do crime e da violência	13	3	23,1%
GT 36: Geografia e poder: conflitos, resistências e resiliências	32	18	56,3%
GT 37: Geografia e relações internacionais: geopolítica e geoeconomia em um mundo em transformação	24	11	45,8%
GT 41: Geografia política, geopolítica e gestão do território	23	8	34,8%
GT 42: Geografia, ambiente e território no século XXI: perspectivas analíticas em ecologia política	14	6	42,9%
GT 56: GT ecologia política e Geografia Ambiental	34	21	61,8%
Total	162	77	47,5%

Fonte: XV Enanpege (2023); Realize (2023). Elaborado por Cezar Barros.

A categoria definida como Geografia da Educação e do Ensino (Tabela 8), com 9 GTs, é a que apresentou a maior quantidade absoluta de trabalhos aprovados (292) e de publicações em anais (151). O GT 55 teve 79 resumos aprovados e 42 trabalhos completos publicados. Destaca-se também a taxa de publicação de 81% dos trabalhos aprovados no GT 07. Entre os termos mais recorrentes estão “escolar”, “ensino”, “educação” e “políticas”.

Tabela 8 – Grupos de Trabalho de Geografia da Educação e do Ensino

Grupos de trabalho	Trabalhos aprovados	Publicações anais	% publicações/ aprovados
GT 07: Cartografia escolar	21	17	81,0%
GT 09: Crianças, infâncias e geografias	17	4	23,5%
GT 20: Formação docente, ensino de Geografia e o livro didático	47	26	55,3%
GT 34: Geografia e educação: políticas educacionais, docências, espacialidades escolares	43	18	41,9%
GT 40: Geografia escolar, políticas curriculares neoliberais e resistências	31	13	41,9%
GT 55: Ensino de Geografia	79	42	53,2%
GT 57: Inclusão na educação geográfica: legislação, demandas, desafios e experiências	16	12	75,0%
GT 58: Interações universidade e escola na educação geográfica	18	8	44,4%
GT 60: Linguagens e educação geográfica	20	11	55,0%
Total	292	151	51,7%

Fonte: XV Enanpege (2023); Realize (2023). Elaborado por Cezar Barros.

O termo “região” e seus derivados aparecem em poucos títulos de grupos de trabalho. Além dele, agregamos à categoria de Geografia Regional e Econômica os oito GTs nomeados por termos como “técnica”, “produção”, “inovação” e “economia”, com 215 trabalhos aprovados e 94 publicações (Tabela 9). Definimos como parte dessa categoria o GT 27, de Geografia das energias, devido à sua preocupação central com a produção e o uso de sistemas energéticos, como define sua ementa.

Tabela 9 – Grupos de Trabalho de Geografia Regional e Econômica

Grupos de trabalho	Trabalhos aprovados	Publicações anais	% publicações/ aprovados
GT 10: Desenvolvimento regional, redes técnicas e reestruturação produtiva e financeira	30	20	66,7%
GT 21: Formações socioespaciais: progresso técnico no espaço urbano e agrário	27	15	55,6%
GT 27: Geografia das energias	21	8	38,1%
GT 29: Geografia do conhecimento e da inovação	21	6	28,6%
GT 39: Geografia econômica e economia política do território	35	13	37,1%
GT 52: Globalização e regionalização: (des) integração, desigualdades e resistências socioespaciais	18	10	55,6%
GT 66: Planejamento, gestão e produção do espaço	40	15	37,5%
GT 70: Região, regionalização e políticas territoriais: escalas, experiências, sujeitos	23	7	30,4%
Total	215	94	43,7%

Fonte: XV Enanpege (2023); Realize (2023). Elaborado por Cezar Barros.

Como termos mais relevantes para definirmos os grupos da Geografia Cultural, elencamos “cultura”, “cultural”, “patrimônio”, “arte” e “turismo”. Esta categoria foi representada por 10 GTs, 255 resumos aprovados e 122 publicações (Tabela 10). Destaca-se o GT 44, com 19 trabalhos publicados, o equivalente a 63,3% dos resumos aprovados.

Tabela 10 – Grupos de Trabalho de Geografia Cultural

Grupos de trabalho	Trabalhos aprovados	Publicações anais	% publicações/ aprovados
GT 14: Enfoques geográficos sobre a cultura: conceitos, teorias e métodos	27	15	55,6%
GT 15: Espaço, cultura e diferença: as dimensões étnicas, sociais e ambientais dos sujeitos e dos conflitos socioespaciais	37	17	45,9%
GT 25: Geografia cultural: mudanças, permanências e perspectivas dos saberes nas relações socioculturais, ambientais e o bem viver	32	13	40,6%
GT 35: Geografia e patrimônio cultural: cidade, imagem, patrimônio	27	13	48,1%
GT 43: Geografia, cultura, religiosidade e saberes populares	26	11	42,3%
GT 44: Geografia, literatura e arte: por uma educação geoliterária em tempos desafiadore	30	19	63,3%
GT 45: Geografia, música e sons	10	4	40,0%
GT 50: Geopatrimônio e geoconservação	30	17	56,7%
GT 73: Turismo e dinâmicas socioterritoriais contemporâneas	18	7	38,9%
GT 74: Urbanização, turismo e meio ambiente	18	6	33,3%
Total	255	122	47,8%

Fonte: XV Enanpege (2023); Realize (2023). Elaborado por Cezar Barros.

Definida a partir dos termos “epistemologia”, “história”, “método” e “teoria”, a categoria de Método e Epistemologia em Geografia foi a que teve menor participação no evento, seja em termos relativos ou absolutos, com apenas 110 trabalhos aprovados e 48 publicados em cinco GTs (Tabela 11), além da baixa taxa de publicação de seus autores, como um todo.

Tabela 11 – Grupos de Trabalho de Método e Epistemologia em Geografia

Grupos de trabalho	Trabalhos aprovados	Publicações anais	% publicações/ aprovados
GT 18: Filosofia e epistemologia da Geografia	28	15	53,6%
GT 48: Geografias, giro descolonial e epistemologias do sul	27	10	37,0%
GT 53: Grupo de trabalho em história da Geografia	23	8	34,8%
GT 54: Grupo de trabalho Geografia Histórica	14	8	57,1%
GT 72: Teoria e método	18	7	38,9%
Total	110	48	43,6%

Fonte: XV Enanpege (2023); Realize (2023). Elaborado por Cezar Barros.

A categoria de Geografias de Gênero, Raça e População teve um total de 220 trabalhos aprovados e 100 publicados (Tabela 12). Consideramos como palavras-chave termos como “gênero”, “feministas”, “negras”, “população”, “trabalho” e “saúde”. Esta foi a categoria mais difícil de ser delimitada, uma vez que a maioria dos GTs apresentados constituem, sozinhos, categorias próprias, autônomas e/ou pioneiras na Geografia. Insistimos na necessidade desta concessão para que os dados do evento possam ser apresentados no formato textual. Destacamos aqui o GT 47, de Geografias Negras, com 21 trabalhos publicados.

Tabela 12 – Grupos de Trabalho de Geografias de Gênero, Raça e População

Grupos de trabalho	Trabalhos aprovados	Publicações anais	% publicações/ aprovados
GT 22: Fronteiras geofeministas – as geografias das lutas contra o capitalismo e o patriarcado no Brasil profundo	25	9	36,0%
GT 26: Geografia da população: contribuições teórico-metodológicas e perspectivas de intervenção	19	9	47,4%
GT 31: Geografia do trabalho	30	17	56,7%
GT 33: Geografia e diversidade: gêneros, sexualidades, etnicidades e racialidades	41	17	41,5%
GT 38: Geografia e saúde	26	12	46,2%
GT 47: Geografias negras	39	21	53,8%
GT 59: Juventudes em suas espacialidades: diferenças, diversidades e desigualdades	17	6	35,3%
GT 68: Processos migratórios no Brasil e América Latina: análises e tendências	23	9	39,1%
Total	220	100	45,5%

Fonte: XV Enanpege (2023); Realize (2023). Elaborado por Cezar Barros.

Retomamos nosso diálogo com Sousa Neto (2014) para reforçar que não temos a pretensão de classificar os GTs entre os mais ou menos produtivos, ou entre aqueles que possuem autores mais ou menos fiéis de acordo com os dados quantitativos de participação ou publicação de cada um. São reconhecidas as dificuldades que os pós-graduandos enfrentam em suas práticas de pesquisa cotidianas, bem como para comparecer presencialmente a um evento nacional, com os diversos custos que isso implica.

Ainda assim, os números apresentados neste tópico indicam tendências e possibilidades impossíveis de serem endereçadas neste texto. A quantidade de GTs indica a grande pluralidade e potência da Geografia brasileira, seja em suas categorias clássicas ou pioneiras, ao mesmo tempo que há a possibilidade de diálogo entre GTs com baixa participação. As informações podem ajudar a refletir sobre o próprio modelo de grupos de trabalho em comparação a outras formas de submissão de pesquisas, entre outras questões que poderiam ser discutidas a partir das informações compartilhadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar situações complexas através dos números pode ser uma grande armadilha, apagando qualquer subjetividade e simplificando a explicação de forma arbitrária. Também compreendemos que as metodologias utilizadas e discutidas ao longo do texto possuem falhas e são incapazes de representar a realidade.

Mais do que fazer análises conclusivas e estabelecer causas e consequências dos dados que apresentamos aqui, nosso objetivo é fomentar o debate sobre a importância do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia em sua capacidade de atração e acessibilidade para públicos de diferentes gêneros, estágios de formação, estados de consolidação dos programas de origem, distância do lugar de sede do evento, entre outros.

Se há uma consideração que podemos fazer é a de que a Geografia brasileira é robusta, mas ainda é um campo altamente concentrado, assim como toda a estrutura universitária nacional, ainda que existam hoje cursos em consolidação em todas as unidades da Federação e que se fazem ser representados nos encontros.

Que este texto seja instrumental para organizadores de eventos futuros que procurem dados concretos relativos aos encontros da pós-graduação em Geografia no Brasil. E que sirva de registro para a memória coletiva de todos que participaram do XV Enanpege, em Palmas, desde os alunos da graduação que trabalharam na monitoria até participantes que apresentaram trabalhos ou propuseram e construíram os grupos de trabalho na condição de avaliadores.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA (ANPEGE). **Programas associados à Anpege**. Rio Claro, 2023.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Dados Abertos Capes**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/>. Acesso em: 19 jan. 2024.

GERARDI, Lucia Helena. O. Anpege: o resgate de uma história. **Revista da Anpege**, Curitiba, v. 1, nº 1, p. 9-16, 2003.

LENCIONI, Sandra. Linhas de pesquisa da pós-graduação em geografia. Mudanças, esquecimentos e emergência de (novos) temas. **Revista da Anpege**, [S. l.], v. 9, nº 11, p. 5-19, 2013. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6487>. Acesso em: 2 fev. 2024.

MENDONÇA, Francisco. Temas, tendências e desafios da geografia na pós-graduação brasileira. **Revista da Anpege**, [S. l.], v. 2, nº 2, p. 7-20, 2005. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6608>. Acesso em: 2 fev. 2024.

REALIZE EVENTOS CIENTÍFICOS E EDITORA (REALIZE). **Relatório Enanpege**. Campina Grande, 2023.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes. Breve Ensaio em Memória dos números de pós-graduação em geografia no Brasil. **Revista Geonordeste**, v. 1, p. 4-14, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de; CHAVES, Rafael L. L. L.; TAVARES, Thiago R. R.; VIEIRA, Thiago W. de M. Coautoria ou orientação? Algumas questões éticas e científicas envolvidas na colaboração acadêmica entre orientadores e orientandos. **Revista da Anpege**, [S. l.], v. 14, nº 24, p. 179-195, 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/8866>. Acesso em: 2 fev. 2024.

SUERTEGARAY, Dirce Maria A. Rumos e rumores da pós-graduação e da pesquisa em geografia no Brasil. **Revista da Anpege**, [S. l.], v. 3, nº 3, p. 11-19, 2007. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6603>. Acesso em: 2 fev. 2024.

SUERTEGARAY, Dirce Maria A. A expansão da pós-graduação em geografia e a Anpege. **Revista da Anpege**, Curitiba, v. 1, p. 17-34, 2003.

TEIXEIRA, Vanessa. Perspectivas da pós-graduação em geografia no Brasil: considerações a partir das edições do Enanpege (1995/2013). **Revista Tamoios**, [S. l.], v. 15, nº 1, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/36578>. Acesso em: 1º fev. 2024.

XV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA (XV Enanpege). **Grupos de Trabalho**. Palmas, 2023. Disponível em <https://www.Enanpege.com.br/grupos-de-trabalho>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CAPA

SUMÁRIO

SAÚDE MENTAL E CONDIÇÕES DE PESQUISA NA PÓS-GRADUAÇÃO

Algumas considerações para o debate¹

JOSÉ RENATO RIBEIRO

Primeiramente, agradeço à organização do XV Enanpege pela oportunidade em apresentar este texto, fruto das reflexões feitas para, durante e após a mesa-redonda “Saúde mental e condições de pesquisa na pós-graduação”. Essa atividade, realizada em uma tarde quente de terça-feira na cidade de Palmas (TO), contou com as contribuições da Dra. Gleys Ially Ramos dos Santos, docente da Universidade Federal do Tocantins, e da M.a. Viviane Ferreira Batista Leitão, integrante da Associação Brasileira de Mulheres nas Geociências (GeoMamas).

Tratar dos temas “saúde mental” e “condições de pesquisa na pós-graduação” não é uma tarefa fácil. Além de importantes, são dois temas intimamente vinculados e que figuram entre as principais angústias dos discentes da

1 Agradeço aos colegas da Comissão Discente eleita no Fórum Discente do XIV Enanpege, realizado virtualmente em outubro de 2021. Muito obrigado ao César Freitas Barros (PPGH/USP e representante discente na Diretoria da Anpege – gestão 2022-2023), Brendo Francis Carvalho (PPGG/UEPG – Ponta Grossa-PR), Estêvão Botura Stefanuto (PPGG/Unesp – Rio Claro-SP), João Alves de Souza Neto (PPGGeo/Unicamp – Campinas-SP) e Mara Íris Barreto Lima (PPGEO/UFS – São Cristóvão – SE). Agradeço também ao Edson Alves da Silva Junior, ao Estêvão Botura Stefanuto e à Jéssica Aparecida Correa pelas contribuições feitas na discussão deste texto. Um agradecimento especial faço à Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz (USP), que durante a seção de perguntas da mesa “A geografia brasileira e os desafios da pós-graduação” questionou o fato de os presentes discutirem os desafios da pós-graduação na dimensão dos indicadores e métricas, mas sem considerar a dimensão da qualidade de vida dos pós-graduandos.

pós-graduação. Importante ressaltar que esta foi a primeira mesa com esse tema na história do Enanpege, o que indica não só a relevância, como também a urgência em se debater a qualidade das relações estabelecidas no ambiente do ensino superior brasileiro. Esse ambiente não está alheio às desigualdades que atravessam e estruturaram a sociedade brasileira, que é caracterizada pela desigualdade de classe, raça, gênero, sexualidade e deficiência.

Dito isso, o objetivo do presente texto é apresentar algumas considerações sobre os temas em questão. Para tanto, serão utilizados os dados disponibilizados no Geocapes para caracterizar a distribuição dos estudantes de pós-graduação de modo geral e na Geografia, além das considerações apresentadas no “Dossiê Florestan Fernandes”, estudo encomendado pela Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG) e publicado em junho de 2023.

Considero necessário esclarecer que, assim como feito na mesa-redonda, o texto aqui apresentado, como consta em seu título, propõe algumas considerações para o debate sobre saúde mental e condições na pós-graduação a partir de leituras referentes ao tema e discussões realizadas no espaço discente da pós-graduação. Considero esse esclarecimento importante para situar o leitor sobre a forma como o tema será abordado.

Dito isso, o texto está organizado em cinco seções, sendo a introdução a primeira. Na segunda seção tratamos, de forma geral, do tamanho da pós-graduação no Brasil com base nos dados Geocapes. Na terceira seção abordamos a saúde mental e políticas públicas de prevenção para a sua garantia. Na quarta seção descrevemos os resultados principais do “Dossiê Florestan Fernandes” para tratar o ambiente da pós-graduação no Brasil. Por fim, apresentamos as considerações finais.

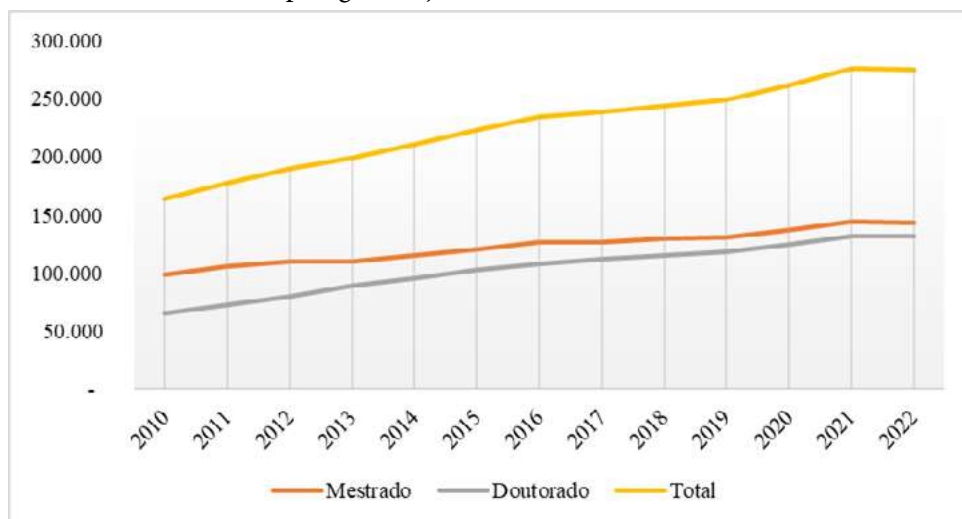
O TAMANHO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: DADOS GERAIS

O Geocapes é o Sistema de Informações Georreferenciadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e considera os programas de pós-graduação de instituições públicas e privadas de todo o país. Segundo dados disponibilizados na plataforma Geocapes e referentes ao ano de 2022, havia no Brasil 273.929 estudantes matriculados em programas de pós-graduação, dos quais 142.697 no mestrado e 131.232 no doutorado. Esse número interrompeu o período de crescimento na quantidade de matrículas, como pode ser observado no Gráfico 1.

Como pode ser observado no gráfico, o número de pós-graduandos no doutorado tem registrado crescimento, reduzindo a diferença em relação ao

número de pós-graduandos no mestrado. Em 2010, por exemplo, eram 98.611 matriculados no mestrado e 64.588 no doutorado, somando 163.199 matrículas. Esse número saltou para 222.257 matrículas em 2015 (sendo 120.050 no mestrado e 102.207 no doutorado) e 260.724 matrículas em 2020 (136.194 no mestrado e 124.530 no doutorado).

Gráfico 1 – Evolução do número de matrículas em programas de pós-graduação no Brasil (2010-2022)



Fonte: Geocapes (2024).

Vejam a seguir a distribuição regional das matrículas em programas de pós-graduação no Brasil em 2022 na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição regional das matrículas em Programas de pós-graduação no Brasil em 2022

Região	Mestrado		Doutorado	
	Quantidade	Participação (%)	Quantidade	Participação (%)
Sudeste	63.666	44,6	66.259	50,5
Sul	28.790	20,2	26.666	20,3
Nordeste	29.475	20,7	23.649	18,0

Região	Mestrado		Doutorado	
	Quantidade	Participação (%)	Quantidade	Participação (%)
Centro-Oeste	11.679	8,2	9.427	7,2
Norte	9.087	6,4	5.231	4,0
Brasil	142.697	100	131.232	100

Fonte: Geocapes (2024).

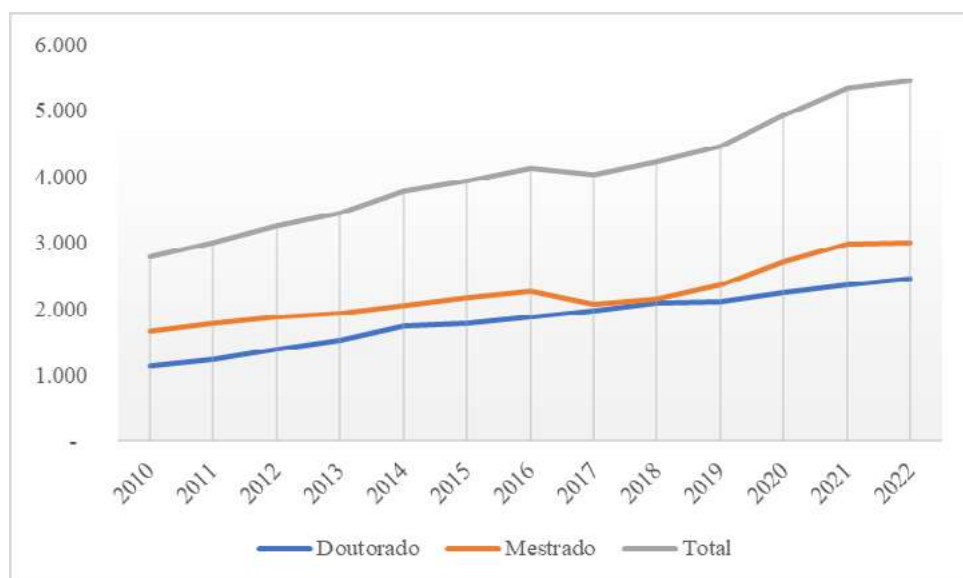
As regiões Sudeste e Sul no ano de 2022 somaram 92.456 matrículas no mestrado (64,8% do total) e 92.925 no doutorado (70,8% do total). A região Nordeste reunia 53.124 estudantes matriculados, no qual 20,7% no mestrado (superior à participação da região Sul) e 18% no doutorado.

As cinco unidades federativas com a maior quantidade de estudantes matriculados estão no Sudeste e no Sul do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. No estado de São Paulo está a maioria das matrículas dos dois níveis de formação da pós-graduação acadêmica (65.206 matrículas), sendo no mestrado 30.121 matriculados (21,1%) e 35.085 no doutorado (26,7%). Em seguida estão os estados do Rio de Janeiro com 34.729 matrículas ao todo, sendo 16.899 no mestrado e 17.830 no doutorado. Em Minas Gerais temos 26.433 estudantes matriculados (14.513 no mestrado e 11.920 no doutorado). Os programas de pós-graduação gaúchos contam com 25.225 matriculados (12.788 no mestrado e 12.437 no doutorado). No Paraná temos 18.917 matriculados na pós-graduação (10.077 no mestrado e 8.840 no doutorado).

Na região Nordeste, os estados com o maior número de estudantes matriculados são a Bahia (11.902 estudantes, sendo 6.341 no mestrado e 5.561 no doutorado) e Pernambuco (11.103 estudantes, sendo 5.760 no mestrado e 5.343 no doutorado). No Centro-Oeste, o Distrito Federal se destaca com 8.738 estudantes matriculados, sendo 4.310 no mestrado e 4.428 no doutorado. Por fim, na região Norte do país, o estado do Pará registrou em seus programas de pós-graduação 7.833 matrículas, das quais 4.530 no mestrado e 3.303 no doutorado.

Em relação aos números da pós-graduação em Geografia, temos um cenário de crescimento no período 2010 a 2022, com exceção de 2017, quando o número de matrículas no mestrado registrou redução. No Gráfico 2 podemos observar a evolução das matrículas no período.

Gráfico 2 – Evolução das matrículas em programas de pós-graduação em Geografia (2010-2022)



Fonte: Geocapes (2024).

De acordo com o gráfico, temos uma trajetória de crescimento no número de matrículas no mestrado, com exceção em 2017 e 2018, quando há uma queda nas matrículas dessa modalidade. No doutorado verifica-se crescimento sem interrupções consideráveis, mas a diferença em relação às matrículas do mestrado ainda é superior à registrada no âmbito geral da pós-graduação brasileira. Em 2010, os programas de pós-graduação em Geografia reuniam no total 2.777 estudantes matriculados, dos quais 1.656 estavam no mestrado e 1.121 no doutorado. Em 2016, são registradas 4.122 matrículas, sendo 2.058 no mestrado e 1.955 no doutorado. O número de matriculados no doutorado em 2017 aumentou para 1.955 estudantes, enquanto que o de mestrado caiu para 2.058 estudantes. Nos anos seguintes, os dois níveis voltaram a registrar aumento no número de matrículas, atingindo, em 2022, o número de 2.991 matrículas no mestrado e 2.442 no doutorado, somando assim 5.433, o maior número registrado até então.

Outro dado importante é a disponibilidade de bolsas de estudos, elemento essencial no sistema de pós-graduação e pesquisa brasileiro, como podemos observar na Tabela 2, que apresenta a distribuição regional das bolsas em 2022.

Tabela 2 – Distribuição regional das bolsas em programas de pós-graduação no Brasil em 2022

Região	Mestrado		Doutorado	
	Quantidade	Participação (%)	Quantidade	Participação (%)
Sudeste	19.674	44,7	25.505	50,3
Sul	9.719	22,1	11.410	22,5
Nordeste	8.667	19,7	8.498	16,8
Centro-Oeste	3.351	7,6	3.334	6,6
Norte	2.608	5,9	1.952	3,9
Brasil	44.019	100	50.699	100

Fonte: Geocapes (2024).

Segundo dados disponibilizados na plataforma Geocapes referentes ao ano de 2022, foram concedidas 94.718 bolsas de pós-graduação no país, sendo 44.019 de mestrado e 50.699 de doutorado. A pós-graduação no Brasil tem registrado nos últimos anos um processo de expansão no número de programas e, consequentemente, de estudantes. No entanto, a velocidade no aumento da quantidade de programas e estudantes não é acompanhada pelo aumento no número de bolsas, bem como de seu reajuste² pela principal agência de fomento³ ao ensino superior do país, que é a Capes.

Em 2022, a região Sudeste registrou 44,7% das bolsas de mestrado e 50,3% das bolsas de doutorado, seguida das regiões, Nordeste, Centro-Oeste e Norte. No mesmo ano o estado de São Paulo contou com 21,6% das bolsas de mestrado e 26,2% das bolsas de doutorado, seguido do Rio de Janeiro (11,8% do mestrado e 13,3% do doutorado), Rio Grande do Sul (10,8% do mestrado e 11,2% do doutorado), Minas Gerais (10,1% do mestrado e 9,7% do doutorado) e Paraná (7,4% do mestrado e 7,3% do doutorado).

-
- Os valores vigentes de bolsa de pós-graduação oferecidas pela CAPES são de R\$2.100 para o mestrado e R\$3.100 para o doutorado. Estes valores interromperam quase 13 anos sem reajuste, uma vez que, o último fora realizado em 2010, no qual os valores eram de R\$1.500 (mestrado) e R\$2.200 (doutorado).
 - Além da CAPES o sistema de fomento à pesquisa na pós-graduação envolve outras agências, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as fundações de fomento estaduais (FAPESP, FAPERJ, FAPEMIG, FAPT, FAPEMA, entre outras)

Os dados de 2022 por grandes áreas mostram que 15,2% do total de bolsas da pós-graduação (mestrado e doutorado juntos) estavam nas Ciências da Saúde, seguidas de Ciências Humanas (14,5%) e Ciências Agrárias (11,9%). Por fim, das 6.407 bolsas de mestrado na área de Ciências Humanas, 816 eram da Geografia (12,74% das bolsas de mestrado das Ciências Humanas). Já no caso do doutorado, de um total de 7.282 bolsas na área de Ciências Humanas, 754 eram da Geografia (10,35% do total da área).

SAÚDE MENTAL NA PÓS-GRADUAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO PARA A SUA GARANTIA

A saúde mental tem assumido visibilidade nos últimos anos. Desde 2014 é realizada a campanha Janeiro Branco, cujo objetivo é promover ações de prevenção e para os cuidados com a saúde mental. A iniciativa tem se expandido, sendo uma das diferentes campanhas realizadas no país dedicadas à saúde pública, assim como o Setembro Amarelo (prevenção ao suicídio), o Outubro Rosa (prevenção sobre o câncer de mama), o Novembro Azul (combate ao câncer de próstata) e o Dezembro Vermelho (prevenção ao HIV/Aids e outros tipos de IST).

Segundo o Ministério da Saúde brasileiro, a saúde mental pode ser considerada como “um estado de bem-estar vivido pelo indivíduo, que possibilita o desenvolvimento de suas habilidades pessoais para responder aos desafios da vida e contribuir com a comunidade” (Brasil, 2024). Este bem-estar envolve a interação de fatores biológicos, psicológicos e sociais, não devendo ser considerado como um problema meramente individual. Os problemas de saúde mental são problemas gerados pela coletividade, sendo assim, uma questão complexa e que não deve ser tratada como algo banal.

De acordo com o art. 6º da Constituição Federal de 1988, a saúde é um direito social, assim como a educação, a alimentação, a moradia e outros aspectos essenciais para o desenvolvimento social. A saúde mental está incluída na garantia do direito constitucional à saúde, cabendo ao Estado brasileiro a responsabilidade em oferecer as condições dignas de cuidado em saúde para toda população, como a implementação de políticas públicas, o estabelecimento de redes de proteção e o provimento de melhores condições de vida.

No país, é a Lei Federal nº 10.216/2001 que institui a Política Nacional de Saúde Mental, coordenada pelo Ministério da Saúde, e que tem, como peça central, a Rede de Atenção Psicossocial (Raps), sendo, assim, integrante do Sistema Único de Saúde e, portanto, pautado pelos princípios da universalidade, integralidade e equidade. A Raps é constituída por vários serviços de

saúde com finalidades e tipologias distintas, abrangendo, dessa forma, toda a complexidade que a saúde mental apresenta, como as pessoas com transtornos mentais (depressão, ansiedade, transtorno obsessivo-compulsivo etc.) e pessoas com dependência no uso de substâncias psicoativas (como álcool, cocaína, crack e outras drogas).

Como bem afirmam Gomes *et al.* (2023), a preocupação com a saúde do estudante universitário no Brasil se dá desde a década de 1950. No entanto, os serviços oferecidos eram precários, focados na saúde física dos estudantes, não contemplando de forma efetiva a saúde mental da comunidade estudantil. Soma-se a isso a escassez de políticas de assistência estudantil ou de saúde mental voltada para o estudante universitário, sendo prejudicadas pela indisponibilidade de recursos, bem como da falta de interesse ou incompreensão das instituições de ensino superior.

Um marco na discussão sobre a elaboração e implementação de políticas de promoção e apoio aos estudantes se deu com a criação do Fórum Nacional de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) em 1987. Esse fórum teve como objetivo apresentar ao Ministério da Educação (MEC) a Política de Promoção e Apoio ao Estudante. No decorrer dos anos, o fórum produziu diferentes estudos que indicam como a saúde mental foi sendo incorporada no debate das políticas públicas, como bem afirmam Gomes *et al.* (2023).

Em pesquisa realizada em 1994 pelo Fonaprace para identificar o perfil dos estudantes, apesar de não apresentar dados sobre a saúde mental do corpo discente, viu-se a oferta, por algumas instituições de ensino superior, de programas assistenciais de psicoterapia. Já em pesquisa realizada em 2004, alcançou-se dados mais específicos sobre saúde mental. Segundo o levantamento, “36,9% dos estudantes apresentaram dificuldade significativa ou crise emocional durante o último ano e 27,3% procuraram atendimento psicológico, e 5,5% buscaram atendimento psiquiátrico em algum período da vida” (Gomes *et al.*, 2023, p. 3).

Na pesquisa de 2011 o Fonaprace identificou que houve elevação significativa nos casos de estudantes que viveram crise emocional e nos casos em que houve procura de tratamento psiquiátrico e psicológico. Do conjunto de estudantes que respondeu ao questionário, 47,7% afirmaram ter apresentado crise emocional no último ano, 29% já procuraram atendimento psicológico, 11% já tomaram medicação psicotrópica (medicações que agem no sistema nervoso central, produzindo alterações de comportamento, no humor e na cognição), 10% procuraram atendimento psicopedagógico e 9% já procuraram atendimento psiquiátrico.

As pesquisas realizadas em 2014 e 2018 acrescentaram novos dados sobre saúde mental, como a ideação de morte e o pensamento suicida, tornando o tema mais urgente na agenda das políticas públicas. Nesse sentido, Gomes *et al.* (2023) afirmam que, graças ao movimento estudantil e ao Fonaprace, algumas políticas e programas com foco na permanência estudantil foram implementados nas instituições federais brasileiras de ensino superior, sendo eles: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni (implementado por meio do Decreto nº 6.069/2007), cujo objetivo era promover a ampliação do acesso e a permanência na educação superior pelo melhor aproveitamento da estrutura física e recursos humanos disponíveis nas universidades federais; e o Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes (instituído pela Portaria Normativa nº 39/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.234), que busca a viabilização da igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico. Importante esclarecer que o decreto que regulamentou o Pnaes não especificava a questão da saúde mental, mas garantiu que a assistência estudantil fosse foco de uma política pública ampla, envolvendo oferta de moradia estudantil, transporte, alimentação, cultura, creche etc.

A temática da saúde mental ganhou mais visibilidade e foi uma das pautas do Encontro Regional do Fonaprace, realizado em abril de 2018 na Universidade Federal do Paraná (UFPR), no qual buscou-se refletir de que forma a assistência estudantil se insere no contexto da saúde mental. Já em setembro do mesmo ano, na Universidade Federal do Pampa, foi realizado o Encontro Regional Sul do Fonaprace, no qual a depressão e o suicídio nas universidades foram debatidos no evento.

Diante desse breve histórico, vê-se que a temática da saúde mental, vista como foco de política pública, englobando todas as suas dimensões e causas de degradação, é relativamente nova no debate acadêmico. Com a pandemia da Covid-19, anunciada em 2020, toda a sociedade se deparou com uma conjuntura de restrições necessárias para conter o avanço dos casos de contaminação e morte. Essas restrições impossibilitaram que os estudantes mantivessem a regularidade de suas vidas, impactando negativamente a sua saúde mental.

Um estudo promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) com 5.985 participantes, distribuídos por todas as regiões do país, revelou o impacto da pandemia da Covid-19 nas atividades acadêmicas, bem como na saúde mental de estudantes de pós-graduação. Destes, quase 6 mil estudantes, 51%, estavam matriculados no mestrado, 43% no doutorado, ambos *stricto sensu* e 6% eram estudantes de cursos de especialização (*lato sensu*). Os resultados da pesquisa

indicaram que 45% dos estudantes foram diagnosticados com ansiedade generalizada; 17% com depressão durante o primeiro ano da pandemia; mais de 60% afirmaram ter crises de ansiedade e dificuldade para dormir; e 80% relataram falta de motivação e problemas de concentração.

O estudante de pós-graduação que já está inserido em um ambiente que tende a ser estressante, devido à pressão para ser produtivo e cumprir prazos, se viu pressionado por outro aspecto durante a pandemia, que é o natural ambiente de incertezas gerado por ela, potencializado pelo estado de medo e alerta constantes. Importante acrescentar que a situação política vivenciada no país e caracterizada pela adoção de políticas ultraliberais desarticulou o sistema de políticas públicas constituído até então. Os ataques ao sistema democrático, o negacionismo científico, a banalização da vida e a existência de um governo genocida também atuaram no agravamento do ambiente de incertezas. Nesse ambiente complexo, a procura pelo atendimento psicológico e o uso de medicamentos, muitas vezes sem prescrição, cresceram.

Segundo a pesquisa, cerca de 80% dos estudantes relataram ter feito algum tipo de mudança em seus projetos de pesquisa. Além disso, cabe destacar que a adaptação à nova realidade no estabelecimento das relações que passou a ser mediada por dispositivos eletrônicos e pela internet, como reuniões virtuais com orientadores e de aulas remotas, gerou desgaste nos estudantes.

O AMBIENTE DE PESQUISA NA PÓS-GRADUAÇÃO

O “Dossiê Florestan Fernandes”, estudo encomendado pela Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG)⁴ e publicado em junho de 2023, apresentou um amplo e detalhado conjunto de informações sobre a situação da pós-graduação brasileira, especificamente a pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado acadêmicos). Esse dossiê estava organizado em cinco tópicos, sendo eles: a relação entre pós-graduação e trabalho; a situação institucional dos pós-graduandos e pós-graduandas; a inserção internacional da pós-graduação brasileira; a análise de um questionário estruturado junto à rede da ANPG; e a sistematização de projetos de lei com proposições protéticas dos direitos dos pós-graduandos. Neste texto focaremos o primeiro tópico (relação entre pós-graduação e trabalho), mas endossamos a leitura do dossiê na íntegra devido a sua riqueza de informações.

4 Criada em 1984, como resultado da organização do Movimento Nacional de Pós-Graduandos (MNPG), mas oficialmente registrada em 1986, a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), de acordo com o art. 5º de seu estatuto, tem como objetivo reunir e representar os estudantes da pós-graduação brasileira, bem como a defesa dos interesses gerais dos pós-graduandos.

Discutir a relação entre pós-graduação e trabalho remete a pensarmos se o pós-graduando é estudante ou pesquisador, ou as duas condições. O dossiê levanta esse questionamento indicando a existência de uma condição híbrida do pós-graduando. Os pós-graduandos, sejam eles mestrandos ou doutorandos, são,

ao mesmo tempo, discentes e profissionais em período de aprofundamento da sua formação, ou seja, quadros qualificados da sociedade que atuam com atividade laboral de pesquisa como parte do processo de obtenção da titulação de mestrado ou doutorado. (Lizardo *et al.*, 2023, p. 9).

Qual o objetivo do profissional que busca este aprofundamento formativo? Em que condições se dá o aprofundamento da formação desses quadros qualificados? São questionamentos que o dossiê busca responder neste tópico para compreender como o pós-graduado é absorvido pelo mercado de trabalho.

Segundo Mattos (2013), podemos identificar duas situações ou objetivos distintos que levam o graduado a buscar o aprofundamento de sua formação na pós-graduação. Na primeira situação temos aqueles que buscam, com a titulação, a obtenção de vantagens classificatórias em concursos públicos e que não estão vinculados ao ambiente acadêmico, uma vez que já estão inseridos em postos de trabalho estáveis. Nesse grupo, podemos incluir, por exemplo, os professores da rede básica que buscam progressão de carreira. A outra situação é composta por aqueles que têm foco na atuação universitária, estando inseridos nesse processo já desde a graduação. Assim, segundo a autora, “alongar a escolarização em nível de mestrado ou doutorado acontece quase que por indução, sobretudo como forma de obter colocação profissional futura em uma universidade na condição de professor-pesquisador” (Mattos, 2013, p. 2).

Além disso, é importante ressaltar que é na área educacional, sobretudo no ensino superior, e na administração pública que se tem os principais destinos dos pós-graduados no país. No caso do ensino superior, cabe destacar que é na universidade que estão as poucas possibilidades de se exercer a atividade de pesquisa e que está acompanhada da atividade docente. Segundo os dados apresentados no dossiê da ANPG, a concentração dos quadros qualificados no setor educacional e na administração pública, importante para o desenvolvimento socioeconômico do país, contrasta com o que se observa nas atividades industriais, agropecuárias e de serviços. Esse contexto de insuficiência das forças produtivas nacionais em absorver profissionais qualificados e que queiram se dedicar à pesquisa científica tem por consequência a fuga de cérebros devido à dificuldade de fixação desses quadros qualificados no país (Lizardo *et al.*, 2023).

Temos assim um cenário de pouca expectativa de colocação no mercado de trabalho em funções adequadas à qualificação obtida. Diante da dificuldade em conseguir um posto correspondente à qualificação e da necessidade de ter uma fonte de renda, a opção acaba sendo o trabalho em funções que exigem uma qualificação inferior à alcançada, a realização de trabalho informal (como os “bicos”) e, mais recentemente, o trabalho por aplicativo (como o Uber e Ifood, por exemplo).

Em que condições se dá o aprofundamento da formação desses quadros qualificados? O ambiente de pesquisa da pós-graduação brasileiro não é homogêneo. Essa afirmação, apesar de óbvia, deve ser ressaltada ao considerarmos os fatores que caracterizam o bom e o mau ambiente de pesquisa. Tais fatores não se dão da mesma forma nas diferentes áreas do conhecimento e nas diferentes instituições. Dito isso, considerando que o ambiente universitário, já no nível da graduação, possui suas pressões, é no nível da pós-graduação que essa pressão se apresenta de forma complexa. Segundo Lizardo *et al.* (2023) e Glatz *et al.* (2023), são considerados fatores estressantes presentes no ambiente acadêmico e que prejudicam a saúde mental do pós-graduando: a) o excesso de tempo dedicado à pesquisa e que acaba envolvendo os finais de semana para o cumprimento de atividades acadêmicas; b) a ausência de escuta por parte das coordenações de curso sobre os problemas vivenciados pelos pós-graduandos; c) a falta de bolsas de estudos para que se possa garantir a dedicação ao desenvolvimento da pesquisa; d) a necessidade de conciliar estudo/pesquisa e outro trabalho; e) a exigência de alta produtividade, como a publicação de artigos científicos e a apresentação de trabalhos em eventos científicos; f) a relação conflituosa com o orientador; e g) os relacionamentos interpessoais insatisfatórios no próprio meio acadêmico, marcados pela competição entre colegas.

Esses fatores poderiam ser agrupados em cinco grandes grupos: questões acadêmicas (dificuldade de relacionamento com o orientador, o cumprimento de prazos, a insatisfação com o desempenho acadêmico), questões financeiras (falta de bolsas ou insuficiência do valor recebido), saúde (problemas já existentes e gerados durante ou devido à pós-graduação, ou seja, degradação da saúde mental), questões infraestruturais (ausência de espaço adequado, falta de acesso à internet, indisponibilidade de determinados livros e outros materiais necessários para a pesquisa) e familiares (maternidade, paternidade, necessidade de ajudar na renda ou outras responsabilidades na família).

Os fatores elencados são resultados de como a universidade, enquanto uma instituição social, é atravessada e estruturada por desigualdades sociais, como de classe, raça, gênero, sexualidade e existência de algum tipo de deficiência. Nesse sentido, podemos detalhar os fatores e observar

particularidades, como consta no dossiê Florestan Fernandes; por exemplo, as mulheres são mais expostas ao sofrimento psíquico; as mulheres brancas têm mais acesso a serviços de apoio psíquico do que as mulheres negras; apesar do crescimento no número de mulheres com títulos de pós-graduação (maior do que o registrado por homens), a presença de mulheres no mercado de trabalho formal é menor que a de homens; a remuneração média de mulheres tituladas é menor que a de homens com a mesma titulação (essa diferença varia de área de formação); apesar das políticas afirmativas empregadas (que ampliaram a oportunidade de acesso à pós-graduação), o número de pós-graduandos negros ainda é baixo (sendo ainda correto afirmar que, quanto maior o nível de escolaridade, emprego e salário, menor é a participação da população negra).

Destaque deve ser dado à constatação apresentada no dossiê sobre os resultados das políticas afirmativas e de diversidade implementadas na pós-graduação brasileira. Segundo o dossiê, a política afirmativa, apesar de garantir os dispositivos legais para o acesso de estudantes, não logrou atender também a permanência desses estudantes; a presença de indígenas também demanda uma adequação das políticas públicas de acesso e consequentemente permanência, mas também de uma correção ou adequação dos currículos; ainda vemos a baixa presença das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzidas e da população LGBTQIAPN+, mais especificamente das populações trans (transsexuais, travestis e transgêneros), que enfrenta obstáculos para o seu acesso e permanência.

Interessante identificar também quais fatores afetam a vida e o desempenho acadêmico do pós-graduando. Para tanto, o dossiê apresentou dados obtidos pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gemaa) e publicados em 2020, nos quais se investigou a relação entre raça e gênero com a saúde mental nas universidades federais. Segundo os dados coletados, para os homens brancos, a falta de disciplina para estudar e a carga extensiva de trabalho acadêmico estão entre os principais fatores que afetam a sua vida e o desempenho acadêmico do pós-graduando; para as mulheres brancas, esses fatores estão vinculados a problemas emocionais, falta de disciplina para estudar e carga extensiva de trabalho acadêmico; já para as mulheres pretas e pardas, os fatores são a dificuldade financeira, os problemas emocionais e a carga extensiva de trabalho acadêmico; e para os homens pretos e pardos, são identificados como fatores a dificuldade financeira, a falta de disciplina para estudar e o tempo de deslocamento para a universidade (Portela *et al*, 2020).

Esses fatores individuais, acadêmicos, institucionais e econômicos se inter-relacionam e devem ser desmembrados para identificar especificamente as motivações para cada um desses conjuntos e, consequentemente, a efetiva adoção de

ações por parte dos programas e de suas respectivas instituições para a melhoria dessas condições. Alguns desses fatores independem das coordenações dos programas, devido à falta de recursos, como no caso da falta de bolsas (a distribuição de bolsas para os programas pela Capes segue critérios específicos) e da infraestrutura (existe grande desigualdade infraestrutural entre os programas de pós-graduação das instituições de ensino superior públicas do país).

Dentre as questões que são atribuições das coordenações, está a avaliação de casos de dificuldades de relacionamento entre orientador e pós-graduando e o acompanhamento dos problemas vivenciados pelos estudantes dentro do ambiente acadêmico do programa. Outros problemas, como o assédio, envolvem a articulação ou o acionamento de diferentes instâncias (acadêmicas e/ou policiais). Além disso, por mais que existam instâncias dentro dos programas de pós-graduação (como a coordenação e o conselho de curso) e das instituições (conselhos, comissões, ouvidoria, diretorias etc.), o receio e o medo de sofrer algum tipo de punição prejudica o registro de casos, gerando uma subnotificação.

Soma-se neste debate um elemento que toca diretamente na capacidade de organização dos estudantes. Situações de pressão sobre aqueles que participam do movimento estudantil, bem como a aplicação de represálias, podem resultar no afastamento de outros estudantes da vida ativa e política proporcionada pelo movimento que, como sabemos, é essencial para a sustentação de uma universidade e, conseqüentemente, de uma sociedade democrática.

Assim, cabe o questionamento sobre quais as ações que devem ser tomadas para combater a prática do assédio nas universidades. Buscando apresentar propostas, Almeida (2023) afirma que é necessário que sejam constituídas estruturas de acolhimento e apoio, às vítimas, bem como de registro e investigação dos casos. Para tanto, é imperativo que essas estruturas contem com espaço adequado e equipe capacitada, elementos essenciais para a boa condução dos protocolos que tais situações exigem. A autora destaca também a necessária conscientização do problema e o oferecimento de programas de prevenção. São ações que devem ser tomadas para a transformação da relação entre os sujeitos que fazem uso do espaço acadêmico, sejam eles, docentes, servidores, graduandos e pós-graduandos, buscando a construção de um contexto de trabalho mais colaborativo, produtivo e saudável na universidade (Pinzón *et al*, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: E A GEOGRAFIA

Dito isso, o objetivo do presente texto foi apresentar algumas considerações sobre a questão saúde mental e sobre as condições de pesquisa na pós-graduação. Trata-se de um tema complexo e que deve ser continuamente

abordado nos eventos acadêmicos, como ocorrido no XV Enanpege. É essencial que a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege), entidade que reúne 79 programas de pós-graduação em Geografia brasileiros (sendo três de outras áreas não exclusivas em Geografia), reconheça a necessidade do tema e apoie o avanço desse debate nos programas filiados.

Qual o objetivo do profissional geógrafo ao buscar o aprofundamento na qualificação oferecido pelo mestrado e pelo doutorado? Em que condições se dá o aprofundamento da formação desses quadros qualificados na Geografia? Como os fatores estressantes se configuram no ambiente da pós-graduação em Geografia? É possível observar diferenças entre instituições e entre as regiões? Quais as possibilidades de reversão do quadro de aumento dos casos de degradação da saúde mental do pós-graduando em Geografia? Será que a pós-graduação (de modo geral e a da Geografia) deve ser rígida ao ponto de prezar por uma produção científica (número de artigos, citações, premiações etc.) em detrimento da qualidade da formação do sujeito em sua integralidade?

Nesse sentido, recorreremos a alguns dos objetivos da associação – a constante defesa da pós-graduação e pesquisa em Geografia no Brasil, a promoção da integração dos programas de pós-graduação em Geografia e a congregação de docentes, pesquisadores e discentes de pós-graduação em Geografia e áreas afins – para que a entidade coloque o tema da saúde mental e das condições de pesquisa na pós-graduação (em Geografia) na sua pauta de debates junto aos programas filiados e que incentive que estes também discutam internamente, envolvendo os discentes nesse processo. É necessário que a pós-graduação em Geografia tenha o seu próprio levantamento sobre a saúde mental e das condições de pesquisa que envolve os pós-graduandos e seus orientadores.

Além disso, apesar das tentativas de fugir do modelo neoliberal na educação, o sistema de pós-graduação ainda mantém certas métricas que resultam em uma produção *just in time* (no momento certo) e que não permite o tempo “lento” da criatividade, assim como a ideia de que o ensino universitário, sobretudo no que tange à formação docente, deve prezar pela formação humana em sua integralidade. Nesse ponto, cabe uma outra reflexão interessante: o que é produtivismo e produtividade na Geografia? Como esses dois elementos afetam a vida do pós-graduando e de seu orientador? São questões que devem ser retomadas e discutidas por todos aqueles que estão envolvidos no ambiente acadêmico, sobretudo na pós-graduação.

Dito isso, torna-se necessário que novos instrumentos de avaliação da produção científica sejam construídos, respeitando a diversidade de determinadas áreas científicas, bem como a diversidade regional. Em suma, é necessário

reconhecer e debater que a lógica de “pasteurização” da ciência incide com grande impacto sobre a saúde mental de todos os envolvidos, e nutrir esse sistema é manter um dos pilares do adoecimento mental no século XXI.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Heloísa B. O que fazer para evitar o assédio nas universidades? **Jornal da USP**, São Paulo, 20 abr. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/articulas/heloisa-buarque-de-almeida/o-que-fazer-para-evitar-o-assedio-nas-universidades/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL (Ministério da Saúde). **Saúde Mental**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental>. Acesso em: 30 jan. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Pesquisa identifica altos níveis de ansiedade e depressão em pós-graduandos durante a pandemia**. Disponível em: <https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/?q=noticia/67451#:~:text=Segundo%20os%20pesquisadores%2C%20estudos%20anteriores,import%C3%A2ncia%20de%20servi%C3%A7os%20de%20acolhimento>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GEOCAPES – **Sistema de Informações Georreferenciadas** – CAPES. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GLATZ, Emanoela T. M. M.; YAEGASHI, Solange F. R.; OLIVEIRA, Terezinha.; PERIN, Conceição S. B. Da felicidade epicurista à mortificação do desempenho: o sofrimento psíquico na pós-graduação *stricto sensu*. **Aprender**, Vitória da Conquista, v. 1, p. 198-213, 2023.

GOMES, Lucélia M. L. S.; LEITÃO, Heliane A. L.; SANTOS, Kyssia M. C.; ZANOTTI, Susane V. Saúde mental na universidade: ações e intervenções voltadas para os estudantes. **Educação em Revista (online)**, v. 39, p. e40310, 2023.

LIZARDO, Elisângela.; BONONE, Luana M.; OLORRUMA, Dan.; FAIRBANKS, Cristiane.; SOUZA, Euzébio J. S. In: LIZARDO, Elisângela. (org.). **Dossiê Florestan Fernandes: pós-graduação e trabalho no Brasil: ANPG/CEMJ**, 2023.

MATTOS, Valéria B. Educação formal para o mercado de trabalho informal: inserção profissional de jovens mestres e doutores formados na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 7, p. 1, 2013.

PINZÓN, Juanita.; SANCHEZ, Guilherme; MACHADO, Wagner L.; OLIVEIRA, Manoela Z. Barreiras à Carreira e Saúde Mental de Estudantes de Pós-graduação. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 21, p. 189-201, 2020. Citações:1

PORTELA, Poema E.; FERES JÚNIOR, João.; FREITAS, Jefferson B. Raça, gênero e saúde mental nas Universidades Federais. **Boletim de Pesquisa GEMAA**, nº 8, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2020/07/Boletim-Sa%C3%BAde-Mental.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

POSSIBILIDADES E AUSÊNCIAS DAS CORPOREIDADES NOS ENCONTROS CIENTÍFICOS

Um panorama do XV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

VIVIANE FERREIRA BATISTA LEITÃO
MARION FREITAS NEVES
CAROLINA CAVALCANTE
LARYSSA DOS SANTOS MATOS
LUNA GRIPP SIMÕES ALVES
CRISTIANE CASTRO GONÇALVES
ROSALINE CRISTINA FIGUEIREDO E SILVA

Os encontros científicos são momentos nos quais a comunidade de determinada área de conhecimento tem a oportunidade de compartilhar experiências, estabelecer parcerias, colaborações, conhecer pesquisas e trabalhos de colegas. No entanto, determinados grupos acabam, muitas vezes, sub-representados em eventos acadêmicos e, por consequência, na produção científica.

Quanto maior o espectro de diversidade de participantes em um evento, mais diversa e inclusiva será a ciência e menos sujeita a vieses de grupos específicos. Partindo desse pressuposto, indaga-se: Como a pesquisa em geografia e/ou geociências colabora com a inclusão na produção do conhecimento geográfico? Como colabora para a inclusão dos espectros de gêneros e culturas de grupos sub-representados, tais como mães, público LGBTQIAPN¹, indígenas, quilombolas, dentre outros? Estas são perguntas que precisam de respostas a partir das diversas corporeidades que compõem o ser e o fazer geográficos.

Ressalta-se ainda que, dentre as diferentes estratégias para a estruturação de redes de colaboração, no contexto particular das geociências, tem-se a

1 Sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais.

necessidade da realização de trabalhos de campo, que são essenciais para a coleta de dados, para o desenvolvimento de competências e do conhecimento (Vila-Concejo *et al.* 2018). Contudo, embora ao contribuírem para o estabelecimento de redes de pesquisa esses trabalhos impliquem diretamente no aumento da produção científica, muitas vezes refletem contextos onde as mulheres são preteridas, e isso se agrava para aquelas que são mães (Vila-Concejo, *et al.* 2018; Batista Leitão *et al.* 2023).

Visando minimizar tais assimetrias acadêmicas, a Associação Brasileira de Mulheres nas Geociências (ABMGeo), por meio da GeoMamas (Rede de Mães Geocientistas), auxilia no desenvolvimento de estratégias para acolhimento e inclusão desse grupo, em particular nos eventos geocientíficos. O *Guia de Acolhimento GeoMamas* e a adesão aos *Selos de Acolhimento* são algumas das estratégias para a construção de ambientes mais diversos (Batista *et al.*, 2021). Para o XV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Enanpege), a ABMGeo/GeoMamas elaborou um “Questionário de acolhimento e inclusão”, que foi disponibilizado no *site* oficial do evento, com o objetivo de entender quais as necessidades e o perfil de seus participantes. Os dados levantados a partir das respostas a este questionário são então apresentados aqui, para que sejam um instrumento de conhecimento e entendimento do público que participou, ou que desejou participar, do encontro.

Esperamos que os dados auxiliem na proposição de iniciativas de inclusão para as próximas edições do Enanpege, uma vez que foram detectadas diferentes demandas, devido à heterogeneidade dos perfis das pessoas inscritas. Ainda, esperamos contribuir para a participação daqueles que não se inscreveram devido a obstáculos que poderiam ser superados com iniciativas de acolhimento e inclusão bem planejadas e executadas. Para que os impedimentos desta edição possam ser superados e para que a próxima seja mais diversa, reforçamos a importância de uma comissão de acolhimento e inclusão na organização dos eventos futuros.

As questões de inclusão aqui trabalhadas são reflexo do sentimento de pertencimento e acolhimento do maior número possível de grupos e suas interseccionalidades. Iniciativas de acolhimento e inclusão impactam positivamente a saúde mental de *graduandxs*, *pós-graduandxs* e *pesquisadorxs*, que têm que lidar, muitas vezes, com o desgaste emocional ocasionado por falas, linguagens e contextos sexistas, permeados por preconceitos. Considerando especificamente a questão de gênero, entendemos a equidade como a provisão de recursos e oportunidades que abordem as desigualdades e produzam um contexto de possibilidade de concorrência equitativa, onde gênero pode ser traduzido como um espectro não binário (Vila-Concejo *et al.*, 2018).

A corporeidade aqui é tratada como relativa ao corpo associado a um contexto político onde existem relações complexas de poder que o marcam e o moldam (Foucault, 1987), sem, no entanto, deixar de lado o corpo como possibilidade de expressão da cidadania, conforme Santos (1996, p. 134):

Penso haver três dados centrais para entender essas questões de preconceito, do racismo e da discriminação. O primeiro é a corporalidade, o segundo é a individualidade e o terceiro é a questão da cidadania. São as três questões que vão ser a base da maneira como estamos juntos, da maneira como nos vemos juntos, da maneira como pretendemos continuar juntos. Resumindo, a corporalidade inclui dados objetivos, a individualidade inclui dados subjetivos e a cidadania inclui dados políticos e propósitos jurídicos. A corporeidade nos leva a pensar na localização (talvez pudéssemos chamar de lugaridade), a mobilidade, a destreza de cada um de nós, isto é, a capacidade de fazer coisas bem ou mal, muito ou pouco e as possibilidades daí decorrentes. E aí aparece em resumo o meu corpo, o corpo do lugar, o corpo do mundo. Eu sou visto, no meio, pelo meu corpo. Quem sabe o preconceito não virá do exame da minha individualidade, nem da consideração da minha cidadania, mas da percepção da minha corporalidade.

Nesse contexto, o levantamento de informações é um primeiro passo para estabelecer um panorama e propor iniciativas e ações que promovam a inclusão da diversidade de grupos em eventos científicos. Assim, o questionário de demandas divulgado no *site* do XV Enanpege teve como objetivo entender esse público e suas demandas e também aqueles que deixaram de se inscrever por obstáculos relativos à inclusão e ao acolhimento.

QUESTIONÁRIO DE DEMANDAS: UM PANORAMA DO XV ENANPEGE

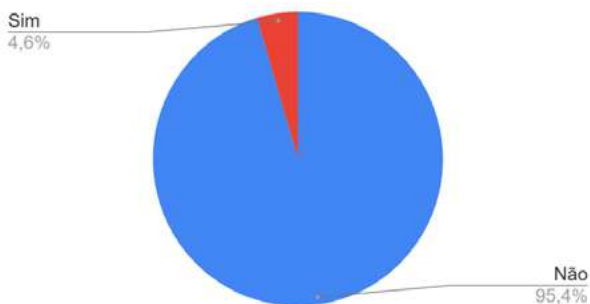
A estruturação do “Questionário de acolhimento e inclusão” nas seções (i) Perfil e Identidade, (ii) Recreação e Cuidadoria e (iii) Recursos de Acessibilidade visou facilitar a compreensão e análise dos tópicos abordados (Figuras 1 a 16, a seguir). Ao mesmo tempo, a intenção foi que as perguntas, mesmo distribuídas em diferentes seções, estivessem interligadas de maneira coesa e abrangente, para que as respostas pudessem ser contextualizadas em relação a diferentes perspectivas. O questionário foi elaborado de modo que fossem respondidas apenas as informações desejadas.

Nesta pesquisa, foram coletadas 394 respostas, representando menos da metade dos participantes. Dentro desse grupo, 89,4% (355) estavam inscritos, enquanto 10,6% (42) não possuíam registro de inscrição no evento.

Perfil e Identidade

Na seção (i) Perfil e Identidade, os dados levantados possibilitaram identificar, conforme Gráfico 1, que não houve dificuldade relevante para acessar o questionário pelas plataformas de divulgação do evento, indicando que o acesso à informação sobre a possibilidade de inclusão e acolhimento no evento estava exposto adequadamente. De fato, havia uma aba explícita na página principal do evento, intitulada “Acolhimento e Inclusão”, o que foi essencial para que o objetivo da aplicação do formulário fosse contemplado.

Gráfico 1 – Respostas à pergunta “Encontrou alguma dificuldade para acessar este questionário pelas plataformas de divulgação do evento?”, com 390 respostas

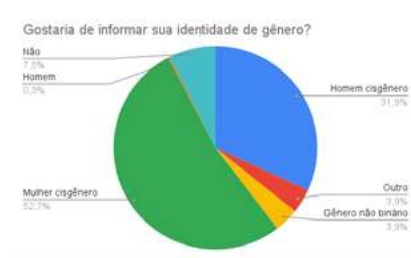


Fonte: Formulário de Acolhimento e Inclusão ABMGeo/GeoMamas – XV Enanpege.

O perfil de identidade explorado a partir de nove gráficos mostra que o evento foi de interesse para uma ampla faixa etária, que variou de 19 a 58 anos (Gráfico 2). No âmbito da identificação étnico/racial, a maioria dos respondentes autodeclarou-se como brancos (41%) e pardos (37%), enquanto aproximadamente 18% se identificaram como pretos. Apenas 2% dos respondentes se autodeclararam como amarelos e 0,5% como “outros” (Gráfico 3).

Gráfico 2 – Respostas à pergunta “Poderia informar sua idade?”, com 62 respostas

Fonte: Formulário de Acolhimento e Inclusão ABMGeo/GeoMamas – XV Enanpege.

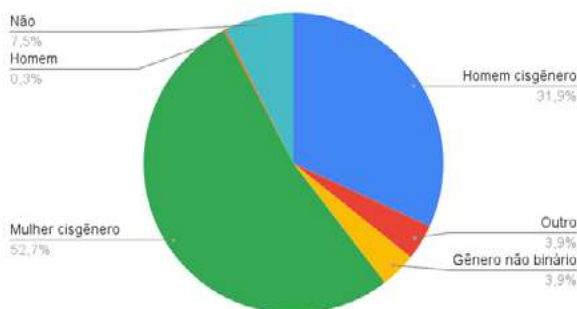
Gráfico 3 – Respostas à pergunta “Gostaria de informar sua identidade étnica/racial?”, com 397 respostas

Fonte: Formulário de Acolhimento e Inclusão ABMGeo/GeoMamas – XV Enanpege.

Em relação à identidade de gênero, a maior parte dos respondentes se autodeclarou como mulheres cisgênero (53%), seguida de homens cisgênero (32%) e de gênero não binário (4%). Também 4% se identificaram como “outros gêneros”, 0,3% com homem transgênero e cerca de 8% preferiram não se identificar (Gráfico 4). Em relação a estes resultados, cabe ressaltar que a porcentagem de respostas desse tipo de formulário pode mascarar a equidade de gênero dos eventos, pois vem sendo observada uma tendência maior das mulheres, se comparadas aos homens, de se dedicarem a responder a tais questões. Corroborando tais constatações, no trabalho desenvolvido pela GeoMamas durante o XXV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, observou-se que as

respostas ao formulário de acolhimento apresentavam uma proporção de mulheres de 48%, enquanto entre as pessoas que compareceram ao evento essa taxa foi de apenas 31% (Alves *et al.*, 2023, p. 4). As opções de autoidentificação como homem ou mulher transgênero também estavam disponíveis, além de “outros”, embora nenhum dos respondentes as tivesse apontado nesse caso.

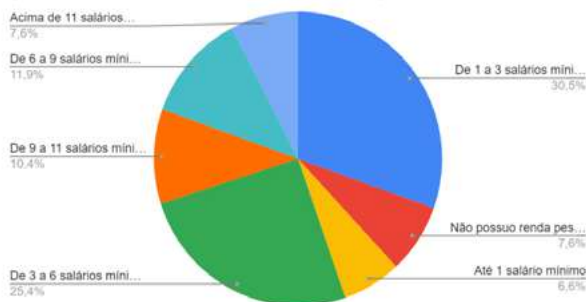
Gráfico 4 – Respostas à pergunta “Gostaria de informar sua identidade de gênero?”, com 389 respostas



Fonte: Formulário de Acolhimento e Inclusão ABMGeo/GeoMamas – XV Enanpege.

Em relação à renda pessoal mensal, observou-se que a maior parte dos respondentes apresenta uma renda da ordem de 1 a 3 salários mínimos (30%), e 3 a 6 salários mínimos (25%) (Gráfico 5).

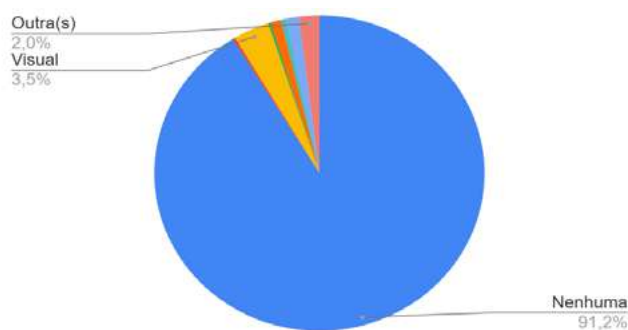
Gráfico 5 – Respostas à pergunta “Gostaria de informar sua renda pessoal mensal? (Salário mínimo = R\$1320,00)”, com 394 respostas



Fonte: Formulário de Acolhimento e Inclusão ABMGeo/GeoMamas – XV Enanpege.

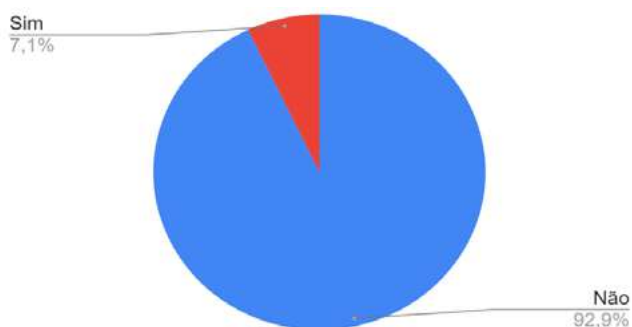
Constata-se, ainda, que quase 10% dos respondentes relataram pertencer a alguma categoria de deficiência, destacando a importância de assegurar a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência em eventos científicos (Gráfico 6). Foi igualmente evidenciada a responsabilidade para com pessoas com deficiência, sublinhando-se a necessidade de providenciar serviços de assistência e recreação infantil especializada para uma ampla gama de deficiências para as próximas edições do Enanpege (Gráfico 7).

Gráfico 6 – Respostas à pergunta “Você se enquadra em alguma categoria de deficiência?”, com 397 respostas



Fonte: Formulário de Acolhimento e Inclusão ABMGeo/GeoMamas – XV Enanpege.

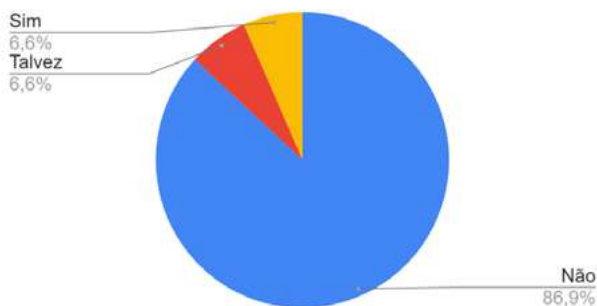
Gráfico 7 – Respostas à pergunta “Você é responsável por uma pessoa com deficiência?”, com 395 respostas



Fonte: Formulário de Acolhimento e Inclusão ABMGeo/GeoMamas – XV Enanpege.

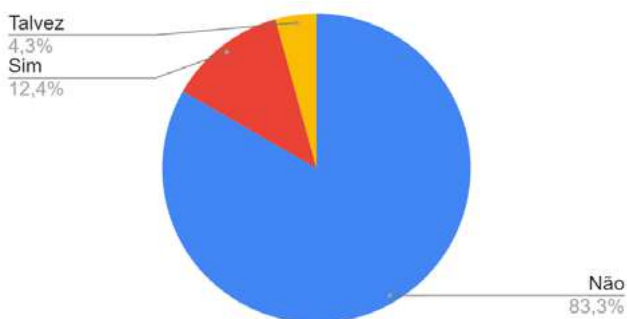
Apesar da maioria dos participantes não expressar intenção de levar dependentes (bebês, crianças ou adolescentes) ao evento (Gráfico 8), há o interesse em serviços de recreação e cuidados infantis, sugerindo que a disponibilidade desses serviços pode fomentar a participação de pessoas que, de outra forma, não considerariam tal possibilidade (Gráficos 9 e 10).

Gráfico 8 – Respostas à pergunta “Você pretende levar dependentes (bebê/criança/adolescente) ao evento?”, com 396 respostas



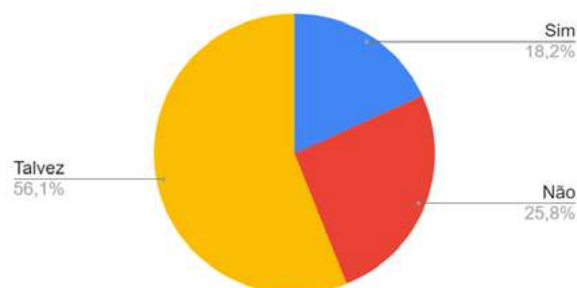
Fonte: Formulário de Acolhimento e Inclusão ABMGeo/GeoMamas – XV Enanpege.

Gráfico 9 – Respostas à pergunta “Você tem interesse em serviços de recreação e cuidados infantis durante o período do evento?”, com 395 respostas



Fonte: Formulário de Acolhimento e Inclusão ABMGeo/GeoMamas – XV Enanpege.

Gráfico 10 – Respostas à pergunta “Esse tipo de serviço é essencial para sua participação no evento?”, com 66 respostas



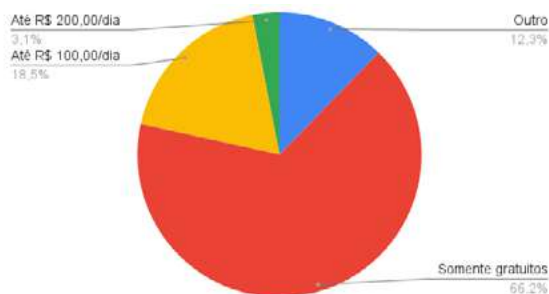
Fonte: Formulário de Acolhimento e Inclusão ABMGeo/GeoMamas – XV Enanpege.

Além disso, embora uma minoria considere esses serviços como essenciais para sua participação no evento, é crucial reconhecer a importância de tais iniciativas para determinados grupos, especialmente para aqueles que são responsáveis por crianças com deficiência, e, portanto, não poderiam participar sem a disponibilidade de acolhimento, assistência e recreação.

Recreação e Cuidadoria

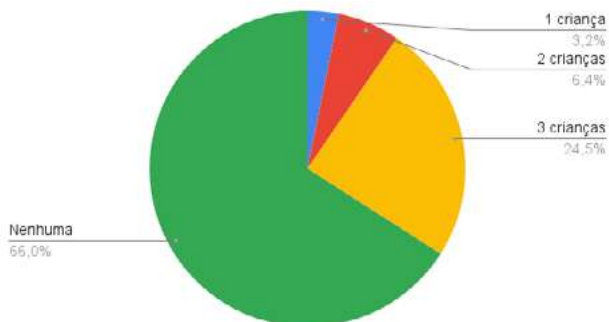
Na seção (ii) Recreação e Cuidadoria, os dados revelam que 34% dos participantes têm disponibilidade de arcar com o serviço de assistência e recreação infantil (Gráfico 11), e muitos expressaram interesse para uma ou duas crianças (Gráfico 12). Isso destaca a relevância de oferecer tais serviços para incentivar a participação de famílias com crianças pequenas.

Gráfico 11 – Respostas à pergunta “Qual das opções se adequa às suas possibilidades?”, com 65 respostas



Fonte: Formulário de Acolhimento e Inclusão ABMGeo/GeoMamas – XV Enanpege.

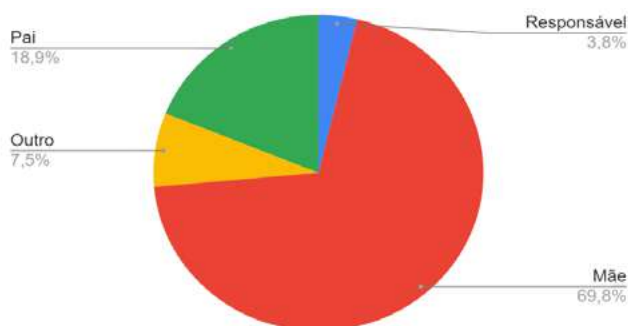
Gráfico 12 – Respostas à pergunta “Você teria interesse nesse serviço para quantas crianças?”, com 65 respostas



Fonte: Formulário de Acolhimento e Inclusão ABMGeo/GeoMamas – XV Enanpege.

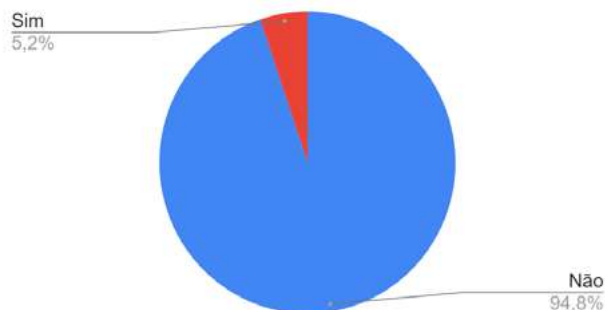
No que diz respeito às crianças que se beneficiariam do serviço de assistência e recreação infantil, a maioria dos participantes possui uma relação direta com essas crianças (Gráfico 13), ressaltando a importância de tais iniciativas para atender às necessidades específicas de cada criança e sua família. Embora a utilização de recursos de acessibilidade seja minoritária, é crucial para certos participantes, especialmente para aqueles com deficiência visual ou auditiva (Gráfico 14).

Gráfico 13 – Respostas à pergunta “Qual sua relação com a(s) criança(s) que utilizaria(m) o serviço?”, com 53 respostas



Fonte: Formulário de Acolhimento e Inclusão ABMGeo/GeoMamas – XV Enanpege.

Gráfico 14 – Respostas à pergunta “Você ou alguma das crianças utiliza recursos de acessibilidade?”, com 58 respostas



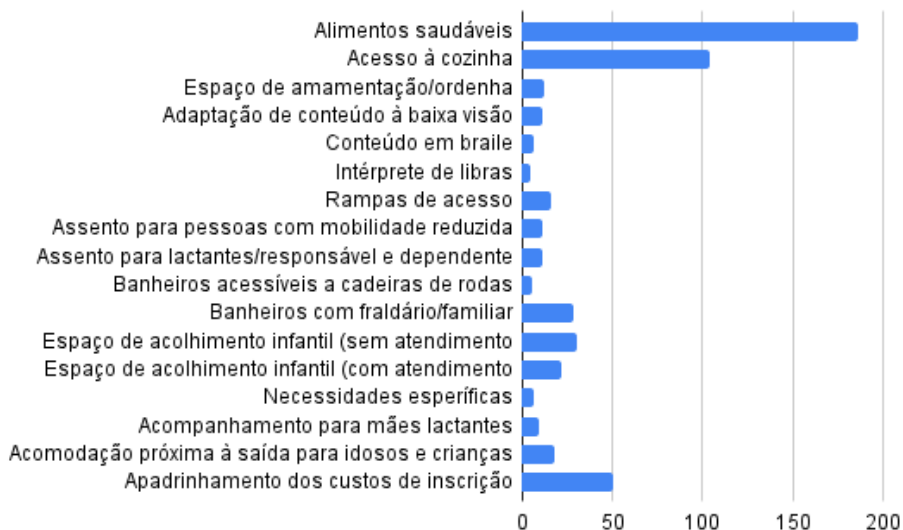
Fonte: Formulário de Acolhimento e Inclusão ABMGeo/GeoMamas – XV Enanpege.

Para essa questão também foi feita a pergunta: “Em caso de resposta afirmativa, favor especificar qual(is) recurso(s)”. As duas respostas afirmativas indicaram ter dependente com autismo e necessidade por rampas de acesso para carrinho de bebês.

RECURSOS DE ACESSIBILIDADE

Na seção (iii) Recursos de Acessibilidade, foi perguntado quais serviços atenderiam às necessidades de cada participante, conforme indicado na Gráfico 15.

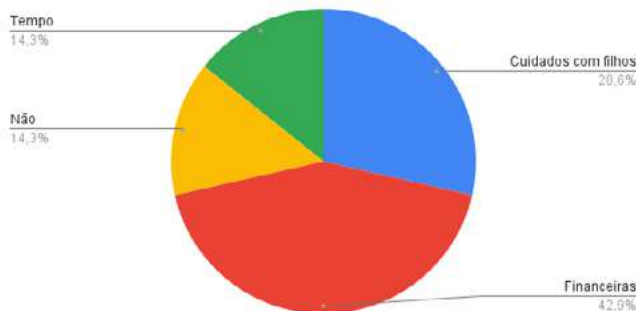
Gráfico 15 – Respostas à pergunta “Quais serviços atenderiam a suas demandas?”, com 268 respostas



Fonte: Formulário de Acolhimento e Inclusão ABMGeo/GeoMamas – XV Enanpege.

Além destas, outras demandas pontuadas pelos respondentes foram: “Que o evento fosse híbrido para mais pessoas poderem participar”; “Atenção às mulheres grávidas”; “Berçários”; “Alimentação sem glúten, lactose, vegetariana e vegana”; “Assentos para pessoas obesas”; “Banheiro sem gênero”; “Cadeirinha de criança (tipo de restaurante) para as refeições”; “Locais bem iluminados, faixa de sinalização visual para degraus de escada”; “Possibilidade de levar *pet*” (animal de estimação); “Permissão para familiar que está acompanhando um participante inscrito assistir ao evento”; “Apadrinhamento para alunos de outros estados sem recursos para custos de moradia durante os dias do evento”; “Incentivo à formação de grupos para o deslocamento evento/hospedagem para que as mulheres que estiverem sozinhas não se sintam inseguras”; e “Ajuda na hospedagem”.

Gráfico 16 – Respostas à pergunta “Gostaria de compartilhar barreiras que dificultam ou impedem sua ida e permanência em eventos científicos?”, com 175 respostas



Fonte: Formulário de Acolhimento e Inclusão ABMGeo/GeoMamas – XV Enanpege.

Por fim, as barreiras que dificultam ou impedem a participação em eventos científicos incluem principalmente as questões financeiras, indicadas por (43%) dos respondentes a essa pergunta, aos cuidados com filhos (29%) e ao tempo a ser dedicado ao evento (14%). Ainda, foram citadas a ausência de cadeiras de criança para refeições, a falta de locais bem iluminados e sinalizados, a ausência de permissão para que familiares acompanhem participantes inscritos, a falta de incentivo para a formação de grupos para deslocamento e hospedagem e a falta de banheiros unissex (Gráfico 16). Essas informações são fundamentais para orientar ações que visem tornar as próximas edições do Enanpege mais inclusivas e acessíveis a todos os participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados coletados durante o XV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Enanpege) ofereceu contribuições valiosas sobre as demandas e desafios enfrentados pela comunidade científica em relação à inclusão e ao acolhimento de diversos grupos. A diversidade é um pilar essencial para a excelência científica, contribuindo para uma produção de conhecimento mais abrangente e representativa.

Uma das questões essenciais destacadas pelos participantes diz respeito à necessidade de inclusão de mães e cuidadoras em eventos científicos. Estudos como o de Pontes *et al.* (2019) e Carpes *et al.* (2022) evidenciam que as responsabilidades familiares muitas vezes limitam a participação das mulheres em atividades acadêmicas, incluindo eventos científicos. Isso ressalta a importância de medidas que garantam a equidade de gênero e promovam a inclusão

de mães e cuidadoras, como a disponibilização de serviços de cuidadoria e recreação infantil durante os eventos.

Além disso, a falta de acessibilidade e as barreiras físicas e financeiras também foram identificadas como obstáculos significativos para a participação equitativa em eventos científicos. Assim como na pesquisa de Lima e Carmo (2023), os dados apresentados aqui enfatizam a importância da acessibilidade física para garantir a participação plena de pessoas com deficiência em atividades acadêmicas. Medidas como a disponibilização de recursos de acessibilidade, incluindo rampas de acesso e banheiros adaptados, são essenciais para superar essas barreiras e promover a inclusão.

Por fim, é crucial reconhecer a interseccionalidade das identidades e das demandas dos participantes. Destaca-se aqui a importância de abordagens inclusivas que considerem não apenas a identidade de gênero, mas também outras dimensões, como raça, etnia, orientação sexual e *status* socioeconômico. Iniciativas que visem atender às necessidades específicas de grupos sub-representados, como indígenas, quilombolas e LGBTQIAPN+, são fundamentais para promover uma ciência verdadeiramente inclusiva e acessível a todos.

REFERÊNCIA

ABMGEO/GEOMAMAS. **Guia GeoMamas para inclusão de bebês e crianças em eventos e espaços nas Geociências**. 2022. Disponível em: <https://www.abmgeo.org/geomamas>. Acesso em: 31 jan. 2024.

ALVES, Luana G. S.; *et al.* Efeito tesoura: um recorte em eventos científicos na área de recursos hídricos. **XXV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos**, Aracaju, Sergipe, 2023.

BATISTA, L. A.; *et al.* GeoMamas – Rede de Apoio de mães nas Geociências. **III Simpósio Brasileiro sobre maternidade e ciências**. 3. ed., 2021. p. 1-3.

BATISTA LEITÃO, Viviane F.; ALVES, Ana Paula R.; NEVES, Marion F.; SILVA, Rosaline C. F.; SILVA, Ana Carolina F. Maternidade e geociências: como estabelecer uma possibilidade de conciliação? **Anais do XV Enanpege**. Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/94569>. Acesso em: 30 jan. 2024.

CARPES, Pâmela B. M.; *et al.* Parentalidade e carreira científica: o impacto não é o mesmo para todos. **Epidemiologia e serviços de saúde**, v. 31, p. e2022354, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/c7TkCBBBsYtF7nhnsDmZ83n/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. *In: Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 288.

LIMA, Aleska T.; CARMO, Maria Andréa A. Acessibilidade e inclusão no ensino superior: experiências e desafios à permanência de pessoas com deficiência. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 12, nº3, p. 1132-1150, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/68708>. Acesso em: 30 jan. 2024.

PONTES, Tatiana Barcelos.; *et al.* Mães acadêmicas: equilibrando os papéis de mães e pesquisadoras. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, p. 687-690, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/PysT6Vk5VfSmGRXVTxTzT4P/?lang=pt#>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. **O preconceito**. São Paulo: Imesp, v. 1997, p. 133-144, 1996.

VILA-CONCEJO, Ana. *et al.* Passos para melhorar a diversidade de gênero na geociência e engenharia costeira. **Palgrave Commun** 4, 103, 2018.

CAPA

SUMÁRIO

SOBRE OS(AS) ORGANIZADORES(AS)

ADÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA

Doutor em Geografia (IESA/UFG, 2011) e pós-doutor em Geografia por esse mesmo instituto (2021); mestre em Sociologia (DCS/UFG, 2002) e graduado em História (FCHF/UFG, 1996). É Professor da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFT de Porto Nacional. É ex-presidente da ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (2021-2023). Foi Secretário de Educação, Juventude e Esportes do Tocantins, tendo acumulado o cargo de Secretário de Estado da Cultura do Tocantins. Participou da Equipe de Transição do Governo Federal (2023-2026), tendo sido designado pela Portaria Nº 66 da Presidência da República, de 01/12/2022. Participou também da Equipe de Transição do Governo Estadual do Tocantins (2015-2018), designado pelo Decreto Nº 5.148 do Governo do Tocantins, de 14/11/2014. Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFT em 2014-2015 e em 2021-2022. Na UFT, foi Diretor de Pesquisa (2012), Assessor de Relações Institucionais da Reitoria de junho de 2012 a agosto de 2014 e também Chefe de Gabinete em Exercício. É coordenador do OPTE – Observatório de Políticas Territoriais e Educacionais / UFT / CNPq e pesquisador do INCT Observatório das Metrôpoles – núcleo Goiânia.

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA MARQUES

Doutora em Geografia (UFG). Docente no Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (PPGEO/Campus Cora Coralina). Pesquisadora da rede "Espaço, Sujeito e Existência" (CNPq/UFG). Colunista do VISAT – Fiocruz/RJ. 2022-2024: Coordenadora do Núcleo PIBID Geografia/UFPB. 2021-2023: Membro da diretoria da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE).

2016-2021: Membro da diretoria da Associação dos Geógrafos Brasileiros, AGB – Seção Goiânia. Áreas de interesse: educação geográfica, leitura territorial da escola, trabalho docente.

E-mail: anacarolina@ccen.ufpb.br

CEZAR FREITAS BARROS

Doutorando em Geografia Humana no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista de doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (2018). Bacharel (2014) e Licenciado (2015) em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Representante Discente na diretoria da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), gestão 2022-23. Atua nas áreas de pesquisa de Geografia Econômica, Geografia Política e uso do território, com estudos relacionados à configuração de redes sociais e técnicas no território e às estratégias de consagração política e social de grupos patronais. Tem experiência na área de mapeamento por satélite do uso e cobertura do solo.

E-mail: cesar.freitas.barros@gmail.com

RICARDO ASSIS GONÇALVES

Possui Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutorado e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). É professor nos cursos de Graduação e Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Atual Coordenador do PPGEO-UEG, Campus Cora Coralina. Professor Colaborador Externo do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Tocantins (UFT), Campus Porto Nacional. Foi Editor Chefe da Revista da ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Gestão 2022-2023). Foi Editor Chefe da Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais (UEG), entre 2016 e 2021. É membro do Grupo de Trabajo Pensamiento Geográfico Crítico Latinoamericano del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso). Pesquisador dos Grupos de pesquisa e extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) e Espaço, Sujeito e Existência. Foi da diretoria da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – Seção Goiânia (2014 – 2015). Integra a Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio) Ambiental/RP-G(S). Atua especialmente no estudo e pesquisa dos seguintes temas: ambiente, território e conflitos ambientais; garimpo, implicações

territoriais da mineração em grande escala e rede global extrativa do nióbio, interpretações lítero-geográficas (Geografia e Literatura).

E-mail: ricardo.goncalves@ueg.br

WILLIAN SIMÕES

Professor nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó-SC. Membro do Grupo de Pesquisa Espaço, Tempo e Educação (GPETE), coordenando a linha Territorialidades das Juventudes, Trabalho e Educação. Possui Licenciatura em Geografia pelas Faculdades Integradas Espírita (2003) e Especialização em Geopolítica nesta mesma instituição (2005). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2009) e Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (2015). Foi professor de Geografia de Ensino Fundamental e Médio nas redes pública estadual e privada do Paraná (2001-2012). Foi membro da Coordenação de Educação do Campo na Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2005-2010). É Membro da Articulação Catarinense por uma Educação do Campo (ACECAMPO), do Observatório do Ensino Médio de Santa Catarina (OEMESC) e da Rede Latino Americana de Diálogos Decoloniais e Interculturais (REDYALA). Foi Membro da Diretoria, Tesoureiro, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE, 2022-2023). Atualmente, possui trabalhos nos seguintes temas: Geografia Escolar: Currículo e Formação de Professores; Territorialidades das Juventudes, Trabalho e Educação; Atualidade da Questão Agrária: Conflitos territoriais, Juventude Rural e Educação do Campo.

E-mail: willian.simoed@uffs.edu.br

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

ALEIDA AZAMAR ALONSO – Doutora em Economia e Desenvolvimento Internacional pela Universidade Complutense de Madrid. Professora e Pesquisadora do Departamento de Produção Econômica da Universidade Autônoma Metropolitana. Membro do Sistema Nacional de Pesquisadores CONAHCYT, Nível II. Membro da Sociedade Internacional de Economia Ecológica. Coordenadora e curadora da série e exposição “Verde y verso. Panorama ecofeminista mexicano” para o Centro Cultural da Espanha no México. Faz parte do Grupo da Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas (ITIE). Membro da Rede de Energia e Poder Popular da América Latina. Membro do Grupo Território, Gênero e Extrativismo. Membro de diversos grupos que colaboram na questão dos impactos da mineração. Possui seis livros de autoria e coautoria. Da mesma forma, coordenou 13 livros e possui mais de 150 publicações, entre artigos científicos, de divulgação e capítulos de livros.

E-mail: gioconda15@gmail.com

ÂNGELA MASSUMI KATUTA – Possui Licenciatura e bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP (1990, 1992), mestrado em Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental pela UNESP (1997) e doutorado em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (2005). Atualmente é professora associada do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Paraná-Setor Litoral. Tem experiência e publicações na área de Educação, com ênfase em formação de professores (inicial e continuada), educação do campo, ensino de Geografia, cartografia para escolares, Educação Popular, atuando principalmente com os seguintes temas: epistemologia e ensino de geografia, cartografia para escolares, educação popular e movi-

mentos sociais, formação docente inicial e continuada, formação de educadores de povos originários e comunidades tradicionais (indígenas, faxina-lenses, cipozeiros, quilombolas, pescadores de ilhas fluviais e marítimas, entre outros), educação do campo, linguagens e ensino da geografia. Orienta e atua no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná. Defende um mundo onde caibam muitos mundos e a dignidade das vidas. Faz parte dos coletivos: Encontra (Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra), Observatório da Questão Agrária do Paraná; APEC (Articulação Paranaense por uma Educação do Campo); Geo-grafando os territórios.

E-mail: angela.katuta@gmail.com

BARTOLOMEU ISRAEL DE SOUZA – Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal d Paraíba (1995), Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela mesma instituição (1999) e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008). Realizou 2 cursos de Pós-Doutorado em Biogeografia na Universidad de Sevilla – Espanha (2013 e 2021). É pesquisador do CNPq. É professor da Universidade Federal da Paraíba desde 2006, estando lotado no Departamento de Geociências, onde leciona disciplinas para os cursos de graduação em Geografia, Biologia e Engenharia Ambiental. Está credenciado nas pós-graduações (Mestrado e Doutorado) em Geografia – PPGG e Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFPB. Tem experiência na área de Geografia Física e Meio Ambiente, atuando principalmente nos seguintes temas: desertificação, manejo dos solos, relação planta x microclima x solo e biogeografia, voltados especialmente à Caatinga.

E-mail: bartolomeuisrael@gmail.com

CARLOS ANTÔNIO BRANDÃO – Professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Bolsista 1 C CNPq. Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). Suas atividades de docência, pesquisa e extensão se concentram na área dos estudos regionais e urbanos, da produção social do espaço e do planejamento urbano e regional. Professor Titular-Livre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ e Professor Titular em Economia Regional e Urbana pela UNICAMP. Possui Doutorado e Livre-Docência pelo Instituto de Economia da Unicamp. Mestrado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG. Pós-doutorado em Ciências Sociais pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Pós-doutorado em Geografia pela Universidade de British Columbia. Coordenador do

site www.interpretesdobrasil.org . Página Pessoal: www.carlosbrandao.org .
Co-coordenador do Grupo de Pesquisa CNPq Espaço e Poder (<https://espa-coepoder.org/>).

E-mail: brandaoufrj@gmail.com

CAROLINA BATISTA ISRAEL – Professora do Departamento de Geografia e da Pós-graduação em Geografia da UFPR, onde coordena o Tecnosfera Lab, Laboratório de Pesquisas em Espaço, Tecnologia e Sociedade. Coordena atualmente o Núcleo Curitiba do INCT Observatório das Metrôpoles, integra o Núcleo de Coordenação da Rede de Pesquisa em Governança da Internet e o Conselho Consultivo da Rede latino-americana de estudos sobre vigilância, tecnologia e sociedade (Lavits). Realiza pesquisas relacionadas às tecnogeografias digitais, com ênfase em seus impactos na diferenciação socioespacial e na constituição de assimetrias de poder.

E-mail: carol_israel@ufpr.br

CAROLINA CAVALCANTE – Possui Graduação em Geologia pela Universidade Federal do Pará (2007), mestrado em Geologia e Geoquímica pela mesma universidade (2009), doutorado (2013) e pós doutorado (2015) em Geoquímica e Geotectônica pela Universidade de São Paulo, com período sanduíche em Université de Montpellier 2 (França) e em Helmholtz-Zentrum Deutsches GeoForschungsZentrum GFZ (Alemanha). Foi professora da Universidade Federal do Paraná – UFPR (2016-2023) e professora associada da University of Troms-The Arctic University of Norway (UiT) (2019-2021). Atualmente é professora associada da University of Bergen (UiB). Membro do IUGS-TecTask officer. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geologia Estrutural e Tectônica, atuando principalmente nos seguintes temas: micro-estruturas, mecanismos de deformação, fusão parcial, hot orogens, migmatitos, zonas de cisalhamento, Anisotropia de Susceptibilidade Magnética (ASM), EBSD (Electron Backscatter Diffraction) e Termometria (Titânio em quartzo, Titânio em zircão e Zr no Rutilo). Membro ABMGeo/GeoMamas.

E-mail: geanecarol@gmail.com

CLAUDIO UBIRATAN GONÇALVES – Graduado em licenciatura (1997) e bacharelado (1999) em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2001) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2005). Atualmente é professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco (Graduação e Pós-Gra-

duação). Membro do Grupo de Trabalho do CLACSO Pensamiento Geográfico Crítico Latinoamericano desde 2016. Participa do Grupo de Trabalho de Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Atualmente é Editor Chefe da Revista da ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Gestão 2023-2025) Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Ordenamento Territorial e Ambiental, atuando principalmente nos campos das Geografias Econômica, Política e Regional nas seguintes temáticas: Geografias Indígenas, Movimentos Sociais, Educação do Campo, Educação Popular, Desenvolvimento Territorial, Autonomia Alimentar, Assentamentos Rurais, Conflitos pela terra e pela água, Questão Agrária, Ecologia Política e Agroecologia. É tutor do Programa de Educação Tutorial de Geografia da UFPE. Coordena o LEPEC – Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato do CNPq.
E-mail: ubiratan biragrario@gmail.com

DENISE CRISTINA BOMTEMPO – Graduada e licenciada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, campus de Presidente Prudente. Mestre e Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, campus de Presidente Prudente. Doutorado Sanduiche realizado na Université Paris IX Dauphine/IRISSO/Paris/França. Pós Doutora pela Université Paris I Panthéon Sorbonne. Foi professora do curso de Graduação em Geografia da UNESP – Unidade de Ourinhos e da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo. Durante o Mestrado e o Doutorado foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo FAPESP. Atualmente é Docente Adjunta dos Cursos de Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pesquisadora e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da mesma universidade; Coordenadora e Pesquisadora do Laboratório de Estudos Agrários, Urbanos e Populacionais (LEAUP) e vinculada ao Grupo de Pesquisas Observatório das Nacionalidades” (ON/UECE); Membro do corpo editorial da Revista GEOUECE. Foi Coordenadora do Curso de Graduação em Geografia da Universidade Aberta do Brasil UAB/UECE (2014-2019) e Vice Coordenadora dos cursos de Graduação em Geografia da UECE, campus de Itaperi (2017-2019). Foi membro do Comitê de Ética e Pesquisa da UECE (2014 – 2016) e também atuou como Professora visitante na Universidad Nacional de Córdoba/UNC Argentina (Julho/Agosto 2017) e Profa. visitante da Université Paris I Panthéon Sorbonne/L’Institut de Géographie (Novembro, 2019/Fevereiro, 2020). Coordenadora do Programa de Extensão Universitária “Vidas Cruzadas: migração, saberes e práticas”. Membro da Rede Latino Americana Espaço e Economia

(RELAEE). Representante da delegação do Ceará – eleita via Sociedade Civil durante a COMIGRAR Estadual (março, 2024). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana. Atua principalmente nos seguintes temas: Mobilidade, Migração, Economia Urbana, Territorialidades, Redes Migratórias, Dinâmicas territoriais
E-mail: denise.bomtempo@uece.br

EDSON BATISTA DA SILVA – Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (2005), mestrado, especialização em Educação Ambiental e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2014), (2018). Atualmente é professor em regime estatutário da Universidade Estadual de Goiás, especificamente do departamento do curso de Geografia do Campus Nordeste – sede Formosa, além do Mestrado Acadêmico de Geografia. Além disso, é membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais– NEPAT, do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço Rural-GEPER e do Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo-GWATÁ e do Laboratório de Geografia Humana e Ensino de Geografia-LEPEGE, onde coordenou o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência-PIBID, 2020/2022 e coordena o mesmo programa em sua edição 2022/2024. Além disso, coordena o projeto financiado pelo CNPQ denominado: A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR EM GOIÁS: cercamento ao campesinato e acesso as políticas públicas. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária e Ensino de Geografia.
E-mail: edson.silva@ueg.br

EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO – Possui Graduação em Geografia pela Pontífice Universidade Católica de Goiás (1987), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (1996), Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2001) e Pós-Doutorado em Saúde do Trabalhador pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ). Atualmente é Professor Titular do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). É Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Espaço, Sujeito e Existência “Dona Alzira”. Mantém parcerias de trabalho com instituições em Moçambique/África, Cuba, Chile e Alemanha. Coordena projetos de pesquisas financiados pelo CNPq, CAPES e FAPEG. Desenvolve trabalhos ligados à abordagem territorial do Cerrado; saúde, trabalho e território; cartografias existenciais de Pessoas com Deficiência; Geografia, literatura e arte. Possui bolsa produtividade :Produtividade em Pesquisa – PQ – 2 com o título: A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS NO

CERRADO GOIANO: propostas para a soberania alimentar dos povos, pela instituição de Execução: Universidade Federal de Goiás.

E-mail: eguimar@hotmail.com

ENIO SERRA – Possui graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência de 13 anos como docente da Educação Básica, sendo atualmente Professor de Didática e Prática de Ensino de Geografia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Desde 2010, coordena o Laboratório de Investigação, Ensino e Extensão em Educação de Jovens e Adultos (LIEJA) no âmbito do qual instituiu, em 2017, o Coletivo de Estudo e Pesquisa em Geografia e Educação de Jovens e Adultos (GeoEJA). Integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Geografia da UERJ (Rede ProfGeo). Tem experiência nas áreas de Educação e Geografia, com ênfase em Educação de Jovens e Adultos, Geografia Escolar e Geografia da Educação atuando principalmente nos seguintes temas: políticas educacionais e EJA, políticas de currículo na EJA, currículo e prática docente em Geografia, abordagem geográfica de políticas educacionais.

E-mail: enio.serra@ig.com.br

ERALDO DA SILVA RAMOS FILHO – Concluiu licenciatura (1997) e mestrado em Geografia (2002) na Universidade Federal de Sergipe, doutorado em Geografia (2008) na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” – Campus de Presidente Prudente, realizou estágio de doutorado (2007) na Faculdade de Geografia da Universidade de Havana e pós-doutorados na Universidade Federal Fluminense (2016-2017), Universidad de La Habana (2011) e na Universidade Federal de Uberlândia (2010). Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – Campus de São Cristóvão. Coordenador geral do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras de Sergipe e Bahia (PEAC) desde 2017. Coordenador do Grupo de Trabalho CLACSO Estudos Críticos do Desenvolvimento Rural (2016 – 2019). Parecerista dos periódicos Revista NERA, Revista Campo -Território, Revista Ateliê Geográfico, Agrária (USP), Tramas y Redes (CLACSO). Publicou artigos em periódicos científicos nacionais e internacionais sobre as políticas agrárias no Brasil e Cuba. Tem experiência na área de Geografia Humana com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: território, questão agrária, reforma agrária, campesinato, movimentos socioterritoriais, polí-

ticas fundiárias neoliberais e o combate à pobreza, agroecologia, soberania alimentar, povos e comunidades tradicionais, educação ambiental crítica.

E-mail: eramosfilho@gmail.com

GISELE GIRARDI – Bacharela (1992), Licenciada (1994), Mestra (1997) e Doutora (2003) em Geografia pela Universidade de São Paulo, Pós-Doutora (2014) em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Titular no Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, atuando em disciplinas de Cartografia Geográfica e Metodologia de Pesquisa nos cursos de Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) e de Pós-graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Ufes (2023-2025), no qual também compõe a Linha de Pesquisa “Espaço, cultura e linguagens”. Líder do Grupo de Pesquisa “POESI – Política Espacial das Imagens e Cartografias”, membro da Rede Internacional de Pesquisa “Imagens, Geografias e Educação” e Oficial da Ordem do Mérito Cartográfico Nacional da Sociedade Brasileira de Cartografia.

E-mail: gisele.girardi@ufes.br

GUILHERME MARINI PERPETUA – Possui graduação em Geografia (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Estadual Paulista – UNESP (2010), mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD (2012) e doutorado em Geografia pela UNESP (2016), onde também realizou pós-doutorado (2017-2019) com bolsa da FAPESP. Atualmente, é Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado Profissional da UNESP e membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e do Centro de Estudos em Educação, Trabalho, Ambiente e Saúde (CEETAS). Seus temas de pesquisa de maior interesse estão relacionados à dinâmica geográfica do trabalho e à saúde do trabalhador. Também atua como Professor no Ensino Básico e Orientador de Polo da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP).

E-mail: guilherme.perpetua@unesp.br

HELENA COPETTI CALLAI – Possui graduação em Estudos Sociais (1969) e Geografia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ijuí (1973), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1983) e doutorado em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (1996). Pós-doutorado na UAM– Universidade Autónoma de Madrid Espanha. Professora aposentada na Universidade Regional

do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Professora colaboradora no Programa de Pós graduação em Geografia na Universidade Federal da Fronteira Sul. Professora colaboradora no Doctorado en Didáctica de las Ciencias da PUCV- Chile (2021). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Ensino de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: epistemologia, geografia, educação geográfica, ensino de geografia, cidade e cidadania. Bolsista PQ/CNPq- Nível 1D.

E-mail: jcallai@unijui.tche.br

JADER JANER MOREIRA LOPES – Professor Titular. Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1989), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1998), doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2003) e pós-doutorado pelo Internationaler Promotionsstudiengang Erziehungswissenschaft/ Psychologie- INEDD, da Universität Siegen, Alemanha. Atualmente é professor do programa de pós Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde orienta mestrado e doutorado. Atuou como membro do Grupo Gestor da Creche UFF. Coordenador do Grupo de Pesquisas e Estudos em Geografia da Infância (GRUPEGI). Foi vice coordenador do GT de Educação de Crianças de 0 a 7 anos da ANPED. Integra a Rede PIMu- Rede Primeira Infância e Museus. Integra a Red Latino Americana de Protagonismo Infantil. Integra a Red Latinoamericana de Estudos da Parentalidad. Tem experiência na área de Geografia e Educação, Educação Infantil, bebês, crianças e suas infâncias, Desenvolvimento Humano e Teoria Histórico-cultural.

E-mail: jjanergeo@gmail.com

JAMILLE DA SILVA LIMA-PAYAYÁ – Pertencente ao povo Payayá. Membro do Grupo de Pesquisa Wayrakuna. Professora no Departamento de Ciências Humanas (DCH-IV), da Universidade do Estado da Bahia. Atua no Movimento Associativo Indígena Payayá (MAIP), dedicando-se à educação indígena e à pesquisa histórica e geográfica referente aos povos indígenas na Bahia. Licenciada em Geografia (UNEB). Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atua nos Programas de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (Proet/UNEB) e em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

E-mail: jaslima@uneb.br

JOSÉ RENATO RIBEIRO – Graduado em Geografia (licenciatura e bacharelado) e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Rio Claro. Atualmente é estudante de Doutorado em Geografia pela mesma universidade. Atuou como professor PEB II (contratado) do Governo do Estado de São Paulo e professor-bolsista do curso de graduação em Geografia (UNESP Rio Claro). Presidiu a Associação de Pós-Graduandos (APG) do campus de Rio Claro (2017/2018). Foi membro da Comissão Discente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege) de 2022 a 2023. Atuou como representante discente da área de Ciências Humanas na Câmara Central de Pós-Graduação da UNESP (2023/2024). É integrante dos Grupos de Pesquisa (CNPQ) “Estruturas de Governança e Desenvolvimento Territorial” (UFMA – Pinheiro) e “Espaço e Poder – dinâmicas do capital monopolista” (UNESP – Jaboticabal). Realizou intercâmbio internacional na Universidade de Santiago de Compostela/Espanha (2014) e estágio-pesquisa (BEPE/FAPESP) no Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) na Universidade do Porto/Portugal (2018). Desenvolve pesquisas em Geografia Econômica e Geografia Política, atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas territoriais; Governança Territorial; Desenvolvimento Regional/Territorial; MATOPIBA.

Email: joserenatorbr@gmail.com.

LANA DE SOUZA CAVALCANTI – Possui Graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (1979), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (1990), Doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1996) e Pós-Doutorado na Universidade Complutense de Madrid/Espanha (2005) e na Universidade de Buenos Aires/Argentina (2017). É Bolsista Produtividade em Pesquisa 1D pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal de Goiás, atuando nos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia, bem como no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí. Coordena o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica (LEPEG). Participa dos seguintes Grupos de Pesquisas: Núcleo de Ensino e Pesquisa em Educação Geográfica (NEPEG), Rede Latinoamericana de Investigadores em Didática da Geografia (REDLADGEO), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Cidade (NUPEC) e coordena os seguintes grupos: Grupo GeoPensar; a Rede Colaborativa de Ensino de Cidade e Cidades (RECCI) e a Rede de Pesquisa em Educação e Cidade (REPEC). É

Editora Chefe da Revista Signos Geográficos. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase no Ensino-Aprendizagem e em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino de Geografia, Formação de Professores, Lugar, Cidade e Espaço Urbano.

E-mail: ls.cavalcanti@uol.com.br

LARYSSA DOS SANTOS MATOS – Formada em Geologia pela Universidade Federal de Mato Grosso e atualmente é estudante de mestrado em Geociências na mesma instituição. Trabalha como analista de geoprocessamento na Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso. Além disso, é voluntária na Associação Brasileira de Mulheres nas Geociências (ABMGeo), auxiliando na comunicação do comitê GeoMamas, a rede de mães geocientistas dentro da ABMGeo. Possui experiência em licenciamento ambiental para mineração, gestão de títulos minerários e aplica principalmente sensoriamento remoto em análises ambientais. Atualmente, está envolvida no estudo da captura de carbono por intemperismo aprimorado de rochas basálticas, com apoio da Petrobras.

E-mail: geologa.matos@gmail.com

LINDBERG NASCIMENTO JÚNIOR – Tornou-se geógrafo pela Universidade Estadual de Londrina (licenciatura e bacharelado) graças à política de cotas. Mestre e doutor em geografia pela Universidade Estadual Paulista, UNESP, Presidente Prudente, com estágios sanduíches na Université Rennes II (França) e na Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). Atualmente, pai do Joca, trompista e professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua no curso de geografia, e nos programas de pós-graduação em Geografia (PPGG) e em Desastres Naturais (PPGDN), onde coordena o Laboratório de Climatologia Aplicada (LabClima), e desenvolve atividades nos campos de Climatologia Geográfica, Geografia do Clima e Geografia Física Crítica (Critical Physical Geography), com enfoque nos temas da variabilidade climática, clima urbano, risco climático, racismo ambiental e educação geográfica antirracista.

E-mail: juniohr@gmail.com

LUNA GRIPP SIMÕES ALVES – Pesquisadora do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM), atuando no projeto Sistema de Alerta Hidrológico. Sua área de conhecimento principal é a hidrologia da bacia Amazônica. Atua na rede GeoMamas, uma rede de mães vinculada à ABMGeo, que busca unidade e fortalecimento em todos os espaços profissionais e/ou acadêmico-científicos nas Geociências. É doutora em Engenharia Agrícola pela Univer-

sidade Federal de Viçosa (UFV), na área de Recursos Hídricos e Naturais (2018). Possui Mestrado em Saneamento Ambiental, pelo Departamento de Engenharia Civil – UFV (2012) e graduação em Engenharia Ambiental pela mesma universidade. Atuou como professora substituta no Departamento de Engenharia Agrícola da UFV por dois anos (2013 – 2014), ministrando as disciplinas Hidrologia Aplicada, Hidráulica e Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos. Atuou como docente e supervisora de estágio na Fundação Presidente Antônio Carlos – FAPAC por um ano (2012).

E-mail: lunagrripp@yahoo.com.br

MARCELO LOPES DE SOUZA – Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena o Núcleo de Pesquisas em Geografia Ambiental e Ecologia Política (GAEP), e pesquisador do CNPq (nível 1A). Possui graduação e mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorado em Geografia pela Universität Tübingen (Alemanha). Foi professor convidado na Technische Universität Berlin, na Universidad Nacional Autónoma de México/UNAM, na Europa-Universität Viadrina em Frankfurt (Oder) e na Universidad Autónoma de Madrid, além de pesquisador convidado na Universität Tübingen e na University of London, onde fez seu pós-doutorado. Foi agraciado, entre outros prêmios, com o Prêmio Jabuti em 2001, por seu livro *O desafio metropolitano*. Tem dedicado sua atenção profissional ao estudo dos seguintes temas principais: Ecologia Política da Urbanização; as facetas da justiça e suas inter-relações: justiça social, espacial, ambiental e ecológica; governamentalização da natureza e securitização do ambiente.

E-mail: mlopesdesouza@terra.com.br

MARIA ADAILZA MARTINS DE ALBUQUERQUE – Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (2004), mestre em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (1998) e bacharel em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (1985). Pós-doutorado em Geografia no Instituto de Geografia e Ordenamento Territorial – IGOT, Universidade de Lisboa – UL. Atualmente é professora titular da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Foi tesoureira da Anpege na gestão de 2018/19. É líder do Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade – UFPB. Atua no PPGG – UFPB. Tem experiência na área de pesquisa Educação Geográfica, com destaque para investigações no campo da História da Geografia Escolar, atuando com os seguintes temas: currículo, ensino de geografia, livro didático, saber escolar, formação de professor e metodologias de ensino.

E-mail: dadaufpb@hotmail.com

MARIA ROSANA DA COSTA OLIVEIRA – Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Realizou doutorado sanduiche pelo PDSE-CAPES na Universidad Externado de Colombia no período de setembro de 2018 a fevereiro de 2019. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Licenciada em Geografia pela mesma instituição (2009). Atuou como Professora Substituta no Instituto Federal do Ceará – Campus Tauá de 2022 à 2024, onde também exerceu o cargo de vice-coordenadora nas atividades de ensino, pesquisa e extensão no NEABI (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas) do IFCE– campus Tauá. Foi bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Geografia-UFC/SESU/MEC) no período de setembro de 2006 a agosto de 2009. Em 2009, realizou atividades como monitora da disciplina Pedologia Geral sob orientação da Profa. Vlândia Pinto Vidal de Oliveira e como bolsista de Iniciação Científica (CNPq). Atualmente integra o Laboratório de Estudos sobre Campesinato e Espaço Agrário – LEPEC e se dedica ao estudo da Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: Economia Solidária, Campesinato, Autonomia e Território.

E-mail: rosanaoliveira87@gmail.com

MARION FREITAS NEVES – Possui experiência em pesquisa geológica, com mestrado em Geociências pela UFAM e graduação em Geologia pela UFRJ. Durante sua formação, realizou estágios no DRM/RJ, onde contribuiu com o Projeto Caminhos Geológicos; e no Serviço Geológico do Brasil, onde contribuiu para o Projeto Carajás Oriental. Atualmente, é membra da Associação Brasileira de Mulheres nas Geociências (ABMGEO), onde atua como colaboradora do Núcleo Manaus e da Rede GeoMamas; e é membra do Grupo de Pesquisa Diversidade e Memória da Terra, onde atua como colaboradora do Geoparque Costões e Lagunas do RJ, nos grupos de trabalho Podcast TerraVersa e ODS 5: Igualdade de Gênero.

E-mail: solar.geol@gmail.com

MELINA FUSHIMI – Atualmente, é Professora Assistente do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Rio Claro, Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Câmpus de São Luís e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2. Foi Professora Adjunta dos cursos de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade de Campo Grande (2021-2023) e do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão, Câmpus de São Luís (2018-2021).

Possui Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2020). Doutora (2016), Mestra (2012), Bacharela (2009) e Licenciada (2008) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Presidente Prudente. Pesquisa na área de Geografia, com ênfase nos temas: erosão e vulnerabilidade, mapeamento, usos da terra, ambiente e ensino de solo.

E-mail: melina.fushimi@unesp.br

PATRÍCIA ROCHA CHAVES – Atualmente professora no curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá, no Programa de Pós-Graduação em Geografia (Unifap), do Programa de Pós-Graduação em História (Unifap) e Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira – PPGEF. Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia-ANPEGE (2024-2025). Doutora em Geografia Humana pela USP– Universidade de São Paulo; Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins, possui Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (2006). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários – NURBA, do Grupo Geografia Agrária da USP e do Observatório da Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas. Coordenadora do Coletivo de Estudos sobre Terra e Território na Amazônia. Possui experiências em pesquisa e extensão nas áreas de Geografia Agrária, Movimentos Socioterritoriais, Geografia Política e Econômica da Amazônia e Gênero e Geografia. Assessora da Articulação das CPTs da Amazônia.

E-mail: rochavespatricia@gmail.com

RAFAEL SANZIO ARAÚJO DOS ANJOS – Geógrafo, formado pelo IG-UFBA, Mestre pela FAU-UnB, Doutor em Informações Espaciais pela POLIUSP e Pós-Doutoramento junto ao AfricaMuseum em Tervuren – Bélgica (2007-2008). Foi o primeiro Professor Titular afrobrasileiro da UnB (2015). Esteve como Diretor do Centro de Cartografia da UnB (CIGA) no período de 2000 – 2022. Em 2015 recebeu a honraria Chevalier de L'Ordre de la Couronne de sua Majestade o Rei Philippe da Bélgica pelas suas pesquisas da Diáspora África-Brasil. Esteve como Professor Visitante Titular junto ao PÓS-AFRO\UFBA (2022-2024). É Pesquisador do CNPQ – MCTI, Pesquisador Colaborador do CEAO-UFBA, Professor e Pesquisador Sênior do PPGGEA-UnB, Gestor do Projeto GEOAFRO/SIEAFRO e Diretor do Instituto Káwò – Site: <https://www.portalprojetoafro.com/>.

E-mail: quilombo.sanzio@gmail.com

RAFAEL ALBUQUERQUE XAVIER – Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004), doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011) e pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (2020). Atualmente é professor doutor-associado da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Coordenador do Grupo de Estudos Geomorfológicos e Hidroecológicos de Ambientes Tropicais (GEGHAT-UEPB). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UEPB e professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geomorfologia, atuando principalmente nos seguintes temas: processos geomorfológicos e evolução da paisagem. Atualmente é conselheiro da União da Geomorfologia Brasileira (UGB).
E-mail: rafaeltxavier@servidor.uepb.edu.br

REGINA HELENA TUNES – Professora Adjunta do Departamento de Geografia Humana e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) do Instituto de Geografia (IGEOG) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre e Doutora pelo Programa de Geografia Humana da FFLCH/USP, atuando especialmente na pesquisa voltada para a Geografia Econômica e Geografia Regional. Pesquisadora do grupo de pesquisa Metamorfoses Urbanas e Regionais do Laboratório de Estudos Regionais do DG/USP, Pesquisadora do Núcleo Rio de Janeiro do INCT Observatório das Metrópoles e Vice-Líder da Rede Latino-Americana Espaço e Economia (Relae). Pesquisadora Pro-Cientista (FAPERJ/UERJ) e Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE – FAPERJ). Editora-Chefe do periódico GeoUERJ. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Econômica (NEPGE) do Departamento de Geografia Humana do IGEOG/UERJ. Bolsista de pós-doutorado do CNPq no Departamento de Geografia da Universidade Autônoma de Barcelona.
E-mail: regina.tunes@uerj.br

RUBÉN CAMILO LOIS GONZÁLEZ – Catedrático de Análise Geográfica Regional do Departamento de Geografia da Universidade de Santiago de Compostela (USC). Foi secretário do Departamento de Geografia da USC 1991-1995 e diretor do mesmo entre os anos 1995 e 1999. Entre 2003 e 2005 foi Decano da Faculdade de Geografia e História da USC, até à sua passagem para serviços especiais para ocupar o cargo de Diretor Geral de Turismo do Ministério de Inovação e Indústria da Xunta de Galicia, cargo que ocupou até ao ano de 2009. É membro fundador da Associação de Geógrafos Espa-

nhóis, Membro da Comissão espanhola da União Geográfica Internacional (IGU / IGU) desde 2001. Foi professor visitante de Geografia em universidades da França (du Maine, Caen, Toulouse-Le Mirail) e Noruega (Bergen). Digno de nota é o seu trabalho como membro de várias Redes Temáticas de Docência financiado pela AECID, tais como “Desenvolvimento Local na América Latina” (2000– 2002), e “Fronteiras e Globalização: análise sócio-econômica, territorial e política” (2002-2004). Atualmente é membro do Comité Científico do Instituto Universitário de Estudos de Desenvolvimento da Galiza (IDEGA), da USC, onde é também responsável pela área de trabalho “Estudos Territoriais e Planeamento”. Adicionalmente, coordena projetos de cooperação interuniversitária em Mali, Senegal e Cabo Verde financiados pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECID); e projetos sobre dinâmicas e urbanas e metropolitanas em Espanha, financiados pelo Ministério da Ciência e Inovação.

E-mail: rubencamilo.lois@usc.es

SANDRA DE CASTRO DE AZEVEDO – Professora Associada na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Doutora (2011) e Mestra (2006) ambos pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, Graduada (2002) em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/RC). Possui 10 anos de experiência docente na educação básica da cidade de São Paulo. Atualmente desenvolve pesquisas na área de Ensino de Geografia, Educação do Campo, Formação de Professores e Cidades Médias e Pequenas.

E-mail: sandra.azevedo@unifal-mg.edu.br

VIVIANE FERREIRA BATISTA LEITÃO – Mestre em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais, Especialista em Geoprocessamento, Licenciada e Bacharel em Geografia, todos os títulos obtidos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Áreas de interesse e atuação: modelagem de sistemas ambientais, desmatamento em Unidades de Conservação e Terras Indígenas, relação de áreas protegidas com entorno, conservação da biodiversidade, agroecologia e equidade de gênero nas geociências. Membro da Associação Brasileira de Mulheres nas Geociências /GeoMamas (ABMGeo/GeoMamas), núcleo Belo Horizonte (MG).

E-mail: vivigeo.fb@gmail.com

SOBRE O LIVRO

Formato: 16x23 cm

Tipologia: Minion Pro

Número de Páginas: 620

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES.

Todos os direitos reservados.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Br-153 – Quadra Área – CEP: 75.132-903 Fone: (62) 3328-4866 – Anápolis-GO

www.editora.ueg.br / e-mail: editora@ueg.br

2024

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

A escolha do título deste livro – **Geografias da esperança** – foi propositiva e consciente de sua importância política no momento em que foi elaborado. A esperança está imiscuída nas resistências e nos desafios postos nos horizontes que se iniciaram em 2023, ano em que realizamos o XV Enanpege – Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Afinal, nos anos anteriores, muitos de nós perdemos amigos, vizinhos, familiares e colegas de trabalho no contexto da pandemia de Covid-19; atravessamos momentos de medo, luto e indignação frente ao negacionismo do governo brasileiro disseminado na sociedade através de *fake news*. Contudo, geógrafas e geógrafos, ativistas populares, professoras e professores lutaram e acreditaram que a manhã iria chegar, tal como Thiago de Mello publicou em *Madrugada Camponesa*: “Faz escuro, mas eu canto / Porque a manhã vai chegar”. Quando adentramos o ano de 2023, tivemos a convicção de que a nova manhã havia chegado e com ela o sonho de mulheres e homens saírem dos arrabaldes da injustiça para protagonizarem com esperança a construção de um novo projeto para o Brasil.